



FORMAÇÃO HISTÓRICA
DO BRASIL

Serie 5.^a

BRASILIANA

Vol. 42

BIBLIOTHECA PEDAGOGICA BRASILEIRA

PANDIÁ CALOGERAS

FORMAÇÃO
HISTÓRICA
DO BRASIL

3.^a EDIÇÃO



1938

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

S. Paulo - Rio de Janeiro - Recife - Porto Alegre

Do mesmo Autor:

Publicados:

Na Serie "BRASILIANA":

- Vol. 2 — *O MARQUÊS DE BARBACENA* — 2.^a edição
- Vol. 15 — *DA REGENCIA A' QUEDA DE ROZAS*
- Vol. 24 — *PROBLEMAS DE ADMINISTRAÇÃO*
- Vol. 67 — *PROBLEMAS DE GOVERNO*
- Vol. 74 — *ESTUDOS HISTORICOS E POLITICOS* (Res Nostra)

No prelo:

GEOLOGIA ECONOMICA DO BRASIL

Tomo 1.^o — *O Ouro do Brasil*

Edição refundida e actualisada pelo Dr. *Djalma Guimarães*

Edições da

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Rua dos Guimarães, 118-130 - S. Paulo

Proemio

Sob os auspícios do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO se fundou, em 1928, a ESCOLA DE ESTUDOS BRASILEIROS para o fim de melhor divulgar o que havia sido e era a antiga América portuguesa. Tinha especialmente em vista attender ao convite que lhe fôra feito para auxiliar ás viagens de instrucção, as *summer schools*, que estudantes e professores das Universidades norte-americanas costumam realizar annualmente. A inclusão do Brasil na lista dos países visitados seria um serviço á nossa terra, tão ignorada no estrangeiro, e permitiria combater o desconhecimento, quasi universal, reinante fóra do Brasil quanto a nossa existencia e nossas possibilidades.

Em 1929 se realizou a primeira série de lições, originariamente a cargo dos professores Carlos Delgado de Carvalho, Arrojado Lisboa, Carneiro Leão, Afranio Peixoto, Heloisa Alberto-Torres, Mello Leitão e do autor do presente livro. Circumstancias supervenientes forçaram a mudar tal distribuição em alguns casos. Mas os estudos historicos permaneceram attribuidos ao primitivo incumbido de tal recurso.

E' a versão brasileira de taes conferencias que hoje apparece sob o titulo de FORMAÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL.

Inspiraram-nos, para os Seculos XIX e XX de nossa terra, o modelo inexcédível dos CAPITULOS DA HISTÓRIA COLONIAL, do benemerito e grande Capistrano de Abreu, e a percuciente analyse que Godwin escreveu sobre os Estados Unidos, sob a epigrapha bem escolhida "*A political outline*".

Rio, setembro de 1930.

CAPITULO I

Descobrimento e Colonização

A opinião geralmente acceita, official, é que o Brasil foi descoberto a 22 de abril de 1500, por uma esquadra portugueza commandada por Pedro Alvares Cabral.

Durante seculos, tal versão foi pacifica, ninguem se oppondo á larga fama mundial do descobridor. Já não é esta a situação presente do caso, pela excellente razão de que papeis de archivos e documentos da época foram encontrados em Lisbôa e alhures, dos quaes se infere que, antes de Cabral, outros navegantes e exploradores podem ter visitado a America do Sul e o Brasil.

1. O problema do descobrimento. — Em consequencia do achado, todo o problema tem de ser revisto. Tal posição pôde parecer paradoxal e surprehendente: uma affirmação velha de quatrocentos annos a tornar-se duvidosa, pela evidencia de livros esquecidos e de fragmentos de manuscriptos roídos pelas traças. Para comprehender e admitir a possibilidade, entretanto, tem de ser relanceado o meio lusitano, perfunctoriamente, embora, nos Seculos XV e XVI.

A surpresa, comtudo, não pôde ser grande para estudiosos dos primordios da historia americana. Acontecimento analogo occorreu no hemispherio Norte: pouco tempo, relativamente, faz que se adquiriu certeza da viagem de Leif Eriksen a Vinland, cinco seculos antes de Christovão Colombo; e, talvez, antes mes-

mo do viking scandinavo, outros hajam aportado á America Septentrional.

Em seu notavel livro sobre os Estados Unidos, Max Farrand evocou ultimamente a tradição ainda vigente nas mais antigas familias de Terra Nova sobre a viagem de João Caboto, em 1497, vindo a descobrir o que elle já sabia existir pelos dizeres de pescadores de Jersey, provavelmente conhecimentos anteriores á navegação do genovês.

Coisa semelhante aconteceu em Portugal, partindo, porém, de outro quadrante.

Orla continental estreita do litoral Atlantico da peninsula ibérica, Portugal contava menos de milhão e meio de habitantes, largamente ultrapassados por seus vizinhos e rivaes de Castella, competidores ainda nas aventuras de navegação. Inglaterra em gráu menor, mas França, em larga escala, buscavam descobrir e conquistar novas ilhas e continentes. Pirataria era habito commum ás náus exploradoras de toda especie e de todas as procedencias, das frotas barbarescas preando as galeras de Genova ou de Veneza occupadas no commercio de especiarias Orientaes, através do Egypto ou de Stambul, aos corsarios franceses a saquearem o ouro de Espanha e os galeões da prata ou os barcos portuguezes carregados de páu-brasil.

↪ Potencia mais fraca, de todos os pontos de vista, Portugal só tinha um caminho a seguir: esconder sua actividade. Sendo os melhores cosmographos e pilotos de todas as nações navegadoras, possuíam meios, e delles usaram, para ostentar, ou antes conseguir, os mais altos resultados e os mais notaveis feitos.

Commitimentos da mais funda sciencia de marear, tanto em Portugal como em Espanha, deviam-se a marinheiros lusitanos. João de Solis, Fernão de Magalhães eram destes, contractados em Sevilha pela Casa de Contractación. Colombo, genovês de nascimento, possuía pratica de marinharia exclusivamente portuguesa.

↪ 2. O segredo official. — Sabedores conscientes de que não poderiam resistir aos golpes de reinos mais fortes, os sobera-

nos de Aviz haviam adoptado em suas peregrinações Atlânticas) uma politica de constante defesa: o segredo.

Não era licito publicar mappas, portulanos ou relações de viagem. A ser absolutamente imprescindível pôr por escripto qualquer apontamento, isto se fazia de tal modo que nenhum dado fidedigno pudesse ser aproveitado pelo publico. A regra invariavel fôra imposta desde o alvorecer do Seculo XV, quando o infante D. Henrique começou a dirigir soberanamente toda a expansão maritima da marcha do commercio do reino, de seu ninho feudal de Sagres, escola naval de aprendizado, centro de instrucções nauticas e de sciencia geographica, promontorio onde assentou o facho de energia e de luz que aclarou o Atlantico inteiro.

D. João II foi seu herdeiro intellectual e politico, e conformou seu governo ás linhas traçadas por seu grande precursor. De 1415 a 1495, durante oitenta annos, portanto, não variaram alvos e methodos. D. Manoel I, seu successor immediato, ainda lhes obedeceu aos ditames até a sua morte em 1521. Era, pois, um axioma politico de Portugal, invariavelmente seguido por mais de um seculo.

Os progressos scientificos hodiernos permittiram inquirir esses problemas, baseados em face de certo accumulo de documentos, ainda insufficientes em numero e valor para logrem affirmar uma evidencia inconcussa. Prova, a mais, do quanto eram stricta e impiedosamente seguidas as ordens de El-Rey, e do quanto eram severas.

Para exemplificar, podemos apontar a resurreição do antigo systema phenicio posto em pratica por Portugal. Esses historicos senhores do mar, em uma das successivas thalassocracias mediterraneas, tinham o conhecimento secreto das minas de estanho de Cornwall, donde tiravam e levavam para Tyro seus supprimentos, de metal. Para garantirem tal monopolio, afundavam sem dó navios e tripulações estrangeiras encontrados além das Columnas de Hercules, o actual estreito de Gibraltar. Do mesmo modo agiam os portuguezes, quanto ás náus achadas dentro nos limites fixados pelas bullas papaes, fixadoras dos limites das possessões da corôa,

de Aviz. Era isto o meio de assegurar-lhe as ilhas Atlanticas e o caminho maritimo para a India.

Regras terriveis, obedecidas e postas em pratica irremissivelmente, permittiram aos portuguezes conservar segredo sobre suas descobertas oceanicas.

Tal é a explicação da recusa de D. João II, quando Colombo lhe fez suas propostas, antes de as renovar aos reis de Espanha. Propunha o genovês immortal a travessia directa de Lisbôa á Asia através o Oceano Atlantico. Ora, possuiam os soberanos lusitanos, seus estadistas e seus nautas, conhecimento mais exacto das condições geographicas e não ignoravam que de permeio á Europa e á India jazia outro trecho continental.

3. A attitude portuguesa em Tordesilhas. — Por esse motivo, quando ao regressar, Colombo proclamou sua supposta descoberta de ilhas circumjacentes á China, os portuguezes, seu rei á frente, lhe responderam que as terras achadas se locavam dentro dos proprios dominios de Aviz, quaes o Papa os havia definido.

Ao Labrador, por 1472-1474, havia provavelmente attingido velho piloto português, João Vaz Côrte-Real. Outro, Estevão Fróes, em carta ao seu monarcha, allegava uma viagem á America do Sul, por 1498, talvez mesmo anterior a essa data.

O debate de Tordesilhas, sobre a longa divergencia quanto ao linde meridiano entre as possessões das duas corôas, assumia importancia capital para o principe de Aviz: resguardava o mysterio dos descobrimentos portuguezes.

Finalmente, Duarte Pacheco Pereira, em seu celebre *De situ orbis*, adeanta o surprehendente asserto de que estivera no Brasil, em 1498, por ordem de D. Manoel.

Neste caso, e tudo converge para confirmar a veracidade da asseveração, Duarte Pacheco deveria ser considerado o descobridor real do Brasil, passando Pedro Alvares Cabral a possuir o méro titulo official de inventor. Em sua esquadra, em 1500, ia tambem

o primeiro herói, rumo da Índia onde se lhe depararia, ainda, glorioso destino a cumprir.

Por que semelhante silêncio? Por que tal sacrifício de um grande português ao outro? É esse um dos mysterios do problema. Está provavelmente conjugado e se relata com a politica do segredo nacional seguida em Lisboa. Excederia ao plano deste ensaio tentar explicá-lo aqui.

A situação do reino, quer politica quer social, era de extrema delicadeza. Após a viagem triumphal de Vasco da Gama, em 1497-1499, havia surgido um escambo com a Índia Oriental, quasi pacifico a principio, cheio de peripecias militares logo em seguida. As principaes mercadorias trocadas constavam de especiarias, barganhadas por pannos de Europa, cobre e quinquilharias.

As cotações da pimenta e do cravo haviam caído na razão de 4 para 1, como consequencia dos grandes carregamentos trazidos a Lisboa, e daí levados para Antuerpia. Até 1510, ainda valia a pena negociar em taes generos. Dessa data em diante, porém, cresceram as difficuldades, e a perspectiva commercial começou a se revelar menos favoravel do que se supusera. Ainda assim, Portugal não abandonou sua miragem indiana.

Custou-lhe tal politica immensas reservas de energias de toda sorte: tripulações, navios, recursos. Provou inteiramente ruinosa, em prazo breve, desde os primeiros annos do terceiro decennio do Seculo XVI, e de facto levou o país ao expediente de empréstimos, tanto internos como estrangeiros, que fizeram fallir prestamistas e devedores.

Por 1530, entretanto, não pareciam as circumstancias tão desesperadas assim, e a illusão da Índia Oriental ainda predominava nos planos da actividade portuguesa.

O descobrimento do Brasil accumulou novas e crescentes difficuldades sobre o Real Erario. A terra provava pobre. Nenhuns metaes de valia. Nem diamantes, nem rubis, nem perolas. Pá-pagaos, macacos, páu-brasil, escravos poucos e inferiores, por demais acostumados á sua independencia, para lograrem resistir á perda da liberdade. Em summa, máu negocio.

4. Porque se conservou a conquista. — E, contudo, não era admissível se abandonasse o Brasil.

Posição flanqueadora do caminho oceanico para a India, em torno do cabo de Bôa-Esperança, poderia valer como protecção e como ponto de refresco das náus da Asia. Por outro lado, já havia começado, na costa do Pacifico, a revelação das fabulosas riquezas do Perú, após os thesouros saqueados, no Mexico, de seus imperadores, seus nobres e seus templos. Opinava a superstição da época ser o Oriente superior ao Poente: o Brasil, portanto, encerraria maiores divicias occultas dõ que a contra-costa. O tratado de Tordesilhas, ao dividir a America, lesara Portugal, e este olhava para o futuro, deste esperando um possivel arranjo que lhe melhorasse a fronteira divisora: primeiro passo para tal fim, seria estabelecer-se bem e solidamente no litoral Oriental.

Lisbôa e Madrid não se hostilizavam. Laços de familia e interesses communs consolidavam as relações entre as duas côrtes, embora na America estivessem divididas e agissem em rumos oppostos.

Finalmente, Francisco I de França era adversario de ambas as soberanias ibéricas. Contestava as pretensões de ambas a uma posse commum do mundo exterior á Europa, e declarava nunca ter visto a clausula do testamento de Adão que concedia tal imperio exclusivamente a D. Manoel e a Carlos V.

Ademais, o páu-brasil era genero de valor, embora em escala menor do que os productos indianos. Corsarios franceses costumavam cruzar entre os Açores, Cabo Verde e Portugal, cortando a rota dos barcos que da America do Sul voltavam á metropole, e apoderavam-se tanto dos lenhos como das guarnições e dos carregamentos. As perdas da Peninsula provenientes de taes capturas eram pesadissimas, e causavam longas e difficeis controversias diplomaticas em Paris, para aí levadas pelas partes prejudicadas. Nada valiam taes esforços. Francisco prometia não conceder cartas de corso, e assim dizia oficialmente; subrepticamente, porém, as concessões tinham lugar, e as presas continuavam como dantes.

Tão longe foram, que por 1530 seria motivo de hesitação responder se o Brasil se tornaria francês ou permaneceria lusi-

tano, tão forte era a pressão exercida pelos primeiros sobre os se-
gundos.

Com o intuito de melhorar a situação e solver varios desses problemas, D. João III enviou algumas caravellas sob commando capaz, com ordens estringentes para afundar os barcos entrelpos estrangeiros. Christvão Jacques, almirante da esquadra de combate, destroçou-os; a elle se deve ter, por prazo curto, re-freado a actividade illegal dos contrabandistas. Os meios proprios, porém, de enfrentar a contenda consistiram em fixar ao longo da costa Atlantica nucleos permanentes de população.

5. Missão de Martim Affonso de Sousa. — Esta foi a missão que o almirante ~~Martim Affonso~~ ^{Afonso} de Sousa foi incumbido de realizar em 1530, no Brasil. Com este fidalgo notavel, soldado valente e brioso tanto quanto estadista de valor, começa propriamente a historia do Brasil.

Enviou seus navios a percorrerem o litoral de Norte a Sul, com o fito de lhe traçar o mappa. A carta de Viégas, de 1534, resultou desse esforço geographico: ainda hoje merece attenção e respeito, como primeira tentativa de esboço de contorno aproximadamente verdadeiro.

Chantou padrões de posse lusitana em lugares varios. Ao Norte, o ultimo delles ultrapassava ligeiramente o traço tordesilhano, para Oeste. Ao Sul, porém, excedeu-se em muito, e foi tanto para o Occidente que plantou a divisa a meia-distancia entre os sitios onde hoje se encontram Buenos Aires e Santa Fé. Este era o primeiro passo para renovar a discussão fronteira.

Entrementes, afundou ou capturou, tripulando-as com seus marinheiros, as náus corsarias francesas. Destruiu uma feitoria inimiga no continente, e construiu outra, em que pôs uma guarnição portuguesa, nas vizinhanças de Pernambuco. Ao Sul, junto ao actual porto de Santos, fundou um arraial, S. Vicente, e, já acima das serras proximas no altiplano interior da borda da

bacia platina, iniciou outro villarejo, Piratininga, nascedouro da hoje cidade de S. Paulo.

Essas duas fundações, por um lado Pernambuco, São Vicente-São Paulo por outro, destinavam-se a ser as bases para solver dois problemas que Portugal tinha de enfrentar. Pernambuco, no centro da zona productora do páu-brasil, seria cabeça e guia da guerra contra os entrelopos, mórmente franceses, e assim teria de decidir se o novo continente caberia á França ou á corôa de Aviz. A São Vicente-Piratininga ficava devolvida a tarefa de cuidar da contenda lindeira, e de ser o quartel general dos avanços biseculares e dos ataques levados rumo do Paraguay, de Potosi e das riquezas do Perú. Tanto que uma das primeiras ordens emanadas de Martim Affonso foi se organisasse uma expedição "contra o Inca", como appellidava ao Perú.

Prova de sua extraordinaria previsão, sua obra ainda está de pé e durante seculos se desempenhou da missão que lhe havia sido attribuida.

S. Vicente e S. Paulo, a antiga Piratininga, durante centenas de annos foram os postos avançados donde irradiaram as expedições militares á procura da fronteira sulina, cujo resultado final foi o avanço do linde até o Paraguay e o Uruguay. A longa disputa foi definitivamente solvida em dias nossos, por mutuo acôrdo entre o Brasil e seus vizinhos; em largo trecho contestado pela Republica Argentina, deu-nos ganho de causa, em 1895, a sentença arbitral do presidente Grover Cleveland.

Pernambuco, a seu turno, encabeçaria a infindavel luta entre franceses e portuguezes, de Cabo Frio, perto do Rio de Janeiro, até S. Luiz do Maranhão, junto ao Equador. Levou um seculo a decidir-se a contestação. Em 1615, simultaneamente nos dois extremos do theatro do sanguinolento conflicto, o invasor gaulês foi forçado a capitular e a retirar-se para seu país.

Bem serviu aos colonos a severa lição. Foi lembrada e seguida mais tarde, quando Pernambuco e o Nordéste brasileiro foram avassallados pelos hollandeses da Companhia das Indias

Occidentaes. Após trinta annos de porfiada guerra, os forasteiros viram-se compellidos a render-se, abater as armas e regressar á Hollanda, em 1654.

6. Utilização da colonia. As capitánias doadas. — Restavam por descobrir-se os meios e modos de utilizar a colonia economica e defensivamente.

Pobre em excesso e por demais envolvida em sua aventura Indio-Oriental, a metropole não podia distrair recursos para sua possessão americana. Sua experiencia propria, alguns annos antes, nas ilhas dos Açores e na Madeira, tinha-a levado a adoptar um systema indirecto de povoar e administrar seus territorios, através de donatarios com poderes quasi soberanos, vassallos régios, e pagando ao monarcha parte das taxas e dos redditos colhidos, mas assumindo os encargos totaes das doações.

Para o Brasil applicou-se methodo analogo. Da Laguna, ao Sul, até Pará, ao Norte, o litoral foi dividido em extensões de cincoenta leguas portuguezas. Martim Affonso, pelos seus extraordinarios serviços, recebeu em concessão o dobro, ou cem leguas, e seu irmão Pero Lopes de Sousa, que se havia revelado marinho habil sob o commando do almirante, obteve oitenta leguas. Os limites dessas capitánias não podiam ser accidentes naturaes do terreno, pois este era desconhecido. Achou-se, como expediente solvedor, a adopção de linhas geographicas, meridianos e parallelos.

Daí surgiram difficuldades de outra natureza. Onde a costa corria de modo geral de Norte a Sul, a orla maritima corresponderia mais ou menos á largura da doação pelo sertão a dentro. Mas onde o rumo mudasse de N. S. para E. W., a largura real vinha reduzida. Do cabo S. Roque para Maranhão e Pará, o mesmo se reproduzia, em rumo S. E. para N. W., em angulo normal ao trecho de S. Roque a Laguna. E aí a mesma consequencia se dava com os meridianos, como occorria no trecho mais a Sul.

A mesma doação nominal applicava-se portanto a áreas muito differentes. Esse era, entretanto, apenas um entre os incon-

venientes do systema, e certamente dos menos importantes. Tudo dependia, de facto, do valor do donatario, de seus recursos, de sua capacidade organizadora e de commando. Delles a maioria falhou lamentavelmente. Após certo tempo, uns vinte annos, por 1554, sómente se desenhava exito para tres: Pernambuco, S. Vicente e S. Amaro.

O methodo, comtudo, não era essencialmente máu. Tanto, que outras nações colonizadoras, a Inglaterra por exemplo, adoptou suas linhas geraes para suas colonias americanas.

7. Pontos fracos das donatarias. — Começou Lisbôa a sentir os pontos fracos das capitánias, a partir do fim do quinto decennio do Seculo XVI. Do Brasil chegavam ao reino cartas ao monarcha, implorando soccorro contra os indios e contra os franceses. Mandé-nos auxilio, dizia a grande massa das queixas, ou toda a empresa perecerá. De Paris, o ponto principal para sentir e conhecer a tensão real das relações entre os dois governos, o embaixador portuguez afinava sua correspondencia pelo mesmo diapasão.

Havia acôrdo geral em achar excessivos os poderes dos donatarios. Nada conjugava as differentes capitánias. Todos os esforços, em vez de concertados em vista de um alvo commum, eram desconnexos e perdiam seu peso e seu valor pela desordem dos rumos. Por ultimo, as perspectivas quanto á capacidade dos escolhidos para taes empresas eram de quasi fracasso, por sua inaptidão.

Graves difficuldades accresciam, derivadas da conducta tumultuaria de largas fracções do elemento povoador.

Á semelhança da Australia, que no seculo passado soffreu de ter sido uma colonia penitenciaria, o Brasil recebera conjuntamente o refugo de Portugal, assim como colonos de excellente origem e, mesmo, representantes de ramos postgenitos da nobreza do reino. A autoridade dos capitães, nominalmente illimitada, possuia, entretanto, efficiencia reduzida, variavel de lugar a lugar. Duarte Coelho, por exemplo, em Pernambuco,

tinha fama de severo, estricto, obediente á lei, duro no chefiar. De sua donataria fugiam os transgressores da lei e as cabeças esquentadas e irrequietas.

Era de absoluta necessidade existir um código commum, administrativo e penal. Uma autoridade superior, forte, proxima, capaz de instantaneamente tornar effectivas suas decisões, tinha de ser criada, além da do soberano em Lisbôa, distante, theorico e de acção demasiado demorada.

8. Organização religiosa. — Os laços religiosos, de frouxos, quasi haviam desaparecido. Sacerdotes raros, e esses mesmos de vida escandalosa e sem valia moral; áreas immensas, de população disseminada, que era impossivel guiar praticamente segundo o pensamento divino, pois as distancias eram excessivas e os padres escasseavam. Todos esses factores conduziã á desordem ethica, muito pior do que a vida espiritual dos indios primitivos. Além disso, em assumptos ecclesiasticos, nada se resolveria *in loco*, e tudo dependeria de deliberações tomadas em Funchal e Lisbôa, séde diocesana o primeiro, e igreja metropolitana a outra, do territorio colonial. Nova diocese teria de ser criada na America do Sul.

Ademais, as massas infieis tinham de ser chamadas ao gremio da catholicidade, e uma milicia especial tinha de se formar para prégar e ensinar o Evangelho.

Solver todos esses pontos, vitas todos elles, exigiria algum tempo.

El-Rey, em 1549, expediu novo acto, limitando os poderes dos capitães, e nomeando um governador geral para o Brasil. A criação de diocese, entretanto, dependia de Roma, que só em 1551 providenciou sobre o caso. Quanto a missionarios, foram immediatamente enviados na mesma esquadra que trouxe á colonia o primeiro governador: havia recaído a escolha na congregação nova dos Jesuitas, recémnada do genio de Inigo de Loyola.

9. Collaboração cordial do Poder civil com a Igreja.

— Para a terra foi uma benção serem tanto o governador como o superior da missão homens de excepcional relevo, e que assim mereciam ser considerados em qualquer país e em qualquer tempo. Thomé de Sousa e o padre Manoel da Nobrega tornaram-se os fundadores do Brasil, segundo as directivas previstas por Martim Affonso de Sousa. Amigos e trabalhando de mãos dadas, a elles deveu a nova colonia seu surto e seu progresso. Sossego, respeito á autoridade, justiça, organização da vida economica e social, a ambos se deveram.

Durante quasi quatro annos permaneceu em seu cargo o primeiro governador. Seu successor, Duarte da Costa, não mereceu destaque especial, antes provou ter sido escolha infeliz. Mas o terceiro desses altos funcionarios, Mem de Sá, revelou-se o verdadeiro e digno continuador de Thomé de Sousa, e, como este, amigo de Nobrega e de seus Jesuitas.

Prolongou-se por dezeseis annos seu governo, até 1572; laborou fortemente com Nobrega. Assim se póde asseverar que, por mais de vinte annos, foi o Brasil homogeneamente administrado por tres estadistas capacissimos, a serviço do mesmo ideal. De 1549 a 1553, Thomé de Sousa e Nobrega laboraram juntos; em 1557 Mem de Sá chegou e iniciou sua tarefa de reger a terra de pleno acôrdo com Nobrega até 1570, anno da morte do Jesuita. Dois annos depois, o terceiro governador terminava sua carreira terrena.

Um dos problemas mais salientes da colonia era a immensa extensão della. Ainda assim é, hoje em dia. Naquelles tempos remotos, entretanto, obstaculos e difficuldades eram infinitamente maiores, pois faltavam meios de os enfrentar.

Desde o segundo decennio do Seculo XVI se fizera sentir a diversidade das duas missões impostas aos donos do Oriente da America do Sul. Do cabo S. Roque a Cabo Frio, o páu-brasil era a preocupação dominante da metropole. De S. Vicente para Sul, as questões mais importantes ligavam-se á vizinhança dos castelhanos na região platina, ao empuxo subrepticio e silen-

cioso do meridiano separador e ao avanço rumo do Perú e de suas riquezas. Nessas condições, dois pontos de vista inteiramente diversos caracterizavam as duas secções da costa.

Bahia, a Cidade do Salvador como era chamada, fôra escolhida para a sede do governo. Mas estava ao Norte, na região do páu-brasil, e os sulistas queixavam-se de ficarem abandonados. Mem de Sá gastou todo seu período de administração viajando ao longo do litoral, a pacificar os conflictos nascentes, acalmar os colonos offendidos e furiosos, dirimir querelas entre autoridades européas.

Duas queixas principaes eram apresentadas pelos habitantes. Quando Mem de Sá ia para o Rio de Janeiro ou S. Vicente, os nortistas murmuravam contra a deserção. Se permanecia na sede de suas funções, e era empenho maximo de seus administrados segurarem-no aí, gritavam os do Sul e o chamavam para que tornasse rumo das capitánias de S. Vicente e do Rio, afim de receberem os auxilios e favores que escasseavam quando o governador seguia para o Norte.

10. Divisão do governo. — Com o intuito de sossegar descontentamentos e dar a cada secção cuidados constantes e promover seu beneficio e suas missões, decidiu Lisboa em 1572 dividir o governo, uma sede na Bahia para tratar das exigencias do páu-brasil, outra no Rio de Janeiro para enfrentar a outra série de necessidades e de reclamações.

Como sempre, a divisão da autoridade deu lugar aos inconvenientes costumeiros. Após cinco annos de experiencia, foi o systema abandonado em 1577, e um unico governador geral tornou a chefiar a colonia.

Segunda tentativa se fez em 1608, com o mesmo mallogro; durou menos, pois em 1612 a dualidade cessou.

11. Dominio espanhol. — Em Portugal havia occorrido grande mudança. Da dynastia nacional de Aviz, fallecera o ultimo representante, o cardeal-rei D. Henrique, em 1580. Fili-

pe II de Espanha, um dos pretendentes naturaes, impôs sua vontade, invadindo o pequeno reino: parte pela força, parte pelo suborno, logrou ser acceito como soberano legitimo.

Nesse caracter, na America do Sul se tornou senhor do continente inteiro, como dono das antigas colonias espanholas, e das portuguezas herdadas agora. Trouxe tal facto consequencias de importancia maxima, na fixação do linde. A principio, pelo menos nominalmente, Tordesilhas era a regra definidora. Já agora, reinaria certa confusão, pois quer como monarcha hispanico, quer como rei lusitano, a totalidade da terra estava sob a soberania de Filipe. Procuraram os colonos aproveitar a situação o mais possivel: levaram seus descobrimentos e suas caçadas ás peças das Indias cada vez mais para Oéste. Em certos casos, mesmo, o governo de Madrid concedeu officialmente largas extensões territoriaes a portuguezes, sem cuidar de sua situação geographica quanto ao tratado de 1494.

Todas essas circumstancias se aproveitaram mais tarde, quando a revolução restauradora de 1640 repôs no throno um novo rei nacional, D. João IV, o primeiro da linhagem de Bragança. Destarte, ininterruptamente, sem pausa, os limites iam sendo recalcados para Oéste, ampliando a área territorial do Brasil.

Esse periodo de sessenta annos de dominio espanhol tornou-se modo de importancia capital para nossa terra, contribuindo poderosamente para o surto de uma sorte de sentimento nacional.

12. O elemento local. — A mãe-patria européa não podia auxiliar sua possessão ultramarina, por estar assoberbada pelas difficuldades da Europa e das Indias Orientaes e ser pobre de mais para fornecer recursos á America portuguesa: os colonos, portanto, começaram a contar com sua própria actividade e seus proprios meios e possibilidades. Desde os primeiros dias das capitánias, mesmo antes dellas, se bem em escala menor, o cruzamento com os indios havia começado e se tornara prática corrente. Taes uniões eram illegitimas, a principio, mas com

o tempo se tornaram perfeitamente legais e religiosas, desde as conversões em massa ao Catholicismo das tribus originarias; os mestiços oriundos dellas ufanavam-se de sua procedencia paterna. Tanto mais, quanto, ao contrario do que acontecia com os negros africanos, os casamentos mistos com as cunhãs eram nem só permittidos como fortemente preconizados e tidos em alta conta pela lei portuguesa. Esses productos euro-indios, chamados mamalucos, desempenharam largo papel na conquista do país.

Possuiam a astucia do indio, o conhecimento dos methodos, da mentalidade e dos costumes de seus ascendentes selvagens, e a isto acrescentavam a immensa superioridade das armas e do apoio dos reinões. Por seu intermedio, tribus inteiras foram trazidas da selva para os estabelecimentos de litoral e ás fabricas rudimentares de açúcar dos portugueses. Quando a ferocidade e a sêde de sangue, de rapina e de homicidio dos invasores começaram a dominar nas perseguições atrozes dos brancos contra os pelles vermelhas, então e só então mudou o appello pacifico dos indigenas ao seio do gremio immigrado de nivel social mais elevado e surgiu um periodo de crueldade estúpida e reciproca. Mas, na maioria dos casos, por culpa do homem branco.

Desde esse momento, desapareceu a paz e surgiu a phase de violencia e de prêa. Nesse terreno, tinha de ser solvido o conflicto entre as duas raças. O mamaluco tomaria o partido do pae branco, contra a parentela da mãe autochtone.

Pouco a pouco, começou a ostentar-se um grupo racial misto: portugueses vindos da Europa, os chamados reinões; portugueses nascidos no Brasil; meios sangues, adhesos aos genitores brancos; indios pacificos e amigos. Por certo, não era essa uma regra invariavel; entre os indios aliados, nem sempre se considerava a paz como definitiva, e mais parecia um armisticio ephemero do que situação definitiva e conquistada; como tal poderia a qualquer momento, sem preaviso, ser rota. Em conjunto, entretanto, com pequenos incidentes, esta feição permaneceu relativamente assegurada, e foi mantida com efficiencia em casos frequentes.

Assim se deu quanto aos invasores francezes, contrabandistas de páu-brasil. Foi esse o primeiro exemplo desse sentimento solidário, que se revelou semente fecunda de uma politica de longo alcance. Em outros estudos, chamámos a essas lutas a primeira guerra nacional nossa, apesar do relativo exaggero da denominação: um sentir de união, de inimizade commum contra um terceiro, ainda não constitue, é certo, um ideal nacional. Inda assim, esta guerra do páu-brasil, que durou quasi um seculo (1520-1615), uniu e manteve cohesos elementos desconnexos e heterogeneos, cuja collaboraçãõ esteve sujeita a forças desintegradoras energicas, mas ás quaes pôde resistir de anno para anno mais victoriosamente. O grupo hostile, francezes e indios de outras tribus, não possuia a mesma resistencia duradoura: os francezes iam e vinham, e não eram elementos permanentes como os colonos portuguezes. Sua açãõ e seu influxo eram episodicos, emquanto os dos lusos provavam constante e irremovivel.

A sensaçãõ de serem mais proximos uns dos outros, do que dos invasores vindos de França, avultou entre os portuguezes, gente vermelha e mamalucos. Aguentou a prova de 1625, quando os hollandeses da Honrada Companhia das Indias Occidentaes iniciaram seu plano de conquista do Brasil.

13. Lutas com a Hollanda. — Portugal, como parte de Espanha, estava em guerra com Hollanda. Tanto nas Indias Occidentaes como nas Orientaes, as colonias portuguezas foram atacadas, tomadas e perdidas. Um primeiro assalto batavo, em 1624, resultou na tomada da Bahia; mas foram os vencedores finalmente expulsos daí no anno seguinte. Dois annos depois, a mesma cidade foi novamente atacada, mas a força nordica reembarcou apenas com productos da pilhagem. Em 1630, uma grande esquadra entrou em um porto da costa de Pernambuco, e daí atacou as cidades principaes da capitania: Olinda e Recife. Durante dois annos, estiveram impossibilitadas de alargar sua conquista, até que lograram obter o auxilio de um transfuga, Domingos Fernandes Calabar. Com a cooperaçãõ desse valioso comparsa, ampliaram a área dominada á maior parte da costa dos hoje Estados

de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. Chegaram mesmo a atravessar o Atlântico, e apoderar-se de Loanda na África.

Com seus numerosos conflictos na Europa, Espanha não tinha tropas de reserva para remeter para a colônia americana contra os holandeses. Experimentaram fazê-lo, em 1636, mas foram infelizes. As esquadras de combate espanholas possuíam valor militar inferior ao das flamengas. Assim todo o peso da luta foi devolvido sobre as tropas irregulares de terra, que conseguiram manter seu terreno e nada mais.

14. **A Restauração.** — Occorreu então a restauração portuguesa de 1640. Todas as energias do reino recém liberto tinham de se empregar na guerra contra Castella. A colônia americana não poderia contar com auxílios quaesquer por parte da metropole, e teriam de enfrentar, elles proprios, o peso da contenda.

Venceram em toda a linha. Uma expedição naval zarpou do Rio, investiu Loanda e expugnou a guarnição holandesa dos fortes locais, forçando-a a reembicar para os Países Baixos. Progressivamente, no Brasil, estavam os batavos sendo repellidos do interior para Olinda e Recife, até que, em 1654, tiveram de se render.

Era este, para Portugal, um aviso sério. Não existia idéa de secessão, mas do facto de haver a colônia feito mais do que a metropole em um ponto crucial como este, e de haver conseguido, praticamente abandonada pela mãe-patria, vencer a guerra que essa não se animara a emprender, muito podia e devia significar. . . A própria paz, em seguida á capitulação incondicional do Recife, teria de obedecer aos ditames da colônia muito mais do que ás directivas de Lisboa.

Impavam de orgulho os colonos. Eram elles os vencedores, e haviam provado ser os iguaes, se não os superiores, dos portugueses da Europa. A partir dessa phase, começou o Brasil a pensar de mais em mais na politica de Portugal. Na America, nasceu

e iniciou seu desenvolvimento um sentimento nacional, a tomar consciencia de sua valia.

15. O vice-reino. As minas. — Um governador geral era autoridade insufficiente para reger os destinos da terra. Desde 1640, um vice-rei foi nomeado para a Bahia, embora a designação official do país como vice-reino só tivesse lugar um seculo mais tarde.

As rendas cresciam lentamente, mas sem cessar. A colonia ia aos poucos pagando seu custeio e tornava-se negocio melhor. Não onerava o Real Erario, e produzia reditos que iam invariavelmente crescendo, proveniente de taxas, arrendamentos, contractos e monopolios régios. Um elemento, comtudo, faltava ainda, precisamente aquelle que o governo mais ansiosamente esperava, os metaes preciosos.

Parcellas pequenas de ouro haviam já sido encontradas nas capitancias do Sul, e o rei portuguez D. Pedro II multiplicava esforços e récommendações junto a seus vassallos do Brasil para intensificar as pesquisas. Aos maioraes de São Paulo, onde se achavam os mais notaveis exploradores do sertão, convidava para redobrar de esforços na solução do enigma. Em trinta annos (1694-1725), os mais ricos depositos de Minas Geraes, Mato Grosso e Goyaz foram descobertos. Iam subverter a ordem das coisas em Portugal e no Brasil.

Nunca pensara a metropole receber tal riqueza de sua colonia. Tudo cedia o passo á preocupação dominante: tudo envidar para auxiliar a produção maxima de ouro, incrementando as remessas. Até aí, as exportações do Brasil derivavam da agricultura e da pecuaria. Agora, o reino mineral dava a deixa para a produção colonial. Bahia, o antigo centro economico, arriava a bandeira perante o Rio de Janeiro como factor de riquezas. A fama esprou-se de taes divicias, e levou ao porto da Guanabara a cubiça dos piratas e corsarios, ansiosos por conquistar a cidade e exigir-lhe pesados resgates.

16. **Recuo do meridiano demarcador.** — Por outro lado, a expansão política da população havia ocorrido. Exploradores, praticos de mineração, caçadores de escravos, tinham enxameado para Oeste, além da linha de Tordesilhas, com mui pequena opposição, talvez mesmo nenhuma, por parte de Castella e de seus colonos americanos. Tinham formado nucleos permanentes de moradores, examinado as lavras descobertas e trabalhado, a principio com lucro notavel. Novas populações haviam surgido desse movimento expansionista, e nenhuma possibilidade se ostentava de se conseguir voltar á antiga observancia, mais nominal do que effectiva, da fronteira convencionada em 1494. Entre as duas côrtes ibéricas, um entendimento fôra alcançado substituindo o antigo conceito fronteiriço por uma regra nova: abandonar os antigos tratados delimitando os territorios por linhas astronomicas, e fixar a legalidade do dominio pela noção da posse effectiva e continua.

Não occorria tal conflicto ao Norte, pois a Espanha pouco se preocupava com o valle amazonense, e, por isto, caíu esse no dominio quasi não disputado de Portugal, desde fins da quarta decada do Seculo XVII.

Ao Sul, porém, não corriam as coisas com facilidade igual. Longa contenda surgiu do facto da progressão invasora dos colonos lusos. O alvo era o linde pelo rio Paraguay. Em suas expedições, autoridades portuguezas á frente dos elementos locais de S. Paulo haviam fundado em 1680 á margem esquerda do Rio da Prata a colonia do Sacramento. Quarenta annos mais tarde, em 1719, fiscoadores de ouro tinham assentado suas tendas e formado arraial ás margens do rio Paraguay, em Mato Grosso.

Aí se revelava terrivel perigo, ameaça serissima, para a colonização hispanica na America. Em primeiro lugar, descobria a tendencia do, reino bragantino a fazer do Paraguay a traça divisoria, até o Paraná e o Rio da Prata. Se assim acontecesse, o Paraguay, uma das mais antigas fundações castelhanas no Novo Mundo meridional, teria de desaparecer. Em segunda linha, uma vez em poder dos portuguezes tal fronteira, ficaria aberto

aos subditos da corôa de Bragança o caminho de Potosi, assalto a prever ás minas cuja prata constituia a maior parte dos redditos do thesouro de Sua Magestade Catholica.

Tal previsão não podia ficar sem revide, para impedir golpe de tanta gravidade, vital mesmo, contra as possessões espanholas. O exito do conflicto teria de ser obtido á custa de luta asperrima, de vida ou de morte para os interessados. Seculo e meio durou a disputa, ora diplomatica, ora á mão armada. O tratado de 1828, do qual resultou o nascimento da Republica Oriental do Uruguay, solveu o problema quanto ao curso inferior do Rio da Prata. Quanto aos trechos a montante do rio Paraguay, desde 1720 cessaram quaesquer esforços sérios de conquista da margem direita, o que sossegou os receios que se poderiam nutrir pela segurança da região mineira de Potosi.

Compendiando os acontecimentos, portanto, o desenvolvimento economico do Brasil, tanto quanto as contestações internacionaes com as colonias castelhanas, apontavam para a conveniencia e a necessidade de aproximar o centro de gravidade da vida publica da America portuguesa das fronteiras mais sensiveis do Sul. Bahia occupava posição por demais a Norte, quando o ponto predominante dos cuidados governamentaes tinha de ser a divisa meridional, e as capitánias auríferas de Minas Geraes, Mato Grosso e Goyaz.

\ Este foi o escopo do acto de 1763, elevando o Brasil a vice-reino, e fazendo do Rio de Janeiro sua capital.

Tal a situação, quando, em 1808, o principe-regente D. João, que teria de ser o rei D. João VI, transferiu para a America a sua capital lusa, a séde do governo nacional.

CAPITULO II

Organização economica. Valores exportaveis

Do ponto de vista economico, que era, que poderia vir a ser esta colonia, extensa em demasia para uma metropole como Portugal, pequena e de recursos limitados?

17. A terra. — Área immensa coberta de densa vestimenta florestal; ainda em nossos dias, calcula-se em cerca de 50 % a superficie de matas existentes, e para acharmos a proporção vigente em tempos idos, deveremos sommar os trechos derrubados para fins agricolas. Os algarismos mais accitaveis andariam por 60 % no Seculo XVI e no seguinte.

Sólo rico e fecundo, com espessa camada de humus, capaz de largas colheitas de cereaes regionaes, nem trigo, nem aveia, nem cevada, comtudo, pois estes seriam, como ainda são, culturas exoticas; mas apto a produzir fartas messes de alimentos proprios, como milho, mandioca, batatas doces e bananas.

Mares, lagos e rios onde abundava o pescadao de toda sorte. Colmeias naturaes cheias de enxames a trabalharem, tanto no chão como nas arvores. Caça, não excessiva, mas em quantidade razoavel, nos valles, nas chapadas e nos bosques. Temperaturas, sem extremos de sacrificio para a vida humana: mesmo sob o

Equador, toleraveis sob o influxo das brisas periodicas e das chuvas regulâres; ausencia de frios realmente cortantes e incommodos.

18. **A população.** — População antes escassa e distribuida com densidade pouca, a percorrer, pouco sedentaria, planicies e florestas. Physicamente forte, curada pelas intemperies, astuta em sua pratica cynegetica, cruel, dissimulada, sem noção de responsabilidade individual, e lançando sobre a collectividade adversa o peso da vingança de qualquer falta ou crime de qualquer de seus membros.

Obedecia a seus chefes, caciques ou morubixabas, a seus curandeiros e feiticeiros, pagés, e era facil e simples no trato. Incapaz de esforços persistentes e trabalho uniforme, possuiam instrumentos rudimentares para suas necessidades caseiras e agricolas. Desconheciam metaes, e usavam machados de pedra polida, massas ou tacapes de madeira, arcos de madeira curada, armas ponteagudas de osso ou de pedra, lascas cortantes da mesma natureza para ponta de flechas, anzóes de osso.

Viviam geralmente em tribus de poucas centenas de individuos. Como dependessem para sua alimentação das riquezas naturaes, estavam quasi sempre a vaguear, logo que se esgotassem os recursos da região occupada em mel, frutas ou caça e pesca.

Sua industria era primitiva: só excepionalmente produziã algum trabalho de inspiração artistica, como rêdes habilmente tecidas, obras de vime, ceramicas mais ou menos ricamente decoradas, enfeites de pennas vistosos.

Sua actividade guerreira era constante, e manifestava-se pelo mais insignificante motivo ou mesmo pretexto: territorios de caça invadidos ou contestados, mulheres raptadas, prophcias de feiticeiros, ameaças politicas ou vingativas. Algumas tribus mumificavam seus mortos. Outras, relativamente raras, retiravam os ossos das cabeças, deseccavam e mumificavam estas, na região hoje limitrophe com o Perú e a Colombia. A anthropologia era geralmente uma pratica ritual.

19. O elemento invasor. O invasor português era um rude exemplar humano. Sêde de pilhagem e de sangue, eram attributos normaes em taes tempos; religião e superstição, odio aos incréos que perseguia, eram feições communs. Nos primeiros periodos eram poucos de mais para fazerem face ás tribus, e assim ficaram quietos. Quando commandados por chefes energicos e severos, que os mantinham em sujeição estricta e disciplinada, tambem se reduzia a um minimo o attrito com o selvicola. Mas essa era uma situação instavel e pouco duradoura, pois a mestiçagem logo se iniciou e derrubou as barreiras. Os forasteiros iam ás tabas indigenas; os indios vinham aos estabelecimentos litoraneos; e as rixas começaram.

Dessas desintelligencias locais, derivaram numerosas guerrilhas entre as duas raças. Obra precípua dos missionarios catholicos, quasi constantemente em contacto com os autochtones, que os respeitavam, a pacificação pôde firmar-se. De tempos em tempos, quando as offensas do branco se tornavam por demais numerosas e graves, explodia novamente a justa ira das victimas e eram de se temer as consequencias da crueldade vindicativa do selvagem.

Por esta forma, não poucas das feitorias fundadas por portuguezes, imprudentes no trato com o habitante primitivo, ou incapazes de manter disciplina entre seus commandados, desapareceram. A costa do Espirito Santo á Bahia foi praticamente abandonada, e até hoje mostra falhas largas em seu povoamento, como resultados dos ataques levados a fundo pelas malocas irritadas até o desespero, especialmente pelas descidas dos aymorés. A reacção dos descendentes de europeus iniciou-se em começo do Seculo XIX, tão sómente.

Tal espirito briguento acalmou-se, entretanto. Os colonos viram augmentar seu numero e sua força; cruzaram em massas crescentes com as cunhãs; o mamaluco foi aos poucos predominando e alargou o ambito de sua função historica e social. Os Jesuitas penetraram no sertão em sua faina catechista, baptisaram corumins e gente grande; muita vez, attrairam para a costa lévas

inteiras de pelles vermelhas, que se irmanaram á beira-mar e foram absorvidas e se sumiram pelo contacto destruidor da chamada civilização branca.

Doutras feitas, colorindo suas razzias deshumanas sob o pretexto de guerra contra a idolatria, os colonos ajuntavam-se em companhias de vulto, e invadiam o sertão; atacavam os villarejos dos naturaes, capturavam seus moradores e com elles voltavam para a orla occupada pelo elemento dominador. Taes expedições, chamadas entradas ou bandeiras, eram um flagello: o receio que inspiravam ao indio era tal, que este ia fugindo para o interior das terras a afastar-se cada vez mais das praias. Os caçadores de carne humana acompanhavam sua batida, sertão a dentro, até que os itinerarios attingissem e ultrapassassem a fronteira convencional com Castella.

20. O problema da mão de obra. — A verdadeira razão de taes interações era um problema de mão de obra. O Brasil, não tendo ainda revelado haveres mineraes, só podia ser colonia agricola. Os portuguezes, por demais escassos, não possuíam braços bastantes para o cultivo de suas fazendas nem para a extracção do páu-brasil. Saída unica para taes difficuldades, deveria ser arrancar, por quaesquer meios, trabalhadores baratos do viveiro apparentemente inesgotavel da população regional. A escravidão surgiu de tal necessidade economica.

Desde as primeiras occurrencias, os Jesuitas protestaram contra semelhante politica, e por mais de um seculo moveram guerra incessante contra ella, os missionarios a protegerem os indios, os colonos a prearem impiedosamente as malocas sob a pressão das exigencias economicas. A Companhia de Jesus muito soffreu por sua generosa protecção aos catechumenos. Nunca abandonou essa nobilissima defesa, e com isto grangeou immorredoura gloria aos filhos de Santo Ignacio de Loyola.

De puro ponto de vista de negocio, a solução do indio provou má. Eram criaturas primitivas, filhas da selva e dos campos; não resistiam á vida em recintos fechados como eram as casas dos

brancos, nem ao esforço continuo, aturado e duro do trabalho de culturas á moda europeá ou de industrias dos engenhos. Morriam aos magotes, quando escravizados. Muitos suicidavam-se. A maioria evadia-se para as florestas. Em menor numero, illudidos e presos pela astucia do colono, perdiam todo estimulo e permaneciam no captivo; nelle não tinham vida longa, victimas indefesas do sarampão, da variola, da bebida, do ar confinado, factores de rapidissima eliminação. Novos bandos prêadores investiam o sertão a descerem novos rebanhos de gado humano, cada vez mais difficeis de se conseguirem pelo progressivo alongamento das regiões fornecedoras.

Renovaram-se os factos já notados na America Central, ao tentar obviar-se aos protestos de Las Casas, em sua indignada cruzada contra as atrocidades espanholas relativas aos indios. No Brasil tambem, acudiu aos colonos e ao governo portuguez a oportunidade de importar negros africanos em substituição do selvicola revoltado e preguiçoso.

21. A escravidão negra. — Grande incerteza reina quanto á data da chegada á America lusa dos primeiros africanos. Suppõe-se hajam vindo á Bahia, por 1538. Uma vez posto em movimento, nunca cessou o affluxo servil até a abolição do trafico, em 1850.

Nisto, não havia novidade para europeus, e principalmente para portuguezes. Lisbôa, ia para mais de seculo, fôra mercado importador de escravos negros para necessidades locais e para exigencias do consumo alienigena. A principio, na Europa, e em seguida para ambas as Americas, as colonias portuguezas eram os bem conhecidos fornecedores, claramente confessados á luz meridiana.

Sempre de um ponto de vista puramente utilitario, assim como a solução do indio fôra um desastre, a do negro revelou-se preciosissima e valiosa. Socialmente, estava o africano em nivel muito mais alto do que o aborigene americano. Emquanto este se achava mergulhado em pleno periodo neolithico e alcançava apenas o estado fetichista, o negro importado era-lhe de muito supe-

rior, conhecia e trabalhava metaes, ferro principalmente, possuia uma architectura propria, reverenciava tradições, e, mesmo, muitos delles eram monotheistas comquanto a maioria pertencesse ao puro paganismo. Estavam afeitos á vida sedentaria e sabiam servir-se de utensilhos de modo a fornecerem operarios bons e mão de obra habil.

O indio não tolerava o esforço debaixo de coberta, emquanto o negro aí prosperava normalmente, tanto quanto ao relento e á actividade das fainas agricolas. Mais forte e mais resistente, sua efficiencia excedia em muito a dos selvicolas. Captivos, estes morriam aos montes. O sangue africano multiplicava-se, ao contrario, em meio ás mesmas durezas que destruiam o americano. Sua taxa de natalidade era a mais alta das tres raças concurrentes.

Por outro lado, consequencia talvez das condições desfavoraveis, ou por outros elementos biologicos, sua mortalidade excedia a do branco e mesmo ultrapassava a natalidade propria. Desta forma, sua vida média não ia além dos 25 annos. Como, entretanto, a importação de novos carregamentos de gado humano era facilmente obtida, de todos os pontos de vista o escravo negro valia por immenso progresso.

Não exaggera quem disser que, sob a direcção do branco, elles realizaram todo o trabalho material e os esforços precisos para criar e construir o Brasil. Em um caso, mesmo, foram guias dos brasileiros: seu é o merito da primeira industria de preparo directo do ferro, nas forjas rudimentares de Minas Geraes, fruto natural da sciencia pratica infusa nesses metallurgistas natos que são os africanos.

Pedia o desenvolvimento do país supprimentos crescentes de braços; tanto mais, quanto ás condições de tempo e de espaço da terra e suas características dominantes impunham um caminho unico de actividade, a economia naturista, como lhe chamam os allemães, a utilização directa e immediata dos recursos naturaes.

Durante a phase inicial, estreitamente ligados ao litoral, por ignorancia e receio do sertão, os colonos viam-se cons-

trangidos a viver como em praças assediadas. Por trás das cercas de madeira alta e dos vallos de defesa de trincheira, tinham de se manter de pescado, alguns legumes, aves de terreiro, porcos importados, e, mais tarde, gado vindo de ultramar, da Madeira e de Cabo Verde. A missão dessas feitorias era multiplicar fortins de resistencia contra os ataques dos selvícolas; feitoria commercial para as trocas com estes, terra de cultura, para se produzir o que em taes limitados chãos se pudesse obter.

22. A pacificação. A organização economica ao Norte. — Decorreram alguns annos, antes que se não houvesse mais que recear os ataques dos indios; só então as fazendas, como se appellidavam taes feitorias, puderam desenvolver-se por áreas mais extensas e alongadas. Pela mesma época, a canna de açúcar foi importada da Madeira, e engenhos rudes de páu se fundaram e de fogo directo para a concentração das garapas nas tachas, iniciando-se destarte uma rudimentar industria açucareira. Taes engenhos, como se chamavam, constituiam a unidade economica basilar da terra. Autonomas, vivendo sobre si, poucas commodidades teriam de importar de Portugal, principalmente vinho e azeite. Cultivavam e colhiam algodão e teciam fazendas grosseiras. Gado, aves, suínos, cresciam e multiplicavam-se em abundancia. Pelles e couros decorriam da criação dos gados. O açúcar dava tambem a cachaça.

Dentro em breve, houve largo excedente de taes productos, e os colonos começaram á exportá-los para a metropole nos navios portuguezes que iam á colonia americana, unicos autorizados a lhe frequentarem os portos.

Tal organização economica, comtudo, exigia largo dispendio de trabalho. Derrubadores para roçarem o mato das plantações; agricultores para limparem as derrubadas e prepararem o terreno para as sementeiras, as carpas e a colheita das messes, o transporte das cannas ou das espigas de milho e das demais culturas; operarios especiaes para construirerem ou remendarem os engenhos,

as rodas dagua, os canaes ou regos; remadores para barcos e lanchas em que se transportavam rio abaixo até o Oceano as utilidades colhidas ou preparadas; caldeireiros para tachas, carapinas, marceneiros, ferreiros, pedreiros, serventes, fazedores de tijolo e de telha; criados de toda especie para as necessidades caseiras; caçadores e pescadores para sustento da fazenda; guardas para protegerem familia e propriedades; taes eram em resumo as mais importantes formas de trabalho impostas aos empregados e escravos. Indios só aguentavam algumas de taes faïnas: quanto á maioria delles, eram inaptos, dellas fugiam ou morriam em seu desempenho; excepcionalmente, conseguiam acostumar-se á criação de gado. Os negros não logravam escapar do captiveiro, pois o indio lhes não era affeiçãoado. Daí resultava que, de anno para anno, se intensificava o trafico negro.

O gado havia encontrado condições favoraveis de desenvolvimento em toda a região da Bahia e de Pernambuco. Ao longo das antigas trilhas dos indigenas, levando ao interior da bacia do rio S. Francisco construïam-se ranchos novos, os chamados *sobrados*, em que assistiam os vaqueiros das fazendas de gado que alli se abriam: a população, vasqueira embora, ia-se espraïando. Em fins do Seculo XVI, o sertão já havia perdido no animo dos moradores a aureola de terror que dantes inspirava. As tribus mais temerosas haviam sido repellidas da costa. No fim do seculo immediato, as fazendas de gado tanto se tinham multiplicado no valle dos rios principaes da região, que o São Francisco recebeu o nome habitual de rio dos curraes.

Foi esta uma das feições mais importantes da colonização do Brasil. As feições topographicas da região revelavam divisores de aguas bastante moderados de uma para bacias contiguas no Brasil central, incapazes de offerecer embaraço á progressão dos rebanhos terras a dentro. Partindo da Bahia, pioneiros foram plantando seus sobrados rumo do S. Francisco, atravessaram-no e, subindo por seus affluentes, penetraram na zona do Norte e do Nordéste.

23. **A organização económica, ao Sul. As minas.** — Ao Sul da colónia, outro era o aspecto das coisas.

A canna tinha sido trazida para aqui, em S. Vicente e em S. Paulo, mas encontrara condições menos favoráveis do que ao Norte. O gado não predominava como na Bahia nas actividades locais. As fazendas tinham de ser abertas e dirigidas segundo rumos diferentes dos da região septentrional. Enquanto Recife, Bahia tinham valiosos productos a exportar para Portugal, Santos, porto das capitánias de S. Amaro e de S. Vicente, remetia muito menos. O typo de vida económica aproximava-se mais do de uma colónia de povoamento. Produziam tudo quanto fosse preciso para seu sustento, mesmo uvas viníferas e algum trigo, usado em bolos, biscoitos e tortas mais do que no fabrico de pão: isso lhes era facilitado pela temperatura menos elevada decorrente da latitude mais austral da terra e pela altitude de planalto interior onde se haviam localizado as agremiações de povoadores.

O linde de Tordesilhas, muito afastado da costa no trecho central da Bahia, passava bastante perto de S. Paulo. A zona intermediária tornara-se região contestada onde sem trégua portugueses e espanhoes contendiam.

Um dos preconceitos dominantes nos potentados desses longínquos tempos era ostentar riquezas, e estas avaliavam-se pelo numero de escravos de cada qual. Muito mais do que no Norte, onde havia muitos negros, S. Paulo tinha preferéncia pelo indio. Muitos motivos concorriam para tal situação.

Abundavam os mamalucos, e essa gente era bellicosa. A caçada de escravos, combinada com o odio político entre os dois troncos ibéricos, incentivara as entradas das quaes derivava a constante, lenta, mas irreprimível pressão sobre a occupação castelhana, forçada a recuar sem pausa para o rio Paraguay. As reduções jesuíticas, colónias de indígenas dominadas e regidas pelos filhos de Santo Ignacio, iam sendo destruídas aos poucos e constringidas a remover-se para paragens outras, principalmente entre Paraguay e Paraná, por um lado, e para Sul do Uruguay,

por outro. Historia sombria, de crueldade e de sangue, á qual se deve, entretanto, o dilatar do territorio do Brasil.

Pequenas parcellas de ouro haviam sido descobertas nessa região, em ambas as vertentes do grande divisor de aguas, a Serra do Mar. Esta linha de cumiadas, de cerca de 1.200 metros de alto, encostada ao oceano por um lado, a Oriente, afastada apenas de vinte a cento e cincoenta kilometros do litoral, de Santos a Santa Catharina, definia a vertente directa do Atlantico, da que drenava as aguas para o estuario do Prata. A pesquisa do ouro era uma tarefa permanente imposta a si proprios pelos sertanistas todos. Provavam-se areias e cascalhos de todas as ribeiras atravessadas, pois ignoravam, mineiros inexperientes, jazidas de beta e só conheciam as alluviões metalliferas. Não procuravam vieiros, portanto.

De facto, todos os depositos revelaram-se limitados em extensão e teor. Ainda assim, não esmoreceu a procura. Parecia, entretanto, formar-se uma opinião generalizada de que a perspectiva nesta região era menos desanimadora do que em outras. Não despertava grandes esperanças, comtudo: ainda um seculo teria de decorrer antes de se revelarem os thesouros de Minas Geraes.

Alinhando todos esses factores, certas conclusões pareciam impor-se.

Até o fim do Seculo XVII, o Brasil revelava-se apenas país agricola, desprovido de haveres mineraes em gráu sufficiente para constituir fonte importante de riqueza publica.

24. A mestiçagem. O trafico. — A população mestiçada de gente falando portugûes não excederia de 100.000 almas. Constituiam, em largos traços, seis nucleos principaes: Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará, Rio de Janeiro e Santos-São Paulo. Tal avaliação não incluiria os indios a vaguearem pelas brenhas.

Nesse total, o elemento branco puro era uma minoria. Os elementos officiaes e os colonos formariam uma casta superior,

sendo que os nascidos em Portugal se considerariam acima dos que ~~houvessem~~ ~~por~~ ~~herança~~ a colónia. Estes últimos vinham em segunda linha, muito pouco considerados pelos reinóis vindos da Europa, e elles accetavam essa diminuição de conceito e de classe.

Appareciam, então, os mestiços de indios, que não admitiam fossem collocados no mesmo nivel dos mulatos ou dos demais cruzados de brancos e negros; allegavam, antes, a ascendencia paterna, a protecção que, oficialmente, Portugal lhes dispensava, ao promover os casamentos mistos entre europeus e autochtones. Depois dos mulatos, vinha uma indescriptivel mistura de innominaveis cruzas: mulato-indio; indio-negro. Finalmente, estrato basilar, os escravos vermelhos, e, ainda mais baixo, a massa africana e sua linhagem racial.

Dados estatísticos são impossiveis de dar. Quando muito, algumas suggestões ousadas se poderiam mencionar.

Tribus, fóra da acção dos portuguezes, talvez não numerassem mais de 800.000 cabeças.

Os mais antigos chronistas, por 1583, estimavam a população do Brasil em 57.000 almas: 25.000 brancos, 18.000 indios civilizados, e 14.000 escravos negros. A maioria desses eram encontrados em Pernambuco, e o restante na Bahia, existindo apenas uma centena delles no Rio. A Bahia era o porto de desembarque principal dos africanos.

A actividade agricola, muito mais intensa no Norte, que exportava para a Europa suas obras de producção, enquanto de Santos e do Rio nada se remetia para fóra, era o elemento distribuidor da escravatura. S. Vicente, Santos e S. Paulo possuíam principalmente peças do sertão; peças da India eram poucas.

Como regra, não eram maltratados. Historiadores da escravidão narram que nas Indias Occidentaes os captivos costumavam implorar se adaptassem as regras brasileiras. Consistiam em Ordens régias e Alvarás de 1680, 1689, 1693 e 1704, pelos quaes os proprietarios de negros eram obrigados a deixar o sabado livre para seus servos: nesse dia, trabalhavam em proveito

proprio. Era-lhes dada assistencia religiosa quando doentes ou em perigo de vida. Obligatorio tambem era dar sustento aos velhos, invalidos ou enfraquecidos.

Lamentavelmente deficiente é a informação sobre os numeros importados da Africa, embora se deva ter em mente que, em sua nova patria, elles não se achariam em situação inferior ao nivel miseravel de sua existencia em sua terra de origem. O que era horrivel, a desafiar qualquer descripção, era a travessia maritima do Oceano, nos porões apertadissimos de barcos pequenos, sem ar para respirar, espaço para se moverem, alimentação escassa e corrompida, agua infecta para saciar a sêde.

A mortalidade não raro se elevava a 30 % e mesmo 40 % nesses folegos vivos, e não se consideravam anormaes; a média de 20 % seria accitavel, talvez mesmo optimista. *Tumbeiros*, synonymo de esquifes fluctuantes, appellidavam-se em Angola esses barcos do trafico.

As maiores forças de taes importações recaíam no Seculo XVIII, após o descobrimento das minas de ouro e de diamantes do sertão, e o progresso das áreas cultivadas do Sul. Tentativa conjectural de avaliação, baseada no pouco que se sabe dos documentos officiaes, conduz a numeros que oscillam em torno de 50.000 por anno. Mais provavel, no Seculo XVII andariam por 40.000 annualmente, e por 55.000 no seguinte.

Estatisticas precisas, não ha. Procurámos summariar o que se conhece desses movimentos demographicos em nossa *Politica Exterior do Imperio*. De positivo, nada se póde affirmar. Se alguns pontos se podem esclarecer para importações legaes, quasi nada ha quanto ás entradas contrabandeadas, e estas poderiam ser o dobro das primeiras.

Directamente de Angola para o Brasil, entre 1575 e 1591, 52.053 negros foram exportados, diz um relatorio apresentado a Filipe II de Espanha; seriam 3.100 por anno. Mas Angola era apenas uma das capitancias africanas; quanto mandariam as outras? taes numeros valeriam para o commercio legal, e os des-caminhos?

De Pernambuco, durante a sua phase hollandesa, possuem-se estatisticas cobrindo um decennio, 1636-1645, no total de 23.163 cabeças, ou 2.300 por anno.

Nisto se resume quasi tudo quanto se sabe sobre os Seculos XVI e XVII.

Desappareceram os documentos relativos ao trafico. No Brasil, não se encontram. Talvez alguns ainda se achem nos archivos de Portugal, ou nos das antigas colonias da Costa da Africa; até hoje, entretanto, não se divulgaram ao estudo dos investigadores de nossa historia colonial.

25. As consequencias. — Para se ter idéa aproximada do que foi esse fluxo negro invasor, parece só existir meio indirecto de avaliação: tomar por base a sobrevivencia, quando pela vez primeira se tentou recensear o elemento servil, e calcular com as taxas de mortalidade, de nascimentos e de vida media, afim de determinar a quota annual capaz de dar em X annos os algarismos que a estatistica forneceu, em inicio do Seculo XIX. Assim tentámos proceder naquelle nosso trabalho, tendo achado por média annual 55.000 cabeças. Claro que seria menor em inicio, e iria, em seguida, progressivamente em augmento.

Constituiam os negros a camada social mais baixa. Tão desconsiderada, que lhe discutiam a qualidade humana. Foi preciso que a Santa Sé os declarasse homens, para serem reconhecidos como taes.

Apesar de tudo, começou logo o cruzamento das raças. Os povos mediterraneos não experimentavam em face das pelles negras a sorte de repugnancia dominante na psychologia nordica. Ainda perdura tal feição sentimental. A descendencia abundantissima, a principio, do elemento africano puro, começou a diminuir pela decadencia de sua pureza de sangue racial: surgiu uma camada, em augmento crescente e ininterrupto, de mestiços, meios-sangues, quarteirões e ainda menos coloridos. Até hoje, não parou a diluição pigmentar. E continuam os mesmos factores desse

descoramento dermico: continuam agentes principaes delle os portuguezes, os espanhoes e os italianos. Estes ultimos, raros nos seculos iniciaes, avantajaram-se em dias nossos, com as mesmas consequencias biologicas. Ha, portanto, um progressivo, continuo e cada vez mais sensivel branqueamento da pelle das populações locaes.

Surgiu aqui uma feição peculiar. As uniões com indios ou indias eram perfeitamente acceitas, salvo quando illegaes ou contra os ditames religiosos. Ao contrario, a mistura com o africano era tida como degradante. Os productos das primeiras nenhum empecilho encontravam em sua existencia, quando provenientes de gente livre. A outra classe de mestiços, ao invés do que se dava com a precedente, era desprezada e não se confundia, aparentemente ao menos, com seus superiores, mesmo quando eram livres. Entre os privilegios negados á gente de côr, achava-se o sacerdocio: por esse motivo, grande empenho faziam as familias, de avoengos mais respeitadas, em ter entre seus membros padres ou religiosos: era uma prova de pureza de sangue, de ancestralidade reputada, nunca manchada por collusões discutiveis. Para aquelles, novas addições de collaboradores brancos se tornavam precisas, para poderem ascender a niveis sociaes mais altos.

Entre taes circumstancias, foi sendo realizada a fusão das raças, sem obstaculos irremoviveis, a não ser a opposição victoriosa das estirpes mais illustres, e isso mesmo nem sempre com successo. Com isto soffreu o character geral da população.

Os antigos colonos portuguezes eram francos, rudes, de fala simples e sincera, animados e moralmente retraídos; não eram alegres, e custavam manifestar seus sentimentos intimos de regosijo. O indio era grave, mais ou menos nas mesmas directivas. Mas o factor africano, em geral, ostentava um perpetuo bom-humor, jubilo infantil e expansivo, gaudio pelos menores incidentes de sua vida. Nada mais agradava ao negro do que dançar, cantar, vestir-se garridamente e apresentar côres brilhantes.

Cheios de contentamento e de juventude, uma restea de sol illuminava sua alma pueril. Parte desta se infundiu na psycho-

logia do mestiço. Essencialmente sensíveis, dignos de fé e dedicados, capazes de serem levados para qualquer lado por bondade e carinhos e palavras brandas, os negros collaboraram de facto no ameigamento da dureza primitiva do colono português. Nunca, no Brasil, houve levantes comparáveis com as revoltas de captivos das Índias Occidentaes. Apesar de abusos no trato entre senhores e escravos, em geral as relações entre os dois elementos eram mansas e revestidas de cordura, e por isso a situação do africano em mãos do seu dono no Brasil era invejada por seus irmãos de infortunio em outros países.

Tal, o lado de sol do problema em nossa terra.

Não se poderiam dizer os mesmos elogios, quanto ao lado da sombra. Minguou a moralidade da parte masculina da população. Surgiu um comprehensível, mas lamentável espírito de vingança e de crueldade para com as mulheres de côr, por parte da metade feminina da sociedade branca dos proprietarios de escravos, consequencia das offensas praticadas contra as esposas pela incontinencia derivada das facilidades que a situação servil proporcionava.

Difficil coisa é proferir um julgamento do caso. Devidamente pesados o bem e o mal, talvez seja equitativo reconhecer que o esforço principal em construir o Brasil, do ponto de vista material, foi delles, em seu aspecto economico. Moralmente, fraquezas lhes pôdem ser attribuidas, mas seu influxo está sendo combatido e remediado pela educação e pela ascensão gradativa dos espiritos. A mancha negra vae sendo delida aos poucos e tende a extinguir-se em prazo breve, com o affluxo da immigração branca, na qual a herança de Cham se está dissolvendo. Roosevelt notou com razão que o futuro nos reserva uma grande benção: ter evitado e solvido um problema altamente perigoso, quízá mortal — um conflicto racial de vida e de morte.

26. Antonil. — Temos um depoimento de notavel valia quanto ao influxo reciproco de todos esses factores no inicio do Seculo XVIII. Uma das personagens principaes da Companhia

de Jesus na provincia do Brasil por essa época, era um italiano de Lucca, João Antonio Andreoni; havia sido visitador da provincia, reitor do collegio da Bahia. Sob o anagramma transparente de André João Antonil, publicou, em 1711, um livro admiravel cuja extraordinaria importancia póde ser aquilatada pelo facto do governo portuguez ter confiscado toda a edição. Poucos, pouquissimos exemplares escaparam á fogueira, uns seis apenas, ao que se conhece, constituindo, cada qual, joia preciosissima das collecções de bibliophilos.

Motivou a suppressão o crime de dar informação por demais completa e exacta do valor da terra e de suas possibilidades, o que poderia levar outros paises, mais fortes e ricos, ao desejo de conquistá-lo. Mas existia outra razão mais poderosa ainda para o auto da fé: o livro ensinava aos brasileiros a grandeza e a potencialidade de sua patria, e poderia exaltar aspirações, principalmente após o exito victorioso das guerras do páu-brasil e da expulsão dos batavos.

Seu titulo é suggestivo: *Cultura e Opulencia do Brasil, por suas drogas e minas*. Drogas, se deve entender como agricultura e seus productos.

Quando foi publicado, as minas de ouro recém-descobertas forneciam estatisticas das mais surprehendedentes, de que falaremos dentro em breve. Mas apontava tambem a obra para industrias basilares do país, tabaco, pelles, couros, açúcar, criação de gado, e outras. Não variaram muito taes formas de actividade, e, em conjunto, poderemos tomar os algarismos divulgados como estatisticas fidedignas para o fim do Seculo XVII, embora se refiram a 1711.

Por aí sabemos que a Bahia contava 146 engenhos, com uma exportação de sobras montando a 14.500 caixas de açúcar pesando .35 arrobas cada uma. Pernambuco produzia menos: 246 engenhos não expediam mais de 10.300 caixas. Rio, com 136 engenhos, exportava 10.220 caixas. Era um total de 37.020 caixas, pesando aproximadamente 1.300.000 kilogrammas, e valendo na-

quelles tempos 2.535:142\$800 réis, moeda portuguesa. Hoje, o valor andaria por quinze vezes aquella quantia.

Maranhão construiu cerca de cincoenta engenhos, mas abandonou-os, preferindo dedicar-se á colheita de castanhas, cravo e coco.

Fumar, a principio, era tido por pratica diabolica, costume dos indios idolatras. Aos poucos, a censura ecclesiastica abrandou sua condemnação e permittiu o uso do tabaco. Sua cultura veio a tornar-se uma das grandes industrias do Brasil, e assim continuou até hoje. Em fins do Seculo XVII, a Bahia exportava 25.000 rôlos, Pernambuco e Alagoas 2.500.

A criação de gado havia crescido muito e tomado largo desenvolvimento. Diz Capistrano de Abreu que o uso do couro caracterizaria a época, e propôs se dêsse á phase colonial em questão o nome de idade do couro. De facto, em toda parte, em todos os mistéres, se achava o couro: nem só no Brasil, mas em todo o continente. Alguns annos depois de Capistrano, um estudioso uruguayo fez a mesma observação e propôs a mesma caracterização, para a população da bacia do Rio da Prata.

Alguns numeros bastam para apontar o alcance de taes factos. O tabaco exportava-se em rolos, cosidos em surrões de couro crú. Bahia remetia 50.000 meios de sola; Pernambuco mandava uns 40.000 e Rio cerca de 20.000, nestes se incluindo os que vinham da Colonia do Sacramento. Além disso, desses meios de sola representando umas 55.000 a 60.000 cabeças de gado, todos os instrumentos, ferramentas, mobilia, calçado, roupas, etc., devem ainda ser accrescidos, o que eleva o total a um consumo annuo de cerca de cem mil bois.

Antonil dá cifras approximativas sobre criação bovina. O vasto condensador de rebanhos era o valle do São Francisco, em ambas as margens. A do Norte era povoada por mais de 800.000 cabeças; seus donos eram pernambucanos; a Nordés-te, além dos divisores baixos das bacias fluviaes, largas massas haviam enchido Piauhy e Maranhão, cujas pastagens eram opti-

mas. A Sudoéste, as manadas haviam invadido immensas planícies desconhecidas, á margem direita do caudal, e iam estendendo-se por essas paragens bahianas. Mais de quinhentos ranchos estavam espalhados por essas devesas, e iam caminhando rumo de Minas Geraes. Como veremos, tal extensão gradual á procura do rio das Velhas, na capitania central, permittiu fornecer a solução unica para o problema da fome, da alimentação das massas de forasteiros que, nos ultimos annos do Seculo XVII, e nos primeiros do seguinte, invadiram as então descobertas jazidas alluvionaes, e assim criaram a terrivel crise de miseria faminta, em região virgem que nada tinha preparado para receber tal affluxo de aventureiros. Esta margem direita do São Francisco reputava-se conter mais de 500.000 cabeças de gado.

Somme-se a isto a producção local para usos caseiros, quer alimentares quer de vestuario; taxas e arrendamentos; monopolios e doações; e bem se pôde concluir que o Brasil já pagava seus gastos.

27. **Ausencia do meio circulante.** — Curioso é, e mereceria indagação mais minudente que aqui não pôde ser feita, que todo esse surto se realizava sem auxilio de dinheiro. Ou antes, para ser mais preciso, a moeda só apparecia como medida commum de valores, pois não havia, ou era métramente rudimentar, a presença de signos monetarios.

Como regra, no interior, se impusera um systema de troco generalizado, um escambo pelo qual os colonos se haviam criado o meio unico de solver transacções commerciaes. Quando se não podiam compensar exactamente os negocios reciprocos, os saldos pagavam-se em escravos, gado, fio de algodão, açúcar ou tecidos. Mercadorias importadas amortizavam-se pelas commodidades remetidas para o reino; os creditos do balanço eram talvez a unica occasião de movimentar moeda cunhada. Esta, entretanto, só circulava, talvez com a excepção unica das cidades do litoral, em escala minima. Ouro e prata es-

tagnavam, eram entesourados e occultos com receio dos ataques de piratas, na costa, ou de bandidos, no interior. Outras vezes, os metaes eram fundidos e transformados em joias grossas para uso feminino.

Taxas, contractos, arrendamentos, monopolios, pagavam-se *in natura*. O processo normal era este: a administração punha em hasta publica a arrecadação desses renditos, e contractava-se com o lançador mais alto. O concessionario teria de pagar em moeda corrente; mas, elle proprio, collectava as sommas devidas, em gado, pannos, páu-brasil, açúcar ou cachaça. Vendia no mercado litoraneo as mercadorias recebidas, ou exportava-as e ainda ganhava na negociação. O jogo era, como sóe ser sempre em taes sociedades primitivas, verdadeiro flagello. Os meios de fazer face aos prejuizos não variavam: terras, escravos, joias, bezerros e gado, mercadorias, e raramente moeda. Tal situação duraria mais de um seculo, e só se modificou, em parte, na éra de setenta do Seculo XVII.

Alargos!

→ 28. Consciente emancipação politica da colonia. — Todos esses inconvenientes ou particularidades de um typo especial de vida social tiveram influxo muito fundo, se bem não sentido desde logo, nos problemas internacionaes da colonia.

Em primeiro lugar, desenvolveu nos colonos grande confiança em si propios. Esforçavam-se por si, sem auxilio da metropole. Não alimentavam rancor ou despeito, mas só contavam consigo e com seus recursos propios. El-Rey, em Lisboa, era para o portuguez de além-mar uma sorte de semi-deus, de essencia divina, temido, respeitado e mesmo amado, como um ser sobrehumano e distante.

Do monarcha dependiam favores e doações, honras e lugares. Mas do governo metropolitano, propriamente, pouco, ou mesmo nenhum beneficio se esperaria.

Uma sensação obscura de igualdade entre as duas fracções portuguezas, a americana e a européa; uma noção apa-

gada de não receber o trato equitativo por parte dos governantes do reino; tal impressão de injustiça relativa começou a surgir entre as duas ribas do Atlantico, a separar-lhe as mentalidades. Tal se desenharia a terra de cultura, onde um seculo mais tarde iriam abrolhar as sementes de liberdade e de independencia.

Vieram depois as consequencias das bandeiras de resgate, meios de execução da caça ao indio. Sem importancia na bacia amazonense, desprezada por Espanha, desde 1637 havia sido conquistada para Portugal por Pedro Teixeira. A Sul, porém, as difficuldades acumulavam-se tanto mais graves quanto mais meridional era o trecho estudado.

O tratado de Tordesilhas ainda vigorava, nominalmente pelo menos, e esta deveria ser a bitola de apreciação.

Na latitude da Bahia, o limite ainda não fôra violado. Em S. Vicente, porém, passava o meridiano muito proximo á cidade de S. Paulo, e, mais para Sul, ia encontrar a costa pouco abaixo da hoje cidade de Paranaguá.

Antes mesmo do fim do Seculo XVI, as bandeiras haviam penetrado bastante além do traço divisorio; estavam preando selvicolas e destruindo reduções jesuiticas, a bem dizer sem estorvo das autoridades espanholas do Paraguay. Para tal inercia concorriam varios motivos. No dominio dos Filipes em terras lusas, de 1580 a 1640, quer sob titulo castelhano ou por conquista portuguesa, o senhorio da terra pertenceria sempre ao soberano de Espanha. Este, que recebia os recursos e reclamações de autoridades paraguayas e dos jesuitas, não desejava intervir em taes disputas longinquas de obscuras colonias, nas quaes não perigava seu imperio de todo o continente. Por esse ou aquelle direito que se invocasse, seria sempre seu.

Mas depois de 1640, com a Restauração de Portugal, o aspecto das coisas havia mudado. Os dois reinos estavam em guerra; Castella fôra vencida e finalmente forçada a acceitar a situação de facto. A conquista do Brasil, por intermedio dos bandeirantes, nunca mais volveria aos antigos donos por direito tordesilhano.

Mais de seculo e meio durou tal estado de espirito. No fim do Seculo XVII, portanto, o recuo vagaroso, constante, violento e incessante da fronteira para Sul e para Oéste, havia produzido novos frutos. A Colonia de Sacramento, fundada em 1680, era uma chaga aberta no lado das possessões platinas, pelos motivos já expostos. Uma divisa correndo ao longo do Paraná ia começando a tornar-se possibilidade ameaçadora.

O Brasil crescia em área, pela conquista e pela guerra, e nada se fazia para obstar semelhante expansão do poder lusitano.

CAPITULO III

Riquezas Mineraes

Nos ultimos annos do Seculo XVII, explodiram subitamente em Lisbôa as ansiosamente e por tão longo prazo esperadas noticias do descobrimento de fabulosos depositos de esmeraldas e de ouro no sertão da capitania de S. Vicente. Tão ricas e abundantes as jazidas, que á região se deu desde logo o nome de Minas Geraes.

Era o resultado da longa porfia iniciada cento e sessenta annos antes, desde o primeiro contacto dos colonos com a terra, levada a effeito com actividade incessante e com igual insuccesso, através de difficuldades e obstaculos sem conta.

29. A miragem das minas. — Ponto de partida havia sido um grande malentendido entre portuguezes e indios. Viviam estes em pleno periodo neolithico, na mais absoluta ignorancia dos metaes. As fainas a que estes serviam em povos mais adeantados, aqui se devolviam a instrumentos de pedras polidas, de osso ou mesmo de madeira.

Assim, quando os immigrants inquiriam dos autochtones se possuiam minas de prata ou ouro, os ignorantes selvicolas não entendiam a pergunta e acreditavam, e respondiam com inteira bôa fé, que se tratava de pedras brancas ou amarelas, e, por isso, davam informação affirmativa e que existiam jazidas immensas em taes e taes lugares, a tantos dias de marcha da costa.

Por seu lado, o português, firme em sua compreensão acôrde com a mentalidade européa, entendia a resposta como referente a metaes. Escreviam e narravam os factos á metro-pole, hypnotizados por essas promettidas riquezas: ouro e prata abundavam, diziam elles, mais do que em Bilbáo o ferro. E assim se formaria a lenda das divicias da colonia.

Habitos dos indios era, em seu natural gosto pelos adornos, furar labios, septo nasal e bochechas e introduzir nos furros pedaços de madeira polida ou de pedra, pennas ou fragmentos de crystal ou de seixos brilhantes. Taes ornamentos chamavam-se *tembetás*. Alguns delles, vistosos e verdes, pareciam esmeraldas grosseiras, ainda não formadas, argumentavam os pesquisadores, convictos de que as gemmas, como os frutos, eram producção natural do sólo. Surgiu logo o boato de que o sertão brasileiro regorgitava de minas de esmeraldas, e só isso se ouvia no reino.

Consequencia logica, o governo deu ordem para que se multiplicassem esforços afim de locar as zonas onde taes thesouros se poderiam encontrar. Iniciou-se, nas capitánias, alvoroçado movimento para se descobrirem as minas de que todos falavam, mas que ninguem conhecia.

Sairam muitas lévas da Cidade do Salvador, a Bahia de hoje, e de outros pontos da costa bahiana, sob a orientação de indios; com indubitavel boa fé, estes guiavam os aventureiros para as regiões que elles haviam indicado como as das pedras brancas e amarelas. Verdadeira comedia de erros, em que todos estavam animados da maior sinceridade, mas em que ninguem se entendia.

Chegados aos locaes apontados, é claro que o erro se desfazia após a prova das areias e dos corridos, que resultavam improficuos e sem valia. Aí, entretanto, o mallogro gerava a desconfiança, em ambos os grupos, cada qual accusando o outro de o ter propositalmente enganado. Exacerbavam-se os animos, e isto pouco podia contribuir para serenar o azedume das relações reciprocas. Exaltavam-se cada vez mais os espi-

ritos, e tornavam suspeitas e mesmo inteiramente malintencionadas as apparencias, quando, de facto, mero malentendido reinava entre gentes falando linguas differentes e pertencentes a estadios sociaes muito afastados um do outro.

Uma dessas expedições mineiras logrou descobrir um pouco de ouro; na viagem de retorno, aguas abaixo do rio Cricaré, embarcou uma canôa e sossobrou nas corredeiras, precisamente a embarcação em que vinham as preciosas amostras. Allegando o descoberto, não podia ser feita a prova.

Isto desanimou por extenso prazo todas as pesquisas na zona bahiana. Aí, a febre do metal nobre aquietou-se por muito tempo.

Quanto ás esmeraldas, não estavam os colonos tão longe de acertar. Os tombetás verdes faziam-se de tudo: podiam ser fragmentos de amazonito, um feldspatho dessa côr; uma turmalina verde, na maioria dos casos; mas tambem acontecia serem berylos ou aguas marinhas, ambos pertencentes á familia mineral systematica em que se inclúe a esmeralda. Hoje esses tres representantes da série dos silicatos de alumina e glucina são perfeitamente conhecidos em Minas Geraes e suas jazidas estão sendo lavradas. Não era, pois, devaneio dos pesquisadores a arrancada para o sertão em busca das pedras verdes.

Mais de uma entrada se fez sob esse signo. Falharam todas, menos uma. A região onde se realizou, tendo indios por guias, era e ainda é uma das mais perigosas, por sua insalubridade, do Éste de Minas, florestas e charnecas e alagados onde reinavam endemicamente as mais terriveis variedades de sezões, a dizimarem as vidas. Os decifradores do enigma geographico e economico, trouxeram de sua feliz exploração umas quantas turmalinas inferiores, que não suscitaram enthusiasmos nas autoridades; diziam estas que as pedras haviam sido colhidas na superfície, e estavam requeimadas e calcinadas pelo calor solar.

Contradição interessante: nessa mesma zona, ouro e pseudo-esmeraldas assim como legitimas gemmas, existiam e foram mais

adeante achadas e exploradas. Deu-se, entretanto, como perdido esse esforço preliminar, por causa do insucesso das numerosas bandeiras pesquisadoras.

Aferravam-se com a maior insistencia, comtudo, a outra série de investigações: a prata, que, até hoje, nunca foi encontrada em seus minerios proprios, mas só se tem revelado como accessorio dos minerios de chumbo, as galenas argentíferas.

Não ha que admirar. Como poderiam esses improvisados mineiros saber? Em Portugal, tal experiencia não se poderia obter. Os moradores do Brasil não tinham visitado Potosi ou quaesquer outras minas peruanas. Não possuiam dados geologicos que os guiassem na busca de estratos, viveiros ou depositos de qualquer qualidade. Deixavam-se illudir pelo aspecto externo e signaes, adventicios: todo mineral brilhante era tido por prata. Mesmo em dias nossos a gente ignorante labora no mesmo engano; como estranhar que, naquellas éras remotas, caíssem no mesmo erro exploradores rudes e ainda mais desconhecedores dos factos naturaes? Qualquer mica, outro mineral faiscante ludibriava aquellas intelligencias ingenuas como se prata fosse.

Prestigio persistente do Potosi e de suas riquezas, ou consequencias de persuasão erronea derivada do facies das rochas, certo é, comtudo, que, apesar de mangrarem as tentativas e de se provar mais tarde a inexistencia do metal branco, a opinião nunca variou, nem admittiu que as minas não existissem ou fossem escassas em seu teor. Até fins do Seculo XVII, perduraram as indagações e fizeram desse cyclo de tentativas um dos capitulos mais interessantes de nossa historia colonial. Sem nos ser possivel summariá-lo aqui, é licito affirmar que desse erro derivaram consequencias politicas e geographicas da mais alta relevancia.

Um dos espiritos mais sinceramente convictos da existencia de minas de prata era um rico colono da Bahia, Gabriel Soares de Sousa. Para justificar sua pretensão de obter de Filipe de Espa-

na uma concessão régia, escreveu em 1587 um livro admirável com a historia geral e a descripção do país — *Tratado descriptivo do Brasil* — uma das mais notaveis obras literarias da mentalidade portugueza no Seculo XVI.

As esperanças, todavia, minguaram e desvaneceram, quanto ao achamento de gemmas e de ouro na região Norte da costa. As ultimas centelhas de confiança concentravam-se agora no trecho ao Sul. Chegaram a provocar a divisão da colonia em dois governos. D. Francisco de Sousa, que já pesquisára minas durante sua primeira missão como governador geral do Brasil e então auxiliára Gabriel Soares em suas mallogradas explorações, voltou como governador das capitánias sulinas. Tratou de fomentar a fundação de pequenas forjas de producção directa de ferro segundo o methodo catalão. Em derredor de S. Paulo, algum ouro foi achado: as jazidas, pobres e de difficil lavrança, ainda não foram seriamente objecto de trabalho aturado. Naquelles tempos, porém, areias e cascalhos foram sendo lavados na bateia, tanto nas cercanias de S. Paulo como em outras alluviões do hoje estado do Paraná, em Paranaguá e em Curityba.

Mínima era a producção, mas lograva impedir que morresse o ultimo lampejo de fé em que se realizasse a velha credence de que o Éste era superior ao Oéste, e que, portanto, o Brasil, mais oriental do que o Perú, conteria riquezas maiores do que este.

Tão poderosa se manifestava esta convicção, que o rei D. Pedro II de Portugal se decidiu a solver a interrogação. Naquellas épocas, uma carta de El-Rey era coisa tão rara, que os subditos a quem eram endereçadas as legavam a seus herdeiros como preciosidades sem preço, extraordinaria e quasi sobrehumana. D. Pedro estava a par desse conceito. Em 1674 enviou missivas do proprio punho aos maioraes paulistas, entre os quaes se encontravam os mais audazes bandeirantes e sertanistas, exhortando-os a emprender a tarefa de achar a solução desse problema essencial á fortuna publica do reino, o descobrimento de ouro e de gemmas.

30. A victoria de Fernão Dias Paes Leme — Passados annos de peregrinações em Minas Geraes, as esmeraldas foram novamente localisadas, em 1681, por um desses mais illustres chefes de bandeira, Fernão Dias Paes Leme. Em realidade, eram berylos, aguas-marinhas e turmalinas, como classificação scientifica; verdadeiras esmeraldas só ha poucos annos se revelaram. Mas as gemmas semi-preciosas, mesmo de valor menos elevado, ainda offereciam bons resultados. Fernão Dias, entretanto, morreu de esforço e de soffrimentos curtidos no sertão, sacrificios e pelejas que, em sua idade, já não poderia supportar.

Pouco depois, em 1698-99, foram manifestadas as primeiras jazidas auríferas realmente importantes, que se abriram ás margens do rio das Velhas, um dos affluentes da margem direita do São Francisco. A partir desse momento, anno após anno, mês após mês, novos depositos se foram descobrindo, de riqueza fabulosa, sempre em Minas.

Novas entradas, estimuladas por esses successos, se iniciaram em outras zonas. Em 1719, os cascalhos de Mato Grosso começaram a ostentar suas divicias. Seis annos mais tarde, em 1725, veio o turno de Goyaz, e, finalmente, pela mesma época, Bahia deu a conhecer seus thesouros; aqui, talvez, foram um pouco mais cedo os achados.

Os acontecimentos, quer bons, quer adversos, nunca vêm sózinhos. Em 1729, em outro trecho de Minas, descobriram-se diamantes.

Facil é comprehender a revolução economica que surgiu de taes factos, tanto na metropole como na colonia. Fluiu um Pacto-lo pelos dominios bragantinos.

O governo de Portugal era verdadeiramente lamentavel. O monarcha, D. João V, de nada cuidava senão de se divertir e ostentar sua fortuna. Quasi nada ficaria, merecedor de nota, dos milhões remetidos pela capitania do ouro: algumas construcções muito discutidas, a criação do patriarchado de Lisbôa, thesouros gastos em pura perda com favoritos de ambos os sexos.

J. J. V. era um. prachola.

Mental e politicamente, o reinado fôra um desastre, pois ninguém se preocupava de coisas sérias. El-Rey tinha conselheiros de nível igual ao seu proprio. E, ironia feroz, por essa mesma época viviam dois dos mais eminentes diplomatas do reino, Luiz da Cunha e Alexandre de Gusmão, um dos irmãos de uma triade illustre de santistas, dos quaes outro era o padre Voador, Bartholomeu de Gusmão, o inventor da *Passarola*, e o terceiro o ouvidor de Mato Grosso, Theotônio de Gusmão cujo nome ainda relembra hoje uma das corredeiras do Madeira. De que valiam tantos talentos, entretanto, se o soberano nem lia papeis, nem ouvia pareceres ou relatorios sobre as questões mais relevantes de politica, quer externa, quer interna?

Seu successor, D. José I, tinha valor maior. Estudava os problemas de governo, e escolhera conselheiros idoneos. Um delles, o mais brilhante, era o famoso marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Mello, energico senhor de uma vontade ferrea, mas presumido e alardeando conhecimentos que estava longe de possuir. Em seu espirito a desconfiança era uma doença mental; vindicativo, sua crueldade era apavorante. Ainda assim, governava, e a administração portugueza deixou de ser, sob sua direcção, a nullidade que revelára no decurso do reinado precedente.

31. A invasão das Minas Geraes — Os diamantes — Na colonia, tomaram as coisas feição differente.

A primeira consequencia da descoberta fôra a invasão das minas de ouro, invasão tremenda que durou principalmente de 1699 a 1711 e continuou depois em escala attenuada. Para bem se poder comprehender a significação do phenomeno, cumpre lembrar que a região era totalmente ignorada; nada havia para receber a onda dos immigrants, e estes chegavam aos milhares, vindos de toda parte, do Brasil, como do reino. Fome, soffrimentos inenarraveis, epidemias, assaltaram os mineradores de ouro e dizimaram suas fileiras.

Antonil, em seu preciosissimo livro, dá numeros aterradores sobre preços, de vinte e cinco a cinquenta vezes os normaes. Dez annos decorreram para sanar taes difficuldades: o remedio veio da abertura de chamadas estradas, antes rudes trilhos para muares e pedestres, através as serranias, e que só se mostravam menos asperos entre as jazidas auríferas e Rio de Janeiro e Bahia. Por esta ultima vieram os gados das fazendas de criação do valle do São Francisco, de sua margem Oriental bahiana. Do litoral remetiam-se escravos e algumas, poucas, commodidades, suppridas pelo Rio principalmente.

Tal situação era geral, em cada novo descoberto. Os cascalhos de Mato Grosso foram séde de uma crise de fome durante os primeiros annos de sua occupação: miseria, calamidades, fome, só começaram a ser suavizadas quando as communicações, apesar de perigosissimas, se puderam organizar através da rêde fluvial dos affluentes do Amazonas e mais tarde pelo aspero caminho por Goyaz e Paracatú.

As jazidas mais ricas e accessiveis estavam localizadas em Minas Geraes, que, pouco após o descobrimento, foi erigida em capitania independente. Nova invasão occorreu, ao serem manifestados os primeiros diamantes. Corollario normal, esta provincia tornou-se um condensador de população.

A riquissima pedra preciosa fôra achada em 1723, sem que se lhe attribuisse importancia, pois só em 1729 foi reconhecida. Logo em seguida, provocou o affluxo de gente á região diamantifera, muitos milhares de garimpeiros; em 1736, calculava-se em 40.000 o numero delles, em zona onde, dantes, mal se achariam umas centenas. Até hoje, as consequencias se fazem sentir, e Minas ainda é a mais habitada das provincias brasileiras. O *rush* do Seculo XVIII e do seguinte ~~e a abridou-se~~, constituiram-se familias e fixou-se a população.

Outros acontecimentos capitaes derivaram da exploração mineira. De todos os pontos do continente chegavam aventureiros e elementos mais estaveis. As capitancias agricolas despovoavam-se,

> *Muje, e SP*

embevecidos seus moradores pela fascinação do ouro e da gemma. Índios eram máus mineradores, e escravos negros tornavam-se uma imprescindível necessidade; por isso se procuravam estes por toda parte, e africanos se pagavam por qualquer preço.

As colônias portuguesas da África não poderiam attender á procura crescente, pois os navios escasseavam fretados para a costa Norte do Brasil. Plantadores da Bahia e de Pernambuco, seduzidos pelos preços offerecidos, vendiam sua escravatura, e, por vezes elles proprios seguiam para o Sul afim de tentarem fortuna no garimpo e nas minas. Desorganizou-se a cultura das terras, e era isso ameaçador prenuncio pois poderia valer por um symptoma precursor de nova crise de generos alimenticios.

Em vão, ordenavam os governos locais, os capitães-generaes, se fechassem as estradas e se enviassem patrulhas em perseguição dos fugitivos, ou impunham taxas e multas sobre taes emigrações. Nada conseguiam as medidas repressivas. As scintillações do ouro e do diamante provavam tentação irresistivel.

Com o fito de evitar concorrência industrial que desviasse da mineração qualquer braço, ordenou Lisbôa fosse fechada qualquer fabrica ou estabelecimento das capitánias mineiras. Engenhos, fazendas de tabaco, e semelhantes foram prohibidos. Assim se originou o grave perigo de tudo fazer depender do metal nobre e das gemmas, esquecidos os governos de que, se a faina mineradora viesse a soffrer crise, seria a ruina da colonia.

A repressão de contrabando e do descaminho era severissima, assim como da occultação do ouro. Inefficaz, entretanto, e a fraude acerca desses males era feição corrente, como reacção normal do individuo contra a exacção fiscal. Nascia daí sentimento comprehensivel de má vontade contra governo e autoridades, que prestigiavam a lei imposta pela metropole.

Inverteram-se as distribuições anteriores de riqueza, renditos, populações, importancia e prestigio. Em primeira fila, dominadores e indiscutidos, vinham ouro e diamante.

Em Portugal, ficaria prestigiado o poderio régio. Quando, em éras outras, a corôa precisava de recursos, tinham suas necessidades

de ser expostas ás Côrtes, que poderiam conceder ou recusar o pedido, o que collocava o soberano na posição de um postulante, com prejuizo de seu prestígio e de sua autoridade. As ultimas foram de 1697, precisamente antes de se divulgarem os novos thesouros descobertos no Brasil. Com os quintos, não mais precisaria o monarcha convocar Côrtes, evitando assim suas criticas e reclamações sobre exigencias administrativas. As taxas ultramarinas pagariam todas as novas despesas, pois o ouro teria de solver 20 % de seu valor, e o diamante era monopolio régio.

Tudo somnado, eram receitas formidaveis para o tempo. Embora impossivel de ser avaliada com exactidão, a producção de ouro, inclusive o descaminho, deveria ter sido aproximadamente em arrobas de 15 kilogrammas:

	<i>Minas Geraes</i>	<i>Goyaz Mato Grosso</i>	<i>São Paulo Bahia-Ceará</i>
1700-1725	7.500 arr.		
1725-1735	6.500 "		
1736-1751	12.000 "		
1752-1787	18.000 "		
1788-1801	3.500 "		
1720-1801	—	13.000 arr.	5.000 arr.
Total	47.500 "	13.000 "	5.000 "

Como grande total, achamos 65.500 arrobas ou 983.000 kilogrammas, cerca de seiscentos milhões de contos de réis em moeda norte-americana de hoje ou perto de cinco milhões de contos de réis em moeda corrente brasileira de nossos dias.

Taes computos vão até 1801. Dessa data por deante, ainda podemos tranquillamente accrescentar mais umas 400 toneladas metricas de ouro, o que eleva o total precedente a 1.400 toneladas, ou oitocentos e quarenta milhões de dollars, sejam mais de sete milhões de contos de réis.

Em principios do Seculo XIX, diz von Eschwege, 555 minas estavam sendo lavradas, com 6.662 trabalhadores, dos quaes

só 169 eram livres e 6.493 escravos. Além disso, 3.876 mineiros livres, faiscadores, lavavam areias auríferas. Um total de 12.309 pessoas occupadas nessa industria extractiva. Não existiam companhias nem associações para esse fim, em 1814.

Os diamantes, tambem, davam largas receitas.

Não é possível reproduzir estatísticas fidedignas. Mesmo os algarismos officiaes, derivados dos contractos ou da administração directa das jazidas, só se pôdem acreditar no que se refere á sua propria actividade. Mas o diamante é tão facil de occultar; os escravos tanta habilidade possuíam para os empalmarem e esconderem entre os dedos do pé, na carapinha, na axilla, nas dobras da escassa roupa com que cobriam sua nudez, nas rugas do proprio corpo, ou pela deglutição; que era corrente e inevitavel, apesar de todos os meios de fiscalização, serem desviadas de seu destino legal numerosas pedras. O contrabando dellas era importantissimo.

Certo lapso havia decorrido, além disso, antes de terem sido reconhecidas as gemmas, e apenas a partir de 1740 se esboçára uma administração regular da extracção. Para tal periodo, não ha estimativa possível.

Methodos e modos de minerar, explorar e vender, soffreram numerosas mudanças. Nunca se extinguiu o garimpo ou o contrabando. E' realmente um capitulo de aventura, coragem e dôr, esse da luta da administração diamantina e dos defraudadores desta. Alguns destes heróes do descaminho até hoje são lembrados no antigo Districto Diamantino, e sua memoria é respeitada. Isidoro, o mais celebre delles, morreu de torturas e soffrimentos, prisioneiro, e sem revelar o segredo das lavras ricas onde costumava garimpar.

Os documentos officiaes relativos á extracção dão os numeros seguintes:

Periodo dos contractos (1740-1771)	1.666.569 quilates
Real Extracção (1772-1828)	1.319.192 quilates
Total	<hr/> 2.985.761 quilates

No período colonial, além de Minas, Bahia também havia fornecido diamantes; ai, entretanto, o governo mandára fechar as minas. Dellas se perdera a memoria, até que, em 1822, Spix e Martius tornaram a achar as jazidas do Sincorá. Em curto prazo, toda a Chapada Diamantina revelou suas prodigiosas riquezas em gemmas; novos *placers* foram encontrados.

De Mato Grosso e Goyaz sabia-se que alguns rios eram diamantíferos. Minas, do mesmo modo, mostrou possuir novos descobertos além dos já tradicionaes. Por varias zonas em São Paulo e no Paraná, entre outras, pequenas manchas se foram manifestando com escassa capacidade de produzir pedras preciosas.

Hoje em dia, os centros principaes são Minas, Bahia e Mato Grosso, divulgando largas possibilidades futuras nesse ramo de industria mineira. Não nos afastemos, entretanto, de nosso escopo, e deixemos de lado as perspectivas economicas.

Até o fim do Seculo XVIII, e o começo do seguinte, Minas forneceu quasi tres milhões de quilates, ou cerca de 615 kilogrammas, diz Wappacus, entre pedras legalmente extraidas e as do garimpo escuso. Tal computo abrange os algarismos até 1832, anno da extincção da Real Extração, e da liberdade de minerar diamante.

Para dar idéa das potencialidades dessa mineração, acrescentemos estatisticas de 1832 até hoje. Calcula-se que haja crescido o peso total da extração a 4.000 kilos, ou 3.400 acima do total de 1832. Carbonados, em grande cópia, têm sido exportados pela Bahia.

Taes producções, comtudo, são recentes. Nos tempos coloniaes, só Minas contava para o diamante. A capitania, é claro, cresceu sob todos os pontos de vista, e tornou-se a mais povoada do Brasil. Governada, embora, com mão de ferro e sob o imperio de leis severissimas, seu progresso mostrava-se rapido, e a expansão alcançava todos os rumos. As consequencias naturaes de tal crescimento abrangiam todos os

aspectos da vida, luxo, delicadeza, exigências intellectuaes, nível da existencia mais alto. Augmentava a população e desenvolvia-se a riqueza.

32. Desbravamento da vida colonial. — Tornava-se o viver menos rude do que nas zonas puramente agricolas do país. As cidades viam subir o numero de seus habitantes a cifras desconhecidas no litoral. Tijuco e Villa Rica (os antigos nomes de Diamantina e de Ouro Preto) eram as duas capitães, a primeira na região das pedras preciosas, e a segunda na do ouro. Com o fito de dar uma noção da condensação artificial devida á actividade mineradora, e mostrar como é precaria e fluctua com a riqueza da extracção, digamos que Villa Rica chegou a ter, segundo velhos chronistas, 100.000 habitantes, emquanto hoje mal contará 8.000. Do Tijuco dizia-se ter 40.000 almas, meiado o Séclo XVIII: nova prova dessa evolução regressiva, hoje contará talvez um quinto desse total. Transformaram-se em cidades fantasmas, assombradas pelas reminiscencias de suas passadas grandezas, e vivendo uma vida de saudades e de recordações.

— Minas Geraes naturalmente assumiu a posição dominante da colonia. Rio de Janeiro era seu porto de exportação e o de importação de escravos e de mercadorias ultramarinas. Cresceu na mesma proporção do desenvolvimento das minas. Por tal motivo, tanto quanto por motivos de politica internacional, ligados á defensão da fronteira sulina, em 1763 foi promovida a capital do vice-reino.

33. Avaliações demographicas. — Não ha estatisticas fidedignas de taes épocas. A tentativa de 1819 ainda é a que se pôde citar como esboço demographico. Os algarismos apresentam certo vulto, e para a referir ao começo do seculo, um coefferiente correctivo deveria ser applicado. Mas as proporções mantêm-se mais ou menos inalteradas.

Fóra uns 800.000 indigenas, era calculada a população do Brasil em 3.596.132 almas. Na primeira linha, Minas com 463.342 pessoas livres, e 168.543 escravos, 631.885 ha-

bitantes ao todo; a proporção de escravos era de 26,9 %. Vinha em seguida o Rio de Janeiro com 510.000 moradores, inclusive 23,4 % de captivos. O terceiro lugar e o quarto pertenciam respectivamente á Bahia com 477.912 cabeças comprehendendo 30,8 % de negros, e a Pernambuco com 371 465 habitantes dos quaes 26,3 % eram de condição servil.

Neessa data, a percentagem pigmentar variava de 66,6 % de sangue africano, no Maranhão, a 12,8 % no Rio Grande do Norte. A primeira razão decorria das largas importações de captivos consequente ao desenvolvimento da cultura do algodão naquella provincia. Outra percentagem muito elevada, de 42,5 %, era offerecida por Goyaz, onde as minas de ouro haviam provocado larga importação de gente escura. Em média, os escravos eram 1.107.389, em uma população de... 3.596,132 ou 31,0 % do total.

34. A siderurgia. — Como já dissemos, os negros trouxeram a metallurgia do ferro ás regiões onde os minerios abundavam. Em Minas Geraes começou desde logo o preparo do metal.

O processo africano de elaboração directa do ferro, o methodo dos cadinhos, disseminou-se pelo districto aurífero. A procura seria grande para as exigencias dos trabalhos das jazidas. Além disso, a agricultura era outra fonte de consumo de metal, assim como as construcções correntes. Minas, além do mais, é montanhosa, cheia de pedras e de alcantis seus caminhos; os transportes exigem cargueiros e cavallos, bem como carros de bois. Todos esses animaes têm de ser ferrados, o que gasta largas quantidades de material. Aqui não se podia usar o systema commumente empregado no Norte, de chuvas mais raras, menos abundantes e de sólo menos pedregoso: deixar os animaes desferrados, endurecendo-lhes os cascos com cebo quente. O Brasil central é por demais humido, e as estradas molhadas e cobertas de lama não dão firmeza ao pisar dos quadrupedes. Aos carros de bois acontece o mesmo, e as rodas têm de possuir aros de ferro.

35. O ambiente das Minas Geraes. — A principio, as minas eram o que são em toda parte. Lei e justiça eram valores incognitos. Dominava, apenas, a vontade do mais forte, do mais audacioso, do mais destituído de escrúpulos. A situação da California nos dias de 49, com a differença para pior que os mineiros daquelles tempos mais recuados eram ainda mais brancos, e violentos e rudes do que os do Seculo XIX. Durante dez annos, a occupação territorial das jazidas foi caracterizada por tumultos sem fim, rixas incessantes e homicídios como unica forma de justiça.

Guerras interminas e organizadas surgiram entre primeiros occupantes, recémvindos aventureiros e faiscadores inexpertos. Os mais antigos em data de presença nas minas elegeram para chefe um reinól respeitavel, rico fazendeiro e proprietario de grandes rebanhos em fazendas á margem do São Francisco. Este homem, escolhido para dirigir a turba de facinoras e de desordeiros, producto de espontanea selecção, pôde manter relativa ordem nas minas e cobrar renditos legais.

Figura estranha nesses remotos sertões, Manoel Nunes Vianna não era um cabecilha nem um revoltado a ostentar arbitrio e força. Lia Santo Agostinho, na *De Civitate Dei*, e obras outras de igual quilate; a expensas proprias, editou um dos livros mais espalhados da época, *O Peregrino da America*, de Nuno Marques Pereira, conforme averiguou Capistrano de Abreu.

Parece ter accedido sua acclamação revolucionaria com o fito de pôr cobro á desordem e permittir se attenuassem odios e paixões, até o advento de um espirito novo de calma e de relativa tolerancia. Facto incontestado, quando o governador legal de Minas chegou, em 1711, trazendo consigo apenas quatorze pessoas, comitiva ridicula se se tratasse de expugnar um governo intruso resolvido a manter-se pela força, Nunes Vianna entregou o poder sem a menor relutancia nem apparencia de opposição, e, pacificado o país, voltou a viver em suas fazendas de gado do São Francisco.

O grande vexame para os mineradores eram as taxas e fintas. Nem só por sua exorbitancia, como pelo processo irritante de sua cobrança. Existia geral animadversão contra o governo, e seus funcionarios, pelo modo vexatorio de suas usanças fiscaes. Como regra, entretanto, os contribuintes, queixando-se embora e murmurando, não iam além dos protestos, e isso mesmo proferidos onde não pudessem ser ouvidos e levados ao conhecimento das autoridades, suspicazes e vingativas. A delação dominava, como se sabe, nos processos governativos da época. Quando muito, algum tumulto local traduziria a intima revolta, e o desespero da victima da exacção mais clamorosa. A ordem logo se restabelecia, e nunca perigou sériamente a obediencia ao poder legal.

Excepção unica, 1720 ostenta um levante em Villa Rica, na capital da capitania, chefiado por Filipe dos Santos e Paschoal da Silva Guimarães. Poucos dias durou, esmagado que foi logo pelo capitão-general conde de Assumar, e justicado seu cabeça. Quis e ainda tenta o romantismo historico fazer de Filipe um precursor de patriotismo brasileiro e republicano. Não resiste tal devaneio ao facto material de ser o heróe muito bom reinól. O sangrento episodio de seu esquartejamento em Villa Rica não é senão o desfecho legal da penalidade imposta pela lei vigente aos réos de lesa-majestade, segundo a psychologia cruel da época. Setenta annos decorreram destê então, sem o menor empecilho ao arbitrio dos capitães-generaes. Protestos, queixas, grita, timidamente faziam-se ouvir; nunca appello á revolta armada nem á força material.

No Districto Diamantino, pior ainda era a situação. Aqui as regras eram draconianas, e sob seu jugo toda a população tremia deante da terrivel prepotencia do *Intendente dos diamantes*. Ninguem, entretanto, se atrevia a protestar, tão discricionario e cheio de arbitrio era o poder desse funcionario, e taes a crueldade e severidade das penas comminadas no famoso *Livro da capa verde*, o codigo penal e administrativo do Districto.

36. A Inconfidência. — Toda a capitania vergava e era esmagada sob a dureza do governo. Má vontade, indignação mal velada, odio, reinavam sem peias por todo seu territorio. Tanto que um grupo de funcionarios da mais alta situação e de gente proeminente no meio social e no da fortuna, começou a murmurar e formular o sonho de pôr fim a semelhante tyrannia.

Curioso é notar que a independencia norte-americana não foi estranha a taes conversas. Alguns estudantes de Minas seguiram os cursos da Universidade de Montpellier, em França, por 1776. Entre elles, José Joaquim da Maia tomou-se de entusiasmo pela emancipação dos Estados Unidos, e animou-se a escrever ao ministro da nova unidade politica em Paris, Thomás Jefferson, sobre a possibilidade de serem os mineiros auxiliados por Washington, caso tentassem movimento libertador igual. A resposta do diplomata foi, como não podia deixar de ser, ambigua e vaga. Maia morreu antes de voltar ao Brasil, mas seus companheiros de estudo conheciam o facto e o referiram confidencialmente a seus amigos, quando voltaram á capitania, e acharam auditorio sympathico á idéa.

O ambiente em que taes cogitações encontravam éco, tinha por espiritos directores principalmente sacerdotes, de instrucção regular. Na lista de livros da bibliotheca confiscada de um delles, lêem-se numerosos philosophos franceses.

A' denuncia feita por um dos conspiradores, interessado em se fazer perdoar a divida que tinha para com a fazenda publica, seguiu-se a devassa. Do processo decorreram penas numerosas; varias foram as condemnações á morte, todas, menos uma, commutadas ao degredo na Africa. Um unico dos réos soffreu execução e morreu na forca, sendo-lhe em seguida esquartejado o corpo, para escarmento de futuros sequazes. Recaiu a lugubre excepção em Joaquim José da Silva Xavier, que, de sua profissão adventicia de dentista, tirou a alcunha de Tiradentes. Não era, por certo, o conjurado de mais alta significação, quer na gerarchia, quer na influencia. Era, entretanto, um entusiasta,

republicano, alma nobilissima, de dedicação illimitada a seu ideal e a seus amigos, apostolo humilde mais convencido de um credo de liberdade e de independencia. Por sua posição official de alferes da força paga da capitania, viajava bastante pelo territorio desta, e suas incumbencias o levavam por vezes ao Rio. Levava comsigo sempre um exemplar da Constituição norte-americana; mostrava-o indiscretamente a todos os interlocutores, e pregava sem cessar a necessidade de derrubar o jugo metropolitano, duro e rapace.

Formou-se a conjura com pessoal de escól de Minas Geraes. Era excessivo, comtúdo, o numero de sabedores da Inconfidencia. Tiradentes, exaltado e incapaz de conter seu enthusiasmo, falava sem refletir em que ouvidos caíam suas prédicas e esperanças manifestadas. Admira, até, que se não divulgasse o movimento projectado antes da época em que foi. Taes actos de força pódem triumphar, mas para isso são necessarias organização e surpresa: esta não se poderia manter, tal a loquacidade do official. Talvez prove a popularidade do plano, esse mesmo facto da longa demora em que chegassem as noticias ao governo da capitania, exercido pelo visconde de Barbacena.

Um dos motivos allegados para o levante, o que realmente o tornava sympathico á população, era a annunciada derrama para rehavér o Erario Régio quintos em atrazo. Tratava-se de sommas elevadas. Entre os devedores remissos, e de insolvencia notoria, assim como entre reinóes interessados se achariam os denunciantes, os coroneis Joaquim Silverio dos Reis, Basilio de Brito Malheiros e Ignacio Pamplona.

Avisado, o governador e capitão-general logo tomou as precauções indispensaveis para fazer fracassar a conspiração: suspendeu as ordens relativas á derrama, e mandou prender os denunciados. Durou o processo cerca de dois annos.

Tiradentes foi o unico a soffrer a pena capital em 21 de abril de 1792. Com essa execução, tencionava-se dar um grande e terrível exemplo aos vassallos insubmissos ou ingratos que sonhassen mudar a ordem estabelecida, e a victima escolhida foi o chefe mo-

ral da Inconfidência. Ficou, realmente, perduradora a lição, não no sentido collimado por Portugal, entretanto, no de intimidar os colonos.

A admirável conducta superior de Tiradentes durante o processo, calma, nobre, desprendida, chamando a si todas as responsabilidades, procurando salvar a seus companheiros de rebeldia pela attenuação da parte que nesta haviam tido, tal proeminencia moral o sagrava como verdadeiro chefe, conductor de homens, a mola essencial de toda a conjura. Aos contemporaneos, como aos posteros, appareceria unanimemente aclamado como cabeça de nobre tentame, emquanto a serenidade de sua conducta e seu amor fraterno e christão aos seus collegas de desventura o apontavam como martyr, a querer attraír sobre si, para por todos expiar, todo o peso da vingança e da sanção da lei penal.

Reminiscência imperecível, encorajou a opposição corajosa a todas as tyrannias e ao despotismo portuguezs. Desfez aos poucos, mas firme e inexoravelmente, os laços de prisão entre metro-pole e colonia.

Quando rompeu a revolução da Independencia, em 1821-1822, uma das difficuldades mais graves encontradas pelos patriotas para dissuadir a opposição de Minas foi precisamente a formula monarchica preferida, pois a lembrança do martyr lhes inspirava por mais conveniente a receita extrema do obscuro official justicado: romper todos os liames com Portugal, mas abolir tambem o principio dynastico.

Antes mesmo de nascer, a Inconfidencia tinha morrido. Resumira-se em planos, projectos e conferencias vagas. Nada fôra feito para a transformar em realidade. Sua importancia, entretanto, manifestou-se com o decorrer do tempo, não em execução, mas como symptoma. Dera a medida da opinião publica, indice da hostilidade generalizada contra a administração lusitana e seus methodos. Nella, despontava a Independencia

37. O sentir geral da colonia. — A situação sentimental das demais capitánias coincidia com a de Minas Geraes. Não

havia sido atingidas pela actividade conspiradora do Tiradentes, e assim não conheceram nem soffreram os sobresaltos da devassa, como se deu em Minas e Rio de Janeiro.

O progresso geral do Brasil era um facto, mesmo além da mineração productora de thesouros, e desse surto participava toda a colonia. Nas zonas do ouro e do diamante, por 1765 se iniciou a decadencia das jazidas de metal, e nos ultimos dez annos do Seculo XVIII a da extracção das gemmas. Fóra desse ambito, estuava a vida e se sentia o impulso progressivo imminente da terra. Exportações e importações cresciam sem parar. Em 1796, 1800 e 1806, foram as primeiras respectivamente de 11.600 contos, de 12.600 e de 14.200, na antiga moeda portugueza. Nas mesmas datas, as importações tinham variado de 7.000 contos a 15.800 e a 8.500.

O longo conflicto anglo-francês, a principio contra a Revolução, e depois contra Napoleão, estava enriquecendo o Brasil. O predomínio maritimo estava sem vacillações em mãos inglesas. As frótas de Portugal, tanto a de guerra como a commercial, cumpriam seu dever de alliado o mais antigo da Grã-Bretanha: velejavam sem empecilhos pelo Atlantico, feito um lago britannico. Mercadorias eram transportadas da America portugueza para Lisbôa. Por muito tempo, as taxas cambiaes pairaram muito elevadas, acima do par, em favor do Brasil, como consequencia do excesso das exportações.

Nos antigos colonos dominava o sentimento de crescimento incompressivel. Já sabiam e sentiam que se achavam no mesmo nivel de sua antiga metropole. Sabiam, igualmente, que Portugal receava um movimento separatista por parte da colonia. E de todos os lados, vinham confirmações de tão estranho phenomeno.

Importantissimo, como symptoma, era o facto da crescente intervenção de brasileiros nos conselhos governativos de Lisbôa, e na direcção dos negocios internacionaes do reino.

Fóra seu inicio a expulsão dos hollandeses de sua antiga conquista na costa do Nordéste. Essa tinha sido uma guer-

ra nacional, empreendida e vencida pelo Brasil, quasi desajudado pela metropole. Enquanto, na Europa, trahida interesses brasileiros, D. João IV e seus conselheiros faziam o que podiam para pagar a paz aos neerlandeses, e ainda resgatar as victorias dos pernambucanos, além de compensar as perdas infligidas ao inimigo invasor pelos colonos rebellados, no apavorado temor do que poderia acontecer por parte do flamengo odiado e desbaratado, os habitantes do Brasil haviam combatido, derramado seu sangue, soffrido e morrido, e expulso os forasteiros, execrados como adversarios do país e desprezados como herejes da fé catholica.

A capitulação do Recife impusera as condições de paz, acôrde com a vontade dos colonos: incondicional, concedendo vida e transporte de repatriação para a Hollanda, e mais nada.

Nunca mais, na America do Sul, guerras se moveram sem o predominio de forças brasileiras. E tal periodo de lutas pôde-se dizer que durou mais de cem annos.

A paz foi finalmente assignada com a Hollanda, em 1661. Mas com a Espanha, o conflicto armado proseguiu, a partir da Restauração portuguesa de 1640. De nosso lado do Atlantico provou impossivel impedir as conquistas lusas sobre as colonias castelhanas. Sómente em 1668 chegou a opportunidade de acordar termos de paz entre as duas corôas: a Espanha saía da guerra inteiramente vencida e confessava a derrota pela acceitação de todas as pretensões portuguesas.

Vinha confirmada a conquista do Amazonas. Nisto viam os colonos a prova de seus esforços victoriosos por engrandecer o Brasil. Seu poderio sobre o continente crescia cada vez mais: o rei D. Carlos II estava moribundo, e Espanha não cuidava, por julgá-lo imprudente, de entrar em competições coloniaes em momento tão obscuro da politica internacional, ante o enigma da successão da corôa prestes a se abrir. A occupação portuguesa, ou antes brasileira, dos territorios assim adquiridos, tornava-se cada vez mais definitiva e solida no valle amazense.

Tropas francesas enviadas para conquistar o Amapá e a Guyana brasileira, foram vencidas e rechassadas por forças saídas do Pará.

A Sul, as bandeiras progrediam para Oéste, até o rio Paraguay. Affluíam invasores até as margens da corrente, por causa das jazidas auríferas que alli se haviam descoberto. Trabalhavam aí, aí penavam e se defendiam contra os ataques dos indigenas, por elles proprios provocados tanto quanto por incitamento dos colonos castelhanos do Perú e do Paraguay.

Foi tarefa dura e sangrenta. Procuraram, portanto, diminuir os perigos e riscos, principalmente decórrentes da travessia dos rios, nas derrotas que ligavam as novas minas á capitania de São Paulo. Conseguiram melhorar a situação, organizando fortes expedições navaes nos proprios caudaes, e tambem nos trechos em terra firme. Assim lograram submeter o gentio mais feroz e de maior combatividade.

Venceram as successivas guerras com as tribus, pacificaram a região por onde se extendia a antiga estrada dos rios para São Paulo, abriram novas communações pelos affluentes matogrossenses do Amazonas pelo Madeira e o Xingú, e construíram o caminho terrestre passando por Goyaz, Paracatú e Minas Geraes. Só então se sentiram seguros, e puderam manter commercio constante com o Brasil Oriental, do qual lhes vinham recursos de todo genero, em homens, gado e dinheiro.

Ainda mais para o Sul, o conflicto acerca da Colonia do Sacramento proseguiu, no qual, pelo lado brasilio-português, se ostentaram feitos de valor e de heroismo da maior audacia, dignos da epopéa da India dos Seculos XV e XVI, que enalteceram o nome portugês, com Gama, Albuquerque e João de Castro. Inumeras vezes, perdida e reconquistada, a Colonia viu seu *status* internacional fixado pelos tratados de 1750 e de 1778, em virtude do qual ficou sendo castelhana.

O esforço principal pesára sobre o Brasil, que fornecia homens e recursos, não se achando a metropole em condições de amparar sua possessão ultramarina.

Um sentimento natural de ufania e de confiança em si fazia palpitar os corações dos brasileiros.

A população igualava e já começava a exceder a de Portugal. Haveres e recursos iam da America para Lisbôa, para sustentarem a existencia nacional e a internacional da metropole. A energia, tanto moral como physica, para sustentar a parte mais importante da monarchia conjunta, quer em área, quer em população ou em fortuna, se encontraria na colonia e não fóra della, na mãe-patria. O governo local era escola de competencia, a servir de indicação para seus detentores no preenchimento de cargos mais elevados na administração metropolitana, nos conselhos de governo. Nestes, mesmo, por vezes iam tomar lugar homens de Estado nascidos na America. Poder e meios de acção encontravam-se deste lado do Oceano, emquanto honrarias e riquezas se espalhavam sobre cabeças portuguezas.

38. *Attritos incipientes com a metropole.* — Era o Brasil para sua metropole como um cofre de fortunas ou uma vacca de leite. Daí, surgiu semente de um resentimento fúndo e de um descontentamento crescente. Uma concessão se impunha: igualdade absoluta dos portuguezes das duas bandas do Atlantico. O Brasil não mais poderia continuar a ser méro sustentáculo de uma metropole decadente.

Bem o sentia Lisbôa, na comprehensão que tinha do caso. Ao iniciar-se o Seculo XIX, os receios de Portugal eram que o Brasil rompesse os laços de dependencia que o prendiam ao reino. Na colonia, entretanto, nunca fóra de secessão o espirito que animava o povo. Queriam, sim, ser nivelados com os filhos da metropole, igualedos no mesmo respeito tributado aos subditos europeus da monarchia.

Tal sentimento tinha tido sua primeira manifestação por occasião da guerra hollandesa, ao invadir o Recife. Havia crescido no rumo de considerar os problemas de um ponto de vista americano. Já os estadistas portuguezes haviam comprehen-

dido que teriam de se afastar do angulo de visão puramente peninsular.

Emquanto as discussões sobre fronteiras entre Lusitania e Castella tomavam por base a linha de Tordesilhas e os antigos tratados, já um conceito novo se firmára no Brasil, sob a pressão do ambiente local: a occupação effectiva como fundamento do dominio. Era a traducção juridica de uma situação *de facto*.

Tanto poder tinha tal opinião, oriunda da pura e inventivel necessidade dos acontecimentos anteriores, que, ao fechar-se a guerra de Successão de Espanha, em Utrecht, uma das feições dominantes dos tratados de 1713, com a França, e de 1715, com a Espanha, foi precisamente o abandono definitivo das fronteiras consensuaes por linhas astronomicas, e a adopção dos principios anthropogeographicos, como era a occupação effectiva. Assim se procedeu, entretanto, sem fazer resaltar a importancia da mudança, como que em segredo, a fugir da luz meridiana.

Ao celebre tratado de Madrid, de 1750, estava reservada, entretanto, a gloria de justificar as razões politicas e sociaes do exito de doutrina do "*uti possidetis*". Desta feita, o negociador, do lado portuguez, era um dos mais famosos diplomatas da época, o brasileiro Alexandre de Gusmão, filho de Santos.

Nunca mais se abandonou esse principio salutar para a apreciação dos factos. O pacto de Madrid foi abrogado em 1761, e, após longos debates, e hesitações sem conta, uma série nova de clausulas foi accordada em 1777 e 1778, nos actos de Santo Ildefonso: nesses, do mesmo modo que nos precedentes, triumphava tambem o conceito da occupação real e effectiva.

Mesmo esses tratados não duraram. Emquanto estavam sendo objecto de demorada execução na America, a guerra geral oriunda da abolição da monarchia na França pela Revolução talou o continente europeu. Após o tratado de Basiléa, Portugal foi abandonado por seus alliados, passando a ter como adversarios alliados a França e a Espanha.

Foi invadido o reino. Em 1807, o regente português, o príncipe D. João, que viria a ser o rei D. João VI, transferiu-se com toda a Família Real e a sede do governo, para o Rio de Janeiro, onde chegou em 1808. Um de seus primeiros actos foi denunciar todos os tratados existentes entre Lisboa e a Espanha e a França. Desappareceram desta forma todos os compromissos anteriores sobre limites. Mas o principio do "*uti possidetis*" permanecera intangido desde 1715, como clausula implicita, a partir de 1750, como expressão de uma politica explicita e claramente reivindicada.

Era uma victoria brasileira sobre velharias já caducas que o tempo eliminára, como incapazes de solverem problemas de dominio ligados ao povoamento de zonas de terras desconhecidas.

Na vida internacional do Brasil, foi invariavelmente observada tal regra, nem só em casos nos quaes ella nos favorecia, como tambem naquelles em que eramos contrariados em nossas pretensões.

CAPITULO IV

Rio de Janeiro, capital da Monarchia Portuguesa

De 27 a 29 de novembro de 1807, durou o embarque de D. João, regente em nome de sua mãe D. Maria I, demente desde a morte de seu esposo D. Pedro III. Com a Familia Real viajava numerosa comitiva, e o plano era transferir para a America a séde do governo luso.

No dia seguinte aos últimos trabalhos de embarque, entrava Junot em Lisbôa, á frente das forças francesas invasoras. Não encontrou opposição.

Em torno desses acontecimentos se formou uma lenda de fuga pura e simples, vergonhosa e covarde. E, entretanto, se tratava de executar um plano maduro e politicamente delineado, o mais acertado nas condições peculiares de Portugal.

39. **Transferencia da Familia Real para o Brasil.** — Quando se evidenciou que, em sua luta de vida e morte contra Inglaterra, Napoleão assentára ferhar o desembarcadouro da Grã-Bretanha no continente, através de Lisbôa e Portugal, ficou sellada a sentença do desaparecimento politico de D. João e do reino bragantino. Consequira a diplomacia joanina, durante annos, adiar o cumprimento desse designio, e para isso lançára mão principalmente do suborno que se desenvolveu em largo systema de compra de sympathias em torno do Imperador

e na administração imperial, systema pago pelos diamantes do Tijuco. Já agora, impossivel se manifestava recuar o prazo da operação de politica hostile ao adversario insular. Após Trafalgar, nenhuma solução outra se poderia escolher, pois o momento chegára para o governo francês de vencer ou de capitular.

A principio, D. João acreditou que o perigo ameaçador ainda se lograria conjurar, e nesse rumo se exerceram os esforços contemporizadores de Lisboa, com o fito de deixar protrair as discussões até que o tempo as fizesse esquecidas. Em curto prazo, porém, o ministro em Paris avisou o principe que as coisas se apresentavam mais graves do que nunca, e que o dilemma se offercia entre ser fiel á tradicional alliança inglesa e ser expulso do reino, e se tornar alliado de Napoleão, fechar o país á influencia britannica e tomar parte no systema de bloqueio continental.

Não mais se toleraria a politica da neutralidade, jogando uma contra a outra as duas nações em luta. Entre a bigorna e o malho, o miseravel pequeno reino teria de, em qualquer hypothese, ser esmagado.

Os portuguezes eram, e ainda são bons soldados. O Imperador, conhecedor dos mais autorizados, tinha-os em alta estima e sempre louvou a *Légion portugaise*. Como poderia, contudo, o minusculo Portugal alimentar uma esperança de victoria em um conflicto armado contra França e Espanha, alliadas?

Entre o governo de Londres, o enviado luso perante o gabinete de St. James, os conselheiros de D. João em Lisboa e o proprio regente, foi suggerida a idéa de transferir para a America do Sul a séde do governo e toda a administração do reino.

Cinco annos antes, da Russia, surgiu tal solução do vazio ante o inimigo. No imperio dos tsares, Pae Inverno (como o appellidavam) atacaria e destruiria o assalto francês á Santa Russia. Em Portugal, o Oceano daria cheque e annullaria qualquer conquista, até que a inversão dos destinos viesse auxiliar a nação mais fraca.

Neste ensaio, que summariamente compendia acontecimentos dos mais complicados, é impossivel explicar por miudo as alternativas do espirito de D. João. Astuto e tímido, profundo conhecedor das condições e dos interesses de seu país, benignamente disposto para com seus subditos, era uma mentalidade tibia e hesitante, apavorado de tudo, incapaz de seguir uma resolução de energia. De seu primeiro contacto com os embaixadores de Bonaparte, Lannes por exemplo, havia ficado um traço de sympathia. Se, em vez de Junot, brusco e rude, o commandante francês da invasão houvera sido o proprio Lannes ou outro de estofo igual, meio general, meio diplomata, talvez o regente se não abalançasse a atravessar o Atlantico.

Até o ultimo momento, esperava o principe torturado surtisse qualquer facto imprevisto que lhe permittisse ficar em Lisboa, tanto era seu pavor da viagem oceanica. Consentiu e ordenou que tudo se aparelhasse para a travessia. De como suas ordens foram bem obedecidas, dá testemunho irrecusavel o ter singrado a esquadra emigrante horas depois de embarcada a Familia Real. Todo o acervo administrativo estava a bordo, archivos, documentos e papeis de governo, e de tal forma arranjados, que, ao desembarcar no Rio de Janeiro, nenhuma falta ou difficuldade especial se fez sentir, e a faina de dirigir a monarchia continuou no Novo Continente tão normalmente como se estivera o regente em Lisboa. Que melhor prova exigir da previsão, do longo preparo, e da observancia das ordens mais minudentes para organizar o plano de transferencia?

Aí se encontra mais um elemento probante da precisão das negociações e das decisões dos Conselhos de governo, ao discutirem o problema. Innumerous documentos, quer officiaes, quer particulares, consonam nesse mesmo asserto. Mas o principe, tudo preparado para se realizar a transferencia, hesitava e demorava a partida, e evitava de ir a bordo da náu que o haveria de receber, até que lhe chegaram aos ouvidos as novas apavorantes de que Junot estava proximo á capital, prestes a invadi-la. De facto, a fróta ainda estava ancorada no Tejo, quando as forças francesas marcharam na cidade.

Não ha duvida de que os momentos de embarque do regente, sua attitude lamentavel, a confusão, a desordem haviam de impressionar como uma fuga sem dignidade e apavorada. Nem por isso deixava de ser a execução deploravel de um plano politico e internacional, préviamente discutido e fixado em todos os seus detalhes, após madura ponderação de todos os seus aspectos.

Em si, nenhuma novidade era para Portugal a idéa da transferencia para o Brasil da séde da administração publica.

Meiado o Seculo XVI, por 1550, Martim Affonso de Sousa aconselhara a D. João III assim proceder. Em 1580, quando Filipe II de Espanha tratava de obter, de armas na mão, sua acceitação por Portugal como seu legitimo soberano, na qualidade de herdeiro do cardeal-rei D. Henrique, era de facto a primeira na ordem dos titulares do direito hereditario D. Catharina, duquesa de Bragança, a mais proxima parenta do monarcha fallecido. O soberano espanhol tentou convencê-la e propiciá-la, pela offerta de elevar o Brasil a reino independente sobre o qual ella assentaria seu throno. Após a Restauração de 1640, D. João IV sentira quão fraca era sua posição, e tratou de se defender das ameaças que o rodeavam por parte de Castella, e para isso procurou allianças por toda a Europa. Um dos planos então formados seria casar o desventurado herdeiro da corôa D. Theodosio com uma princesa francesa; o casal reinaria sobre Portugal, enquanto D. João seguiria para o Novo Mundo e aí fundaria novo reino no Brasil. Finalmente, após o terrivel terremoto de Lisbôa, em 1755, o grande ministro Sebastião José de Carvalho e Mello, futuro conde de Oeiras e marquês de Pombal, teve o projecto de abandonar a Europa e criar no Brasil um poderoso imperio.

A invasão francesa de 1807 chamou á existencia um plano já velho de mais de seculos.

Nada mais é mistér acrescentar para tornar evidente quão superficial é o conceito dos que opinam ser méra evasão ou panico, tal acto de importancia capital para ambos os paises.

Em qualquer caso, significaria victoria. O Oceano dominado pelas frotas britannicas era um obstaculo que o poderio napoleónico não lograria transpôr. Mesmo vencida no continente, era comtudo invencida e inconquistavel a Grã-Bretanha. Se o genial côrso triumphasse finalmente na cruenta luta, a monarchia portuguesa na America do Sul permaneceria intacta como alliada do reino insular. Se uma reacção se iniciasse na Peninsula, as tropas portuguesas, de combinação com os exercitos ingleses, começariam a expellir os forasteiros do territorio lusitano. Assim aconteceu realmente, e constituiu a campanha peninsular.

O momento, portanto, era crucial, para a metropole, tanto como para a colonia, em sua historia conjunta.

40. A recepção no Brasil. — Taes haviam sido os progressos do Brasil; em tão justos termos se formulavam as queixas e as exigencias suas; soffrimentos locais, derivados do sentimento ferido por uma imposta inferioridade, torturavam tão doridamente os colonos; que, tanto a côrte como o governo, receavam ser recebidos com escassa hospitalidade, senão com hostilidade.

Falharam todas essas previsões pessimistas. Feridos e queixosos, embora, da indiferença, da condescendencia escarninha e arrogante com que os tratavam os portugueses da Europa, ainda para elles gozavam monarchia e monarcha de prestigio grande de mais para que se pudesse apagar o jubilo immenso, vindo do fundo da alma que lhes inundava o coração, em virtude da presença de el-rey no Rio, e da ascensão da cidade á categoria de capital de todo o reino. Apesar dos desconfortos sem conta e das inconveniencias e dos sacrificios pessoases que lhes eram infligidos por subalternos cortezãos, a insultarem e chacotearem os colonos, impondo-lhes despesas inauditas para seu estalão de vida; apesar de tudo, de todos esses e de outros aborrecimentos, brasileiros e Brasil nunca esqueceram a iniciativa de D. João e os beneficios trazidos á antiga colonia.

A presumpção dos cortezãos, a impertinencia vazia dos funcionarios reinóes, tudo se desprezava, se ridicularizava ou se odiava. O regente, ao contrario, era amado e respeitado. Pelas ruas que atravessava, ou nas estradas que percorria, as gentes se ajoelhavam deante d'elle. Sua conducta benevola, bondosa e chã para com os humildes conquistava-lhe todos os corações, nessa população acostumada a ser destrutada pelos europeus, ou, pelo menos, soffrer vexames e injustiças.

Em Portugal, o principe não fôra amado, salvo por poucos intimos. Sua esposa era a eterna cabeça de todas as conspirações contra o poder régio, a planejar seu desthronamento, quiçá sua morte. Graves suspeitas, pelo menos, pesavam sobre ella, nesse particular. D. João a temia e odiava por igual, por esses motivos, como tambem por sua incontinencia. Viviam vida separada, e só comparceavam em publico juntos, quando assim impunham as cerimoniaes e a etiqueta.

Ao desembarcar no Rio, logo sentiu o ambiente de gratidão publica que o cercava e lhe prodigalizava respeito e affecto. O Brasil o conquistou, e d'elle fez um amigo, o melhor e o mais avisado de todos os servidores do Estado. Pela vez primeira, o país ia sendo governado como unidade autonoma, e não exclusivamente como uma arca de thesouros ou méra fonte de recursos para as necessidades metropolitanas.

Com a rainha, D. Carlota Joaquina, occorria precisamente o inverso. Era geralmente odiada, tão intimo, forte e rude era seu desamor pela terra, antipathia que não escolhia termos para se externar, e se manifestar. Deante de sua carruagem, galopavam dois batedores, soldados de cavallaria que obrigavam os transeuntes a se ajoelharem deante da soberana em passeio: quem não obedecesse immediatamente á ordem, soffria castigo prompto, a relhadas ou mesmo a pranchadas de espada.

De uma feita, Thomas Sumter, ministro dos Estados Unidos no Rio, encontrou a princesa, reconheceu-a e polidamente a cumprimentou com o seu chapéo. Os cavallarianos, a galope, que não conheciam o diplomata, o cercaram, ameaçadores e

com a menção de usarem dos chicotes. Sunter, tranquillamente, puxou de um par de pistolas e avisou os desabotinados soldados para que se retirassem, pois estava disposto a matá-los se continuassem a se aproximar. O escandaloso incidente teve de ser objecto de solennes desculpas officiaes. Depois disso, a escolta da rainha teve de se cohibir em seus excessos.

Este detalhe dá a medida do genio e dos modos da infanta espanhola casada com o bonachão do principe regente. Méra justiça, entretanto, é dizer quanto ella era superior ao esposo em intelligencia, energia, coragem e dedicação a seus amigos. Era um *leader*, um conductor de homens nato. Durante trinta annos, até a sua morte, foi o chefe real dos absolutistas de Portugal: os mais altaneiros guias do partido, por mais famosos que fossem, curvavam-se ante sua direcção. Combatia, sem tréguas nem temor, por seu ideal politico, a restauração e o pleno e publico reconhecimento da monarchia de direito divino.

D. João era querido, mas tambem era carinhosamente e tolerantemente desprezado por sua fraqueza e sua covardice. Com sua opinião ninguem se preocupava, e isto o levava a esconder seus sentimentos, bem como a procurar vencer, adiando as soluções, lançando seus conselheiros uns contra outros, um ministro em opposição a seus collegas, dividindo para reinar. Curioso é que, na maioria dos casos, lograva realizar seus intuitos, pela força tremenda da apathia e do adiamento. Triumphava, cansando seus adversarios.

Impetuosa (a si propria chamava gitana), de animo forte, voluntariosa, amiga segura, protectora indefessa e sem limites de seus sequazes, temivel em suas animadversões irrestrictas, leal a seus ideaes, corajosa e nunca desalentada pelo insuccesso, pelos obstaculos ou pelos perigos, D. Carlota Joaquina exigia e dispunha da obediencia immediata e da disciplina indiscutida de seus partidarios; correlatamente, era odiada por seus adversarios.

E' provavel que, em seus sentimentos, a primeira linha pertencesse ao odio e ao desprezo que nutria pelo marido. Nun-

ca se sentiu portuguesa de coração: viveu e morreu *infanta* de Espanha, dedicada a seu irmão D. Fernando VII.

Tal antagonismo, agudo desde os primeiros annos de seu consorcio, foi crescendo com o perpassar do tempo. Em Portugal, perto de sua propria patria, Carlota Joaquina se sentia uma estrangeira: tinha partidarios convencidos, seguidores incondicionaes. No Brasil, afastada de tudo e de todos, sem ponto de apoio para sua acção, sentia-se fraca e desarmada. Assim mesmo, e por sua mesma falta de poder, ia avultando seu odio á terra onde taes coisas eram possiveis. Não obstante, desde o inicio de seu estagio na America, começou no Continente uma politica sua, contra o esposo e os interesses portuguezes.

41. Organização do governo no Rio. — Semelhante facto assumia importancia capital, pois ao desembarcar na antiga colonia o regente deparava para seu governo com problemas novos e inteiramente desconhecidos.

Até então, a America portuguesa havia trabalhado em beneficio da metropole. As capitánias estavam com seus orçamentos equilibrados, as receitas pagando os gastos. A immigração da Côrte rompeu essa equivalencia de renditos e de despesas, pois todo o peso da administração integral do reino vinha recair sobre o contribuinte brasileiro. Nada se poderia esperar de Lisbôa. A invasão destruiu ou perturbou todo o mecanismo administrativo e arrecadador. O quasi nada que sobrevivera tinha mais que fazer de que attender a serviços fóra de Portugal. As taxas, sempre atrasadas em seu pagamento, apresentavam agora aspecto caotico, como era natural: como cobrá-las com um exercito francês acampado no país e a perturbar tudo com seus excessos e suas requisições? Além do que, do Rio se deveriam remeter recursos para as tropas que combatiam a Junot.

Por outro lado, o Rio de Janeiro não contava mais de . . . 130.000 habitantes, de costumes inteiramente colonias e atrasados. Hygiene ausente; falta de esgotos; nenhuma remoção de

lixo da cidade; nenhuma noção de taes necessidades. Estalão de vida muito modesto e baixo. Festas, pouco numerosas, principalmente religiosas: procissões, "Te-Deum", sermões. Excepcionalmente, o vice-rei dava uma recepção. As casas eram occupadas por seus donos. A escravatura era o alicerce de quasi todos os serviços, quer publicos, quer particulares.

~~De um momento para outro, tudo~~ De um momento para outro, tudo isso teria de ser modificado, para o fim de receber e alojar e sustentar alguns milheiros de forasteiros, habituados a um genero de vida bastante mais exigente. Instigação ao progresso, é certo, mas forte desconforto e imprevista difficuldade no momento.

Primeiro obstaculo a vencer, seriam os recursos e o problema da morada.

O entusiasmo produzido pela chegada da Familia Real abriu caminho para se realizarem os mais custosos sacrificios, em materia de incommodos. Em parte por ordem do vice-rei conde dos Arcos, em parte por espirito de jubilo patriotico, esvaziaram-se casas para serem postas á disposição dos recém-chegados, indo os proprietarios alojar-se em outros predios inferiores; para outros immigrants de graduação arranjaram-se pensões. Finalmente, foi possivel conseguir tecto para os retirantes voluntarios vindos da metropole.

Por todo lado, ouviam-se queixas, resmungos e suspiros: os cortezãos sentiam a differença entre as imposições da nova residencia e os usos correntes de sua patria européa. O elemento local, fóra de seus commodos, ou em casas superlotadas pela invasão dos advenas, impostos e sem convite, lamentava a perda de suas pristinas larguezas de existencia. Pouco a pouco, entretanto, foram-se accomodando as coisas, e os apertos se toleraram melhor ou mesmo gradualmente desapareceram. O tempo foi atenuando os attritos.

O problema dos recursos, comtudo, era o mais custoso de solver.

Tratava-se de mudança brusca, inesperada e enorme para o Brasil. Um dos primeiros actos do regente foi abrir os

Comercio entre os portos dos Capitães

portos da terra e libertar o commercio da obrigação de só se effectuar com a metropole. Cessou tal monopolio.

Muito se tem escripto sobre essa medida, e seus principaes autores têm recebido elogios sem conta. Talvez, embora merecidos, haja sido ultrapassada a justa apreciação dos factos. Era inevitavel assim acontecesse. Desde a transferencia da séde do governo para a America do Sul, Portugal perdera seu ascendente metropolitano. Invadido e talado pela força de Junot, não mais poderia existir quer a navegação, quer o commercio: os navios britannicos policiando os mares capturariam os barco vindos de portos sob o guante da conquista napoleonica. Como fechar os embarcadouros do Brasil á Grã-Bretanha, cuja protecção e cujo auxilio haviam tornado possivel a execução do plano politico a que obedecera a vinda ao Novo Continente? Além disso, donde viriam as mercadorias que Portugal dantes mandava á sua colonia? Para onde iriam os lenhos que transportavam as exportações brasileiras?

Estava no regaço das coisas inevitaveis, fataes como consequencia da mudança da séde do governo, a abertura dos portos americanos. Dependia dos acontecimentos e não da vontade humana ou de sua intenção. Parece, portanto, algo frivolo, investigar a quem cabe o merito da idéa. O facto deu-se, porque não podia ser de outra forma. Era forçoso criar o commercio com as demais nações, para se não suspender a vida nacional e a satisfação das necessidades já implantadas nos habitos nacionais. Ainda daí advinha a possibilidade de collectar impostos de importação e taxas outras, que constituíam a principal fonte de renditos para o Erario Régio. O merito, na realidade, consistiria em ter reconhecido o aspecto compulsorio do problema e, sem demora, lhe ter dado solução pelo Alvará de 28 de janeiro de 1808, libertando o commercio.

Éra de natureza especial a autoridade do regente. Deixava agir seus ministros. Em regra, taes conselheiros não concordavam em suas opiniões, e o principe apreciava taes divergencias por lhe permittir equilibrá-los e, entre os pareceres, escolher

aquelle que correspondesse á sua propria vontade, sempre mantida secreta. Realmente, havia conflicto permanente de pontos de vista, de idéas e de methodos. De uma feita, von Eschwege, geologo e viajante de grande fama, apontou para uma dito popular característico da situação de tres desses ministros: compara-os a tres relógios, dos quaes um andava sempre adiantado, o outro atrasava, enquanto o terceiro vivia parado.

D. João tinha de promover iniciativas de duas sortes: na politica interna, e na politica externa.

O credito e o minis.

42. As necessidades internas. — Em sua nova capital tinha de reaver o tempo perdido. Sentia agora que seus vice-reis o não haviam plenamente informado das condições reaes do país, e que mesmo em alguns casos fôra enganado. Os tempos aureos da industria extractiva eram coisa do passado. A agricultura, com todos os seus corollarios, via-se asphyxiada pela falta de credito, pela ausencia de uma legislação adequada, pois a vigente se baseava na idéa falsa da riqueza das minas e de suas necessidades e exigencias. Os elementos locais poderiam auxiliar na solução de mais de um ponto difficil. Havia sacerdotes, legistas, funcionarios que tinham seguido os cursos de Coimbra. Alguns tinham viajado pela Europa, e achavam-se no mesmo nivel do pessoal que viera de Lisbôa. Possuiam, além do mais, uma incontestavel superioridade: conheciam a terra.

Deu começo immediato a seu programma de melhoramentos e de novas fundações, no Rio como em outros pontos do país.

Desde 1699 fôra aberta no Rio uma aula de fortificação. O primeiro nucleo do futuro arsenal de guerra data de 1793. Na segunda metade do Seculo XVIII, surgiram numerosas academias literarias de vida ephemera. Em 1739, dois seminarios preparavam funcionarios e sacerdotes. Seus programmas, comtudo, eram resumidos e já se não prestavam plenamente ás exigencias crescentes da colonia.

O anno de 1808 foi o periodo critico e decisivo. Logo após seu desembarque, o regente promoveu a fundação de collegios de cirurgia e medicina, no Rio e na Bahia, e de uma Academia de cadetes de marinha. Uma Imprensa Régia começou a funcionar. Nos annos subsequentes, 1810 e 1811, abriram suas portas uma escola de commercio e uma Academia de Guerra. Em 1814, foi posta á disposição do publico uma livraria, cellula inicial de nossa actual Bibliotheca Nacional. O Museu Nacional criou-se em 1818, bem como a Escola de Bellas Artes. Com o fito de melhorar os methodos agricolas, de introduzir e aclimar novas plantas, em 1808 se deram os primeiros passos para a criação de nosso jardim Botânico de hoje. Revogaram-se leis, regulamentos e demais actos, que traziam empecilhos á actividade industrial nas capitánias mineradoras. Tudo se envidou para proteger e desenvolver as energias iniciadoras.

Uma das mais graves difficuldades da época, era a ausencia de credito. Portugal, em tempos normaes, não possuia dinheiro para dar ou emprestar. Menos, ainda, emquanto se estorrou sob a prepotencia dos invasores franceses. A Inglaterra, por demais preocupada com seus próprios apertos, financeiros e outros, da guerra contra Napoleão, só protegia com seus subsidios os governos que, elles tambem, movessem a mesma luta ou nella tomassem parte. Só restava aberto um unico caminho livre: a emissão de papel-moeda. Em 1808, fundou-se o primeiro Banco do Brasil. Era um mecanismo incognito, e tinha de fazer face a todas as falhas e obstaculos inherentes a semelhante desconhecimento.

Das acções, a somma maxima de cem contos não havia sido vendida até dezembro de 1809. Em vez de deixar o banco fazer seu negocio normal, o governo multiplicava exigencias de dinheiro para toda sorte de gastos. Nem sempre a gestão do instituto foi merecedora de louvor, ou mesmo se isentou á pécha de prevaricação; em casos raros, seja dito com justiça.

Em vespéras da volta ao Reino, praticamente toda a emissão se achava em mãos do monarcha, da Familia Real, dos cor-

tezões a regressarem a Lisboa ou dos funcionarios que seguiam a reassumir suas funções na Europa. Toda essa massa de bilhetes foi apresentada troco ao estabelecimento de credito, e teve de ser resgatada em moeda metallica, ouro e prata. Da noite para o dia, caiu a caixa a 200 contos. Ainda estava por ser feita a educação do commercio local: uma década mal bastou para tornar corrente o uso da nota de banco.

Vinha embaraçada a circulação desse papel pelo facto de se restringir o curso a áreas limitadas: Rio, Bahia e São Paulo. D. Pedro, o primeiro imperador do Brasil, tinha má vontade a esse aparelho, que não comprehendera bem; por isso, lhe moveu crua guerra. As necessidades costumeiras do commercio eram attendidas sem difficuldade, mas os reclamos do governo impunham crescentes emissões de bilhetes.

Quando, após *vinete* annos dessa luta titanica contra a hostilidade official, houve de se fazer o reembolso da circulação fiduciaria, que se elevava a cerca de 19.174 contos, em consequencia da ordem legislativa de 1829 para liquidar o banco, ficou evidente que o total correspondia quasi precisamente á divida do Thesouro á caixa bancaria, no valor de 18.301 contos.

Foi tal liquidação um dos mais formidaveis erros commettidos na administração financeira do Brasil. Apesar de erros e faltas, o banco havia sido a fonte unica de credito para a actividade do país, e seu esforço nunca se desmentira nem fallara. Completou a prova do asserto o resultado da liquidação. E' sabido que vender titulos, apurar valores tocados pelo descredito de uma catastrophe commercial, é tarefa ingrata; ainda assim, pagas todas as dividas, restabelecida a ordem nas contas do estabelecimento, os accionistas receberam ainda 90 % de seu capital. Resultado lamentavel, durante annos privou-se o Brasil de um órgão de financiamento fiduciario.

43. As difficuldades internacionaes. — Outra série de graves difficuldades provinha dos laços politicos por demais intimos existentes entre Portugal e Inglaterra. Eram as duas na-

ções, alliadas seculares desde o tratado de Methuen de 1703, e essa alliança havia resistido a provações duras. Na guerra ainda reinante entre a Grã-Bretanha e a França, a principio neutro, depois ao lado do reino insular, Portugal havia demonstrado sua solidariedade com seu antigo amigo e associado.

No gabinete de D. João, dividiam-se as sympathias. O regente não desgostava da França, mas a corrente mais forte, chefiada por D. Rodrigo de Souza Coutinho, futuro conde de Linhares, batia-se pela Inglaterra, sua politica e sua collaboração. Era forçoso aceitar este ponto de vista, desde que o plano de transferencia da Familia Real para a America fôra organizado em Londres. Fez-se o transporte em vasos portuguezes, mas uma esquadra da frota britannica, sob o commando de Sir Sidney Smith, auxiliou e protegeu a viagem dos retirantes. Dentro em prazo curto, forças inglesas desembarcaram em Portugal, e cooperaram com as tropas nacionaes nas hostilidades, desde logo abertas, contra o exercito de Junot, e na expulsão dos soldados napoleonicos do territorio invadido.

Tanto D. João como Linhares mostravam-se extraordinariamente gratos por essa intervenção tão util quão opportuna. Sua sympathia primitiva cresceu e ascendeu a niveis inesperados; agiu nelles, de modo a lhes arrancar annuência a medidas que tinham de trazer consequencias, sob o influxo das quaes o Brasil gemeu durante quarenta annos. Como attenuante, talvez se possa allegar para diminuir a gravidade do erro economico e politico commetido, que o governo lusitano se achava inteiramente nas mãos da Inglaterra, e entre esta e a ameaça franceza figurava como casca de noz entre o malho e a bigorna.

O bloqueio continental de Napoleão, por um lado, as ordens em conselho inglesas, por outro, faziam dos Oceanos um lago britannico, no qual nenhuma voz se fazia ouvida além da do gabinete de St. James. Portugal só podia pôr em linha raros e antiquados vasos de guerra; sua marinha mercante era de categoria inferior e pouco numerosa: teria de engulir seu natural orgulho, e tolerar o que não tinha remedio senão aguentar.

Infrancia da Inglaterra a Portugal.

Finalmente, argumentos, pedidos ou exigências, eram interpretados e presentes ao regente e seus ministros pelo celebre lord Stranford, um diplomata adepto da *big-stick policy*, perante o qual tremia acovardado o pobre D. João, que ignorava e nunca cuidou de comprehender ou de experimentar o que significava a justa resistencia á prepotencia.

Agindo por essa forma, o emissario britannico logrou extorquir em 1810 da pusillanidade governamental mais de uma concessão, equiparando as duas marinhas mercantes: comparando a desproporção das duas actividades commerciaes, se evidencia que era um acôrdo unilateral, e tanto mais assim, quanto se revelou mais tarde que o gabinete não tinha poderes legaes para conceder aos barcos portuguezes os favores e as taxas que o diplomata havia prometido extender-lhes.

Por outro lado, alcançou obter no Brasil, para importações das Ilhas Britannicas, direitos de alfandegas menores do que os proprios impostos pagos pelas mercadorias metropolitanas, fazendo destarte concorrência estranha ao interesse da mãe-patria, e ainda com a concessão de privilegio analogo ao das antigas *Capitulações* orientaes, a celebre *conservatoria*, pela qual tinham os subditos britannicos o direito de ser julgados por juiz especial, o juiz conservador, em todos os seus litigios.

Consequencia da propaganda abolicionista do trafico de Wilberforce nos meios politicos ingleses, a abolição do commercio de negros africanos no Brasil foi imposta ao regente, que relutava a adoptar tal medida; em acôrdo subsequente se fixaria o prazo a partir do qual se tornaria operante a ordem prohibitiva. Finalmente, uma convenção foi assignada para se criar, mediante contracto, a primeira linha de navegação regular entre o Brasil e o Reino-Unido.

Nesses convenios se encontram os pontos de partida de innumerados dissidios e atritos, que, com o decorrer do tempo, chegaram quasi ao rompimento aberto de hostilidades. De facto,

D. João havia até certo ponto comprometido a liberdade do commercio do Brasil, pelo erro de conceder um regime excepcional para as importações inglesas, assim como ferira a soberania nacional admittindo em territorio nosso juizes forasteiros e tribunaes para julgamento de nossos patricios; e, bem assim, por haver permittido que forças navaes e leis inglesas fossem, em assumpto de trafico, competentes para capturar, julgar e punir tripulações de barcos portugueses.

Desde logo, começou a se sentir o influxo de taes fraquezas. Em 1816, já após a quédia de Napoleão e normalizada a situação da Europa, emquanto a cabotagem se realizava por meio de navios nacionaes, menos de metade do trafego oceanico ultramarino se faria sob o pavilhão das quinas, e o restante representava o quinhão britannico.

44. Os progressos realizados. — Ainda assim, progredia o país. Novos mercados, novos meios de transporte, estimulavam a producção. O café já tendia a constituir-se uma industria basilar da America portuguesa, juntamente com o açúcar, os couros e pelles, tabaco e algum algodão. Em 1822, as exportações de taes mercadorias eram, em peso, de 24.318.304 libras de café, 45.644.800 libras de açúcar, e 5.208.000 libras de algodão. Decaira muito a industria mineradora, embora ainda houvesse alguma actividade na exploração.

Comtudo, um symptoma grave estava apparecendo, quanto á má administração economica da terra: a quédia das cotações cambiaes. Era a paridade legal a de 67 1/2 *pence* por mil réis. Já em 1822, havia caído a taxa a 47 *d*, quédia tanto mais significativa, quanto na segunda decada do seculo ascendera a 70 *d*. A vida commercial achava-se mais ou menos equilibrada em torno de 8.500 contos no lado das importações, e aproximadamente outro tanto no das exportações. A causa dominante da desconfiança assim revelada no mercado monetario residia nos receios infundidos pela politica do governo.

A guerra peninsular de reconquista de Portugal era um dever, e não poderia ser evitada. Parte, apenas, dos gastos seria supportada pelos contribuintes, pois a Inglaterra nem só subsidiava o reino, como tinha mandado suas proprias tropas combater ao lado das lusitanas.

45. Attritos iniciaes no Prata. — Na America do Sul, entretanto, o mesmo conflicto de sentimentos e de interesses, reinante na Europa, instigava uma politica de engrandecimento do Brasil, que levava, por suas intervenções a Sul do continente, a enthronizar a desordem nas finanças nacionaes.

Para complicar ainda as coisas, e tornar o problema aparentemente insolúvel e causar despesas que o Thesouro não comportaria, avultava o facto de que não existia unidade no rumo internacional seguido: tres politicas inconciliaveis disputavam a primazia na foz do Prata, a de D. João, a de D. Carlota Joaquina e a da Inglaterra. Além disso, os conflictos locais separavam os partidarios em godos e criollos. Os primeiros, castelhanos vindos da Peninsula; os segundos, já nascidos e criados na America; alguns, sonhando já com a Independencia; a maioria, fiel ao throno bôurbonico de Madrid.

A campanha de França e Espanha, alliadas, contra Portugal, conduzira á occupação da Peninsula pelas forças de Napoleão. Estas haviam promovido tumultos e rixas, e Murat, seu commandante, agindo por ordens e instrucções do imperador e auxiliado pelo herdeiro presumptivo da corôa, o principe das Asturias, o futuro D. Fernando VII, aproveitou o pretexto para tornar inevitavel a abdicación do reinante D. Carlos IV. No acto de Bayonne, a abdicación implicava a destituição da dynastia, e daí decorreu a enthronização de José Bonaparte, irmão do côrso imperial.

O vice-reino de Buenos Aires, a exemplo das provincias espanhola revoltadas, não reconheceu o novo rei, decidiu obedecer ao unico herdeiro legal da corôa, D. Fernando VII. No Rio, D. Carlota Joaquina, movida por seu amor fraterno e pelos inte-

resses dynasticos, apresentou sua propria candidatura á regencia como a mais proxima herdeira do throno, na ausencia do irmão. Seu esposo, desde a tragi-comedia de Bayonne e a ascensão de José Bonaparte, era o alliado natural de D. Fernando. Fez immediatamente causa commum com a infanta espanhola, e instituiu seus ministros para agirem de acôrdo com seus desejos. Isso, ostensivamente: pois nunca olvidou que seu proprio dever era servir a Portugal.

Por lei, tinha D. Carlota Joaquina o direito de reclamar a regencia. Para ella, começaram a voltar-se os olhos das provincias e das colonias revoltadas contra o intruso e detestado francês. Mexico e Rio da Prata eram os primeiros nessa campanha. Na Espanha, propriamente, onde a rebeldia era dirigida pelas *Juntas*, sob a orientação superior da *Junta Nacional de Sevilla*, a idéa não gozava da mesma sympathia: não possuíam as filhas de Carlos IV o favor publico. Além do que, o pendor geral manifestava-se em pról de uma monarchia constitucional, enquanto eram conhecidas as convicções inabalaveis da familia Bourbon, absolutistas intransigentes. A Inglaterra, tambem, cuja influencia era decisiva na Peninsula, não favoneava tal forma de governo, arguida de prepotente.

Quando, logo após o desthronamento do rei de Espanha em 1808, Buenos Aires enviou um emissario ao Rio de Janeiro para indagar da disposição de animo de D. Carlota Joaquina quanto a uma regencia constitucional no vice-reino, nem só expulsou ella o enviado, como o denunciou como rebelde ao vice-rei em exercicio, D. Santiago de Liniers. Desde então começou a desmaiar a esperança concentrada na pessôa da infanta, como possivel solução da vacancia do throno durante a detenção de Fernando VII: tinha-se por demais claramente evidenciado e tornado publico o espirito reaccionario da candidata á regencia.

Em Buenos Aires, achava-se muito tensa a situação. Os castelhanos immigrados desprezavam os *criollos*. Estes queriam ter uma *Junta* propria, como as demais provincias metropolitanas; enquanto os primeiros de acôrdo com o representante da

Junta de Galicia, apenas desejavam ter novo vice-rei designado pelas autoridades españholas.

As manobras do Rio de Janeiro haviam ainda augmentado a confusão dos pareceres. Na primeira metade de 1808, o Cabildo de Buenos Aires tinha recebido ameaças, caso se não submetesse á exigencia de se incorporar á monarchia portugueza. Com a maior indignação, fôra a suggestão repellida tanto pelo Cabildo como por Liniers.

Mas a insurreição generalizada de Espanha havia mudado a face das coisas, e feito alliados contra o inimigo commum Napoleão os antigos adversarios tradicionaes da Peninsula. Em todo caso, não se podia exigir do multiseccular desaffecto de Buenos Aires confiança illimitada. Os acontecimentos, alli, não se mostravam simples: espanhóes contra *criollos*; aquelles a conspirarem por tornar a possuir a supremacia local que haviam perdido por sua propria impericia no meneio dos monopolios commerciaes por elles detidos, e por suas pretensões politicas excessivas; funda agitação liberal, criada e mantida pela maçonaria; a experiência feliz de governo autonomo, posta em pratica por Liniers. De tantos factores em presença resultara a convicção de que o maior perigo consistiria no triumpho dos espanhóes emigrados.

Uma solução existia, e proxima, legal sem duvida: a regencia de D. Carlota Joaquina. Melhor seria fiar nas promessas que ella multiplicava aos *porteños* mais influentes. Já não havia ella livrado o vice-reino, conjurando a ameaça de missões perigosas, desconhecidas, qual a empresa militar do general Curado, enviado do Rio em enigmatica visita a Buenos Aires, onde, aliás, não logrou chegar? Com ella como chefe de governo, de um governo liberal qual o desejavam, perderiam character ameaçador as injunções do Rio. A ninguem se afigurava possivel solução que não fosse monarchica, e a infanta ainda era a mais accetavel e legal.

Buenos Aires refervia de agentes, tanto ostensivos como confidenciaes, de toda sorte e categoria, pertencentes a todas as clas-

ses sociaes; alguns delles, merecedores de fé, mas a maioria méros especuladores, impudentes, pagos por todos os partidos, servindo e traíndo a todos.

D. Carlota Joaquina
 Momento houve, em que D. Carlota Joaquina talvez pudes-se ter sido proclamada regente, se presente estivesse em Buenos Aires. Permittiu-o D. João, a principio. Contramarchou, ao depois. O motivo do recúo? Tres pôdem ser apontados: o recio do regente de ser desthronado pelas intrigas e pelo odio de sua esposa; o terror dos cortezãos portuguezes, quanto ás aversões vingativas da infanta; a opposição tenaz do lord Strangford, por causa da politica seguida pela Inglaterra.

Todas essas razões eram provavelmente reaes, mas a preponderante seria por certo o veto britannico. Contra elle, nada poderia fazer Portugal. E tão bem se accommodava com os sentimentos pessoaes de D. João relativamente a sua mulher!

Novamente seguiram emissarios para o Rio, a conferenciam com a princesa. Desilludidos, voltaram para trás. Liberalismo, por parte dos *criollos*, e absolutismo, por parte da real gitanha, não podiam razoavelmente trabalhar juntos. Dos principios de 1810, data a decisão do pleito, contra a regencia de D. Carlota Joaquina. Não desapareceu de subito: ainda se falou no caso por algum tempo, e episodicamente. De facto, era assumpto morto e enterrado.

46. O movimento independentista da America espanhola. — Esse anno de 1810, "*el año diez*" como o denominam historiadores sul-americanos de origem castelhana, foi realmente o ponto critico da agitação da Independencia.

Do golfo do Mexico ao cabo Horn, todas as antigas colonias de Castilla soffreram os impulsos decisivos que puseram em movimento o problema separatista.

Na Argentina, as novas do avanzo francês da Peninsula e da derrota dos insurgentes chegaram a 13 de maio: foram a gota que fez transbordar a medida. A 25, uma reunião geral dos notaveis votou a deposição do vice-rei nomeado por Sevilha, em

bora se promettesse e protestasse obediência a Fernando VII., e organizou uma *Junta* local formada dos cidadãos mais prestantes. Era o golpe mortal nos projectos de regencia.

Duas pequenas provincias do antigo vice-reino foram as unicas a permanecerem fiéis a Madrid: Paraguay e Uruguay. A primeira, isolada no sertão, conseguiu tornar-se absolutamente independente em 1811. Uruguay ficou só, e manteve o contacto com a infanta.

Via-se D. João, destarte, arrastado para a margem esquerda do rio da Prata, como auxiliar e elemento de força dos planos de D. Carlota Joaquina. Comtudo, o golpe de lord Strangford contra qualquer intervenção no Prata lhe havia aberto os olhos: não agiu de ponto de vista legitimista, para restabelecer a autoridade do rei de Espanha. Orientou sua rota pela politica tradicional de Portugal, no sentido de traçar a fronteira natural do Brasil pelo rio Paraná e pelo rio da Prata. Mais uma vez, provava D. João que não havia entendido a posição da Inglaterra.

O systema de commercio espanhol com suas colonias era grande obstaculo para a politica expansionista da Grã-Bretanha, pois consagrava o monopolio da metropole. Para a monarchia insular, o unico methodo aceitavel era a liberdade de commercio, e, por isso, era Londres levada a ajudar, ou pelo menos não criar empecilhos, á independencia. Com Portugal, eram outras as razões. Era o reino mais um vassallo do que um alliado; se, por novos emprehendimentos felizes, crescesse elle em tamanho e importancia, rôta ficaria a balança entre os dois paises, e tal mudança não serviria a nenhum dos alvos da politica britannica. Além do que, com uma regencia de D. Carlota Joaquina, e talvez uma nova corôa em seu favor na America do Sul, teria forçosamente de se instituir uma politica matrimonial de enlaces entre as duas corôas, e, para o futuro, todo o continente poderia vir a formar um immenso imperio, sem paralelo no passado. Tal possibilidade era positivamente contraria aos interesses ingleses.

Por isso, estadistas ingleses não poderiam senão favorecer a tendencia independentista da Sul-America, e auxiliar indirectamente seus defensores, assim como a existencia das novas unidades politicas. Nesse sentido se exerciam todos os esforços da Inglaterra, em absoluta reserva, emquanto não o pudesse fazer ás claras.

47. A posição do Brasil. — D. João não poderia contar com Londres para lhe proteger as miras imperialistas, assim como Espanha não lhe conseguiria invocar o auxilio para submeter as colonias revoltadas e insurgentes. Previa a Inglaterra o perigo de se formar um bloco latino, coheso, solido, homogeneo apesar de differenças pequenas e secundarias, a extender-se da Florida, da California e do Texas até o Cabo Horn. Estava em jogo a supremacia, o primado britannico.

O regente portuguez não comprehendia a situação, e considerava-a tão sómente do angulo estreito das conveniencias de seu reino: a infanta, sua mulher, amparava Montevidéo, em guerra com Buenos Aires, e agia em beneficio dos interesses de seu irmão D. Fernando VII; tropas buenaienses já estavam em Uruguay, assediando-lhe a capital e ameaçando a capitania brasileira de S. Pedro do Sul.

Aí estava uma razão ou um pretexto para ter no Rio Grande seu proprio exercito, e fazê-lo avançar paulatinamente rumo de Montevidéo. Ninguém sabia o que podia acontecer: quem sabe se a chamada fronteira natural, o Rio da Prata, não cairia em poder da Lusitania, ou antes do Brasil?

Tanto Buenos Aires como Montevidéo viram tal desfecho. Assignaram immediatamente um armistício, levantando o assedio dessa ultima cidade. Após certo lapso de negociações entre D. João e as autoridades platinas, retrocederam as tropas portuguezas para o Rio Grande.

Sucediam-se novas occurrencias sob o crescente influxo da idéa de independencia absoluta, proclamada em Tucuman, a 9

de julho de 1816. Explodira novamente a guerra entre as Províncias Unidas do Rio da Prata (como haviam agora sido appelladas) e o Uruguay, onde Artigas pelejava pela liberdade absoluta de seu país, e alcançava a victoria em toda a linha.

Tumultos, invasões, perturbações da tranquillidade reinavam ao longo da fronteira do Rio Grande. D. João, allegando isto como motivo, embora de facto seguisse apenas sua orientação imperialista, enviou forças que, após muito pelear, invadiram o Uruguay e se apossaram de Montevidéo.

Fernando VII de Espanha apressou-se em protestar perante a Santa Alliança, mas D. João e sua diplomacia tão astuciosamente haviam architectado seus planos, para porem as apparencias de seu lado, que lograram ver triumphar suas theses perante esse tribunal de reis. Como resultado final, o general Lécór, barão da Laguna, chefe das forças portuguezas de invasão, tanto manobrou caviliosamente e em segredo os elementos uruguayos que estes, em 1821, votaram a incorporação ao Brasil. Moralmente, tal voto nenhum valor possuia, extorquido como fôra de uma nacionalidade esmagada sob a pressão de um exercito estrangeiro. Era um titulo, entretanto, aparentemente juridico, para emprestar fingida legalidade a uma clara violencia. D. Carlota Joaquina, esquecida e posta á margem, nenhuma intervenção teria nos acontecimentos, méro episodio da conquista portuguesa. A Inglaterra continuava silenciosa, o que nada presagiava de bom para a politica em curso.

Emquanto assim occorria, o desdobrar dos successos, tanto internos quanto europeus, se tornava de mais a mais complicado.

Napoleão fôra vencido em 1814. Fernando VII occupara o throno espanhol; legitimo Bourbon, nada esquecera e nada aprendera; absolutista como dantes, resolvera combater o liberalismo e extirpar a revolta das colonias. Reuniu-se o Congresso de Viena; o Brasil, elevado á categoria de reino, ao mesmo nivel de Portugal, fixou suas fronteiras com a porção castelhana do continente, e tambem com a França, na Guyana conquistada pelas tropas de D. João VI. O trafico de escravos, condemnado em

theoria por todas as nações em um manifesto grandiloquo, ia sendo assediado por todos os lados, e ameaçava com dissídios novos as relações anglo-brasileiras, pois a direcção impressa pela Grã-Bretanha á repressão de tal commercio ia-se tornando cada vez mais energica e violenta.

48. A volta de D. João a Lisbôa. — Os sentimentos portuguezes quanto ao novo reino, a antiga colonia, tornavam-se de dia para dia mais hostis, e a amargura crescia quanto mais D. João demorava sua volta para a Europa. A antiga metropole sentia-se amesquinhada, por sua vez colonia de sua antiga possessão ultramarina. O rei, um infeliz, victima de sua cobardia e do vazio de afeições que o amparassem, pela vez primeira em sua desgraçada vida achara no Rio de Janeiro o que nunca dantes florira em seus dias tormentosos: um sentimento de affecto e de gratidão, pelos beneficios trazidos ao torrão americano da monarchia.

Bem quisera aí permanecer. Sabia por demais o que lhe segredava o coração presago, sobre o que o esperava em Portugal: cuidados, tormentos e inespiaveis conflictos de ambições. No Rio, tranquillidade, segurança, affectos, nenhum motivo de alarma, eram o ambiente em que se movia. Sua relutancia em mudar de sorte é facil de comprehender. Ademais, tinha tanto pavor de novamente atravessar o Oceano!

Contraste absoluto, D. Carlota Joaquina ansiava por partir e deixar o país onde nunca se sentira á vontade, sem amigos nem partidarios, estranha ao ambiente, privada dos melhor de agir para desempenhar um papel, ou ser desagradavel ao marido. “Não é terra de gente”, costumava dizer. Chorara, ao desembarcar. Ia caber-lhe escandalizar os brasileiros, pelo jubilo immoderado que se estampava no seu rosto no momento da partida.

De dia para dia, aggravava-se a seriedade dos acontecimentos, tanto na Europa como na America. A necessidade de um governo constitucional era, com raras excepções, um sentimento

popular nos dois continentes. Tão longe foram as coisas em Pernambuco, que, em 1817, aí explodiu um movimento republicano; triumphou, a princípio, e tres capitánias se lhe mostraram adhesas; forças leaes vindas do Sul subjugarão a rebellião.

Em Portugal começou larga agitação com esse programma, a ponto de varrer todas as opposições que se lhe quizeram contrapor: essa foi a revolução do Porto, de 1820. Quando a noticia do movimento carthista chegou ao Rio, explodiu a satisfacção geral experimentada pelo povo, e os factos que se succederam deram a prova do enthusiasmo publico, seguindo-se a pequeno intervallo dos de Lisboa.

As capitánias começaram a eger *Juntas*, em substituição dos antigos capitães-generaes. Em alguns pontos, houve combate para o conseguir, mas nenhuma excepção foi tolerada. Os novos elementos governativos pertenciam, em regra, aos grupos mais liberaes da sociedade; em alguns casos, em Minas Geraes por exemplo, a tendencia era francamente republicana, influxo remorado da conspiração de Tiradentes, a Inconfidencia.

Comtudo, o absolutismo possuia raizes fundas em Portugal, mais do que o movimento constitucional, e os chefes deste ultimo sentiam o perigo de serem derrotados por seus adversarios. Assim, tomaram providencias para convidarem autoridades e personagens de nota á prestação do juramento á Constituição ainda por ser elaborada. Mesmo o interregno até a feitura das novas tabuas da lei poderia ser aproveitado para restaurar o absolutismo, e, por isso, a Constituição espanhola de Cadiz, de 1812, foi adoptada e recebeu ás adhesões juradas, com character provisorio.

No Brasil, o exemplo foi entusiasticamente seguido. O príncipe herdeiro, D. Pedro, estava na vanguarda dos que applaudiam o rumo dos acontecimentos. Não assim, el-rei. Odiava e temia por igual aos liberaes, aos constitucionaes, republicanos e pedreiros-livres, aos quaes confundia na mesma classe de anarchistas. A coragem faltava-lhe, entretanto, para resistir. *Volens, nolens*, jurou tudo quanto quizeram que jurasse, a tremer de pavor em todos os seus membros, a ponto de desmaiar de medo em determinada occasião.

Deu-se immediato inicio á tarefa de escolher os deputados á Constituinte, que vinham a ser as novas Côrtes, em Lisbôa. Como directriz geral das instrucções dadas ao corpo eleito de representantes, figuravam os pontos seguintes: absoluta igualdade, tanto politica como economica, dos dois reinos; organização parallela de ambos; permanencia alternativa da séde do governo, em ambas as margens do Oceano.

Não correspondia tal programma, entretanto, aos anseios de Portugal, amargurado e invejoso da supremacia brasileira durante tantos annos. Os constituintes brasileiros foram mal recebidos em Lisbôa, feitos alvos de chacota, pouco attendidos e ouvidos com accentuado desprezo quando reclamavam ou exigiam.

Cada vez mais se tornava imprescindivel a volta de D. João a Lisbôa. Todas as influencias se exerciam sobre elle para que a apressasse. Que fazer, senão obedecer aos avisos dos que lhe diziam que sua ausencia poderia trazer catastrophes sobre o reino? A Inglaterra era das mais interessadas e das mais energicas em lhe inculir no espirito a noção da necessidade de tornar á Europa; chegou a enviar uma esquadra ao Brasil, afim de transportar o monarcha. Recusou D. João, e adiou sua partida quanto pôde, achando e inventando pretextos para demorar o regresso quanto possivel. Sentia, o infeliz, que findara seu tempo de sossego, e que se iam iniciar novos dias de transe e de inquietação. Chorava, ao embarcar na náu que o levaria ao lugar do previsto supplicio. Contraste vivo, a rainha ria estrondosamente, manifestando a alegria que a dominava.

Previo, o soberano, o advento dos acontecimentos em marcha. O liberalismo era demasiado forte para ser suffocado pelos antigos processos. Deixava no berço uma nação ainda nas faixas infantis, e voltava ao mausoléu do velho Portugal absolutista. Presentimentos premiam-lhe o espirito e agitavam seu somno inquieto. Difficilmente se poderiam manter os laços de união entre os dois reinos, tão diversas eram as mentalidades, as previsões e os recursos. Ao Brasil elle queria realmente bem, mais do que ao antigo reino. Era, *avant la lettre*, um brasileiro, um dos melhores e dos mais dedicados á terra americana.

Era demasiado o numero das forças dissociadoras em acção. El-Rey, astuto e providente, sentiu que, cedo ou tarde, a criatura de Portugal, havendo ultrapassado o genitor, formaria um Estado independente.

Na vespera de partir, em 26 de abril de 1821, communicou confidencialmente ao filho e herdeiro D. Pedro, a quem deixava no Rio como principe-regente, o que elle previa para o futuro do reino americano, e accrescentou que, a realizarem-se os acontecimentos que lhe pareciam imminentes, se pusesse o proprio principe á frente do movimento. Seria o meio de conservar o Brasil em paz, como monarchia, projecção de um Portugal-Maior, sob a égide da dynastia de Bragança.

CAPITULO V

Independencia do Brasil. Seu reconhecimento pela “Comitas Gentium”

Que vinha a ser esse novo dominador, sobre cujos ombros iria pesar o governo do reino do Brasil?

49. D. Pedro. — Em 1821, tinha D. Pedro vinte e quatro annos de idade. Formoso, ardente, audaz e varonil, afeito a durezas e intemperies, era perito em todos os exercicios phisicos, e montava admiravelmente. De sua mãe herdara a intrepidez e a dedicação a ideaes e as suas amizades. Era um impulsivo. Capaz de praticar feitos extremos de heroismo e de generosidade; por vezes, tambem, susceptivel de cair nos extremos oppostos.

Habil e intelligente, sabia intuitivamente muito mais do que se suspeitaria. Diplomatas europeus, que com elle trataram, reputaram-no acima do nivel de seus conselheiros officiaes em assumptos internacionaes, com a excepção unica do marechal Brant. Possuia o senso da realidade, e era de bom parecer, quando fóra do influxo de conselheiros subalternos de quilate inferior. Franco a ponto de tocar á rudeza; fiel á sua palavra e leal a seus companheiros, até que nestes perdesse a confiança; mostrava-se extremamente facil em aceitar intrigas e accusações sem devidamente as pesar, e, por isso, com elle era difficilimo contar em qualquer empreendimento collectivo.

Era o filho predilecto de D. João; tinha com o pae a maior intimidade, e sempre se revelou filho leal dedicado e affectuoso. Não o amava D. Carlota Joaquina, que concentrava seus desvelos no filho segundo, D. Miguel. Na realidade, abandonado por ambos, não recebera educação alguma, e, se criara por si mesmo, entre famulos e gente baixa da domesticidade palaciana. A estes dominava pela sua situação social; em compensação, por elles era dominado através de baixa lisonja, servilismo sem limite, intrigas murmuradas e covardes, accusações segredadas e sem provas.

Elle queria bem a taes parceiros grosseiros e mal educados, que lhe serviam sem pestanejar fantasias e caprichos, principalmente nas aventuras numerosas e nos conflictos a que o levara sua vida dissoluta. Consequencia forçada, era malcriado, aspero e rude, propenso a pilherias de baixo estofo e a brutalidades a pretexto de brincadeiras. Tão longe as punha em pratica, que mais de uma vez provocaram incidentes desagradaveis. Tinha consciencia disso, e elle proprio costumava dizer que elle e o "mano Miguel", tratamento que dava ao irmão, seriam os ultimos malcriados da familia.

Apesar dessas sombras, que lhe mareavam a reputação, ainda havia nelle luz bastante na alma, para lhe permittir brilhar como heróe, cavalheiresco, abnegado e generoso, na historia de Portugal bem como na do Brasil.

Era verdadeiramente liberal, no sentido preciso do vocabulo; embora criado em ambiente absolutista, nem sempre soubesse como provar seu liberalismo, e por vezes se embarçasse na escolha entre impulsos autocraticos e normas constitucionaes. Tal conflicto psychologico, permanente nas tendencias e nas heranças, explica as contradicções e incoherencias de sua curta vida de trinta e seis annos.

50. D. Leopoldina. — Sua esposa, D. Leopoldina, era uma archiduquesa austriaca. Casada com D. Pedro por motivos dynasticos, embora, amava a seu marido, que lhe não retribuia o affecto com a mesma intensidade. Era por demais inconstante

para isso. Foi-lhe, entretanto, uma collaboradora no governo, preciosa por sua dedicação, tanto no Brasil como na Europa, nos círculos mais íntimos da corte e do gabinete de seu pae, o imperador Francisco I da Austria. No Brasil, que contribuiu a tornar independente, sua memoria é reverenciada com carinho e gratidão, como a de um dos mais efficientes factores de nossa emancipação nacional.

Não era formosa, nem cuidava muito de belleza; tinha pendor accentuado pelas sciencias naturaes, sendo ella propria cultora de botanica e de geologia. Adorava montar cavallos ardegos, e percorrer em longos passeios arrabaldes e cercanias do Rio. Possuia muito menos feminilidade do que seria do agrado do principe; em compensação, captivava os corações de quantos se acercavam della, por sua bondade e seu espirito de caridade.

A principio, não queria ao país, e ansiava por voltar á Europa. Aos poucos, observando e pesando sentimentos e esforços dos brasileiros por ascenderem a niveis mais altos, por se tornarem independentes e livres, começou a amar seus subditos e preparou-se a provar esse affecto pelo melhor dos modos.

51. Vesperas da Independencia. — As novas de Lisbôa e os factos do Brasil mostravam desentendimento crescente entre os dois reinos. Em Portugal, dominavam inveja do desenvolvimento da antiga colonia, e tenção firme de subjugá-la á metropole; as côrtes revogavam todos os actos que haviam fomentado tal progresso. Significava tal politica de Lisbôa a recolonização do país, a ponto de, em certos casos, annullar instituições existentes desde tempos coloniaes. Os deputados brasileiros haviam sido recebidos friamente e nenhuma attenção se lhes prestava: seus protestos e suas iniciativas nenhum apreço mereciam, nem eram estudados.

No reino americano crescia a impaciencia. A gente tornava-se irritadiça e ansiosa. Ansiosa por desatar laços que manietavam e reprimiam sua franca evolução ascensional.

Foram tão longe as Côrtes, que chegaram a insultar e ferir ferinamente os mais legitimos e nobres sentimentos dos sul-americanos. D. Pedro, casado e pae de uma futura rainha, já fôra collaborador indirecto de D. João VI no governo da monarchia, e era agora o regente da maior parte della: e, entretanto, era espicado e tratado como criança inconsciente. Do reino vinham ordens para que deixasse o Brasil, afim de se preparar a viajar pela Europa, e assim se familiarizar com a tarefa do governo de seus dominios hereditarios. A ordem era redigida em termos deprimentes, e ameaçava com a reminiscencia de que as Côrtes tinham poder para compellir e desthronar.

O amor proprio ferido alliava-se em sua alma com o fundo sentir quão grave era o erro commettido pelas Côrtes na sua conducta para com a America, ao fechar os olhos ao crescimento evidente da antiga possessão ultramarina, á sua maioridade politica indiscutivel, principalmente quando comparada com a velha Lusitania. Em suas cartas ao pae, D. Pedro explicava tal situação em todos os detalhes, e lhe mostrava os descontentamentos crescentes, a agitação profunda do país, as astucias e os actos dos extremistas a conspirarem a fundação de uma republica, e previa a independencia, quer estivesse elle proprio presente ou ausente.

Que podia fazer El-Rey? Apavorado pelos liberaes, obedecia a seus menores gestos, quanto mais a suas exigencias, e cumpria todas as ordens que lhe eram impostas, a tremer pela propria vida, pelo poder e pela situação politica. Assentia, asseverando ser "muito de seu prazer", a tudo quanto a Assembléa votasse e ordenasse, por mais que o horrorizassem os sentimentos intimos os ditames desse ajuntamento liberal. Alvo de estreita espionagem, tendo sua correspondencia violada e perquirida, cada acto ou palavra passando pelo crivo de implacavel censura hostile, era o monarcha menos que nada.

52. **Difficuldades do regente, D. Pedro. Organização do movimento.** — Cada vez mais, a vida do regente se tornava

intolerável. Insultos e provocações choviam sobre elle, tanto das paragens portuguezas da monarchia na Europa, como da propria terra americana. Seu espirito, em tal situação de grave perigo, havia amadurecido e logrado ouvir conselhos de prudencia. Refreou ostentar qualquer resentimento, por mais offendido se sentisse. No seu intimo, porém, começou a olhar para o Brasil com olhos mais avisados. A emancipação da terra joven já lhe appareceu como uma tarefa a cumprir, talvez um dever para com a monarchia e a dynastia de Bragança. Com elle ou sem elle, o país se tornaria independente por qualquer forma. Se o abandonasse, seria a desintegração pura e simples. E começou a sonhar a gloria dos fundadores de imperios!... Ainda assim, demorou em adoptar tal linha de conducta, e tornou publica sua intenção de obedecer ás Côrtes que lhê exigiam a volta a Portugal. D. Leopoldina, entretanto, via a conjuntura politica com clarividência maior, e convenceu D. Pedro a resistir.

Achavam-se em plena fermentação as provincias do Sul — Minas Geraes, Rio, S. Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catharina — Rio de Janeiro, capital do reino e seu coração pulsava de febre patriotica. Em cada alma, em cada bôca, uma só idéa, uma só phrase dominava: não permittir fosse diminuida, de uma parcella sequer, a conquista já effectuada .

Como conseguí-lo, ainda não era idéa clara. Mas de alguma forma havia de ser feito. Mensageiros percorriam o país em todos os rumos, para se manter acceso e vivo o sentimento autonomista e não permittir ao enthusiasmo decrescer. A' frente do movimento, enérgico e vivaz, achavam-se a maçonaria e os maçons.

Seus principaes chefes e luzes das officinas têm de ser nomeados, como os primeiros obreiros da grande tarefa: Joaquim Gonçalves Léo, José Clemente Pereira, conego Januario da Cunha Barbosa, José Joaquim da Rocha, figuram entre os maiores. Além dessa sociedade secreta, a *Associação Philotechnica*, de character scientifico, trabalhava no mesmo rumo, sob a direcção de José

Sylvestre Rebello, que mais tarde foi o primeiro ministro brasileiro nos Estados Unidos.

O fim principal era evitar que o príncipe partisse para Lisboa. De Portugal, mesmo, do circulo intimo dos amigos de D. João, vinham conselhos e avisos para que o regente não deixasse o Brasil, pois sua presença aí seria o unico meio (diziam os conselheiros) de salvar El-Rey, Portugal, Brasil e a si proprio.

Em tal atmospherá, e com o parecer de D. Leopoldina favoravel a uma resistencia prudente, estava maduro o espirito do príncipe para seguir tal conselho. Não queria, comtudo, agir levianamente, e o primeiro cuidado seria sondar qual o feitto real do sentir popular nas provincias mais proximas.

Emissarios partiram logo, apressadamente, para Minas e para S. Paulo, afim de colligirem assignaturas ás petições que imploravam de D. Pedro ficasse no Brasil. Os resultados excederam a todas as expectativas. Vibravam todos esses documentos de entusiasmo e de decisão, e traziam as firmas das autoridades e das personalidades mais representativas da opinião, assim como as da massa de gente mais humilde. Praticamente, era um plebiscito, com resposta unanime. Em Minas, certas municipalidades estavam imbuidas de ideaes republicanos, e por isso algumas abstenções se realizaram em virtude dessas convicções, exaggeradas por prematuras.

Não havia como recuar ante pronunciamiento tão consonante. A 9 de janeiro de 1822, declarou o regente á Municipalidade do Rio de Janeiro, falando pela unanimidade do país, que ficaria, para bem de todos e felicidade geral da nação.

Nos annaes do Brasil fôra voltada uma pagina, e das mais importantes, pois annunciava que se levantava o povo em resistencia a ordens injustas de um poder que se pretendia superior, de uma metropole que já deixara de o ser. No horizonte já se lobrigava a Independencia, e o combate por ella já começara.

53. **A revolta da guarnição portugueza do Rio.** — Tal expressão deve ser entendida em seus devidos termos. A guarnição portugueza do Rio amotinou-se contra D. Pedro, no intuito de o compellir a respeitar e a obedecer ás ordens das Côrtes, fazendo-o embarcar para a Europa. Tal attitude era correcta e legal, do ponto de vista português, pois as Côrtes eram autoridade legal do reino lusitano. No Brasil, entretanto, e talvez sem que este o percebesse, já não havia sentimento português, e a unanimidade da opinião forçou os regimentos metropolitanos a atravessar a baía e refugiar-se em Nictheroy á margem fronteira do golfo. Mais ainda assediadas e ameaçadas por artilharia de morrões accesos, as tropas foram compellidas a embarcar em navios que singraram para Lisbôa. Em meio do Oceano, cruzaram os reforços que as Côrtes mandavam ás tropas do Rio, mas esses novos regimentos não tiveram licença para desembarcar e voltaram para Lisbôa nos mesmos barcos que os haviam transportado á America.

Começaram os acontecimentos a progredir em marcha muito mais accelerada.

54. **José Bonifacio.** — A primeira consequencia da resolução de permanecer no Rio foi que D. Pedro se viu forçado a escolher um gabinete formado em parte de brasileiros, afim de que estes assumissem sua parte de responsabilidade no poder. A personalidade a convidar deveria impôr confiança e respeito, impedindo assim qualquer critica. Entre os chefes da agitação do Rio, assim como na mente do principe, um nome acudia a todos como o unico a apresentar todos os requisitos: José Bonifacio de Andrada e Silva.

Nascido em Santos de tronco antigo e respeitado, havia sido educado em Coimbra, onde se tornara professor da celebre Universidade, e secretario da Academia de Sciencias de Lisbôa. Sabeedor de nota, bem conhecido e apreciado nos circulos cultos da

Europa, havia viajado em quasi todos os países do Velho Continente, e tinha relações pessoais com seus mais notaveis scientistas. Por duas vezes, seu nome fôra lembrado para commissões governamentaes, em 1816 e em 1820: da primeira, a regencia de Lisboa não permittiu sua retirada de Portugal, e da segunda, elle proprio recusara a nomeação.

Após a revolução do Porto, e sua repercussão no Brasil, que foi a substituição por *Juntas* dos antigos capitães-generaes, fôra votado para a vice-presidencia da de S. Paulo; nesta, seu irmão, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, servia como secretario da Fazenda.

Eram-lhe attribuidos os termos energicos da resposta de São Paulo á consulta do Rio sobre se se deviam obedecer ás ordens anti-brasileiras das Côrtes.

Sua propria opinião pendia para a formação de uma monarchia dual, Portugal e Brasil equivalentes em poder e direitos: as instrucções dadas aos deputados paulistas á Constituinte de Lisboa provam-no. As circumstancias politicas, entretanto, iam rapidamente evoluendo, e já não olhava suspicazmente para a independencia pura e absoluta: talvez aí estivesse a solução.

No gabinete de 16 de janeiro de 1822, foi incontestavelmente a figura primacial. Nas occurrencias subsequentes, revelou ser um organizador, o chefe, o estadista. Não fôra sua a primeira idéa, mas foi seu destino ser o fundador, o cerebro das instituições sonhadas sentimentalmente e propugnadas pelos maçons do Rio, sustentados pelo regente e por partidarios das provincias vizinhas. Tudo bem considerado e medido, discutir prioridades e meritos se torna ocioso: a semente e o crescimento dos factos estavam no progresso estuante do país, em sua ascensão a niveis mais altos, em sua ansia por liberdade e independencia.

José Bonifacio notou immediatamente os pontos fracos. Para triumphar, era essencial a unanimidade, e Minas, por suas aspirações mais adiantadas, favoraveis ao estabelecimento de um governo republicano, poderia comprometer a victoria. S. Paulo

exigia pacificado, pois o litoral e o interior estavam de relações muito tensas e hostis. Na Bahia, a cidade do Salvador occupada por forças portuguezas, estava assediada pelo Reconcavo em armas. Manifestavam-se hesitantes as provincias nortistas, Maranhão e Pará, mais proximas de Portugal.

Para auxiliar o governo, foi suggerido criar-se um conselho de Estado, composto de representantes das provincias, e a 16 de fevereiro D. Pedro assignou um decreto nesse sentido. Em março partiu para Minas, com o fito de acalmar os exaggeros de seus homens publicos, mitigando os excessos de seus ideaes politicos, e nivelando-os com os das demais circumscripções. Tornou-se triumphal a viagem. Do Rio, remeteram-se armas e tropas para a Bahia, reforçando o elemento nacional que cercava na capital a divisão portuguesa. O general Pedro Labatut recebeu o commando em chefe das forças brasileiras, e lutou durante doze meses para expellir seu adversario da cidade occupada, forçando-o a reembargar sua tropa na esquadra lusa, ancorada na Bahia, e a voltar para o Tejo.

A suggestão de criar um conselho de Estado havia sido aceita e posta em pratica pelas provincias do Sul, e pela Parahyba. Das outras, Ceará exceptuado, mas que não nomeou seu representante, Alagoas, Bahia, Pernambuco e Maranhão haviam-se opposto ao projecto.

Sempre por influencia da maçonaria, foi offerecido a D. Pedro o titulo de Defensor Perpetuo do Brasil; o principe aceitou a aclamação que já era um compromisso prenhe dos progressos politicos futuros. Logo em seguida, Rio Grande do Sul e Ceará propuseram se reunisse uma Constituinte; respondeu o regente que se deveria esperar pela reunião dos representantes provinciaes afim de ser conhecida a opinião real do país inteiro. Tal era a ansiedade generalizada, que nem sequer deu tempo a esses representantes de chegar ao Rio, apenas tres delles, os do Rio e da Cisplatina, se reuniram a 2 de junho e apresentaram a moção. No dia seguinte, foi expedido um decreto convocando uma Consti-

tuinte. Era o acto decisivo da separação. Só lhe faltava um requisito: proclamar a independencia.

As novas vindas de ultramar provocaram a phase ultima e essencial do conflicto. Insistiram as Côrtes em sua politica imprudente e provocadora contra a America portuguesa. Os deputados americanos de mais em mais se viam insultados, vilipendiados e desprezados. Quando apontavam para as consequencias das medidas recolonizadoras em que insistia o reino europeu, respondiam os deputados da antiga metropole: "Passe muito bem, Senhor Brasil".

A reunião dos representantes das provincias foi tida por acto de rebellião, e Lisbôa revogou-o. A resistencia da Bahia foi louvada e ia ser reforçada por novos contingentes enviados do reino. Os ministros de D. Pedro seriam julgados em Côrte de Justiça, e, daí por diante, teriam de ser nomeados pelo governo português e não pelo regente. Ordenou-se que os membros da Junta de S. Paulo, e demais conselheiros das medidas e dos esforços para impedir que seguissem para Lisbôa os deputados de Minas, fossem processados e julgados.

Antes da communicação official de taes decisões, recebeu-se no Rio, a 28 de agosto, noticia fidedigna do que resolvera o governo luso.

55. Independencia ou morte. — D. Pedro achava-se ausente em S. Paulo, pacificando a provincia, como fizera em Minas. Sob a presidencia de D. Leopoldina, o gabinete reuniu-se immediatamente. As novas significavam guerra, tal foi a conclusão unanime do Conselho.

Despachou-se para o principe um emissario especial. Foi encontrado na vizinhança de S. Paulo, em Ypiranga, a 7 de Setembro de 1822. Tomou os despachos, leu-os e comprehendeu que era chegado o momento de agir. "Independencia ou morte", bradou, interpretando o sentir geral do país.

A aproximação de datas é prova eloquente de quão intimamente collaboravam a maçonaria e seus chefes com o re-

gente e seu gabinete. Desde 2 de agosto, o príncipe fôra iniciado como maçom, e pouco depois elevado a grão-mestre da Ordem; só assumiu as funções ao voltar de S. Paulo, a 14 de setembro.

A 20 de agosto, o Grande Oriente proclamou, por proposta de Léo, que era chegado o tempo da separação definitiva e completa de Portugal. Os ministros resolveram publicar dois manifestos, um á Nação, outro aos governos estrangeiros. Do primeiro, foi incumbido Léo, e do segundo, José Bonifácio. Ambos explicavam por que D. Pedro ficara no Rio, e assumira seu título de Defensor Perpetuo do Brasil. Tres dias após, a iniciativa de Léo e os meios de a realizar foram discutidos, votados e adoptou-se observá-los em todas as provincias associadas.

A coroação, o juramento do novo imperador, eram consequencias, embora essenciaes e importantissimas: Imperio, em vez de reino, fôra o nome adoptado para significar a duplice origem do poder: direito hereditario, escolha popular. Todo o Brasil vibrava de aclamações e de enthusiasmo.

Duas excepções, comtudo, tinham de desaparecer: Bahia, com sua capital em mãos estrangeiras; Pará e Maranhão, hesitantes em parte, e talvez com a minoria preferindo Lisbôa.

Sob a pressão das forças patrióticas conduzidas pelo general Labatut, como já mencionámos, e depois pelo coronel Lima e Silva, a 2 de julho de 1823 embarcou e singrou rumo de Portugal a divisão lusitana commandada pelo general Madeira. Lord Cochrane, convidado para o commando de todas as forças navaes da marinha brasileira, impôs o dominio imperial em ambas as provincias nortistas hesitantes, nas quaes os movimentos locais já haviam feito triumphar a Independencia. Em setembro de 1823, sua missão estava finda com pleno e absoluto exito.

As guerras dá Independencia na America espanhola haviam durado quinze annos: no Brasil, extendeu-se apenas por outros tantos meses. E, enquanto o imperio americano da Espanha se esboroava aos pedaços, a integridade do Brasil fôra preservada.

Resultado tão notavel era o fruto, principalmente, da vinda da Familia Real á America, da elevação da antiga colonia a reino, da decisão de D. Pedro, da previsão e da energia de homem de Estado, de José Bonifacio, e do valor militar de Cochrane. Mas, quasi por igual, devia-se á fraqueza de Portugal, ás suas provocações e á ignorancia em que jazia das condições reaes de sua antiga colonia, já agora superior á metropole em tudo, como os acontecimentos subseqüentes iam revelar, em breve prazo.

Os decretos brasileiros de junho de 1822 e os manifestos de agosto haviam provocado motins em Montevidéo, alliando-se as forças portuguezas e o *Cabildo* contra a tropa brasileira. Proclamada a Independencia, os dois partidos chegaram a vias de facto. A divisão metropolitana, assediada na cidade, recebeu ordens das Côrtes para o abandono da praça e obedeceu, após dezeseite meses de sitio: já não constituia mais uma força combatente, pois os effectivos iam minguando, a ponto de se tornarem evanescentes. Em fins de janeiro de 1824, não se achavam mais soldados estrangeiros no territorio nacional.

As complicações internas appareciam mais graves.

56. Deveres do momento. — Todo o peso do governo recaia sobre José Bonifacio e seus companheiros de governo, sobre o primeiro principalmente. Attritos e choques eram de esperar de todos os lados. O proprio ministro, como todos os membros da familia Andrada, apesar de seus eminentes predicados, soffria de verdadeira hypertrophia de vaidade e de animo vingativo. Não podia tolerar as criticas de que era alvo nos templos maçonicos, fazendo de qualquer dissidio de opiniões um caso de inimizade pessoal. Com o imperador, o commercio affectuoso e respeitoso dos primeiros dias transformara-se em relações tensas. Persuadiu a D. Pedro a desterrar Lédo, um dos primeiros, talvez o primeiro pioneiro da Independencia; e este notavel prócer,

a custo, escapou á afronta, fugindo para Buenos Aires. Novos excessos contra seus oppoentes políticos tornou impossivel sua continuação no poder, e teve de resignar.

Nesse meio-tempo, o decreto de junho havia sido posto em execução, e uma Assembléa Constituinte fôra eleita e reuniu-se a 17 de abril de 1823. Nella figuravam como deputados os tres irmãos Andradas. José Bonifacio, apeado do poder, entrou a inspirar gazetas politicas, e, tanto no Parlamento como na imprensa, moveu uma opposição sem treguas, que um contemporaneo, inglês e historiador do Brasil, John Armitage, desceveu como facciosa. O ambiente da Assembléa bem o favorecia.

Em regra, esse primeiro ensaio eleitoral havia enviado ao Rio de Janeiro um bando multicôr de juristas, altos dignitarios da Igreja, parochos da roça e proprietarios agricolas. Nulla era sua competencia administrativa, e de igual desvalia sua capacidade pratica na technica parlamentar. Alguns delles, apenas, estavam a commodo nesse meio tão novo para elles. A maioria tinha idéas excessivas sobre sua propria superioridade, e olhava de cima para baixo para os funcionarios e membros do proprio governo. Influencia ainda da mallograda conspiração mineira e da revolução de 1817 em Pernambuco.

O mesmo sentimento explodiria em 1824, na revolução separatista de Pernambuco e provincias vizinhas, a chamada Confederação do Equador, precisamente no momento mais delicado das negociações de Londres, visando fazer pazes com Portugal, revolução que deu real trabalho para ser debellada.

A reunião da Assembléa dava-se em data proxima de mais do periodo de exaltação das primitivas paixões da Colonia, para que ella pudesse conservar serenidade e espirito de justiça, superior ás provocações e aos odiosos, porque injustos, appellos ao patriotismo invocados contra quantos eram suspeitos de preferir Portugal ao recém-nado Imperio. O proprio Imperador, fundador das instituções novas, era apontado nos jornaes e pamphletos e entre membros menos calmos do Parlamento como sendo um desses saudosos do regime anterior!...

E a autoria de tal situação desprezível e ingrata recaía nos partidarios dos Andradas ou em pessoas de vulto menor por elles protegidos, se não talvez nos proprios chefes de seu partido.

57. **Dissolução da Constituinte. A Carta outorgada.** — De tal procedimento, ingrato e pouco digno, surgira um estado de coisas intoleravel. Avizinhava-se uma explosão, e o menor incidente poderia accender e fazer explodir a mina. Foi lançado o fogo á polvora, por ataques desarrazoados ao governo, sob o pretexto de ter este recusado punir officiaes offendidos por um insultador, que elles tinham castigado. Accusados e calumniados além de toda medida, protestaram, e D. Pedro, fundamente ferido em suas mais nobres intenções, e vilipendiado em seus actos, a 12 de novembro de 1823 ordenou a dissolução da Constituinte.

Ao mesmo tempo, prometeu preparar e conceder uma Constituição verdadeiramente liberal. Foi brilhantemente desempenhada a promessa, e, para a época, a Carta de 25 de março de 1824 foi realmente um monumento de liberalismo e de poderes intelligentemente equilibrados.

Todas essas occurrencias desagradaveis iam acontecendo emquanto se fazia a pacificação da Bahia e do Norte do Brasil. E novas complicações, de outro genero, entretanto, eram esperadas.

Após a expedição do manifesto de agosto ás côrtes estrangeiras, José Bonifacio pouco havia feito para manter o contacto com essas; ainda assim, o que fizera visava a independencia ainda por ser realizada. Com o titulo official de consul, mas de facto no character de agente politico secreto, nomeara para Buenos Aires Correia da Camara; o marechal Felisberto Brant, então em Londres, fôra acreditado como encarregado de negocios. Para Paris e Washington iriam ser igualmente remetidos agentes diplomaticos da mesma categoria. Mas tudo isso era feito em proveito exclusivo do Brasil.

Evidentemente, taes nomeações tornaram-se invalidas, quando a independencia foi proclamada, e o reino elevado a Imperio.

O marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes havia auxiliado na Bahia, em 1805, a esquadra de Sir Hugh Popham, e, por essa cõrtezia, entrara em contacto com George Canning, granjeando-lhe a amizade e a estima.

A missão de que o incumbiriam em 1822 consistiria em angariar soldados, comprar vapores, e propugnar uma politica de intimidade mais estreita entre os dois paises. Mas, do Rio, nenhum recurso lhe mandavam, nem, o que era mais grave, os poderes necessarios para tratar; ora, se quanto á questão de fundos, Brant se aviesse com dinheiros proprios, nada podia supprir a ausencia de poderes officiaes.

D. Pedro, influenciado por seu casamento austriaco, havia mandado para Vienna o seu intimo Antonio Telles da Silva Caminha, gentilhomen que mais tarde galardoou com o marquesado de Rezende. Possuia muitos parentes na cõrte de Vienna, o que facilitaria sua missão confidencial de 1822, a de explicar a Francisco I, sogro do Imperador do Brasil, bem como a Metternich como as occurrencias haviam levado á Independencia.

58. A campanha do reconhecimento do Imperio. — Suppunha o gabinete do Rio que a Inglaterra era hostil á nova nação, por causa dos antigos tratados portuguezes, e receava que a Santa-Alliança interviesse no conflicto.

Inexacta a primeira supposição, e tambem parcialmente infundada a segunda, pelo menos no tocante á Austria.

Canning conhecia por demais o sentimento britannico e as exigencias do commercio inglêz, para se oppôr aos novos Estados da America Central e do Sul: mercados abertos ás mercadorias insulares, quando livres, e fechados, quando sob o imperio da politica monopolizadora das metropoles. Pensava tambem o secretario de Estado em cohibir o trafico de escravos por acõrdo di-

recto com o Brasil. Influuiu sobre Brant, para que este voltasse para o Rio, afim de estabelecer o contacto dos dois governos.

Adeantou-se mais ainda. Lord Amherst, despachado vice-rei da India, velejara para a Asia, afim de tomar posse de seu cargo. Recebeu ordens de passar pelo Brasil, e informar ao governo de facto aí estabelecido que seria possivel reconhecê-lo apesar da opposição portugueza, se o novo Imperio se dispusesse a pôr um termo ao commercio negro.

As condições especiaes do país, entretanto, não permitiam a D. Pedro nem a José Bonifacio acquiescerem, máu grado seus sentimentos pessoaes adhesos a tal proposta. E o assumpto não foi adiante.

Canning, entretanto, avisou lealmente a Portugal, embora em caracter confidencial, que a Inglaterra era igualmente amiga dos dois reinos, e que, se as coisas chegassem a desfechar em hostilidades entre elles, o governo de Sua Majestade Britannica observaria a mais estricta neutralidade; se Portugal admittisse, por qualquer forma, o novo estado das circumstancias politicas, Sua Majestade se sentiria feliz se pudesse cooperar em qualquer acôrdo accetavel para ambas as partes.

Tudo isso demonstra quanto a Grã Bretanha procurava agir em beneficio do Brasil e de sua Independencia, mesmo antes do proprio Imperio dar qualquer passo nesse rumo.

Grandes transformações estavam occorrendo em Portugal. Haviam-se as Côrtes tornado intoleraveis. Os absolutistas, inspirados por D. Carlota Joaquina e D. Miguel, começaram em fevereiro de 1823 uma revolução visando derrubar os odiados liberaes, e o proprio rei, que era accusado de ser favoravel á Assembléa, quando, na realidade, não passava de sua victima, a mais miseravel e apavorada, prisioneiro que se sentia della. Em maio, rainha e infante collocavam-se publicamente á frente do movimento.

D. João, avisadamente aconselhado por seu amigo o marquês de Loulé, fez causa commum com a revolução, e deste mo-

do pôde conservar seu throno, emquanto em junho as Côrtes haviam cessado de existir. A opinião geral sobre o Brasil era que a separação e o Imperio não passavam de consequencias da acção politica impensada e criminosa das Côrtes constitucionaes: dissolvidas estas, deviam por igual desapparecer os corollarios, voltando as coisas ao estado anterior.

Talvez El-Rey soubesse melhor, e estivesse a par do sentido verdadeiro da secessão. Como sempre, entretanto, relutava em se oppôr ao envio de uma missão pacificadora ao Rio. Daí, quem sabe? Talvez fosse bem succedida. Assim, foi preparada secretamente e seguiu para a America uma expedição politica, chefiada pelo conde do Rio Maior. Um de seus membros, o marechal Luis Paulino, chegara antecipadamente á Bahia, onde precedeu a Rio Maior. Aí foi detido, enviando-se para o Rio os papeis de que era portador, os quaes tambem aí foram recebidos a 7 de setembro, antes de aportar o conde, em momento de exaltação suprema dos espiritos opposicionistas a D. Pedro.

O imperador remeteu todos os documentos á Assembléa, onde causaram a mais intensa emoção. A Luiz Paulino perguntou-se se trazia poderes para reconhecer a Independencia. Respondeu que ignorava o teor completo das instrucções de Rio Maior; tornou-se forçoso, então, esperar a chegada do principal emissario, que só a 20 do mesmo mês entrou na bahia.

A este se repetiu a mesma indagação: *não*, acudiu, não tinha poderes para reconhecer os factos anteriores. Como consequencia, foi sequestrado o navio em que viajara, e toda a embaixada foi constringida a reembarcar no primeiro paquete e voltar para Portugal.

Violencia desnecessaria, provou contraria aos interesses brasileiros. O governo, entretanto, havia cedido á pressão da sentimentalidade das ruas e de um Parlamento superexcitado: assim procedera para aquietar um pouco os que accusavam o governo de favorecer Portugal em detrimento do Brasil.

Poucas semanas depois, aportava ao Rio o marechal Brant. Canning, comtudo, não parara em sua acção incessante em favor

da acceitação dos factos consummados. Portugal e seus governantes achavam-se apurados, pois bem sentiam que não podiam contar com a bôa vontade de seu antigo aliado no conflicto sul-americano.

De Lisbôa suggeriram invocar a Santa-Alliança para solver a questão. Canning ameaçou abandonar o reino peninsular, se tal politica fosse adoptada, pois significaria reconhecer uma supremacia continental que a Inglaterra contestava com a maior energia. Não poderia, então, juntar-se a Russia á Austria nessa negociação? Por que, a que titulo, respondeu o secretario de Estado? A presença da Austria justificava-se, como sendo o dominio de Francisco I, o sogro de D. Pedro, com titulo de família para intervir no caso. Mas a Russia nada podia allegar desse genero.

59. **As missões em Londres, Vienna, Paris e Washington.** — Vergando ao peso das difficuldades internas, o governo brasileiro não havia curado do reconhecimento do Imperio pelas potencias estrangeiras. A chegada do marechal Brant chamou-lhe a attenção para esse urgentissimo problema. De sua propria correspondencia com o departamento de Estado, no Rio, se evidenciara que Londres teria de occupar o primeiro plano nas negociações, e que todas as missões brasileiras teriam de se guiar pelas instrucções dos enviados á Inglaterra. Os Estados Unidos apresentariam outro aspecto do problema, no qual, acôrde com as recommendações do testamento politico de George Washington, toda complicação com a Europa teria de ser evitada.

Em janeiro de 1824, redigiram as instrucções para os plenipotenciarios, muito semelhantes em seu contexto, embora differissem nos termos e nas medidas, proporcionadas ao genio e á mentalidade dos paises e das côrtes perante os quaes iam os diplomatas acreditados.

As mais simples foram as de José Sylvestre Rebello, enviado aos Estados Unidos como negociador. O problema era de solu-

ção facil: desde os primeiros movimentos emancipadores das antigas colonias sul-americanas, em 1810, a sympathia do governo e do Congresso norte-americanos haviam acompanhado a causa da Independencia. Henry Clay é um nome que o Novo Continente nunca poderia esquecer, taes os serviços que a campanha por elle chefiada prestou. Missões de estudo haviam sido remetidas a todo o litoral sul-americano; sob nomes diversos, consules yankees tinham sido nomeados para investigarem a real situação dos factos; e o reconhecimento só se vira demorado por motivos de ordem de politica internacional bem como por conveniencias internas: o tratado com Espanha sobre a compra da Florida ainda não fôra ratificado.

Quanto a Portugal e Brasil, as coisas apresentavam-se mais simples: desde 1810 até 1820, ministros americanos haviam residido no Rio de Janeiro, na côrte de D. João. Não era, portanto, nova a questão, e as soluções adoptadas já, de ante-mão, gozavam da bôa vontade da grande Republica do Norte. Nova prova forneceu a missão de Rebello, na rapidez e na facilidade com que pôde cumprir sua incumbencia diplomatica. 59 dias após sua chegada a Baltimore, o Imperio do Brasil era oficialmente reconhecido como nação independente pelo presidente James Monroe, a 26 de maio de 1824. Antecedeu a todos os actos de natureza igual, no scenario internacional.

Na Europa, ao contrario, arrastavam-se as occurrencias com innumerous tropeços.

Por parte do Brasil, muitas queixas teriam de ser tratadas com immensa destreza. Perante a Inglaterra, occupava o primeiro lugar a questão da abolição do trafico; outra, seria a difficuldade da successão do throno portugûês, pois á Grã-Bretanha não poderia ser indifferente ver Portugal, seu ponto de apoio continental, em mãos amigas do liberal D. Pedro, ou nas de seu irmão D. Miguel, instrumento de Metternich e da Santa-Alliança.

Para a antiga metropole, o problema da successão da corôa era a cogitação predominante, pois o Brasil não admittiria con-

tinuasse qualquer laço de dependencia com o velho reino; e, pelo menos D. João VI e seu gabinete, insistiam em eliminar qualquer possibilidade de se tornar D. Miguel soberano de Portugal; assim, tambem, seria ponto difficil de definir a situação reciproca de portugueses e de brasileiros nos dois países; finalmente, não parecia facil solver os problemas das indemnizações.

E ainda se precisa ter em mente que tudo dependia do abandono por Portugal de seu ponto de vista, intransigente no momento, de restabelecer, antes de tudo, a situação anterior á Independencia.

A discussão teria de começar e desenrolar-se em Londres, com a Austria e a Inglaterra como potencias mediadoras. Mas a attitude de cada uma destas divergia da outra. A Grã-Bretanha mantinha seu ponto de vista tradicional de *sympathia* pelos novos organismos internacionaes. A Austria limitava-se a agir como amortecedor de choques, conciliadora de pontos debattidos, auxiliando aproximações sem tomar iniciativas proprias. Agindo por essa forma, Metternich representava o papel de um *cavalier seul* no concerto da Santa-Alliança, pois a Russia estava fortemente prevenida, em nome do legitimismo, contra todos os movimentos independentistas, e mais ainda contra todas as constituições. Os demais alliados seguiam os exemplos dados: enquanto a França, não estava totalmente livre por causa dos recentes tratados que lhe haviam sido impostos, e de sua intervenção na Espanha que havia provocado e obtido no Congresso de Verona, e por isso hesitava e vacillava em seu rumo politico.

A' propria Austria, embaraçada com as questões balticas e os *carbonari* italianos, cabia papel ligeiramente perigoso, por enfraquecer sua solidariedade na Alliança. Nisso, o sentimento paterno movera Francisco I, attendendo á solicitação da filha, imperatriz do Brasil; e Metternich talvez se deixasse engodar pela miragem de trazer a seu país a clientela brasileira, solapando assim a posição dominante da Inglaterra em Portugal, o eterno protegido dos governos britannicos.

De qualquer forma, não pódem ser obscurecidos os serviços prestados pela Austria ao Brasil. Foram de primeira ordem, pois sempre tenderam a criar ambiente de moderação em Lisboa, prodigalizando conselhos de prudencia e de harmonia, por um lado; por outro, no seio da Santa-Alliança acalmou impulsos que, doutra forma, levariam a esmagar a colonia americana revoltada, assim como essa associação politica tencionava fazer para com as colonias hispano-americanas rebelladas. Por taes razões, o nome de Metternich deve ser recordado no Brasil com gratidão, fossem quaes fossem as fontes psychologicas e politicas de sua acção: de facto, sempre se revelou auxiliar poderoso e avisado da causa de nossa terra.

60. Londres, centro das negociações na Europa. — Canning, Felisberto Caldeira Brant Pontes. — Canning, fóra de duvida, era o espirito director de todo o debate, não cedendo a palma a ninguem, e apenas igualado pelo primeiro negociador brasileiro o marechal Brant. Este diplomata, mais tarde elevado a marquês de Barbacena, revelou-se a figura proeminente da politica imperial no primeiro reinado.

A principio, nenhuma discussão proveitosa parecia possivel, pois Portugal exigia a submissão pura e simples da antiga possessão americana. Aos poucos, os esforços estrenuos do secretario de Estado inglês convenceram a ambos os grupos de plenipotenciarios silenciarem sobre a Independencia, por um lado, e sobre a soberania portuguesa, por outro; assim, seria licito discutir como se poderiam reatar novamente relações pacificas e estaveis.

Brant havia-lhe entregue um Memorial com as clausulas pretendidas pelo Brasil; dellas fez Canning a base de seu proprio trabalho, ajuntou-lhe pontos desejados por Portugal, e, após longos e relutantes debates por parte da gente de Lisboa, mandou o documento para o reino para ser estudado pelo governo luso. Aqui, a condemnação foi integral, e outro plano foi suggerido, como contra-proposta. Para evidenciar a opposição dos pontos de vista, basta apontar para o facto de que, emquanto Can-

ning e Brant firmavam o reconhecimento da Independencia por D. João VI, a nova idéa da antiga metropole consistia em estabelecer a suserania régia sobre o Brasil. Era claro que nenhum debate util se poderia estabelecer, nem se lograria firmar acôrdo entre nações tão afastadas. Após incidentes numerosos e varios, tanto na America como na Europa, pararam os *pourparlers* de Londres, e a negociação cessou.

Decidiu Canning, então, tomar em mãos o conflicto. Nomeou o conhecido diplomata Sir Charles Stuart, antigo embaixador em Paris, para missão especial de ir a Lisbôa explicar ao antigo alliado que a Grã-Bretanha se via forçada por seus interesses proprios a aceitar a Independencia brasileira, e que, elle mesmo, Stuart, teria de partir para o Brasil com esse encargo. Preferiria, comtudo, fazê-lo após ter Portugal acceito os acontecimentos definitivamente consummados. Foi depois de longas discussões sobre esse ponto, que elle partiu para o Rio, munido da plenipotencia portuguesa.

Não é este o lugar proprio para detalhar as novas negociações. Stuart havia recebido de D. João VI, pessoalmente, poderes latos bastantes para que pudesse agir do modo por que entendesse melhor para os interesses do reino e para, a qualquer custo, fazer as pazes. Delles usou no Rio, e, após longas, duras controversias sobre palavras e condições, logrou chegar a uma conclusão pacifica, que foi assignada a 29 de agosto de 1825.

Haviam triumphado a causa e os pontos de vista do Brasil. No grupo de convenções então assignadas não figurava coisa alguma sobre o trafico de negros: fôra adiado para acôrdo ulterior, que mais tarde seria estudado. A successão á corôa portuguesa não se via mencionada: a Constituição brasileira permittia tal successão, em determinadas condições, e as leis do reino não se modificavam; assim, permanecia uma base que permittia atender aos desejos de D. João de ter por successor o Imperador do Brasil, base duvidosa, entretanto, pois sobre ella subsistiam fortes dissídios e duvidas. Tal solução, pelo silencio posto ao problema, deu causa a infinitas difficuldades ultteriores.

Logo após esses tratados, começaram as adesões ao Reconhecimento a ser recebidas no Rio de Janeiro.

Tão exacerbadas e exaltadas corriam as paixões políticas no Brasil, que as mais graves acusações se faziam a todos os negociadores, quanto á convenção financeira annexa ao tratado. Não desapareceram, nem mesmo após a demonstração convincente e exhaustiva pela qual o governo justificou a providencia e justiça absoluta de seu proceder.

Os Andradas e seus amigos haviam, em sua opposição, semeado taes germes de desconfiança contra D. Pedro e seus conselheiros, que não cessou a hostilidade contra o Imperador e seus auxiliares de governo, nem mesmo após a abdicação do primeiro, seis annos mais tarde.

CAPITULO VI

Lutas no Rio da Prata. Descontentamento crescente. Abdicação de D. Pedro I.

Mal haviam terminado as fainas do reconhecimento do Imperio, pelo tratado de 1825, quando novas difficuldades surgiram. A 10 de março de 1826, morria D. João VI, e o problema da successão do throno portugûes vinha pôr-se e exigia solução immediata.

61. Abdicação da corôa portuguesa. — O velho monarcha, bem como seus ministros em Lisbôa, tudo haviam preparado no sentido de coroar D. Pedro, embora objecções muito sérias se pudessem oppôr, e foram realmente offerecidas, sobre a legitimidade da medida. O proprio Imperador nutria duvida sobre esse ponto. Ainda assim, accitou a herança, tomou algumas providencias da mais alta importancia para assegurar a successão, taes como conceder uma Constituição e publicar uma amnistia geral, e abdicou em favor de sua filha D. Maria da Gloria, a qual deveria desposar, quando nubil, seu tio D. Miguel.

Todos esses arranjos desfecharam em difficuldades inauditas. O resultado foi a revolução legitimista, a enthronização de D. Mi-

guel em Portugal. Até certo ponto, o Brasil, e o Imperador, certamente, viram-se envolvidos nessas lutas ultramarinas.

No Rio de Janeiro, e especialmente na Assembléa, todas essas complicações ecoavam.

62. **Hostilidades entre o Imperador e a Camara.** — Cumpre não esquecer que Constituição e parlamentarismo eram coisas novas no Imperio. D. Pedro, embora um liberal por instincto, era um ignorante em quanto se relacionava com leis, governo e direito publico. Interpretava e punha em pratica as clausulas constitucionaes segundo processos absolutistas. Emquanto isto se dava, as cabeças directoras do Parlamento queriam firmar os alicerces de um verdadeiro governo de gabinete.

Se, entre Executivo e Legislativo, existissem laços reaes de *sympathia* e mutua bôa vontade, algum entendimento seria procurado e algo teria de se achar. O desempenho da tarefa governativa correria menos aspero e resistente.

Com raras excepções, porém, tudo cooperava para separar os elementos politicos, e escassa era a *sympathia* entre representantes dos dois poderes. A vida dissoluta do Imperador; o baixo nivel de muitos de seus mais intimos amigos e conselheiros, quasi todos portuguezes; a crescente desconfiança oriunda da opposição de 1823; os termos da convenção financeira de 1825 tida por injusta quanto ao Brasil e favoravel em demasia para Portugal; a incompetencia revelada em varios actos internacionaes; todos esses factores, entre outros menores, haviam separado o soberano e os deputados. No Senado, onde se encontravam quasi todos os próceres da Independencia, collaboradores da primeira hora, não se manifestava hostilidade da mesma natureza, pelo menos exaltada ao mesmo gráu.

A todas as divergencias dominava a accusação de que D. Pedro mais pendia para Portugal, do que para o Brasil. Berrante injustiça — mas essa é a logica da ingratição humana. E a conducta do Imperador os levava, em numerosas occasiões, a verem confirmadas suas opinões.

Sir Charles Stuart, a exemplo do que fizera com as instruções portuguesas sobre o tratado de paz, havia igualmente excedido as ordens inglesas quanto ao tráfico de negros, e ao tratado de commercio. Ambos haviam sido rejeitados pelo Foreign Office.

Novo ministro, Robert Gordon, fôra nomeado para o Rio de Janeiro, e os documentos assignados sobre essas duas questões, estavam causando graves apprehensões no tocante á sua repercussão sobre o commercio e a agricultura. 1830 seria o ultimo anno de importação de escravos africanos; depois dessa data, seria tal navegação tida como acto de pirataria. Sentia-se a opinião publica fundamente ferida por estipulações dessa natureza, pois ellas submetiam marinheiros brasileiros ao julgamento por tribunaes estrangeiros e segundo leis inglesas.

No tratado de commercio, nada se conseguira para abolir o odioso privilegio da *conservatoria*, a não ser a promessa de o revogar quando a legislação brasileira houvesse consignado elemento de substituição conveniente.

No tratado com a França, existiam estipulações perpetuas, agrilhoando o desenvolvimento do país. Verdade era, que só desta vez se commetera tal monstruoso erro.

Nos demais acórdos internacionaes, a duração das clausulas variaria de seis a quinze annos.

Pior ainda, todos os pactos só se mandavam á Assembléa depois de ratificados, o que annullava a cooperação parlamentar, e isso era tido por verdadeira irreverencia. Chegava-se desta maneira a um *impasse*: o governo não modificava suas praticas, e o Parlamento não tomava conhecimento dos tratados. Facil é comprehender a má vontade originada dessa divergencia com os ministros e o chefe do Estado.

Só em 1831, após a abdicação e durante a regencia, veio a ser observada e seguida a theoria verdadeira de collaboração dos dois poderes, e isso mesmo por disposição especial de lei sobre o funcionamento da regencia.

Outra occasião e motivo de dissidio consistiu no silencio adoptado quanto á marcha dos negocios publicos. O Parlamento exigia relatorios annuos sobre a gestão dos interesses nacionaes, e os ministros relutavam em obedecer a tal preceito constitucional. Nesse ponto, comtudo, tiveram de ceder, e iniciaram dentro em pouco prazo o costume de enviar seus relatorios periodicos a ambas as camaras da Assembléa.

Taes attritos e difficuldades eram proprios e naturaes em periodo no qual nenhuma pratica existia quanto ao funcionamento do systema parlamentar, e o machinismo não possuia, para o lubrificar, nem bôa vontade reciproca nem conhecimento sufficiente da experiencia alienigena. Cada dia augmentava e piorava a gravidade da situação, e firmava o antagonismo directo entre o Imperador e os representantes da nação.

63. **A Cisplatina.** — Pondo de parte taes discussões de direito publico, a situação dos negocios era tão grave que, no Parlamento, pesava densa atmosphera a gerar fundo receio e apprehensões sem conta. A causa principal de tudo era a insurreição da Cisplatina.

Nada se poderia conceber mais artificial do que a união forçada de 1821.

Tres seculos de guerra entre Espanha e Portugal protestavam contra o estabelecimento das tropas de D. João VI á margem esquerda do rio da Prata, em 1817. Estava anniquilada a antiga metropole, e as colonias hispanicas contra ella se tinham rebellado e haviam vencido. Buenos Aires, sem forças, nutria em silencio o odio da impotencia. Que poderia ella fazer para expellir o forasteiro invasor? Identico era o sentimento da Banda Oriental, tanto quanto contra o dominador portuguez, como quanto aos habitantes da margem direita do caudal.

Prevaleceu a influencia de Artigas. Este heróe, a mais pura gloria do Uruguay, combatera pela causa da autonomia absoluta; a principio, fôra victorioso, mas, depois, vencera-o a traição. Exilou-se voluntariamente, em 1820. Durante sua carreira

toda, nobremente havia merecido o admirável título com que o saudavam seus entusiásticos partidários — *Protector de los Pueblos libres* —, o protector dos povos livres.

Um sentimento era commum a todos esses platinos: o horror inspirado pelas tropas de Lecór. Não possuíam meios, contudo, para pôr termo ao soffrimento: o reino lusitano tinha prestigio e recursos de sobra, para que o pudesse enfrentar a massa quasi impotente de seus adversarios. Enquanto durasse tal situação de fraqueza, nada poderia ser tentado.

Começaram, entretanto, a mudar as condições dos grupos contrapostos. A revolução do Porto, as Córtes constitucionaes, a volta de El-Rey a Lisbôa, em 1821, as difficuldades crescentes entre portugueses da metropole e os de além-mar, tudo isso minava o poder e a influencia da monarchia bragantina. A missão de Correia da Camara a Buenos Aires desvendava que o Brasil se não sentia tão seguro quanto dantes, e procurava obter a sympathia, quiçá a collaboração, de outros povos.

Após a Independencia, estava o Brasil a braços com disturbios internos graves, na Bahia, no Maranhão. Mesmo em Montevideo, o exercito de occupação ficara partido a meio: metade, portuguesa, obedecia a D. Alvaro da Costa e ás ordens das Córtes; a outra parte, brasileira, adherira a Lecór e ao novo Imperio. Os primeiros, assediados dentro da cidade, soffriam os golpes dos demais.

O *Cabildo* local pensou ter chegado o momento de sacudir o jugo estrangeiro, e formou ao lado de d. Alvaro, principalmente quando soube que as Córtes tinham resolvido o abandono do país, e se suppôs que a cidade seria entregue ás autoridades uruguayas. Nunca pensara nisto o governo de Lisbôa, e, quando se deu a evacuação, as forças de Lecór entraram na capital uruguayaya sem a menor opposição.

Emissarios haviam seguido para Buenos Aires, a procurarem e implorarem soccorros. D. Juan Antonio Lavalleja, seu chefe, percebeu immediatamente que nada se poderia esperar desse lado,

apesar da perfeita afinidade de sentimentos existentes entre as duas margens do corrente. Não era o governo forte bastante, e seu chefe, o general Martin Rodriguez, limitava-se a tentar obter por via diplomatica a retirada do Brasil de Montevideo, e sua entrega ás Provincias Unidas.

Lavalleja tentou obter amparo em outros pontos, em Santa Fé e em Entre Rios. Recebeu promessas. Nas praias do rio Paraná, começou a *pelear*, mas a agitação dentro em breve se aquietou.

O *Cabildo*, então, voltou-se nobremente para o Imperio brasileiro e para a Assembléa Constituinte, de ambos implorando, em outubro de 1823, a chamada das tropas para o territorio imperial. Assim, a Cisplatina e seu povo poderiam livremente manifestar sua vontade, dizia a Mensagem. Fosse qual fosse o seu pronunciamento, seria unanimemente obedecido, affirmava. Nenhuma attenção se prestou á nobre lembrança...

Em Buenos Aires, emoção pungente electrizava a todos: nesse problema vinha envolvida parte do antigo vice-reino, e, contra as autoridades locais, que se mantinham inalteraveis em um momento destes, corria em largas ondas o sentimento popular.

Facto novo, importantissimo, occorreu então: Castlereagh, sustentaculo do legitimismo e dos direitos das metropoles, suicidou-se. Do dia para a noite, Canning tomou sua successão, e mudou a orientação dos methodos internacionaes dos ultra-conservadores, os *high Tories*; daí por deante, enquanto Canning foi vivo, triumphou a tendencia do grande commercio inglés, e as colonias revoltadas, e não mais as metropoles, receberam o apoio das sympathias irrestrictas da Grã-Bretanha. Nisto ia formidavel impulso favoravel ás esperanças e anseios do Rio da Prata. Foi immediatamente sentido em Buenos Aires, bem como em Montevideo. No Rio, apontaram para os novos rumos os nossos diplomatas acreditados em Londres e na Austria.

Coincidiram taes acontecimentos com o nenhum exito da missão de Buenos Aires ao Rio. D. Juan Valentim Gomez,

o enviado escolhido pelo general Martin Rodriguez, após meses de permanência na capital do Império, onde seus esforços e argumentos, por mais fortes e habéis que fossem, só encontraram respostas capciosas e de má fé, teve de voltar para o Prata, em abril de 1824, com uma recusa polida, mas decisiva.

Estavam findas as negociações diplomáticas. A campanha libertadora do Uruguay tinha de se basear e contar sómente com o amor filial e o espirito de sacrificio de seus habitantes.

Sentiu-o Lavalleja, e iniciou sem demora a cruzada. Cheio de entusiasmo e de patriotismo, nelle influiu poderosamente o feito memoravel da victoria de Ayacucho, que, em 9 de dezembro de 1824, ferira de morte, no Perú, o dominio hespanhol na America.

Achou auxilio em Buenos Aires. Vanguardeiro da invasão, enviou para o Uruguay com a missão de avisar seus correligionarios a um jovem coronel, cujo nome mais tarde encheria a historia do continente todo, D. Juan Manuel Ortiz de Rozas.

64. A campanha da Cisplatina. Seu ambiente. — A 19 de abril de 1825, uma ponta de Trinta e Tres cavalleiros atravessou o rio Paraná, a caminho do Uruguay: era Lavalleja com suas forças. Numericamente insignificantes, symbolizavam a liberdade do Uruguay, e em seus peitos pulsava a alma do país. Immediatamente, começaram a chegar reforços, em homens e cavallos.

Iniciaram-se as escaramuças com as tropas do Brasil, pendendo a victoria para o lado dos libertadores. Chefes do tempo de Artigas, que haviam obedecido, sem se conformarem com as imposições do inevitavel, e tinham curvado a frente sob o jugo estrangeiro, tornaram a empunhar a lança e a montar a cavallo, correndo em busca de suas antigas e verdadeiras affinidades, desde o momento que se entreviram novas esperanças de independencia: assim se deu com D. Fructuoso Rivera.

Da ribanceira fronteira do rio da Prata, armas, munições, recursos chegavam em massa. Para assegurar este auxilio precioso, Lavalleja convocou em Florida um Congresso, que, a 25 de agosto de 1825, votou a união do Uruguay ás Provincias-Unidas, em uma Confederação mais vasta, e declarou nullos e irritos todos os tratados anteriores com Portugal e Brasil.

Comprehenderam tanto o Imperador como seus ministros a gravidade do passo. Depois de alguma tergiversação em Buenos Aires, entre o consul brasileiro e o governo, foi expedida para aí uma esquadra, em junho, com instrucções de pedir, ou mesmo exigir, explicações sobre o manifesto auxilio dado pelas Provincias-Unidas aos insurrectos da Cisplatina.

Passou-se a primeira metade de julho em discussão sem alvo entre o almirante da esquadra e o ministro das relações exteriores, D. Manuel José Garcia, um dos grandes nomes argentinos, cuja vida bem mereceria estudo cuidadoso e largamente divulgado.

Bem sabiam, no Rio, que não era segura a posição do Brasil. Os diplomatas nossos receberam instrucções para solicitar de Canning usasse sua influencia no Rio da Prata para acalmar a exaltação crescente e a bellicosidade patriótica dos portenhos. Foram paralyadoras as respostas vindas de Londres: nesta questão, a Grã-Bretanha, muito ao contrario de ser favoravel, mostrava-se hostil aos intuitos brasileiros, e sustentava o ponto de vista dos platinos quanto á evacuação da foz do rio pelas forças de Lecór.

Quando, após certo tempo, chegou a Buenos Aires a noticia do voto do Congresso de Florida pela união ás Provincias-Unidas, e do resultado favoravel dos encontros de Rincón de las Gallinas e de Sarandy, uma onda de irresistivel ufania nacional varreu todas as opposições. A 25 de outubro de 1825, o Congresso Constitucional das Provincias-Unidas accitou a união e a incorporação do Uruguay.

Era a guerra. Só cabia ao Brasil inferir as consequencias dos factos, e um decreto Imperial de 10 de dezembro firmou a declaração de hostilidades.

Não podia ser mais mal escolhido o momento para o Império entrar em luta. Não era esta um corollario do movimento expansionista intrinseco da população brasileira. Antes representava a politica imperialista de D. João VI. Não era popular, e D. Pedro foi accusado de preferir a herança portuguesa de conquista, ao verdadeiro interesse nacional de harmonia e de paz.

A politica internacional do Paraguay, como a entendia e praticava o Dr. Francia, era lançar uma contra as outras as nações vizinhas, afim de tê-las sempre occupadas, e assim permittir que seu proprio país permanecesse esquecido, isolado e livre. Paraguay não se manifestava favoravel em demasia quanto ao Brasil, e de boa diplomacia seria conseguir sua neutralidade.

A Bolivia formava um ponto ameaçador da fronteira. Depois de Ayacucho e de Junin, o governador local da provincia de Chiquito enviara um emissario a Mato Grosso, pedindo ás autoridades brasileiras tomassem sob sua protecção a provincia por elle governada, até que o rei de Espanha estivesse em condições de reconquistar o vice-reino do Perú, então avassallado pelas forças sediciosas de Bolivar e de Sucre, conforme elle as denominava. Foi acceita a proposta e tropas brasileiras marcharam para Chiquitos e alli aquartelaram.

Se o governo do Rio de Janeiro sancionasse tal invasão, fôra convidar Bolivar a conduzir seu exercito á conquista do Brasil. Como a maçonaria era poderosa nesses dias, e numerosos se contavam os republicanos no país, principalmente nas provincias do Norte, theatro das revoluções de 1817 e de 1824, difficil seria prever quanto tempo duraria e que fim teriam as difficuldades oriundas de tal feito bellico.

Felizmente, tudo foi devidamente ponderado, e expediram-se ordens a Mato Grosso afim de retrocederem as tropas e repôr as coisas em seu estado primitivo.

Ainda havia de se temer a politica de Canning. De sua communicação ao nosso diplomata em Londres, confirmada pelo

embaixador português, o marquês de Palmella, em sua correspondencia pensava o gabinete de St. James em fazer de Montevideo uma sorte de cidade hanseatica, sob o protectorado britannico. O que Sir Home Popham não conseguira fazer em 1806, estabelecer no Rio da Prata uma base naval inglesa no Atlantico Sul, o novo plano permittiria realizar. Desde logo accrescentemos, que tal plano, annullado mais uma vez em 1825, foi novamente adoptado em 1833, em ponto diverso, nas ilhas Falkland, as quaes se tornaram possessão britannica. Prova de alongada previsão politica, caracteristica da diplomacia inglesa, e que vem corroborada por acontecimentos ulteriores: em 1914, dessas ilhas como base, partiram os navios da esquadra do almirante Sturdee, que destruiu os vasos de guerra alemães do conde von Spee, vencedor em Coronel, na costa chilena, trinta e oito dias antes.

65. O aspecto brasileiro do problema. — O commando brasileiro na guerra que se iniciava era de pouca valia.

Fôra enviada para a foz do Prata uma esquadra de bloqueio, mas nem o almirante que a commandava tinha aggressividade bastante, nem eram adequados seus barcos á navegação nas aguas de pouco fundo do estuario. Lecór, em terra, revelou-se nullo, por sua inactividade, e nunca lhe occorreu coordenar as operações de terra com as de mar. De tal estado de coisas resultou que as operações da esquadra não podiam ser decisivas, embora a marinha brasileira se mostrasse denodada; mas o calado dos navios não lhes permittia levar o combate aos portos de refugio das náus adversarias vencidas. O erro maior, porém, provinha de deixar desimpedida a passagem de uma para outra margem do caudal; erro tal, que consentiu que o campo de treinamento das forças argentinas se estabelecesse em territorio uruguayo, e assim facilitou todos os desenvolvimentos subsequentes da guerra. Por outro ponto de vista, o bloqueio era mal observado e dava origem a innumerados protestos, por neutros prejudicados pelos excessos da esquadra bloqueadora.

Alguns corsários, com cartas de côrsos passadas pelas Províncias-Unidas, causavam prejuízos e perturbações aos serviços de navegação do Brasil, e criavam ao longo da costa um estado desagradável de má vontade e irritação.

As tropas eram escassas, mal alimentadas, mal pagas; tudo lhes faltava: uniformes, munições, calçado e armas. A cavallada escasseava.

Para restabelecer a ordem e organizar o commando, foi nomeado para a chefia o marechal Brant, agora promovido a marquês de Barbacena. A analyse militar da campanha prova que foi irreprehensível como organizador e estrategista. A batalha do Passo do Rosario, ou Ituzaingó como lhe chamam autores platinos, revelou que não era um tactico. Quando se deu o encontro dos adversarios, a 20 de fevereiro de 1827, foi vencido Barbacena, em consequencia de seus conhecimentos insufficientes da tropa e seu contacto por demais distante com ella. De facto, não commandou o combate, e não tirou da força o maximo que ella podia dar, attenta a coragem dos officiaes e dos soldados.

Surgiu destarte na luta uma phase de esmorecimento. Escaramuças, pequenos entreveros, alguns combates sem significação militar. As Províncias-Unidas estavam financeiramente esgotadas, á beira da bancarrota. O Brasil, embora não tão gravemente combalido, ainda se debatia em meio de inauditas difficuldades orçamentarias. Sentia todas as consequencias graves da impopularidade da campanha.

Ambas as casas do Parlamento ouviam criticas duras e desapiedadas, contra governo e Brant; contra D. Pedro, havia suspeita forte de que tentara enfraquecer as forças brasileiras, afim de facilitar os planos portuguezes de recolonização. Por absurdos e injustos, clamorosamente injustos que fossem, taes murmurios pesavam e influíam no espirito publico, e accentuavam a geral desconfiança publica: o Imperador cuida mais de Portugal e da corôa de sua filha do que do Brasil, era a queixa que por todos os cantos se ouvia.

E isto occorria, no momento em que D. Carlota Joaquina e o marquês de Chaves acirravam a insurreição legitimista no reino, e D. Miguel, na Austria, prometia quanta coisa delle exigissem, afim de poder voltar a Lisbôa, onde, um anno decorrido, em abril de 1828, ia trair a confiança de seu irmão, e usurpar a corôa de sua sobrinha e noiva, D. Maria da Gloria, que elle promettera defender.

66. As negociações de paz. — A desordem, nas Provincias-Unidas, era tal, que D. Manuel Garcia, ministro das relações estrangeiras, foi em missão ao Rio, para o fim de negociar a paz a qualquer preço, como coisa de vida ou de morte. Chegou á capital do Imperio em inicio de maio de 1827; a 24 do mesmo mês estava o tratado assignado. Por elle, e apesar da derrota do Passo do Rosario, pejudada e perdida pelas tropas imperiaes, ficava a Cisplatina em poder dos Brasil! Tal era a situação desesperada das Provincias-Unidas.

A Inglaterra, cujos ministros no Rio, e em Buenos Aires haviam mediado entre os belligerantes, acceitou o acôrdo, embora, na realidade, fosse um golpe mortal no plano de fazer de Montevidéo um protectorado britannico.

Em Buenos Aires, porém, mostravam-se os animos por demais bellicosos para que tal solução se acceitasse calmamente. Rompeu uma opposição de violencia tal contra semelhante convenio, que D. Bernardino Rivadavia, chefe do governo, se sentiu compellido a exautorar seu emissario: D. Manuel Garcia, disse elle, violara a letra e o espirito de suas instrucções. Foi além, e julgou dever resignar seu alto cargo de director das Provincias.

O manifesto que, nessa occurrencia, achou dever publicar, embora elevado e cheio de nobreza, não consegue encobrir a sensação penosa de abandono de um posto de perigo. Rivadavia encontrava-se em face de uma duplice impossibilidade, em sua opinião: nem podia fazer a guerra, nem a paz; não tinha recursos para custear a campanha, nem apoio publico para acceitar o tra-

tado. Em consequência, renunciou. E, entretanto, existia uma saída para se livrar do atoleiro, apesar de todas as dificuldades; tanto assim, que seu successor, o general Dorrego, a adoptou em 1828.

A noticia da rejeição do tratado por Buenos Aires causou, no Rio, effeito de estupefacção. Estava o país cansado de sustentar uma guerra extremamente impopular. O voluntariado era escasso, e recrutar soldados nas povoações e nas cidades, aproveitando as reuniões festivas e a assembléas populares, tornou-se costume geral. Nada, tanto quanto taes violencias, concorreu para generalizar e intensificar o descontentamento publico contra a luta no Sul.

Desorganizava tal conflicto o trabalho no interior do país, e criava verdadeira crise economica. Nos circulos do governo e do Parlamento, a assignatura da paz agira como desafogo na extrema tensão dos espiritos; reencetar esforços e sacrificios após ter julgado findo o periodo das agruras impostas pelo espirito nacional, era realmente duro: lembrava uma ordem de marcha dada, após curto alto e esforço desmedido, a uma tropa extenuada. Ninguem mais se sentia disposto a renovar os soffrimentos anteriores.

Os acontecimentos portuguezes, por outro lado, pioravam de dia para dia. D. Miguel tirara definitivamente a mascara que trouxera durante tantos annos, desde seu exilio, em Vienna, e assumira a corôa.

No Rio Grande e no Rio de Janeiro, tropas alemãs, mal pagas ou mesmo sem receber paga alguma, haviam-se amotinado, obrigando o governo a uma repressão sangrenta. Algumas, no Sul, passaram-se para o inimigo.

De todos os lados, vinham avisos e suggestões no sentido da cessação das hostilidades. A Inglaterra e a França, em termos velados, davam a entender que não mais poderiam supportar os inconvenientes graves do Rio da Prata, e de seu bloqueio. O Rio Grande do Sul começava a revelar-se agitado e nervoso; signaes de propaganda republicana, accita no interior da provincia, faziam-se sentir e encontravam sympathia, precursores da longa

guerra civil de 1835-1845; e o Rio de Janeiro não podia conservar-se impassível ante ameaça de tão grave monta.

67. O tratado de paz de 1828. — As objecções de D. Pedro I a qualquer tratado de paz que diminuisse o patrimonio territorial herdado de seu pae, tiveram de se modificar progressivamente. Nova embaixada vinda de Buenos Aires chegou ao Rio em agosto de 1828, e a 27 desse mês novo acôrdo foi celebrado. Nessa data, Uruguay nasceu para a vida internacional.

Assentia o Brasil em evacuar a Cisplatina. As Provincias-Unidas concordavam em que ella não fizesse parte da Confederação. Ambas as nações admittiam sua independencia, e se obrigavam a garantir o novo Estado Livre. Essa, precisamente, era a opinião de Canning, e o objectivo de sua politica.

Pela vez primeira, em tratado internacional figurava a liberdade de navegação dos rios lindeiros para as soberanias ribeirinhas.

Até o ultimo instante, e mesmo após a assignatura do tratado, D. Fructuoso Rivera desempenhou papel dubio e duplice, como era seu costume. Ninguem acreditava nelle. Impôs-se, entretanto, a Buenos Aires, e com algumas dezenas de sequazes invadiu o Rio Grande do Sul na região missioneira. Nenhum feito de grande coragem, pois estava praticamente abandonada e indefesa. Suas instrucções, todavia, comportavam o avanço até á cidade do Rio Pardo, mas nenhuma attenção ligou á ordem e deixou-se ficar na região occupada. Daí correspondia com ambos os partidos em guerra, sendo sua idéa ficar com o vencedor, fosse este qual fosse. Se o Brasil triumphasse, seu argumento seria que, permanecendo nas Missões, as guardava, para as restituir ao Imperio ao celebrar-se a paz. Se vencessem as Provincias-Unidas, inverteria a allegação. De facto, estava trabalhando sómente em proveito proprio, de modo a achar-se sempre, na formação dos acontecimentos, em situação de peso e que se impusesse aos dominadores do dia.

Conta-nos o Reverendo R. Walsh, em seu livro de 1828: “O fim da guerra foi recebido com um desapontamento geral e com grande descontentamento”!

Disso se serviu a opposição parlamentar, para com esforço minar o governo. O Imperador, mais do que nunca, era impopular. Tanto mais, quanto a Imperatriz tinha morrido em dezembro de 1826, e se murmurava que seu fallecimento havia sido apressado pela vida licenciosa de seu esposo. Após sua morte, não parou o escandalo publico de sua intimidade com a celebre marquesa de Santos.

68. O bloqueio do Prata. — Outra causa de mal-estar estava no bloqueio do Rio da Prata. Esta medida, resolvida em dezembro de 1825, era absurda, diz Walsh: “A declaração do bloqueio abrangia uma costa de vinte leguas em latitude, e toda a força disponível, nesse tempo, para o levar a effeito, consistia em uma corveta, dois brigues armados e algumas canhoneiras, que não bastariam para vigiar a Buenos Aires, tão sómente...”

Não existiam meios para o tornar effectivo. As instrucções mudavam-se a miude, e os almirantes nomeados para commandar a expedição não lhes ligavam importancia. Tanto abuso se puse-
ra em pratica, tanta regra havia sido violada na observancia das normas communs respeitadas em represalias, em captura de presas e sua venda, que a Inglaterra, a França e os Estados Unidos diariamente levavam ao governo brasileiro os protestos de seus nacionaes prejudicados. No Rio, os ministros viam-se impedidos de agir: as ordens devidamente transmittidas á esquadra bloqueadora eram desobedecidas; as leis do Imperio recém-nascido não proviam quanto a meios de firmar as sancções contra os indisciplinados; e os queixosos, tanto os donos dos navios e de sua carga, como os diplomatas, viam suas reclamações adiadas sem fim.

Sentia perfeitamente o governo imperial que tinham pleno fundamento os protestos, mas via-se sem meios de agir. Votou-se

uma lei sobre tal assumpto, em setembro de 1827, mas sua interpretação variava de um para outro lado das partes interessadas.

Finalmente, a França perdeu a paciencia. O almirante Roussin, a 6 de julho de 1828, entrou pela barra da bahia do Rio, para compellir o governo á solução das reclamações formuladas por seu país. Os Estados Unidos tambem protestaram bem como a Inglaterra. A desnecessaria demonstração de Roussin offendeu profundamente o amor proprio nacional. Tinha elle, entretanto, razão de protestar, tantas e taes eram as violações do direito internacional commettidas pela esquadra bloqueadora do Prata. D. Pedro e seus ministros disso estavam convencidos: acharam mais justo e equitativo reconhecê-lo. De acôrdo com tal decisão, clausulas addicionaes foram acrescentadas aos tratados commerciaes existentes, e regularam as normas dos bloqueios, pois não havia discrepancia nas doutrinas juridicas sustentadas por ambos os governos.

Dessas negociações movimentadas, todavia, ficaram restos desagradaveis de mal-estar, e de tudo se atirava a responsabilidade sobre o ministerio e o Imperador. Como anteriormente, a desconfiança envenenava e complicava todas as coisas.

69. Organização juridica e administrativa do Imperio. — A Assembléa Geral, entretanto, trabalhava com todo o esforço, conscia, como estava, da necessidade de dotar o Brasil de uma organização juridica propria, e cessar a applicação da antiga legislação metropolitana, até 25 de abril de 1821, como fôra determinada para attender á inexistencia de codigos de leis nossas, em virtude da lei de 30 de outubro de 1823, que estabelecera tal medida como providencia que se impunha para o periodo de transição. Bem sentiam que tal expediente só podia ser transitorio, e que o antigo conjunto de decretos e ordens régias já não correspondia ás necessidades dos tempos. Em setembro de 1828, foi criado o Supremo Tribunal de Justiça, abolindo-se os antigos órgãos judiçarios a que vinham substituir. Em 1830, foi posto em vigor o novo Codigo Criminal.

Toda a economia nacional se baseava no tráfico de escravos. O tratado anglo-brasileiro de 1826 fixara 1830 como o anno derradeiro para taes importações, e constituia uma ameaça pendente e terrivel sobre a agricultura do país.

Todos os esforços se puseram em pratica para augmentar o numero dos captivos importados. Conjectura-se que, até 1829, anno precedente á extincção legal desse commercio, a média annual importada andaria, por junto, por 60.000 a 80.000. Outro meio de evadir a limitação legal, encontrou-se no facto de que, sob a bandeira francesa ou a norte-americana, não havia impedimento a tal commercio; officialmente, dessas nacionalidades eram os navios negreiros que, por essa época, passaram a frequentar os portos brasileiros.

Propostas e projectos impedindo taes importações, passaram a figurar nas ordens do dia da Assembléa Geral. Desde 1827 começaram a apparecer na lista dos trabalhos parlamentares. Foi o primeiro um projecto apresentado pelo deputado Antonio Ferreira França. Diogo Feijó apresentou outro, minorando as penas impostas aos captivos pela lei vigente. Castro e Silva, Antonio Pereira Rebouças e, mais uma vez, França, esforçaram-se para que algo se votasse nesse assumpto. Mas 1830 findou, sem que coisa alguma se votasse para solver o grave problema.

Não era coisa facil, nessa época, arranjar immigrants. Além da difficuldade, talvez mesmo impossibilidade, de obter trabalhadores brancos que se sujeitassem a lavrar as terras, ao lado dos escravos, eram por demais vastas as amplidões oceanicas a atravessar; a propria terra mostrava-se selvagem em demasia, e o isolamento dos colonos rigoroso e por demais absoluto, para que elementos europeus se atravessassem a cruzar o Atlantico, e varar os chapadões e a mata virgem, com o fim de fundar fazendas ou criar gado. Existiam, comtudo, algumas colonias esparsas, mas eram fracas e desanimadoras as perspectivas de exito.

Uma dellas, fundada em 1812, encontrava-se na provincia do Espirito Santo. Outra, chamada D. Leopoldina, em homena-

gem á futura Imperatriz, fôra fundada em 1817 á margem do rio Peruípe, a Sul da Bahia. Nova Friburgo, fundada por camponeses suíços em 1819, iniciava seu desenvolvimento na Serra dos Orgãos, não muito longe do Rio. Forquilhas e Torres, no Rio Grande do Sul, datando de 1826, e S. Leopoldo, de dois annos mais velha, e na mesma provincia, revelavam-se prosperas e de futuro promissor; seus habitantes eram todos alemães. A ultima, em 1828, pouco após sua fundação, já contava cerca de 6.000 habitantes. Quasi todas ellas existem, e constituem hoje villas e cidades prosperas. Em Santa Catharina, a primeira tentativa remonta a 1827, e em S. Paulo, Santo Amaro começou em 1828-29.

Como regra, os immigrants haviam primeiro vindo como soldados mercenarios, e, depois, estabeleceram-se nos lotes que lhes havia concedido o governo.

Deu lugar esse methodo a incidentes muito desagradaveis, em varias occasiões: motins, levantes, necessidade de os dominar pela força, como rebeldes que se mostraram. Assim aconteceu com os regimentos alemães, que vieram primeiro, e mais tarde com os irlandeses vindos em 1828 com o coronel Cotter. No primeiro caso, talvez não fossem as insurreições estranhas aos tumultos do Sul, na campanha da Cisplatina, embora se dêsse como pretexto da revolta o exaggero dos castigos impostos a um soldado estrangeiro. No segundo caso, o coronel Cotter havia promettido o que elle não estava habilitado a cumprir: nada se encontrava preparado para receber no Rio os 2.400 immigrants de Cork, que elle havia transportado para o Brasil. Muito soffreram elles; quatrocentos, apenas, fixaram-se em Ilhéos, a Sul da Bahia; perto de 2.000 voltaram para a Irlanda, famintos e arruinados.

Consequencia evidente, taes occurrencias infelizes, por longos annos impediram toda immigração no Brasil. Ainda tiveram largo influxo em consolidar a opinião de que só a Africa poderia fornecer a mão de obra de que a lavoura carecia, e que, portanto, só poderia ser servil.

Cumpra accrescentar que, acostumados ao trabalho escravo, os estadistas mais bem intencionados não comprehendiam a es-

sencia do trabalho livre, o livre consento. Nicoláu Pereira dos Campos Vergueiro, um dos mais dignos entre elles, e que mais tarde iria mostrar o modo de solver o problema de transformação do trabalho nas grandes fazendas de café de S. Paulo, pela adopção do systema de parceria entre fazendeiros e colonos; Vergueiro, mesmo, conseguiu fazer votar pela Assembléa, em 1830, um complicado processo de contractos, que pouco mais era do que uma escravidão disfarçada. Serviu, sómente, para piorar as coisas, tão impertinentes e duras eram as intervenções da policia e da cadeia nas menores infracções dos acôrdos assignados.

Deveriam as soluções vir, mais tarde, do progresso realizado nas relações sociaes, sob a influencia dos factores economicos e naturaes, ajustando-se por si e fóra de toda direcção official; isso, leis e politica eram impotentes para conseguir.

Em realidade, o ultimo anno das importações legaes chegou, sem que o governo tivesse tomado a menor providencia para attender ás novas condições do labor legal no país.

70. Progressos alcançados. — Ainda assim, nunca parou o desenvolvimento do Brasil. Em 1828, as importações de mercadorias andavam por mais de 15 milhões de dollars, equilibrando-se com as exportações.

Pela mesma época, exceptuada a cabotagem, 470 navios haviam entrado no porto do Rio, 266 sob a bandeira inglesa, e 151 sob a dos Estados Unidos.

O principal agente de progresso tinha sido o Banco do Brasil, que dava credito para as operações commerciaes habituaes. Mas, em 1829, foi commettido um gravissimo erro, votando-se uma lei que determinou a liquidação do instituto, sob a pressão apaixonada do odio politico, dos boatos exaggerados de gestão deshonesta e campanhas de descredito.

O desacerto praticado em liquidar o banco em condições moeraes, tão desfavoraveis, é susceptivel de ser avaliado em algarismos: tudo pago, solvidas todas as dividas, os accionistas recebe-

ram 90 % do seu capital. Durante annos, nenhum banco existiu no Brasil, complicando e difficultando as facilidades de credito.

Emquanto os negocios se desenvolviam, incessantemente, em rumo ascensional e sadio, o Thesouro Nacional e a divida do país mostravam condições muito desfavoraveis. As taxas cambiaes, sempre em quéda, dão a prova de tal asserto. Era de 61 1|2 *pen-ce* a paridade do mil réis. Em 1830, caira, no Rio, a taxas variaveis entre 21 1|2 e 24 3|4 *d*; na Bahia, entre 26 e 33 1|2; no Recife, a 51 7|8, e no Maranhão, entre 39 e 48 1|2.

Pela inexistencia de meios normaes de communicação, ao longo da costa, havia um cambio de praça a praça do Brasil; em alguns casos, como Rio-Recife, variava na proporção de 1 para 2 (26-33 1|2 *d* para 51 7|8).

Tres causas principaes pódem apontar-se de tal situação de negocios: a má gestão das finanças publicas; as guerras com Portugal, Norte do Brasil e Cisplatina; as emissões de moeda de cobre.

Não cabe aqui expôr minudentemente todos esses problemas. Já o fizemos em publicação especial (*Politique Monétaire du Brésil*, Rio, 1910); mas é necessario dar ao meños um resumo dos factos.

As emissões de papel-moeda haviam expellido do mercado os metaes nobres; o unico meio circulante metallico eram os discos de cobre, cujo valor nominal era, de muito, superior a seu valor intrinseco commercial. As moedas eram grosseiras e de facil falsificação. Iniciou-se uma duplice fraude: o governo começou a cunhar quantidades excessivas desse dinheiro, afim de lucrar a differença de valor entre o preço nominal e o preço real do commercio; particulares cunhavam, ou importavam, discos de cobre absolutamente semelhantes aos legaes; ambos os processos davam moeda tão grosseira, que se tornava impossivel distinguir entre as legaes e as postas fraudulentamente em circulação. Finalmente, tornou-se imprescindivel recolhê-las todas, indistinctamente, legitimas e falsas, acceitas pelo Thesouro, e por este pagas como authenticas. Finalizou-se esta operação em 1837, e elevou-se a cer

ca de 35.000 contos. Enquanto tal cunhagem se desenvolveu, de ambas as origens, provocou especulações, falseou preços e causou toda sorte de desordens monetárias.

71. Luta entre o Imperador e o Legislativo. — No animo imperial, tinham as críticas sempre o mesmo influxo, fossem sinceras e capazes, nas discussões parlamentares sobre pontos controvertidos, como também quando representavam méras explosões de opposição apaixonada ou de má vontade. A todas considerava elle como ataques á majestade do throno. Se os ministros, respeitadamente, dissentiam de sua propria opinião, mandava-os embora e dava-lhes successores mais doces a suas vistas. Era positivamente afrontar a opinião publica, em um governo baseado nesta; e voltar cada vez mais ao absolutismo. Como os brasileiros eram muito mais irrequietos e intolerantes do que os portuguezes em acceitar taes methodos, pedia D. Pedro preferentemente para os estrangeiros e absolutistas, e o país o accusava de collocar o Imperio em segundo lugar em suas affeições.

A principio, o Parlamento não comprehendeu quão poderosos eram seus meios de acção, e deixou-se dominar pela paixão mais do que pela reflexão. Depois de certo tempo, quatro ou cinco annos, adquiriu uma posição de equilibrio, e entrou a prová-lo de todos os pontos de vista, revelando-se superior ao Imperador, e guiando-se pelo cerebro enquanto D. Pedro era escravo de seu temperamento e de suas paixões, e explodia em crises de violencia.

De modo perfeitamente inconsciente, violava as regras constitucionaes e os privilegios parlamentares. A má vontade reciproca attingiu ao extremo, ao ponto de rompimento. De uma feita D. Pedro, de uma janella do Paço da Cidade, fronteiro á Camara dos Deputados, insultou aos representantes da Nação que passavam.

Voltou-se, então, para a tropa, que elle amava e com a qual estava acostumado a viver: a partir desse momento, o Exercito tornou-se suspeito ao Legislativo, e este tudo envidou para o enfra-

quecer, afim de diminuir o poder imperial. Até os nossos dias, o Brasil soffre as consequencias dessa orientação impolitica e errada. A campanha da Cisplatina, por seus erros e pela negação dos precisos recursos legaes, foi uma evidenciação do que tal erro poderia produzir, em prejuizo do Brasil.

Praticamente, não havia orçamento; D. Pedro, de facto, dava ordens directas ao Thesouro para pagar taes ou quaes despesas, não previstas por lei. Nomeações, da competencia dos ministros, eram feitas por elle, sem se preocupar com as questões de alçada.

O resultado de tal conflicto era que Executivo e Legislativo se achavam em pessimos termos, e que, nas provincias, taes sentimentos ainda se achavam mais exaltados, pelas noticias para alli communicadas pelos representantes da Nação a seus committentes. A tal gráu subia a indignação reciproca, que, ao encerrar-se a ultima sessão da primeira Legislatura, D. Pedro, em vez da costumeira fala de encerramento resenhando factos e trabalhos realizados, se limitou a pronunciar apenas as palavras: "Está encerrada a sessão".

Foi eleita a segunda Legislatura nessa atmospherá, de profunda e convencida hostilidade ao Imperador. A paixão desfigurava os acontecimentos em ambos os campos. Sobre o governo lançava-se a responsabilidade de tudo, mesmo dos factos nos quaes os desejos de D. Pedro haviam sido contrariados e cujo desacerto tinha por origem o proprio Parlamento.

72. A «Aurora Fluminense». — Um novo elemento, todavia, tinha nascido em 1827: um jornal começara a circular, a "Aurora Fluminense", visando a discussão serena e clara dos factos, e condemnando o processo de insultar e provocar os adversarios. Desde logo, provou immenso seu influxo na opinião. Seu proprietario, Evaristo Ferreira da Veiga, um livreiro, agia de acôrdo com a opinião do senador Vergueiro; tal associação de pareceres dava peso immenso aos elementos conservadores da época, e dentro em prazo breve, foi-se constituindo um núcleo de politicos serios, energicos, calmos e previdentes, a distancia igual da

demagogia e do absolutismo, um grupo ao qual o Brasil ficou a dever os mais proeminentes serviços á causa publica, em momentos difficeis da vida constitucional.

Em 1830, cincoenta e tres eram os jornaes publicados em todo o Imperio; desse numero, sómente onze eram partidarios do governo. A orientação geral era opposicionista, indo até o limite da federação e da republica. Idéa prematura, se tivesse vencido, pois teria destruido a unidade nacional e a paz interna. A Vergueiro e Evaristo, á sua prudencia e seu espirito conservador, occorreu logo que seu dever seria evitar semelhante desastre. Cumpriram-no brilhantemente.

A ascensão de D. Miguel ao throno de Portugal foi seguida pela perseguição dos partidarios de D. Maria da Gloria. Destes, alguns fugiram para o Brasil, mas a maioria exilou-se em Londres e, daí, seguiu para os Açores, onde a rainha-menina tinha maior circulo de adherentes e sua autoridade era respeitada.

D. Pedro, como pae e tutor e guarda legal de sua filha, não poderia evitar de se immiscuir nos acontecimentos portuguezes, nelles envolvendo, parcialmente ao menos, interesses brasileiros. Ainda se via obrigado a apertar os liames com todos os seus seguidores liberaes que lhe apoiavam os direitos. Cada vez mais avultavam em seu espirito os negocios de Portugal e suas lutas internas; como consequencia, afastava-se a preocupação com o Brasil. Era isto, em torno de si, amargamente resentido, e, para calar os murmurios que lhe eram continuas réprovações, augmentou sua intimidade com seus subditos portuguezes, excluindo os brasileiros. Em seu ministerio, nenhum brasileiro figurava.

73. Nova missão do marquês de Barbacena. — Quis pôr sua filha sob a protecção do avô, o imperador da Austria, e, para isso, a enviou para a Europa, em julho de 1828, sob a guarda do marquês de Barbacena; tal se deu, antes que ao Rio chegasse a nova da usurpação de D. Miguel. Ao aportar em Gibraltar a comitiva régia, chegaram-lhe as novas da traição. Não podia mais

Barbacena levar para Vienna a criança coroada, princesa e noiva de doze annos apenas, e entregá-la a Francisco I, protector de D. Miguel.

Seguiu para Londres, e iniciou seus esforços extremos com o fito de promover o reconhecimento geral dos direitos soberanos da rainha-menina. O exito premiou-lhe a ingente obra. A elle se devem o governo legal de D. Maria, por todos reconhecido, a liberdade de sua pessoa e a conservação da Carta constitucional portuguesa, mantida com seu character liberal.

Restava-lhe ainda uma missão a cumprir: achar uma noiva para o Imperador.

Já de volta para o Rio, aqui aportou a 16 de outubro de 1829, trazendo em sua companhia D. Maria da Gloria e D. Amelia de Leuchtemberg, segunda imperatriz do Brasil.

Regressando do exilio, e reconciliados com D. Pedro, os Andradas haviam aconselhado a este formar um gabinete realmente brasileiro, para attender aos perigos da situação interna. Igual aviso e conselho identico tinham partido de Barbacena. Sobre este recaiu a escolha imperial para dar cumprimento á tarefa.

74. Ensaio falho de governo constitucional. — Assim se formou o ministerio de 4 de dezembro de 1829. O marquês tencionava criar o verdadeiro regime constitucional, fazendo um governo parlamentar. Para isto, obteve do Imperador a promessa de cohibir qualquer violação do Estatuto, e mesmo, com grande difficuldade conseguiu fossem mandados para a Europa os membros do gabinete occulto e irresponsavel, verdadeiro *kitchen-cabinet*, que, dos quartos baixos do palacio de S. Christovão, dominava o Brasil.

Tudo se fez de acôrdo com esse plano, mas D. Pedro, correspondendo com o chefe de taes conselheiros, portugueses e absolutistas, de mais a mais feridos e desprestigiados por Barbacena, recebia suas cartas com suggestões ferinas contra o ministro e vingando-se de quem os havia exilado do Rio e de perto do principe. Reçumavam as missivas de rancores, de calumnias e de in-

trigas. Taes foram ellas, que Barbacena, a 4 de outubro de 1830, se viu moralmente coagido a dar sua demissão.

Sob sua direcção iam lentamente melhorando as coisas. Com a sua saída do governo, todo o esforço saneador foi perdido, e D. Pedro recaiu nos seus antigos errados methodos de reinar. Ainda algum tempo durou o gabinete, mas, sem o espirito inspirador do marquês, era desesperada a possibilidade de exito de sua missão, e, um a um, os ministros foram saindo, até que se viram totalmente substituidos por figuras insignificantes.

Entre o novo pessoal politico, figurava o deputado José Antonio da Silva Maia, cuja reeleição por Minas era indispensavel para ratificar sua escolha para ministro. Tal reeleição era para D. Pedro uma questão de honra: partiu para Ouro-Preto, capital da provincia, para a auxiliar na medida de suas forças.

75. Prodigios da abdicação. — Não se lembrava o soberano de que, nessa provincia, sempre independente e influenciada pela tradição da Inconfidencia, dominava espirito liberal e, mesmo, republicano. Nella, nas eleições de 1829, ser patrocinado pelo governo havia sido má recommendação para os candidatos.

Agora, um facto novo exacerbava os animos. Em São Paulo, um exilado italiano, Libero Badaró, possuia um jornal e nelle publicava suas opiniões, extremistas, favoraveis á revolução franceza de 1830, e defendia estudantes accusados e punidos pelas autoridades por desacato, motivado por excessos proprios da juventude. O jornalista fortemente interpellava ao juiz, e assim se entabolou uma discussão que tanto se exaltou, que, indo ao crime, produziu o assassinio do forasteiro. Ao juiz se accusou, então, de ser o mandante da morte. Fez-se o processo no Rio, e delle saiu livre o magistrado, por não haver prova de sua culpabilidade.

Mas a paixão politica apoderou-se dos acontecimentos, e, de Norte a Sul, corria a fama de que a absolvição se dera por ordem do governo.

Em Minas Geraes, era profunda a impressão. Durante sua viagem de propaganda eleitoral. D. Pedro o sentiu. Nas mesmas

idades e villas onde, em 1822, fôra recebido como um ente divino, ajoelhadas as populações, agora os sinos das egrejas repicavam a defuntos por alma do liberal Badaró, assassinado pelo absolutismo official.

Voltou o Imperador para o Rio, decidido a abdicar. Sua missão americana estava finda. Nada o retinha desta banda do Atlantico. Agora, seu pensamento ia para a causa de sua filha. A primeira viagem a Minas lhe revelava a grandeza do Brasil e a impossibilidade de o governar de Portugal. A segunda, deu-lhe a evidencia da repulsa do país quanto a seus methodos de governo.

No Rio, foi recebido friamente. “Viva o Imperador, emquanto constitucional”, era a saudação que se clamava. Um sangrento conflicto teve lugar entre adherentes e opposicionistas: foram chamadas as lutas de *Garrafadas*, pela preponderancia tomada pelos cacos de garrafas como arma empregada. Um simples facto, comtudo, exerceu acção sedativa nos combatentes: como signal de união e solidariedade. Evaristo havia aconselhado aos nacionalistas usarem o tope nacional verde-amarello. Da noite para o dia, por toda parte, nos chapéos, nas lapelas e no vestuario, brotou esplendida primavera de patriotismo. Esta victoria moral decorria de um simples aviso, que permittira aos brasileiros contarem seu numero. Tantos eram, que toda opposição cessou e silenciou.

Os Vinte e Quatro, que tantos eram os do grupo da “Aurora Fluminense”, com Vergueiro á frente, reuniram-se e resolveram collocar a clara alternativa perante D. Pedro: prohibir e reffrear as violencias de seus sequazes, e obedecer á Constituição, e ás leis, ou ser deposto. O Imperador nenhuma attenção prestou ao aviso.

Organizou-se um projecto para ser presente á Camara dos Deputados, no intuito da deposição. Planejava-se abolir a monarchia e adoptar um governo republicano. A opinião de Vergueiro e de Evaristo prevaleceu difficilmente, e abstiveram-se todos de emendar a Constituição nesse ponto.

Nas tropas já figuravam numerosos brasileiros, tanto entre os officiaes como entre as praças. O voluntariado era abundante. Militares e civis fraternizavam francamente.

Retaliando os sentimentos hostis do povo, D. Pedro mudou de ministerio a 19 de março de 1831, sem indicação parlamentar de qualidade alguma que o aconselhasse: nova inconstitucionalidade, portanto.

76. Abdicação de D. Pedro I. — Já agora, o Imperador perdeu a cabeça, e, por uma nova violação do Estatuto, tão indiscreta quanto a escolha do ultimo gabinete, demittiu a este, e deulhe como successores os mais accusados dos absolutistas em fóco, tidos até como anti-brasileiros.

Logo começaram a correr boatos de que os Vinte e Quatro iam ser presos e que se tomariam medidas contra a imprensa.

Convocou-se uma assembléa popular no Campo de Santanna, hoje praça da Republica. As tropas estavam a uma com o elemento civil. D. Pedro enviou uma mensagem prometendo que obedeceria ás leis. Foi rasgada, pela população enfurecida. Tres juizes de paz partiram para S. Christovão, para, em nome do povo, exigirem: reconduzir os antigos ministros. Não o faria, disse o imperador.

No proprio palacio imperial, a deserção começara. As tropas uniram-se á população reunida no Campo, e D. Pedro ficou sózinho com sua familia. Nenhuma violencia. Nenhuma prova de falta de respeito. Era a absoluta, unanime e tranquilla repulsa do país, contra o absolutismo.

A 7 de abril de 1831, o Imperador abdicou o throno. Seu successor seria seu filho, D. Pedro II, então com menos de seis annos.

Daf por deante, ia o Brasil ser governado exclusivamente por brasileiros.

CAPITULO VII

Regencias. Secessão. Levantes. Maioridade de D. Pedro II

Com a abdicação imperial, havia o liberalismo vencido, sem possibilidade de discussão. Sem discussão, a principio; pois existia um grupo por demais numeroso de partidarios, que tinham aproveitado com o absolutismo, para que fosse previsivel deixassem correr os acontecimentos, sem, pelo menos, tentar restaurar o regime extinto.

Os primeiros tempos da politica interna, comtudo, decorreram, revelando notavel senso de abnegação e conhecimento real das necessidades nacionaes. Nicoláu Peřeira dos Campos Vergueiro era o chefe espirital, e Evaristo seu braço direito. Nada, na Constituição, havia que solvesse as difficuldades presentes, pois não attingiam os parentes do imperador deposto o limite de idade constitucional, 35 annos, limite fixado para ser assumida a regencia.

Tinha de ser descoberto um expediente para solver o aperto.

77. Organização da Regencia. — Elegeu-se uma Regencia Provisoria entre os membros do Parlamento, recaindo a escolha no marquês de Caravellas, o principal autor da Constituição, em Vergueiro e no general Lima e Silva, chefe das forças

cuja operação tinha permitido que o 7 de abril de 1831 fosse uma revolução incruenta. Rio de Janeiro pôde orgulhar-se de sua população, que se mostrou admirável de calma e isenção de espirito: nenhuma violencia, nenhum insulto nem provocações, foram dirigidos contra os absolutistas e os portuguezes anti-brasileiros, dos quaes, recentemente, tanta coisa se tinha aturado.

Adoptou-se desde logo uma amnistia geral. A 14 de junho de 1831, votou-se a lei que regulava os poderes da regencia; a antiga querela sobre a ratificação dos tratados foi solvida, determinando-se que esses papeis internacionaes fossem presentes ao Parlamento antes de ratificados. A 17, a Regencia Permanente foi eleita: Costa Carvalho, mais tarde marquês de Monte Alegre, João Braulio Muniz e o general Lima e Silva.

Veio logo depois a reforma constitucional. A idéa dominante consistia em ampliar as franquezas provinciaes, como então se dizia, pois existia então franca tendencia para a federação. Em 10 de outubro de 1832, a lei preliminar foi votada: a legislatura seguinte viria com poderes para reformar a Constituição, segundo clausulas preestabelecidas. A mais importante visava criar assembléas provinciaes, abolir o Conselho de Estado e substituir a Regencia Triplice por uma Regencia Una.

Tinha-se o Senado por uma assembléa reaccionaria: alli se achavam todos os antigos conselheiros absolutistas de D. Pedro I, e sómente uma minoria era liberal. Barbacena, Vergueiro e Caravellas figuravam entre estes ultimos. Era geral a opinião de que a maioria não deixaria votar a lei, com receio da federação.

Quatro grupos pleiteavam a preeminencia no ambiente politico: os absolutistas, os republicanos, os constitucionalistas e os commodistas; a estes, a *verve* popular appellidava caracões ou caramujos, pela simultaneidade, pressa e entusiasmo com que fugiam e se escondiam em seus abrigos, ao presentirem qualquer perigo. Eram taes as condições de mutua desconfiança, que todo pretexto servia para exaltar as paixões.

Feijó, um liberal que quasi se manifestava republicano, e que foi mais tarde regente do Imperio, era então ministro da Justiça. Estava convencido de que o velho José Bonifácio, nomeado por D. Pedro I tutor e guarda de seu filho D. Pedro II, conspirava no sentido de restaurar e fazer voltar o antigo soberano. É positivo e indiscutível que os Andradas, no seu conjunto, desejavam essa solução. Por tal motivo, o ministro propusera a destituição do tutor; a Camara dos Deputados acceitara a proposta, mas o Senado a recusara.

Feijó, cuja energia não se preocupava com a legalidade e confinava com a violencia, planejou eliminar a Camara alta da cooperação no elaborar a lei preliminar sobre a reforma constitucional. Entre os deputados, entretanto, sentava-se Honório Hermeto Carneiro Leão, o futuro marquês do Paraná, um dos mais eminentes, serenos e adeantados estadistas do Brasil. Fez cair a proposta, por inconstitucional e revolucionaria, com o fito de conservar ao Estatuto sua plena força e vigor.

78. O Acto adicional. — Sua grande voz foi ouvida, e o Senado, a seu turno, acquiesceu em votar a lei preliminar. Mas Feijó teve de se demittir da pasta. Successivamente, foram votadas leis sobre as emendas constitucionaes, guarda nacional e o Codigo do Processo Criminal.

Era realmente profunda a agitação do espirito publico, provocada por causas numerosas. O absolutismo era uma dellas. Em julho de 1831, no Rio, Feijó teve de reprimir perturbadores da ordem publica, e para isso usou da força armada. Pernambuco não se aquietou senão em 1835. Pará, até 1837 foi séde de disturbios sangrentos, nos quaes a *cabanagem* teve de ser duramente vencida, e cujos moveis iniciaes eram republicanos, mas que, em seguida, degeneraram em méra desordem policial. Maranhão continuou agitado até 1832, Ceará até 1834, e Amazonas até 1833. Minas não parecia estar igualmente revoltada, se bem que em 1833 occorresse aí uma sedição militar, em Ouro Preto.

De facto, em 1834, o Parlamento reuniu-se para discutir e votar a reforma, que figuraria em nossa historia sob o nome de Acto Adicional, de 12 de agosto de 1834. Nelle, sómente a Camara dos Deputados fôra ouvida, sem cooperação do Senado. Tal era, na realidade, o caminho constitucional, que a propria Camara Alta reconhecera.

Sob o influxo do receio de absolutismo, e ansiosos por obterem um maximo de independencia, haviam ido longe de mais. O autor principal da reforma, o grande Bernardo Pereira de Vasconcellos, notou-o immediatamente, pois tinham sido acceitas clausulas contrarias ao prudente aviso e parecer da Commissão Especial incumbida de estudar e dirigir a elaboração da lei. O espectro do absolutismo, e o receio panico da volta de D. Pedro I ao Brasil, comtudo, fizeram desvairar povo, deputados e homens de Estado.

O imperador deposto nem sequer pensava em voltar; nunca autorizou seus partidarios no Brasil a invocar seu nome ou pretensas ordens suas; pôs um paradeiro e resistiu a todos os appellos de seus apaniguados que o chamavam, quando, em missão especial, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva seguiu para a Europa com o fito de o convencer da necessidade de voltar á America para tal fim. A 24 de setembro de 1834, finalmente, morreu e cessou de ser um pretexto para as ambições dos restauradores brasileiros.

Permaneceram, entretanto, os excessos do Acto Adicional, e começaram a influir no rumo dos negocios publicos e da vida do país.

79. Bernardo de Vasconcellos. — Já o havia previsto Bernardo de Vasconcellos. Tinham sido acceitas em excesso, as emendas individuaes; a primitiva unidade do projecto da Commissão apresentante ficara prejudicada, e as concessões ás provincias tinham ido demasiado longe. Ao invés de consolidar-se a união do país, forças centrifugas haviam intervindo e agiam como fermento de secessão. Não se tinha adoptado definição alguma em

materia de competencia das provincias, e do governo geral, e era intermina a discussão quanto a qualquer facto ou pronunciamento concreto. O progresso ficara paralyzado em consequencia da lei. As Falas annuaes, os relatorios ministeriaes vinham constantemente repletos de urgentes pedidos de esclarecimento e de modificação desse estado de coizas, pois estavam causando uma agitação geral por todo o Imperio.

E tal crise surgia em momento delicadissimo da vida nacional. Após tres annos de reacção absolutista contra os governos conservadores das regencias, e mais accentuadamente após a morte de D. Pedro I, occorrera gradual e sensivel arrefecimento no animo popular e nas deliberações governativas, uma pausa na inquietação generalizada. Raros, muito raros espiritos privilegiados haviam comprehendido que se tratava do inicio de uma era nova, um periodo de calma no esforço superexcitado em busca da liberdade. Foi o merito immortal de Bernardo de Vasconcellos o ter percebido o phenomeno e de ter agido no mesmo sentido. Servidor quasi unico do novo ideal de tranquillidade, a principio, e, dentro em pouco tempo, chefe de grande partido, a ambos, guia e soldados, devemos, os brasileiros, o ter sido salvo o Brasil de desintegração total em governichos fragmentarios.

Após o Acto Addicional, qualquer tendencia ainda mais avançada fôra suicidio e loucura, no tocante á mantença de uma nação unida e forte. Fôra anachronismo; mas sómente espiritos excessivamente ponderados e equilibrados poderiam resistir ao prestigio das palavras e de theorias estereis, liberdade, liberalismo, em vez de meditarem sobre as fundações essenciaes de existencia, conservação e progresso.

Daí, a grandeza de Bernardo, e daí tambem a ferocidade dos ataques movidos contra elle por sua chamada "traição", como se dizia, por abandonar seus antigos partidarios. Uma coisa unica se olvidava: delles se tinha separado no apogeu da victoria, e, por amor a suas convicções proprias, partira sózinho como sentinella perdida de um novo ideal politico.

Dessa forma, tornou-se o fundador e o chefe de um grupo cuja carreira seria intermediaria entre a reacção autocratica e os excessos do federalismo. Era esse, incontestavelmente, o claro dever do momento, em um país dilacerado pelas dissensões internas, com Poder Executivo fraco, como são todas as regencias, provisórias e temporarias. A ordem tinha de ser mantida, como dever primeiro.

80. Diogo Antonio Feijó, regente. — Nesse momento ocorreu a eleição do regente, pois a lei havia mudado o systema de governo provisório, da regencia trina para a singular. Em 7 de abril de 1835, Diogo Antonio Feijó foi eleito, e a 12 de outubro tomou posse do cargo.

Sua escolha revelava o senso intimo de ordem e de necessidade de energia, latente no animo da maioria da população pensante do Imperio. Tinha de ser o mesmo estadista energico e poderoso que, ministro da Justiça, havia debellado a anarchia no Rio de Janeiro em 1832. Um de seus mais importantes sustentadores era Evaristo, cujos amigos e partidarios tinham conduzido á campanha. Bernardo de Vasconcellos e Honorio manifestavam-se contrarios a elle.

Feijó, comtudo, já não era o mesmo homem de 1832. Sofrera um primeiro ataque de paralyisia, uma semana antes de sua posse. Descrente e succumbido, não nutria esperanças de melhorar as condições do país. Apesar de sua energia, não mais confiava em seu proprio esforço. Olhava para o mundo através de oculos negros.

Figura curiosa e digna do maior respeito, a desse sacerdote. Ignorava o que fosse presumpção. Vida impolluta e character sem mancha; alheio a honrarias e recompensas, encarnava as noções de honra e de patriotismo. Alimentava um ideal unico: a ordem e a obediencia á lei e á paz. Não era grande erudito, sim apenas um campeão da autoridade. Apaixonado em suas opiniões, sentia-se incapaz de comprehender e ser justo para com pareceres divergentes do proprio. Essa limitação, por duas vezes, lhe cau-

sou o naufrágio da carreira: em 1832, no caso da destituição de José Bonifácio do cargo de tutor do menino-imperador; em 1837, ao recusar obedecer á regra parlamentar de governar com a maioria, que lhe era infensa. Em ambas as occasiões, preferiu demittir-se.

No cargo novo para o qual fôra eleito, desenvolveu as qualidades e as fraquezas do antigo ministro, e considerou os acontecimentos, tão diversos entretanto, com seus olhos de 1832 e nisto ia nem só um malentendido, como tambem um anachronismo.

Daí, seu dissidio fundamental com Bernardo e com Honório Hermeto. Ambos, estadistas de visão larguissima e alcance politico dos mais alongados; ambos, olhando para os factos politicos em sua feição actual; ambos, convencidos de que tinham chegado os tempos de pôr os freios, e não propellir a marcha dos governos. A norma a seguir, pensavam elles, seria diminuir a velocidade da machina administrativa, e não accelerá-la. A aliança desses dois homens, excepcionalmente eminentes, não poderia ser igualada por nenhuma combinação de quaesquer outros elementos. Era o *espírito* contra a *força material*, e a intelligencia teria em qualquer caso de vencer.

81. Tumultos e motins do Pará. — Em 1832, a provincia do Pará fôra theatro de desordens e de motins, e o governo central, fraco, tinha discutido e entrado em accordo com os rebeldes. Tal fraqueza encorajou os insurrectos, e os tumultos recommçaram, mais graves agora, e com a feição nova de apresentarem tendencias republicanas. Sob a direcção do coronel Malcher, o Pará combatia o Imperio. Combatido e vencido, fôra o coronel preso nas ultimas semanas de 1834; mas seus sequezes reagiram, em grandes massas, libertaram-no da prisão a que fôra recolhido, assassinaram as autoridades legaes e proclamaram a Malcher presidente da provincia. Dentro em breve prazo, o presidente assim aclamado pelo populacho foi deposto por um de seus partidarios, Pedro Vinagre, e morto por essa nova camada de rebeldes.

Começou então um periodo de violencias e de desordem. Rio de Janeiro, desnorteado e hesitante, não sabia como tratar desse novo problema. Nesse meio tempo, a provincia estava de facto separada do Imperio.

Como primeira de suas tarefas, Feijó cuidou de supplanter a illegalidade. Tomou as unicas medidas possiveis para um governo, que exigisse o respeito publico. A' força, tropas de terra e de mar foram enviadas para reprimir sem piedade a insurreição. Assim se deu para o maior bem das populações locais, pois os disturbios haviam degenerado em um horrivel motim de criminosos, ladrões e meios-sangues, unidos em bandos de malfeitores e assassinos.

O regente adoptara o methodo forte, convencido como estava de que todo o cruento conflicto se originara da fraqueza das autoridades. A lei marcial foi instituida por decreto, e para o Norte seguiram as forças nacionaes. Em 1837, a revolta estava suffocada, os cabeças presos, condemnados e punidos.

82. Inicio da revolução dos Farrapos. — Contenda muito mais grave, comtudo, cercada de perigos muito mais prementes, surgira nas bandas sulinas, no Rio Grande do Sul, na provincia fronteira com as republicas platinas, tanto com o Uruguay como com a Confederação Argentina.

Dos longamente protraidos tumultos em ambas as margens do Rio da Prata, e da semelhança de meios, de modos de viver, de costumes e de pontos de vista na região inteira, formara-se nas populações sulinas uma communhão de mentalidade. Suas feições dominantes constavam de autonomia, de liberdade de movimentos e de habitos, dentro no quadro de uma federação. Artigas personificara tal rota politica, pois a independencia do Uruguay só viera em segunda plana, quando as Provincias-Unidas se negaram ao ideal federativo.

Durante a campanha da Cisplatina, entre rio-grandenses e uruguayos existia muita sympathy, muita correspondencia de idéas. Os primeiros eram leaes ao Brasil, mas este sentimento

affectuoso extendia-se aos vizinhos que pelejavam para conquistar sua independencia. Após o tratado de 1828, taes laços, velhos e novos, continuaram a existir. Os chefes, e caudilhos muita vez se mesclavam em incursões em territorio alheio. D. Fructuoso Rivera, D. Manuel Oribe e outros, da banda meridional da fronteira, eram amigos, parentes ou ligados a seus equivalentes do lado do Brasil, o marechal Sebastião Barreto, o coronel Bento Manuel Ribeiro, o coronel Bento Gonçalves da Silva e outros muitos.

As questões politicas agitavãem os grupos partidarios das duas partes da fronteira. Nenhum estudo valido da bacia do Rio da Prata se pôde acceitar, do ponto de vista historico, que não leve em conta o facto de que, por aquelles tempos, a região constituia um todo, uma unidade politico-geographica, na qual os limites convencionados não isolavam realmente as populações.

Em ambos os paises, os homens tinham amigos e inimigos, aliados e adversarios, e sua influencia não se continha dentro nos lindes legaes, e ultrapassava as fronteiras. Sempre que uma revolução, uma revolta, um levante occorria, alongavam-se os olhos para a banda da fronteira, onde os grupos tinham certeza de encontrar auxilio e apoio, sempre que o pedissem. Por muitos annos, tal sentimento prevaleceu. Ainda hoje, não está totalmente extincto ou esquecido.

Ao contrario do que occorria no Pará, o choque dava-se entre os melhores elementos da provincia, em ambos os lados da divergencia.

Nas mãos fracas do presidente Fernandes Braga, a administração local relaxara as redeas do governo, e era accusada de reaccionaria; emquanto o partido adverso, o liberal, dirigido pelo coronel Bento Gonçalves da Silva, buscara por todos os meios conquistar a autonomia provincial. Iam exaltados os animos da população, e o conflicto de idéas havia causado um encontro armado entre os respectivos partidarios, a 19 de setembro de 1835. No dia immediato, Bento Gonçalves chamou ás armas a guarda

nacional, e, a 21, marchou sobre Porto Alegre, capital da provincia, onde entrou: o presidente havia fugido.

Coincidiram os acontecimentos com a posse de Feijó, e suas primeiras medidas para suffocar a revolta do Pará. Era difficilima sua posição. No Pará, tinha de dispersar ajuntamentos de bandos armados de rebeldes da pior especie. No Rio Grande do Sul, defrontava-se-lhe uma corrente de pensamento politico, com a qual, por certo, não podia condescender, mas que mereceria elogios, se não tivesse sido tão prematura. E tinha de lutar e contender com gente limpa e decente.

Em uma carta ao marquês de Barbacena, então em Londres, narra o regente sua completa incapacidade e suas apprehensões quanto á secessão da provincia: todos os esforços eram polarizados pela expedição do Pará; nenhuns recursos restavam para o Sul, a agitação generalizava-se pelo país inteiro, receava-se qualquer erro imprudente de apreciação, tudo em detrimento do prestigio e do credito do governo.

Mandou-se um novo presidente, José de Araujo Ribeiro, habil, amigo ou aparentado das principaes familias do Rio Grande. Sua missão era de paz e de harmonia; mas, ao pô-la em pratica, a principio falhou.

O novo presidente tinha de ser empossado ante a Assembléa Provincial. Esta, a primeira eleita sob as normas do Acto Adicional, contava larga maioria opposta ao antigo presidente Fernandes Braga, e obedecia a Bento Gonçalves. Sentiu logo Ribeiro que taes deputados lhe não consentiriam tomar posse, tão capciosas eram as perguntas feitas, e as condições impostas para lhe deferir a investidura. Declarou-lhes, em resposta, que iniciaria sua missão sem demora, empossando-se mesmo na cidade do Rio Grande, onde se achava, e sem ir até Porto Alegre. A Assembléa, em consequencia, declarou-o suspenso de suas funcções, em 1836.

Era a guerra. Afortunadamente, sua nomeação teve o merito de destacar dos rebeldes seu melhor elemento militar: Bento Manuel Ribeiro: Era este, amigo e parente do presidente, e nun-

ca delle se separou. Frequentes provas deu de sua valia nos combates, nos quaes a victoria parecia segui-lo. Logo começou a melhorar a situação. Porto Alegre foi reconquistado. Em pequenos encontros, as tropas leaes foram vencedoras.

Era obvio que Ribeiro tinha de ser sustentado pelo governo central, por Feijó, portanto; mas este hesitava. De uma feita, demittiu-o; a sensação geral da provincia, porém, foi tão adversa a esse acto impensado, que vinte dias depois, foi reconduzido. Uma flotilha de canhoneiras conquistou, e nunca mais abandonou a navegação interna da Lagôa dos Patos e dos rios que nella desaguavam.

Annullou-se desta forma o plano de Bento Gonçalves de atacar Porto Alegre. Viu-se mesmo constrangido a retroceder, ante a pressão das columnas de Bento Manuel. Em 10 de setembro de 1836, comtudo, em Seival, os rebeldes conseguiram importante victoria sobre as tropas imperiaes e sentiram-se tão ufanos do successo, que proclamaram a Republica Rio-Grandense, a 2 do mesmo mês, no lugar do triumpho, e a 20, em Jaguarão.

A 4 de outubro, Bento Manuel por pouco anniquilara o exercito republicano, e prendera seus principaes chefes, Bento Gonçalves entre elles. Mas os farrapos reagiram contra a victoria das tropas imperiaes no combate do Fanfa, e daí lembraram o seu successo de Seival.

Puderam elles então desenvolver seu plano, organizar seu governo e escolher a Bento Gonçalves como seu presidente. Como estivesse preso, José Gomes de Vasconcellos Jardim lhe preencheu provisoriamente a vaga.

83. **Federalismo, mais do que separatismo.** — Não é possível dizer que fosse ponto vital do programma rebelde a separação do Imperio. Nada se mudou nas leis, salvo quanto ás personalidades incumbidas de lhes dar execução. Nas innumeras propostas feitas ás autoridades imperiaes, nunca foi impugnada a volta ao seio do Imperio, mas sempre se insistiu pela concessão da autonomia da provincia. Quando se fez a paz, em

1845, pesou acima de todas as considerações o perigo commum que ameaçava o Brasil, por parte da Confederação Argentina. Federalistas, muito mais do que separatistas, os Farrapos pelevavam pelas liberdades locaes.

As tropas republicanas nunca foram um exercito regular e organizado. Sua funcção era a guerrilha. Apuravam paciencia e valor de seus adversarios por sua constante mobilidade. Possuiam abundancia de cavallos, o elemento essencial para incursões e entreveros de cavallaria, quaes os impunha tal genero de campanha. Iam e vinham os soldados voluntarios a seu bel prazer. Batiam-se, perseguiram ou dispersavam-se, conforme exigiam os acontecimentos e ordenavam os chefes. Reuniam-se quando convocados por seus generaes. Taes processos eram ideaes, no tocante á rapidez das movimentações. Nunca foram mais de 6.000 homens, ao maximo. Quasi não tinham artilharia, senão a que haviam conquistado ás columnas imperiaes, umas vinte peças, quando muito.

Seu governo era um arremedo do do Imperio. Sua organização judiciaria merecia fundada critica, por malsã: juizes temporarios, e por demais sujeitos ao influxo das autoridades militares. Nunca teria durado o ensaio de governo autonomo, se Feijó, mal aconselhado, não houvesse commettido o erro grosseiro de retirar Araujo Ribeiro da presidencia, nos primeiros dias de 1837, já quando a provincia quasi toda lhe obedecia á autoridade, e, portanto, á da Regencia. A reforçar a impressão do erro irreparavel, a demissão do presidente e sua saída de Porto Alegre tomaram feições de castigo imposto ao delegado da confiança do regente, decaído do credito que merecera. Gesto sordido foi esse, praticado para com um homem cujos serviços eram dignos dos mais exaltados encomios.

Consequencia immediata, Bento Manuel, desesperado de odio, e perdendo todo senso de medida, abandonou a causa imperial, e passou-se para os rebeldes. Não percamos tempo em julgar ou qualificar o procedimento do caudilho, mas vejamos o alcance que teve nos acontecimentos subseqüentes.

Desde logo, alteraram-se as situações, e os republicanos iniciaram sua reconquista do território. Feijó, em desespero de causa e não sabendo como acudir ás difficuldades, entrou a nomear presidente sobre presidente, com semanas de intervallo; ora um combatente, ora um politico accommodaticio e negociador. Reinava a mais absoluta desordem, e estava ausente qualquer noção da realidade. A Fala Imperial de abertura da sessão legislativa de 1837 provava o desalento, a decadencia e alquebramento do regente.

84. Demissão de Feijó. — Pedia mais tropas. Não podia, de forma alguma, contar com auxilios legislativos. Dominava no Parlamento a opposição, pelo menos na Camara. Além de Honório Hermeto e Bernardo, os dirigentes da opinião publica combatiam a politica e os methodos governativos do regente. Os melhores amigos de Feijó reconheciam que elle não sabia fazer, nem conservar amigos, tão duros e aggressivos eram seus habitos de tratamento. Seu espirito religioso amalgamava-se com o velho preconceito regalista portuguez, e, inconscientemente, ia levando o Brasil á separação de Roma, a uma igreja nacional e gallicana, ao schisma, em summa. Contra semelhante tendencia, tinha elle contra si a quasi unanime hostilidade das melhores cabeças e dos maiores estadistas do país.

Não admittia Feijó a possibilidade de chamar ao governo a Vasconcellos, e essa era a indicação evidente dada pelos votos e pelas decisões do Parlamento. Admirava o padre o poder mental e a capacidade omnimoda de Bernardo, mas desprezava e tinha horror ao character do eminente deputado mineiro, cuja vida particular estava longe de desafiar analyse. Delle costumava dizer o sacerdote, de vida impolluta: "um livro para ser lido, mas logo jogado fóra". Chegaram ao apogeu hostilidades e má vontade. Paralysoou-se o governo. Para cumulo de infelicidade, Evaristo, seu conselheiro e o mais seguro e influente e ouvido de seus amigos, morrera em Maio...

Sentiu e comprehendeu o regente que só lhe restava retirar-se, desde que se sentia impossibilitado e visceralmente adverso a chamar Bernardo á direcção dos negocios.

85. Pedro de Araujo Lima, regente. — A 19 de setembro, resignou seu cargo, que seria provisoriamente e de acôrdo com o Estatuto exercido por seu ministro do Imperio, Pedro de Araujo Lima, que foi em seguida eleito regente (abril de 1828), e mais tarde foi elevado ao marquesado de Olinda.

Seu primeiro cuidado foi obedecer ás regras do governo parlamentar, e organizar gabinete com Bernardo de Vasconcellos como chefe. Surgia agora um principio novo: a solidariedade ministerial. Cumprindo seu dever no regime, Araujo Lima desempenhou seu papel de monarcha constitucional.

Contando agora com o Parlamento, o governo renovou seu pedido de meios e auxilios, que a Feijó haviam sido recusados pela Assembléa. A politica de brandura falhara no Rio Grande do Sul: outra directiva foi então adoptada, a de combater e vencer os rebeldes. Haviam crescido as difficuldades, pois os prisioneiros, Bento Gonçalves entre elles, o presidente da Republica revoltosa, tinham logrado fugir de suas prisões e já se achavam de volta á provincia conflagrada, onde foram levar aos insurrectos esperanças novas.

A norte, ia-se formando tempestade ameaçadora: a *Sabinada*, assim christmada do nome de seu chefe, Francisco Sabino Alvares da Rocha Vieira, cujo intuito visava fundar uma republica independente do Imperio, até a maioria do imperador. Rebentou o movimento em setembro de 1837, e, só foi vencido em março do anno seguinte.

Mais de uma vez, no Rio Grande do Sul, Bento Manuel venceu as tropas leaes. Desanimado, o governo central recorreu novamente a medidas pacificadoras, e offereceu amnistia a 1.º de janeiro de 1839. Pouquissimos republicanos consentiram em abandonar as armas. Ao invés de apagarem o incendio, taes expedientes eram tidos como actos de fraqueza confessada, e accen-

diam cada vez mais as paixões dos contendores sulinos. Porto Alegre foi novamente assediada pelos adversários do Imperio.

Mais a Norte, no Maranhão, surgiu um levante de grande gravidade, em 1839-40, a *Balaçada*, denominada pelo nome de seu chefe Ferreira Balaio. Embora séria, nunca passou de uma malta de desordeiros, criminosos fóra da lei, réos de prisão, ladrões de gado e de cavallos.

86. Hesitações de rumos de governo. — A perspectiva era sombria por esses annos de 1838 e 1839. E o governo tinha a mão infeliz nas escolhas feitas para seus representantes nas provincias. No Rio Grande do Sul, o presidente Elisario de Brito não se mostrava, de modo nenhum, á altura da situação, e só conseguia piorar as coisas.

Para aí seguiu o proprio ministro da Guerra, afim de colher *in situ* noções dos acontecimentos locais: com elle viajou, como ajudante de ordens, o major Luiz Alves de Lima e Silva, que mais tarde deveria ser marechal, barão, conde, marquês e duque de Caxias. Este official, a quem o porfir destinava tamanho destaque em nossa historia, aproveitou o ensejo para estudar o problema da pacificação: desse trabalho se serviria, annos depois, quando lhe foi confiada a missão de vencer a revolução e pacificar o Sul. O primeiro passo seria remover daí os elementos incapazes, a começar pelo presidente.

Não esmoreceu a actividade dos republicanos. Deram inicio a uma expedição contra a provincia de Santa Catharina, e conquistaram aí, a 22 de julho de 1839, o pequeno porto da Laguna: immediatamente, fundou-se a republica de Santa Catharina e um presidente foi eleito. Quatro meses depois, um ataque combinado por terra e por mar, destroçou os invasores e repelliu-os para o Rio Grande.

Novamente, a Regencia commetteu a falta grosseira de dividir a autoridade, dando a um official o commando das armas, e a um bacharel a administração civil. Para sublinhar o erro, o of-

ficial era o general Manuel Jorge, gasto pelos longos annos de serviço, e por elles quasi incapaz de agir. Entre os dois chefes, o soldado e o civil, o desentendimento era completo, e as operações tiveram de cessar. Durou a inercia até março de 1840.

No Maranhão, contra a balaiada, a escolha imperial fôra feliz. Lima e Silva partiu para o Norte a 20 de dezembro de 1839, com as duas missões, a civil e a militar, concentradas em sua pessôa nas funcções de presidente da provincia. Tomou posse do cargo a 7 de fevereiro de 1840. Desordeiros, criminosos e bandidos, já estavam sendo perseguidos; concentrou elle seus esforços em pôr em vigor as leis, restaurar a ordem, e nunca parou na tarefa de punir os culpados e sobre elles fazer pesar as penas da lei.

Na base de todas essas perturbações da ordem, se achavam duas causas: o descredito da autoridade, o impulso secessionista. Ambos davam razão a Vasconcellos e a sua previsão, quando, em 1836, proclamava a necessidade de uma politica conservadora.

87. Necessidade vital de governo forte. — As Regencias, governos provisórios que eram, não possuíam a energia precisa ou coisa que se comparasse com a força ingênita dos detentores constitucionaes e permanentes do poder. Dependiam de eleições, e por isso auxiliavam e protegiam as ambições alheias e aguçavam rivalidades. O Acto Adicional por suas faltas intrinsecas e por sua redacção dubia, estimulava as exigencias provinciaes e suas invasões nas attribuições da competencia Imperial. Daí, paralisar-se a administração, cessar o trabalho, a tal ponto que, por vezes, as Assembléas Provinciaes abrogavam leis geraes. Em tudo isso, a secessão jazia occulta e em potencia, pelo menos, aí se ostentava um enfraquecimento mortal do senso de União.

Para Bernardo de Vasconcellos, havia sido gloria sua corrigir as cinco do Estatuto primitivo. Veio caber-lhe, por fortuna alta, a nobre tarefa de restituir integro o pensamento da Commissão Especial ao elaborar o Acto Adicional, tão perigosamente alterado e deturpado de seu fito primordial pela collaboração de

iniciativas isoladas e sem nexo de membros da Assembléa Nacional.

Como deputado, tomara parte na discussão do novo texto, explicando e interpretando a lei de 1834. Sua elaboração havia começado em 1837; foi, entretanto, no Senado, para o qual fôra eleito em 1838, que pôde prestar toda a sua collaboração, e dar a medida plena de sua estatura gigantesca como intelligencia e sciencia de homem de Estado. Venceu em toda a linha, mas saíu da refrega, sangrando e ferido em todos os seus membros: insultos, calumnias, maguas, preocupações, tristezas, accumularam-se sobre elle, e nunca esmoreceu, e sempre se manteve na brecha, ferido e lutando. Para elle, o triumpho foi sem par.

Durou dois annos a discussão perante a Camara, antes do projecto seguir para o Senado em 1839. O que estava em jogo era a reconstrucção da autoridade. Dois sistemas se defrontavam: uma lei interpretando o Acto Adicional; ou a substituição dos governos provisórios das regencias por governos effectivos e regulares e permanentes. Era isso apontar para a antecipação da maioridade do imperador, antes do limite constitucional dos dezoito annos.

Ambas as soluções tinham partidarios e oppoentes. Vasconcellos batia-se pela interpretação, e assim tambem seus correligionarios conservadores. Feijó chefiava seus amigos liberaes, em favor da antecipação de idade de D. Pedro II.

88. Reconstrucção da autoridade. — Dois planos divergentes, mas, no fundo, um alvo só: fortalecer o poder central.

Agitava-se a opinião publica no mesmo rumo, com um traço a mais de afeição carinhosa e protectora pelo imperador-menino, orphão e pupillo da Nação, sobre o qual se accumulavam tantos anhelos e esperanças de calma, de tranquillidade e de progresso tranquillo e pacifico.

Das provincias, principalmente das que se acham revoltadas, chegavam noticias que reproduziam os mesmos modos de sentir. As operações pacificadoras eram conduzidas com melhor criterio, e a autoridade imperial ia crescendo.

No Maranhão, Lima e Silva a um tempo combatia e pacificava; vencia os rebeldes, restabelecendo a paz em janeiro de 1841. No Rio Grande, novos generaes no commando davam impulso real á sua missão: Soares de Andréa, o vencedor da *cabanagem* do Pará, colhera louros derrotando a nati-morta republica de Santa Catharina, e estava organizando novo plano de combate aos insurgentes do Sul, embora Manuel Jorge ainda se conservasse em seu cargo e nada fizesse, ou antes, só movesse suas forças a esmo, sem motivo nem alvo. Outras columnas obtiveram vantagens em seus encontros com os rebeldes. Estes sentiram-se ameaçados, e tentaram melhorar sua situação, planejando um ataque imprevisto á noite contra a cidade do Rio Grande. Novamente, foram repellidos com graves perdas.

Facto novo, de alta importancia, havia occorrido. Inteligente e astuto, Bento Manuel comprehendera que sua posição era embaraçada, além de toda previsão: nas fileiras republicanas, era apenas *um* entre numerosos generaes, ao lado de seu rival Bento Gonçalves; possuia o Imperio demasiados recursos de toda sorte, que lhe permitiriam esmagar a insurreição rio-grandense, e, então, para elle proprio tudo estaria perdido. Melhor, portanto, surgia o alvitre de voltar á sua antiga fidelidade ao governo. Desde julho de 1839, fez publico ao governo revolucionario que, daí por deante, tencionava abster-se de toda acção militar. Um anno depois, escreveu ao presidente representante do Governo Imperial, propondo-se a abandonar as fileiras rebeldes a troco de amnistia para si e para mais alguns amigos e parentes, ficando toda a negociação em segredo.

Assim aconteceu que, em julho de 1840, no vae-vém das alternativas da regencia, sempre hesitante entre a clemencia e a repressão pelas armas, se realizou um avanço no sentido de dominar a rebellião com espirito de energia e melhor conhecimento da situação real do Sul. Soares de Andréa foi nomeado para a presidencia da provincia accumulando o commando das armas. Aceitou o duplice encargo, e logo respondeu a Bento Manuel, deferindo-lhe as solicitações.

Já melhorara, desta forma, o aspecto dos successos, do ponto de vista da politica interna. Assim tambem, quanto ao theatro internacional.

89. Influxo dos partidos platinos na luta dos Farrapos. — A interpenetração dos factores politicos, em ambos os lados da fronteira, ia desenrolando suas consequencias, e encaminhavam gradualmente para o apparecimento de eventualidades, cuja ultima manifestação seria a intervenção brasileira no Rio da Prata, a guerra contra a Confederação Argentina, até a victoria de Caseros em 1852.

Nos recontros fronteiros, elementos mesclados de ambos os paeses encontravam-se nos entreveros do Uruguay, tanto como nos do Rio Grande. Em Montevideo, entretanto, corria a convicção de que o Imperio provocava e protegia taes disturbios. E a triste verdade era que o Brasil não podia confessar a lamentavel e simples verdade: a de que o Brasil, o Governo Central, não tinha autoridade no Rio Grande do Sul, em mãos de partidarios exaltados da autonomia local. Estes ultimos, dirigidos por Bento Gonçalves e seus amigos, tudo faziam quanto estivesse em suas mãos em favor dos revolucionarios uruguayos, movidos por amizades pessoais, laços de parentescos, e alianças tacitas; mas tambem, em consequencia do facto de que as operações locais dependiam grandemente de forças de cavallaria, e o Uruguay estava mais bem provido desse elemento do que a provincia em armas.

Quando D. Fructuoso Rivero, durante seu periodo presidencial de 1830-34, combatia as aggressões armadas de seus adversarios, e via Lavalleja e seu sequito recebidos, reabastecidos, rearmados e remontados no Rio Grande, só podia accusar o governo brasileiro: ou quebra de neutralidade, ou incapacidade de reprimir taes actos partidarios, eram as duas hypotheses que logo saltavam a explicar os factos. Em ambas as circumstancias, pesava sobre o Rio Grande a responsabilidade real das incorrecções, embora legalmente recaisse sobre o Governo Central, cuja fraqueza permittia que seus representantes officiaes na provincia fossem escarnecidos e desobedecidos nas ordens e recommendações trans-

mittidas ao elemento local, por mais urgente e insistente fosse o empenho do Rio.

Em 1835, D. Manuel Oribe succedeu a Rivera. Havia sido escolhido por seu predecessor e eleito por influencia deste. Não conseguiu, entretanto, tolerar a pressão e os gestos de condescendente protecção, impostos sobre elle pela insolencia pernoscica de seu grande eleitor e protector. Em 1836, D. Fructuoso insurgiu-se.

Nesse intervallo, as coisas complicavam-se. Crescia, na margem occidental do Rio da Prata, o prestigio de D. Juan Manuel Ortiz de Rozas, e de dia para dia se affirmava preponderante. Após um longo periodo de perturbações na Confederação, a direcção do país havia sido imposta a Rozas, que era um federalista, enquanto seus rudes adversarios eram unitarios. A chefia e a direcção desses elementos contrarios estavam em mãos do Comité Unitario de Montevideo, composto de exilados, os melhores cerebros e conspiradores de seu grupo politico.

Entre estes, figurava o general Lavalle, um verdadeiro heróe da Independencia do Pacifico e da guerra da Cisplatina.

Estes homens representavam elemento importantissimo no Uruguay, pois constituíam uma selecção real de combatentes experimentados, de alto valor mental e de energia. Andavam por uns 14.000, e o Uruguay de então pouco mais contaria do que uns 75.000 habitantes. A todos, Rivera tomou sob sua protecção e fez ingressar no exercito regular oriental.

Tal insulto offendeu gravemente a Rozas, que passou a considerar a D. Fructuoso como seu adversario pessoal. Lavalleja, ao contrario, era seu amigo desde os tempos da expedição dos Trinta e Tres, em 1825. Tinha por alvo o ditador de Buenos Aires reconstituir o vice-reino antigo, e convinha-lhe ver o Uruguay dividido em facções, enfraquecido por dissensões internas: tudo isto facilitaria a reannexação.

90. As alianças partidarias no Sul. — Assim, dois grupos se formaram: Rivera com os unitarios argentinos; Lavalleja,

Rozas e os insurgentes do Rio Grande. Entre os dois, o governo brasileiro mantinha neutralidade, e procurava, antes do rompimento no Sul, refrear a collaboração, por demais efficiente, de Bento Gonçalves e de seus amigos com os exilados uruguayos e os conjurados na derrubada de Rivera.

Quando este rompeu contra Oribe, grandes mudanças occorreram. Em breve prazo, Oribe se tornou amigo de Rozas e de Lavalleja. Enfraqueceu-se a posição de Rivera. A Buenos Aires, entretanto, não interessava a méra substituição dos chefes do Uruguay. O que importava era ter e manter o Uruguay em posição dependente, combalido, em condições de ser dominado pelo poderio *porteño*, no momento que quisesse.

Rivera foi vencido, entretanto, e teve de fugir para o Rio Grande para salvar a propria vida, apenas acompanhado de um pugillo de companheiros, em setembro de 1837. Poucos meses antes, Araujo Ribeiro fôra demittido da presidencia do Rio Grande; Bento Ribeiro, enfurecido pela afronta feita a seu parente e amigo, desertara do serviço legal e bandeara-se para a revolta. O caudilho uruguayo, depois de preso em Porto Alegre, evadia-se e juntara seus elementos aos de Bento Ribeiro, com este collaborando na campanha.

A partir desse momento o grupamento dos aliados no Rio da Prata modificou-se: Rivera, unitarios argentinos e sublevados rio-grandenses agiam juntos; Oribe, Rozas e Lavalleja, formavam o partido opposto. O Rio mantinha-se neutro, mas sua tendencia natural e acôrde com a lei internacional pedia para o ultimo conjunto de forças, pois representava a autoridade legal. Tanto mais quanto Oribe, justamente desejoso de tirar o proveito maximo das difficuldades internas com que o Brasil estava a braços, havia enviado um emissario á Côrte para negociar um tratado de fixação de fronteiras que substituisse a convenção provisoria de 1828, mas já agora exigindo os limites de 1777. O gabinete e o regente Feijó recommendavam a acceitação dessa formula, mas o Parlamento, indignado com tal fraqueza, repelliu a proposta do governo.

91. Bloqueio francês do Rio da Prata. — Os factos se encarregariam de dar novo rumo aos acontecimentos. Pela incapacidade de agentes subalternos, estava a França bloqueando o Rio da Prata, e tinha entrado em entendimento com o Comité Argentino de Montevidéo para, de acôrdo com os unitarios, mover guerra a Rozas. Era um acôrdo pouco recommendavel, pois a França se comprometia a subsidiar e fornecer recursos em armas e homens em uma contenda que não era sua, além do que carecia de importancia o motivo de sua propria intervenção. Rivera, que novamente, a 21 de outubro de 1838, invadira o Uruguay, desbaratou completamente as forças de Oribe. Adheriu ao acôrdo franco-unitario, e, juntos, exerceram seus esforços contra Oribe e Rozas. Derrotado e sem mais recursos, o presidente uruguayo enviou sua renuncia do cargo á Assembléa Nacional. Voltou Fructuoso a ser eleito presidente da Republica do Uruguay.

Rozas, entretanto, permanecia á frente da luta. Encarnava elle a liberdade americana e a Independencia, contra a invasão de argentinos assalariados pelo ouro francês. Venceu em toda a linha. Respeitavam-no todos como campeão da defesa da autonomia continental de ambas as Americas, e, mesmo na Europa, tal sentimento era partilhado. Compreendeu o gabinete francês, chefiado por Soult, o erro grosseiro de tal diplomacia no Prata, e o papel pouco glorioso e inintelligente que estava representando. Recuou e apresentou desculpas, celebrando com Buenos Aires, a 29 de outubro de 1840, um tratado que punha um termo á contenda, e, a 1.º de novembro salvaram as náus francesas a bandeira argentina. Pouco depois, Rozas venciu e desbaratava todas as demais coaligões internas, motins e perturbações das provincias, fomentadas e mantidas pelo Comité de Montevidéo. Oribe, na qualidade de general argentino, commandava as tropas federaes do país.

Tornava-se curiosa a situação. O governador de Buenos Aires avultava entre todos os seus alliados e acima de seus adversarios. Havia defendido e feito triumphar a causa da liberdade

e da Independência. Phase nova havia surgido na história do continente. Rozas sonhava com a reunião do Uruguay nos termos do antigo vice-reino espanhol. Rivera alentava a aspiração de se formar um Uruguay-Maior, constituído pela antiga Cisplatina, Corrientes e o Rio Grande. Os insurrectos sulinos, entretanto, embora signatários de tratado com D. Fructuoso, não cogitavam de se separar do Brasil: queriam e ansiavam pela autonomia local, muito mais do que de separação.

Perfeita comédia de disparates e de dissentimentos.

92. **Lutas partidárias no Imperio.** — Os acontecimentos em marcha lançam para a frente sua sombra, diz o proloquio inglês. Ao Rio de Janeiro chegavam todas essas notícias, e augmentavam ainda o desejo geral pela pacificação, anseio de todos por um governo forte, capaz de manter a unidade nacional.

O regente Araujo Lima e seus ministros eram, todos, partidários da interpretação do Acto Adicional. Mas, desde 1839, os liberaes, Feijó, os dois Andradas sobreviventes, Hollanda Cavalcanti e muitos outros, haviam comprehendido quanto favoreceria a repressão de perturbações politicas a emancipação immediata do joven imperador. Faltava-lhe idade, era certo, mas uma lei poderia supprir tal requisito, em determinadas condições.

Um dos mais intimos amigos de Feijó, o senador Alencar, propôs, em abril de 1840, o plano de se formar uma sociedade para promover o coroamento immediato de D. Pedro II, supprida assim a falta de idade constitucional. A esse club politico, dentro em pouco adheriram as principaes figuras do partido liberal, opposto ao governo, e, mesmo alguns conservadores. Tão forte e convencida se manifestava a opinião publica nesse sentido, que mesmo entre partidários governistas muitos eram os proceres que pensavam do mesmo modo.

93. **Lei interpretativa do Acto Adicional.** — **Corrente maiorista.** — Aos promotores do movimento occorreu que a

lei interpretativa do Acto Adicional poderia provar excellente instrumento de governo do país, nas mãos do partido que triumphasse. Do dia para a noite, os liberaes, que haviam combatido a medida, e impedido sua adopção pelo Senado, durante todo o periodo de julho a novembro de 1839, assentiram em auxiliar o voto do projecto. Em 12 de maio de 1840, foi votado e sancionado.

Na Fala do Throno, abrindo a sessão legislativa desse anno, um topico pôs em debates o problema da maioridade. A 13 de maio, foi offerecido um projecto dispensando o limite constitucional para a enthronização do imperador. Para o governo, foi uma surpresa e uma apprehensão.

Tres condições eram precisas para a victoria dessa corrente antecipadora: a acquiescencia imperial, o voto do Parlamento, o applauso de uma opinião publica favoravel.

Através dos Andradas e do deputado Pinto Coelho, parente do tutor marquês de Itanhaem, e de Bento Antonio Vahia, ficou verificado que o imperador consentia na antecipação. A população manifestava-se entusiasticamente adheza á medida. No Parlamento, era difficil saber o sentimento dominante, mas era obvio que uma corrente muito numerosa pendia pela coroação immediata, e, se vencesse, a maioria conservadora só triumpharia pela mais restricta das maiorias.

Honorio Hermeto, sempre na linha dos combatentes de vanguarda quando via em perigo o funcionamento integro da Constituição, propôs a unica solução legal: solicitar dos eleitores, nas primeiras eleições a se realizarem, poderes para alterar o limite posto no Estatuto. Dois vicios apresentava a proposta: era logica e era legal, e por isso mesmo ia contra as correntes sentimentaes da opinião exaltada dominante.

Um primeiro choque occorreu entre as duas maneiras de solver o problema da autoridade, quando se tratou de responder ao topico da Fala, que havia motivado a agitação. No Senado, os maioristas foram derrotados por dois votos, e na Camara o foram por quinze. Exultaram os liberaes, pois differenças tão pe-

quenas pronunciavam as vésperas da victoria. Isso mesmo, elles proclamavam. Redobravam-se os esforços, em reuniões publicas, no Parlamento, nas associações politicas. Sem a menor sombra de duvida, o sentimento popular tanto como a opinião publica vibravam no mesmo rumo.

José Clemente Pereira, um dos patriarchas do regime, sustentador do governo, respeitado, cujas opiniões pesavam no conceito geral, declarou no Senado que a coroação immediata era uma necessidade nacional, embora ferisse a Constituição. O marquês de Paranaguá, tambem elle um dos fundadores do Imperio, presidente da Camara vitalicia, pensava do mesmo modo e tornou publico seu parecer. Entre os dois campos contendores a differença não ultrapassaria de tres ou quatro votos.

A 21 de julho, venceu na Camara dos Deputados um projecto em favor da dispensa de idade para ser o imperador declarado maior, embora se manifestassem infensos os conservadores.

94. **Revolução da maioridade.** — Compreendeu o governo que os acontecimentos o levavam de roldão. Tinha de achar e recorrer a remedios energicos, se não assentisse em ser derrotado. Por isso, convites energicos foram endereçados a Bernardo de Vasconcellos para assumir a pasta do Imperio, afim de esmagar a tentativa revolucionaria de coroar o imperador antes do tempo, contra os termos da Carta Constitucional.

Não tinha Bernardo animo que se deixasse dominar por imposições. Aceitou o pesado cargo. Seu pensamento, elle o manifestou quando, varrido pela revolução liberal de 22 de julho, explicou sua conducta ao país. Como a quasi totalidade de seu partido, o conservador, desejava uma enthronização antecipada, a 2 de dezembro de 1840. Como membro desse partido, entretanto, previra que tal triumpho significaria o apeamento do poder para si e para seus correligionarios; não queria, portanto, que D. Pedro II fosse declarado maior, antes que o Parlamento houvesse votado certas leis preliminares. Alludia elle á criação

do novo Conselho de Estado, que permitiria, votado mediante iniciativa de um governo conservador, aí constituir o reducto das idéas de estabilidade e de conservação politica e social. Mas, em realidade, entre os dois grupos que degladiavam, não existia dissentimento quanto á necessidade da ascensão de D. Pedro ao throno. Divergiam apenas quanto á data: immediatamente, isto é, nos derradeiros dias de julho, diziam os liberaes; a 2 de dezembro, respondiam os conservadores.

A entrada de Bernardo para o governo lançou a confusão e o desanimo nos maioristas da Camara e do Senado, tanto mais quanto o ministro logo encetou a guerra, mandando ao Parlamento um decreto de adiamento das sessões.

Se descermos ao fundo da questão, tratava-se de uma briga de influencias, um dos partidos querendo permanecer no poder e o outro buscando desalojar aos seus contendores. Vasconcellos, em um Manifesto á Nação, declarou considerar as nove horas de seu ephemero ministerio como a mais gloriosa de sua vida. Talvez assim fosse, de um ponto de vista partidario, na defesa de seu partido. Não, por certo, do ponto de vista de homem de Estado: pleiteavam todos a mesma medida, e elle apenas a adiava por quatro meses.

Sob a ameaça da entrada em função de Bernardo, viram os liberaes que sua conjura estava perdida e derrotada. Os Andradas, cuja mentalidade de violencia era conhecida, tomaram a deanteira e levantaram a tempestade e os tumultos. Com seus amigos, forçaram a interromper e suspender a sessão da Camara. Arrastaram atrás de si seus partidarios, deputados, a massa popular, uma perfeita multidão, e invadiram o Senado. Após um fingimento de sessão regular, revelou-se o que era de facto: uma convenção revolucionaria.

Ao Imperador-menino se dirigiu um appello apaixonado, supplicando-lhe salvasse o paiz e assentisse em sua immediata enthronização. Uma commissão foi nomeada para ir ao Paço Imperial de S. Christovão levar a Mensagem.

D. Pedro recebeu os parlamentares e seu appello. Retirou-se para deliberar.

O regente Pedro de Araujo Lima explicou a Sua Majestade que o pensamento do governo era preparar as coisas de modo a que fosse possivel entregar-lhe o poder até os dias primeiros de dezembro; mas de sua vontade dependia escolher o melhor curso a adoptar, se o do governo, se o da coroação e immediata ascensão ao throno.

“Quero já”, foi a resposta imperial.

Nulla adversante, na phrase de Tacito, a 23 de julho de 1840 entrou em exercicio de suas funcções majestaticas o Sr. D. Pedro II e começou seu reinado pessoal.

CAPITULO VIII

Problemas de organização e de trabalho. O trafico

Para o Brasil era o Parlamento um instituto novo, quando, em 1826, se reuniu pela primeira vez. Já expusemos, paginas atrás, qual a categoria de gente que foi escolhida ou eleita para o Senado e para a Camara. Aqui devemos agora salientar a tarefa notavel realizada por esses representantes do país.

95. Improvisações na obra governativa. — Estabelecimento do parlamentarismo. — E' realmente digno de menção reflectir no facto de como esses homens, da noite para o dia, legisladores saídos do nada, conseguiram merecer o titulo de paes da patria. Lograram possuir o cognome justo de fundadores da nacionalidade. O Brasil constitucional, eis sua obra.

Embora cheio de boa vontade e liberal, D. Pedro I era incapaz, pela sua formação anterior, de se mostrar e de agir como monarcha constitucional. Desde o inicio, Executivo e Legislativo entraram em conflicto no modo de obedecer á Lei Fundamental. Neste ponto, nunca variou ou cedeu a Assembléa Nacional; e imperador e gabinete tiveram de abandonar seus methodos absolutistas. Começou a luta na primeira sessão de abertura,

quando os membros della exigiram serem tidos e tratados como parcelas de um dos poderes do Estado.

Em seguida, o dever dos ministros de apresentar relatorios annuos de sua gestão, foi exigido e imposto a esses altos funcionarios, que, dantes, não pensavam ser obrigatoria tal incumbencia. A collaboração de ambas as Casas electivas na ratificação dos tratados, na qual nunca assentiu o primeiro Imperio, foi posta em pratica legalmente, logo após a Abdicação. Em 1837, vencida a opposição do regente Feijó, que relutava em obedecer ás regras do governo parlamentar das maiorias, Bernardo de Vasconcellos forçara o velho e venerando sacerdote a renunciar a seu cargo, e, daí por deante, o parlamentarismo normal entrou na pratica, para nunca mais ser desrespeitado.

O mesmo impulso se deu quanto á organização do país. A antiga legislação portugueza havia sido provisoriamente adoptada pelo Imperio que ainda não tinha leis proprias. Tal solução, entretanto, só podia ser transitoria, pois o Brasil precisava codificar suas leis decorrentes das necessidades intrinsecas da terra e adaptadas a ellas. Esses juristas autodidactas puzeram sem demora mãos á obra. Em 1830, o Codigo Criminal foi promulgado, e dois annos depois, em junho, o Codigo do Processo Criminal.

Em 1827, duas Faculdades de Direito foram fundadas, em S. Paulo e em Recife, assim como um Observatorio Astronomico no Rio. Votou-se a naturalização dos portuguezes que haviam permanecido no Brasil depois da Independencia; assim tambem a lei de responsabilidade ministerial e dos secretarios de Estado; em cada districto, fundar-se-iam escolas primarias, e tambem nas villas. Organizou-se a justiça; criou-se o Supremo Tribunal, e fez-se seu Regulamento em 1828. O Estatuto organico dos Conselhos Provinciaes foi posto em vigor; installou-se o Correio; iniciaram-se construcções publicas e os Conselhos Municipaes. Regulou-se, em 1830, a liberdade de imprensa; do anno seguinte, é a lei da Guarda Nacional; reorganizou-se o Thesouro. As Faculdades de Medicina receberam novas feições em 1832, e foi

sanccionada nova lei de naturalização melhorando e completando a anterior. Fundou-se a Divida Publica e normalizou-se seu serviço. De 1837 é a nova ordem de batalha do Exercito e da mesma data a criação de um Fundo de Amortização.

Aos poucos, a administração, a ordem legal, a vida politica e constitucional iam sendo reguladas por medidas normaes do Legislativo, até o Acto Addicional de 1834 e sua Lei Interpretativa de 1840.

96. Situação economica e financeira. — As perturbações financeiras, decorrentes de gastos excessivos e da errada politica monetaria da circulação da moeda de cobre, já anteriormente exposta, produziram, acôrde com a lei de Gresham, o exodo da prata e do ouro em giro. Restavam, a circular, as notas e as peças de cobre, depreciadas ambas, o que as taxas do cambio revelavam. Superabundavam, além do mais, relativamente ao valor da produção. Como consequencia, crescia o custo da vida, os gastos galgavam niveis altos, e nenhuma expansão podia dar-se ao commercio e ás exportações.

A actividade mineradora ostentava curiosa depressão, quasi um collapso. Pensando o governo se tratasse de um excesso na taxação, reduziu os onus de 20 % a 5 %. Tolerou-se a circulação local do ouro em pó. Mais tarde, mesmo essa ultima restricção foi abolida, e o livre uso do metal nobre foi permittido para todos os mistercs, inclusive os pagamentos. Nada melhorava o cáos tremendo dos meios de troca. E todos sentiam as consequencias dessa situação: o trafico, muito intenso nos annos ultimos de liberdade de entrada de negros, sob o regime do tratado anglo-brasileiro de 1826, exigia largas sommas. Em 1829, um emprestimo desastroso, contraído a 5 %, e vendido aos banqueiros a 52 %, pesou gravemente sobre o Thesouro.

O Parlamento procurou descobrir meios de saír desse atoleiro, sem o conseguir. As unicas soluções lembradas eram a emissão de papel-moeda, uma nova paridade cambial, ou uma combinação desses dois expedientes. Nenhum conhecimento dos

phenomenos monetarios, nenhuma sciencia economica. A pressão do momento, o desejo de determinar a nova paridade em meio ás violentas fluctuações do *mil réis* no mercado cambial, levaram á nova lei de circulação de 1833, fixando o par de 42 2/10 *pence*. Em nada melhorou com ella a valorização da moeda nacional. Nos documentos contemporaneos, vê-se o desejo de voltar ao regime monetario anterior; sem exito, porém, pois a teimosia no erro parece ser uma das características das assembléas humanas. Não se paralysoou a quéda das cotações.

Crescia a população, entretanto, assim como a produção e o commercio. De 1822-34 a 1839-40, as importações haviam crescido de 36.237 contos a 52.358 contos; as exportações, de 33.000 contos a 43.192. Taes algarismos promissores traziam a detenção da quéda das cotações e conseguiam mantê-las entre 26 e 31. Pediam-se e offerciam-se opiniões e inqueritos. Mais tarde seriam aproveitadas as suggestões, na lei de 1846, que fixou a paridade do mil réis em 27 *pence*.

97. Os tratados de commercio. — Um dos maiores obices á liberdade de taxação residia nos tratados celebrados pelo Imperio recém-fundado, no periodo de 1826-29. Por elles, a liberdade commercial, poder de tributar, licença de orientar uma politica economica, haviam ficado gravemente feridos. Desde o primeiro momento, o Parlamento os tinha combatido por dois motivos: a violação constitucional pela qual se dispensava praticamente a cooperação parlamentar no poder de celebrar tratados; o perigo que enxergava em tal politica na formação da riqueza da terra.

Duraria sua vigencia de seis a quinze annos; quanto ao acôrdo francês, porém, excepção desastrada mas felizmente unica, haviam sido estipuladas algumas clausulas permanentes. Salvo estas, todas estariam findas em 1842, ao maximo, como seria o caso com o tratado inglêz, embora, por argumentos de chicana, fosse sua expiração protelada por mais dois annos, isto é, até 1844.

Todos se queixavam dessas convenções. Os relatórios ministeriaes apontavam para o facto de que eram inteiramente inúteis para o país. O Parlamento combatia taes actos, pois impediam o jogo natural de poder taxador, no equilibrar os orçamentos. Nenhuma vantagem traziam ao Brasil, além de que eram inquinados de violarem a equidade, como se expressava a opinião publica. Eram considerados como os piores o tratado francês, por causa das estipulações perpetuas, e o inglês, em consequencia das taxas ridiculamente baixas consentidas por excepção, ás mercadorias vindas do Reino-Unido e tambem por causa do privilegio da *conservatoria*, o juiz privilegiado e singular tolerado para os subditos de Sua Graciosa Majestade no Brasil. Todos esses erros motivavam criticas amargas, pois os brasileiros mal se continham ante excepções taes que Portugal tolerava desde 1450, mas que no Brasil melindravam fundamente os descendentes, muito sensiveis e susceptiveis, da antiga metropole.

Essa questão de *juiz conservador* era particularmente irritante, e tornava-se a pedra de escandalo do tratado. Forçado a subscrever tal convenção diplomatica, a unica valvula de segurança para o Imperio era a clausula VI, pela qual o Brasil se reservava o direito de exigir a sua abolição, desde que um substitutivo conveniente e accitavel fosse conseguido, offerecendo garantia igual aos protegidos britannicos. Certo, ainda era uma disposição unilateral, pois a Inglaterra seria juiz unico dessa conveniencia e dessa equivalencia e mais de uma vez recusou propostas brasileiras de eliminção.

Em 1832 o Codigo do Processo Criminal fôra votado, sancionado e posto em vigor. Sem exaggero, delle se pôde dizer que surgia, naquelles annos, como formoso monumento de saber juridico e de espirito liberal. ¹ Cabia-lhe regular todas as questões legaes no Brasil, tarefa que desempenhou até 1841. Nunca occorreu ao gabinete do Rio, em sua bôa fé, que tal obra de progresso e de applicação generalizada a todos os habitantes do país, pudesse encontrar a opposição da Grã-Bretanha; nesse presupposto, foi proposto abolir immediatamente, nesse ponto particular,

as clausulas de 1827. Londres nunca quis admittir a suggestão, e respondeu que estava de posse de um privilegio e não tencionava abrir mão delle. O Brasil, uma e muitas vezes, insistiu em sua proposta, que tanto era do peito da Nação. O governo inglês acabou deixando de responder aos appellos nossos, por mais bem fundados e justos que fossem estes. Foi um grande erro, pois amargurou ao país, e, sem motivos, pesou sobre as relações entre os dois povos.

Era essa uma das características do gabinete Palmerston-Aberdeen em todas as suas gestões pelo mundo afóra. Preponderava a Inglaterra no theatro internacional, por sua politica, finanças e seu preparo e força material. Sua attitude perante as nações dirigentes da Europa era quasi insupportavel, e muito mais ainda quanto a méra expressão geographica, impotente e sem brilho, que era o Brasil de então.

Nenhum outro recurso ficava, portanto, senão esperar pelo fim do tratado e aguentar os máus tempos. Outros problemas dependiam ainda do acto diplomatico malfadado: a administração pelos consules britannicos das heranças de seus nacionaes, mortos *ab intestato*. Eram realmente competentes os consules para darem força a taes estipulações de ultima vontade, mas, já que *locus regit actum*, de acôrdo com a legislação brasileira; ora, frequentemente, taes autoridades violavam nossa soberania e procuravam applicar a lei inglesa. Conflictos sem fim originavam-se daí.

Outra queixa provinha dos impostos aduaneiros de 15 % pagos pelas mercadorias inglesas, e tanto mais assim, quanto o governo brasileiro, por erro, se julgava ligado por uma supposta obrigação de não totar na taxação alfandegaria, emquanto o tratado só mencionava as utilidades de producção insular. Não tocava, pois, no poder de tributár outras importações, taes como vinhos, bebidas alcoolicas, azeites e vinagre, commodidades principalmente alvejadas pelas exigencias do Thesouro: taes mercadorias, não nas produzia a Grã-Bretanha. Enviado em missão especial á Inglaterra, em 1836, o marquês de Barbacena explicou

a situação real ao gabinete imperial, e disse-lhe como deveria agir para tornar a conquistar sua liberdade de taxar completa. Ainda assim, ficavam fóra de taes generos tributaveis numerosos outros, e o Brasil ansiava pela eliminação da odiosa excepção.

Novo choque de pareceres se originava de facto da duvida sobre a data em que viria a termo o tratado britannico. Em 1842, dizia o Rio de Janeiro, a Inglaterra, porém, tantas objecções levantava e taes difficuldades fazia surgir, que melhor seria ceder e acceitar uma data mais afastada, de preferencia a brigar e combater, pois nenhum meio possuíamos então de fazer valer nosso direito e sustentar uma politica de energia. Assim se protraiu a situação até 1844. *Vae miseris!* . . .

Havia o Parlamento adoptado a norma de rejeitar todos os tratados commerciaes, e recusar a renovação de qualquer dos que chegassem a seu termo. Em consequencia, em 1841, um anno após a maioridade do imperador, nenhum delles se achava em vigor, salvas as desgraçadas clausulas perpetuas do pacto francês, e as duas convenções inglesas, a de 1826, sobre o trafico, a de 1827, sobre commercio e navegação.

Do acôrdo de 1826 decorreram difficuldades innumeradas.

98. O trafico. — Fôra subscripto sob a pressão das circumstancias, quando a sympathia da Inglaterra poderia ser essencial para a vida e os interesses do Imperio que acabara de nascer. A opinião geral, porém, no país inteiro, tinha a esse tratado por desastroso e equivalente a um golpe mortal sobre a agricultura e a incipiente industria do país. Por tres seculos, a fonte unica de mão de obra fôra a escravidão. Escravos e trabalho servil haviam sido a base do progresso material da terra. Quasi não existia mão de obra branca, e a unica tarefa que sobre esta recaía era a fiscalização e a direcção das turmas de negros. Alto como era o coefferiente de mortalidade dos negros e dos mulattos, ia-se tornando um problema difficil o meio de substituí-los, e a solução não se offerencia simples.

Embora, em comparação com a de outras terras, nunca houvesse provado cruel a propriedade dos senhores de escravos no Brasil, não era longeva a existencia dos africanos. Donde poderiam vir os trabalhadores de substituição, senão da Africa? E, dentro em quatro annos, de 1830, taes importações teriam de cessar . .

Um sentimento geral de estupor e de desespero invadiu a collectividade de fazendeiros e de productores, de facto a classe dirigente do Imperio. Sua mentalidade economica era menos que rudimentar, e não comprehendiam que o trabalho servil nem era productivo, nem barato. Algumas excepções talvez existissem, entre estudiosos de problemas da riqueza publica, ou méro pugillo de conductores politicos; nesse ponto, comtudo, seus adeptos não lhes acceitavam as idéas, e mantinham aferradamente suas convicções de que a escravidão era essencial á existencia do Imperio. Unico factor efficiente, sómente o tempo lograria alterar ou modificar esse sentir absolutamente unanime.

Nem sequer poderia isso ser objecto de controversia partidaria: ambos os partidos, o conservador tanto quanto o liberal, pensavam do mesmo modo sobre a questão, e, nesse ponto, os chefes não conseguiam a obediencia de seus commandados. Não podiam combater, pois a resistencia que lhes era opposta era a da inercia, e o instituto servil era, de facto, sustentado e favorecido por todos: fazendeiros, autoridades, que só podiam ser escolhidas entre a classe dirigente da nação, os proprietarios agricolas e seus auxiliares; deputados e senadores tinham de sair dessa mesma camada dirigente; ministros, saíam do Parlamento assim composto; chefes de partido e conselheiros, conhecedores do sentir da massa geral de seus correligionarios, desses não podiam dissentir.

Situações paradoxaes surgiam frequentemente daí; chefes e dirigentes a acceitarem e approvarem moções em pról da abolição do trafico, mas como opiniões individuaes e isoladas em seus arraiaes partidarios, sem que fossem acompanhados por seus soldados e sem receberem o apoio de suas tropas na obediencia á

lei e aos tratados, que regulassem desse ponto dorido de nossa economia.

Nunca logrou a Inglaterra comprehender essa particularidade de nossa vida politica. O Brasil longe estava do nivel economico e ethico da Europa Occidental; ainda possuia mentalidade primaria, muito proxima dos sentimentos basilares e quasi impulsivos das collectividades naturaes, frutos immediatos de uma existencia quasi instinctiva. Exigiria longo prazo, ainda, para se divulgar e dominarem noções precisas e scientificas sobre a situação real do instituto servil, e a ascensão de um para outro nivel impunha cuidados e tacto no modo de tratar do problema. De taes requisitos, estava a Grã-Bretanha lamentavelmente privada; e, embora combatessem convencidamente por uma causa essencialmente liberal e christã, Palmerston e Aberdeen accumulavam, quando não criavam, difficuldades de todo genero, a complicarem em vez de simplificarem quaesquer soluções.

Pelo mundo afóra, sua direcção era por demais brutal e conflagradora, para que fosse aceita prazerosamente pelas outras nações. Assim acontecia na politica internacional européa, em todos os attritos e choques da Questão do Oriente, onde apenas interesses contradictorios entravam em jogo; muito mais agudos os conflictos na America do Sul, onde as divergencias essenciaes eram desentendimentos profundos sobre a situação, tanto material como moral, da corrente de opiniões.

Em conjunto e em ultima analyse, entretanto, e embora se não possa contestar que a pressão inglesa cooperou na extincção do trafico, não permite mais a evidencia historica já divulgada negar que a politica dos cruzeiros ingleses de repressão difficiltoou, mais do que amparou ou auxiliou os esforços do governo brasileiro em apressar o fim do ignominioso commercio.

99. Ambiente brasileiro favoravel á escravidão. — Quasi sem excepção, a opinião publica era favoravel á importação de negros. As ordens dadas pelo governo e seus represen-

tantes contra tal pratica, ou eram desobedecidas, ou então levadas a termo com tal morosidade e displicencia que não podiam surtir effeito. As razões fundamentaes desse dissidio, eram o divorcio absoluto e a hostilidade reinante entre os observadores e partidarios dos tratados, e a massa solida, compacta dos fazendeiros, isto é, a nação inteira.

Na celebre campanha do Wilberforce, a Inglaterra havia levado annos para poder extinguir o trafico, e, no intuito generoso e humano de eliminar tal monstruosidade da face da terra, queria agora, em quatro annos, supprimí-la no Brasil, prazo curto de mais nas condições do país. Para a Grã-Bretanha, o trafico representava méra fracção de sua actividade commercial e economica nas Indias Occidentaes; emquanto, na America do Sul, o caso abrangia a vida economica inteira do Imperio. Nada é de admirar, portanto, que os fazendeiros protestassem e reagissem contra o golpe anniquilador.

Na opinião insular, comtudo, não se comprehendiam as difficuldades peculiares do problema, e a desobediencia das autoridades locais retardatarias, e a má vontade dos funcionarios se attribuiam á duplicidade do Governo Imperial; e tal erronea apreciação dos factos inspirava a acção britannica.

Palmerston e Aberdeen nunca conseguiram separar os dois termos: o desejo official de cumprir o tratado, e a possibilidade official em tornar effectiva sua ordem nesse rumo. Criminavam o Brasil por sua supposta má fé, quando, em realidade, existia insuperavel impossibilidade para o governo de se fazer obedecer pelos fazendeiros, unanimemente hostis a taes medidas. Por outro lado, como poderiam os ministerios confessar tal impotencia? E isto equivalia a desrespeitar os termos das convenções estipuladas.

100. Choques das interpretações dos tratados. — Por parte da Inglaterra, a demais, não era cumprido o tratado. A interpretação geral dava-o como uma restricção internacional a bem do dever humano e superior de supprimir os horrores do

transporte oceânico dos africanos, onde a percentagem de mortalidade ascendia regularmente a 30 % das cargas vivas, e as atrocidades do trato dos captivos se revelavam apavorantes. A observância estrita dos termos convenionados exercia-se no sentido de pôr um paradeiro a taes navegações, fosse justo ou fosse injusto o modo de proceder com as presas.

Haviam sido instituidos dois tribunaes, em Serra-Leôa, na Africa, e no Rio de Janeiro; sito na terra de proveniencia dos escravos, o primeiro recebia maior numero de processos de apresamento de navios negreiros. Alli, eram examinadas as condições de legalidade das operações de cruzeiro e das capturas. Um commissario brasileiro tinha de tomar parte nas sessões do tribunal, mas, na generalidade dos casos, esse funcionario achava-se ausente. Inda assim, muitas presas foram julgadas illegalmente realizadas, e ordenaram-se as indemnizações convenionadas. Apesar das repetidas insistencias do Brasil por lhe serem pagas as sommas devidas e restituídos os navios, nunca se realizaram as restituções e os pagamentos, malgrado o facto innegavel de ter o proprio tribunal inglês, por si só, condemnado a imprudencia e a illegalidade da acção imponderada dos cruzadores britannicos.

Facil é comprehender que, contra tal proceder da nação mais forte, se erguia agitada grita no Brasil. E, como tudo se aproveitava e se inventava e se pretextava para intensificar a importação de mão de obra, ao homem da rua, em geral, se apontava a politica inglesa como violadora da liberdade nacional e de sua independencia, uma quebra de honestidade e uma tutela in-supportavel. Apesar de tudo, a politica dos cruzeiros foi se envolvendo de mais em mais, e tornou-se cada vez mais dura e severa. O odio contra os gabinetes de Londres ia-se tornando mais acirrado. O ministerio do Rio, por mais de uma vez, propôs compensar taes dividas com as do Thesouro Nacional, provenientes dos apresamentos illegaes feitos pela esquadra imperial no bloqueio do Rio da Prata. Encontrou uma recusa. O alvo verdadeiro da repressão do trafico era tornar a situação insustentavel para os armadores, de modo a os compellir a abandonar

seu commercio. Era, entretanto, o pior e mais contraproducente dos meios de proceder, e nunca conseguiu alcançar seu fim, de impedir taes navegações. Nunca revelaram os negreiros mais denodo, e augmentaram as massas de gado humano transportado, acima dos mais altos algarismos até então atingidos.

Fôra commettido o grande erro de querer solver as difficuldades pela compulsão, em vez da collaboração. Isto, em momento tanto mais inopportuno, quanto no Brasil estava o espirito publico soffrendo uma modificação muito profunda.

101. Nascimento de um movimento nacional contrario ao trafico. — Projectos legislativos. — A' força de discutir o problema, o numero dos convencidos da inconveniencia economica da escravidão ia crescendo. No Parlamento procuravam descobrir meios e modos de substituir o trabalho servil; delles, muitos eram inadequados e praticamente inoperantes. Eram symptomas, entretanto, todos elles, de verdadeira bôa vontade, e apontavam para a união dos esforços.

As condições especiaes do país, tambem, levavam á ruina de taes projectos adoptados, e que nenhuma perspectiva tinham de exito, em região quasi deserta como era o Brasil, por 1830 e pelos annos seguintes, sem estrada, sem portos, sem hygiene, e sob a ameaça ainda pendente das tribus indias e das epidemias.

Nessa critica incidiam quasi todos os projectos e propostas levadas ao Parlamento.

Em 1830, apenas alguns milheiros de escravos tinham sido importados, e, inda assim, sob as bandeiras de Portugal e da França. Tomaram-se providencias para reexportar taes negros para a Africa, quer para a recém fundada Republica de Liberia, quer para os régulos que os haviam vendido aos mercadores. Dos Estados Unidos, tambem, alguns tinham vindo, homens livres, enganados e seduzidos por promessas e presentes. Novo trama fôra imaginado pelos contrabandistas de trabalhadores; os negros eram declarados livres, mas tornavam-se a capturar logo que hou-

vessem saído das alfandegas. Foi preciso votar ás pressas uma lei para punir e reprimir tal crime; foi sancionada em 7 de novembro de 1831, e regulamentada por decreto de 12 de abril de 1832.

Por esses textos legais, todo negro que desembarcasse no Brasil se tornava livre. Multavam-se os importadores, que eram condemnados a reexportá-los para a Africa. Eram inexequíveis taes dispositivos, pois os principaes ou chefes de tribus negras recusavam receber taes victimas de sua ganancia para não terem de reembolsar o que tinham lucrado na transacção.

Em maio de 1832, começou a elaboração da lei sobre naturalização de estrangeiros. Por seu Conselho Geral, Minas Geraes pediu providencias sobre fundação de colonias. A 23 de outubro, entrou em vigor a primeira dessas leis. Apesar da Inglaterra ter applaudido a lei de 1831, as demasias dos cruzeiros foram-se intensificando e tornando cada vez mais vexatorias, e, como consequencia, a desconfiança e os rancores contra taes operações se exaltavam de momento em momento. O Brasil propôs á Grã-Bretanha de reexportar os libertos para a colonia britannica de Serra-Leôa, alvitre que foi recusado.

Nada se fez em 1833, mas em 1834 o gabinete imperial apresentou á Assembléa um projecto, pedindo recursos para a repatriação dos africanos. Os deputados, enfurecidos contra a Inglaterra e sua politica de repressão, derrubaram a suggestão declarando nada ser accetavel que implicasse obediencia ou respeito á tutela dos navios de guerra daquella nação.

Embora assim explodissem taes sentimentos, começava a opinião a generalizar-se de que os escravos eram um perigo publico. Frequentemente, fazendeiros ou feitores eram assassinados, vingança terrivel de escravos torturados ou punidos sem criterio. Procurou-se apagar o perigo, tornando mais severa a sancção das contravenções e dos crimes, e prohibindo o porte de armas. A ameaça, entretanto, permanecia de pé e exigia consideração. Novas ordens se deram para capturar contrabandistas e os negros contrabandeados. Estes ultimos, apenas desembarcados, eram di-

vididos entre certo numero de fazendeiros bem conhecidos que tinham o dever de lhes pagar salarios, ou pô-los a trabalhar em obras publicas e estradas. Cresceram os gastos com taes providencias; pouco a pouco, iam estes negros contrabandeados e livres misturar-se com os escravos, e a distincção tornava-se impossivel.

Foi por essa época que se começou a notar um phenomeno curioso. Os offensores da lei, em sua maioria, eram portuguezes e espanhóes, e não brasileiros. Em 19 de maio de 1835, a Camara dos Communs votou uma Mensagem ao rei da Inglaterra apon-tando o estranho facto.

Não possuia o Brasil marinha de guerra bastante para cruzar, visitar e capturar os navios negreiros. Por esse motivo, preferiu o Imperio negociar com Portugal, Montevidéo, Buenos Aires, Chile e Perú, no sentido de um esforço commum para se extinguir tal commercio. Estudou-se novo projecto de tratado com a Inglaterra e, enviado ao Parlamento, restringindo os termos sobre apresamentos. Mas tal iniciativa coincidiu com a recrudescencia das arbitrariedades por parte dos cruzadores ingleses, e isso feria todos os sentimentos nacionalistas dos deputados, motivo predominante para a rejeição da proposta.

Procurou então o governo descobrir meios outros de solver a interrogação da escassez de mão de obra, promovendo a fundação de colonias. Poderiam estas prosperar ou então fracassar, mas tal não era o ponto preciso a deslindar: a colonia era um instituto agindo como um todo, paralelamente á fazenda, sem se misturar em sua actividade; e a incognita a determinar versava sobre a possibilidade da coexistencia de turmas de gente branca trabalhando na fazenda, ao lado dos captivos.

Não foi logo encontrada a solução da difficuldade. O pensamento official dominante era a immigração, collocada em colonias, a mesma norma de 1812, desenvolvida  annos mais tarde.

102. Nova missão do marquês de Barbacena. — Estava na Europa, por esse tempo, o marquês de Barbacena, e lá

recebeu a incumbência de achar gente desejosa de seguir para o Brasil. Buscou fazê-lo, durante o anno de 1836, tanto na Inglaterra como na Suíça. Sem éxito, aliás. Também se esforçou por obter a assignatura da Grã-Bretanha para um esboço de tratado entre ella e o Brasil e Portugal, no sentido de se unirem suas esquadras contra o tráfico. Nova decepção o surpreendeu: o gabinete de Saint James tinha muito mais fé nos seus proprios navios, cruzando no Atlantico, do que em instrumentos diplomaticos e promessas.

Ganhava terreno no Imperio a idéa de mão de obra branca para substituir os captivos. Uma Sociedade Colonizadora formou-se em novembro de 1835, para o fim de proteger os imigrantes recém-chegados; de junho de 1836 a 31 de janeiro de 1839, conseguiu ella auxiliar a 2.508 desses colonos.

Apresentou-se no Senado novo plano de impedir importações illegaes de negros; tal projecto, de 1835, collidia com o tratado de 1826, e teve de ser abandonado.

Em 1836, surgiu novo aspecto da questão, em um conjunto de medidas apresentadas pelo deputado Henriques de Rezende, baseadas em analyse mais detida e detalhada das condições peculiares desse genero de navegações. Os mais terriveis horrores da travessia do Oceano aconteciam a bordo dos navios menores, e estes eram precisamente os barcos preferidos em taes empresas. Dos documentos de Serra-Leôa, das informações remetidas a lord Palmerston pelos delegados seus no Rio, se deduzia que 90 % das presas arqueavam menos de 400 toneladas: em geral oscillava seu póрте entre 60 e 240 toneladas, e 150-180 poderia representar uma média normal. Era isto uma consequencia das feições espezias de tal commercio. As embarcações menores eram de manejo mais facil, e obedeciam melhor ao velame e ao leme; menos simples de serem vistas e descobertas do que as de tamanho maior, era-lhes possivel navegar mais proximas á costa, em aguas rasas nas quaes os cruzadores de calado grande se não arriscariam a perseguí-las, com receio de comprometer a segurança de seus cascos

Com dimensões reduzidas, mais maneiras se revelavam para varar a barra dos rios, subir de arrepio á corrente e fundear em pontos escondidos á fiscalização inglesa, até que estivessem embarcados os escravos; vazio o mar da presença dos cruzadores na embocadura ou nas proximidades dos portos fluviaes, mais facilmente podiam os barcos dessa proveniencia, obedecendo a vento e maré, fugir de seus ancoradouros, á noite ou ao raiar do dia, e singrar para as aguas profundas do Oceano.

Proibidos os funcionarios aduaneiros do Brasil de despachar taes navios, deslocando menos de 400 toneladas, se desfecharia um golpe mortal nos navegadores negreiros. Tal era o intuito do projecto do deputado Rezende.

Tal a situação legislativa, quando, em 1837, Barbacena voltou da Europa. De todo esse complexo de propostas uma só fôra adoptada, a que se tornou a lei de 11 de outubro de 1837 sobre locação de serviços dos immigrants, inteiramente inadequada, pois o Parlamento era incapaz de comprehender a noção de liberdade nos contractos consensuaes, e criara uma associação compulsoria, igualmente intoleravel para o fazendeiro e para seu colono.

Resolveu o marquês enfrentar o grave problema. Taes eram sua influencia e o respeito que inspirava, que o ministro britânico no Rio recebeu instrucções de lord Palmerston para apresentar ao estadista brasileiro os cumprimentos do gabinete de St. James, por sua iniciativa de tomar em suas mãos poderosas o estudo dessa tarefa.

Havia falhado a lei de 1831, dizia Barbacena. A principio, fôra sem importancia o contrabando, pois ainda se não haviam achado os meios de burlar o texto legislativo. Não se haviam fundado ao longo da costa os depositos de escravos, onde se ensinava aos africanos a lingua do país; mercadores, comboieiros e tanganhões ainda não se tinham revelado, na faina então inventada de percorrer o interior de fazenda em fazenda, a offerecer seu gado humano aos agricultores precisados de braços. Do mo-

mento em que taes processos surgiram em pratica, cresceram desmedidamente as importações de negros, e nos tres ultimos annos, 1834-37, o nivel attingido ultrapassara consideravelmente, em proporções nunca ouvidas, ao que dantes se havia notado.

Em geral, taes negociantes encontravam o amparo e o auxilio dos fazendeiros, ansiosos por desenvolverem suas lavouras. Difficilmente se poderia censurar tal tendencia, baseada nas necessidades naturaes da economia local. Por esse motivo, emquanto em seu plano o marquês accumulava multas, penalidades e obstaculos sobre os navegantes do trafico, abolia quaesquer sancções sobre proprietarios de terras e corretores de africanos desembarcados.

A todos parecia tal projecto um premio á pericia e habilidade dos mercadores, astutos bastante para se livrarem dos cruzeiros e desembaraçarem sua carga humana. Aí se revelava o erro fundamental do mecanismo proposto.

Annos depois, quando, em 1850, Eusebio de Queiroz immortalizou seu nome organizando e pondo em vigor a lei que pôs paradeiro definitivo ao trafico, tal falha foi corrigida. Salvo esse ponto, as propostas de Barbacena foram estreitamente acceitas e seguidas e constituiram o arcabouço da legislação repressiva adoptada. E' dever nosso referir esse detalhe, pois no proprio Brasil é pouco conhecida a participação do estadista mineiro no solver definitivamente o melindroso assumpto.

Quando apresentado á consideração do Senado, entretanto, tal plano encontrou opposição quasi geral e má vontade manifesta. Os abolicionistas do trafico condemnavam a immuniade concedida aos compradores e intermediarios em terra; os partidarios do commercio de escravos censuravam as pêas, restricções e novos tropeços infligidos aos navegadores capturados.

Hesitava o Parlamento em tratar do caso; permanecia quieto e apenas discutia questões annexas, *a latere*, corollarios que eram do ponto capital. Taes eram a fundação de colonias, a libertação de negros capturados e introduzidos fraudulentamente, e assim

por deante. A immigração era escassa, cerca de 12.000 pessôas nos vinte annos anteriores a 1840.

103. Iniciativa do senador Vergueiro. A parceria. — Por essa época, comtudo, no mesmo anno da maioridade de D. Pedro II, um passo decisivo foi dado para iniciar a éra do trabalho livre no Brasil. O senador Nicolau Vergueiro, o mesmo estadista que fôra o guia do país em 1831 nos dias da abdicação de D. Pedro I, tentou o primeiro ensaio de uma collaboração branca, de iniciativa privada, baseada na parceria.

Em sua fazenda de Ibicada, estabeleceu algumas dezenas de portuguezes com os quaes entrou em acôrdo contractual: viagem, installações, dinheiro para viver e custear sua lavoura, empréstimos até a primeira colheita productiva de lucro, tal era o encargo do fazendeiro; taes gastos tinham de ser reembolsados pelo colono, e tirados dos lucros deste, sendo minima a taxa de juros dos empréstimos consentidos. Deduzidos do valor bruto das colheitas todos esses onus, o liquido era dividido a meias entre o colono e o dono da terra; ao primeiro era licito ainda possuir algum gado e pequenas culturas de sua propriedade exclusiva. Aos poucos, melhoramentos insignificantes se fizeram em tal systema, mas, em conjunto, permaneceram inalteradas as suas linhas directoras. Tornou-se o typo normal de collaboração. Dentro em dez annos, sessenta mil immigrants adoptaram-no em S. Paulo, e o argumento mais eloquente de sua acceitação é que, quando os colonos se enriqueciam, e, a seu turno, mandavam chamar novos immigrants, para a lavrança de terras que haviam adquirido, adoptavam o mesmo modo de agir para com seus novos colaboradores.

O nome de Vergueiro, hoje em dia, está quasi esquecido, ingratição normal dos homens: recordá-lo é puro acto de reconhecimento e de justiça, pondo em plena luz quanto nossa terra lhe deve. Por duas vezes deu ao Brasil a rota historica e perduradora que devia seguir: em 1831, ao evitar que o Imperio se esphacelasse em republicuestas sem significação; em 1840, ao dar a

solução conveniente ao problema da mão de obra, que elle fundava no trabalho livre, contra a opinião corrente da compulsão servil.

O desenvolvimento agrícola trazia como consequencia normal os accrescimos nas importações africanas de escravos; para tal, concorria tambem o odio contra as provocações dos cruzadores ingleses. Não surgiam signaes de arrefecimento e de melhor entendimento reciproco entre os dois paises.

104. **O mecanismo do trafico.** — As autoridades consulares e diplomaticas da Grã-Bretanha tinham lançado, tanto na Africa como no Brasil, verdadeira rêde de observadores que informavam ao Foreign Office sobre tudo quanto occorresse em relação ao tráfico. Annualmente, taes dados se publicavam em relatorios especiaes, a *Slave-Trade*, que constituem fonte quasi unica de esclarecimentos sobre taes phenomenos sociaes e economicos.

Começava a vigilancia na costa da Africa, acompanhava os navios em viagem, e finalizava em nossa terra. Lidava com barcos, tripulações, carregamentos de escravos, mercadores, protectores, localidades ondê existiam os depositos e se dispensavam amparo e protecção ao nefando commercio.

Por outro lado, é de surprehender o progresso, a perfeição, revelados pelos negreiros. Malgrado a natureza negregada desse genero de actividade, não ha como obscurecer a admiravel organização que se ostentava.

Em inicio haviam caído fortemente as importações pelas exigencias do tratado de 1826; em 1833, porém, começaram a reagir, pois já se fizera conhecida a norma de desrespeitar as convenções diplomaticas, e os correlatos cruzeiros britannicos.

Os estaleiros espanhóes davam os navios mais velozes e eram os principaes abastecedores dos negreiros. Os mercados sitos no litoral africano diariamente aperfeiçoavam seus processos no que tocava á rapidez e á precisão. Outro manejo era a questão do pavilhão. Pelas convenções em vigor, era pouco seguro ostentar a bandeira brasileira; assim, até 1840, como regra, fluctuava nos

lenhos a de Portugal. Em 1837, haviam velejado do Rio 76 navios, e, desses, 71 se collocavam sob a protecção lusitana; no mesmo anno, ao mesmo porto haviam chegado 92 barcos, 89 dizendo-se portuguezes; em 1838 e 1839, todos arvoravam o pavilhão das quinas. Em 1840, houve mudança, e de 35 partidas, já 27 mostravam as côres brasileiras; em 1843, de 15 chegadas ao Rio, 6 tinham nos topes a bandeira norte-americana, 3 a portuguesa, 2 a brasileira, 1 a espanhola e 1 a hamburguesa. Tudo isso se fazia para difficultar a visita dos cruzadores.

Ao se aproximarem os negreiros da costa sul-americana, encontrava-se um vasto systema de avisos que se desenvolveu e aperfeiçoara para proteger a entrada segura e não perturbada nos portos e angras. Sob a apparencia de barcos de pesca, esquadrihas de botes, canôas, jangadas faziam-se ao mar, afastando-se por dezenas, ou mesmo centenas de milhas do litoral, afim de ir á procura dos *tumbeiros*, como os appellidavam na costa da Africa, e ministrar-lhes informes seguros sobre as vizinhanças dos pontos de desembarque, forças patrulhadoras, difficuldades da operação, exigencias dos mercados e assim por diante.

Em terra, signaes luminosos e fogueiras, á noite, e convenções visiveis, de dia, informavam aos navios do trafico. Era preferida a secção do litoral entre Cabo Frio e Santos; só por excepção se realizavam desembarques fóra de taes limites. Motivavam tal preferencia a proximidade e a enorme capacidade de absorpção dos mercados proximos do Brasil Central, assim como as facilidades peculiares concedidas pelos cumplices locais. Para evidenciar quão longe ia tal cumplicidade, pôde-se apontar o facto de que os negros eram desembarcados atrás da Alfandega do Rio, outros nas praias de Botafogo e de Copacabana, nos areas dominados pelos canhões dos fortes de São João e de Santa Cruz.

Taes manobras violadoras dos tratados eram cuidadosamente fiscalizadas pelos observadores britannicos, que aparelhavam a repressão. Disso se tem a prova na ascensão dos preços: escravos que valiam 200\$000 por cabeça, passaram aos poucos a ser vendidos por 800\$000; o seguro cresceu, e, de 15 %, subiu a 50 %.

Os rebanhos humanos importados desenvolveram-se, de alguns milhares, a 46.000 em 1838, quando entraram em vigor as novas instruções do Almirantado inglês ás esquadras de cruzadores, occasião em que a severidade das ordens fizeram baixar as entradas a menos de 10.000 cabeças, em 1841.

Entrementes, processava-se no Brasil uma funda mudança dos espiritos. Começava-se a considerar os negros como elemento perigoso, sempre ameaçador para seus donos. Antes tratá-los com mais humanidade, e assim prolongar sua sobrevivencia e intensificar a natalidade, do que insistir em acceitar da Africa multidões sempre renovadas, provenientes de tribus cada vez mais remotas e mais selvagens.

105. O trafico, principalmente interesse português. — Igualmente, na mentalidade brasileira, começou a delinear-se a noção de que estava sendo juguete da ganancia portugueza. Muito mais do que pelos fazendeiros, estava o trafico sendo intensificado pelos negociantes de carne humana; estes criavam incidentes e alvoroçavam paixões nacionalistas e envenenavam a eniôti-vidade do povo contra as attitudes arrogantes da Inglaterra. Em sua maioria, taes elementos eram portugueses. Embora antecipando um pouco, podemos dizer aqui que, em 1850, dos 38 ou 39 principaes vendedores de escravos existentes, no Rio, 19 eram portugueses, 12 brasileiros, 2 espanhóes, 2 francezes, 2 norte-americanos, 1 italiano e 1 inglês.

Esse commercio exigia capitaes de vulto, e a maior parte delles vinha de Portugal. Este país apoiava e protegia tal genero de actividade, a ponto de dar titulos e conceder condecorações ás principaes figuras que nelle intervinham, mesmo depois que Eusebio de Queiroz pôs em vigor a lei repressiva das entradas.

Do mesmo modo, e obedecendo ao mesmo sentimento, revelado em seus trabalhos legislativos, de romper todos os liames com a antiga metropole, despertou o Brasil ante a evidencia de que as importações de escravos acarretavam duas sortes de consequencias: os proventos iam aos filhos da antiga mãe-patria; os riscos,

os vexames e a vergonha ficavam sendo a parte dos collaboradores sul-americanos. Os principaes protectores e sustentaculos dessa actividade eram, por 1839, o consul portuguez no Rio, João Baptista Moreira, mancommunado com o governador de Angola, na Africa, o almirante Noronha.

Quando os brasileiros perceberam que estavam sendo manobrados por especuladores lusitanos, e que sua relutancia natural em pôr termo ás importações de captivos estava servindo de pretexto allegado por mercadores ultramarinos sem escrupulos, com o fito de mascararem seus proprios interesses desalmados, contramarcharam immediatamente. A senha era, por todo preço, libertar-se da ominosa solidariedade com a metropole colonial, e nesse rumo se orientava todo o esforço do Brasil. Assim se dera com as instituições politicas, as leis e a politica internacional. Assim seria tambem com o instituto servil.

O que as exigencias inglesas não haviam conseguido, o sentimento anti-metropolitano obteve. Em parte por esse motivo as importações de africanos baixaram, mas foi certamente grande o influxo da severidade na repressão dos cruzadores. Em seu aspecto geral, já estavam considerando os fazendeiros que as navegações negreiras tinham de cessar, como facto natural, mais cedo ou mais tarde. O receio de levantes dos escravos não deixava de influir tambem no animo da classe agricola, e um ambiente se estava formando no sentido de abolir as entradas das peças da Africa.

Por occasião de se proclamar a maioridade notou-se um arrefecimento nesse contrabando negro, a apontar para a cessação de tal commercio maldito. De facto, não se reergueu, como veremos, até que novos erros e novas violencias ordenadas pelo gabinete de Londres, puseram em polvorosa todo o Imperio contra os excessos desenvolvidos pelos cruzadores britannicos.

106. Actividade intellectual. — A idéa de subordinação a Portugal era insupportavel para o espirito publico. Na actividade litteraria, tanto quanto em outras provincias da vida nacional.

Desde o descobrimento do Brasil, mentalidade, observações, pensamento, objectivos, tudo apontava para o influxo e os pontos de vista da metropole. Sómente por 1730 na Bahia, e 1750 em Minas Geraes, esta a mais rica das capitánias, por sua producção de ouro e de diamantes, se encontram os primeiros symptomas de uma alma local. Surge a ufania de se ser brasileiro; apparecem scenarios regionaes; frutos e flores do país são descriptos; incidentes, ou mesmo factos importantes da historia colonial, formam a base de composições em prosa ou em verso. Nesse ultimo periodo, na chamada escola mineira, deparamos com pamphletos, poemas, satiras politicas, trabalhos nos quaes corre veia rica de sentimentos autonomos, aqui e alli vibrando de surda malquerença contra Portugal. Não bastante diferenciada, entretanto, para formar uma unidade separada, independente, na litteratura de lingua portuguesa. Eram classicos todos esses poetas e prosadores, cantando, entre tantos mais, alguns phenomenos brasileiros.

Em regra, os poetas portugueses tinham em pouca monta e escassa estima a producção colonial.

O anno de 1830 vale por um ponto de partida da phase nova em nossa vida intellectual.

Coincidindo com o surto da escola romantica na Europa, prosadores e poetas no Brasil deram inicio a um grande movimento mental: era o começo do periodo de autonomia litteraria, como o chamaram certos criticos e historiadores de nossas letras, periodo de reforma ou estagio romantico, na phrase de outros estudiosos.

Digno de nota é o facto de que, sob denominações differentes, todos os investigadores consonam em tomar 1830 como origem do periodo.

Sente-se o progresso em todos os generos de producção, do pamphleto politico, como a *Aurora Fluminense*, até as obras de ficção e as pesquisas historicas. De 1838 data a fundação do *Instituto Historico e Geographico Brasileiro*.

Deve ser tido como caracteristico o esforço de dar largas ao sentimento local, aos conceitos locaes, ás opiniões e aos pontos de

vista brasileiros. Ser português, ou inspirado por modelos portugueses, valia por uma má recommendação perante o commum dos leitores. O indianismo e o americanismo vieram á luz, tanto nos versos como nos romances.

Assim na politica, como nas leis, tambem na vida internacional, e na literatura, o motte foi — livres de Portugal —. E essa força moral libertadora deu origem a expressões novas de uma actividade autonoma, mental tanto como esthetica.

CAPÍTULO IX

Pacificação progressiva das lutas internas. Problemas platinos. Equilíbrio dos poderes. Caseros.

Innegavelmente a maioridade de D. Pedro II fôra um golpe de Estado.

Nessa medida politica, bem se pôde dizer, toda a nação havia collaborado. Promovido embora pelos liberaes, contra os conservadores, os mesmos adversarios concordavam no ponto essencial da questão: a necessidade da iniciativa; divergiam apenas no detalhe accessorio da data em que o acontecimento deveria ter lugar.

107 «Journée de dupes». — Em ambos os grupos, entretanto, reinava intensa desillusão: embora alguns conservadores, e entre elles chefes dos mais notaveis, houvessem cooperado no movimento politico, eram elles os derrotados, o seu partido fôra apeado do poder; os liberaes, vencedores do dia, viam a victoria monopolizada por dois elementos, apenas, de seu partido, valiosos por certo, mas que não representavam o grosso de suas tropas.

O Gabinete da Maioridade, como era chamado, entre seus seis membros contava dois pares de irmãos, os dois Andradas e os dois Cavalcantis, e por isso se apontava como uma oligarchia,

uma associação familiar. O quinto ministro, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, era um estadista capaz e um character seductor; suspeitava-se, entretanto, de intimidade demasiada com os conselheiros aulicos. O ultimo dos seis, que lhes sobreviveu por longos annos, Antonio Paulino Limpo de Abreu, era o unico de quem se dizia estar em seu lugar. A organização surgira dos acontecimentos, pois taes representantes da Nação haviam chefiado a mudança politica, inconstitucional embora.

108. **Antonio Carlos.** — Personalidade dominadora nesse conjunto, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva era eloquente, patriota, liberal, erudito, capaz e entusiasticamente brasileiro. Nas Côrtes portuguezas de Lisbôa, em 1822, fôra o leader da representação ultramarina. Cortejava a gloria mais do que a coherencia de idéas e de conducta; por esse motivo, a Assembléa Constituinte de 1823, por seu intermedio, mais mal fizera do que bem. Nessa occasião elle, e seus dois irmãos, José Bonifacio e Martim Francisco, apesar de seus eminentes serviços á Independencia, haviam sido exilados para a França.

Nenhuma noção possuia de administração; hesitava quando o dever era agir; sinceramente liberal em seus intuitos, inspirava-se comtudo nas vistas e nos interesses de seu partido. Em face da rebellião do Rio Grande do Sul, aspirava sem duvida debellá-la, mas seus sentimentos, perfeitamente louvaveis embora inopportunos naquelle momento, impunham-lhe a cessação do derramamento de sangue nessa luta que já durava cinco annos, e queria chegar a tal pacificação negociando acórdos. Iniciou sua tarefa de modo tão incapaz e saltitante, que conseguiu apenas enfraquecer a posição official do Imperio na provincia, e, consequencia natural, logrou sómente prolongar a revolta por mais cinco annos.

A região sulina estava sendo governada pelo general Soares de Andréa, um soldado firme e energico, que havia dado provas de si subjugando as revoltas e pacificando duas provincias: Pará e Santa Catharina. Era seu methodo combater com todas as suas

forças as insurreições, sempre disposto, entretanto, a prestar ouvido e dar seu concurso ás propostas reaes de submissão, não olvidando nunca de que se tratava de contenda entre irmãos do mesmo sangue.

O dever de Antonio Carlos devera ter sido dar ao delegado do Governo Imperial, no theatro da luta, todo amparo, apoio e collaboração. Ao invés disso, começou a receber cartas dos chefes rebeldes e a agir de acôrdo com esses, sem se preocupar com Andréa. Não era este, homem a ser desconsiderado e ficar calmo ante a descortesia. Resignou immediatamente seu cargo de confiança. As novas autoridades nomeadas não se revelaram á altura da missão. E, por essa forma, os representantes do Governo Central eram escarnecidos e objectos de mófa por parte dos insurrectos. Tal era sua incapacidade evidente, que se tornou claro que não mais se poderiam tolerar. A demissão dellas originou a quédá do gabinete, após a curta vida de oito meses. Piorrara e se enfraquecera ainda a posição do governo no Rio Grande, enquanto seus adversarios viam suas forças e seu prestigio se exalçarem pelas proprias faltas de seus oppoentes.

109. **Restauração da autoridade.** — Em todo caso, e máu grado tudo, o inicio do reinado pessoal de D. Pedro II, embora fosse apenas um rapaz de quinze anos, puséra fim á instabilidade inherente á fraqueza dos governos provisórios das Regencias. Na Bahia, cessaram os tumultos em 1838; os do Pará já eram coisa do passado, desde 1837; Santa Catharina fôra pacificada em 1840. Vinha agora a vez do Maranhão, onde finalmente se restaurara a tranquillidade em 1841, a esforços do coronel Luis Alves de Lima e Silva, que, por taes serviços relevantes, recebeu o titulo de barão de Caxias, o primeiro de sua longa lista de distincções nobiliarchicas, coroada pela promoção a duque de Caxias após a guerra do Paraguay, de que saíra victorioso. Em todos esses movimentos sediciosos, era sem valia, a bem dizer, a tendencia separatista, pois sempre proclamavam os facciosos que sua separação terminaria e que voltaria ao gremio da Patria com-

mum, logo que o imperador fosse maior e iniciasse seu governo pessoal.

O unico, realmente sério, conflicto desintegrador era o do Rio Grande do Sul. Aí, mesmo, com excepções rarissimas, todas as noticias e informes apontavam para a reunião ao Imperio, mediante certas condições relativas á economia local.

110. A amnistia de 1840. — Aí se acha a explicação do facto de conceder o Gabinete da Maioridade, a 22 de agosto de 1840, amnistia aos rebeldes que deliberassem depôr as armas e entregar-se á autoridade legal antes de uma data prefixada. Pela situação hesitante do governo no Sul, o effeito da medida foi quasi nullo, e, praticamente, não diminuiu o numero de insurgentes.

A fallencia do Gabinete em solver o problema da guerra civil, as largas divergencias de idéas e de rumos entre os ministros chegaram a culminar no dissentimento sobre se se devia conservar ou se demittir os representantes militares do Imperio no Rio Grande. Parece, entretanto, que esse foi mais um pretexto, do que a causa real da demissão do ministerio. Tanto mais, quanto, dos seis ministros, o unico que não deixou sua pasta, Aureliano era precisamente o unico membro conservador do Governo da Maioridade e o unico a manter constante contacto com o joven imperador e seus conselheiros conservadores.

Deve-se levar muito em consideração que, após as emendas quasi republicanas do Acto Addicional de 1834, e a incuravel paralysis daí decorrente no funcionamento das leis constitucionaes, a tendencia corrente na opinião publica era para se pôr um paradeiro á precipitação da politica e da administração em rumo de um estado de coisas que tornava o Brasil ingovernavel. Tal reacção, opportunissima, achou sua traducção na Lei Interpretativa de 1840, mas desde 1837 havia começado a influir nos trabalhos da Assembléa. Ainda por se achar a medida insufficiente, foi

que a Maioridade se deliberou e levou a effeito, apesar de sua manifesta inconstitucionalidade.

Movidos por conveniencia de partido, os liberaes haviam assumido a direcção do movimento, mas, de facto, elles se achavam agora em situação esquerda. Viam-se forçados, elles, liberaes, a se oppôr á corrente de conservatismo á qual deviam sua ascensão ao poder; corrente formada em quasi todos os elementos da alma popular e do criterio dos estadistas; aspiração que estava a exigir novas e mais estringentes reformas na administração e na justiça.

No circulo dos conselheiros mais intimos do Imperador, essa era a tendencia dominante. Por tactica partidaria, haviam os liberaes ganho a campanha na corrida de obstaculos da maioridade: haviam destarte provado sua energia e a habilidade de seu commando. Não se podia, comtudo, deduzir daí uma adhesão do país todo ao programma liberal em seu conjunto. Soprava o vento de outro quartel do horizonte politico: o reforçar a autoridade, por demais enfraquecida pelas experiencias liberaes desde os dias da Abdicação.

111. Demissão do gabinete maiorista. — Aí se encontra a causa real, profunda, da demissão do gabinete majoritario, em 23 de março de 1841, pois o Parlamento, que representava o país, era puramente conservador. E a demonstração foi dada, pelo voto de duas leis importantissimas, tidas por indispensaveis para pôr um dique ás tentativas de excessiva audacia, e para punir violações da lei: tal a origem das resoluções de 23 de novembro criando o Conselho de Estado, e da de 3 de dezembro de 1841 emendando o Codigo do Processo.

Após taes acontecimentos, foram os liberaes postos fóra dos conselhos de governo. Nova crise, porém, ia-se avizinhando. 1841 era o ultimo anno da quarta legislatura; o Gabinete da Maioridade sabia quanto sua posição era precaria, e havia tomado providencias para preparar as eleições de modo a que fossem bem representados os liberaes na Camara vindoura. Havia sido esta uma das accusações mais ardentes movidas contra Antonio Carlos e seus amigos.

As manobras eleitoraes excederam todas as expectativas, e as eleições revelaram violencias e desrespeitos á lei e á moral, que ultrapassaram todos os exemplos passados. Talvez, nas reclamações e na grita, houvesse alguma demasia de candidatos derrotados: partiam de opposicionistas. Mas o novo gabinete apontou para provas e exemplos das fraudes. Provavelmente, muita coisa era verdadeira.

A 1.º de janeiro de 1842, foi dissolvida a Camara dos Deputados de modo legal, ainda no decurso das sessões preparatorias. Os liberaes, já furiosos com as leis de 1841, perderam a calma com a dissolução: organizaram revoluções armadas, sob a chefia de seus maioraes. Em S. Paulo, Feijó e Vergueiro eram os guias dos sediciosos.

112. **Missão do barão de Caxias.** — Recebeu ordens o barão de Caxias para restaurar a ordem e a lei nas provincias revoltadas. Em junho de 1842, foi esmagada a revolta de São Paulo. Em agosto, a de Minas foi vencida. Firmou-se o respeito á autoridade e á Constituição. Os responsaveis pelos movimentos revolucionarios foram presos, julgados e condemnados. Reinava agora a paz no Imperio, com a excepção unica do Rio Grande do Sul. O Governo Imperial e o Imperador, prestigiados e cercados do respeito publico, estavam em condições de iniciar um reinado de tranquillidade e progresso.

Rio Grande tornava-se agora o unico ponto negro do horizonte politico. No theatro internacional, a perspectiva do problema só podia piorar á medida que corria o tempo.

113. **Victoria de Rozas na politica platina.** — Achava-se Rozas a braços com a coaligão em que figuravam Rivera, os unitarios argentinos e, através Rivera, os rebeldes rio-grandenses. Oribe, eleito presidente do Uruguay por influencia de D. Fructuoso tornara-se inimigo de seu grande eleitor, e appareirara-se com D. Juan Manuel, do qual se fez general em um dos exercitos federaes, depois de ter abandonado Montevidéo e a presiden-

cia, em outubro de 1838, cedendo á força das armas do partido *colorado*, nome dado aos partidarios de Rivera. Em 1840, fôra vencida a hostilidade franceza contra Buenos Aires, com escassa fama e brilho nullo para a esquadra de bloqueio europeá. Immensamente, crescerá o renome do vencedor, tanto na America como na propria Europa. Era fortissima sua posição, tanto politicamente, pois symbolizava a causa da liberdade e da Independencia, como moralmente, pois combatia contra invasores unidos a argentinos subsidiados pelo ouro francês, e apoiados em suas armas e forças.

Pertencem taes glorias á historia de Buenos Aires, e por isso não lhe mencionamos detalhes. Diremos apenas que daí resultaram o destroçar da invasão commandada pelo general Lavalle, a morte desse heroico chefe e o desbarato das insurreições locais e dos tumultos provinciaes fomentados pela Commissão Unitaria Argentina de Montevidéo.

Os inimigos do ditador de Buenos Aires eram agora Rivera, os restos debandados dos refugiados unitarios do Uruguay, forças de Corrientes adversas a Rozas, e, sempre através Rivera, os insurgentes do Rio Grande, embora estes não tomassem parte activa na invasão da Argentina. Desde 1838, existiam acôrdos entre D. Fructuoso e os republicanos do Rio Grande, a principio em reserva, depois transformados em tratados solennes. No Brasil, á excepção dos farrapos hostis ao Imperio, a opinião publica favorecia geralmente o dominador da Argentina, pela sua nobre e altamente inspirada resistencia ás exigencias francesas.

Vencida a Coalição das Provincias do Norte, dissolvidas suas forças, chegara o tempo de supprimir os disturbios do litoral, e a essa tarefa dedicou D. Manuel Oribe seus talentos e esforços, general que era agora do exercito de vanguarda da Confederação. Rivera, apesar de sua relutancia em enfraquecer suas tropas, não podia, como alliado que era das Provincias de Corrientes, Santa Fé e Entre Rios, deixar ao abandono as forças destas circumscripções e teria de lhes ir em auxilio, desde que fossem ameaçadas.

114. **Derrota de D. Fructuoso Rivera.** — Deu-se o choque a 6 de dezembro de 1842, em Arroyo Grande. Foi decisivo o encontro. Quasi 8.000 homens por parte de Rivera, e outros tantos aproximadamente, pela de Oribe. Este ultimo destrough a columna de seu adversario, e D. Fructuoso mal escapou á morte, a cascos de bagual, fugindo de volta para o Uruguay, para salvar a propria vida.

Ruam por terra os planos grandiosos de Rivera, para construir um Uruguay-Maior. Nunca mais os combates renascentes tiveram por teatro o sólo argentino, até a campanha de 1851-52, que findou em Caseros. Agora, era o Uruguay quem tinha de supportar o peso das batalhas.

Para os federaes argentinos, a situação ostentava-se cheia de difficuldades, quer financeiras quer moraes. O Comité Unitario de Montevidéo estava fazendo temivel campanha de propaganda contra seus adversarios, campanha na qual a verdade era misturada com calumnias, afim de dar o mundo civilizado a impressão de que Buenos Aires era o reino do terror, inteiramente dominado pelo assassinio, vinganças, pilhagem e crueldades, tudo em ordem a só obedecer a palavras officiaes proferidas pelo Rozas, através de uma associação de bandidos, a *Sociedad Popular Restauradora*, vulgarmente denominada a *mazorca*.

115. **Campanha exaggerada contra Rozas.** — A campanha de pamphletos, artigos de jornaes, de revistas, de livros abrangeu a America e a Europa, e conseguiu collocar a Argentina, suas autoridades e, principalmente, o seu Ditador sob o aspecto de terra de monstros, inauditos até então. Contra isto protestavam os ministros diplomaticos, tanto europeus como americanos, mostrando a mentira das accusações e apontando para os numerosos compatriotas seus que alli viviam e prosperavam, na paz e no progresso. Estaticas eram publicadas, provando a riqueza do país, rumo crescente. Documentos eram divulgados, evidenciando que, nos numeros das terrificas hecatombes que se diziam provenientes das listas de proscripção rozistas, figuravam

as baixas dos combates entre as parcialidades contendoras, e, essas mesmas, muito augmentadas; que innumeradas personalidades, apontadas como assassinadas, estavam perfeitamente vivas e em absoluta saúde e tranquillidade. Nada valia para desfazer a calúnia, e, até hoje, Rozas é tido como o mais vil dos degoladores.

A Sociedade Restauradora contava em seu seio cidadãos proeminentes da capital; é possível e natural que, inclusive alguns facinoras e fanaticos partidarios; em momentos de exaltação publica e de inexpiavel exacerbação de paixões, ha sempre uma turba de criminosos e de malfeteiros que emerge dos *bas-fonds* da sociedade, promptos aos piores excessos, sem que para tal necessitem incitação, ordens ou instrucções dos chefes autorizados dos movimentos politicos ou de vultos de nota.

A honra da Historia exige sejam revistos taes juizos diffamadores. Sem duvida, o periodo era de crueldades e de ausencia de piedade; mas occorriam taes crimes em ambos os grupos partidarios, e, quanto a Rozas, parece ter sido um dos corações menos callejados na pratica de taes horrores, dos mais propensos a evitar o soffrimento humano. A' base das accusações e dos boatos exaggerados, se encontra o odio de partido, o *ôte-toi de là que je m'y mette*, o invejoso rancor de inimigos de espirito mesquinho, incapazes de fazer o que elle realizou.

Certamente, não era elle um chefe blandicioso ou de mãos leves; possuia um genio voluntarioso, um caracter incapaz de se dobrar, cruel como eram todos seus semelhantes naquella época na Argentina. Mas era tambem um estadista, um homem de ideias e de execução, qualidades que se não topariam tão frequentemente quanto fôra para desejar.

Os principaes autores da formação desse ambiente de exaggero e de calúnia eram os membros da *Comisión Argentina* unitaria de Montevidéo. Entre elles se achavam homens do mais alto valor pela cultura, talentos e coragem. Cegava-os, porém, a paixão partidaria. Foi possível provar que traíram sua patria, appellando para a invasão estrangeira e o ouro francês para vencer sua propria terra natal, com o unico intuito de dar pasto a

seus alvos egoistas de soldados de um grupo politico. Rozas, entretanto, defendia a liberdade e a Independencia e o respeito proprio da Confederação.

116. Nova tentativa mediadora anglo-francesa. — Assim como haviam procedido por occasião do bloqueio francês, tão humilhanamente coroado pelo pedido de desculpas da esquadra francesa e a salva de satisfacções ao pavilhão argentino, em 1840, assim agora tocaram outra nota: uma mediação anglo-francesa para pôr um termo aos tumultos platinos.

Fôra tentada, em 1841, pelo ministro inglês em Buenos Aires, encontrando a repulsa de Rozas. Em 1842, renovou-se a tentativa por iniciativa conjunta da Inglaterra e da França; tendo sido novamente repellida a proposta, o Ditador annexou á sua resposta uma longa exposição dos motivos que desaconselhavam tal medida: a impossibilidade de chegar a acôrdo com Rivera. Veio então a réplica ameaçadora: os mediadores por iniciativa propria poderiam recorrer a outros meios para forçar a navegação pacifica dos rios. Tal aviso, premunitorio de violencias, fôra communicado em novembro de 1842. Em dezembro, Rivera foi absoluta e irremediavelmente destroçado em Arroyo Grande.

O novo aspecto do problema, com a perspectiva de se transformar a mediação em uma possivel belligerancia dos principaes poderes da Europa, trouxe a Rozas grande ansiedade. Apesar de sua desconsideração e de sua inimizade pelo Imperio, encarregou seu plenipotenciario no Rio, o general Tomás Guido, da missão de negociar um tratado offensivo e defensivo com o Brasil. O Gabinete Imperial estava disposto a entrar nesse pacto. Caxias, no Rio Grande, aconselhava chegar a termos com um dos belligerantes platinos, de preferencia Rozas, pois Rivera não merecia confiança e havia recentemente celebrado com os rebeldes rio-grandenses um tratado de alliança.

117. Desconsideração de Rozas ao Imperio. — Após um par de meses, fez-se o acôrdo assignado pelos plenipotenciarios e ratificado pelo Imperador, em março de 1843. Por essa

ocasião, conhecia Buenos Aires que Rivera havia sido derrotado em Arroyo Grande, e sabia que a intervenção franco-inglesa não parecia ameaçadora. O Ditador, indiferente ao facto do que offendia gratuitamente o governo brasileiro, recusou ratificar a Convenção do Rio, por parte da Confederação. O motivo, ou pretexto, allegado, era que o acto diplomatico não mencionava os poderes presidenciaes de Oribe, considerados legaes por D. Juan Manuel.

Em realidade, obedecia a dois dos tres sentimentos dominantes, ou antes preconceitos, causadores dos piores revêzes da diplomacia argentina por aquelles tempos. Rozas aspirava a reconstituir o antigo vice-reino de Buenos Aires, e isso significava reanexar o Paraguay e o Uruguay; motivo esse que o levava sempre a ter um ponto de apoio e de intervenção na antiga Banda-Oriental, sempre que estivesse em posição de poder influir aí.

Intensamente pessoal, odiava a Rivera como a um elemento indigno de confiança, a principio, e, mais tarde, por essa razão e mais por seus planos de criar um Uruguay-Maior, pela secessão de Entre-Rios e de Corrientes da Confederação. Por taes factos, protegia e fazia causa commum com Oribe, a quem podia dominar.

Forçou este ultimo a recuar de sua renuncia á presidencia do Uruguay, e, assim, criou o pretexto preciso para argumentar que este, e não Rivera, era a autoridade legitima da pequena Republica: dando, com tal pretensão indefensavel, lugar a que Oribe com tropas argentinas e recursos deste país, pudesse invadir a margem oriental do Corriente e assediar Montevidéo. Nenhuma confiança nem sympathia tinha pelo Imperio, que elle accusava de tendencias conquistadoras em ambas as margens do Prata.

Se posto em vigor, o tratado teria consolidado a independencia do Uruguay, e posto de lado tanto Rivera como Oribe; esta Republica não mais poderia ser reanexada pela Argentina, e o principal factor de tal mudança seria o Brasil, cujo prestigio cresceria, muito além dos desejos e dos receios do Ditador.

118. Rejeição do tratado celebrado com o Brasil. — Foi um grande erro commettido pelo governo argentino. Nada queria o Imperio, senão ver sossegada uma permanente fonte de disturbios e de conflictos em um ponto sensivel da fronteira. A prova disso foi dada pelo tratado da Triplice Alliança de 1851, contra Rozas, e pela convenção particular entre Brasil e Uruguay, sempre segundo a mesma orientação.

Em 1843, o Brasil admirava Rozas e acreditava que elle merecia confiança. Após a rejeição do tratado, além da offensa não provocada feita a nosso país, tornara-se publico o malquerer de nosso vizinho contra nós. Era, pois, méra prudencia natural a consequencia: o Imperio, neutro no conflicto vigente, devia guardar-se e ter cuidado em não ficar envolvido nas complicações previsiveis.

A ambas essas preocupações obedecia o enviar duas missões especiaes ao estrangeiro: uma, em 1843, a Montevidéo, confiada ao deputado Cansansão de Sinimbú, como observador qualificado dos acontecimentos; outra, em 1844, á Europa, na qual o visconde de Abrantes teria de estudar uma intervenção conjunta do Brasil, da Inglaterra e da França, para pacificar o Uruguay. Opportunamente, examinaremos ambas.

Se o tratado tivesse sido ratificado pelo Ditador argentino, provavelmente a ordem teria sido restabelecida dentro em pouco tempo, evitando os attritos que levaram á guerra em 1852. Contam historiadores platinos que, nos ultimos annos de seu poder, Rozas se convenceu disso e se arrependeu do erro. Era tarde, entretanto.

A derrota de Rivera em Arroyo-Grande esphacelara o exercito uruguayo, e Oribe, em fevereiro, seguido do general Urquiza, em julho, conduziu sua força invasora com cerca de 17.000 homens contra Montevidéo, cujo grande assedio se iniciou a 16 de fevereiro de 1843.

Após a reorganização de seus elementos armados, incluindo recrutas bisonhos e a milicia, podia a Banda-Oriental pôr em linha 6.000 soldados aproximadamente na capital sitiada, e pouco mais ou menos a mesma massa na campanha, sob o commando de Ri-

vera. Em Montevidéo, estava o poder em mão de Joaquín Suarez, presidente do Senado.

119. Repercussão na luta contra os Farrapos. — Para Caxias, no Rio Grande do Sul, todos esses acontecimentos antes contribuíam em favor da pacificação da Província, pois representavam o enfraquecimento dos aliados dos rebeldes.

Quando chegou a Porto Alegre, assumiu o exercício de suas funções ambas, a presidência da Província e o commando das armas. Em poder dos revoltosos se achava, a bem dizer, um terço do territorio dessa circumscripção; a cavallaria revoltosa enviava suas partidas por toda parte: occupavam Caçapava, Piratiny, Alegrete e mais algumas pequenas cidades do interior. Dois terços acatavam a autoridade do Imperio, aí incluído o litoral.

A modalidade da campanha era a luta das cavallarias, e, nisso, os insurrectos tinham a melhor, pois dispunham de tantos cavallos quantos quisessem e agiam na região onde predominava este genero de criação. Quanto a abastecimentos, seus aliados uruguayos, Rivera e seus companheiros, forneciam-lhes munições, viveres e mesmo tropas de equinos, quando estes se tornavam precisos. Em compensação, do Rio Grande iam voluntarios brasileiros servir mesmo fóra das fronteiras, e artilharia era fornecida ás forças de Rivera. Além disso, os tratados existentes entre esses aliados vedavam qualquer auxilio dado ao Imperio pelo caudilho uruguayo. O essencial para os republicanos riograndenses era a mobilidade de sua cavallaria; contavam cerca de 6.000 homens, e poderiam sempre dispôr de 20.000 cavallos.

O novo commandante em chefe chegava em momento critico da campanha: assumido seu cargo a 9 de novembro de 1842, menos de um mês depois o desastre de Arroyo Grande havia arruinado, pelo menos temporariamente, os elementos de Rivera. A invasão do Uruguay pelo exercito de Oribe podia ser um ensejo de cortar os reabastecimentos feitos aos farrapos por seu collaborador Rivera, que era inimigo do general uruguayo a serviço de Rozas. Uma grande difficuldade, entretanto, deveria ser préviamente arredada: a politica internacional do Brasil era inva-

riavel, e levava a apoiar e auxiliar os governos legaes, e, para nós, o governo legal do Uruguay era Rivera, os seus representantes na Banda-Oriental. Com Oribe, portanto, era impossivel entendermo-nos, desde que se mantivesse no presupposto de poder uruguayo. Mas Oribe agia como general argentino, obedecendo ao Ditador da Confederação, e com este, sim, reconhecido pelo governo do Rio legitimo detentor da autoridade no Prata, era normal e logico entrarmos em negociações.

Esta rota foi a que Caxias recommendou ao gabinete imperial; este, aliás, pensava do mesmo modo, e ordenou aos nossos diplomatas agirem nesse mesmo rumo. Era, por outro lado, servir a Rozas e a Oribe, pois do Rio Grande, em virtude dos acôrdos existentes, iam soldados e canhões fortalecer Rivera. Assim por essa conjuncção de interesses, após curto prazo, se inverteram as posições: Corrientes, sob o governo de D. Joaquín Madariaga, e em obediencia a ordens de Buenos Aires, passou a vender cavallhada para as tropas imperiaes, a desarmar rebeldes que se refugiassem á margem direita do Rio da Prata ou do Uruguay, fugindo á perseguição das forças legaes ou invadindo o territorio argentino.

No Uruguay, a principio, foi a tarefa mais difficil, pois D. Fructuoso conservava sua posição e mantinha o territorio occupado por elle contra os *blancos*, partidarios de Oribe. Mas em julho de 1843, Urquiza atravessou os rios e invadiu a antiga Cisplatina, a juntar-se ao exercito de Oribe; Rivera viu-se forçado a retirar ante a predominancia das columnas de seu adversario, até que em março de 1845 foi destroçado em India-Muerta, e obrigado a fugir para o Rio Grande.

Durante os annos de 1843 e de 1844, a maior parte da pequena Republica estando sob o dominio effectivo de Oribe e de Urquiza, Caxias viu-se em condições de remontar sua cavallaria.

120. Plano de Caxias. — Desde o primeiro instante de seu commando, o barão havia formado seu plano: agir com energia, mas tendo sempre em vista a pacificação real da provincia; estancar todas as fontes de abastecimento dos revoltosos, sitas nas

republicas platinas e favoráveis aos insurgentes riograndenses; tirar o máximo desses recursos em favor das tropas leaes; comprar sua remonta nos territorios fronteiros da Confederação. Esses dois pontos capitaes de seu plano, elle os conseguiu realizar por meio de entendimentos officiaes entre Rio e Buenos Aires, e ordens dadas a Oribe pelo Ditador.

Destarte, combateu a revolução com as proprias armas desta, força montada, abundancia de cavallos, perseguição sem trégua que não permittisse o ajuntamento de columnas numerosas. A isto elle proprio accrescentava seu valor pessoal, um commando mais esclarecido e previdente, capacidade technica maior, senso mais agudo da tactica e da estrategia, prestigio inegualavel. Finalmente, os republicanos não possuíam infantaria digna de menção, e sua artilharia era somenos e mal servida, incapaz de conquistar exitos perduradouros ou de manter triumphos transitorios. Em ambos os casos, Caxias tinha a superioridade e della estava consciente. Também, sabia usar de taes vantagens.

Bento Manuel, o unico general do Imperio que havia constantemente batido os rebeldes até que adherisse á revolta, por despique, em 1837, estava arrependido de sua deserção; havia publicamente manifestado sua nova orientação, pedido amnistia e retomado serviço nas fileiras leaes. Cooperava efficazmente com o general em chefe. Tanto se impôs por seus esforços e justificou a confiança novamente posta nelle, que fôra posto á frente da columna mais importante do exercito de Caxias, quasi contando o dobro da que o proprio barão commandava.

Dilacerados por dissensões internas, os republicanos encontravam-se em posição desesperadora; não podiam mais resistir; escasseavam-lhes o entusiasmo e a energia dos primeiros annos da guerra civil.

Em 1843, perderam a posse permanente das cidades e das povoações que dantes haviam occupado e viram-se forçados a peregrinar pelas coxilhas com um ou outro pouso, quasi sempre pontilhados por combates em que não tinham a melhor, por via de regra. Escasseavam os viveres e outros abastecimentos, cerca-

dos que eram pelas columnas de Caxias; a fé em sua causa gradualmente desaparecia e se extinguia.

Em 1844, sentiram-se definitivamente vencidos por uma direcção da campanha tão activa, perseguidora e incessante. Caxias não lhes dava tréguas, nem descanço. Incapazes de fazerem frente para resistir, não logravam reunir-se, e apenas conseguiam vaguear pelas campinas, em grupos de 30 e 40 cavalleiros com as lanças imperiaes a ameaçarem-lhes as costas.

121. **Pacificação do Rio Grande do Sul.** — Desalentados por completo, começaram a solicitar a amnistia, sem grande sinceridade a principio, mas de modo cada vez mais insistente e cordial á medida que as provas de sua derrota se ostentavam e se multiplicavam, por forma indiscutivel.

Novo sentimento estava fazendo caminho em suas almas: os successos platinos prenunciavam graves desentendimentos e choques de interesses entre o Brasil e a Argentina. Mais uma vez, na phrase inglesa, se provava que o sangue é mais espesso do que a agua: apesar de quanto se dissera e publicara contra o Imperio durante a revolução, ainda assim era a Patria commum, a ser aggreddida ou ameaçada pelo estrangeiro.

Finalmente, elles pronunciaram a palavra definitiva sobre esse conflicto sentimental, quando a 28 de fevereiro — 1.º de março de 1845 se assignou a paz e se reintegrou o Rio Grande na unidade majestosa do Brasil.

122. **Prenuncios de lutas no Prata.** — De facto, dias sombrios e de luto estavam em reserva para o Imperio, e prenuncios das difficuldades porvindouras accumulavam-se ante os guias do país.

O trafico, como veremos, estava causando fundo alarme, e um estado extremamente tenso de relações havia surgido para com a Grã-Bretanha. Pendiam sobre o país graves preoccupações. Os levantes liberaes de S. Paulo e de Minas Geraes, embora esmagados, tinham deixado germes de revolta; o partido liberal era tido como uma força insurgente em potencia. Os proprios

rebeldes do Sul só haviam capitulado após consulta feita a seus correligionários do Rio, delles tendo ouvido que só lhes restava um caminho a seguir: abandonar a resistencia e submeter-se. As dobras do porvir ainda escondiam as possibilidades da revolta de Pernambuco, em 1848.

O mais grave dos receios, comtudo, eram as nuvens escuras que pairavam sobre o estuario do Prata.

Tanto em Buenos Aires como em Montevidéo, residiam agentes diplomaticos brasileiros, que informavam o governo sobre o que occorria nessas regiões. Mas mudavam rapidamente as condições do meio. As exigencias anglo-francesas a ambas as republicas platinas iam-se tornando cada vez mais asperas, complicadas e ameaçadoras. A paz não podia ser problema indifferente ao Imperio vizinho.

O tratado de 1843, promovido pelo governo argentino e que Rozas recusara, pela negação do dever moral de o ratificar, tratado redigido por plenipotenciarios e acceto pelo imperador, fôra um raio de luz. Rozas queria offender D. Pedro II com tal gesto de insulto; valia semelhante attitude como revelação de sua hostilidade ao Brasil e ao Imperio. Qualquer centelha no Rio da Prata podia pôr fogo á mina já carregada e provocar uma explosão generalizada.

123. Missão Sinimbú. — Cansansão de Sinimbú foi enviado em missão especial, em meados de 1843, para observar os acontecimentos e preparar as medidas preventivas de um ataque inopinado que poderia sacrificar a grande monarchia oriental.

Sua missão nada tinha de facil. A politica do Brasil não variara de sua norma tradicional: não intervir em negocios internos alheios ao Imperio; na Argentina, mantinha relações com Rozas; em Montevidéo, fazia o mesmo após a renuncia legal de Oribe ao cargo de presidente da Republica. Agora, Rozas, pelos motivos já citados, déra origem ao novo dissidio, fazendo de Oribe a victima de uma renuncia forçada, não voluntaria, e a pedido deste; em attitude pouco defensavel, pretendia ser dever

seu dar tropas e recursos a esse ultimo, para o reinstallar no poder.

Nem sombra de argumento legal poderia ser allegado para justificar tal pretensão. Haviam decorrido mais de cinco annos desde sua retirada de Montevideo; eleições já tinham sido processadas e todos as reconheciam por validas; todas as nações mantinham relações com as novas autoridades, excepção feita da Confederação. Assim procediam a Inglaterra, a França e o Brasil.

Os factos occorrentes, entretanto, apresentavam feição especial: enquanto no Uruguay o Imperio, com absoluta correcção, reconhecia a situação vigente e legal das coisas, Rivera, ás occultas, protegia e auxiliava os rebeldes do Rio Grande. Para os combater e vencer, Caxias pediu e o Gabinete do Rio obteve a neutralidade de Rozas. Oribe, pela obediencia ás ordens de Buenos Aires, general e agente que era da Argentina, muito mais do que patriota uruguayo e politico nessa Republica, candidato á sua presidencia, Oribe auxiliou as forças imperiaes por sua neutralidade e pela permissão concedida então para serem vendidos ás forças de Caxias generos e cavallo. Na capital assediada, portanto, a posição brasileira era altamente espinhosa: officialmente, tinha por dever reconhecer e amparar as autoridades constituidas; por outro lado, grato a seus adversarios, as tropas sitiadas de Rozas e de Oribe, tinha de reconhecer que a correcta attitude destas contribuia para a extincção da tumultuaria vida interna do Rio Grande.

O desejo real do Imperio, como provam todos os documentos, mesmo os mais confidenciaes, dos archivos nossos, era garantir de facto a Independencia do Uruguay, conforme a obrigação imposta pelo tratado de 1828, e ver essa Republica pacificada, sob um governo acceto pela massa geral da população, em vez de a ver dilacerada e desgraçada pelos horrores da guerra civil. Tanto mais, quanto no Rio Grande os conflictos fronteiriços tinham repercussão enorme, e significavam manter-se ao longo do linde um estado permanente de inquietação, de incursões devastadoras, de roubos de gado e de colheitas, e desrespeito á vida humana.

Mas, em consequência do conflicto dos ideaes politicos, era isso uma opposição á méta inspiradora de Rozas: reannexar o Uruguay e, mais tarde, o Paraguay, á Confederação, para se reconstituir o vice-reino do Prata.

Não tencionava Oribe destruir a capital, visando elle sómente reduzi-la pela fome. Absteve-se de a bombardear, e deu igual ordem á esquadra argentina. O commodore Purvis, que comandava a esquadra inglesa, não consentiu que se combatesse nas aguas da cidade, e foi apoiado nessa resolução pelos ministros da Inglaterra e da França, pois, diziam elles, Montevidéo não estava fortificada e era uma cidade aberta.

Rozas não accetou tal ponto de vista, e a 1.º de abril bloqueou officialmente o porto. Estava no seu direito como belligerante, e, finalmente, depois de discussões sem grande fundo, tanto o governo inglês como o francês enviaram ordens a suas estações navaes para reconhecerem as operações de guerra.

Tal era a situação, quando Cansansão de Sinimbu chegou a seu posto. Iniciou suas funcções commettendo um erro, ao declarar que não reconheceria o bloqueio. Logo que no Rio foi conhecida a *gaffe*, enviaram instrucções para a corrigir, ordenando o respeito á acção legal do governo argentino; mas o erro de officio inicial do diplomata brasileiro já tinha produzido seus effeitos piorando as relações, já tensas, entre os dois paises: o nosso ministro em Buenos Aires recebera seus passaportes de Rozas, após uma troca de palavras exaltadas. Cresceu a má vontade entre o Imperio e a Confederação.

Na realidade, o bloqueio pouco mal fazia a Montevidéo. Não possuia Rozas os elementos technicos necessarios para o tornar effectivo. As forças navaes estrangeiras não permittiam golpes decisivos. Davam-se em terra as principaes operações, e ainda aí, tudo conspirava para reduzir ao minimo suas consequencias em todos os sentidos: Oribe, uruguayo, evitava destruir vidas humanas e as propriedades; a diplomacia européa, por seus representantes locais, tornava difficeis as hostilidades.

124. **Missão Abrantes na Europa. Seu mallogro.** — O Governo Imperial previa longo periodo de luta, sem alcance quanto ao problema essencial da paz, e estava ansioso pela restauração do sossego e da normalidade na bacia do Prata. Assim impunham seus proprios interesses, pois as perdas commerciaes produzidas pela guerra eram sensiveis; era evidente, ademais, que a Europa soffria graves prejuizos com tal situação; finalmente, signatario do tratado de 1828, era dever seu promover a cessação desses ponderosos obices ao desenvolvimento do país, sériamente ameaçado em sua Independencia por taes tumultos.

Taes foram os moveis determinantes da missão do visconde de Abrantes á Europa, em julho de 1844, missão que o levou a Londres e Paris, desde meados de outubro até meados de fevereiro do anno seguinte. Dos papeis confidenciaes do Archivo do Ministerio das Relações Exteriores do Brasil consta, e pôde ser tido como definitivamente indiscutivel, que suas instrucções versavam sobre consultar os dois governos *leaders* das nações europeas interessadas nos problemas do Rio da Prata, no tocante ás seguintes bases: 1.º, garantir a Independencia do Uruguay; 2.º, a Independencia do Paraguay; 3.º, adoptar medidas tendentes a pôr fim á guerra entre as duas Republicas de Buenos Aires e do Uruguay.

De tal iniciativa resultou que ambos os governos adheriram firmemente aos intuitos do Brasil quanto á necessidade de manter e garantir a Independencia das duas nações mencionadas; por todos, Rozas era tido como merecedor de encomios por sua administração na Argentina; sua ausencia da direcção da Confederação seria considerada como abrindo nova éra de disturbios e de cáos nesse país. A Grã-Bretanha e a França contendiam pela primazia no commercio platino, bem como pela preponderancia de suas respectivas influencias, e nenhuma dellas confiava na outra. Inclinavam-se, entretanto, se uma intervenção conjunta se decidisse, por fazer de Montevidéo um porto franco a todas as navegações, e, como consequencia, firmar o livre uso dos rios do estuario; pela fixação dos limites do Brasil afim de conter Rozas em Buenos Aires, se elle se rendesse á razão sem luta, ou por fazer de Corrientes e de Entre-Rios um novo Estado independente, se

Rozas se mostrasse combativo e fosse vencido. Para com o Brasil, suas disposições eram favoráveis, em seu conjunto, sem que revelassem nenhum entusiasmo peculiar por incorrerem em riscos por causa do Imperio.

Quanto aos meios de realizar tal programma, nenhum dos dois gabinetes sentia propensão de se envolver em lutas em terra, se as coisas chegassem á guerra; limitar-se-iam a remeter forças navaes; se qualquer acção terrestre se tornasse precisa, pesaria o esforço sobre o Brasil, caso este governo fosse convidado a juntar-se á intervenção.

Ponderadas as circumstancias, era tal directiva profundamente inconveniente, pois a tarefa mais aspera, difficil, dispendiosa e arriscada seria precisamente a campanha em terra, e os onus della recairiam sobre o Imperio. Tal razão levava Abrantes a julgar inteiramente inaccitavel a proposta eventual, e, mais tarde, com esse parecer se manifestou acôrde o ministerio brasileiro.

Além do que, era tal intervenção tripartida possivel ou desejavel? Sim, dizia Paris. Não, respondia Londres.

Ao ser consultado pelo emissario do Imperio, Aberdeen respondeu com franqueza absoluta, embora suas palavras soassem rudes. Por duas vezes, a Inglaterra havia proposto sua mediação a Rozas, e este recusara; uma terceira recusa era tida por pouco desejavel. Quanto a um programma de acção conjunta, pensava o governo de Sua Majestade Britannica que seria imprudente entrar em acôrdo com o Brasil, pois a primeira condição de tal politica seria um entendimento perfeito e constante entre os dois gabinetes, e com pesar via a Inglaterra que tal coisa não existia.

Clara, a allusão ás difficuldades decorrentes do trafico, e do tratado de alliança que se estudava e discutia no Rio de Janeiro. Por amor á verdade, é dever confessar que o senso de honestidade internacional, de direito e de humanidade, se achavam do lado da Inglaterra, por mais grosseiros, extemporaneos e vazios de real conhecimento das condições internas da situação do país, se revelassem seus argumentos e os actos britannicos. Isto, porém, será estudado mais tarde.

Os autores platinos apontam para tal recusa de collaboração como prova de desconfiança européa quanto aos alvos imperiaes no desdobrar dos acontecimentos no Rio da Prata. E' um equívoco, pois nenhum desacôrdo houve quanto ás soluções propostas. O que se encontrava á base da resposta, era exclusivamente a demora em extinguir o trafico negreiro, o melindroso estado das relações entre os dois governos, tensas quasi até o ponto de ruptura.

A consequencia da missão foi a neutralidade absoluta do Brasil, que de tudo se manteve afastado, que se referisse á intervenção anglo-francesa. Tanto mais facil seria ao Imperio firmar-se nessa posição, quanto nesse mesmo anno de 1845 a revolução rio-grandense foi dominada, e se tornaram mais severas e restringentes as operações dos cruzadores prepostos á repressão do contrabando de escravos, o que provocou grita maior e indignação mais accesa por parte dos brasileiros, e aggravou, se possível, as hostilidades do ambiente diplomatico entre Londres e Rio.

125. Insucesso da tentativa anglo-francesa de mediação. — O modo por que fôra planejada a intervenção entre Guizot e Palmerston, condemnava-a a um insucesso ridiculo. A vida da Argentina e suas perspectivas economicas ainda não tinham ultrapassado, de modo ponderavel, suas fronteiras locaes; qualquer pressão naval poderia ser, portanto, um empecilho, nunca um golpe mortal. Tal, sómente se poderia dar por terra, e a ausencia do Imperio, na operação constrangedora, significava apenas a nihilidade de valia de todas essas ostentações maritimas e bellicosas.

Na fronteira rio-grandense, a pressão diminuia. Fôra assignada a paz. Rivera, amigo e protector dos farrapos, soffrera a derrota decisiva de India-Muerta, a 27 de março de 1845, e fugira para o Brasil, onde pretendia agir como mediador entre os partidos locaes. Caxias, que conhecia e desconfiava do homem, com palavras pomposas e altisonantes buscou livrar-se d'elle, aconselhando-lhe ir ao Rio; mas, aqui, o detiveram a pedido do governo uruguayo. Decorria tal providencia de pedido formal feito

ao gabinete imperial para que não deixasse D. Fructuoso voltar a Montevideo, tão impolítica poderia parecer tal aventura. Era quasi um decreto de proscricção, accrescenta um escriptor uruguayo.

Começou, em julho de 1845, a intervenção franco-inglesa, após certa demora em tentar durante algumas semanas chegar a um accordo directo de paz. Falhando a esperança de exito em taes negociações, só permanecia aberto o caminho das armas aos diplomatas europeus Ouseley e Deffaudis. Nenhum successo lograram, a não ser grupar mais estreitamente em torno de Rozas a população argentina. Por toda a Europa e pela America inteira, as sympathias estavam ao lado do Ditador. Assim tambem no Brasil, pois a intervenção planejada por Abrantes e pelo gabinete era de caracter inteiramente diverso. Baseando-se, embora, na força, era o seu alvo pôr fim a uma phase de tumultos, sem tocar nem perturbar Buenos Aires em sua situação politica, nem sequer modificar direitos reclamados pela Confederação como pertencentes á sua soberania territorial. Ao tomarem violentamente posse dos rios, a Inglaterra e a França commettiam grave infracção nos direitos investidos substancialmente no governo de Buenos Aires, e poder de controlar a navegação interior; e não poderia tal falta deixar de ser considerada como acto de aggressão. Ao invés disso, a projectada e mangrada intervenção tripartita só almejava ser um acto energico, se fosse necessario, de restauração de sossego a uma região perturbada e talada pela guerra.

Como estava sendo conduzida, a intervenção não levava para parte alguma, e tanto Ouseley como Deffaudis se mostravam ridiculamente inefficientes.

Novo emissario foi mandado para o Prata, Hood, amigo pessoal de Rozas, levando como tarefa aplainar as difficuldades e obter uma noção real sobre as idéas do Ditador. Era um passo em rumo da acceitação das condições de D. Juan Manuel, e deixava em situação penosa as autoridades legaes de Montevideo. Tal incumbencia foi repellida pelos dois diplomatas, que recambiaram para Londres o novo agente.

Corria o tempo. Novos ministros vinham da Europa, em maio de 1847, para se alterarem os termos do acôrdo dirimente da questão: foram lord Howden e o conde Colonna Walewski. Sua gestão, em vez de obedecer a um proposito uno, logo divergiu, reflectindo as differenças de pensamentos existentes entre Londres e Paris, cada ministro seguindo as inspirações do seu proprio país. Finalmente, um armistício foi assignado entre os plenipotenciarios e Oribe, mas as autoridades de Montevidéo o repelliram. Howden ordenou á esquadra britannica para suspender o bloqueio, enquanto a França permanecia na posição anterior, bloqueando os portos argentinos, e mantendo Walewski relações com os refugiados unitarios de Montevidéo; ao retirar-se Howden, exerceu o francês verdadeiro protectorado, ao qual faltava apenas o nome official, sobre o governo legal da capital uruguaya.

Em março de 1848, nova missão chegou, chefiada pelo barão Gros e Robert Gore, respectivamente por parte da França e da Grã-Bretanha. No desempenho de suas incumbencias, desconhecaram a existencia de Rozas, e trataram apenas com Oribe e as autoridades de Montevidéo sob a presidencia de D. Joaquín Suarez.

Um incidente pôde ser citado aqui, para mostrar quanto o pretendente ao governo uruguayo se achava na dependencia absoluta de Rozas: Oribe havia exigido a capitulação da capital; de Buenos Aires vieram ordens para continuar o assedio; o general, então, exautorando a propria palavra, obedeceu á intimação do Ditador. Talvez viesse a ser este o golpe mais forte desferido contra suas proprias pretensões, pois evidenciava que não era um uruguayo autonomo, mas um simples soldado da Argentina no sequito da Confederação.

De facto, todos estavam cansados e exhaustos pela guerra interminavel, mas semelhante capitulação de Oribe, ao mesmo tempo que o enfraquecia, dava novo alento a D. Joaquín Suarez e seus adherentes. O esquadrão naval francês suspendeu o bloqueio; em maio de 1848, a missão ultima retirou-se ingloriamente. Tropas de marinha francesas, entretanto, continuaram em

Montevideo, e seu chefe, o almirante Leprédour, recebeu ordens de Paris, em 1849, para reatar as negociações. Celebrou, então, tratados com Rozas e Oribe, sacrificando o Uruguay; mas o Parlamento francês os desapprovou. Novamente, Leprédour negociou, e, como prova de sympathia pelos defensores francezes de uma politica de força, enviou á capital assediada um reforço de 1.500 homens. D. Joaquín Suarez nem sequer tivera menção do que estava occorrendo. Facil é deduzir quanto se achava abandonada a causa dos *colorados* uruguayos.

126. Posição dominadora de Rozas, no Prata. —

Para Rozas, a resistencia que havia opposto lhe grangeara popularidade quasi unanime em seu país. Mesmo da França, um dos principaes heróes, talvez quiçá o mais notavel, da epopéa da Independencia argentina, o general San Martín, escrevia-lhe applaudindo sua conducta e offerecendo seus serviços. A Grã-Bretanha estava mudando e tendia a pôr-se ao lado da Argentina, emquanto a França, inteiramente ás tontas e impotente no Rio da Prata, era alvo de motejos geraes.

Nem podia ser de outra forma, e era consequencia de suas hesitações: desejava de intervir, e pondo de lado os meios proprios para tal fim. Gradualmente, em Paris mesmo, essa longinqua expedição estava-se tornando tediosa e bolia com os nervos da opinião publica. Publicistas, como St. Marc Girardin, em artigos largamente divulgados e de peso real nos meios politicos, mostravam quanto era injusto e egoista o desenvolver de tal orientação. Thiers e seus amigos esforçavam-se por que se remettesse uma verdadeira expedição militar, com todos os recursos precisos.

A revolução de 1848, e o novo governo que ella fundou deram o passo decisivo para arruinar os planos intervencionistas. Na America tambem, entretanto, factores novos iam influindo nos acontecimentos.

O Brasil não se movera de sua posição neutral. Haviam cessado os disturbios internos, embora as relações tensissimas com a Inglaterra, em consequencia da politica de violencias e de su-

perioridade de recursos de todo genero ordenada por Palmerston e Aberdeen, lhe dêsse trabalho de mais para que pudesse tirar os olhos de taes difficuldades, para lançar forças na caldeira de tumultos do Prata. Tal situação havia sido prevista pelos governos do Imperio, mas este, cuidadoso e com visão alongada e segura, abstivera-se de qualquer intervenção que bolisse no vespeiro. Não deixava de ficar attento, entretanto, e de seguir com interesse vital o desenrolar dos successos.

No Rio Grande, os conflictos partidarios haviam cessado, desde a pacificação. Em 1848, entretanto, em Pernambuco surgiu um motim, a chamada *revolução praiêira*, sem alvo nem ideal, méra explosão de despeito partidario, por haver certo grupo politico decaído das bôas graças governamentaes.

127. **Pacificação definitiva do Imperio. União nacional contra a ameaça platina.** — Estava definitivamente fechada a éra das revoluções e das insurreições. Constituiam taes movimentos coisa do passado, bem morto. Meio seculo havia de decorrer, antes que impulso novo, trazido pela propaganda republicana, provocasse a quéda da monarchia, em 1889.

Na quinta década do seculo, acumulavam-se no Rio da Prata signos precusores de tempestade. Os jornaes de Rozas accusavam, insultavam e ameaçavam o Brasil. O incidente com Duarte da Ponte Ribeiro, nosso ministro em Buenos Aires, a proposito da recusa de Sinimbú de reconhecer o bloqueio argentino de Montevidéo, em setembro de 1843, causara a remessa de passaportes ao diplomata brasileiro. De ambos os lados, queixas amargas se ouviam e os animos manifestavam sua hostilidade.

A missão Abrantes exacerbara a excitação reinante, pois em Buenos Aires era tida como ponto de partida da intervenção anglo-francesa, apesar da differença essencial entre os alvos do Brasil, restauradores da ordem, e a rota seguida pelas potencias européas. Além do que, era olvidado que a intervenção destas ultimas já estava decidida, quando Abrantes chegara ao Velho Mundo e consultara os governos interessados.

Quando, em 1847, se tornou conhecido o *Memorandum* de Abrantes a Aberdeen, o representante da Confederação no Rio, o general D. Tomás Guido, interpellou o gabinete sobre os termos e as conclusões desse documento. A resposta official expôs os motivos pelos quaes o governo do Brasil considerava Oribe um intruso na administração uruguayana, e desejava, como intenso interesse proprio, ver terminada a guerra civil na fronteira do Rio Grande. Não se tratava de uma politica aggressiva: o governo do Uruguay propunha uma alliança offensiva e defensiva e, entretanto, o Imperio a declinara, precisamente porque ella conduziria á guerra, que o Brasil não desejava por modo nenhum. E por isso se mantinha estrictamente neutro.

Agora, começaram a intervir factores de natureza economica. As forças de Oribe viviam a invadir as terras rio-grandenses, roubando gados, matando ou aleijando gente, quer fazendeiros quer peões de estancias. Não era uma actividade somenos: em 1850, dizia-se correntemente que andavam por umas 800.000 cabeças os rebanhos roubados, em uma area de 600 leguas quadradas. Assaltos á mão armada eram levados a effeito em larga escala, e as leis de Oribe sobre marcas de gado tornavam quasi impossivel o reconhecimento da propriedade legitima das rezes e a prova do roubo.

O Gabinete Imperial dirigiu uma representação ao Uruguay para serem modificadas taes leis, mas encontrou repulsas; ainda, com esta, se accrescentavam protestos contra imaginarias invasões na Banda Oriental por suppostos ladrões de gado brasileiro. De facto, haviam tido lugar incursões no territorio estrangeiro: os donos das manadas dizimadas haviam-se reunido, organizado em bando armado e partido a reaver sua propriedade furtada e a bater os ladrões. Era seu chefe o coronel Francisco Pedro de Abreu, barão de Jacuhy, um dos melhores commandantes de columnas de Caxias na ultima revolução rio-grandense. Tudo isso era notorio, e objecto de debate commum e de discussão nas Assembléas locais, e mesmo no Parlamento. A opinião publica estava identificada com tal reacção natural das victimas dos desregramentos fronteiriços.

Ainda a espicaçar o sentimento nacional a gráu mais intenso de sensibilidade, o ministro da Argentina, obedecendo a ordens estrictas de Rozas, avançava pretensões a representar Oribe e o Uruguay nessas gestões diplomaticas.

Cumprindo seu dever evidente, e de acôrdo com a lei internacional, o Gabinete do Rio negou-se a tal exigencia. O diplomata, D. Tomás Guido, exigiu então seus passaportes, e as relações entre os dois países suspenderam-se a 30 de setembro de 1850.

128. O choque. — Havia soado a hora do terrivel choque entre as duas correntes.

O Imperio estava longe do preparo indispensavel para uma campanha desse genero. Inda assim, de ha muito previra o temporal que se avizinhava, e tomara as medidas mais urgentes para se precaver. Entre estas, figurava collocar o Rio Grande em pé de guerra, 16.000 homens, a principio, em 1851, e progressivamente elevando tal effectivo a 24.000 soldados em 1852. Na orientação do Imperio, entretanto, taes decisões tinham de obedecer a duas considerações convergentes: a protecção propria, no Rio Grande; a protecção da Independencia do Uruguay, de acôrdo com o tratado de 1828.

Muitas e repetidas vezes o Brasil fôra solicitado para intervir no Prata, mas tinha-se mantido neutro, durante annos, até que a tarefa cruenta se tornasse inevitavel.

As maiores e mais importantes alterações nessa delicadissima situação, porém, occorriam na Argentina.

A terrivel vida de Rozas, trabalhos incessantes e intervenção pessoal em todos os serviços e seus detalhes mais infimos, estavam paulatinamente minando as energias extraordinarias desse notavel argentino. Chefe do Estado desde 1831, quasi vinte annos de labor ininterrupto, com todos os nervos tensos ao ultimo limite e todas as fibras a vibrarem sob retesamento innominavel, haviam produzido a ruina daquelle organismo incomparavel; e pouco valia a evidencia do quanto este superava o nivel normal de seus contemporaneos. Nenhum corpo, nenhum espirito soffreria incolume as exigencias sobrehumanas de encargos tão acabrunhadores.

Seus biographos mais amigos apontam para o anno de 1848 como data critica, na qual se revelaram os primeiros signaes de enfraquecimento e de desabar do seu privilegiado temperamento. Na realidade, quem poderia dominar e reger os negocios publicos, em periodo tão temeroso, em meio de paixões tão destructivas, a se combaterem em uma luta que significava vida ou morte para os contendores, e isto sem que se ferissem e anniquilassem violentamente interesses de todo genero? Quem lograria governar, em dias taes, sem fazer inimigos, alguns, por vezes, mortaes? Enquanto o sangue ferve, no ardor da pugna, não se sentem as feridas nem os golpes; sómente surge e se faz ouvir a dôr, quando esfria o combate e sossega o corpo.

Não permittia elle divergencias e dissidios internos em seu proprio partido, enquanto não passasse o perigo. Já existiam, entretanto, pessôas que pensavam, sem ousarem manifestar seu parecer, que já durava de mais a ditadura de Rozas.

129. *Urquiza*. — Assim opinavam Corrientes e Entre-Rios, ou antes, o general D. Justo José de Urquiza, seu chefe prestigioso, julgava opportuna uma mudança. Era elle um dos melhores generaes do Ditador, dos mais destemidos e intelligentes; não alimentava, como seu superior, aquelle odio implacavel contra os adversarios, que fazia de Rozas o mais temido dos homens.

Após a derrota de Rivera em India-Muerta, em março de 1846, Urquiza havia atravessado o Uruguay para combater o exercito correntino. Em um dos primeiros recontros, um dos chefes locaes, da familia Madariaga, caiu em suas mãos; por seu intermedio, o general entrou em relações com o irmão do prisioneiro, D. Joaquín que governava a Provincia. Daí resultou se celebrarem, contra ordens expressas de Rozas, dois tratados, um publico e outro secreto, pondo Corrientes sob a direcção de Buenos Aires, o primeiro, e firmando neutralidade de Corrientes para com o Uruguay, o segundo.

Sómente o acôrdo publico foi submetido ao conhecimento e á decisão do Ditador. Foi redondamente repellido por este, que exigiu rendição incondicional de seus adversarios.

No mesmo anno, em novembro, Urquiza foi consultado pelo governo de Montevidéo sobre se accitaria mediar entre os belligerantes. Annuiu ao convite, mas em dezembro Rozas declinou de toda e qualquer tentativa em tal rumo, dizendo que o governador de Entre-Rios havia commettido um grande erro.

Nenhum recurso restava, pois, senão o de combater Corrientes. Meiado 1847, romperam as hostilidades, que terminaram pela derrota completa das forças provinciaes, em Vences. Urquiza ainda se não sentia com o poder de seguir sua orientação propria, e via-se constringido a seguir as ordens desapiedadas de Rozas.

Montevidéo, entretanto, insistia. Fôra bem escolhido o momento. Entre-Rios estava-se desenvolvendo, e suas exportações iam começando pelo unico porto deixado aberto pelo Ditador, Rosario de Santa-Fé. Em agosto de 1847, Rozas ordenou seu fechamento, e impôs Buenos Aires como unica saída legal para os productos de Entre-Rios. Dois annos depois, prohibiu a remessa de numerario ás provincias, pois havia resolvido concentrar todo o meio circulante na capital da Confederação.

A effervescencia do sentimento local ia intensa, em 1849, e ainda se exacerbou nos meses seguintes. O ponto culminante da indignação foi attingido em abril e maio de 1851, quando os jornaes de Urquiza retiraram de seus cabeçalhos o cruel mote argentino "Muerte a los salvajes unitarios", e appellaram para a paz e a conciliação.

A resposta de Rozas foi fulminante: "anarchistas", exclamou elle.

Mas o appello entre-riano havia ecoado no coração e no cerebro de todos os pensadores platinos. Em Montevidéo, a mesma politica era apregoada pela imprensa. No Brasil, representava a essencia do pensamento do Gabinete Imperial. De acôrdo com ella, Andrés Lamas, ministro do Uruguay no Rio, e um dos mais notaveis paladinos nessa cruzada, formulava o lábaro da campanha: "nem vencedores, nem vencidos, entre uruguayos".

130. *Vespera de guerra.* — Começaram a precipitar-se os acontecimentos. A 29 de maio de 1851, em Montevideo, foi tratada a Alliança entre Entre-Rios, Corrientes, Uruguay e Brasil; desde 25 de dezembro de 1850, existia um tratado entre o Paraguay e o Brasil, firmando a livre navegação do rio Paraná, que Rozas não permittia quanto aos trechos argentinos.

Uruguay achava-se esgotado de recursos, quer de dinheiro, quer de armas e de munições. Através de Irineu Evangelista de Souza, mais tarde barão e visconde de Mauá, um dos pro-homens do Brasil, o Gabinete Imperial emprestou as sommas necessarias á pequena Republica, para comprar armamentos e pagar ás tropas.

Em Paris, espalhou-se a noticia da feição nova tomada pelos negocios do Rio da Prata. Logo se pôs fim ás malfadadas negociações do almirante Leprédour.

A Alliança e seus fins, os alvos de amnistia fraternal ás offensas reciprocas, produziram effeito tão fulgurante, que, ao apello de Urquiza, os proprios soldados de Oribe attenderam á maravilhosa invocação de solidariedade nacional e internacional; o exercito *blanco* começou a dissolver-se, evanescer e paralisar ante a invasão alliada. Não foi preciso combater; haviam as palavras achado éco nos corações de todos os uruguayos, e, dentro em breve, viu-se Oribe á frente de um méro nucleo de tropas argentinas, incapazes de lutar.

Como de justiça, o Uruguay teria de guiar a campanha, e o general em chefe, o general Eugenio Garzón, foi nomeado, sendo um *blanco* insuspeito a todo o país, como penhor de reconciliação. Por mal de todos, falleceu em dezembro, e a direcção recaiu sobre Urquiza.

A 19 de julho de 1851, foi iniciada a travessia do rio Uruguay. Depois de certas hesitações, a 8 de outubro Oribe capitulou sem combate: como o sustentaria elle, se não mais possuia exercito? O acôrdo celebrado era realmente digno e nobre e nelle percorria um fremito de pensamento de alta fraternidade. Reconhecia-se a boa fé de ambos os contendores; Oribe reconhecia sua propria derrota, e collocava, a si e a seus partidarios, sob o amparo e pro-

tecção das autoridades legais da Republica, convencidos todos de que se tratava de uma éra nova e de um novo caminhar para a frente, colectivo, na vida institucional.

Taes eram os votos, pelo menos. Tão fundo era o sentimento de paz e de mutua indulgencia e de perdão reciproco, que Oribe e sua familia permaneceram, sem soffrer o menor constrangimento, em sua propriedade de Paso de lo Molino, nas vizinhanças de Montevidéo.

131. Invasão da Argentina pelos Alliados. Victoria de Monte-Caseros. — Chegou agora a phase segunda da guerra, tão pouco cruenta até esse momento. Forças conjuntas do Uruguay, Entre-Rios, Corrientes e Brasil, invadiram a Confederação, em columna numerando cerca de 28.000 homens aproximadamente.

Não cessou, comtudo, a dissolução da defesa de Rozas. Era a prova do quanto era artificial seu systema nas relações exteriores da Confederação, e de quanto as populações se sentiam cansadas de continuas guerras, e da severidade de seu governo. Batalhões e esquádrões dispersaram-se; alguns bandearam-se para Urquiza, mas, cumpre salientar, umas poucas forças commandadas até então por Oribe e que o governador de Entre-Rios tinha tomado sob seu commando proprio, fizeram acto de patriotismo, voltando novamente para o serviço da Argentina.

Meiado janeiro de 1852, começou a invasão da Argentina. A 3 de fevereiro, feriu-se a batalha decisiva de Monte-Caseros, nas vizinhanças de Buenos Aires. Definitivamente vencido, Rozas refugiou-se na capital, resignou seu cargo official, e, sob a protecção da bandeira inglesa e do ministro britannico Robert Gore, exilou-se voluntariamente para Londres.

A principal, senão a unica verdadeira causa dos tumultos platinos, ficava assim removida do theatro dos acontecimentos. Havia sido attingido o equilibrio dos poderes. Novas perspectivas podiam abrir-se ás Nações ribeirinhas do formidavel caudal.

CAPITULO X

O Bill Aberdeen. Abolição do trafico. Progresso geral do Brasil

Nos ultimos dez ou doze annos dos dezeseite que haviam durado as revoluções do Prata (1835-1852), a pôlitica internacional do Brasil se sentira manietada pelas difficuldades criadas pela Grã-Bretanha.

Derivavam tôdas da malfadada questão do trafico. Na phase final, de 1845 a 1850, surgira mais uma razão, além dos motivos muito reaes e sérios que já citámos para explicar a neutralidade do Imperio: a Inglaterra, desde 1847, ia mostrando preferencia sensível pelo governo de Rozas; se o Brasil tivesse de ir ao rompimento e á guerra, Londres poderia exercer pressão ainda maior em seus cruzeiros, causando aborrecimentos inda mais graves do que os vigentes.

132. Recrudescencia da hostilidade britannica. —

Nem era essa, uma previsão imaginaria. Em 1851, o Gabinete de St. James tentara assim proceder, para evitar se assignasse a Alliança com Uruguay, Corrientes e Entre-Rios; mas o trafico negreiro estava sendo destruido pelo esforço proprio do Imperio, e Londres nada achou como resposta á rejeição pelo Governo Imperial de qualquer suggestão quanto a abandonar seus alliados.

Como já foi dito, era facto que os tratados sobre tal assumpto estavam sendo desrespeitados pelas autoridades brasileiras, por omissão derivada da impotencia absoluta dos chefes de partidos, e por conluio tacito, geral e fortissimo entre negociantes de escravos e fazendeiros; aos quaes, como elementos constitutivos do corpo eleitoral, o governo se via obrigado a attender e desculpar, fechando os olhos ás transgressões legaes que commettiam. Novo sentimento estava surgido, entretanto, á medida que se evidenciava quanto os portuguezes se locupletavam com tal commercio, principalmente sustentado com navios e capitães seus, emquanto os brasileiros tinham de aguentar todos os inconvenientes da situação.

Já divulgamos numeros comprobatorios desses phenomenos. Ainda podemos, aqui, dar um exemplo mais da indifferença official por tal violação de lei. Uma vez desembarcados, os negros eram encaminhados para largos campos ou depositos, onde recebiam primeiras tinturas da lingua e dos methodos de trabalho. Os desembarques realizavam-se principalmente na bahia do Rio de Janeiro, ou suas immedições, e tão desimpedidos de qualquer embaraço partido das autoridades locaes, que até se effectuavam, por vezes, atrás da Alfandega, ou nas praias das fortalezas, ou ainda nas enseadas de Botafogo ou de Copacabana.

Desses acampamentos, quatro eram os maiores, e nelles se achavam, por vezes, até 6.000 africanos expostos á venda.

A Grã-Bretanha protestava, mas frequentemente sua acção era pesada, desageitada e feria os tratados. Desse modo, enfraquecia ella suas reclamações e a autoridade moral e legal das reclamações feitas sobre faltas que apontava ou accusações positivadas contra taes e taes funcionarios do Imperio, pois ella propria commettia cincoas equivalentes.

133. **Recriminações reciprocas.** — Em janeiro de 1844, Paulino José Soares de Souza, mais tarde visconde do Uruguay, resumiu como ministro de Estrangeiros as queixas do Brasil ao enviado britannico no Rio; quasi todas versavam sobre desrespei-

to á soberania do país, taes como desembarques de marinheiros armados, visitas por navios britannicos feitas em aguas territoriaes, e quejandas. Eram outras tantas offensas ao sentimento nacional, e levavam as populações a sympathizarem e auxiliarem os negociantes negreiros, além de procurarem, como classe trabalhadora, satisfazer seu interesse pela obtenção de mão de obra barata, á qual estavam secularmente habituadas. Outras reclamações tratavam das medidas postas em pratica, antes de serem approvadas pelo Parlamento Imperial.

Póde ser, e assim realmente parece, que o ministro tivesse razão no que dizia respeito ás technicalidades dos factos. Não modificava isto, porém, o facto real e indiscutivel de que, fosse qual fosse a razão, o trafico que devera estar extinto desde 1831 ainda estivesse em pleno florescimento dez annos mais tarde, e que os depositos de negros existissem ante os olhos de todos, ainda que Paulino o negasse.

Não podia ser negada a evidencia de que o governo brasileiro e as autoridades, ou por acção ou por omissão, carregavam a responsabilidade de taes situações illegaes, e nenhuma disposição mostravam de lhes dar remedio.

134. O bill Aberdeen. — Lord Aberdeen, portanto, tinha inteira razão em tomar providencias para pôr termo a taes escandalos. O meio achado foi o *bill* de 8 de agosto de 1845, pelo qual tanto se exacerbou a grita apaixonada no Brasil contra a prepotencia britannica. Ao lado da Inglaterra achavam-se a humanidade, o espirito christão, a razão, a alma de quantos pensassem e sentissem. Por força desse *bill*, os navios brasileiros occupados no trafico poderiam ser tomados pelos cruzadores ingleses e enviados ás Côrtes do almirantado.

A explosão de odios e de rancores foi tremenda na America. Deixando em sombra densa a vergonhosa violação dos tratados e o amparo concedido ao commercio de carne humana, o Brasil discutia sómente detalhes de processualistica juridica. Era desrespeitada a soberania nacional, clamavam os que não queriam

alludir aos crimes mais graves commettidos contra a fé publica dos tratados e contra a alma christã e os reclamos de humanidade. Estrangeiros queriam dominar o país, accrescentavam. Obedecer, observar ou ceder á politica aggressiva dos ingleses, era trair a Patria. Taes as phrases feitas, em circulaçãõ.

No fundo do quadro, em realidade, todos os interessados no trafico queriam e visavam obter criar-se uma preamar de sentimentalidade patrioteira e malentendido ponto de honra, afim de que pudessem continuar ou mesmo incrementar suas occupaçoẽs deshumanas.

E conseguiram o que almejavam! . . .

135. **Reacção escravagista.** — Espicaçados por taes apellos, por essa propaganda que agia como um latego sobre as faces dos brasileiros e revolucionava o espirito publico, desviando destarte os mais nobres sentimentos, todos os elementos pensantes e dirigentes do país tendiam a proteger de forma geral o maldito commercio do trafico e dos traficantes.

São eloquentes os algarismos. Emquanto, no inicio da éra dos quarenta, os negros contrabandeados se avaliavam por uns 20.000 por anno, ou mesmo menos, após a passagem do *bill* deram um pulo para cima as entradas, e attingiram niveis dantes nunca vistos:

1845	19.453	cabeças
1846	50.325	"
1847	56.172	"
1848	60.000	"
1849	54.000	"
1850	23.000	"

136. **A luta decisiva contra o trafico.** — Neste ultimo anno, a quéda das estatisticas mostra o influxo da mudança occorrida na politica brasileira quanto a esse problema.

Desde 29 de setembro de 1848, estavam no poder os conservadores. Delles desconfiava o Gabinete de St. James: não eram elles os representantes dos proprietarios de terras, os maiores in-

teressados em conservar o tráfico? Nunca commettera a Inglaterra erro maior, pois esses mesmos eram os homens que iam solver o problema.

Eusebio Queiroz Coutinho Mattoso da Camara era ministro da Justiça, e desde sua entrada para o Gabinete iniciou o preparo da nova lei que havia de pôr termo ao tráfico. Agia de acôrdo com o Gabinete todo. Sentia elle, e sentia o Gabinete, que não era mais possivel protelar a questão. Para agir mais rapidamente, adoptou-se a proposta de Barbacena de 1837, á qual se propuseram emendas que eliminassem as criticas justamente feitas ao projecto primitivo, e que equivaliam a conferir premio á habilitade no contrabandear negros, desembarcá-los e entregá-los aos negociantes em terra, bastante activos e audaciosos para pôrem a seguro sua carga de folegos vivos.

Assim, as modificações principaes foram: manter o que a legislação anterior preceituava quanto aos contrabandos de africanos, e que firmava penalidades aos violadores da lei; tornar taes punições effectivas reduzindo as sancções, pois as penas estabelecidas eram taes e tão graves que nunca se applicavam; dar o julgamento de todas as contravenções e faltas a um juiz especial ao invés do jury, pois este, composto de companheiros dos réos, nunca condemnava os cúmplices dos fazendeiros ou de seus dependentes.

Assim organizada, a nova lei não deixava brécha por onde se pudessem evadir os negreiros ou seus protectores.

Como consequencia do constante malentendido da Grã-Bretanha no tocante ao espirito publico nacional, e do seu desageitamento em conduzir sua acção, apesar de orientada a serviço de uma causa justa, pouco faltou para que o projecto ministerial fracassasse. Ainda em 1850, Palmerston e Aberdeen, pensando que o Brasil nada fazia para reprimir o tráfico, deram instrucções ás esquadras cruzadoras para visitarem e mesmo apresarem os barcos em aguas territoriaes, nos portos e sob o canhão dos fortes.

Taes excessos motivaram deliberações do Gabinete Imperial. Era previsão normal que o desempenho de taes ordens levaria a reacções armadas por parte das autoridades do país. Effectivamente,

encontros se deram, como em Paranaguá. O Governo discutiu o problema de saber se não seria de bom alvitre suspender quaesquer das medidas, já estudadas e promptas desde 1849, para não parecer se estar agindo sob a pressão dos canhões ingleses. Decidiu-se, entretanto, de ir por deante, pois taes medidas eram de humanidade e, como taes, não poderiam ser moralmente attingidas pelos erros de um homem ou de um Gabinete.

Naquelles dias se affirmou que o responsavel por taes erros palmares era o plenipotenciario inglês, James Hudson.

137. **Lei de Eusebio de Queiroz.** — A 4 de setembro de 1850, a lei foi sancionada. Tudo dependia agora da execução. Sobre tal phase, nada mais eloquente do que os numeros: em 1850, caíram as importações a 23.000 africanos, cerca de dois terços dos algarismos de 1843-1849; em 1851, 3.278 apenas; em 1852, sómente 700. Ainda se fizeram duas tentativas até 1856, mas os negros foram quasi todos capturados e libertos; eram ao todo 512.

Em resumo, o papel da Inglaterra havia sido importantissimo, pelo facto de forçar o problema á frente do país e de seu Governo, não permittindo que elle desaparecesse da discussão ou das cogitações dos dirigentes, atormentando e apontando aos responsaveis até que se chegasse a uma solução. Mas, pela incompreensão do character nacional e desrespeito aos melindres do país, taes actividades antes prolongaram do que encurtaram a vida do commercio infame, pois provocou reacções por parte dos sentimentos feridos e offendidos. Quanto aos resultados, basta relançar as estatisticas, para se ficar convencido de que as esquadras cruzadoras nunca tiveram influencia, duradoura ou importante, no comprimir os numeros totaes contrabandeados no Brasil, e á historia da lei de 1850 mostra que sua iniciativa e elaboração nada deveu ás manobras ou collaborações da Inglaterra. Antes, pelo contrario. Tudo se fez pelo esforço proprio e exclusivo do Brasil, assim como devia ser.

Por outro lado, após a passagem da lei, os navios ingleses auxiliaram muito a destruição da navegação negreira; já agora, cru-

zadores e autoridades brasileiras trabalhavam de acôrdo, em vez de se combaterem, mutuamente, como dantes occorria. Tal a explicação do rapido decrescer das importações.

Por certo, houve necessidade de tomar uma série de medidas auxiliares para regular situações peculiares, taes como a situação dos africanos chegados após a lei de 1831, os africanos livres, e outras que taes. Eram, comtudo, méros detalhes: o ponto vital era outro e, quanto a este, a batalha fôra travada e vencida.

138. Liberdade de navegação dos rios. O decreto de 1866. — Pela éra dos cincoenta, outro problema começou a preoccupar muito as espheras governativas do Brasil: a liberdade de navegação dos rios, que mais tarde se chamaram internacionaes.

Era questão velha e muito debatida, mas que, tanto quanto possivel, se havia deixado ficar na penumbra e na inercia, pois bo-lia com opiniões numerosas dominantes nos conselhos imperiaes. Nos ultimos annos do decennio de quarenta, entretanto, e mais ainda depois de Caseros, não mais era possivel fugir a enfrentar o caso, para o qual uma solução se tornava imprescindível.

Absolutamente incoherente era a situação do Brasil: emquanto, no Rio da Prata, onde o Imperio dominava os trechos superiores, a montante, o Governo e o país murmuravam contra as pretensões de Rozas que considerava os trechos inferiores, a jusante, como pertencentes exclusivamente á navegação interna da Confederação e, como taes, fechados ás demais soberanias marginaes; por outro lado, no Amazonas, possuia a nação milhares de milhas dos trechos de jusante, até a embocadura, e tinha-os fechados aos navios dos ribeirinhos de montante, taes como o Perú e Colombia. Por tratados com a Confederação, tanto a França como a Inglaterra haviam concordado com a these platina.

Existia um conflicto entre as vistas europeás e as americanas, quanto a esse ponto. Na Europa, desde 1784, tinha a Austria exigido a abertura do Escalda, e vencera sua contenda perante a França, em 1795, por acto da Convenção Nacional. Do mesmo modo, em 1795, por tratado entre a Hollanda e a França,

a mesma doutrina se estendera ao Rheno e a mais alguns correntes. Em 1815, o Congresso de Vienna adoptou a liberdade da navegação fluvial como regra, nos cursos da agua internacionaes. Em 1826, entretanto, oppôs-se a Inglaterra á applicação da regra no caso do rio S. Lourenço, para o qual os Estados Unidos reclamavam se admittissem e usassem as mesmas normas que haviam levado a França, em 1763, a abrir o Mississipi aos barcos ingleses; normas que, em 1792, forçaram a Espanha a abandonar seu monopolio de uso do caudal que era parcialmente seu, e, ainda mais tarde, aconselharam aos Estados Unidos a declarar livre o mesmo ao uso pacifico de todas as nações.

A Alemanha, a Austria, a Russia tinham adoptado o principio da liberdade de uso das aguas para navegação. A Inglaterra era-lhe contraria. Para a França era a questão indifferente. Mas, no caso do Rio da Prata, ambas essas nações haviam adherido á opinião de Rozas, opposta ao livre uso.

As Republicas sul-americanas eram partidarias da liberdade e haviam aberto seus rios ao commercio geral. O Brasil constituia uma excepção a esse acôrdo quasi unanime, e assim procedia apesar da contradicção de sua situação geographica nas duas bacias, a Norte e a Sul, no Amazonas e no Prata.

A Bolivia, o Perú, a Nova-Granada, exigiam como direito seu tal liberdade de navegar o rio principal e seus affluentes, afim de chegarem ao Oceano. Por seu lado, o Brasil enxergava perigos e inconvenientes em seguir o mesmo rumo politico, e não se importava com a situação incommoda em que se achava o conlindante do curso superior, a ver seu caminho para o mar assim bloqueado, apesar de estar o proprio Imperio nesses mesmos apertos para a região de Mato Grosso. Depois que a Argentina, vencido Rozas em Caseros, votou e admitiu a livre navegação do Paraná e do Uruguay, para os navios de commercio, em 3 de outubro de 1852, e viu confirmada a doutrina na Constituição da Republica de 25 de maio de 1853, o Brasil passou a ser voz isolada nesse assumpto em todo o Continente.

Não que o Governo brasileiro se mostrasse essencialmente contrario a tal politica liberal; sabiam por demais que fôra im-

possível nadar contra a corrente geral nesse ponto. Mas pesavam ambos os lados da questão, vantagens e inconvenientes, e queriam chegar a acôrdo mediante convenções isoladas e seriadas, destinadas a prevenir perigos que previam.

Foi incumbido o Conselho de Estado de estudar o assumpto. Paulino José Soares de Souza, o futuro visconde de Uruguay, a 17 de janeiro de 1854 apresentou admiravel consulta, apontando para todos os aspectos da debatida questão. O Perú havia convidado o Imperio para uma Conferencia conjunta de todos os governos sul-americanos interessados na navegação do Amazonas. Paulino propôs a seguinte directriz de acção: aceitar o convite; séde da Conferencia, Rio de Janeiro; acôrdo prévio com as potencias não marginaes dos rios; em ultimo lugar, o entendimento com as potencias marginaes. A maioria accitou a norma proposta, mas membros muito influentes do Conselho se oppuseram, e a questão foi abandonada.

Mais facil seria chegar á concordancia de vistas com as nações ribeirinhas: em 1851, o tratado entre o Brasil e o Uruguay providenciou sobre a livre navegação do rio Uruguay por barcos de ambas as soberanias; em 1856, o mesmo occorreu entre a Argentina e o Imperio, no tocante ao rio Paraguay, ao Uruguay e ao Paraná; em 1857, a mesma medida se estendeu a todas as nações. Quanto ao Amazonas, porém, nada se havia convencionado.

Em 1853-54, William Trousdale, ministro dos Estados Unidos no Rio, manteve longa troca de vistas com o Departamento de Estado acerca da assignatura de um novo tratado, no qual a abertura do Amazonas á bandeira norte-americana se enunciava como um direito natural. O Gabinete brasileiro pôs de lado semelhante doutrina. Ouvido, o Conselho de Estado deu parecer em janeiro de 1856. A maioria aconselhava para que se tratasse com as potencias marginaes, mas sómente após haver solvido as questões lindeiras pendentes entre ellas e o Imperio; tratar com a França e a Inglaterra, sob os mesmos preliminares; findas e solvidas todas essas difficuldades, abrir a navegação do Amazonas para todas as bandeiras, mediante condições a se fixarem opportunamente.

Se tal orientação não pudesse ser seguida, então seria preferível abrir a navegação do rio a todas as nações por acto livre e espontaneo do Brasil, por meio de uma lei convidando todas as soberanias confrontantes a definir a fronteira commum e lembrando ás demais a conveniencia de offerecerem compensações pelo favor liberalmente concedido.

Uma minoria, entretanto, pensava de modo diverso: Eusebio, o marquês de Abrantes e o visconde de Maranguape preferiam outra solução, o permittir a livre navegação por decreto, sem demora, e mediante as precauções necessarias.

Variava, comtudo, a opinião publica sobre o problema. Os estudos do Tenente F. Maury, feitos em 1853, o pamphleto de Moraes Antas, e, mais tarde, as *Cartas de um Solitario* de Tavares Bastos, haviam elucidado a questão, mostrando-a sob sua luz verdadeira: politicos de alta visão como Francisco Octaviano, Souza Franco e outros, davam sua collaboração. Já em 1864, o ministro dos Estrangeiros, em seu Relatorio annuo, mencionava a urgencia de uma decisão. Em principios de 1866, foi redigido um projecto de decreto pelo proprio Gabinete, mas os ministros dissentiam quanto á abertura dos affluentes a par da do corrente principal. Finalmente, a 7 de dezembro de 1866, foi encerrado o debate, pois um decreto ainda mais liberal e amplo abriu o Amazonas, e estendeu o favor a outros rios inquestionavelmente pertencentes á navegação interna do país, de nenhum modo affectados pelas reclamações internacionaes.

Na bacia amazonense, ficavam franqueados o proprio caudal, o Tocantins, o Tapajóz, o Madeira e o Negro, que eram méros affluentes. O rio S. Francisco, tambem, era aberto até a região das cachoeiras de Paulo Affonso. A navegação nos affluentes amazonicos, onde uma só das margens fosse brasileira, dependia de acórdos entre as nações conlindantes, sobre limites, policia e regras fiscaes. Continuavam em vigor os tratados existentes.

Havia o Brasil solvido a questão, segundo o que fôra sua opinião invariavel, e que o barão de Rio Branco, annos depois, resumiria em poucas linhas: quando um rio flúe através do territorio de dois ou mais paises, a liberdade de transito ou de na-

vegação, para o dono do trecho superior, depende de prévio acôrdo com o dono do trecho inferior, acôrdo no qual seja adoptado um regime de reciprocidade.

Assim desaparecia a incoherencia: na bacia septentrional, como na do Rio da Prata e toda a emmaranhada rêde fluvial, os principios accitos e os pontos de vista se unificavam. E a solução chegava em momento opportunissimo, pois desde 1864 surgira a guerra, entre o Brasil e o Uruguay, a principio, e com o Paraguay, depois. Com este, um dos motivos tinha sido o apresamento por um navio de guerra do presidente Solano Lopez, violentamente e á mão armada, de um barco brasileiro que navegava aguas do Paraguay acima.

Assim fôra levantada a questão do uso pacifico dos rios internacionaes, e o Brasil não podia exigir do Paraguay a observancia de regras que, elle proprio, não respeitava no Amazonas nem considerava obrigatoria.

Iam sendo vencidos os maiores obices ao progresso e ao crescimento do país. Nesse rumo, o periodo decorrido entre o encerramento das agitações revolucionarias (digamos 1845, pois 1848, em Pernambuco, fôra méra explosão de appetites partidarios) e a guerra do Paraguay (1864-1870), se revelou uma das phases mais importantes e constructivas do Imperio. Valia pela remoção dos empecilhos herdados do passado e a sementeira de novos germes de liberalismo e de energia, tanto mentaes, como materiaes.

139. Surto ascensional do Imperio. — Uma revista perfunctoria dos factos principaes e das tendencias é conveniente para o provar. Podemos fazê-lo, condensando alguns informes sobre a economia nacional, a expansão mental, o crescimento da consciencia propria da nacionalidade, os deveres e direitos na vida publica, o progresso nos alvos partidarios e na actividade geral.

A tendencia de todos os phenomenos era ascensional.

Certamente, ainda haviam de surgir difficuldades e momentos duros a atravessar. Mas já estavam postos os problemas em seu aspecto real, e iam sendo solvidos de modo racional. Muitos

dos factores retardatarios trazidos por idéas anachronicas ou theorias caducas, já agora inoperantes e inefficientes, haviam sido removidos e abandonados.

Uma seiva nova enchia os canaes da arvore da vida.

Iniciava-se uma grande época da historia nacional, a partir do meado da éra dos quarenta. Fôra definitivamente suffocado o espirito revolucionario. As interrogações constitucionaes haviam tido solução. Os desacôrdos de interesses e de ambições não levavam mais a conflictos armados, e os argumentos unicos invocados eram as eleições, a imprensa e as discussões publicas.

As forças immanentes do país e de seu povo encontravam amplo e livre campo para se expandirem e encherem o horizonte immenso.

O trafico — deshumano, vergonhoso e anti-christão — fôra apagado da lista das actividades brasileiras. Reinava a paz por todo o Imperio. Fôra conquistado o equilibrio no Rio da Prata, com o reconhecimento vindo de todas as soberanias platinas. Podia o Brasil, portanto, iniciar seu trabalho, segundo linhas de paz e de constancia de propósitos.

140. **Novos ideaes economicos.** — Realizava-se, pelo país todo, immensa mudança. Ainda sob o influxo da phase economica a que os autores alemães chamavam a *Naturwirthschaft*, inexistia o espirito de emprehendimento. Os lucros obtidos nas diversas modalidades do trabalho invertiam-se em terras, gado, pastagens, nas zonas criadoras; em terras e escravos, nas de cultura. Surgiram epidemias, que dizimavam as escravaturas; epizootias, a seu turno, aniquilavam rebanhos; em ambos os casos, tal facto significaria ruina, pois taes capitaes vivos haviam sido adquiridos a credito, e a divida não desapparecia emquanto os meios de amortização se estancavam. Mais de uma vez, isto fôra sentido, e servira para modificar a mentalidade dos fazendeiros no sentido de lhes fazer experimentar os inconvenientes do systema do trabalho servil, evidenciando-lhes os perigos da protecção ao commercio negroiro: por demais, prejuizos e fallencias ha-

viam resultado daí. Compreendia-se agora, e com toda a agudeza de tempos de crise, que a solução estava em augmentar a produção e diminuir despesas. Manifestava-se esta opinião nova, por mais de um modo.

O primeiro dever seria obter trabalhadores. Havia-se desenvolvido o systema de parceria de Vergueiro. Creditos foram votados pelo Parlamento, associações se formaram, para fomenta a immigração.

Até 1850, poucos haviam sido os immigrants recebidos em nossa terra: cerca de 19.000, ao todo, se achariam nas colonias, quer officiaes, quer particulares; entravam por anno uns dois ou tres mil. A partir daquelle anno, cresceram os numeros, e 15.000 pôde ser tomado por uma importação annua média entre 1855-1862, emquanto as colonias teriam perto de 40.000 almas, em 1866. Emquanto de 1817 a 1849 eram menos de vinte os nucleos coloniaes de qualquer especie, foram criados mais cincoenta e quatro entre 1850 e 1867. A principio, a mão de obra branca praticamente não existia; após a abolição do trafico, surgiu á vida. O trabalho manual, dantes considerado como vil, passou a gozar de consideração.

Começou a cuidar-se de outros meios de produção. Em primeiro lugar, foi votada uma nova lei sobre o meio circulante, em 1846, pela qual a paridade foi fixada em 27 *pence* por mil réis.

Pequenos bancos locais foram fundados: em 1836, no Ceará; em 1838, no Rio; em 1846, no Maranhão; em 1847, na Bahia e no Pará; em 1851, no Rio, sob os auspicios de Mauá; em 1853, ainda no Rio. Todos esses estabelecimentos auxiliavam o commercio; alguns delles tinham faculdade emissora. Em 1853, uma lei especial foi votada sobre essa faculdade, abolindo a pluralidade desse poder, e instituindo o monopolio emissor.

A grande crise commercial de 1857, na Europa e nos Estados Unidos, teve repercussão aguda na praça do Rio. Nova lei desse anno, alargando a varios bancos a faculdade de emitir. Outra, de 1860, tornou mais estrictas as exigencias anteriores feitas aos bancos. Ia-se realizando um saneamento geral da moeda, quan-

do, em 1864, se deu a grande fallencia da firma A. J. Souto & Cy, resultado da má gerencia de seus capitaes, pelo malbaratamento do credito aberto a devedores impontuaes, delles muitos sendo méras companhias de especulação.

Por solidariedade, larga onda de fallencias assaltou os demais bancos. Em 1866, todas as leis sobre o assumpto foram revogadas e voltou-se ao máu systema das emissões officiaes pelo Thesouro. Desde 1862, o systema metrico havia sido adoptado, embora só dez annos depois se tornasse effectiva a medida.

O mercado, entretanto, era inteiramente outro do que nos periodos anteriores.

Sentia o Brasil que os meios de escambo e de transporte tinham de ser desenvolvidos. Tomou a deanteira a navegação: de 1839 a 1874, o numero de viagens augmentou de 50 % sob a bandeira brasileira, e de 101 % sob o pavilhão de outras nações; a tonelagem cresceu de 130 % no primeiro caso, e de 414 % no segundo. Em 1859, quasi todos os barcos eram veleiros; ainda em 1873, sómente 29 % eram movidos a vapor.

De 1854 data a primeira estrada de ferro, construida e posta a trabalhar sob a direcção do barão de Mauá: esses primeiros 14.500 metros ligavam o porto de Mauá á Raiz da Serra, na anteplanicie da Serra de Petropolis. Em 1864, 1875 e 1889, respectivamente, a extensão trafegada cresceu e attingiu 475, 1.801 e 9.583 kilometros.

A começo, os telegraphos haviam sido simples aparelhos opticos. Em 1852, foram construidos os primeiros systemas electricos, e seu desenvolvimento nos annos já citados foram os seguintes: 187 kilometros em 1864, 6.286 em 1875 e 18.925 em 1889. O numero de palavras transmittidas passou, do mesmo modo, a elevar-se e attingiu 8 milhões em 1889.

Muito mais tarde começaram os telegraphos submarinos, em 1874, e ainda aí foi Mauá o promotor do grande progresso.

Como consequencia, cresceu o commercio e accumulou-se riqueza. De 1846-47, as importações cifravam-se em 55.740 contos e as exportações em 52.449 contos. Cinco annos depois, os

algarismos eram 76.918 contos para as entradas e 67.788 contos para as remessas, isso em 1850-51. Attingiram, em 1858-59, 127.722 contos e 106.805 contos, respectivamente. Era um acréscimo de 150 % em doze annos.

Em 1859-60, equilibravam-se importações e exportações, e, daí por diante, as remessas excederam sempre as entradas. Em 1874-75, estas ultimas attingiram 167.549 contos, enquanto se expediam mercadorias no valor de 208.494 contos.

Sendo a paridade cambial de 27 *pence* por mil réis, as taxas não haviam oscillado de modo violento em demasia, como consta do quadro seguinte:

1850	26 3/4 — 31
1851	27 1/2 — 30 1/2
1852	26 1/2 — 28
1853	27 1/2 — 29
1854	26 1/2 — 28 1/2
1855	27 — 28
1856	27 — 28 1/4
1857	23 1/2 — 28
1858	24 — 27
1859	23 1/4 — 27
1859-60	25 7/8 — 28
1860-61	25 3/4 — 27 1/4
1861-62	24 1/2 — 26
1862-63	25 3/4 — 27 1/2
1863-64	26 7/8 — 27 3/4

Não era sómente segundo linhas economicas que o progresso se estava firmando. Sentia-se em todos os departamentos da evolução social. O crescimento do Imperio mostrava-o claramente, nas numerosas leis e medidas então adoptadas e postas em vigor.

Duas destas, foram o Codigo Commercial e seu Regulamento. Monumento juridico revelador da mais alta capacidade de

sciencia de governo e de preparo profissional, ainda está de pé hoje, setenta e nove annos após sua promulgação, em 1850.

Regras para se incorporarem sociedades e companhias formularam-se em 1849, e completaram-se em detalhes em 1859 e 1860. E' desnecessario rememorar a lei de 4 de setembro de 1850 e seu regulamento de 14 de novembro sobre a repressão do trafico e sua abolição. A lei de 18 de setembro de 1850 sobre terras publicas; uma série de decretos sobre processos, cobrança de taxas, administração de vias-ferreas, organização da armada e do exercito, tribunaes commerciaes, e tantas mais, figuravam no acervo da obra governativa, e constituíam méro punhado entre as innumeras actividades do Gabinete. Outro alvo de seus esforços era o ensino: escolas superiores, de medicina e de jurisprudencia, foram modificadas em sua estrutura para melhor se applicarem a seus fins; ensino primario e secundario foram reformados para os ampliar e tornar mais proveitosos. A vida publica civil; a reorganização do corpo diplomatico; a organização bancaria; a saúde publica; as normas da Junta dos corretores; instrucções novas para todos os departamentos do serviço publico; regras para a actividade no Brasil dos consules estrangeiros; ainda figuram entre as incessantes cogitações do Gabinete.

Em 1852, Mauá, sempre Mauá, empreendeu construir uma fróta para inaugurar a navegação a vapor do Amazonas. Ainda elle, em 1853, fundou uma Companhia para illuminar a gás a cidade do Rio. No mesmo anno, nova lei foi votada sobre a emissão de papel-moeda.

141. Unidade das directrizes internacionaes. — Em nossa vida internacional manifestavam-se a mesma actividade e a mesma ansia de energia.

Sempre fôra tendencia da politica de Portugal nos tratados de limites, substituir os lindes geographicos artificiaes pelo facto humano da occupação effectiva do territorio. Os primeiros prodromos desse rumo remontam ao tratado de Utrecht, em 1713-1715; e ostentaram-se com pleno vigor, acceitos por ambas as par-

tes contractantes, Lisbôa e Madrid, nos actos de Madrid, de 1750, e de Santo Ildefonso, de 1777-1778. Mas, de taes actos de consenso, nenhum fôra levado a cabo até suas consequências ultimas, porque as operações geodesicas e topographicas nunca haviam sido concluidas. Por conseguinte, quando, em 1807, se renovou a guerra entre Espanha e Portugal, e este país denunciou todos os tratados existentes entre ambos, todo o problema da fronteira commum permanecia integro, em aberto, sujeito apenas ao principio pacificamente adoptado por ambas as soberanias: a occupação effectiva, como definidora das posses respectivas.

Ao ser proclamada a Independencia, tal era ainda o estado da questão, com uma excepção unica: o Uruguay, a antiga Cisplatina, com a qual existia uma convenção, assignada em 1821, e que fixava os limites, sempre sob a mesma orientação.

No Brasil, nunca variou esse ponto de vista. Em 1851, antes da guerra de Rozas, um tratado foi assignado com Montevideo, na base acceita em 1828, por occasião das lutas de que havia resultado a Independencia uruguaya.

Todas as relações diplomaticas com a Bolivia, e o Paraguay, obedeceram ao mesmo conceito, assim traduzidas nos acôrdos de 1867 e de 1872.

Existiam difficuldades sem conta com a França, na região das Guyanas. Os tratados de Utrecht haviam solvido a questão contra as pretensões francesas, mas a dynastia dos Bourbons nunca acceitara, de alma aberta, o veredictum então proferido. O Congresso de Vienna, em 1815, mais uma vez sanccionara as exigencias de Portugal-Brasil, mas o governo de Paris ainda resistia. Em 1835, as tropas francesas da Guyana invadiram a Provincia do Pará; após quasi cinco annos de discussões, energicas mas cortesese, foram retiradas sem que o debate se encerrasse.

De tal situação decorreram inconvenientes e attritos sem conta. O Brasil sendo fraco, e a França forte, tal indeterminação só poderia ser prejudicial ao primeiro. Assim, todo o esforço se dependeu no rumo de pôr termo ao dissidio e definir a fronteira. Celebraram-se reuniões e conferencias no Rio (1841-42) e em

Paris (1846 e 1854), sem resultado embora. O estado de desordem e de indeterminação, permaneceu insoluto, até que o presidente da Confederação Helvética, em 1900, deu sua sentença arbitral, e pacificou a contenda, dando razão ao Brasil.

Em outro ponto da divisa, surgiu um conflicto onde esse menos era de se esperar, tão infundado e surprehendente seria do ponto de vista historico. Pelos antigos tratados de Utrecht, a Grã-Bretanha havia garantido a Portugal a posse pacifica e não perturbada de toda a bacia amazonense, dentro dos limites lusitanos de sua distribuição geographica de terras no Continente, a confrontarem com as de Espanha. Em 1838, a principio sob a côr de explorações scientificas, e depois por actividade missionaria, a Inglaterra invadiu e tomou posse da bacia superior do Rio-Branco, affluente da esquerda do Amazonas.

Toda discussão era impossivel, mas causou uma tensão muito sensivel entre os dois governos, precisamente em um momento no qual o Brasil se achava a braços com graves disturbios internos, a Norte e a Sul, e com difficuldades crescentes com o Uruguay e a Argentina.

Finalmente, em 1843, o Brasil propôs neutralizar o territorio disputado, afim de dar provisoriamente fim a semelhante estado de coisas, que já se mostrava sério, e ameaçava aggravar-se. Deixou-se quedar a controversia até que, em 1901, um tratado foi celebrado com o intuito de sujeitar toda a questão ao arbitramento do rei de Italia. A sentença foi proferida em 1904, dividindo o territorio por entre ambas as soberanias.

142. **Politica interna. A Liga. Paraná.** — A politica interna dos partidos havia progredido. Em 1847, a presidencia do Conselho fôra criada para dar unidade de espirito e de direcção ao ministerio, por demais sujeito a tendencias individuaes divergentes, quando tal nexó não existia. De 29 de setembro de 1848 até setembro de 1853, dominaram os conservadores e deram gabinetes extraordinariamente habeis e capazes, aos quaes devemos a mór parte das leis e medidas citadas supra. A 6 de setembro

de 1853, Honório Hermeto Carneiro Leão, marquês do Paraná, estava na presidência do Conselho; talvez representasse uma phase menos progressiva de espirito publico que seus predecessores, mas trazia uma luz nova para serenar as agitações partidarias: a conciliação.

Consequencia inevitavel da competição entre os homens e os grupos; a secessão que sempre apparece nas grandes assembleas que devem agir quasi unanimemente, havia feito de todos os politicos, de mil pareceres divergentes, uma multidão baralhada, sem norte, e era impossivel fixar limites por differenças de ideaes. Nomes, homens, e não opiniões, separavam taes agrupamentos a fingirem partidos.

Tinha Paraná o intuito de reagrupar os sentimentos e os ideaes de modo a se constituirem nucleos de gente pensando com homogeneidade, uniformemente, e agindo de acôrdo com seu modo de pensar. Assim, todas as opiniões seriam representadas, em seus matizes. Como, em realidade, os rotulos não correspondiam ás idéas, nem á essencia das coisas, entre pretensos liberaes e cognominados conservadores a unidade de espiritos era, por vezes, muito mais real do que entre membros do mesmo partido.

Esse, foi o grande merito politico de Paraná, tão grande, que, tendo elle morrido antes do pleito renovador da Assembléa Geral, no qual tal norma de agir ia ser posta á prova, não foi abandonada semelhante orientação por seus successores, e serviu de norte á nova organização do país.

143. Rumos intellectuaes. — Na vida mental do Brasil, a mesma tendencia se revelava pela producção litteraria. Podemos seguir as impressões de Ronald de Carvalho, em livro publicado em 1925, sobre a evolução das letras nacionaes.

O periodo de 1836 a 1870 revela o despertar da consciencia nacional quanto ás manifestações estheticas do país. Quatro rumos se ostentam nesse broto romantico. Gonçalves de Magalhães, mais tarde visconde do Araguaia, chega em frente com sua inspiração fundamente religiosa. Em seguida, Gonçalves Dias,

inspirando-se directamente na Natureza, se revela o interprete sincero e definitivo do ambiente brasileiro, sob o influxo forte de convicções pantheisticas. Alvares de Azevedo mostra-se chefe de uma escola peculiar, a da duvida ironica e dolorosa. Castro Alves, poeta social por excellencia, vibrando de emoção, cheio de pensamentos e de nobre entusiasmo, revoltado eterno contra todas as injustiças sociaes, impõe-se como paladino da liberdade e das generosas iniciativas, um rebelde contra os preconceitos.

Na literatura de ficção, o indianismo e a historia da Idade Média do Brasil inspiraram a José de Alencar. Os tempos coloniaes e os primeiros annos do Imperio, tiveram seus observadores e chronistas em Joaquim Manuel de Macedo e Manoel Antonio de Almeida. A vida de nosso sertão teve seus primeiros narradores em Bernardo Guimarães e Alfredo de Taunay.

Nesta phase, só um notavel historiador pôde ser mencionado, mas, em compensação, é elle um dos dois nomes maximos do Brasil nesse departamento de nossa literatura: Francisco Adolpho de Varnhagem, mais tarde visconde de Porto-Seguro. O outro nome, o de João Capistrano de Abreu, só mais tarde appareceria, e desapareceu da vida em 1927.

No theatro, foi menos importante a producção: Martins Penna, entretanto, deve ser lembrado, interprete que foi da vida humilde e pobre das existencias sem brilho.

Ia-se fazendo sentir funda mudança em nossas cogitações literarias: estas se nacionalizavam. Diminuia cada vez mais o influxo dos mythos latinos ou gregos, os exemplos dos tempos classicos. Escolhiam-se modelos na mesma vida de nossa terra. Mostrava-se talvez algo atrasada quanto ao sentir geral pelo Occidente inteiro. No Brasil, a linguagem estrangeira dominante era o francês, e, através desse canal, falava a affinidade de raça, de conceitos estheticos e de autores.

Das demais nacionalidades, a Inglaterra e a Alemanha exerciam sua influencia pelas traducções francesas. O espanhol falava-se correntemente, e lia-se mesmo, nas provincias sulinas, prin-

cialmente no Rio Grande do Sul, em contacto com o Rio da Prata.

Mas as idéas francesas occupavam a deanteira. Prevalencia um profundo conhecimento do latim, e as antiguidades classicas das melhores épocas de Roma constituiam as bases da instrucção das classes cultas: ler no original as obras dos velhos poetas ou dos melhores prosadores e chronistas, era coisa das mais usuaes.

Chateaubriand, e, através edições francesas, embora em escala menor, Walter Scott e Fenimore Cooper, eram modelos que inspiravam os romancistas e mesmo os poetas. Victor Hugo foi outro desses vates seguidos. Goethe, Schiller e Byron tambem davam a senha a muitos leitores e discipulos.

Seu influxo, entretanto, traduzia-se mais na escolha dos assumptos, do que na imitação servil dos processos. Foram auxiliares importantissimos no despertar do sentimento nacional, e, através o fermento que representavam na acção da mentalidade nossa, contribuíram no se tornar o Brasil cada vez mais e mais intensamente brasileiro.

CAPITULO XI

Guerras do Uruguay e do Paraguay

A guerra de Rozas havia obedecido ao sentimento, geral e intimo, de que as agitações platinas tinham de terminar: o Uruguay estava arruinado; o Brasil tinha a percepção nitida do perigo decorrente da proximidade demasiada de um vulcão na fronteira do Rio Grande do Sul, explosivo e bellicoso; Entre-Rios e Corrientes viam-se paralyzados em seu progresso pelos tumultos incessantes da Confederação.

144. Attritos precursores. Erros reciprocos de comprehensão. — A diplomacia conjunta dos adversarios de Buenos Aires havia consolidado, fundindo-os, os elementos desconexos, e constituido um bloco de bandos guerrilheiros sem alcance. Venceram em Caseros, e logo trataram de lançar os novos alicerces de um edificio de paz.

Faltou, infelizmente, um elemento capital a tal obra consolidadora: a morte prematura do general Garzón. Embora fosse *blanco*, gozava da confiança generalizada de todos os uruguayos sem distincção partidaria, e, provavelmente, teria revelado sua capacidade para pôr termo a todas as causas internas de dissidio.

Morto elle, não mais seria possível cuidar em fusionarem *blancos* e *colorados*. Amontoavam-se os politicos em um espaço commum, juxtapostos mais do que fundidos ou harmonizados em um agrupamento de alvos identicos. Desde logo, tal situa-

ção se manifestou ao se tratar da escolha do novo candidato á presidencia vaga.

A logica exigia uma selecção vinda do grupo vencedor, *colorado*, e tal era tambem o modo de pensar tanto do Brasil como de Entre-Rios. Nesse partido, porém, não houve meio de se chegar a acôrdo quanto a qualquer de seus membros, tantas eram as rivalidades intestinas. Assim, um *blanco* teve de ser o eleito, em 1852, D. Juan Francisco Giró. Todas as cambiantes da opinião o haviam suffragado, embora na Assembléa existisse uma pequena maioria *blanca*.

Começou criando difficuldades com o Imperio, por causa dos tratados de 1851, contra a vontade de Urquiza e do proprio Brasil, e contra as vistas do partido *colorado*. Assim é que manifestava sua opinião sobre a illegalidade do governo da Defesa de Montevidéo. Era propriamente desafiar aos vencedores *colorados*. Não se revelou o presidente á altura da situação.

Não melhoraram as circumstancias, antes se tornaram piores, e na vida politica do país as relações partidarias se mostravam muito tensas. No Exercito, a maioria dos quadros officiaes era *colorada*, e uma tentativa de organizar uma Milicia Nacional, na qual se pudessem concentrar elementos de outro matiz politico, falhou: terminou em conflicto, combatendo-se soldados e milicianos nas ruas da capital. Estava annullada a autoridade de Giró, e após uma curta demora de dois ou tres meses, na qual em vão procurou reconquistar a força moral que havia perdido, elle se sentiu incapaz de faser face á situação ameaçadora e perigosa assim criada. Fugiu, e asyloou-se na legação franceza, a 24 de setembro de 1853.

Formou-se um triumvirato para governar o Estado, incluindo o velho e famoso chefe dos Trinta e Tres, Lavalleja; delle fazia parte tambem Fructuoso Rivera, exilado no Brasil, e o coronel D. Venancio Flores, o chefe dos *colorados*. Em outubro de 1853, Lavalleja morria; Rivera, em viagem de volta para Montevidéo, falleceu em janeiro de 1854, Flores, destarte, ficava sozinho, como ditador, e foi eleito presidente pelo prazo de dois annos, até 1856.

Embora subdividida ainda em grupos reduzidos, a opinião pública já não era representada pelos *blancos* de Oribe, nem pelos *colorados* da defesa de Montevideo. Novas dichotomias haviam retalhado os antigos arraiaes. Um terceiro partido surgira, que se appellidava de conservador, com chefes moderados de ambas as organizações historicas. Subira tanto a desordem, que Montevideo solicitou a intervenção do Brasil, sob a forma de um subsidio mensal e da presença na capital de uma divisão brasileira, contando pouco mais de 5.000 homens.

Estavam por demais agitados os espiritos, para que consentissem se acalmassem as paixões. Em agosto de 1855, D. Venancio foi apeado do poder, e um novo governo se formou de elementos colligados dos conservadores, independentes e de *blancos*. Apesar de fundidos, eram apenas uma minoria, e Flores enviou sua renuncia á Assembléa.

145. **A anarchia uruguaya.** — Seguiu-se uma phase de agitações incessantes. Da eleição de Giró, em março de 1852 á escolha regular e legal de Gabriel Antonio Pereira, em março de 1856, num intervallo de quatro annos portanto, haviam succedido na presidencia dois constitucionaes, Giró e Flores; tres ditaduras, as do Triumvirato, de Flores e de Lamas; e dois governos interinos, dos presidentes do Senado e da Camara dos Deputados. Tres revoluções tinham explodido no periodo intermediario: em 1853, e em 1855, em agosto e em novembro. A situação resultava intoleravel.

As tropas imperiaes, chamadas para pacificarem o país em 1854, eram impotentes para o fazerem, e tiveram de ser retiradas em 1855. Talvez tivessem feito mais mal do que bem, não por sua conducta, que havia sido boa, mas pela exaltação levada por sua presença aos sentimentos partidarios. Esta era a consequencia do grande erro, corrente entre a maioria dos uruguayos, de estarem estes convencidos de que o Imperio nutria, no Rio da Prata, designios conquistadores.

Não se tinham convencido, ou mesmo não se mostravam a par, de que, desde 1828, todas as tendencias imperialistas man-

tidas por D. João VI e seu filho, o primeiro Imperador do Brasil, haviam sido postas de lado; que a politica lindeira dos Gabinetes do Rio, constituia a applicação firme e invariavel de um só principio, o *uti possidetis*, cuja primeira manifestação foram os tratados de Utrecht, de 1713-15, e sempre observado em todos os demais tratados internacionaes. Consequencia evidente, as exigencias brasileiras nunca se manifestaram variaveis: o que ellas eram em 1821, continuaram a ser desde 1828 até hoje.

Mas em um ponto, é justo dizer, as queixas uruguayas estavam plenamente provadas, nem só quanto aos termos do tratado de 1851, mas tambem no espirito tacanho com que eram applicadas as suas estipulações: a posse exclusiva e a utilização das aguas da lagôa Mirim e do rio Jaguarão, onde nem uma canôa de dois remos, nem uma jangada podia ser usada se pertencesse a uruguayos, e tal procedimento das autoridades imperiaes dava origem a innumerous vexames e conflictos. Pena é confessar, para nós brasileiros, que tal situação durou até 1909, quando um novo acôrdo foi assignado, obedecendo ao espirito culto e liberal do presidente do Brasil, Nilo Peçanhá, e á visão superior e politica do barão do Rio Branco, como secretario de Estado. Só então foi apagada de nosso Codigo de Relações Externas essa grande prova de erro e de iniquidade de nossa parte.

Em abono da verdade, deve ser dito que militavam boas razões para induzirem em taes eivas os redactores desses documentos: os disturbios dominantes anteriormente no Uruguay; o perigo e a ameaça de contagio para o Rio Grande conlindante, tão cheio ainda de germes revolucionarios; as incessantes incursões uruguayas, a prearem gados e rebanhos e tropilhas, exercendo sua acção devastadora por centenas de leguas quadradas, e roubando centenas de mil cabeças, 800.000 ao que se computava na época, aos estancieros dos municipios da fronteira. Nenhuma facilidade para atravessar rios ou lagos se poderia conceder, pensavam os criadores rio-grandenses.

De taes sentimentos e noções em conflicto, nasciam má vontade e hostilidades reciprocas, e de dia para dia se aggravavam.

146. **Neutralidade real do Brasil.** — Não possuía o Gabinete do Rio preferencia por tal ou qual partido nas lutas internas do Uruguay. Mantinha-se estritamente neutro, e, officialmente, entendia-se com as autoridades de Montevidéo, fossem estas quaes fossem. Successivamente, havia tratado com Oribe e com Rivera, e com o governo da defesa de Montevidéo, emquanto cada um delles fôra detentor legal do poder. E' absurdo falar de tal ou qual partido como sendo de amigos ou de protegidos pelo Imperio. Mas na pequena Republica conflagrada, as falas eram outras: cada grupo no poder invocava o auxilio do Brasil, e seus sentimentos para com este variavam conforme haviam recebido, ou não, o suspirado favor.

Apesar da falta de senso de tal modo psychologico de julgar os casos, inda assim existia e predominava; constituia a força orientadora, profundamente perturbadora, das relações internacionaes entre os dois paises. Como sempre, nesses momentos de guerra civil, os interesses partidarios levavam a melhor e suffocavam o senso exacto de apreciação dos deveres entre nações.

Hoje em dia, as opiniões mudaram: a quasi unanimidade dos historiadores reconhece a natureza real dos alvos brasileiros, liberaes e altruistas; mesmo aquelles que tinham criticado e censurado a politica imperial no Rio da Prata, cantaram nobremente a palinodia e confessaram seu equivoco. Abriram-se os archivos do Brasil, mesmo os mais confidenciaes, e seu conteúdo tem sido publicado. Não é mais possivel pôr em duvida a sinceridade da diplomacia imperial, nem a de suas intenções proclamadas ou de seus actos realizados. De modo excepcional, ainda se pôde ouvir uma que outra voz dissonante, sem éco, entretanto. Mas outra era a feição, pela éra dos sessenta e dos setenta.

147. **O dissidio argentino-uruguayo.** — Ainda mais sérios eram os dissentimentos entre Uruguay e Argentina.

Depois de Monte Caseros, Urquiza havia occupado Buenos Aires, e os pelotões de execução começaram a fuzilar prisioneiros.

ros e adversarios. Amontoavam-se em Montevideo os refugiados politicos, e em 1856 um bando delles atravessou o rio de novo, para tentar depôr as autoridades installadas em consequencia da victoria de Caseros. Derrotados e condemnados, cerca de cento e quarenta foram passados pelas armas. Oribe foi suspeitado de ter desempenhado certo papel no trama dessa invasão.

Por outro lado, a idéa de reconstituir o antigo vice-reino de Buenos Aires nunca desaparecera da mentalidade argentina e de seus chefes. Rozas nunca reconheceu a independencia do Paraguay, e, á raiz da intervenção de Oribe nas agitações uruguayas, se achava a intenção de reincorporar Montevideo á Confederação. Alguns pensadores e chefes partidarios uruguayos nutriam o mesmo modo de enxergar o problema politico do Prata: entre elles, D. Juan Carlos Gómez, politico de primeira plana e de altissimo valor, espirito verdadeiramente superior. Apresentou-se no pleito eleitoral uruguayo de 1857 como conservador, pois um programma de reconstituição do vice-reino iria ferir o sentimento publico de todo o país.

Era seu intuito apelar da presidencia o presidente D. Gabriel Antonio Pereira. Um grupo de *colorados* sustentava a Pereira; outro, do mesmo partido, oppunha-se a seu governo; parte dos *blancos* era-lhe sympathica.

Tal pressão exerceu Gómez sobre Pereira, que este se viu constrangido a o exilar para Buenos Aires, com alguns poucos partidarios seus. Immediatamente, os conservadores responderam a essa appellida provocação, preparando a revolução, com o apoio e sympathia de Buenos Aires. Iniciou-se em dezembro de 1857, e tomou algum incremento em janeiro de 1858; mas, a 28 desse mês, a columna revolucionaria foi destroçada e capitulou em Quinteros. Apesar de se haver rendido, o governo de Pereira ordenou o fuzilamento dos chefes, o que succedeu a 1.º de fevereiro. Tal massacre, repulsivo e vergonhoso, não fôra decidido por odio partidario, pois, no Gabinete, tanto *blancos* como *colorados* haviam cooperado para aconselharem ao presidente Pereira agir com desapiedada energia. Para taes conselheiros da ma-

neira forte, essa norma parecia indispensável para encerrar a éra das revoluções e as tendências insurreccionaes.

Tão evidente fôra a participação de Buenos Aires na conspiração, que, desde o primeiro momento, Pereira suspendeu as relações diplomaticas com aquella cidade, e pediu a intervenção do Brasil e da Confederação Argentina, da qual a capital *porteña* se achava separada desde setembro de 1852. As forças unitarias dessa provincia haviam sido levadas ao desespero pelos excessos do governador de Entre-Rios, e o tinham forçado a voltar para sua provincia. A tragedia de Quinteros deixara provado que Montevideo nada tinha a recear, e tornara inutil qualquer intervenção de Urquiza. O Brasil, sim, teve de agir, um pouco mais tarde, para evitar que de Buenos Aires viesse qualquer auxilio efficaz.

Pereira, comtudo, demittiu ao general D. Venancio Flores de seu posto official, sob o pretexto de ter, sem a devida licença, deixado Entre-Rios por Buenos Aires, ponto do qual tencionava promover desordens no Uruguay, de acôrdo com D. Juan Carlos e outros opposicionistas ao Governo Oriental.

Urquiza, ansioso por ver desaparecer a dissidencia entre Buenos Aires e a Confederação, mais uma vez invadiu a provincia isolada, com o unico resultado de se ver estrondosamente derrotado em Cepeda, a 23 de outubro de 1859, desbaratado de tal ordem que o obrigou a se retirar. Tal acontecimento, fortalecendo Buenos Aires, não melhorava a posição do Uruguay, e esta Republica temia de ser o alvo das conquistas de seus vizinhos. Por isso, e após discussões prolongadas, foi assignado em 1859 um tratado de neutralidade entre a Argentina, o Brasil e o Uruguay: o Parlamento deste ultimo país o rejeitou.

Finalmente em março de 1860, finalizaram os poderes de Pereira, e um novo presidente foi escolhido, D. Bernardo Berro, um *blanco*, merecedor dos maiores louvores, e cuja administração iria ser o primeiro governo real do Uruguay, desde sua independencia.

Embora tivesse sido ministro de Pereira, agiu do modo mais avisado para acalmar as paixões irritadas dos partidos especial-

mente quanto a Quinteros, cuja sombra tragica pesava no ambiente nacional. Seu alvo era extinguir as antigas denominações de *blancos* e *colorados*, quasi destituídas de sentido em um meio que vira formarem-se novos grupos com membros de ambas as velhas organizações politicas.

Poderia sua administração ter sido caracterizada por uma pacificação geral, pois tal era o pensamento do presidente, e tal seu modo de agir. Mesmo impedido, como se achava, logrou melhorar as condições do Uruguay: restaurou-se o sossego do país: desenvolveram-se os factores economicos; por todos os recantos, ouviam-se elogios aos efeitos de sua politica de conciliação e de saneamento; seus resultados eram apontados geralmente.

148. **Revolução de D. Venancio Flores.** — Não paralytava, entretanto, o odio partidario. Os exilados uruguayos, á margem opposta do caudal, desempenhavam papel proeminente nas lutas entre Buenos Aires e a Confederação, esta sob o dominio de Urquiza. Quando as hostilidades chegaram a seu auge, e Urquiza, a 17 de setembro de 1861, soffreu o revés decisivo de Pavón, e assim foi attingida a phase final de organização da Republica Argentina, haviam generaes e officiaes uruguayos brilhado no campo de batalha. Por taes motivos, mais intimos eram os laços de mutua estima e de amparo reciproco entre os pejeadores de ambas as margens do Rio da Prata.

D. Venancio Flores, portanto, ao invadir o Uruguay, em abril de 1863, e em suas operações guerreiras do anno seguinte, encontrou pleno apoio por parte de Mitre, já eleito presidente da Confederação, desde 1862.

Tal estado de coisas aggravou-se pela intensificação dos sentimentos de inimidade entre os dois governos, até que se rompessem as relações diplomaticas entre elles, nos primeiros dias de 1864, e que se chegasse a pique de conflictos armados. Urquiza, o adversario derrotado de Mitre, pendia por Montevideo, mas seu valor era nullo após a derrota de Pavón.

Do Norte, entretanto, apropinquavam-se nuvens temerosas, que se adensavam sobre o Uruguay.

149. O desespero da fronteira uruguayo-brasileira. — A vida da fronteira do Rio Grande estava em completa desordem. No período anterior a Caseros, havia surgido uma tregua; pois, entre Montevidéo e o Brasil, havia communhão de interesses contra Rozas, o inimigo commum. Mas, na phase seguinte, fôra de agitações e disturbios, como vimos, e dominava desconfiança geral contra o Imperio, a gerar má vontade mutua entre os dois lados da linha limitrophe.

Numerosos brasileiros eram possuidores de terras no Uruguay, em continuidade com as estancias que tinham no Rio Grande. O sentimento hostil, não publico, a principio, manifestava-se em pirraças e pequenos vexames; mais tarde, foram ataques mais graves, assassinios, roubos de gado, ao longo todo da fronteira. Passado mais tempo, fizeram-se incursões dentro na Provincia, cada vez mais audaciosas e prejudiciaes, á medida que o odio crescia contra o Brasil no país lindeiro.

Sempre foram conhecidos os rio-grandenses como bellicosos, susceptiveis em materia de pundonor. Taes processos de vexatoria hostilidade puzeram a Provincia toda em pé de guerra: sua unica propriedade, o gado, estava ameaçada; suas vidas, postas em perigo; suas fazendas, invadidas e destroçadas. Não se tratava de prejuizos sem importancia: mais de 800.000 cabeças assim haviam desaparecido, e os actos de banditismo se exerciam por mais de seiscentas leguas quadradas de pastagens ricas em campos finos.

Queixas affluíam ao Rio, e o Gabinete reclamava diplomaticamente em Montevidéo perante suas autoridades. Tal era a situação perturbada da Republica, desde 1852 até a presidencia de Berro, que faltavam ao governo local os meios materiaes de fazer justiça, ou mesmo de ouvir imparcialmente os queixosos, em um país dilacerado pela guerra civil. Conscio disto, o Brasil não podia e não queria insistir demasiado em seus esforços de exigir reparações pelos males e prejuizos soffridos por seus nacionaes, e adia tal prestação de contas para dias mais calmos.

Assim se foi protelando, até a subida de Berro á presidencia. Mas eram assim doze annos de abandono e de paralyzação na

defesa dos interesses rio-grandenses, e estes soffriam e gritavam, até que, cansados de se verem a sós, começaram a procurar justiça por suas proprias mãos.

Pequenos bandos começaram a cruzar a fronteira, e iam ao Uruguay recapturar seus rebanhos roubados, e tornar effectivos seus direitos, á força de armas. A essa natural reacção dos interesses lesados e conspurcados, Montevidéo chamava de intervenção brasileira na vida interna da Republica. Mais ainda, quando, desesperados os brasileiros com os desmandos das autoridades da campanha uruguaya, e ciosos por defenderem seus legitimos direitos violados, fizeram causa commum com os adversarios de seus perseguidores impenitentes, causa real de taes conflictos.

Tornaram-se cada vez mais numerosos e graves taes recon-tros, e attingiram seu auge durante o levante de D. Venancio Flores, em 1863. Os rio-grandenses haviam organizado verdadeiros bandos militares, tropas irregulares, sob o commando do barão de Jacuhy, um dos melhores auxiliares de Caxias durante a guerra dos Farrapos, estancieiro elle proprio, e lesado pelas desordens da fronteira.

Como era natural, Montevidéo queixava-se. Do Rio partiam ordens ás autoridades provinciaes, mas taes instrucções só parcialmente, e isto mesmo mal, eram attendidas ao longo da linha divisoria, pois os habitantes dessa região sabiam e sentiam a justiça de suas reivindicações, e sabiam ainda que sómente se batiam para que suas vidas e suas propriedades fossem respeitadas.

Os Annaes do Parlamento, no Rio, bem como os da Assembléa do Rio Grande do Sul, estavam cheios de taes discussões e queixas fundadas. Mais ainda: o general Netto, representando os estancieiros de sua terra, foi ao Rio com a incumbencia especial de abrir os olhos do governo sobre os perigos da situação, e dizer que, se os interesses rio-grandenses não encontrassem apoio por parte do Governo Geral, a Provincia faria sua propria defesa por seus propios elementos, e combateria o Uruguay, apesar dos pesares, mesmo correndo o risco de uma nova secessão. Netto ha-

via sido um dos mais valentes e bem succedidos chefes da revolução de 1835-45.

150. Missão Saraiva. O ultimatum. — Assim premido pelos factos, não podia o governo imperial deixar de agir com energia accrescida. Tal foi a origem da missão dada ao deputado José Antonio Saraiva, em abril de 1864.

Desta sorte, nos dias ultimos do governo de Berro, quasi simultaneamente vinham graves perigos ameaçar o Uruguay: a Argentina, com hostilidades pendentes contra a administração *blanca*, e favorecendo de modo evidente aos partidarios de D. Venancio Flores; o Brasil, neutro entre os partidos locais, a exigir, porém, justiça em favor de seus nacionaes, prejudicados em seus interesses pelos factores de desordens e de danos, e ameaçando levar sua intervenção até os ultimos limites para que justiça se fizesse e fossem satisfeitas suas reclamações.

Uma coincidência feliz, entretanto, permittia esperar que um entendimento se pudesse conseguir. Saraiva era a personificação da honra, da moderação, do espirito de justiça e do amor aos meios suasorios. Tão alto iam esses predicados, que, com o correr do tempo, nos ultimos dez ou quinze annos do Imperio, elle dominava os partidos e era considerado e respeitado como vice-imperador, appellido que lhe deram.

O presidente Mitre representava a chegada ao poder de uma corrente nova na politica argentina. Unitario, exilado no Chile em companhia de seu nobre amigo Sarmiento, ambos já haviam comprehendido que era outra, que não a primitiva, a feição dos problemas platinos.

A principio, por 1810, o ideal de independencia e de unidade do antigo vice-reino de Buenos Aires havia inspirado todos os grandes chefes do país, Paraguay exceptuado, pelo isolamento imposto em todas as coisas pelo Dr. Francia. Todos elles, por meios differentes e por methodos variaveis, haviam procurado servir ao mesmo alvo. Por elle, Artigas havia combatido por parte do Uruguay, sob a forma de uma federação. Os directores das Provincias-Unidas buscavam uma solução na receita monarchica. Os

unitarios queriam grupar todas as fracções territoriaes, sob o predomínio de Buenos Aires. Os federaes, adoptando essa forma de organização governamental, affirmavam, com o severo predomínio de Rozas, a supremacia de Buenos Aires, a esmagarem toda tendencia de secessão, negarem o reconhecimento da autonomia paraguaya, e se esforçarem, através Oribe, a constranger ao Uruguay a se reincorporar na Confederação. Desse ponto de vista, o tratado de 1828 valia por um triumpho do ideal independentista, pelo forçado recuo do imperialismo brasileiro de D. João VI e de D. Pedro I, tanto quanto da politica reconquistadora da Argentina.

Mas, chegados aí, grande divergencia de rumos se tornava evidente, embora o Uruguay nella não quisesse acreditar por largos annos: o Brasil havia sinceramente renunciado a todos os seus pruridos conquistadores de tempos idos, emquanto Rozas e seus federaes não tinham cedido de seus antigos ideaes, e ainda se inspiravam na sombra prestigiosa do vice-reino.

Até Caseros, e este é um dos motivos para ser considerada essa data como uma das capitaes, um dos factos dominantes e decisivos da historia do Rio da Prata, tal miragem havia sido o elemento perturbador dos acontecimentos politicos dessa região. A partir de Caseros cessou: o Uruguay foi considerado como verdadeiramente independente na mentalidade argentina. A intervenção de Buenos Aires na margem oriental do grande rio passou a ter outro fundamento: Urquiza havia-se tornado inimigo de Buenos Aires, já agora isolada pelas violencias do governador de Entre-Rios; os chefes *colorados* do Uruguay, vencidos pelo governo *blanco* de Montevidéo, tomaram lugar ao lado de Buenos Aires, para onde tinham fugido, emquanto Urquiza e a Confederação eram alliados dos *blancos* uruguayos. Assim, dois grupos surgiram logicamente. Venancio Flores e seus *colorados*, com Buenos Aires; contra os *blancos* da antiga Cisplatina e Urquiza. E, como esta ultima aggregação era uma ameaça á primeira, procuravam os *porteños* enfraquecer a seus adversarios, unindo-se ao grupo *colorado*.

Desde 1853, o Congresso do Paraná havia adherido a Urquiza; tinha celebrado sua reunião em Santa Fé, mas adiará suas sessões em 1860. Depois de Pavón, as Legislaturas provinciais declararam vacante o Poder Executivo e o entregaram a D. Bartolomé Mitre, com o encargo de convocar novo Congresso, em Buenos Aires. A 25 de maio de 1862, iniciaram-se as suas sessões, e Mitre foi eleito para a presidencia, no mesmo anno.

Já agora, os novos chefes queriam tornar solução jurídica e constitucional o que fôra méro producto de uma situação de força e de luta partidaria. O ascendente de Buenos Aires devia ser reconhecido e acceto, como poder normalmente regedor das provincias; os factos consummados deviam ser confessados, tanto no Uruguay, como no Paraguay; a pacificação geral das Republicas do Prata devia constituir um alvo geral e commum. Desse conjunto de métras altas e nobres, Mitre fez seu programma, logo que a derrota de Urquiza o permittiu. Da primeira oportunidade que achou, elle se valeu para iniciar com esse rumo sua politica internacional, e a oportunidade se apresentou com a missão de Saraiva a Montevidéo.

Foi para o Prata verdadeira infelicidade que a successão de Berro recaisse no presidente do Senado, D. Atanasio Aguirre. Nada mais era elle do que um partidario, a se mover aos impulsos exclusivos dos alvos de partido, e incapaz de admittir idéas geraes acima do horizonte dos grupos politicos. Para elle, governar significava apenas conservar seus amigos no poder, acontecesse o que acontecesse.

As ordens do Gabinete Imperial visavam o envio a Aguirre de um *ultimatum*, exigindo compensação dos prejuizos causados a brasileiros, punição dos responsaveis e a instauração de uma éra de justiça; se fosse recusado o pedido, tropas brasileiras de terra e mar effectuariam represalias. Saraiva, entretanto, preferiu silenciar sobre taes exigencias, afim de ver se conseguia persuadir e pacificar os contendores, em vez de ameaçar.

A 12 de maio de 1864, apresentou suas credenciaes, e a 18 remeteu uma nota, perfeitamente cortês, expondo os fins de sua

missão. Em resposta, recebeu uma communição furiosa e rude, impregnada de odio partidario em todos os seus termos. O enviado brasileiro recusou discutir nesse tom, e, em nota de 4 de junho, polidamente expôs quanto eram insignificantes os argumentos usados contra a explanação imperial dos negocios e das queixas. Ainda então, não apresentou o *ultimatum*.

Estava esperando uma contestação, quando, a 6 de junho, o ministro argentino dos Negocios Estrangeiros, D. Rufino de Elizalde, e o ministro britannico Edward Thornton, chegaram a Montevideo, com o intuito confessado de offerecerem seus bons officios a Aguirre, pois assim desejava vivamente todo o corpo diplomatico residente em Buenos Aires. Sentiu-se Saraiva esperançado com tal iniciativa, e pensou que o Uruguay chegaria a entendimento. Junto com os mediadores espontaneos, foi ao presidente, e, depois de protraída discussão, todos chegaram a um acôrdo, formula conciliadora que talvez pudesse pôr termo á luta cruenta e restaurar a paz ao país, alvo precipuo dos esforços combinados de todos elles, preliminar necessaria para se solverem as difficuldades com o Brasil. Tudo veio a publico em 10 de junho.

Foi então consultado o general Flores, que concordou com as medidas, comtanto que Aguirre chamasse para seu gabinete ministros novos que pudessem inspirar confiança aos *colorados*, mas fazendo dessa condição nova uma preliminar essencial para seu proprio assentimento.

Os protocollos dessas negociações foram redigidos e submettidos ao Governo Oriental, finalmente acceitos por este, embora algumas objecções, poucas, fossem feitas e resolvidas. A' ultima hora, quando se tratou de entregar os documentos a Flores, verificaram os mediadores, com indignação extrema, que Aguirre havia publicado condições divergentes das que tinham sido acordadas no pacto discutido e acceito!...

Do debate descosido e sem nexa que então se travou, resultou apenas a communição de 3 de julho feita a Flores, de que o presidente havia mudado de parecer, e recusara. A luta civil, suspensa desde o inicio das tentativas pacificadoras, recommençou de

novo, e, agora, com redobrada fúria, pela indignação resultante da falta de fé do governo.

Mais uma vez, Saraiva delongou o cumprimento de sua incumbência. Passou-se para Buenos Aires, afim de enviar seu relatório das ocorrências ao Rio, com os devidos detalhes, expôr a nova situação e pedir instruções definitivas. Mesmo então, não fechou a porta ás trocas de vistas e á possibilidade de acôrds de última hora. Tal era sua ansiosa soffreguidão em evitar violências. Nada mais restava, respondeu-lhe o Gabinete, do que conceder a Aguirre prazo curto para satisfazer ás exigências brasileiras, e, caso denegada a justiça, obtê-la por meio de represalias.

A 4 de agosto de 1864, o *ultimatum* foi apresentado. A 9, o ministro uruguayo das Relações Exteriores o devolveu como inaceitavel, e propôs o arbitramento. Já agora, tal proposta não podia ser aceita nem tomada em consideração, pois significava apenas protraír um debate já velho de muitos annos, e no qual a bôa fé do Brasil servira de juguete. A 30 de agosto, o Uruguay rompeu relações diplomaticas com o Imperio.

Inda assim, não havia começado a guerra. Para tranquillizar os espiritos sobre os intuitos pacíficos e modestos do Brasil e da Argentina, antes da partida de Saraiva de Buenos Aires foi assignada por elle e por Elizalde uma declaração de que, em qualquer caso, a Independencia do Uruguay seria respeitada.

151. **A guerra do Uruguay.** — Não entraram forças brasileiras na Republica antes de dezembro, e a esquadra de bloqueio do Rio da Prata revelou actividade escassa até outubro. Durante esse periodo, novos esforços foram tentados por Mitre, pelo ministro italiano em Montevidéo, Barbolini, todos norteados pelo empenho de se chegar a uma solução pacifica. Nullo, o resultado. Aguirre recusou todas as propostas. Não era sufficiente o odio partidario para explicar tal emperramento. Pôde admittir-se a versão de que, sendo Mitre amigo de D. Venancio Flores, sua intervenção pudesse apparecer suspeita aos *blancos*, bem como toda tentativa de Buenos Aires. Mas é preciso ponde-

rar que, em nenhuma das suggestões, era desafiado ou diminuido o prestigio de Aguirre ou do governo *blanco*: a exigencia unica era a pacificação geral, para que todos os uruguayos pudessem gozar de seus direitos naturaes.

Outra causa existia, que movia presidente e ministros a rejeitar qualquer solução de paz: desconfiança profundamente radicada contra o Imperio e a Confederação, o primeiro suspeito de alvos expansionistas, o segundo apontado como querendo mudar a situação respectiva dos partidos locais na Republica.

Hoje em dia, foi lançada plena luz sobre os factos daquela época, e divulgadas as negociações. Podemos, portanto, falar serenamente sobre elles, e tanto mais, quanto os proprios historiadores uruguayos que criticavam a attitude da Argentina e do Brasil e accusavam amargamente esses paises, reconheceram nobremente seu equívoco, confessando honestamente e com animo elevado o erro em que laboravam, o que dá lugar a que pareça existir concordancia de pareceres, bastante generalizada, sobre o que então se passou.

Não ha receios de offender ou menosprezar sentimentos patrioticos respeitaveis, sinceros embora mal avisados e mal aconselhados.

Que Montevidéo desconfiava de Buenos Aires, está abundantemente provado: uma das bases allegadas, eram as relações amistosas entre a Argentina e o Brasil, o que levava as missões brasileiras a conferenciarem intimamente com Mitre, a pedido do proprio Uruguay, afim de obterem desse eminente estadista seguranças de bôa vontade e de respeito pela Independencia da Republica vizinha.

Quanto ao Imperio, a abundancia de pamphletos hostis, os relatorios publicados de diplomatas ou suas instrucções, provam, além de toda possibilidade de negação, que, emquanto os bons officios do Rio eram pedidos e, satisfeitos, eram agradecidos no seu empenho de neutralidade e de paz, os *blancos* do Uruguay intrigavam em Entre-Rios, Corrientes e Paraguay, visando formar uma alliança contra as duas nações confrontantes.

Nada podia ser mais comprobatorio dessa politica de desconfiança do que tal esforço, praticado sob apparencias de bôa fé, para planejar e realizar um plano mortal de ataque áquelles mesmos cujo auxilio era empenhadamente solicitado.

Cumpre, entretanto, considerar taes factos com severidade menor do que em occasiões normaes: o Uruguay, sob o influxo de uma hereditariedade de lutas e de guerras, fraco, ignorando os fundamentos reaes da politica imperial, receava ser conquistado, e agia como agem os timidos e fracos ás occultas e fugindo á luz meridiana.

Por esse mesmo motivo, no Brasil, devemos o mais alto respeito, a gratidão maxima e o reconhecimento sincero de superioridade moral e politica, a alguns dos chefes do Rio da Prata, que fizeram jús a taes sentimentos de nossa parte, pela confiança que em nós depositaram, em nossas intenções e em nossa acção: D. Manuel José Garcia, até certo ponto, nos dias de D. João VI e do primeiro Imperador, D. Pedro I; D. Andrés Lamas, o nobre uruguayo que, em sua longa carreira, sempre agiu confiante em nossa sinceridade, e trabalhou pela paz e pela fraternidade dos dois povos; D. Bartolomé Mitre, cuja autoridade e ascendencia moral sempre se exerceram no rumo do mesmo ideal politico.

A esses homens de Estado, o Brasil sempre tributou sua mais funda reverencia e immorredoura gratidão. Deu-lhes lugar distincto e proeminente entre os filhos da propria Patria, entre os mais queridos e admirados. Foram videntes inspirados, trabalhadores indefessos pelo porvir da paz fraterna sul-americana e por sua grandeza.

O melhoramento manifesto das relações continentaes é devido ao Evangelho que pregáram, de confiança reciproca e de collaboração; a semente que lançaram ao sólo, nos tumultos e difficuldades, está hoje crescendo e florescendo em searas abençoadas, e nós, seus descendentes e continuadores, colhemos no sossego e na alegria as mésseas que elles prepararam em dias sombrios de labor e de soffrimento.

Infelizmente, esses Precursores constituíam uma excepção. A opinião geral era a suspeita, ou claramente expressa, ou mantida em silencio sempre vigilante e ás occultas.

152. A intervenção paraguaya. — Que significava, e qual era a valia real e qual o alcance da alliança paraguaya para os interesses uruguayos?

A Republica central era absolutamente desconhecida, tanto que, em 1862, sendo presidente do Uruguay D. Bernardo Berro, quando se adoptou a nova linha directora da politica externa deste país, as primeiras instrucções dadas ao emissario enviado a Asunción para a realizar, D. J. J. Herrera, consistiam precisamente em inquirir quaes os alvos, os interesses e as divergencias de vistas reinantes no Paraguay, no theatro internacional. O modo pelo qual a missão foi cumprida, não foi a de soberanias equivalentes, a se encontrarem e tratarem em pé de igualdade. Antes parecia a solicitação de um subordinado implorando a bôa vontade e a protecção de um superior. E, entretanto, o Uruguay bem sabia quanto era superior a seu interlocutor, de todos os pontos de vista! . . .

A taes extremos chegaram as coisas, que a ilha de Martim Garcia, chave naquelles dias da navegação dos rios da região, foi offerecida ao Paraguay: accrescente-se, é certo, que a ilha deveria ser préviamente arrancada da posse da Argentina, que a occupava.

Embora D. Francisco Solano Lopez disfarçasse, e fingisse não lhe interessarem taes offertas, de facto constituiriam ellas um elemento de primeira ordem para os seus designios occultos. Nunca consentiu em assignar um tratado com o Uruguay ou Entre-Rios, dizendo que auxiliaria ao governo de Montevidéo por actos, como realmente fez, embora de modo desastrado. Sua idéa real não deveria ser entravada por liames de qualquer natureza, com povos que elle intentava conquistar.

Ha uma sorte de insanidade, sempre vencida em todas as occurrencias historicas, que se apodera dos espiritos dos conductores de homens, dos mais populares entre elles. Na America do

Sul, sonhou Bolívar o sonho imperialístico, e fálhou. D. João VI e D. Pedro I acalentaram a mesma tendencia expansionista, e, no decorrer dos factos, ella provou um desastre. Rivera alimentou a mesma illusão conquistadora, ao querer formar um Uruguay-Maior, e foi varrido pela derrota, morrendo ao voltar para a Patria, do exilio imposto por esta no Brasil, em Jaguarão. Rozas havia encontrado a mesma sorte.

Chegava, agora, a vez do Paraguay. Tudo quanto se sabe, aponta para Lopez como nutrido o plano de criar um Paraguay-Maior, absorvendo fossem quaes fossem os meios, Corrientes, Entre-Rios e Uruguay, tornando-se assim uma potencia Atlantica, em vez da Republica Central que era, sendo Montevideo erigido capital do novo Imperio, então constituido.

Programma e plano eram audaciosos, e provavam visão politica e habilidade organizadora. Para os realizar, comtudo, faltava o Homem, capaz de plasmar e consolidar tão vasta conquista, que importava em esmagar a Argentina e o Uruguay, e fundamentalmente ferir os interesses brasileiros. Lopez não tinha personalidade nem póрте para emprehendimento tão gigantesco. E o grande erro dos *blancos* foi, não terem comprehendido sua inferioridade, a desproporção entre o drama e o actor principal. Fosse elle triumphante, teria o Ditador do Paraguay dado o golpe de morte na Independencia do Uruguay.

Pela éra dos sessenta, era o Brasil o unico poder sul-americano normalmente em contacto com Asunción.

Em 1811, esta provincia do vice-reino de Buenos Aires tinha feito secessão e, após curto espaço de tempo, caíra sob a dictadura de D. José Gaspar de Francia. Durou tal periodo até 1841.

Embora Carlyle cite Francia em seu ensaio sobre os *Heróes*, de nenhum modo póde elle ser considerado como tal. Despotico, friamente cruel, usava assistir ás numerosas execuções por elle ordenadas; vingativo, nunca poupava adversarios, e condemnava á morte pelo mais leve gesto ou pela mais innocente palavra, que lhe desagradassem. Entre as familias, reinava a delação, como systema de governo. Em gráu subido, esse methodo fez dos paraguayos, acostumados á obediencia e á disciplina pas-

siva pelo dominio dos Jesuitas sobre os indios com os quaes haviam intensamente cruzado, um povo sombrio, silencioso e dominado por completo pelas ordens vindas da autoridade superior. Uma humanidade patriotica, fanatica e admiravelmente plastica, ansiosa por obedecer e sacrificar-se em favor de entidades superiores, representantes da autoridade, das menos graduadas até *El Supremo*, o presidente da Republica, enviado de Deus na terra. Tal, a doutrina severamente e cruentamente imposta por Francia.

Agindo por esta forma, entretanto, Francia prestava immenso serviço a seu país, nas relações internacionaes. Sabia que o Paraguay era fraco por demais, para poder resistir a seus vizinhos, caso se desse um choque com estes; por isso, envidava todos os esforços para se manter fóra de todo conflicto, e seu ideal era ver sua terra esquecida, até que, por seu crescimento, pudesse ella desempenhar-se de sua missão no mundo. Isolou a vida local, fechou os rios pelos quaes communicava com o resto do orbe, construiu uma sorte de muralha chinesa em torno della. Ninguém entrava; ninguém saía. E, pelos países vizinhos, espalhou um tecido de intrigas e de emboscadas politicas, que lhe permittissem viver e governar inobservado e fóra de aventuras e de embarços, emquanto nellas tumultuavam as duras experiencias do Rio Grande e do Uruguay, Buenos Aires e Entre-Rios, Corrientes e Santa Fé.

Nos annos perturbados e agitados de 1824-1826, o Brasil temia complicações sérias por parte da Bolivia, da Argentina e da Cisplatina; não lograria fazer face a tantas frentes de combate. Por necessidade, e não por virtude, o Imperio sentiu o auxilio valioso que o Paraguay poderia representar como amortecedor de choques, e procurou utilizá-lo para seus fins. Orientação identica foi seguida mais tarde, no Uruguay, após o tratado de 1828.

Assim, em 1824 e em 1826, o Brasil enviou diplomatas a Francia, com a incumbencia unica de o convencer de que deveria se manter sempre neutro, missão esta realmente fácil, pois coincide com o sentimento intimo e essencial do Ditador. Era o reconhecimento da Independencia do Paraguay, embora a communição official desse acto só se fizesse em 1842, não mais a Fran-

cia, mas a D. Carlos Antonio López, seu successor, e sempre com o mesmo intuito de não chamar a atenção sobre o país.

Quando, em 1841, se avizinhava a morte de Francia, mais uma vez diplomatas brasileiros foram nomeados para Asunción, e representaram quasi continuamente o Imperio nessa capital até a guerra de 1864-1870. Pimenta Bueno, o futuro marquês de S. Vicente, auxiliou poderosamente a Lopez I, em manter sua posição, pois a Argentina havia solennemente protestado em 1845 contra a affirmação publica feita pelo Brasil de que reconhecia o Paraguay como nação independente, declaração esta que fôra enunciada em 1844, depois de o ter sido de modo pratico pelas missões de Correia da Camara em 1824 e 1826. Outros não eram os fins dos tratados de 1844, 1845, 1850, 1856 e 1858, embora o primeiro não houvesse logrado ratificação. Duvidas haviam surgido entre os dois governos acerca da navegação dos rios; D. Carlos Lopez mandara passaportes ao encarregado de negocios brasileiro Leal, em 1853; até 1855, o Brasil não fôra representado em Asunción, mas, daí por diante, tinham sido regulares e constantes as relações. Os receios dominantes no Paraguay tinham por alvo as intenções da Argentina.

Rozas tinha tornado publica sua animadversão; para se precaver contra taes sentimentos hostis, Lopez I havia solicitado do Imperio a remessa de profissionaes capazes de planejar e edificar as defesas militares precisas para tornarem intransponiveis as passagens estreitadas dos rios Paraguay e Paraná, bem como para instruir e organizar seu Exercito. Não podia ser mais cordial e intima a collaboração entre os dois paises.

Tem-se criticado ao Brasil pela myopia de sua visão diplomatica, ignorando a ameaça e o perigo que se delineavam no Paraguay. Falta base a tal accusação: tal previsão não seria possivel, pois inexistiam causas de hostilidade ou sentimentos inamistosos. Quando D. Francisco Solano Lopez, Lopez II, ascendeu ao poder e começou a armar seu governo, não era o Brasil o alvo que visava; seu intento consistia apenas em criar o instrumento militar com o qual pretendia impôr sua politica internacional, o

Paraguay-Maior. Como sempre, os acontecimentos se revelaram mais poderosos do que os designios humanos, e, afinal, o choque se deu com o Imperio.

D. Carlos Antonio Lopez era um despota grosseiro e rude; não tinha crueldade, entretanto. Embora insistisse nas mesmas normas strictas e severas de obediencia e de veneração por parte de seus subditos, que já seus antecessores haviam exigido, elle lhes dava uma existencia toleravel. Foi o primeiro a entrar em contacto, distante embora, com seus vizinhos, especialmente com o Brasil. Sabia não possuir meios de educar seus filhos no proprio país, e fê-los viajar para esse fim; Benigno, para o Rio de Janeiro; Francisco Solano, para a Europa.

Apesar de serem irmãos, entre ambos existiam diferenças essenciaes. Benigno tinha herdado algumas das qualidades mais louvaveis do pae. Em Francisco Solano, nenhuma se poderia encontrar. Ministro da Guerra e commandante em chefe do Exercito, aos dezoito annos de idade, impunha-se a seu pae, fazia-se ouvido e tinha nas mãos todas as forças do Paraguay. Possuía dotes de administrador, e o modo pelo qual, em dois annos, da morte de Lopez I até 1864, conseguiu pôr em linha de 80.000 a 100.000 homens (segundo affirma Gould), providos de fuzis e artilharia, o prova de forma convincente, pois antes de sua presidencia contava a tropa apenas uns poucos milhares de soldados.

153. D. Francisco Solano Lopes. — Apesar de sua viagem ao estrangeiro, a educação de Solano Lopez se fizera como a de Francia e de Lopez I: um autocrata absoluto. Vidas, fortunas, honra das familias, fazenda de seus subditos, de tudo dispunha a seu talante e tudo considerava como lhe pertencendo. Seu proprio arbitrio era sua unica lei, sem que fosse possivel discutir suas determinações: a menor revolta, por mais insignificante, contra essa obediencia servil, era passivel da pena de morte.

Póde-se distinguir duas phases em sua carreira: emquanto seu pae foi vivo, e, mesmo nos primeiros tempos de seu proprio governo, até os primeiros revéses da fortuna na guerra de 1864,

levava vida de dissolução e de excessos; da Europa, voltara refinado em sua luxúria e mais fundamente immerso em seus vergonhosos abusos; com elle viera sua celebre amante, Elisa Alice Lynch, a mulher separada do cirurgião do exercito francez, homonymo do grande Quatrefages, a qual se perdera no *demi-monde* parisiense.

Ella o dominava, ou então o inspirava em tudo, ou ainda adivinhava seus pensamentos mais intimos; de facto, era materialmente impossivel distinguir-se se qualquer acto ou decisão emanava delle ou da Lynch. Duas ambições furiosas a dominavam: casar com Solano, e vê-lo desempenhar um papel saliente e extraordinario na politica internacional sul-americana. Era incrivel sua ganancia por dinheiro e riquezas, e a conduziu a verdadeiros crimes. Sua insensibilidade e dureza de coração roçavam pela sêde de sangue; muitos dos crimes de Lopez tiveram por origem suggestões dessa estranha mulher.

Após seus desastres militares, esse lado de sua psychologia se carregou de tintas sombrias. Começou a se embriagar, a ponto de ficar intoxicado. Nelle surgiu uma tendencia cruel de tortura e de vingança contra inimigos inventados, ou conspiradores de conjuras inexistentes. Não ha palavras que descrevam os tormentos novos e as invenções achadas para augmentar os soffrimentos e as agonias de suas victimas. Revelou-se um genio chinês de carrasco, para fazer expirar seus adversarios, reaes ou presumidos, por processos de morte lenta. Refinou torturas e angustias mortaes e horrores, moraes e physicos. Mostrou-se um cobarde, ademais, bebendo e fugindo, emquanto seus soldados heroicos pelejavam, morriam de fome e se esvaíam em sangue.

Tem sido feito o paralelo entre elle e Nero. Não vae nisso nenhum exaggero literario: habitos dissolutos, matricidio, assassinio de seus irmãos, matança intencional de seus melhores auxiliares, animo de rapinante a inspirar julgamentos ficticios e sentenças de morte, bradam contra Lopez, do mesmo modo por que em toda Roma se levantaram contra Nero. A pilhagem do país, do Thesouro Nacional e das fortunas particulares, constituia uso

corriqueiro, posto em pratica em beneficio proprio ou no de sua amante. Cumpre accrescentar que taes accusações, por mais graves e horriveis sejam, foram plenamente provadas, não por adversarios seus, mas pelo testemunho de assistentes e dos proprios executores de suas ordens insanas, pelo depoimento de autores de livros escriptos por estrangeiros, ingleses, alemães, italianos, americanos, que viviam no Paraguay, nos dias de seu governo. A hypothese mais indulgente e caridosa a formular, seria a de que era um louco homicida, ou de que as poucas gotas de sangue indio que lhe corriam nas veias haviam causado, no torvelinho tragico da guerra sem dó, uma explosão da crueldade ancestral.

Ninguem o poderia ter previsto, pois Lopez, como poucos, sabia agradar e seduzir quando assim lhe aprazia. Uma possivel excepção, todavia, talvez se lograsse apontar: o emissario *blanco* de 1862 o encontrou, ainda vivo o pae; Herrera, tratando-o com lisonja quasi servil, para conseguir seu intento de obter para o Uruguay a protecção paraguaya, abordou tanto o pae como o filho, este principalmente, que ia dentro em breve ser o ditador da Republica. Da correspondencia, hoje parcialmente conhecida, do distincto diplomata, parece possivel inferir-se que elle comprehendeu o torvo personagem e tentou basear neste conhecimento o exito de sua missão. Claro, que só inferiu o que Solano, dissimulador genial, quis deixar transparecer de seu modo de pensar, e sempre colorindo-o pelo melhor.

Dado como razoavel, o que não era, o ponto de vista *blanco*, fôra bem escolhido o momento: além da Banda Oriental, Entre-Rios parecia um alliado possivel. Após a derrota decisiva de Pavón, em 1861, Urquiza se sentira fundamente ferido em sua vaidade tanto por Mitre como por Buenos Aires, assim como pelos amigos e associados naturaes de Mitre. D. Venancio Flores em primeira linha. Isso só fez augmentar a tendencia innata do Entre-Rios pelos *blancos* do Uruguay; entre elle e Lopez II, houve troca de pareceres, e não se pôde hoje ignorar que existiam liames estreitos, embora não escriptos, que os solidarizavam em uma rota commum.

Não existia em Urquiza o estofo de um homem de Estado: não passava de um *condottiere*, o ultimo que figurou na historia da Argentina. Não pensava elle em traír a Confederação, e sim desempenhar um papel isolado, no decorrer do qual a luta lhe permittiria derrotar e conquistar Buenos Aires e o Poder Executivo da República, assim tirando sua desforra de Pavón. Errara num ponto: se a victoria coroaes taes esforços conjuntos, com ella Lopez, e não elle, seria o unico triumphador. Precisamente o papel reservado para o Uruguay, victima a seu turno da mesma illusão.

Quando Saraiva, Elizalde e Thornton encontravam taes opposições e relutancias a quaesquer medidas pacificadoras, por parte de Aguirre, fundava-se este nas seguranças prodigalizadas por Herrera, já então seu ministro das Relações Exteriores, de que o Paraguay mobilizaria suas forças, o que correspondia a ter a antiga Cisplatina suas costas guardadas, e que Entre-Rios seria um novo alliado a seu lado na guerra.

Neste ponto, o Brasil commetteu um erro capital. As questões do Rio da Prata exigiam ser tratadas com a maior cautela. Saraiva era um dos espiritos que guiavam o seu país; por sua absoluta sinceridade, reserva, prudencia e tacto, havia impressionado profundamente o espirito publico e o governo da Argentina, e lançado o traço que mais tarde evolveria até se tornar o tratado da Triplíce Alliança de 1865. Quando se retirou, em setembro, a sua vaga foi preenchida por outra culminancia intellectual e politica do Imperio, José Maria da Silva Paranhos, mais tarde visconde do Rio Branco, talvez o mais eminente dos diplomatas brasileiros, que chegou em Buenos Aires a 2 de dezembro de 1864, nomeado ministro com a missão de observar os acontecimentos e dirigir a rota internacional que o Imperio deveria seguir.

154. O almirante Tamandaré. — No intervallo, de setembro a dezembro, a direcção dos acontecimentos recaía no almirante barão de Tamandaré. Era este um marinheiro valente e sem jaça, fogoso como a polvora, leal como o aço, bravo como a propria bravura, sempre presente onde quer que chovessem balas

e se distribuissem golpes, correndo ao combate como agua para o mar. Teve uma existencia longa, e, até sua morte, sendo elle nagenario, censervou seus velhos habitos de guarda-marinha: só dormia sobre tabuas, tendo por travesseiro um bloco de madeira.

Seu illimitado patriotismo e sua devoção ao Imperador, pairavam pelo mesmo nivel; por esses motivos todos, era immensamente querido, admirado e influente no Rio de Janeiro, de D. Pedro II ao mais modesto dos brasileiros. Só sabia julgar os factos do ponto de vista militar, e nunca imaginaria que, em combate, se as coisas chegassem ao choque das armas, pudesse o lugar do Brasil ser o segundo, nem que, se um alvo se pudesse conquistar pela força, fosse preferivel dever a victoria a discursos de advogados ou discussões de oradores fiados em sua parolice.

Seria o ultimo homem a comprehender diplomacia: um representante genuino do desdem e da desconfiança que por todos os tempos prevaleceram, nas forças armadas do Brasil, contra os parlamentares e a bacharellice.

A esquadra sob seu commando deu immediato inicio ás represalias contra Montevideo: a 20 de outubro, assignou com Flores o acôrdo secreto de Santa Lucia acerca das reclamações brasileiras. O programma da occupação do país pelas forças imperiaes começou a ser posto em pratica a 16 de outubro, tendo entrado uma pequena tropa pelo departamento de Cerro-Largo, occupando a villa de Melo. A columna invasora, entretanto, sob o commando do general João Propicio de Menna Barreto, e contando cerca de 5.000 homens, só em dezembro se poderia mover.

Desde novembro, porém, os navios de Tamandaré cooperavam com Flores, no primeiro assedio de Paysandú; Menna Barreto e Tamandaré estiveram presentes ao segundo, que terminou pela rendição da praça a 2 de janeiro de 1865. Chegava a vez de Montevideo, sitiado por Flores, e bloqueado por Tamandaré.

O almirante, positivamente, estava se excedendo, mas é impossivel negar que elle seguia os sentimentos predominantes no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, exasperados pelas provocações e pela diplomacia biface dos *blancos*

155. O conselheiro Silva Paranhos. — Paranhos, entretanto, mais político e com visão mais alongada, desejava fazer cessar a sangueira, e ansiava por achar uma ocasião que lho permitisse. Chegou mais cedo do que era licito esperar. Os poderes de Aguirre terminavam a 15 de fevereiro de 1865. Seu successor, D. Tomás Villalba, presidente do Senado, pediu immediatamente ao ministro italiano, Barbolini, para intervir solicitando a paz.

Após debates, que duraram cinco dias, entre sitiantes e sitiados se chegou a um entendimento, sob os auspícios de Paranhos: uma amnistia geral; um governo provisório presidido por Flores; eleições, no menor prazo possível, restituição das propriedades confiscadas; reconhecimento das reclamações brasileiras. Tal, a *summula* essencial da Convenção de Paz de 20 de fevereiro de 1865.

156. Guerra do Paraguay. — Por maior fosse sua importância, maior ainda era o interesse que se deveria ligar ás feições novas que os acontecimentos supervenientes estavam imprimindo aos aspectos políticos das questões do Prata. O impossível havia occorrido. Como um estrondo de trovão, no Rio estalara a noticia de que o Paraguay, sem preaviso, nem declaração de guerra, havia detido e capturado um barco brasileiro que saíra de Asunción tendo a bordo o presidente da provincia de Mato Grosso, e se apoderara de quantias remettidas para serviços publicos provinciaes pelo Thesouro Nacional. Pelo Imperio todo, o estupor só foi igualado pela grita, pela indignação e pela ansia de desforço da injuria irrogada ao país.

Para ajuizar calmamente os factos, impulsos puramente passionaes são conselheiros perigosos. Sem duvida, a razão invocada em Asunción, a occupação de Melo pelas forças brasileiras, em outubro de 1864, nenhum peso teria: estaria dentro nas normas juridicas das actividades legitimas de um programma de represalias; nesse ponto, os motivos allegados pela Republica mediterranea nenhuma base teriam. Quanto á captura de um navio brasileiro, acto essencialmente de guerra, sem prévia declaração de

abertura de hostilidade, ainda é assumpto de direito internacional não solvido até hoje.

Procedeu-se recentemente a um inquerito sobre o torpedeamento pela esquadra japonesa dos navios de guerra russos ancorados em Porto-Arthur, em 1904, sem que tivesse havido prévia declaração de rompimento. A conclusão foi que os casos de aviso balanceavam os de ausencia dessa formalidade, por alguns tida por essencial para legalizar os actos bellicosos. Dominou o parecer que era questão mais moral, do que juridica.

Na realidade, no caso nosso, o facto era irrelevante, por seu nullo influxo do ponto de vista militar, constituindo assim apenas a affirmação violenta do estado de guerra. Mas o effeito politico foi immenso.

Em abono da habilidade previsora da politica seguida por Lopez, deve ser dito que o momento havia sido admiravelmente escolhido.

No Uruguay, podia contar com a alliança dos *blancos*; em Entre-Rios, com a de Urquiza. O Imperio não dispunha de mais de 17.000 homens em armas, espalhados por seu vastissimo territorio, embora no Rio Grande se achasse um pouco mais de metade desse effectivo. Emquanto tal acontecia, o Paraguay possuia, em novembro de 1864, 80.000 soldados, e, em principios de 1865, 100.000, mais, portanto, do que o maximo que o Brasil já-mais pôs em linha em qualquer phase da guerra; sendo que os maiores algarismos attingidos por nós, foram menos de 68.000 combatentes, em abril de 1866.

157. Elementos contrarios ao Uruguay. — Mas, já então, começaram a exercer sua influencia elementos que Lopez não possuia, pelo menos no mesmo gráu que seus adversarios: a capacidade do commando militar e da direcção diplomatica.

Quando Aguirre o concitou a atacar pela retaguarda as tropas brasileiras, para assim obrigá-las a levantar o sitio de Montevideo, deu realmente Lopez inicio á marcha de seu Exercito, e pediu licença á Argentina para atravessar com suas forças Corrientes e Entre-Rios. Mitre, evidentemente, negou a impetrada

venia. A isso o Ditador respondeu por uma declaração de guerra á Confederação, e invadiu Corrientes, a contar naturalmente com a prometida collaboração de Urquiza. Falharam as previsões, entretanto. Em fevereiro, Flores achava-se á frente do governo uruguayo, alliado ao Brasil contra o Paraguay; a este tratado, Mitre, coagido pela invasão de Corrientes, só podia adherir: de qual, a alliança assim se tornou a Triplice, por acto de 1.º de maio de 1865.

158. Posição falsa de Urquiza. — Para Urquiza, a perspectiva havia mudado de todo ao todo. Se elle tivesse rompido em rebeldia franca contra Buenos Aires, e recebesse o auxilio de Lopez, ainda teria podido invocar precedentes, e discutir a legitimidade de sua posição; embora seus entendimentos não escriptos com o Ditador paraguayo já valessem por acto de traição contra a Argentina. Já agora, esta fôra invadida por tropas estrangeiras; em sua situação de membro da Confederação, não protestar nem agir contra o invasor equivaleria a tornar meridiana sua felonía, e lhe não permittiria mais levantar a cabeça perante seus patriotas. Ademais, a seus olhos de *condottiere* os acontecimentos assumiam aspecto inteiramente diverso, após a derrota dos *blancos* uruguayos aos quaes estava alliado. A previsão não parecia risosna nem promettia exito.

Permaneceu inactivo, portanto. De facto, assim elle traía a todos. Cuidou o Brasil de o tornar inoffensivo. Urquiza, embora immensamente rico, tinha pela fortuna amor immoderado; o general Osorio, o futuro marquês do Herval, conhecia-lhe o fraco e deliberou se servir delle: o Exercito brasileiro necessitava urgentemente de cavallada, e Osorio offereceu ao chefe de Entre-Rios comprar quantos animaes fosse possivel adquirir nessa Provincia. Assim foi que cerca de 30.000 foram comprados por preço altamente remunerador, praticamente todos quantos Entre-Rios podia fornecer; correspondia tal acquisição ao desarmamento do possivel adversario, pois os entre-rianos, optimos e admiraveis cavallarianos, não constituíam senão fraca infantaria. E por esta forma, Urquiza foi annullado como valor combatente.

159. Erros militares de Lopez. — Ainda commetteu Lopez outro erro militar capital: dividiu suas forças e mandou-as para Norte e para Sul. Para Norte, em rumo de Mato Grosso, em dezembro de 1864, onde nenhum objectivo militar existia, pois a conquista do territorio constituiria méro alvo geographico; golpe de espada na agua, nem sequer deixaria traços na conducta geral da guerra, e apenas serviria para demonstrar, pelo valor da resistencia brasileira, em Dourados e Coimbra, o heroismo e a abnegação patriótica da gente nossa. Para Sul, rumo de Corrientes, que suas tropas occuparam com pequeno, mas cruel, derramamento de sangue argentino, daí, para o rio Uruguay, quanto a uma de suas columnas, e para o Brasil, quanto a outra. A primeira foi destruida na batalha de Yatay, a 17 de agosto; a segunda apoderou-se da cidade de Uruguayana, mas aí foi sitiada e forçada a se render a 17 de setembro de 1865.

Pela mesma época, a esquadra sob o commando do almirante Barroso puxou os fogos, e subiu o rio Paraná, e aí, a 11 de junho desse anno, destruiu a frota paraguaya.

Além das baixas em combate, as forças haviam soffrido grandemente de epidemias reinantes nessa região; o Dr. Cecilio Baez, antigo presidente do Paraguay, em publicação recente declara que, em fins de 1865, antes portanto da invasão dos alliados no territorio paraguayo, o primeiro Exercito de Lopez, de cerca de 64.000 homens, estava praticamente destruido.

Grande parte das operações haviam recaído sobre a marinha, pois o rio Paraná era um longo corredor fortificado, pela corrente do qual os navios de guerra tinham de subir aguas acima, até Asunción, afim de abrir o caminho para os transportes de todo genero. Muitos dos encontros, foram verdadeiras batalhas navaes, travadas sob os fogos cruzados das baterias marginaes nos trechos estreitados do caudal. Mais de um constituiu acção gloriosa; Humaytá, a 19 de fevereiro de 1868, acima de todos. Pela vez primeira, alguns annos antes de Lissa, a tactica do ataque pelo choque de prôa sobre o navio abordado foi usada pelo almirante Barroso, em Riachuelo, a 11 de junho de 1865.

1866 presenciou a travessia da fronteira fluvial para entrar no território inimigo. A batalha de Tuyuty foi um desastre para Lopez, que tentou solicitar a paz. Fê-lo, entretanto, exigindo condições inaceitáveis. Recusava deixar a presidência, e os aliados estavam convencidos de que elle, e elle tão sómente, era o responsável pela cruenta luta, e não, por certo, o admiravel povo do Paraguay. Tanto que, no tratado da alliança, figurava uma clausula para nunca se tratar com *El Supremo*.

Não é este o lugar proprio para se discutir o lado militar da campanha, assumpto marginal ao da formação historica do Brasil. Lembremos, apenas, que após tres annos de duro e sangrento sacrificio, a 5 de janeiro de 1869, Asunción foi occupada. Desde a travessia do Paraná, ia Lopez fugindo: com esse periodo coincide a exacerbação de suas atrocidades. Occupada Asunción, renovou-se com redobrado ardor a perseguição dos restos do Exercito paraguay. Terminou a peleja a 1.º de março de 1870, quando Lopez foi morto perto da fronteira brasileira, em Cerro-Corá.

Coragem, audacia, heroismo, multiplicaram-se em ambos os lados do conflicto. O Brasil, a Argentina e o Uruguay pôdem orgulhar-se de seus soldados. Mas igual homenagem deve ser tributada aos admiraveis filhos do Paraguay. Valentes e obedientes, soffredores sem um gemido e sem recúos, mesmo nas maiores agruras da luta, combatiam, venciam ou morriam com inteira ausencia de receios e absoluta devoção a seu país. Offerecendo-se-lhes garantia de vida se se rendessem, recusavam, declarando não terem ordens para a aceitar. No Brasil, inspiraram a maior estima e admiração, iguaes apenas em sua intensidade ao sentimento de horror causado pela propositada crueldade de Lopez, sua louca furia homicida, seu desprezo atroz e monstruosamente egoista pelo bem estar de seu povo e por seus interesses.

Hoje em dia, unidos todos esses guerreiros, amigos e adversarios, em um sentimento geral de respeito, de ardente entusiasmo e de veneração, todos os brasileiros, sem distincção de opinião, offerecem á memoria sagrada dos lutadores a homenagem sincera de seu assombro e de sua gratidão.

Dois estrategistas revelaram-se na campanha: o duque de Caxias, commandante do Exercito imperial, e, após a retirada de Mitre, general em chefe de todas as forças alliadas; o conde d'Eu, seu successor, durante a difficillima phase final da guerra, a chamada campanha das Cordilheiras. Chefes tacticos, conductores de soldados, dedicados até á morte á causa que defendiam, foram innumerous nos quatro grupos nacionaes. Quanto aos soldados, não ha elogio que possa exaggerar seu merito.

Fugido Lopez, desde 15 de agosto de 1869 se installou em Asunción um Governo Provisorio. Com este, o Brasil e a Argentina assignaram um tratado preliminar de paz em 20 de junho de 1870, tratado ao qual o Uruguay adheriu a 1.º de agosto. O tratado definitivo, entretanto, foi de elaboração difficil; não por obices suscitados pelo Brasil, mas por exigencias oriundas da Confederação Argentina.

Taes os obstaculos, que, sendo imprescindivel pôr termo a esse demasiado longo periodo de paralyzação das negociações, o Imperio decidiu agir, e em janeiro de 1872, assignou um complexo de quatro tratados, sobre paz, fronteiras, extradição, commercio e navegação. Os limites eram aquelles mesmos que o Brasil sempre reclamara, sob o principio do *uti possidetis*. Permaneceu ainda aberta longa discussão com Buenos Aires, objecto das missões de D. Bartolomé Mitre (1872) e de D. Carlos Tejedor (1875) ao-Rio, discussão que terminou pela Conferencia de Buenos Aires, em 1876.

160. A opinião publica e Lopez, na America do Sul. — Era favoravel ao Paraguay a opinião geral da America do Sul. Existia afinidade natural por parte dessas Republicas todas para com um país onde vigoravam instituções do mesmo jaez, atacadas por uma Alliança na qual predominava o Imperio unico do Continente. Além do que, considerada no mappa, a Alliança era um grupo esmagador a caír sobre pequeno trato central da Sul-America, milhões de aliados a investirem contra um escasso milhão de defensores locaes. Finalmente, a diplomacia de Lopez havia abundantemente subsidiado a publicidade, com o fito de criar

uma corrente internacional de sentimentos que lhe fosse sympathica. Elementos Moraes, devemos acrescentar, pesavam muito na direcção da guerra. Foi sómente após o fim da guerra que as condições reais da luta foram conhecidas e tomadas em consideração.

Republica, o Paraguay certamente não o era: Lopez II havia herdado o país pelo testamento paterno: pouco acima de escravos eram seus habitantes; não havia lei, senão uma vontade autocrática arbitraria; vidas, recursos, fortunas, honra dos individuos, tudo estava á disposição do *El Supremo*, sem possibilidade de appello. Além disso, era seu intuito proclamar-se imperador de um novo Imperio, constituído de seu proprio país, e de Corrientes, Entre-Rios e Uruguay conquistados.

A guerra fôra preparada com larga antecedencia, e a prova está na desproporção das forças em confronto no começo da contenda: de 80.000 a 100.000 homens do lado do Paraguay; 17.000, apenas, postos em linha pelo Brasil. Como era evidente, no decurso das operações os Alliados reforçaram seus contingentes, mas de modo e em proporção inteiramente comparavel ao que o Ditador fizera: nunca o Imperio, por exemplo, teve no theatro das hostilidades mais de 68.000 bayonetas; isso mesmo, uma só vez, em abril de 1866. Se o Exercito paraguayo se dissolveu e destruiu, foi consequencia da incapacidade de Lopez, quer militar, quer diplomatica.

Cumpra sempre ter no espirito que os Alliados constantemente nutriram a convicção de que os sentimentos do Paraguay eram differentes, por completo, dos de seu governo. Foi o que solennemente declararam na abertura das hostilidades, e o que ficou provado no desenrolar dos acontecimentos, até a innegavel massa de depoimentos paraguayos de 1869 até hoje. Nessa persuasão agiram durante toda a luta: o Imperio, principalmente, para o qual a base de sua politica no Rio da Prata era, como ainda é, a independencia do Paraguay e do Uruguay.

A convicção fundamental da Alliança baseava-se no facto de ser Lopez a causa, e a causa unica, de todos os dissidios, e na crença meditada de que, emquanto fosse chefe de governo, as dif-

ficuldades sempre renasceriam. Daí, a firme determinação de o derrubar e de o separar de qualquer contacto com o Paraguay. Assim occorreu pela sua morte em Cerro-Corá, mas isto foi méra casualidade, e o mesmo resultado poderia ter sido obtido por seu exilio do país, ou por sua detenção. Ademais, é necessario não olvidar que a guerra não é tarefa que se faça de luvas brancas, e que ella se desenrola no sangue e na morte.

Pelos mesmos motivos, Mitre repelliu as propostas de paz offerecidas pelo Ditador em Yataity-Corá, em setembro de 1866: este havia recusado a exigencia fundamental da Alliança, seu proprio afastamento da presidencia e do país.

Identicas as razões do Brasil, declinando as offeras de mediação dos Estados Unidos, em principios de 1867.

Em ambas as occasiões, a guerra teria sido vencida pelos Aliados, mas teriam permanecido as causas profundas que impediam uma paz duradoura, e isto emquanto o principal perturbador desta possuísse autoridade para dar largas á sua ameaçadora politica de conquistas. Não se deve esquecer que tal actividade significava: Corrientes e Entre-Rios a se separarem da Argentina; a annexação do Uruguay.

No periodo final do conflicto, o Brasil desempenhou o papel principal, e, por isso, sobre o Imperio recaíram accusações de todo genero.

161. Fim da guerra. — López nutria por Napoleão veneração illimitada, por mais longe desse ideal elle se revelasse. Num ponto, comtudo, sua propria sorte coincidiu com a biographia do côrso genial: o clamor geral contra a phase final de sua existencia.

O dever politico da Inglaterra para com o Imperador vencido foi tão claramente explicado por lord Roseberry, após as experiencias da ilha de Elba, constituida em reino para o heróe derrotado, e a de Waterloo, que suas palavras poderiam quasi ser reproduzidas aqui quanto ao Ditador do Paraguay.

Seu afastamento do scenario internacional sul-americano era dura, mas méra necessidade. O povo da Republica central não

reagia contra sua direcção, á qual obedecia sem sombra de discussão; assim o havia plasmado sua educação secular. Os acontecimentos tormentosos de 1864-1870 resurgiriam de novo, se seu autor continuasse em seus cargos publicos, ou mesmo em proximidade tal do país, que para este pudesse inopinadamente voltar. Nenhuma evidencia, nenhuma esperança, sequer, se poderia obter de que elle houvesse mudado de orientação em sua nefasta politica internacional.

Santa-Helena, Doorn, a Campanha das Cordilheiras, não são soluções, preferidas entre varias, senão duras e severas imposições de segurança publica. Quanto a imperialismo, o Brasil nunca mudou suas exigencias nos tratados lindeiros, e constantemente exigiu as fronteiras, ou mesmo menos do que essas, pelas quaes havia combatido desde a Independencia, limites que, embora resultassem principalmente de convenções antigas, reclamava exclusivamente em nome de sua norma internacional, o *uti possidetis*.

Sobre o Imperio, a guerra pesou formidavelmente: 33.000 mortos, 600.000 contos gastos, tal foi o sombrio passivo. Mas, em compensação, dessas tres guerras, da de 1851-52 com a Argentina e o Uruguay de Oribe, da de 1864-65 com o Uruguay dos *blancos*, e da de 1864-70 com o Paraguay, resultaram intimidade maior e entendimento melhor e reciproco entre os quatro povos. Claro, ainda ficaram muitas maguas, rancores lamentáveis, e attritos graves; em conjunto, entretanto, aprenderam todos a melhor se conhecerem uns e outros; a desconfiança e a má-vontade principiaram a se dissipar.

Não perduraram, immorredouros, os odios irraciáveis; passo importante fôra dado rumo da paz permanente, quando o perigo e a ameaça, que pesavam sobre o Rio da Prata inteiro, através a ambição de Lopez, foram afastados do escenario sulino.

CAPITULO XII

Evolução partidaria. Liberdade dos nascituros. Questão religiosa. Desaffeição pelo Imperio

Os ultimos annos da éra dos sessenta e os primeiros da dos setenta, constituiram periodo de importancia extrema na formação do Brasil; até certo ponto, as guerras do Prata contribuíram para isso, além do influxo decorrente dos aspectos militares e internacionaes do problema. Tanto na vida partidaria, quanto nas novas tendencias da politica interna do país, ellas se fizeram sentir.

E' sabido, e foi exposto em paginas precedentes, que o sentimento republicano existia com intensidade maior ou menor, conforme as regiões, nos primeiros tempos do Imperio, mas atravessou phase de amortecimento após a Abdicação. No proprio Rio Grande do Sul, a revolta de 1835-45 foi mais uma explosão de anseios de autonomia, do que movimento separatista ou de derrubada das instituições politicas.

162. Novos pontos de vista politicos. — Depois da guerra do Paraguay, comtudo, as brasas do sentimento libertario supresso tornaram novamente a arder, para nunca mais serem apagadas. De 1864 a 1870, a desaffeição pela dynastia, a opposição tacita das classes armadas, a crescente frieza dos conservadores e do cléro, começaram a se revelar em gráu cada vez mais intenso. Não exaggera quem disser, que desses dias data o

semear da semente que germinou e floriu cerca de vinte annos mais tarde, quando a Republica foi proclamada.

Poucos e simples, eram os factores da transformação. O primeiro se encontraria na Constituição Imperial. Além da classica divisão tripartita, das tres unidades independentes — Executivo, Legislativo, Judiciario —, um órgão de ligação fôra criado entre ellas, para harmonizar e solver as divergencias porventura occorrentes entre os tres poderes: o chamado Poder Moderador, encarado no Imperador.

163. O Imperador. — Legalmente, normalmente, o Chefe do Estado era forçado a intervir nas questões de todos os dias e nas difficuldades supervenientes; o resultado era que não podia evitar de decidir e tomar posição nos conflictos de interesses, quer partidarios, quer de ordem outra, e sobre elle recaíam objurgatorias e maldições dos grupos politicos que se vira obrigado a contrariar.

Como tal facto occorria, principalmente por occasião da mudança de gabinetes, ou na substituição rotativa dos partidos no poder, o que se visse apeado do governo accusava e cobria de apodos o supremo detentor, constitucionalmente irresponsavel, do Poder Moderador; emquanto o que era elevado á governança considerava perfeitamente natural, e nenhum favor, achar-se á frente dos negocios publicos. Após certo tempo do rotativismo, todos os grupos haviam successivamente sido governo e opposição, e, nesta ultima situação, nunca haviam poupado o Imperante, multiplicando provocações, criticas mais ou menos injustas, e accusações: assim, a opinião dominante na vida publica do país se achava eivada de suspeitas, quando não de hostilidade, contra o Supremo Magistrado da Nação.

Ademais, a personalidade do Imperador era tal que não oppunha o menor obstaculo á proliferação da má vontade. Philosofo, possuia as mais altas virtudes civicas; sinceramente patriotico, dedicava todo o seu tempo ao país, mas em gráu muito menor cuidava dos individuos. Merecia ser considerado como verdadeiro,

e sempre activo, *redresseur de torts*, uma sorte de antigo censor romano. Ora, isto desagradava a muitos.

Tolerava que a critica e o insulto, a propria calumnia, tivessem livre curso e campeassem impunes. Nunca se defendeu elle proprio, seguro como estava em sua consciencia de homem de bem de se achar acima de taes miserias. Muito attento em não ferir o sentimento publico, usava de sua grande influencia para guiar o país e seus representantes em rumo das soluções que elle achava mais adequadas ao bem da communhão. Nunca permittiu o menor ataque á dignidade do Brasil: em 1863, o diplomata inglés Christie, tendo sido grosseiro para com o país, D. Pedro II rompeu relações com a Grã-Bretanha, e sómente as reatou depois de desculpas apresentadas oficialmente por parte do governo britannico, em 1865. Durante a guerra do Paraguay, ninguem mais do que elle se sentiu melindrado pela affronta feita por Lopez; dedicou-se exclusivamente a providenciar sobre todas as necessidades do Exercito e da Armada. Tão intensos seu labor extenuante e o esforço que despendeu, que, tendo apenas quarenta annos em seu inicio e sendo homem poderoso e forte e cheio de vida, já no fim, cinco annos mais tarde, tinha o aspecto de um velho, de cabellos brancos e abatido.

Seus habitos eram simples e sem formalidade. Um philosopho, um sabedor, cuja occupação predilecta era estudar e ler. Sinceramente dedicado ás forças armadas, nunca as comprehendeu completamente, nem alcançara a intuição de sua significação politica e social no desenvolvimento do Estado moderno; por tal motivo, frequentemente se affirmava que elle não era sympathico á tropa, o que era uma inverdade, e que não se interessava por seu progresso, o que parcialmente era exacto.

Nunca teve favoritos, nem tolerou adultores. Ouvia e respeitava todas as opiniões; dellas fazia seu proveito e acceitava conselhos, quando lhes reconhecia valor. Sua confiança recaía sobre poucas personalidades, mas a todos dava occasião para se revelarem; nunca se deixou influenciar por sympathias cegas, nem por

desconfianças sem fundamento. Sua vida, tanto a publica, como a privada, foi immaculada.

Notava todos os detalhes, com o intuito de os applicar, no que tivessem de bom, a seu país. Acima de tudo, collocava o dever, fosse qual fosse o interesse no caso. Talvez tenha sido o melhor, o primeiro e sincero republicano do Brasil.

Taes feições moraes explicam muitos factos: entre elles, o mixto de pesar, de affeição e de respeito, que encheu a alma da população e dos novos governantes, quando as circumstancias, mais poderosas do que os homens, forçaram a recém-nada Republica a exilar para a Europa toda a Familia Imperial.

A opinião publica, e especialmente a dos Estados estrangeiros, significava muito em seu espirito. Na Côrte Imperial, e de acôrdo com a antiga tradição portuguesa, existia o beija-mão: em 1871, por occasião de sua viagem á Europa, notou ter ficado obsoleta tal prova de respeito; immediatamente, elle a aboliu no Brasil. Sempre fôra um abolicionista da escravidão, multiplicando demonstraçoens de seus sentimentos; ministros houve que, chocados por suas tendencias de libertar seus proprios escravos e outras do mesmo genero, lhe fizeram respeitosas ponderaçoens sobre não poder agir por tal forma, soberano que era de um país no qual a escravidão era um instituto legal. Quando elle foi ao Rio Grande do Sul, entretanto, em 1865, e entrou em contacto com pensadores e directores mentaes da Argentina e do Uruguay, sentiu a geral repulsa inspirada pela existencia de captivos no Brasil; parece que hauriu novas forças e energias novas para preparar a via de accesso da abolição gradativa do peccado servil.

Com tão notaveis qualidades e na sua posição, a influencia de D. Pedro era muito vasta e, de dia para dia, ia crescendo. Em sua mocidade, havia trabalhado sob a direcção e em cooperação com os fundadores do Imperio; pouco a pouco, tinham estes desaparecido do scenario dos factos, e suas vagas não havia como preenchê-las com gente nova, pois esta não possuia a experiencia, o conhecimento dos negocios, a tradição que o Imperador era o unico a conservar e a representar, por seu proprio esforço

tanto quanto pelas lições que lhe haviam prodigalizado os grandes precursores.

Cada vez mais, tornou-se, de modo absolutamente natural, o *primus inter pares*. Pelos setenta, poucos eram os estadistas que se poderiam apontar, de peso comparavel ao delle: S. Vicente, Cotegipe, Rio Branco, Zacharias, Paulino José Soares de Sousa, Caxias. Na era dos oitenta, encontram-se ainda os nomes de Sousa Dantas, João Alfredo, Affonso Celso, Lafayette Rodrigues Pereira. Mas, acima de todos, pela experiencia, antiguidade no officio de governar a actividade incessante, pairava o Imperador. A' testa dos chefes que se avizinhavam da fileira da frente, por 1870, tinha elle proprio já trinta annos de cuidados governativos e de preocupações de ordem publica, deixados para trás.

Outro elemento auxiliava ao monarcha em sua preeminencia, acima do ambiente: emquanto em torno de si tudo mudava, elle sempre se achava no posto de commando, e nada confere autoridade maior do que durar e permanecer. A duração, tanto quanto uma longa paciencia, figura entre os mais efficientes constructores do genio.

164. Evolução partidaria. — Ora, precisamente no periodo mencionado, as occorrencias da politica interna estavam evoluendo com muita rapidez. Depois das perturbações das regencias e do fim da revolta do Rio Grande do Sul, em 1845, as correrias incidentaes do Recife, em 1848, pouco haviam modificado o ambiente de geral ansiedade pela paz. Em 1853, Honorio Hermeto Carneiro Leão, marquês do Paraná, lograra realizar o grupamento em um só partido, a *Conciliação*, de todos os membros proeminentes do país, que fossem sinceramente de animo liberal e conservador, de verdade. A' sua morte, em 1856, tal orientação politica, ligeiramente eivada de conservatismo, tal prestigio adquirira, que teve de se prolongar até 1859, quando uma sorte de desintegração partidaria começou a se revelar, processo que, no anno seguinte, se accentuou.

Em 1861, a Camara dos Deputados apresentava tres agrupamentos: conservadores, divididos em extremistas e modera-

dos; e liberaes, formando um bloco. Em 1862, fizera-se a união entre moderados e liberaes, constituindo a *Liga*, que começou a governar o Brasil sob o nome de partido progressista. Tal juxtaposição de elementos de orientações divergentes, continha em si o fermento da dissolução, e revelavam-se symptomas de que se separariam na primeira ocasião os conservadores dos liberaes. Os gabinetes iam mostrando tendencias liberaes crescentes. Ficaram no poder cinco annos (1863-1868), durante os quaes a figura dominante foi a de um severo liberal, o senador Zacharias de Góes e Vasconcellos.

Embora não os houvessem solvido, em seus dias vieram á frente dois graves problemas de interesse vital para o país: a abolição da escravidão, a intervenção da força armada na politica. Como consequencia, appareceram a subversão dos antigos moldes partidarios e o inicio da propaganda republicana; esta, nunca mais havia de parar, até seu triumpho definitivo em 1889.

Do Rio Grande do Sul, D. Pedro II havia voltado fundamentalmente impressionado pelo prejuizo que a escravidão causava ao Imperio, no conceito unanime das nações cultas estrangeiras. Nesse modo de pensar, o soberano não se achava isolado: poucos annos mais tarde, Silva Paranhos declarou no Senado quanto havia sentido essa pressão moral, exercida pelo estrangeiro, e que, no decurso das difficuldades no Rio da Prata, mais de cincoenta mil brasileiros tinham regressado a seus lares com a mesma impressão. Havia, pois, chegado o momento de encarar e solver a interrogação abolicionista.

Em numero limitado, pensadores haviam iniciado o ataque, no Parlamento, na tribuna judiciaria, nas associações scientificas e na imprensa. Eram ainda esforços isolados, sentinelas perdidas de uma causa, que encontrava obice muito mais grave do que a hostilidade do sentimento nacional, e era sua inteira indifferença. A convicção geral era de que tal instituto valia como pedra angular de economia brasileira, e que era inteiramente impossivel movê-lo, sem que sobre o Brasil desabassem os flagellos da ruina e da guerra civil das raças.

165. A liberdade dos nascituros. O visconde do Rio Branco. — Os aspectos das coisas, entretanto, apresentavam lineamentos novos. O proprio Imperador entrou na contenda, e começou, apesar de constrangido por sua posição, a mostrar seu proprio parecer. Subscreveu listas destinadas a libertar escravos e mandá-los para o Exército; incumbiu estadistas de valor e de alta significação politica de estudar a materia e de propôr os meios de solver o problema emancipador. Foi sua a iniciativa de apontar para a liberdade dos nascituros, como o dever essencial do momento.

Neste assumpto, seu principal conselheiro, do ponto de vista legal e politico, era Pimenta Bueno, mais tarde visconde e marquês de S. Vicente. O presidente do Conselho, o marquês de Olinda, nem sequer admittia que questão tão explosiva pudesse ser discutida. Zacharias, seu successor, em 1866, não era amigo de S. Vicente, e, politicamente, figurava no partido opposto ao desse. Inda assim, curvou-se perante a vontade imperial, e, com todas as suas forças, promoveu a elaboração de um projecto através da phase preliminar do Conselho de Estado, a inquirir do caso.

Nos ultimos tempos de seu ministerio, o Comité de Emancipação, de França, escreveu a D. Pedro II uma carta que appellava para seus sentimentos, no sentido de se abolir a escravidão; o governo, em 2 de agosto de 1867, respondeu officialmente que, no Brasil, a abolição era simples questão de oportunidade, a ser levada em consideração após a terminação da guerra do Paraguay.

Era esta uma promessa das mais solennes. Mas ainda restava longo trecho de estrada a percorrer, antes de ser obtido apoio geral a medida de tal ordem, que, como um raio, feriria a toda a classe dos fazendeiros.

Entre os conselheiros de Estado, o pensamento predominante era de não tocar nessa caixa de maribondos; foi isto, coisa impossivel, pois a minoria sentia e mostrava que nenhuma procrastinação seria proficua, e que, quisessem ou não, a temivel interrogação teria de ser encarada.

Sabia-se que o Imperador desejava ardentemente uma acção nesse sentido, afim de com toda prudencia se preparar uma solução, em tempo opportuno. A resposta aos abolicionistas franceses valia por uma palavra real empenhada. Nenhuma saída restava aos oppoentes, senão ganhar tempo. Isso mesmo não se conseguiu, pois após a adopção do principio de entrar decisivamente no estudo do caso, Zacharias nomeou uma commissão especial, cujo espirito director era o senador Nabuco de Araujo, um dos maiores jurisconsultos do Brasil e de seus mais profundos pensadores politicos, o *leader* mental do partido liberal.

Em agosto de 1868, sua obra estava terminada. Representava largo progresso sobre os cinco projectos primitivos de São Vicente; com algumas emendas, ficou sendo o projecto official do Conselho de Estado. Tanto assim que, em 1871, quando Silva Paranhos propôs ao Parlamento a adopção do projecto de lei, foi a redacção do Conselho, isto é, o plano de Nabuco, que serviu de base ao debate. Apenas lhe fizeram uma modificação, em verdade, importantissima, theoreticamente, mas de facto sem alcance, pois ninguem della se utilizou: a opção dada ao senhor da escrava de escolher entre a utilização gratuita dos serviços do ingenuo negro até os vinte um annos de idade, ou o recebimento de 600\$000 com a condição de o entregar ao Estado aos oito annos de nascido.

Tal foi a lei de 28 de setembro de 1871. Daí por deante, nenhum escravo mais nasceria no Brasil: era o complemento natural da lei de 1850, de Eusebio de Queiroz, abolindo o trafico. Destarte, ficava desfechado golpe mortal no instituto servil: ambas as fontes de sua existencia eram estancadas, as importações africanas e o nascimento.

Mesmo que, posteriormente, nenhuma outra medida tivesse sido posta em pratica, a escravidão não poderia durar muito nem excederia da vida dos escravos então vivos, de trinta a quarenta annos no maximo. De facto, não duraria tanto: em 1888, a abolição immediata foi votada.

Facil é comprehender que tal lei feria fundamente a classe agricola nos seus interesses mais radicados. Causou, no mais

alto gráu, arrefecimento na devoção que os ligava á dynastia. Como o Imperador havia partido para a Europa, deixando na Regencia sua filha, a Princesa D. Isabel, a má vontade recaía principalmente nella e em seu marido, o conde d'Eu, cujas idéas liberaes sobre o assumpto eram notorias. Tal opposição, é bem de ver, tinha de ser amarissima e duradoura nos circulos dos fazendeiros, assim como em todas as rodas conservadoras.

166. **Influxo dos militares na poliçica. A questão Caxias.** — Outra fonte grave de preocupação provinha de outro quadrante. A Constituição Imperial permittia a eleição para o Parlamento de officiaes em serviço activo; fôra um grande erro, pois conduzia a conflictos entre o dever militar e a disciplina partidaria, mas tal tolerancia representava uma concessão dos tempos da Independencia. Entre os senadores do Rio Grande do Sul figurava, desde 1845, o maior soldado do Imperio, o marechal Luiz Alves de Lima e Silva, marquês e mais tarde duque de Caxias. Sua carreira, cheia de gloria, só ostentava o successo e a victoria. Era fervoroso conservador, e por duas vezes fôra ministro e presidente do Conselho. Suas opiniões pesavam muito nas deliberações conservadoras, e sua investidura politica o tinha levado a se intrometer nas pelepas partidarias. Daí lhes adviera funda desconfiança para com seus adversarios.

Sendo presidente do Conselho, Zacharias, em 1866, sentiu bem que Caxias era o unico general capaz de arcar com as difficuldades da guerra do Paraguay: numerosos eram os officiaes de toda gradação aptos a commandar tropas e as levar valentemente ao combate; mas o Brasil só possuia um estrategista, e este era o marquês.

Dois obices, sérios e particulares, talvez obstassem a sua acceitação do convite para o commando em chefe: o Gabinete de Zacharias era liberal, e o ministro da Guerra, Angelo Muniz da Silva Ferraz, o futuro barão de Uruguayana, era inimigo pessoal do marechal.

Era obvio que, entre ministro e commandante em chefe, deveria existir uma cooperação constante e intima, de todos os

instantes, e isto excluía uma das duas personalidades. Chamado a corrigir uma situação militar delicada, Caxias não tinha substituto, de sorte que Ferraz teria de abandonar a pasta, apesar de seu extraordinario valor, um dos raros politicos de todos os tempos do Brasil, talvez o unico, considerado capaz de gerir qualquer das pastas ministeriaes, e, mesmo, todas ellas a um tempo.

Quanto a se recusar a servir por divergencia dos crédos politicos, elle um conservador, e o ministerio sendo liberal, a grande alma de Caxias nem sequer admittia a noção: não se tratava de assumpto partidario, lhe disséra Zacharias, e assim tambem pensava o marechal, que só enxergava o Brasil. A 10 de outubro de 1866, foi lavrada sua nomeação de commandante em chefe das forças brasileiras.

Em quasi todos os sentidos, comtudo, a educação dos partidos era defeituosa. Mesmo ante o inimigo, suas lutas intestinas não cessavam; seu espirito de critica, e as contendas parlamentares não conheciam parada nem trégua, e assim enfraqueciam tanto o Gabinete como o general em chefe. A imprensa partidaria dava curso a quanto boato apparecesse, por mais absurdo que fosse; vivia a criticar ferinamente todos os movimentos e todas as pausas das operações no Paraguay, offendendo acerbamente a Caxias.

A tarefa que lhe cabia defrontar era tremenda. Até então, o commando havia sido exercido com grande frouxidão e desordem: proseguiam os combates, a vistoria acompanhava os alliados, mas não se sentia uma direcção energica e estrategica. Tudo e todos tinham de ser repostos nos lugares competentes, afim de se criar um instrumento tactico apto a desenvolver e assegurar o exito dos planos do marechal. Além disso, era delicadissima a situação dos exercitos: o Brasil já estava supportando o onus principal da campanha, tanto em recursos como em gente; Flôres receava uma revolução *blanca* no Uruguay, e, após o primeiro ataque mallogrado de Curupaity, em 1866, teve de voltar a Montevideo; Mitre, commandante em chefe dos alliados, via-se coacto em sua missão pelas perturbações de ordem na Argentina, e não se

mostrava um grande conductor de exercitos; teve de regressar a Buenos Aires para reprimir sublevações; Tamandaré e Inhaúma, almirantes da esquadra brasileira, nenhuma confiança tinham na Republica, e hesitavam em dar efficiencia absoluta a suas forças navaes nas operações encetadas, com o receio de levantes provocados pela Argentina, pelas costas dos combatentes; Mitre, por sua parte, accusava os chefes da Armada por sua inercia, quando era exigido o maximo de effiçacia nas acções empreendidas. O general Osorio, barão e mais tarde, visconde e marquês de Herval, um bravo entre os bravos, retirara-se para o Rio Grande allegando doença; mas em realidade, nem elle nem o general Marques de Sousa, futuro conde de Porto Alegre, concordavam com a direcção dada por Mitre.

Com a presença de Caxias, começou vida nova. Chefes que se haviam retirado do campo da luta, voltaram a ella; marinheiros e soldados, officiaes de toda graduação, ansiosos por mostrarem do quanto eram capazes, pediam para que se avançasse, tanto mais quanto, desde a viagem de Mitre para Buenos Aires em 1867, estava o marechal no commando geral dos alliados. Mesmo após a volta do presidente da Argentina ás terras paraguayas, em 1.º de agosto desse anno, elle deu ao general brasileiro liberdade plena para dirigir as operações. Iniciou-se então uma phase de extrema intensidade, sob a chefia real de Caxias. Apesar de tudo isto, a imprensa carioca o atacava sem dó nem trégua, accusando-o de inacção. Finalmente, a 14 de janeiro de 1868, teve Mitre de novamente viajar para Buenos Aires, e então Caxias passou a definitivamente chefiar os alliados.

Immensos eram seus esforços e seus cuidados: não tinha um momento de repouso; conduzia um largo exercito de quasi 50.000 homens, o que era muito para aquella época, fazia reconhecimentos, muitas vezes pessoalmente, e combatia elle proprio, como um official moço. Na ponte de Itororó, em dezembro de 1868, Caxias, commandante em chefe, velho, enfraquecido por seus 65 annos de idade e por seus incommodos de saúde, renovou o feito heroico de Bonaparte em Arcole, e, de espada na mão, levou suas tropas

pela ponte que a metralha varria, e na qual, antes delle, tres generaes haviam tido baixa por ferimentos graves, mortaes mesmo.

Tal era o homem, que a imprensa, os politicos de barbearia e os estrategistas de cafés, accusavam de incapaz de defrontar as agruras e difficuldades da situação, preguiçoso, commodista e fraco.

Tem sido a triste sina do Exercito no Brasil, nunca ter lo-grado ser comprehendido pelas classes civis, e especialmente pe-los partidos politicos. Tranquillos em suas casas, confortavelmen-te sentados em suas cadeiras nas administrações ou no Parlamento, discutem, approvam ou accusam soldados, cuja tarefa, soffrimentos e possibilidades são incapazes de medir ou mesmo de compre-hender por completo.

As duas mentalidades, a militar e a civil, chocam-se, principal-mente por causa da ignorancia desta ultima em assumptos milita-res. A sensibilidade peculiar, a noção de honra e os melindres das classes armadas, pairam absolutamente além da comprehensão média do homem da rua.

Além do que, nunca silenciaram em face do inimigo as con-tendas partidarias e as concorrencias e os appetites. Exercitos, bai-xas, mortos, moribundos e feridos, hospitaes e epidemias, conside-ravam-se como coisas distantes, assumptos para discursos de oppo-sição ou de criticas a governos, occasiões para parallelos entre libe-raes e conservadores no corpo de officiaes. Entrementes, o san-gue brasileiro corria em regatos e ondas. O pavoroso egoismo das classes civis não podia ser mais fundamente impatriotico.

Embora conservador, Caxias havia sido escolhido e nomea-do por um Gabinete liberal, porque elle era o unico estrategista que o Brasil possuia. O mais evidente e estricto dever do Gabinete seria, pois, sustentá-lo com todas as suas forças, auxiliá-lo de todos os modos no cumprimento de sua penosa e difficil incumbencia. Ao invés de tal cooperação, a imprensa liberal movia insidiosa campanha de indirectas, dichotes, cotejos e insinuações maldosas, contra o marechal; deputados e senadores não poupavam criticas que só revelavam a propria incompetencia dos accusadores.

Pela sua correspondencia e pelos jornaes que recebia, o marechal estava a par de todas essas miseraveis intrigas, toleradas, se não fomentadas subrepticamente por amigos do Gabinete. Sentiu-se justamente melindrado e enfraquecido. Sob o pretexto official de molestia (e, de facto, estava gravemente doente), enviou seu pedido de demissão, emquanto em carta particular ao ministro da Guerra expunha os motivos reaes de seu acto.

Mesmo então, o verdadeiro aspecto dos factos não clareou os espiritos dos conselheiros de Estado, aos quaes Zacharias, presidente do Conselho de Ministros, apresentou todos os documentos. Declarou que Caxias estava equivocado, que sua propria confiança no marechal nunca variara, mas, desde que para este não se poderia encontrar substituto, todo o Gabinete pediria dispensa da tarefa de governar, afim de que se mantivesse inteira confiança entre o commando e o governo.

Aos membros do Conselho de Estado, a crise appareceu sómente sob um angulo: um gabinete derrubado pela pressão da força armada. O pundonor ferido, o desrespeito ao ponto de honra, a deslealdade commettida contra Caxias, nada disto os impressionou, cégos como estavam pela hypertrophia do sentimento partidario. Tanto mais, quanto Zacharias, negando embora qualquer intenção de melindrar o marechal, havia posto a questão em terreno delicadissimo e critico, ao declarar que, sendo indispensaveis os serviços de Caxias, o Gabinete se retiraria. Por que? se nada lhe pesava na consciencia?

A verdade real parece estar no facto de que Zacharias nunca fôra um estadista, por mais notaveis seus dotes moraes e intellectuaes. Toda a sua vida publica foi dominada por uma idéa unica: seu partido e os interesses deste. Tudo, inclusive principios, subordinava-se a essa noção preliminar. Nenhum exaggero ha em affirmar tal conceito, pois disso existem provas: como já dissemos, auxiliou elle poderosamente o vir á discussão perante o Conselho de Estado o projecto de lei sobre a liberdade dos nascituros; seus sentimentos proprios eram favoraveis á medida; apesar disso tudo, elle a combateu com todas as suas forças no Senado, porque fôra

apresentada pelo partido conservador, pelo Gabinete presidido por José Maria da Silva Paranhos, mais tarde visconde do Rio Branco. Além de tudo, era de uma susceptibilidade exaggerada, pessoal e por demais sensível a quanto pudesse arranhar sua desmedida vaidade; embora se mostrasse indifferente aos sentimentos alheios naquelles a quem prodigalizava seus golpes e seus sarcasmos de opposicionista, vibrava e irritava-se sem medida sempre que servira de alvo a ironia de seus adversarios; a estes nunca perdoava. De facto, sua mentalidade não ultrapassava a de um cabo eleitoral de intelligencia superior.

Não se pôde dizer que elle acoroçoasse as aggressões contra Caxias, pois elle o negou; cruzou os braços, entretanto, e permitiu a seus amigos politicos o ataque contra o velho soldado. Seu dever, porém, meridianamente claro, era defender e auxiliar seu associado, já que havia accedido a collaboração do chefe conservador, e sabia que, para este, não tinha o Brasil substituto.

Ainda mais, as circumstancias subsequentes parece confirmarem tal explicação, pois suas opiniões, depois que deixou o governo, foram criticas publicas contra o modo pelo qual Caxias tinha exercido o commando no Paraguay, e ataques ferinos contra o Imperador, a cuja consciencia politica a guerra se impunha como o problema capital na America do Sul, e que, na discussão perante o Conselho de Estado, havia collocado a questão politica e militar em sua verdadeira luz.

No decurso do debate, os vellos conselheiros da Corôa só enxergavam uma coisa: um Gabinete caíndo por intervenção de um general justamente aggravado e offendido. O protesto simples e nobre de um chefe de tropas, funda e deslealmente ferido em seus mais dignos melindres, general que representava a bandeira nacional na guerra, estava se conduzindo admiravelmente na luta, e tinha titulos para contar com o apoio fiel do Gabinete, todo esse conjunto de factos em nada pesavam em seu espirito e sua consideração. Caxias não havia proferido a menor queixa, e se limitara a pedir demissão do commando, deixando para uma carta particular a expressão do que, na pratica univer-

sal dos Exercitos, constitúe a essencia do exito na direcção da guerra: a impossibilidade de a realizar, na ausencia de cooperação intima e cordial do poder militar com o civil. O resultado aí estava: os politiquieiros falavam de *pronunciamentos*, enquanto candidamente olvidavam que a causa do conflicto havia sido a conducta irreflectida e incorrecta do governo para com o homem que tinha a lhe pesar sobre os hombros as responsabilidades maximas do dia.

Fiel a seu programma de vencer a guerra e iniciar a campanha abolicionista após a victoria no Paraguay, como fôra decidido no Conselho de Estado ao discutir-se o projecto de libertação dos nascituros, sabia o Imperador que, apressando o advento do triumpho nos campos de batalha, aporpinquava o dia da liberdade para a raça negra, e se manteve leal a seus sentimentos proprios de honra e de orgulho pelo Exercito.

Fundamente ferido em sua vaidade, Zacharias fechara a porta a qualquer conciliação com o marechal; mais ainda, ao verificar que era unanime a opinião do Conselho de Estado de que, existindo incompatibilidade, era imprescindivel a separação, e, entre o Gabinete e o commandante em chefe, este é que devia permanecer á frente das tropas contra o inimigo. Zacharias, entretanto, e com elle todos os conselheiros do Imperante, não queria deixar o poder dando a impressão, que elles proprios haviam contribuido a criar e diffundir, de que saíam sob o influxo de uma intimação militar. Por isso, invocou um pretexto: a escolha de um senador, privilegio imperial exclusivo, que elle criticava e dizia sentir-se impossibilitado a referendar. Assim se deu, por seis meses, de 20 de fevereiro de 1868 a 16 de julho do mesmo anno, o adiamento do caso, com prejuizo da autoridade do Gabinete, pois o incidente com Caxias havia caído no dominio publico e fôra geralmente commentado.

O despeito do presidente demissionario trouxe outra difficuldade: estavam os liberaes em maioria no Parlamento, e tinham chefes que poderiam de modo inteiramente natural tomar a successão de Zacharias. Mas quando o Imperador, como de costume, depois de acceitar a demissão do Gabinete, indagou de seu pro-ho-

mem a quem se deveria dirigir para organizar o novo Ministerio, pediu venia Zacharias para declinar de tomar tal responsabilidade. Isto equivalia a declarar que os liberaes não tinham correligionario apto para assumir o encargo. Daí resultou serem chamados os conservadores ao poder, sem indicação alguma de ordem parlamentar, e como consequencia da ferida vaidade do chefe liberal, apeado do governo pela propria culpa.

Os liberaes ficaram, como era natural, fundamente offendidos. Em vez de accusarem a Zacharias e a si proprios, responsaveis unicos do desastre soffrido pelo partido, começaram, Zacharias á frente, a criticar e accusar D. Pedro II. O ambiente estava apaixonadissimo, e as expressões usadas chegaram tão longe, que os mais exaltados se retiraram do partido, e foram formar o nucleo de um grupo republicano. Nunca mais cessou este de agir sobre o espirito publico: da queda de Zacharias datam os prodromos da desintegração do instituto monarchico. O Imperio estava sendo combatido pelos proprios monarchistas, por competições baixas e egoistas de candidatos a pastas, e ignorancia da disciplina e dos alvos reaes do esforço partidario.

167. **Crepusculo do sentimento monarchista.** — Não é esta uma prophesia retrospectiva. O senador Nabuco de Araujo, mentor espirital dos liberaes, desde 1868 apontou a seus correligionarios o grande erro que estavam commettendo: a campanha anti-imperialista, dizia elle, afastava a possibilidade de sua volta ao poder, de novo, e dava força a formação de duas associações politicas oppostas, apenas, os conservadores e os republicanos, estes vindo futuramente a absorver os liberaes.

No mesmo sentido, os homens influentes do partido, Saraiva, Velloso e outros muitos, pensavam e manifestavam sua opinião.

Facil é acompanhar a evolução, pelo cotejo das datas.

Desde 1862, o partido progressista havia propugnado reformas, publicadas em 1864, visando descentralizar o Governo Central e dar aos ministros a responsabilidade dos actos do Poder Mo-

derador. Era um meio de acabar com o privilegio imperial, a chave da Constituição como dizia a propria Carta fundamental.

Em 1866, os liberaes historicos batiam-se em sua imprensa pela abolição do Poder Moderador e pela temporariedade do mandato senatorial; a demissão de Ferraz do ministerio da Guerra e a nomeação de Caxias não deixaram de influir nesse item do seu programma. Depois da sortida de Zacharias, os radicaes, em 1868, já estavam a meio caminho entre a monarchia e a republica, e defendiam os mesmos principios. A 3 de dezembro de 1870, foi publicado o Manifesto republicano, com doutrina ainda mais adeantada: a abolição do Imperio.

Nabuco, Saraiva e muitos outros próceres haviam-no previsto e o verbo se fizera carne. No partido novamente formado, se encontravam grandes nomes dos mais adeantados liberaes, que ligaram a aspiração de 1870 á realização de 1891. Tais eram Saldanha Marinho, Quintino Bocayuva, Aristides Lobo e outros.

Em S. Paulo, na Convenção de Ytú, em 1871, grupo analogo foi constituido, dando normas do Manifesto de 2 de julho de 1873, e sob a direcção de Prudente de Moraes e de Campos Salles, ambos presidentes da Republica, de 1894 a 1902. Em 1876, S. Paulo quasi mandou á Assembléa Geral o primeiro deputado republicano, e em 1877 uma primeira patrulha de tres republicanos foi eleita para a Assembléa Provincial.

Nos espiritos liberaes, as funções do Poder Moderador deveriam ser devolvidas ao presidente do Conselho, de acôrdo com o modelo inglês. Para os republicanos, o problema se apresentava sob aspecto differente: consolidando-o, e systematizando a autoridade pessoal do Chefe do Executivo, era o nucleo central do poder constitucional investido do Imperador; tornou-se, na Republica, a semente do systema presidencial, inteiramente desenvolvido em 1889, mediante a propaganda incessante dos homens de 1870 e o crescimento continuo de seus partidarios.

No Exercito, dominava a persuasão de que os partidos monarchicos eram mal dispostos quanto ás forças armadas. A principio, D. Pedro era considerado aquillo que elle realmente era: seu

sincero defensor; embora após a guerra não se preocupasse muito com suas necessidades, e se deixasse atrasar nos conceitos da função das grandes instituições militares quanto á formação social e politica do país. Uma desconfiança profunda caracterizava o sentimento dos monarchistas de ambos os campos para com ellas, e o Imperador tributava ás classes armadas menos interesse do que a outros problemas. Aos poucos, o ataque systematico contra o Imperio e seu chefe, conduzido pelos proprios monarchistas, foi levando as massas dos officiaes mais moços a uma hostilidade completa, contraria ao principio de hereditariedade das funções governamentaes, e seu numero foi crescendo. Outras causas contribuíram para tal desaffeição, como veremos dentro em breve.

168. **Politica religiosa do Imperio.** — Surgiu agora terceiro factor de afastamento e de abandono por parte do clero e do sentimento religioso da Nação, feridos fundamente em sua alma pelo regalismo excessivo do poder civil e pelo gallicanismo intolerante do governo, herança esta das regras semelhantes e da conducta seguidas pela monarchia portuguesa, e transplantadas para o Brasil.

Os attritos entre o poder e a Igreja datavam de muitos annos atrás, mesmo de antes da Reforma. Tal era a influencia dos monarchas em actos referentes a negocios ecclesiasticos, que usualmente se considerava como verdadeira collaboração, tolerada, embora irregular, exercida pelo bispo de fóra, *episcopus a foris*, como disséra Constantino em Nicéa. Em França, a Universidade e o Parlamento, isto é as Côrtes de Justiça, valiam por conselheiros theologicos do Soberano, e incessantemente invadiam e esphera de competencia do governo da Igreja. Na Espanha, Filippe II discutia com o Papa dogmas e disciplina, como se elle proprio fóra o administrador da vida espirital. Em Portugal, acontecia o mesmo, e a ascensão ao throno de D. José I, com seu ministro Pombal, marcou o nivel maximo dessa politica dominadora a rebaixar as regras romanas.

De facto, regiões inteiras da actividade publica existiam nas quaes a legislação ecclesiastica tinha de ser posta em pratica atra-

vés a agencia do poder civil. Um conflicto potencial, pois, estava sempre pendente entre essas duas fontes de autoridade tão diversas, a revelação e a força material. Como tendencia geral, regalismo e gallicanismo procuravam dilatar-se, e dominar na contenda. A Igreja nunca alterou sua posição mas se via estrangida a constantemente lutar pela liberdade sua, contra o poder civil invasor.

Fôra o Brasil organizado segundo as mesmas normas de Portugal. Embora a Constituição de 1824, liberalissima para a época, admittia e tolerava outro crêdo, o catholicismo era a religião official. Em 1827-1838 havia surgido um conflicto sério sobre o celibato sacerdotal e os privilegios do cléro; em conjunto, porém, tal assumpto tinha sido tratado com prudencia e espirito de concordia, por Gabinetes desejosos de evitarem malentendidos com a Santa Sé.

Nabuco de Araujo, de 1854 a 1857, seria um exemplo dessa forma de cooperação, ao reformar conventos, nos quaes a disciplina, a vida religiosa conventual e o numero dos monges tinham soffrido relaxamento. Tão longe foi, em 1855, comtudo que, prohibiu a entrada de noviços, como providencia preliminar para a reforma geral das ordens regulares. O que, no espirito do governo, seria méra medida temporaria e transitoria, tornou-se permanente até quasi o fim da monarchia; de facto, a reforma não se realizou, e o noviciado não foi reaberto, senão em 1888, por Ferreira Vianna, em vespéras da Republica. Que o intuito de Nabuco não era de estancar o recrutamento dos cenobios, não padece duvida: toda sua vida, suas declarações e suas convicções religiosas protestam igualmente contra isso. Outra prova está em que almejava fortalecer a vida espirital: em 1857, reforçou uma disposição do Concilio Tridentino ao abolir o appello á Corôa nos casos em que os bispos haviam pronunciado suspensões e interdictos *ex informata conscientia*.

Tal rota, e tal prudencia, entretanto, não eram sempre observadas; não era coisa excepcional figurarem nos gabinetes ministros faltos de criterio ou que gostassem de procurar barulhos; daí, surgirem attritos, má vontade, obices irritantes entre as autoridades civis e as religiosas.

O ponto de partida desse regalismo era a placitação das bullas ou breves, oriundos da Sé Apostolica. Nenhum acto praticado pelo Pontifice ou pela Curia, por ordem d'elle, era exequivel no Brasil, sem que tivesse sido confirmado pelo *placet* do Governo Imperial. A Igreja, evidentemente, nunca se sujeitaria, nem admittiria tal doutrina: Como o poderia ella fazer? Roma falava de uma altura preterhumana, como instituição divina, acima dos homens e em questões de dogma e de disciplina ecclesiastica; nessas incumbencias espirituaes, não poderia ter parte proeminente o poder politico, méramente humano, embora viesse ouvir e consultar as autoridades nacionaes que regiam o país. O clero, pela Constituição, era uma classe nacional, e tinha liames a prenderem-no á organização geral do Imperio. Por isso, Roma tolerava, embora não approvasse, tal necessidade temporaria de se intrometter o Estado em negocios ecclesiasticos.

De situação tão estranha e hybrida, resultavam innumeradas difficuldades. O dogma, por força, tinha de ficar fóra da competencia do poder civil; mas, mesmo aí, o esforço continuo das autoridades civis exercia-se no rumo da intervenção nessa provincia reservada. Na esphera da disciplina, mais aberta a medidas conjuntas, a interpenetração da duplice competencia, disciplinar e dogmatica, era tal, que debates durariam tempos infinitos para as discriminações entre as duas sociedades perfectas: a temporal e a espiritual.

O malestar, surgido de taes factos, crescia de dia para dia, e tendia a pôr a Igreja na subordinação dos governos. Seria a captividade da Igreja.

Após a proclamação da Republica, em 1889, a Pastoral Collectiva do Episcopado Brasileiro, a 19 de março de 1890, resumiu alguns desses vexames religiosos: ministros dando ordens aos bispos quanto á observancia das regras do Concilio de Trento no tocante á nomeação de parochos; prohibindo-lhes viajar para fóra da diocese, sem prévia licença official, sob pena de ser esta declarada séde vacante, com todas as consequencias daí decorrentes; approvando livros de theologia para os seminarios; emendando os

estatutos dos cabidos ecclesiasticos; regulando a jurisdicção dos vigarios capitulares; isentando os capellães militares do dever geral da supervisão de seus prelados; prohibição de noviciado; concedendo aos chefes das ordens regulares licença para consentirem a seus monges ausentarem-se de seus conventos por mais de seis meses; approvando resoluções capitulares; fixando novas disposições e deveres aos vigarios; e muitas outras demasias do mesmo jaez.

Apesar da doutrina immutavel da Igreja sobre a separação da Igreja e do Estado, tolerada, e nunca por ser louvada, o Episcopado Brasileiro considerou essa medida, pela forma adoptada pela Republica, e no espirito com que fôra planejada, como a libertação da captividade em que havia jazido.

Além desses motivos theoricos de dissentimento os successos diarios davam origem a choques. Um delles mais cedo ou mais tarde havia de ser a maçonaria.

169. Conflictio religioso. — Na America do Sul, a maçonaria desempenhara papel excepcional nos dias da Independencia. Organizara o movimento e dirigira governos de 1810 até 1825, nas colonias hespanholas, e de 1821 a 1823, no Brasil. Nenhum alvo outro se lhe conhecia, na actividade da associação, do que o auxilio mutuo, a caridade e as aspirações liberaes. Era coisa muito diversa dos esforços estrenuos das lojas francesas e italianas e mesmo alemãs, assim como dos carbonari, nas quaes os ideaes de liberdade se mesclavam com conspiratas profissionaes e propaganda anti-religiosa.

Por essas mesmas divergencias, innumerados sacerdotes pertenciam á maçonaria, figurando mesmo em gráus elevados. Na Sul-America, pois, a situação era inteiramente diversa da que dominava na Europa. No Velho Mundo, ao contrario do que aqui occorria, e desde a Revolução Francesa, eram elementos de desordem, contra o Catholicismo e a religião em geral.

A Sé Apostolica, mais de uma vez, havia condemnado o instituto franco-maçonico, e mais emphaticamente o tinha feito

desde a constituição da Santa-Alliança, alvo dos esforços persistentes e violentos dos filiados á sociedade secreta.

Após as revoluções generalizadas e largamente espalhadas de 1848, no Continente europeu, á base das quaes indubitavelmente se achava o influxo maçónico, os protestos e as condemnações se tornaram mais severos, pois os Estados Pontificios tinham sido e ainda eram apontados como uma das monarchias a derrubar; de facto, os ataques aí nunca cessaram, até o golpe final de 21 de setembro de 1870, quando Roma foi conquistada pelas tropas italianas, e nada ficou ao Papa de seu poder temporal, do que o palacio do Vaticano.

No Brasil, entretanto, reinava paz absoluta, qualquer possível tendencia outra das lojas desaparecendo ante os alvos philantropicos e caridosos a que serviam. A condemnação apostolica, comtudo, não abria excepções, nem nas podia abrir entre esta ou aquella outra *nuance* do instituto universal, considerado em seu conjunto merecedor de excommunhão. Eram geraes os termos da sentença, e como taes teriam de ser entendidos, embora a prudencia dos bispos pudesse ser invocada para attenuar-se a dureza da applicação.

As lojas do Rio de Janeiro tinham celebrado uma grande festa, em honra do voto da lei libertando os nascituros negros, e, nessa reunião, um sacerdote catholico pronunciara um sermão, em termos tirados da linguagem maçonica. Publicara-o nos jornaes sob assignatura, e recusara abjurar a maçonaria, apesar das exhortações de seu bispo, que o havia censurado. Em face da indisciplina, o bispo tinha suspenso seu recalitrante subordinado, do pulpito e do confissionario.

Era isto, méro exercicio canonico da autoridade ecclesiastica, para manter a disciplina interna e espirital do seu clero. Mas offendeu as lojas do Rio. Reuniram-se estas em abril de 1872, e deliberaram atacar o Episcopado Brasileiro, declarando guerra á Igreja com todas as forças unidas da maçonaria. O aspecto mais grave do caso estava no facto de que o grão-mestre em exercicio era o visconde do Rio Branco, presidente do Conselho, e, elle proprio, fôra quem aconselhara a medida.

Nenhuma duvida pôde permanecer, portanto, de que as hostilidades haviam partido do acampamento maçônico. De Norte a Sul, a imprensa, brochuras, pamphletos, conferencias, rivalizavam no empenho de ser criado um ambiente de desconfiança e de má vontade, blaterando contra o que se chamava a intolerância da Igreja, que, em pura verdade, zelava apenas pela disciplina intrínseca e pela orthodoxia de seu clero.

O bispo D. Pedro Maria de Lacerda, que havia condemnado o sacerdote indisciplinado, supportou todas as criticas com summa paciencia, apesar das novas provocações que lhe foram endereçadas; talvez, até, fosse longe demais nessa mansuetude, e correu a fama de que assim procedera a conselho do internuncio papal, D. Domenico Sanguigni.

170. D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira e D. Antonio de Macedo Costa. — A 24 de maio de 1872, foi enthronizado o novo bispo de Olinda, um frade capuchinho, D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira; cercava-o uma atmosphera de desconfiança geral, que o accusava de ser ultramontano. Contra elle, os maçons abriram immediatamente uma campanha de calumnias e de diffamação. Começou o bispo silenciosamente a reformar sua familia religiosa, sendo seguido por todo o seu clero, menos dois padres, que recusaram abjurar suas affinidades heterodoxas.

Não teve a mesma fortuna com as irmandades; formadas sob uma regra mixta, religiosa tanto quanto civil, definida pelo compromisso que ligava seus associados. Alguns destes tinham ligações maçônicas, e objectaram quanto á expulsão de seu seio daquelles de seus irmãos que haviam incorrido n'as censuras ecclesiasticas por tal motivo.

Depois de os ter exhortado, o bispo suspendeu os dois revoltados, e ordenou aos parochos avisarem aos membros maçons das irmandades para abandonar a seita; se se recusassem a obedecer, teriam de ser expulsos dellas, por excommungados. Uma das irmandades declarou não attender á ordem prelatia, e, a 5 de janeiro de 1873, foi suspensa. Outras se lhe seguiram.

No Pará, o bispo, D. Antonio de Macedo Costa, a 25 de março do mesmo anno, agiu de modo igual.

171. Processo dos bispos. — Começara uma guerra religiosa da maior gravidade

A Igreja fôra atacada, é verdade, e ainda se não movera, até que a maçonaria levou a luta para dentro da esphera da actividade ecclesiastica. Mas em seu revide, talvez um pouco mais de prudencia, de um ponto de vista estreitamente humano e material, houvesse sido de desejar. E' difficil, entretanto, aventar uma opinião, pois taes problemas de fôro intimo e de convicção espiritual são insusceptiveis de julgamentos estranhos.

D. Vital, assim como o bispo do Pará, defendia a orthodoxia e os decretos romanos, com sinceridade absoluta e com todo o esforço de sua fé. Seria, entretanto, interesse verdadeiro da Igreja e do Catholicismo que o fizessem do modo pelo qual moveram o combate defensivo? Será materia opinativa. Mas, em um ponto, o acôrdo é certo: agiram isolados. Nem o arcebispo da Bahia, primaz do Brasil, nem os demais bispos se associaram á direcção que deram á grave questão. D. Domenico Sanguigni, o internuncio, insinuou claramente procedimento mais pacifico.

A Santa Sé, ao se manifestar sobre o caso, emquanto approvava a doutrina dos protestatarios, a doutrina eterna de Roma, apontava para a imprudencia do rumo seguido, mostrando que o erro inveterado, tão vastamente espalhado e diffundido, se não poderia erradicar de chôfre, com um esforço unico. Absolutamente correcto, e dentro nas normas impeccaveis da mais pura religião, o curso a observar talvez tivesse podido ser evitado, ou seguido com menos pressa.

Não é facil atinar porque se accitou o estado de belligerancia, ao invés do recurso a maior paciencia e ainda maior pacifica e amorosa caridade para com os transviados. Accusar aos bispos de sentimentos juvenis e impetuosos, sêde de sacrificio pela fé, sem a devida ponderação dos verdadeiros interesses do momento, ou então o desejo de sobre si chamarem a attenção publica, é juizo infundado e talvez injusto.

Eram ambos homens extraordinários, glória e orgulho da classe sacerdotal brasileira, sabedores, modestos, christãos de animo superior e inspirados pelo amor divino, impregnados de infinito amor pelo próximo. Desde a proclamação do Imperio, cinquenta annos antes, nenhuma questão maçónica surgira. Maçons eram encontrados por toda parte, em todas as classes, entre o clero tanto quanto entre leigos, tementes a Deus e devotos. Brilhava, como a propria evidencia, que as tendencias combativas de sua seita na Europa não tinham atravessado o Atlantico, ou, se haviam cruzado o Oceano, se tinham gasto nos movimentos liberaes dos dias da Independência, pela America inteira.

Na Europa, ao contrario, e principalmente nos países catholicos, maçonaria, sociedades secretas e quejandas haviam figurado á raiz das revoluções e dos tumultos politicos. Em época recente, em 1848, uma onda libertaria varreu a Santa-Alliança, seus methodos e suas criações, tanto mais violenta e vingadora quanto as oppressões anteriores se haviam revelado duras e desapiadadas. De ambos os males, a Italia havia soffrido: pois a tyrannia austriaca e as revoltas nacionaes iam além das causas reaes de tyrannia. A França, por seu lado, soffrera phases iguaes de desorganização politica, desde a Revolução, o Imperio Napoleónico, o sentimento de inferioridade propria após a victoria esmagadora dos Alliados, a Restauração, o predominio dos *ultras*, e a monarchia de julho. Nos meios conservadores, era amargo o sentimento e de revolta a opinião contra os fazedores de tumultos, e, entre taes perturbadores da ordem, se incluíam os maçons, cujo alvo confessado, entre fins liberaes, ainda contava artigos que significavam a destruição das crenças e a morte de seus representantes.

Populações religiosas não podiam fraternizar com propugnadores de taes tarefas. Os seminarios tinham de considerar estes prégadores da revolução como inimigos activos, e de evidenciar o perigo ameaçador no animo de seus estudantes. Dessa funda differença de ambiente, dos dois lados do Atlantico, decorria que a formação das mentalidades teria de ser mais arden-

te e combativa pela noção da defesa propria na Europa, do que na America. Póde ser que, educados e formados em seminarios franceses, os dois grandes bispos brasileiros trouxessem ao problema maçonico no Imperio certas idéas preconcebidas, mais suspicazes do que permittiria justificar a passada historia do Brasil, e analysassem factos locaes á luz da experiencia franceza, que não era a nossa. Uma coisa, entretanto, paira acima de qualquer suspeita: sua fulgurante sinceridade e bôa fé, o nobre destemor e altruismo de sua conducta, sua absoluta obediencia filial ao Catholicismo.

E mantiveram-se rigidamente coherentes com suas convicções.

As irmandades suspensas por D. Vital appellaram para a Corôa, que determinou fosse estudada a questão pelo Conselho de Estado. Chamado por esta corporação a explicar seus actos, o bispo declinou defender-se: "Omittindo qualquer observação sobre as innumeradas inexactidões contidas na dita petição, limito-me a dizer a V. Ex. que semelhante recurso é condemnado por varias disposições da Igreja". E mais não respondeu.

Em sua maioria, era o Conselho de Estado essencialmente regalista. Despeitado por essa declinatoria de competencia sua, ordenou ao prelado annullasse as interdições, dentro em quinze dias. D. Vital recusou obedecer á intimação, e negou ao governo o direito de intervir em suas funcções espirituaes. Com o bispo do Pará, renovaram-se os mesmos passos, quanto ás suspensões das irmandades locaes, provocando os mesmos resultados.

O ministro do Imperio, então, deliberou mover perante o Supremo Tribunal as accusações contra D. Vital e D. Macedo Costa.

Mais uma vez, D. Vital se defendeu citando o Evangelho "*Jesus autem tacebat*". O bispo do Pará, do mesmo modo, se limitou, em sua defesa, a poucas palavras: "Nada mais me resta que fazer, senão appellar para a justiça de Deus", disse, contrariando o libello accusatorio.

A 21 de fevereiro de 1874, o bispo de Olinda foi condemnado a quatro annos de prisão com trabalho, e a 1.º de julho se-

guinte, D. Macedo Costa ouviu pronunciar a mesma condemnação. O Imperador commutou a pena em prisão simples.

Obtido esse resultado, começou a apparecer á crúa luz da realidade o erro formidavel que fôra commettido. Nada veio mudado na situação: os bispos não haviam revogado os interdictos; os governadores ecclesiasticos, canonicamente nomeados por elles em sua ausencia das sédes, seguiam a mesma abstenção, e tudo fazia prever que permaneceriam as coisas nesse pé. A lei civil e as ordens officiaes burlavam-se, pela impossibilidade de serem obedecidas á custa da violencia sobre as consciencias e as crenças, lição eterna de todas as perseguições de idéas e de convicções.

Um facto tornava-se notorio, a passagem da maçonaria para um longinquo plano inferior; nelle estivera no passado, salvo nos dias da Independencia, e para elle voltava. O conflicto revelava-se de outra importancia, muito mais alta e de outro alcance: era o gallicanismo e combater a Igreja Universal. Era regalista ferrenha a maioria dos estadistas brasileiros. O Imperador, por tradição de familia e por convicção, tambem pensava do mesmo modo: e tanto, que considerava o procedimento dos bispos como uma offensa muito grave contra a majestade do Imperio e, pessoalmente, contra a Corôa. Por isso foi que, muito mais do que o visconde do Rio Branco, chefe do Gabinete e grão-mestre da maçonaria, tomou elle a peito o dissidio e impôs a jurisdicção civil do Conselho de Estado e do Supremo Tribunal, indo mesmo ao ponto de tornar conhecida sua vontade aos magistrados deste alto pretorio. O visconde, ao contrario, andava afflicto por fazer as pazes com Roma, por meios diplomaticos.

E, depois dessa ostentação espalhafatosa de energia, a simples e pura verdade se tornou evidente: nada se obtivera, e a questão continuava no mesmo ponto em que se iniciara, apenas com uma violencia a mais a pesar sobre o governo: principes da Igreja, accusados, condemnados e presos, sem lei que definisse seu crime e lhes marcasse a pena pela falta commettida; nenhuma acção delictuosa posta em pratica, mas a méra affir-

mação de seu pensamento religioso; nenhum assumpto de esphera humana, mas a adoração e o culto do Todo Poderoso.

E, em seu nobilissimo proceder de christãos, os prelados, ante o país e os catholicos do mundo inteiro, eram illuminados pelo halo de gloria e de martyrio dos confesores da Fé!'

Se os dois novos criminosos podiam ser increpados por terem talvez sido um pouco apressados, qual seria a sentença a proferir contra o Imperador, o Gabinete e todo o governo, por terem iniciado e promovido tal conflicto, no qual nem lei, nem interesse publico, estavam ao lado da autoridade civil? Açodamento, talvez, por um lado; absoluta precipitação, falta de prudencia e assomo inconsiderado, do outro.

Sinceridade, bôa fé, enthusiasmo, existiam em ambos os lados. Havia soado a hora tragica, na qual, de tantos homens bem intencionados, partiam tantos males que se precipitavam sobre a nação. A velha contenda pela supremacia entre o poder civil e a autoridade de origem divina, a se debater nos mesmos problemas moraes, ansioso o primeiro por firmar a ordem na subordinação da segunda. . . quando, entretanto, a harmonia só se pôde estabelecer na discriminação, *quod Dei, Deo; quod Cæsaris, Cæsari!* . . .

172. Missão Penedo. — A principio, só se tinha recorrido á justiça civil, como era de praxe entre gallicanos. Mas, dentro em pouco, se tornou evidente que, estando em jogo a hierarchia catholica, Roma não podia ser ignorada. A esta verdade axiomatica, tiveram de se render os regalistas, mas o fizeram com má vontade e displicentemente. A Missão Especial enviada a Roma para esse fim, embora recebesse instrucções para obter do Summo Pontifice sua interferencia para não permitir a generalização do conflicto, teve ordens severas para não debater o assumpto com a Sé romana, e para impôr o ponto de vista do Imperio: missão de guerra, e não de paz. Com uma circumstancia aggravante a mais: o processo civil criminal proseguiria em seus termos, apesar da negociação.

O representante do Brasil escolhido, o barão do Penedo, era um legista capaz e um diplomata experiente. Por isso mesmo,

agiu de modo contrario a suas instrucções de combate. Collocou o caso no terreno da pacificação, sem perder tempo em discutir os pontos de vista officiaes sobre questões de dogma e de disciplina ecclesiastica, nas quaes a Santa Sé nunca accetteria, nem poderia accetar, regras de leigos, contra as suas proprias. Preferiu mostrar a necessidade e a conveniencia de se restaurar a paz religiosa ao Imperio.

Tal era, tambem, a tendencia da Curia, tanto mais que se sentia em Roma que o choque pudera ter sido evitado com um pouco de paciencia. Mas no animo do Papa, se tivesse elle de intervir em um sentido pacificador e paternal, esperaria a reciproca por parte do governo brasileiro em uma rota igualmente pacifica e calmante; ora, nada se achava mais distante do espirito de luta dos dominadores do dia, no Imperio.

Penedo, certamente, nunca foi muito claro nem explicito sobre este ponto, e o Santo Padre se julgou autorizado a crer que o processo do Rio seria abandonado ou dirigido em rumo de se tornar inefficaz. Nessa convicção, ordenou ao cardeal secretario de Estado enviar aos bispos uma carta lembrando que, se tinham elles razão em theoria, os meios usados não podiam merecer igual approvação, por lhes faltar prudencia. Os interdictos, portanto, deveriam ser levantados, e, como se previssem inconvenientes no serem maçons membros de irmandades, se suggeriam regras e indicações para o caso.

Mal tinha Penedo deixado Roma, quando aí chegaram noticias da prisão de D. Vital. A impressão na Cidade Eterna foi de revolta indignada; Pio IX tomou o facto como um insulto pessoal, e fez sua a questão dos bispos. Tinha elle accedido em pacificar o ambiente, certo que estava de ser encontrado a meio caminho pela clemencia imperial. Revogou a carta mandada pelo cardeal Antonelli, e protestou solennemente contra os soffrimentos impostos a seus filhos no Brasil e contra as violações de sagradas immunidades ecclesiasticas.

A justa indignação do Papa era partilhada por todo o clero do Imperio.

173. **Condemnação dos bispos. Triumpho da Igreja.** — Enquanto D. Vital e D. Macedo Costa não haviam sido seguidos pelo Episcopado do Brasil na questão maçônica, sua condenção levantou uma grita formidável de Norte a Sul do país, a protestar contra o escândalo e a perseguição de que eram alvos os dois antistites, e a leva de broqueis partia das parochias mais remotas até as autoridades catholicas mais graduadas. Onde quer que um sacerdote, um monge, um missionario se encontrasse, uma voz clamaria estigmatizando o proceder do governo, ferreteando ao Imperador e aos ministros de inimigos da Fé e de menosprezadores da Religião.

Daí por deante, a causa dos bispos, para a quasi unanimidade dos brasileiros, se tornou a causa de Deus, do Santo Padre e do Catholicismo.

De suas prisões, os dois santos prisioneiros continuavam a reger suas dioceses respectivas, através seus substitutos canonicos. Os interdictos continuavam em pleno vigor, e o poder civil não encontrava quem lhe pudesse tornar executivas suas decisões absurdas. Nesse caso particular, o gallicanismo fôra vencido. Todo o país era presa de graves dissensões religiosas, e não se via caminho para sair da difficuldade tremenda, emquanto as condemnações ficassem de pé.

Só restava uma via de solução: voltar atrás do erro commettido, e abater as armas.

A 17 de setembro de 1875, o Governo Imperial concedeu a amnistia, para fechar o grave incidente por esse acto de bom senso politico. Havia a Igreja triumphado da perseguição gallicana. Nenhuma questão, tanto como esta, perturbou durante a monarchia o espirito publico, ferindo a consciencia nacional. Nenhuma teve consequencias iguaes ás desta, duradouras, de alcance alongado, e que tanto enfraquece o sentimento de lealdade ao Imperio.

Capistrano de Abreu, nosso historiador maximo, contou uma phrase caracteristica de D. Pedro Maria de Lacerda, bispo do Rio de Janeiro, dessa occorrenca. A 16 de novembro de 1889, atravessava elle, de madrugada, o velho largo do Paço,

a caminho de sua visita pastoral á diocese; notando movimento desusado no Paço da Cidade, sentinellas nas portas, soldados por toda parte, indagou que significava tanta azafama; responderam-lhe que a Republica fôra proclamada na vespera, e que tanto D. Pedro como toda a familia Imperial se achavam detidos no palacio. "Exactamente o que elle fez aos bispos", meditou e disse.

Na Pastoral Collectiva do Episcopado sobre a separação da Igreja do Estado, em data de 19 de março de 1890, escripta por esse mesmo bispo do Pará, D. Antonio de Macedo Costa, se ouve uma nota identica, com o som clangorante de um clarim de victoria: "O throno desapareceu. e o Altar? O Altar está de pé!..."

174. Consequencias. — Em dez annos, de 1866 a 1875, o aspecto do Brasil tinha mudado por completo.

A personalidade do Imperador tinha começado a ser discutida e vehementemente accusada em seus methodos de governar: ambos os partidos, successivamente, atacavam sua pessoa "inviolavel e sagrada", nos termos da Constituição que a tinha definido. Não parecia que comprehendessem que, procedendo dessa forma, estavam derruindo os alicerces do Estado, "a chave da Constituição", na propria phrase do Estatuto de 1824. Seu prestigio e sua autoridade estavam condemnados a desmaiar e morrer, através o assalto ao throno por seus proprios partidarios.

Para os partidos monarchicos, foi uma vergonha a prova que deram então de ignorancia de direcção politica, mostrando ao mesmo tempo quanto se achavam longe da maioridade em assumptos governativos. Destruíram-se mutuamente, ao se revelarem incapazes de cumprir seus respectivos programmas partidarios: os liberaes a prometerem medidas, que nunca lograram realizar; os conservadores, tomando conta dessas promessas, que elles, entretanto, haviam combatido, e pondo-as em pratica. Exceptuando algumas personalidades eminentes, ambos os grupos a cuidarem sómente dos desejos do Soberano, e perante elles se curvando para conseguirem o poder. Felizmente para o país, o

Soberano era D. Pedro II, um *gentleman* modelar e um patriota de altíssimas virtudes e um caracter.

Os planos liberaes ficavam desmoralizados, e os membros desse partido evolviam cada vez mais para os arraiaes republicanos, pelo menos quanto aos ideaes destes: federação, abolição do Conselho de Estado, temporariedade das funcções senatoriaes, extinção do Poder Moderador. Os conservadores haviam sido incapazes de defender a escravidão e a propriedade territorial; mais ainda, haviam promovido a liberdade dos nascituros da raça negra. Quando accusados, em vez de explicarem lealmente os factos, atiravam a responsabilidade sobre o Imperador.

As forças armadas, sentindo quanto a defesa nacional carecia de progressos, encontravam a relutancia dos partidos, e, destarte, tomavam conhecimento de que taes grupos assim procediam por obediencia aos desejos do monarcha; segundo affirmavam os politicos, D. Pedro II tinha funda indifferença por taes assumptos.

Agora, vinha a guerra religiosa; por parte do clero em geral, a desconfiança era funda e progressiva, o mais poderoso elemento de sapa do poder fundado sobre "a graça de Deus", a par da unanime aclamação dos povos.

Começou então a desaffeição a espalhar-se, e entrou a crescer em gráu alarmante. A opinião tendeu a formar duas largas correntes: larga maioria dos partidos, já então mesclados, acotovelava-se em torno do throno, já perdida, a sua confiança nelle, e com ella, sua pristina fidelidade illimitada; a minoria, pequena mas activa, atacava o instituto monarchico, manejando armas forjadas pelos proprios pretensos defensores da forma imperial, e crescendo elles mesmos em numeros com uma acceleração de pasmar, recrutando seu pessoal nas alas esquerdas dos partidos tradicionaes, nos fazendeiros e antigos donos de escravos, enfurecidos pela sua subita ruina, após o 13 de maio de 1888, nos meios militares desaffeioados á dynastia, e no clero indignado, ainda vibrante da emoção da questão dos bispos.

No edificio imperial, as primeiras fissuras se revelavam. Amanheciam os ultimos dias da monarchia.

CAPITULO XIII

Emancipação e Abolição da Escravidão. Questão militar. Desaffeição crescente. Quêda do Imperio

Emquanto esses acontecimentos tão graves occurriam, carregados de significação para a formação nacional de nossa terra, o edificio de nossas relações economicas se erguia em pleno desenvolvimento.

175. **Economia nacional.** — Durante a guerra do Paraguay, o cambio havia soffrido, descendo as taxas abaixo do par e attingindo mesmo a 15 *pence* por mil réis, por alguns dias. Já em 1871, a reacção se deu, e as cotações ascenderam a 25 *d*, tendo oscillado até 1877 entre 24 e 27. O commercio internacional crescia sem parar; mesmo no periodo da luta armada, não havia diminuido: de 300.000 contos em 1866, tinha chegado de modo normal a 356.000 em 1871-72, e a 400.000 em 1880, abrangendo importações e exportações. A curva de seu desenvolvimento era absolutamente regular, a ostentar um processo perfeitamente organico. Finanças e administração eram sadias, e, embora momentos de difficuldades tivessem de ser atravessados, taes apertos não compromettiam a situação, que, em seu conjunto podia ser tida por satisfactoria.

Em todos os ramos, ia melhorando a legislação. O primeiro recenseamento realizou-se em 1872. As vias-ferreas sommavam 513 kilometros em 1866, 932 em 1872 e 3,397 em 1880. Crescia a immigração, e já se sentia que a mão de obra branca provaria

a solução do problema servil. As linhas telegraphicas ostentavam a mesma tendencia ascensional: um cabo transatlantico fôra lançado em 1874. Rio de Janeiro recebeu a illuminação a gás; supprimento abundante dagua e rêde sanitaria estenderam-se largamente. A instrucção publica era objecto de intenso cuidado e progresso.

176. O ambiente politico. — Todos esses signaes de melhoria e de surto crescente, entretanto, não logravam acalmar o ambiente politico. De 1871 a 1875, o tablado estava occupado pela elaboração da lei sobre a liberdade dos negros nascituros e a questão religiosa. A inextricavel confusão e mistura dos partidos, por outro lado, dava a impressão de desordem e de corrida ao abysmo. Ninguem poderia prever o que saíria dessa desorientação dos espiritos. Os republicanos, a passos vagarosos, mas seguros, estavam organizando suas forças, disputavam cadeiras nas eleições, quer nas municipaes, quer nas provinciaes; chegaram, mesmo, a quasi elegerem um representante seu á Assembléa Geral, no pleito de 1876.

Acima de tudo, vibrava o ambiente com recriminações, censuras e criticas apaixonadas contra o Imperador, cujo “poder pessoal”, como era vulgarmente chamado, se apontava como causa de destruição dos partidos, pelo facto de ser elle o regedor unico do país, a impôr sua vontade á communhão na escolha e na demissão dos Gabinetes, e no descaso absoluto das respectivas plataformas e programmas.

Já explanámos como esse poder derivava directamente da Constituição, e pertencia exclusivamente ao Imperador. Ao applicá-lo, ficava o soberano estrictamente dentro nos limites de sua autoridade legal. Além do que, á medida que os annos passavam, na mudança de todas as coisas e de todos os homens, permanecia elle o unico elemento fixo, élo que se tornava entre os estadistas da Regencia, alguns destes, mesmo, vindos da Independencia, e as gerações novas. Ademais, *redresseur de torts*, protector dos vencidos, a garantir a pratica do systema rotativo nas substituições partidarias no governo, tinha o maior cuidado e

empenho em que nenhum grupo político fosse decisivamente esmagado. Para elle, a existencia de dois partidos oppostos, era uma exigencia de bom governo. Nas lutas internas, era elle um amortecedor de choques, a ser louvado ou então espesinhado, conforme o nucleo de criticos e de aggressores se achasse no poder ou fóra d'elle. Era esse, seu methodo de contrabalançar as opiniões, ficando acima de ambas, sem favoritos entre os chefes contendores.

Sua posição, portanto, era de sacrificio pessoal e de desprendimento. Bem o sentira o monarcha, desde verdes annos, e com intensidade crescente á medida que o tempo passava. Desde 1843, o velho systema do proprio Imperador escolher seus ministros, fôra posto de lado: Honorio Hermeto recebera a incumbencia de fazer os convites. Foi isto méra transição, pois em 1847 se criou a Presidencia do Conselho, principalmente para dar maior unidade aos gabinetes, maior intervenção e responsabilidade aos partidos e a seus chefes.

Não poderia, comtudo, agir o processo sem a exigencia symetrica: existirem partidos, conscios de seus deveres, com a madureza precisa para dirigirem seus esforços segundo directrizes de alta politica, mantendo-se afastados de méras competições pessoais e da preocupação da partilha dos despojos. Ora, era justamente isto o que faltava.

Alguns espiritos superiores, é certo, estariam aptos para se desempenharem de taes deveres: com estes, D. Pedro II seria um soberano modelar, e tal era o caso com Paraná, Saraiva, Rio Branco e pouco mais. Cada qual delles possuia seu modo proprio de trabalhar e seus methodos particulares, e o Imperador se adaptava a essas modalidades: com a inflexibilidade de opiniões de Paraná, com a grandeza de animo, calma, nobre e honesta de Saraiva, com a dedicação sincera de Rio Branco ao Imperio e ao Imperador. Com personalidades de póрте menos elevado, ansiosas por figurarem em ministerios, e, por esse motivo, obedientes ao Soberano e a suas ordens, predominava a vontade imperial, não por culpa propria, mas por inexistencia da vontade ministerial.

Por esses mesmos motivos. D. Pedro era contrario ás fuções de partidos; mas, em taes manobras, os politicos e politiqueros tinham a preponderancia. Pela mesma razão, ainda tinha elle verdadeira ansiedade em fundar as vistas dos partidos na opinião real do país, isto é, em pleitos eleitoraes sinceros. Desse modo sómente, pensava elle, e pensavam tambem alguns dos verdadeiros chefes directores da opinião, poderiam os partidos possuir autoridade indiscutivel, baseada no sentir publico, independente, embora harmonica, das convicções pessoases do chefe de Estado.

Esse foi o ponto de partida de seus esforços energicos, pela éra dos sessenta, para se descobrir algum meio pratico de destruir a indigna machina eleitoral vigente, que só mandava ao Parlamento maiorias do matiz do grupo no poder, fosse qual fosse este e apesar do facto deprimente de que, a pequeno intervallo, havendo mudança de grupos dominantes, duas consultas ao eleitorado resultavam em duas respostas contradictorias. Dada essa situação deploravel, como podia elle acreditar nos partidos e seus methodos de interpretar a opinião real do país?

Nisso mesmo se baseava elle para pôr em pratica o systema de rotativismo, dando pelo menos a cada qual dos grupos occasião de mostrar sua correspondencia com o sentir da Nação.

177. **A reforma eleitoral.** — Depois das gravissimas occorrencias do periodo de 1870 a 1875, e sob a ameaça da tormenta que se sentia chegar de todos os quadrantes do horizonte politico — fazendeiros, possuidores de escravos, clero, classes armadas mal satisfeitas —, sentiu elle, mais fortemente do que em occasões passadas, que o antidoto unico seria combater o veneno partidario com o appello leal e livre á opinião do povo. Até então, a eleição se realizava em dois gráus: os eleitores primarios, ou votantes, escolhendo os eleitores definitivos; estes, elegendo os representantes. Dava lugar tal systema a toda sorte de irregularidades, considerada por todos, indistinctamente, unica falta moral para o partido no poder, o perder a eleição. E, para tal fim, qualquer processo, por mais fraudulento fosse, era admittido.

Era pensamento bastante generalizado, que a eleição directa por districtos de um só deputado poderia solver o problema. Como sempre, aí prevalecia a persuasão illusoria e ingenua de que a lei é capaz de prevenir falhas moraes!. Assim como assim, tal modo de ver as coisas se apoderou dos politicos dominantes, e, acima de tudo e de todos, foi aceita pelo Imperador, ansioso para se ver livre das irregularidades repulsivas dos comicios.

Multiplices eram as difficuldades. O Senado não era favoravel a qualquer mudança: conservadores, firmes no poder, relutavam em alterar uma legislação que lhes garantia uma maioria cohesa, enquanto os liberaes não eram chamados ao governo, por acto do Poder Moderador; os proprios liberaes tinham sobre o assumpto opiniões divididas. Uma objecção prévia se impunha: tal innovação exigia uma emenda á Constituição. Encolheu-se, por isto, D. Pedro II, taes eram os obices que se antolhavam ao se modificar o Estatuto; assim tambem pensavam muitos senadores e deputados. Os programmas publicados, liberal, radical e republicano, favoreciam a temporariedade do Senado, a abolição do Poder Moderador e do Conselho de Estado; a opinião publica tinha ficado impressionada com taes alterações, e quantos estavam collocados, *beati possidentes*, hesitavam em incorrer no risco de perderem o que já possuíam.

Apesar de tudo, D. Pedro insistia; pôde obter dos chefes conservadores que seu partido assumiria a responsabilidade de promover as necessarias alterações. Pensou então o Imperador, e tornou publica sua convicção, que era dever seu respeitar a propriedade politica das idéas partidarias; assim, os liberaes deviam subir ao poder, para assegurarem o exito da reforma. Era pensamento geral que a eleição directa salvaria o Imperio, e todos os partidos monarchicos o proclamavam. Divergiam, porém, os pareceres quanto aos meios a empregar para tal resultado.

Pensava um grupo, que uma reforma constitucional seria precisa. Tal processo parecia perigoso a outra gente, pois poderia abrir a porta a reformas muito mais graves, inaceitaveis para o Senado, os conservadores e para o proprio Imperador. *Leaders*

de um outro matiz de pensamento declaravam que o methodo melhor a seguir seria uma lei ordinaria; a isto se respondia que uma lei poderia ser revogada, annullada ou modificada por outra lei, enquanto uma disposição constitucional mais difficilmente se alteraria.

Em realidade, D. Pedro queria a eleição directa, e, embora não desejasse tocar no Estatuto de 1824, acceitaria esse processo, se fosse indispensavel para obter o primeiro alvo. Assim ao chamar os liberaes para formarem o governo, em 1878, o thema a ser desenvolvido seria a reforma constitucional para se garantir a eleição directa. Foi um erro chamar-se Cansansão de Sinimbu para semelhante tarefa, como presidente do Conselho: faltavam-lhe autoridade e as qualidades para dirigir tal campanha. Perdeu dois annos em escaramuças, tendo finalmente de se retirar do governo.

Appellou então o Imperador para o senador José Antonio Saraiva, e lhe pediu para organizar o gabinete. Respondeu o homem de Estado que suas vistas divergiam completamente das de seus predecessores: pensava elle que se deveria obter a reforma por uma simples lei ordinaria, sem se tocar na Constituição. Deu-lhe o Soberano liberdade plena de acção, como que um chéque politico em branco. Na execução de tal programma, tranquillizou o Senado e os conservadores, e, em vez de sua opposição, conseguiu sua collaboração. A 9 de janeiro de 1881, a lei foi promulgada, estipulando o processo da eleição directa, e, pela primeira vez, firmando o principio liberal da capacidade eleitoral dos catholicos e dos libertos.

O novo texto foi recebido pela Nação como uma dadiwa de liberdade, a mais admiravel da causa liberal, exclamou Ruy Barbosa, que então iniciava sua gloriosa carreira. Saraiva tornou-se o mais destacado estadista de seu partido. Depois de ter presidido ao pleito para o novo Parlamento com isenção de animo tão superior e tal eminencia de imparcialidade e honra, que dois de seus ministros foram derrotados, todo o país o acclamou como personalidade muito acima das contendas partidarias, e era dizer commum o chamá-lo o *vice-imperador*.

178. Seus pontos fracos. — Dentro em prazo curto, a prova foi dada de que os partidos não queriam tal imparcialidade governamental, e que seus ideaes eram o esmagamento do adversario por qualquer forma, o systema dos despojos. A lei, da qual se faziam tão ruidosos elogios, havia produzido seus resultados beneficos e moralizadores com um Saraiva á frente do Gabinete, para impôr seus intuitos de honesta observancia do codigo eleitoral. Nas mãos de Cotegipe, chefe conservador de mór valia, como presidente do Conselho, em 1886, á mesma lei permittiu excluir quasi completamente do Parlamento o partido liberal. A chave da situação eleitoral era, portanto, como bem se comprehende, o nivel moral do chefe do governo: sendo este um estadista, acima do nivel commum e das métras dos grupos, que considerasse o país em primeira plana, segundo o typo de Saraiva, o resultado era um; quando dominava o interesse do partido, e a elle obedecia o presidente do Conselho, o espectáculo mudava por inteiro. E, entretanto, todos os verdadeiros guias politicos da Nação sabiam que eleições honestas significavam vida ou morte para a monarchia.

Desde que se collocasse o interesse partidario acima do do Imperio, não tinha o Soberano inteira razão em seu systema de consultar a opinião publica por meios extra-parlamentares, e, assim, exercer como que uma politica de equilibrio entre liberaes e conservadores, por meio de seu methodo de rotativismo no chamá-los successivamente ao poder?

Tal fallencia dos partidos não era a difficuldade unica do momento.

179. A libertação dos escravos. Joaquim Nabuco. — Após a liberdade concedida aos nascituros negros, a emancipação dos captivos entrou em periodo de hibernação e de sossego. Esta era, precisamente, a intenção dos promotores da lei, afim de não perturbar a producção e de não levar ao desespero os fazendeiros, afastando destes o intuito de lançarem mão de medidas extremas e de revoltas. Mas era tarde: como por aquelles dias

se fazia notar, havia sido posto a rolar um rochedo, e nenhuma força humana seria capaz de deter sua quêda.

A idéa inspiradora de todos os grupos politicos era, com-tudo, evolucionista, exclusiva de qualquer processo ou methodo de apressar o fim natural da instituição servil: não nasceriam mais escravos no Brasil; a morte eliminaria progressivamente o saldo existente de negros; anno por anno, um fundo de emancipação reduziria o numero delles. Corresponderia tal programma a uma sobrevivencia de mais uns trinta ou quarenta annos para a fracção escravizada dos habitantes do Imperio, que talvez se arrastasse por tal forma até proximidades de 1910. Possivelmente, o reforço dos recursos emancipadores lograsse permittir prever a abolição para os annos ultimos do seculo XIX. Com essa solução, os antigos proprietarios de escravos estavam conformados e se estavam preparando: a este acôrdo tacito se deve o periodo calmo decorrido de 1871 a 1878.

Um elemento novo, entretanto, havia surgido e agia como fermento no ambiente facilmente vibratil: Joaquim Nabuco, fallecido como embaixador nosso em Washington, fôra eleito para a Assembléa Geral. Com elle, a direcção legal, conservadora e pacifica do temeroso problema ia derivar para regiões desconhecidas e perigosas, em uma atmospheria de sentimentos exaltados, de philosophia, de liberdade e de amor christão.

Complicação incalculavel para espiritos e interesses, que não queriam ser perturbados e forçados a meditar e agir!.. Ainda para augmentar difficuldades, vibravam as massas populares ao influxo de sua admiravel eloquencia, movida pela nobre causa de liberdade humana em que o tribuno se inspirava, e pelo choque moral formidavel infligido nas consciencias adormecidas que despertavam a lategos de auras, forçando-as a reflectir sobre coisas e situações que, dantes, haviam sido acceitas sem analyse.

Invocava principios, desde longos annos ausentes no estudo da questão: a dignidade da vida humana, o liame fraterno da criação, a immoralidade immanente de uma vida social fundada na injustiça e no mal.

A principio, as gentes sentiam offuscada sua visão por essa nova luz projectada sobre horrores e abysmos, não percebidos até então. Dentro em pouco, entretanto, a evidencia meridiana não mais se pudera negar, e Nabuco avultou propheta de um evangelho novo. Sómente aquelles que viveram esses dias de catechese social e moral, pôdem narrar o surto formidavel do abolicionismo, a lava candente das expressões que ferreteavam infamia na instituição, a cruzada enthusiastica promovida por essa prédica geral de um novo crêdo de liberdade.

Contra elle, apostolo dos captivos, todas as forças conservadoras se uniram. Não foi reeleito para a sessão legislativa de 1881-84. Na seguinte, porém, mais uma vez ingressou no Parlamento, em 1885, e novamente em 1887-89.

Em 1880, havia proposto um projecto de lei, pondo termo á escravidão no fim de dez annos; a Assembléa derrubou a iniciativa. Compreendeu Nabuco que uma larga propaganda prévia se tornava necessaria; iniciou, então, a formação de adherentes e de partidarios, a publicação de brochuras, de artigos na imprensa diaria e deu começo a conferencias abolicionistas. Pouco tempo depois, fundou uma associação tendo por alvo a abolição, a *Sociedade Brasileira contra a Escravidão*. Tal foi o grande instrumento de forçar a attenção e quebrar o silencio imposto ao Poder Legislativo pelos interesses escravistas. Não era mais possivel manter a emancipação fóra do theatro politico, nem fazer calar a grande voz de protesto da consciencia humana.

Os discursos e o enthusiasmo de Nabuco tinham influxo vasto e repercutiam electricamente de Norte a Sul. Archote incendiario e permanentemente agitado, accendia fogueiras pelo Brasil todo. Formou-se verdadeira rêde de clubs abolicionistas. A *Confederação Abolicionista*, do Rio, era o centro do movimento. Já o problema estava soffrendo uma mudança, transformando-se de uma questão politica e economica em uma vasta angustia de sentimento ferido e de liberdade. Entrou a decidir da sorte dos gabinetes ministeriaes.

Saraiva havia offerecido o pedido de demissão do ministerio que presidia, e Martinho Campos, a 21 de janeiro de 1882, fôra

nomeado presidente do Conselho. Seu programma de gabinete não mencionava a questão servil, e era sabido que sua opinião era favoravel ao *statu quo*, afim de deixar a abolição resultar das leis vigentes e dos factores naturaes. Em junho do mesmo anno, foi derrubado por um voto em questão incidental, mas já então era publico que, de sua maioria, grande parte divergia delle quanto á abolição.

Sucedeu-lhe o visconde, mais tarde marquês de Paranaguá; este viu-se obrigado a mencionar a questão no programma do seu governo, e a prometter occupar-se della.

A 24 de maio de 1883, Lafayette Rodrigues Pereira recebia a missão de formar gabinete; declarou que tencionava apressar a extincção do instituto servil pela intensificação dos recursos emancipadores e prohibindo a exportação interprovincial dos captivos. Não teve, entretanto, tempo bastante para o fazer, ephemero como foi seu ministerio. O chefe do novo governo, a 6 de junho de 1884, foi o senador Manuel Pinto de Sousa Dantas, que insistiu na mesma nota.

As condições do país, entretanto, iam rapidamente mudando, em rumo importantissimo e fundamental. As exigencias abolicionistas cresciam de dia para dia. Surgiam de todos os lados resistencias novas á prolongação do estado da questão das escravaturas.

180. **Conquistas iniciaes.** — Fortaleza, porto e capital da Provincia do Ceará, era pessimo ancoradouro, e tanto os embarques como os desembarques tinham de se realizar por intermedio de embarcações pequenas e insubmersiveis, as chamadas *jangadas*, unicas que conseguiam vencer os mares bravios dessa costa. Eram seus tripulantes os *jangadeiros*, assim chamados pelo nome de seus barcos, e tinham em suas mãos a chave de taes transportes. Movidos pelo generoso entusiasmo geral, fizeram parade e declararam não mais consentirem em carregar escravos, quer para fóra da Provincia, quer para introducção nesta. Desta fórma, ficava bloqueado o movimento de negros para Norte e para Sul. O numero de captivos ia em decrescimo rapido, até que,

em 25 de março de 1884, foi a Província declarada liberta por completo.

A 10 de julho do mesmo anno, o mesmo esforço teve por teatro a Província do Amazonas, que então figurou em segundo lugar na lista das circumscrições livres. A 18 de setembro, em memoria da capitulação paraguaya em Uruguayana, tres municipios rio-grandenses do Sul emanciparam seus antigos escravos, e um mês depois a cidade de Pelotas libertou 5.000 negros. No Rio de Janeiro, a Camara Municipal criou um fundo especial para o mesmo fim. Em seis meses, o Rio Grande do Sul havia forrado 35.000 captivos.

Além de ser abolicionista, o senador Sousa Dantas via-se forçado a dirigir e guiar o movimento. Era um compromisso moral seu, pois D. Pedro II o havia escolhido e chamado ao governo precisamente porque era conhecido o facto de que o estadista queria mais do que reforçar simplesmente o fundo de emancipação. Tinha elle a intenção de libertar os velhos escravos de mais de sessenta annos de idade, o que significava restituir á vida livre cerca de 150.000 individuos. O Parlamento não quis, entretanto, dar-lhe seu voto de approvação, e pôs o gabinete em minoria de sete votos. Dissolveu-se então a Camara; uma eleição renovadora teve lugar sobre esse mesmo problema, e na nova Assembléa, em uma questão incidente, mais uma vez o governo ficou em minoria, por dois votos apenas. Retirou-se Dantas, mas já agora era materialmente impossivel silenciar sobre o magno assumpto.

A 6 de maio de 1885, Saraiva subiu ao poder com o programma definido de acompanhar o movimento abolicionista. Ficou no governo apenas o tempo preciso para assegurar a passagem da lei correspondente na Camara dos Deputados, e obter dos conservadores do Senado a promessa de a adoptarem; durou isso sómente dois meses. Essa foi a lei de 28 de setembro de 1885, pela qual o limite da proposta de Sousa Dantas se elevava de sessenta a sessenta e cinco annos, o que abrangia 120.000 negros. Notavel, e notado, foi que a medida não provocou disturbio al-

gum nem prejudicou por forma alguma a producção cafeeira. As falhas, na mão de obra, foram suppridas pela immigração.

A' medida que o tempo corria, crescia a ansiedade por ver apagada a mancha negra no pavilhão nacional. Provavam as estatisticas que na Provincia do Rio de Janeiro, o reducto central do escravismo, de 1873 a julho de 1885 haviam sido dadas 21.052 manumissões: dessas, 15.132 haviam sido doações espontaneas dos antigos donos de captivos. Recorria-se a todos os meios e pretextos, legaes ou não, para apressar o fim do instituto.

Improvisavam-se organizações para auxiliar á evasão dos negros das fazendas, para contrabandear através dos perigos e difficuldades das tentativas recapturadoras, e para os guiar e esconder em lugares escusos onde seria impossivel ir buscá-los, e menos ainda reconduzi-los a seus antigos senhores. O clero pregava contra a inhumana noção, offensiva á bondade de Deus, da propriedade do homem pelo homem. Os magistrados ezaggeravam as nugas processuaes, ou mesmo enxergavam falhas onde ellas não existiam, com o fito de concederem *habeas-corpus*, por vezes collectivos, aos negros fugidos, aos quaes davam auxilio permanente e technico numerosos advogados e legistas. Esboroava-se o edificio servil.

Preso do desespero, os fazendeiros procuravam obter do governo a collaboração do Exercito, que deveria caçar os escravos fugidos e tornar a entregá-los a seus senhores para serem reconduzidos ao captiveiro. O Club Militar, em Mensagem generosa e respeitosa enviada em 1887 á Princesa-Regente, implorou ser dispensado de tal missão vergonhosa de capitão do mato. Nenhuma resistencia, pois, se revelava capaz de oppôr um dique á corrente libertadora. Os antigos senhores, os que ainda possuíam escravos, tinham de cruzar os braços e assistir, impotentes, quando não os auxiliavam, ao exodo geral das fazendas, que os negros abandonavam em pleno dia.

Na Provincia de S. Paulo, onde era mais intensa a campanha abolicionista, nas morrarias circumjacentes á cidade de Santos mais de 10.000 negros fugidos se occultavam. Ninguem o ignorava; eram auxiliados e protegidos. Mais do que isso, o simples

facto da fuga generalizada criava o movimento de abandono das fazendas e dava lugar á formação de um sentimento de revolta contra os fazendeiros que se rebellavam, ou tentavam obstar á tendencia de desamparo dos cafezaes. Nesses lugares, violencias possiveis eram um constante perigo e uma ameaça sem fim, e mais ainda se assumisse o caracter de revolta negra contra a população branca. O sentimento christão, despertado por ultimo; o receio de derramamento de sangue, tambem; a impossibilidade absoluta de represar a torrente, finalmente; todas essas causas juntas cooperavam para accelerar a preamar das libertações. Os proprios senhores começavam a forrar seus captivos.

Na Provincia do Rio de Janeiro, de um só traço de penna, dois dos maiores proprietarios de escravos, os condes de São Clemente e de Nova Friburgo, deram liberdade a 1.909 negros, em 1887.

Desde os meados de 1887, a causa da abolição era um facto victorioso, uma irresistivel corrente nacional, não mais discutida pela lavoura. A unica questão era cuidar de uma receita que evitasse a ruina de milhares de fazendeiros, que, baseados na fé que merecia a Constituição Imperial, assim como a lei, haviam posto suas fortunas em terras, e, em pura verdade, constituíam a parte maior do elemento preponderante e melhor do Brasil social; a base conservadora de uma classe que contava as melhores familias, esforçadas, trabalhadoras, prudentes, do melhor sangue da terra, patrioticas estuantes de energia. Valores, esses, todos elles fadados á destruição, cujo destino já estava decretado.

181. A abolição. Isabel a Redemptora. — A idéa de indemnizar a propriedade escrava prestes a se extinguir, não era tolerada pela opinião publica. Era um sentimento complexo. Não ha duvida de que chocava o sentir geral como o preço do sangue, o commercio da carne humana. Havia sido uma propriedade legal, entretanto, e ainda o era. Nesse assalto contra o instituto servil, desempenhavam papel, em parte, os eternos odios dos que nada possuem contra os que têm riquezas; a revolta dos

pobres, ou do *popolo minuto*, contra os potentados, ou o *popolo grasso* das Republicas italianas da Renascença. E sobre os herdeiros de uma situação, velha já de seculos, recaía o espirito de vindicta de um santo furor, ansioso por destruir a instituição.

Nem podia ser por outra forma. A nobre propaganda de Joaquim Nabuco e de seus partidarios, especialmente de um negro quasi genial, José do Patrocinio, havia tomado por alicerce de sua acção o sentimento, a justiça, a alma christã: não queria, nem podia acceitar compromissos com paixões inferiores, ou mesmo méros interesses. O anno de 1885 fôra a data critica; até então, com Dantas e Saraiva no poder, a emancipação tinha sido o pensamento dominante; as concessões consentidas nesse momento haviam exaltado e fortalecido a corrente idealista, e, já agora, nada menos do que a libertação immediata lograria corresponder á exigencia absolutamente generalizada pelo Brasil inteiro, posta de lado a minoria, e sempre em via de desaparecimento, dos donos de fazendas.

Assim, quando Cotegipe pediu demissão do governo, a 7 de março de 1888, por sua repugnancia em vibrar o golpe final, estava elle proprio em minoria no seu proprio partido, o conservador, pois outro chefe conservador de alto prestígio João Alfredo Correia de Oliveira, um ministro do antigo gabinete Rio Branco, de 1870, já estava indicado para lhe succeder, com o programma decisivo de fechar a phase escravagista da historia do Brasil.

A 8 de maio de 1888, foi apresentado o projecto do governo á Camara dos Deputados pelo ministro da Agricultura, Rodrigo Silva. Sua redacção déra lugar a discussões prévias, mas se fixara definitivamente em um artigo unico abolindo a escravidão. O artigo segundo era a providencia ritual revogando as disposições em contrario.

A 13 de maio, teve lugar a sancção.

Duas memoraveis manifestações deram ao acto sua emphatica significação.

Paulino José Soares de Sousa, chefe da dissidencia conservadora adversa á abolição, assentou em receber o golpe mortal com

elegancia, à *mourir en beauté*, praticando um gesto que lembraria os gladiadores da antiga Roma, *morituri te salutant*. Era sabido que a Princesa-Regente D. Isabel havia descido de Petropolis, onde estava veraneando, para não retardar de um minuto sequer o momento da liberdade dos captivos. Paulino subiu á tribuna do Senado, e pronunciou um discurso curto, impressionador pela sua mesma gravidade: “E” sabido, e todas as folhas que li esta manhã dão noticia, que Sua Alteza Serenissima a Princesa-Imperial Regente desceu de Petropolis e a uma hora estará no Paço da Cidade á espera da deputação desta Casa afim de sancionar e immediatamente promulgar a lei que V. Excia. acaba de submeter á deliberação do Senado. Quanto me permittiram as circumstancias, cumpri meu dever como senador. Agora vou cumprir meu dever de cavalheiro, não fazendo esperar uma senhora de tão alta gerarchia” .

O barão de Cotegipe tinha resistido até as ultimas ao voto da medida. Chamou-o a Princesa-Regente, e, mostrando-lhe o entusiasmo geral provocado pela lei de abolição, lhe perguntou se não fôra acertado votá-la. “Vossa Alteza redimiu uma raça, mas perdeu seu throno”, foi a prophetica resposta.

Annos depois, a nobre Senhora, de tão alta mentalidade christã, abençoada por milhões de brasileiros e aclamada Isabel a Redemptora, teve a energia de affirmar: “mesmo se nesse tempo eu tivesse podido adivinhar o que tinha de acontecer, teria agido pelo mesmo modo”. Para quantos tiveram a honra de conhecer o altruismo e as virtudes exaltadas dessa alma de escól, taes palavras encerram expressões da mais pura sinceridade. Glorificada e bemdita seja sua memoria! . . .

182. Abandono do ideal monarchico. — Vindo quando veio, a lei quasi que foi sómente a sancção de um factio pre-existente. Era a consequencia inevitavel de irresistivel opinião nacional. Contra ella, nenhuma opposição se fizera sentir deste 1887, e a unica questão era saber como se faria face á ruina dos fazendeiros.

Grande erro houvera sido enfrentar o temeroso problema na base da indemnização. O ambiente social, tanto quanto o politico, não admittiria tal idéa. E como nenhum succedaneo se tinha achado para tal medida de compensação, desapareceu e naufragou o factor unico de estabilidade, de contrapeso ás tendencias excessivas dos elementos triumphantes. As perdas economicas e a ruina da propriedade privada não foram, por certo, as consequencias mais lastimaveis do grande bem que foi a abolição; o desastre irremediavel, sim, foi a destruição subita do prestigio e do influxo social de uma classe que, de facto, representava os melhores elementos do Imperio.

A classe verdadeiramente superior do Imperio, superior em experiencia, em prudencia, em pendores conservantistas e em conexão com as instituições, sentiu-se decapitada; como consequencia, romperam-se seus liames com a monarchia. Havia contraído com esta um pacto de interesses communs. A nova lei o havia rôtô. Daí decorriam desaffeições, odio e queixas amargas de abandono.

Largo numero de eleitores, embora não a maioria do partido conservador, passou-se para os antigos adversarios, parte para os republicanos, mas em mór porção para os abstencionistas. Era o sentir geral que a monarchia havia falhado, e que algo novo era preciso. Que poderia ser? Ninguém sabia descortinar o futuro.

A Republica? Por que não? Mas era uma tendencia, muito mais do que um alvo definido.

Identico movimento centrifugo occorria no Exercito.

Os velhos chefes, de major para cima, que haviam combatido no Paraguay e ainda se recordavam do Imperador e de que elle, e elle sómente, se tinha mantido firme ao lado dos alvos nacionaes da guerra sustentada pelas classes armadas, experimentavam por D. Pedro II estima e gratidão. Depois da paz, entretanto, a intensidade desse sentimento começou a decrescer. O monarcha era um homem de letras e de sciencias, e sua quêda se manifestava por actividades intellectuaes e sociaes. Patriota cheio

de alma, não tinha pendores militares, nem entendia o vasto quinhão que se poderia e deveria devolver sobre Exército e Armada como factores assecuratorios da unidade nacional, defensores do país a collaborarem na educação popular de uma nação ainda por demais afastada da fusão de seus elementos formadores, para que pudesse dispensar um instrumento homogenizador e de tal valia. Dessa insensível indiferença official resultou a penuria de recursos technicos do Exército e da Armada.

Assim acontecera tambem nos dias da Independencia. A sympathia escassa do Parlamento, contrariando todos os planos de D. Pedro I, ansioso por melhorar a situação das forças armadas, fôra a causa essencial da perda da Cisplatina. O mesmo descaso legislativo, para não dizer sua má vontade, déra origem ás difficuldades com que luctara a Regencia; aggravadas pela noção errada de dirigir, quasi commandar tropas no campo de batalha, partindo as ordens do Rio de Janeiro, sob a inspiração de politiquieiros e de ministros incapazes.

Desde sua meninice, tinha D. Pedro II recebido essa mesma opinião; de todos desconfiando, como era sua tendencia, intromettia-se em tudo e, por isso, muitas vezes atrapalhava a energia e as obras de profissionaes bem intencionados e convenientemente orientados. O Exército e a Armada, que elle estimava devéras, occupavam sómente lugares mais remotos em suas cogitações. Durante a guerra, ao contrario, a elles havia dedicado todos os seus esforços e pensamentos; cessada ella, porém, voltara a seu feitiço mental anterior, embalado pela victoria de 1870.

Sentiam os officiaes, máu grado sua afeição dedicada ao Chefe da Nação, que o Imperador não experimentava pela classe militar predilecção notavel. Os problemas militares, as exigencias e as necessidades technicas, apresentadas ao governo embora, caíam no olvido e no abandono; as escolas profissionaes perdiam cada vez mais seus caracteristicos de treinamento especial de materia de guerra, e transformavam-se em institutos de ensino scientifico communs, e finalmente em centros de propaganda philosophica e republicana.

Desde a crise de 1868, com Caxias, e o movimento hostil contra a monarchia e o monarcha, a brotar nos programmas partidarios liberaes, radicaes e republicanos, estava sendo o Imperio batido em brécha pelos proprios monarchistas de todos os matizes. Os republicanos baseavam seu ataque ao throno nos proprios dizeres e accusações postos em linha pelos seguidores do regime e da dynastia. Nos annos ultimos dos oitenta, não seria exaggero afirmar que, de major para cima, a maioria das patentes era de imperialistas; mas de tal nivel para baixo, o aspecto dos sentimentos se invertia e a opinião dominante era fortemente favoravel á Republica.

Outra causa de amargura existia. Ao contrario do que occorria em outros paises, com largas tradições militares, a tendencia inabalavelmente pacifica do Imperio, por um lado, e os defeituosos processos de recrutamento para a tropa, por outro, faziam do Exercito uma classe distincta e separada no seio da Nação. A Norte e a Sul do Brasil menos do que no Centro, mas neste reinava certa indifferença quanto aos officiaes, quando lhes não era manifestada antipathia positiva; elles, como era natural, se resentiam dessa mal disfarçada malevolencia, e reagiam pelo debique, pela critica acrimoniosa e pelo desprezo do elemento paisano. Especialmente quanto aos politicos, curioso phenomeno occorria: negavam-lhes competencia, méros empiristas que eram, diziam elles, sem base scientifica positiva. Era isto uma consequencia de lições mal assimiladas de *Philosophia Positiva*. Do influxo conjunto de todos esses factores, nascia uma repugnancia zombeteira para com Parlamento e ministros e surgia uma noção de superioridade dos militares sobre os fazedores ignorantes de leis, que ignoravam mathematica, *bachareis*, como diziam com innocente desprezo.

Tal sentimento ainda persiste, talvez ligeiramente attenuado, hoje em dia.

Superioridade moral, tambem, diziam elles: haviam dado existencia, sacrificios e soffrimentos ao bem do país, emquanto os civis e os grupos no poder não passavam daquillo que, em mutuas e continuas recriminações, se atiravam reciprocamente em ros-

to, um bando de pretendentes a favores de toda sorte, ávidos, egoistas e sem escrúpulos.

O gesto de Caxias, em 1868, perfeitamente normal e intelligente do ponto de vista tecnico — a impossibilidade material de desempenhar uma missão official, com um governo que não concedia seu auxilio moral como a situação o exigia, e consentia em que seus amigos atacassem pelas costas os combatentes —; tal conflicto não era comprehendido pela massa e pelos chefes politicos, ignorantes da mentalidade militar, de suas exigencias e de sua alma. Ao pundonoroso proceder, se considerava como méro brandir de espadas ante os olhos de civis desarmados.

Tal estado peculiar de espirito atemorizados, entre as forças partidarias, gerava nos militares a convicção de que uma intervenção da tropa era possível e não seria estranhada. Associava-se tal noção a um real sentimento de solidariedade, *esprit de corps*, e ia dando lugar a que surgisse lentamente uma como que ainda indistincta tendencia messianica: o Exercito, o puro, o incorrupto, tinha uma tarefa moral a cumprir, regenerar a vida publica do país. Começou a desenvolver-se uma doutrina especial: os soldados haviam sustentado a Independencia; os soldados haviam combatido e soffrido para assegurar a unidade nacional; os soldados haviam salvado o país no decurso da guerra. Uma sorte de mystica corporificou-se e cresceu lentamente entre os officiaes: estavam predestinados a serem os salvadores do Brasil das ignomias partidarias. E o indigno invectivar reciproco entre liberaes e conservadores não poupava nem a si próprios, nem o Imperador nem o regime imperial.

183. Os partidos e as forças armadas. — Foram apparendo os primeiros signaes de alheamento, prodromos de divorcio entre a monarchia e as forças armadas. Emquanto isso, politiqueiros, inspirados no que lhes parecia ser a lição de 1868, procuravam achar alliados por entre os officiaes. Era a repetição da velha, velha lição de todos os tempos, rivalidades partidarias a procurarem apoio e protecção na força bruta. E assim

os grupos monarchicos se entregaram ao amparo desses guardacostas militares.

Por sua actividade especializada, por disciplina, por habito de associação e de obediencia, por solidariedade de alvos, são o Exercito e seus officiaes uma classe naturalmente gregaria, facil de se mover ao aceno de chefes poucos, possuindo prestigio e confiança entre seus subordinados. Presa facil para commandantes audazes e emprehendedores, sem ponderosa bagagem de escrupulos. Ademais, já numerosos pensadores têm notado que um exercito é rara e notavel sobrevivencia, no meio moderno, de uma casta modelada por ideaes corporativos e moral baseada na honra, no sacrificio e no mais nobre desprendimento.

Quando taes motores ethicos essenciaes são postos em acção, toda a machina se sente abalada pelas razões invocadas. Politiqueiros de espirito subtil souberam sempre o segredo de applicar a velha maxima *mens agitat molem*, e, por detrás da cortina, mover como quisessem taes factores belligerantes do poder material. Uma que outra das revoltas narradas pela Historia ainda comprova o asserto; após certo tempo, os proprios officiaes que haviam resistido ás sereias politiqueiras destilladoras do veneno dos pronunciamentos, caíram-lhe nas garras e foram suas victimas. Pretorianos, varangianos, janizaros, e tanto mais são provas historicas de taes rumos.

No Brasil, os liberaes haviam feito do valente e audaz Osorio, mais tarde marquês do Herval, seu conselheiro militar. As circumstancias, mais do que o espirito de partido, tinham posto em evidencia singular o prudente, famoso e victorioso Caxias, apontando-o como exemplo e chefe para o país inteiro, mas com especialidade para os conservadores. Quando ambos morreram, em 1877 e 1880, respectivamente, recafu a successão sobre individualidades de porte menor, pessoas de vasta nomeada e de valor technico nos combates, mas sem o mesmo renome nos conselhos; o divorcio das mentalidades entre os dois campos, o civil e o militar, avultou e tanto mais, quanto as causas de preeminencia e de prestigio nas batalhas pouco tinham que ver com designios po-

líticos e com a possibilidade de desempenho de qualquer *grand rôle* político.

Os liberaes adoptaram Corrêa da Camara, visconde de Pelotas, para seu paranympho; e, entretanto, não era elle mais do que um bom general de cavallaria, chefe de ardor e de denodo, de pequeno valor parlamentar, se é que o tinha, duro mais do que prestigioso, senador pelo Rio Grande do Sul.

O mesmo tencionavam os conservadores fazer com o general Manuel Deodoro da Fonseca, delle constituindo o herdeiro de Caxias. Sua fé de officio era brillantissima. Leal como o aço, destemido até a temeridade; coração magnanimo, mas espirito apoucado; prompto a explodir como dynamite, mas cheio de boas intenções, arrependendo-se immediatamente depois e ansioso por desculpar-se se tivesse ido longe demais. Soldado na alma, sempre solidario com seus camaradas. Não haviam ainda permittido os factos nem as occasiões, comtudo, realizar-se sua eleição para o Senado, para o qual seria certamente escolhido.

Em um ponto, Deodoro e Pelotas estavam intimamente de acôrdo: a solidariedade com o Exercito em tudo, fossem quaes fossem as divergencias de opiniões partidarias.

Por 1883-1884, começou a se fazer sentir certa fricção entre as classes armadas e os ministros da Guerra civil. O abolicionismo ia-se tornando uma cruzada na qual o sentimento preponderante dos officiaes era contrario á escravidão, emquanto o gabinete presidido pelo barão de Cotegipe, fundamente conservador, recusava ir além da lei de 1871, e, quando muito, accetaria com relutancia a lei Saraiva de 1885, forçado pelas circumstancias e como medida de transacção com o chefe liberal, ao qual o prócer conservador tinha succedido.

Por divergencias dessa ordem, mais de uma vez haviam sido censurados officiaes e cadetes das escolas militares, punidos mesmo, por terem sido achados em reuniões publicas nas quaes tal assumpto era debatido. Aos poucos, a discussão se azedava. Pela propaganda tenaz que lavrava nos institutos de ensino, militares tambem, acerca dos principios liberaes e das pesquisas philoso-

phicas que condemnavam a hereditariedade como base de governo, um *esprit frondeur* reinava entre estudantes, e, no Exército, constituia a feição geral da mentalidade nas graduações inferiores. Elevava-se por essa forma o nível dos debates.

184. As questões militares. — O estado dos espiritos já era tal, que, em uma ocasião, em 1885, o ministro da Guerra teve de punir um official, o tenente-coronel Cunha Mattos, que, em uma folha diaria, discutindo com um deputado que o havia offendido, proferira o conceito de que a causa de toda a discussão fôra um erro praticado pelo ministro. Tal censura foi bastante para ser tida por uma injúria irrogada a toda a classe militar; Pelotas, no Senado, tomou a defesa de seus irmãos de armas, com a lei ou sem ella, dizia elle.

Pouco antes, questão semelhante fôra suscitada pelo major Senna Madureira, com o mesmo resultado de ser punido esse official. O ponto de partida fôra o abolicionismo. Mas nesse facto inicial, o official punido não se conformou com a censura; possuindo prestigio na classe, serviu-se d'elle e, de seu caso pessoal, deu origem a um movimento colectivo do Exército.

Tanto já progredira a indisciplina, que Deodoro, commandante das armas na Provincia do Rio Grande do Sul, na guarnição da qual o incidente occorrera, formou ao lado dessa agitação, em 1886, e prestigiou seu subordinado. Mais uma vez Pelotas no Senado chefiou o ataque contra o gabinete.

Começaram no Rio Grande *meetings* de officiaes, approvados por Deodoro por forma ostensiva. Tentou o governo abrir os olhos ao general sobre as consequencias de taes actos de indisciplina: foi mal succedido. Não era toleravel semelhante situação, e o general teve de ser demittido de seu commando, recebendo ordem para se recolher á capital do Imperio. Aqui, os *meetings* continuaram, com crescente intensidade e significação, no anno de 1887, sempre chefiados por Deodoro, a quem Madureira insubordinado e faccioso servia de secretario.

De guarnição a guarnição, de corpo a corpo, inaugurou-se uma correspondencia tendente a se nomear a Deodoro como re-

presentante geral da classe, com os devidos poderes para lhe defender os interesses e os sentimentos de honra.

Já por si mesma, tal situação era revolucionária. Della procuraram tirar partido os republicanos, com o fito de extremar posições entre a tropa e o governo. Os liberaes, igualmente, haviam seguido a mesma politica de hostilidade ao ministro conservador, como prova de opposição partidaria; seus chefes, no Senado, perceberam afinal que de taes factos poderia surgir sua propria ascensão ao poder através um pronunciamento militar, e quizeram evitar tão incommoda situação; apertaram os freios, afim de evitar-se uma entrada no governo tão espuria, e procuraram lançar uma ponte sobre a fissura que já se abrira entre o Exército e as instituições.

Nenhuma duvida póde existir quanto a ter sido essa chamada questão militar um prodromo e um aviso da ruina do governo imperial. O proprio Cotegipe, presidente do Conselho, confessaria mais tarde que o gabinete tinha saído diminuido da contenda, e arranhado em seu prestigio.

A verdade era que tudo supportava, todas as amarguras de situações dubias e de investidas vindas dos quartéis, para evitar incidentes ainda mais graves.

Deu-se a intervenção pacificadora liberal a 20 de maio de 1887; della se originou uma trégua, mas trégua enganadora, pois attritos insignificantes de todos os dias evidenciavam a excitabilidade dos animos nas classes armadas, e quanto ellas se achavam susceptibilizadas, e a desconfiança que nellas lavrava acerca da resolução tomada pelo Executivo. Inda assim, 1888 passou sem grandes perturbações militares dignas de menção, a não ser uma occorrença desagradavel com um official de marinha reformado, na qual a policia do Rio agira com imperdoavel leviandade, que deu pretexto para a demissão do gabinete Cotegipe. Mesmo assim, era um signal dos tempos.

185. A desaffeição pelo regime imperial. — O resultado geral, entretanto, era uma crescente desaffeição pelo regime; o Imperador ainda gozava de fundo respeito e da affeição agra-

decida dos velhos officiaes que haviam feito a guerra do Paraguay; mas os postos inferiores estavam preenchidos com jovens alumnos das escolas militares que não experimentavam sentimento semelhante, e estavam intimamente convencidos das calumnias postas a circular pelos proprios partidos monarchicos, unicos obreiros reaes, se bem que inconscientes, da quêda do Imperio.

Aggravava as circumstancias o facto de que, desde 1887, fôra D. Pedro atacado pela invasão da molestia que o levaria ao tumulto quatro annos mais tarde, o diabetes. Repercutiu immediatamente sobre sua capacidade de trabalho e sua actividade mental. Não mais era o chefe acatado, infatigavel nos seus labores, a par das menores minucias da administração, intervindo pessoalmente em tudo com sua autoridade de soberano para descarregar a electricidade de ambientes tempestuosos. Sua saúde combalida symbolizava o proprio declinio das instituições.

Ninguém, salvo rarissimas personagens de curta visão politica, acreditava na possibilidade de um terceiro reinado. Com a mesma quasi unanimidade de opinião, estavam convencidos em geral de que nenhuma mudança se realizaria durante a vida do Imperante. Um sentimento de affecto e de amor protegia a D. Pedro II, em sua marcha para o tumulto, como havia amparado ao monarcha infante, quasi no berço, nos dias agitados de 1831.

O sentimento monarchico de fidelidade ás instituições, contudo, estava evanescendo.

O cléro ainda estremecia aos golpes da perseguição aos bispos de 1873-1875; os productores, feridos pela abolição; todos haviam abandonado sua antiga dependencia e sua fé no throno e se mantinham ou indifferentes a sua sorte, ou francamente manifestavam sua opposição ao regime. O Exercito rompera seus liames de sympathia com elle, e esperava os acontecimentos, firmemente decidido a se não oppôr a nenhuma mudança democratica.

Uma propaganda persistente, occulta e subtil conseguira apresentar a Princesa-Imperial e seu esposo sob o aspecto falso de uma luz mentirosa; exaggerando as feições mentaes e moraes da nobre Senhora, diziam-na méro instrumento da vontade do clé-

ro; calunniando o conde d'Eu, apontavam-no como sordido avarento, afastado de quanto interessava o Brasil. E a verdade era que a Princesa ostentava um dos mais nobres exemplares de dignidade humana, de espirito de caridade e de animo christão; perfeitamente conscia de seus deveres, e firmemente decidida a cumprí-los. E o Príncipe era um soldado de corpo e alma, capaz, altruista, afeiçoado a seus camaradas, sempre prompto a servir a todos, gastando tudo quanto possuía para auxiliar e suavisar os soffrimentos que lhe ficavam em derredor; surdo, entretanto, e com fortissimo sotaque ao falar brasileiro, embora conhecesse a lingua como poucos, taes falhas lhe impediam tomar parte na conversa geral e o mantinham isolado. Dessa forma, distante do convívio commum, permaneceu até o fim o *francês*.

186. O desinteresse da Família Imperial. Affonso Celso. — Do Imperador aos seus netos, nunca a Família Imperial cogitou pugnar pela corôa contra a vontade popular. Essas eram as expressões de D. Pedro II, e elle provou sua sinceridade tanto no poder, como, mais tarde, no exilio. Declarou-o o conde d'Eu mais de uma vez, quando, em 1888, viajou pelo Norte do Brasil. Representantes de uma doutrina politica, estavam persuadidos da superioridade da formula que defendiam: era dever seu, portanto, mantê-la e aconselhá-la para a felicidade da Nação; mas estavam perfeitamente oppostos a impô-la ao país. Tal foi sua conducta constante, tanto na vigencia como após a quêda da monarchia.

Naturalmente, teriam os acontecimentos corrido sem entraves: o Imperio teria tido a Republica por successora, ao fechar o Imperador seus olhos a sua vida mortal, e toda a Nação teria applaudido á transição.

Fôra, entretanto, olvidar que os factos e as circumstancias têm outra força, que não possuem os designios humanos.

O gabinete João Alfredo deixara o poder nos primeiros dias de junho de 1889. O traço predominante da tarefa de seu successor na presidencia do Conselho, fosse elle qual fosse, seria esse choque com a desafeição geral em todas as rodas, na producção, nas

classes armadas, nos partidos, no cléro. Muito mais do que energia e competencia, tacto era a exigencia capital do momento. Saraiva teria sido realmente o homem para lidar em um ambiente de tal delicadeza e difficuldade, situação perigosa entre todas. Chamado pelo Imperador para organizar o novo governo, declinou do encargo honroso, allegando seu precario estado de saúde, e aconselhou fosse a missão confiada ao senador por Minas Geraes Affonso Celso de Assis Figueiredo, visconde de Ouro Preto.

Era esse estadista um modelo de honra, competencia e capacidade de trabalho. Franco, viril e sincero, nunca fugia de situações claras, e desprezava methodos ou processos colleantes: não parlamentava com seus adversarios, mas carregava contra elles, com todo esforço combativo. Nenhum fingimento, nenhuma simulação, nenhum golpe secreto, em sua tactica partidaria. Tudo em plena luz meridiana, sem sombras suspeitas nem compromissos. Um caracter de rigidez adamantina, inflexivel e des.temida. Um Homem.

Seriam os tempos e as circumstancias os mais proprios para se utilizarem taes virtudes, e de quilate tão alto? Não produziria a diplomacia resultados mais efficazes, no ambiente assim caracterizado, e não se revelaria superior á méra energia? E' questão a investigar, e na qual todas as opiniões pôdem alinhar argumentos. Uma coisa, entretanto, é ponto pacifico: no maximo, qualquer exito contra a corrente republicana adiaria a solução da crise até a morte do Imperador, não além.

Em sua nobre sinceridade, o presidente do Conselho nunca prestou grande consideração ao trabalho dissolvente, de sapa, da intriga; desprezava os boatos falsos, as suspeitas reciprocas, e outros recursos que taes. Fundado a 7 de junho de 1889, seu gabinete dedicou todos os esforços á reorganização financeira, afim de attender ás exigencias de uma produção desorganizada. Tal era seu programma economico. De natureza diversa, era o problema politico: como annullar a ameaça de uma força armada politicante? Nunca mascarou sua intenção: deante de um Exercito professional faccioso, em larga proporção nas mãos dos offi-

ciaes pelo serviço militar a longo prazo, alinhar uma milícia nacional, igualmente armada e treinada, na base do serviço pessoal e generalizado. A idéa era sadia, e sempre foi a pedra de alicerce das forças nacionaes contra as forças profissionaes.

Era, comtudo, uma ameaça contra a situação vigente dos regimento; e contra a noção de officiaes a desempenharem o papel de cidadãos soldados, amedrontando civis desarmados com o peso das armas a elles entregues, emquanto reclamavam o direito de assim agirem como cidadãos.

187. Os republicanos. Benjamin Constant. — Os republicanos, com suas hostes augmentadas pelo affluxo de fazendeiros enfurecidos pela perda de seus escravos, fizeram seu maximo esforço, de intriga intelligente, para levar-se a crise ao apogeu; redobram seu trabalho de sapa e de dissídios, calumniosos por vezes, accusando o governo de pretender exilar officiaes, a começar por Deodoro, para regiões inhabitaveis do país. A parte mais sensível do Exercito, e que mais violentamente reagia ao acicate de taes methodos, era constituida pelos jovens recentemente saídos das escolas militares, ou prestes a deixarem-nas. Era seu idolo um professor já de meia-idade, o tenente-coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Havia tomado parte na campanha do Paraguay; era bom mathematico e tido como profundo pensador. Desde muitos annos, fôra republicano, e, como tal e apesar de seu crêdo politico, o Imperador o convidara para professor de seus netos. Entre ambos, existiam reciproca affeição e estima, baseados na sinceridade de suas opiniões. Para os estudantes militares, sua palavra era oracular. Com elles conversando e conferenciando, seu prestigio ia sempre crescendo, até que, dum feita, os cadetes lhe pediram de conduzir o Exercito e guiar o país fóra dessa tremenda situação. Numerosos officiaes adheriram a esse movimento illegal.

O obstaculo maximo era a affeição agradecida de Deodoro ao velho Imperador. Persuadido afinal por Benjamin e alguns intimos, velhos camaradas de fileira em sua maioria, deixou-se ar-

rastar, embora até o ultimo momento não estivesse feita e firme sua resolução de derrubar a monarchia, preferindo elle a substituição do ministerio. Foi necessario que Benjamin lhe mostrasse, após a victoria do motim, que, se a mudança se não realizasse, suas vidas se achariam todas em perigo; então, e sómente então, resolveu-se a lançar sua sorte com a dos republicanos.

188. Proclamação da Republica. Deodoro da Fonseca. — Tudo se preparou em segredo, puramente em circulos militares, assistidos por poucos civis, estes exclusivamente nas rodas republicanas. A data do levante seria a 20 de novembro; mas a 13 e 14, receiando-se difficuldades supervenientes e hesitações, foi propalado um boato pelos revolucionarios de que o governo ordenara a prisão de Deodoro. Accendeu-se o rastilho da mina. Anteciparam-se ordens. Começaram a mover-se as tropas na madrugada de 15 do mesmo mês. O gabinete, que só então suspeitara de que algum movimento ia sendo tramado, reuniu-se no Quartel General do Exercito ás primeiras horas desse dia. Alli mesmo, foi feito prisioneiro. O barão do Ladario, ministro da Marinha, chegando tarde á reunião, ao apearse de sua carruagem e vendo a reunião das forças deante o edificio onde o ministerio estava sitiado, atirou contra o official que o intimava a se considerar preso, e, em represalia, foi alvejado e ferido.

Após a deposição de Ouro Preto e de seus collegas, durante horas nenhuma providencia se tomou para proclamar a Republica. Ao antigo presidente do Conselho apeado do poder, o proprio Deodoro declarou que iria procurar o Imperador para lhe propor a lista dos novos ministros. D. Pedro teve tempo de descer de Petropolis, á primeira noticia dos acontecimentos, convocar e presidir o Conselho de Estado, e de incumbir Saraiva de organizar o novo governo. Quando esse estadista tentou pôr-se em contacto com o chefe da revolução, para com este conferenciar sobre o objecto de sua missão, recebeu a resposta de que tal troca de vistas ficara sem motivo, pois, a Republica já fôra proclamada e organizado estava o novo ministerio.

Haviam sido vencidas as preferencias pessoais de Deodoro pelos argumentos de seus associados republicanos, e o velho militar se tinha aggregado a elles. Uma das razões principais, talvez mesmo a decisiva, para se conformar a tal solução, foi o rumor de que o Imperador havia confiado a presidencia do Conselho ao senador Silveira Martins, inimigo acirrado e pessoal de Deodoro. O aviso desse convite, dado por Benjamin ao general, decidiu sua adhesão á mudança de regime.

Em todas essas circumstancias, de modo nenhum e em nenhum momento havia intervindo o elemento popular. Fôra simples motim, victorioso em toda linha por surpresa. Mas, por amor á verdade, deve ser dito que foi méra antecipação, pois um terceiro reinado era tido por impossivel, mesmo pela maioria esmagadora dos proprios partidos imperialistas.

Era evidente que a Familia Imperial não poderia permanecer no Brasil. Até o ultimo momento, entretanto, toda sorte de provas de respeito e de deferencia lhe foi prodigalizada. Todos sentiam, no país inteiro, que sómente por dura necessidade se tornava forçado o exilio.

A 17 de novembro de 1889, se realizou o embarque de madrugada. Fôra escolhida essa hora matinal, porque o governo receiava movimentos e tumultos se se fizesse de dia, e se pudesse lamentar derramamentos de sangue.

A bordo do "Alagôas", partiram o Imperador e a Familia Imperial.

Começara o periodo final do grande brasileiro, no qual se revelou maior ainda do que durante seu reinado.

Nunca, tão completamente como então, provou elle merecer o louvor de Victor Hugo, saudando-o como neto de Marco Aurelio.

CAPITULO XIV

Proclamação e Consolidação da Republica

Grande e nobre fôra a tarefa cumprida pelo Imperio.

Estava o Brasil sob a ameaça de desintegração por factores multiplices, e, entretanto, se manteve unido. Lutas locais duraram cerca de vinte annos, e, entretanto, foram dominadas dentro da união. Methodos de governo haviam evoluído, do absolutismo ab parlamentarismo, não em sua pureza theorica, mas toleravel em seu funcionamento mediante o auxilio do Imperador e de seu Poder Moderador. As eleições tinham progredido, da desordem generalizada a uma representação accetavel dos partidos. Os grandes codigos da justiça e de administração estavam organizados e regiam as relações juridicas e sociaes a contento geral. A escravidão fôra abolida. Mais do que esse acervo não fôra possivel conseguir, pela insufficiente educação politica dos partidos. Isto, no que respeita á vida interna do país.

189. *Relações internacionaes.* — Quanto ás relações exteriores, a mesma marcha ascencional era notada. Com a abdição de D. Pedro I, o influxo das idéas, dos alvos e da politica portuguesa ia ficando attenuado: não seria mais o imperialismo o movel da expansão nacional por territorios estrangeiros. As Regencias e D. Pedro II adoptavam, como base invariavel de sua ac-

ção internacional, a norma do *uti possidetis*, para limites, o sentimento fraternal para com as Republicas sul-americanas e o arbitramento como remedios para solver todas as questões litigiosas.

Desde 1828, nunca mais se planejava ou se realizara conquista; tivemos de intervir no Rio da Prata e nas dissensões locais, chegámos mesmo á guerra, a chamado dos povos que auxiliámos a se libertarem da tyrannia, como expressamente o reconheceu D. Bartolomé Mitre.

Movemos guerra ao Paraguay, por provocação de seu Dittador, e com o intuito proclamado de restaurar naquella nobre nação a liberdade espesinhada por um tyranno sem escrupulos. Após a victoria, ajudámos o país com todas as nossas energias e recursos para lhe assegurar novos progressos e fortuna.

A hostilidade generalizada contra o Imperio por parte das Republicas sul-americanas, herdada dos sentimentos analogos da Peninsula Iberica, ia aos poucos cedendo, e vinha substituida por um ambiente de confiança mutua. Da Europa como da Norte-America, provas identicas de credito politico e internacional afluíam ao Brasil.

Em 1871, fomos escolhidos para um dos lugares de arbitros entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha na questão do *Alabama*. Mais tarde, em 1880, o Imperio foi o arbitro entre os mesmos Estados Unidos e a França, nas reclamações formuladas por cidadãos norte-americanos por prejuizos na guerra do Mexico com Napoleão III. Outra occorreu em 1884-85: a guerra do Chile contra o Perú e a Bolivia havia causado grandes perdas e largos danos a subditos de outras nações; firmou-se um acôrdo para que um tribunal arbitral julgasse as queixas, tribunal composto de tres membros, dois representando os governos interessados, e o terceiro, superarbitro, afinal, do Brasil. Dessa forma, França, Inglaterra, Italia, Alemanha, Belgica, Austria-Hungria e Suissa solveram suas pendencias com o Chile.

Nenhuma duvida pairava sobre a posição eminente do Imperio na America do Sul, e novas demonstrações de tal sentimento eram prodigalizadas no Congresso de Montevidéo, sobre

o Direito Internacional Privado, e na primeira Conferência Pan-americana de Washington, em 1889.

190. Instrução pública. — Uma das preocupações principais do Imperador, era a instrução. Costumava assistir a todos os exames, concursos e provas entre candidatos a cadeiras das escolas científicas; muitas vezes, vinha inesperadamente presenciar aulas. Repetia sempre considerar a missão de ensinar como a mais importante da sociedade. Promoveu conferências públicas; por todos os meios auxiliou investigadores, viajantes e cientistas, tanto nacionaes como estrangeiros. E' impossível detalhar tudo quanto fez para os institutos educacionaes quer primários, quer secundários; mas, quanto aos cursos superiores, pôde-se apontar o facto de que o Imperio, em 1889, deixou duas Faculdades de Medicina e de Cirurgia, duas Academias de Direito, uma Escola de Minas, uma de Bellas Artes, um Conservatorio de Musica, uma Escola Polytechnica, tres Escolas Militares e uma Escola Naval. Bibliothecas Publicas, Archivos, Museus, estavam todos modesta mas convenientemente dotados, e ministravam auxilio intellectual aos estudiosos de toda especie e origem. Elle proprio um cientista, mais do que simples amator, tudo quanto se referisse á educação e á sciencia o interessava no mais alto grau.

191. Surto economico. — Tomados em conjunto, os problemas economicos haviam sido tratados por forma conveniente. O credito e o escambo pôdem ser acceitos como numeros-indices: o primeiro pôde ser medido pelos emprestimos conseguidos; em Londres, em 1886, foram contractados a 5 % de juros e emittidos a 95, e mesmo a 4 % emittido a 90 % em 1887, sem garantias especiaes, e com 1/2 % para o fundo de amortização. No mercado brasileiro, um emprestimo interno de 4 %, posto em circulação a 90 %, foi coberto duas vezes. A moeda estava acima do par. A produção crescia; pela bitola das exportações, subia de 222.000 contos em 1870-80 a 336.000 em 1886-87. O commercio geral, importação e exportação, nas mesmas datas augmentava de 400.000 contos a 676.500. O golpe da abolição fôra supportado

sem prejuizos excessivos; a colheita de café rendeu apenas 60 % do que teria normalmente dado, mas fôra volumosa; 6.700.000 saccas, ainda assim, puderam ser vendidas e exportadas a preços altos. Parallelamente com a emancipação dos captivos, chegavam immigrantes: 11.000, em 1881; cerca de 28.000, por anno, de 1882 a 1886; 55.000, em 1887; e 132.000 em 1888. As vias-ferreas cresceram a 9.583 kilometros; telegraphos ascenderam a 18.925 kilometros, em 1889.

192. **Actividade litteraria.** — Desenvolvia-se a litteratura. Dominava o naturalismo: collocado num ponto de vista psychologico, Machado de Assis pontificava nas descripções da vida e da sociedade dos ultimos cincoenta annos de Imperio; os aspectos emotivos tinham a preferencia de Julio Ribeiro e de Raul Pompeia, revelando-se este pensador profundo em sua admiravel obra escripta; Aluizio Azevedo punha-se em evidencia por seu impressionismo e sua poderosa analyse minudente.

No dominio da poesia, surgiam nomes de extrema valia: Raymundo Corrêa, vibrante artista da ansiedade, do pessimismo e da dôr; Olavo Bilac, cuja simplicidade scintillante era a mais eloquente forma para traduzir os sentimentos nacionaes, e seus sonhos pantheisticos de belleza; criticos, como Tobias Barreto, Sylvio Roméro, Araripe Junior, José Verissimo. No campo da historia citariamos Varnhagen, mais tarde visconde de Porto Seguro, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, e acima de todos Capistrano de Abreu; embora de alguns delles se possa dizer que sua producção mais notavel se deu após a queda do Imperio.

193. **Individualidade nacional.** — Com tal pugillo eminente de criadores intellectuaes, estava o Brasil dando quanto podia para evidenciar sua individualidade propria.

Era o Imperador um dos mais fortes auxiliares nesse empenho de manter a evolução civilizadora nossa dentro nos limites postos por nossa historia. O Brasil, como a maioria das nações sul-americanas, é producto legitimo do tronco ancestral iberico, e herdou as feições especiaes de um character ethnico modelado por um catholicismo profundamente sentido, por seu culto das mais

altas regras moraes, pela dedicação absoluta aos preceitos de um christianismo severo e de cavalheirismo romantico.

Seus alvos revelam tendencia inamolgavel pelo idealismo, muito mais do que pelos lugares communs ou por modelos realistas. Na alma brasileira, espiritalidade, imponderaveis, pesam muito mais do que méros aspectos materiaes, e em sua evolução social e pôlitica, os deveres sempre tiveram a precedencia sobre os direitos.

Nossa historia nacional é longa prova desse pendor.

Tambem, sempre procurámos ansiosamente ser e permanecer o que somos, e não tolerariamos revelar-nos méras copias, mais ou menos perfectas, de qualquer modelo estrangeiro, por mais adeantado e progressista pudesse se evidenciar, desde que não fosse inspirado pelos mesmos ideaes. Harmonia, belleza, altruismo, significam muito mais para nós, do que simples riqueza ou conforto.

Nossa civilização é qualitativa, e inteiramente incomprehen-sivel para espiritos propensos a superioridades quantitativas. Psychologicamente, somos muito mais proximos á Europa, especialmente á Europa continental latina, do que a qualquer outra parte do mundo. Por isso, tambem, somos comprehendidos muito melhor por esses povos, do que por quaesquer outros.

Depois de Portugal e de Espanha, nossa mentalidade é principalmente devedora ao pensamento francês, e, ultimamente, com o desenvolvimento dos estudos superiores e da immigração, á sciencia da Italia e da Alemanha. E' progresso destes ultimos de-cennios o termo-nos familiarizado com as producções moraes e intellectuaes da alma anglo-saxonia. E aqui se ostenta curiosa antithese, pois os Estados Unidos e a Inglaterra são os dois países com os quaes temos tido, por um seculo, já, as affinidades maiores, se bem que de outra natureza.

A Grã-Bretanha, por seu auxilio sem igual, nos dias de Canning, no proteger nossa Independencia, e, desde então, em propugnar nosso progresso material. Os Estados Unidos, por seu immediato reconhecimento de nossa soberania nacional, e pela

doutrina de Monroe, sempre considerada por nós como traduzindo nossa propria convicção sobre tal assumpto, e que sempre sustentámos como élo commum e essencial entre todas as nações de nosso Continente. Num ponto, entretanto, discordamos, pois nós a consideramos como uma regra basilar, internacional, pan-americana, e nunca como simples norma nacional e de auto-protecção dos Estados Unidos.

A' medida que o tempo passa, taes dissentimentos deverão desaparecer. Depende isto de adquirirem os Estados Unidos conhecimentos mais fundos do que são suas irmãs do Sul, de sua alma e de seus sentimentos. Depende do surto progressivo dessas nações, e, tambem, das mudanças fundamentaes pelas quaes está passando a grande Republica do Norte, como consequencia das unidades componentes raciaes dos Estados Unidos de hoje, totalmente diversas da que, em 1823, puramente inglesa, constituia aquella população.

Pouco a pouco, a juxtaposição de mentalidades ethnicas contribuirá para permittir se forme um substractum commum, uma como que alma collectiva, nem que seja sobre numero limitado de questões. Será essa conquista um passo para se pensar menos materialmente, e com espiritualidade maior. E, por outro lado, o contacto do mundo e das concorrencias vitæes dará aos sul-americanos certo senso pratico que lhes falta, e que virá ajuntar-se, e não substituir, a inspiração idealista que nelles predomina.

194. A Republica e D. Pedro II. — Este, precisamente, foi um dos serviços notaveis que devemos ao Imperio e a D. Pedro II. Desde o primeiro momento, a nova Republica do Brasil mostrou comprehendêr o problema, embora tífubesse por vezes na execução desse programma internacional, coisa natural nos dias iniciaes do regime.

Não se póde dizer que D. Pedro e a nova situação estivessem em posição de contraposta inimizade. O primeiro pensamento do Governo Provisorio foi assegurar o decoro da existencia material do Imperador deposto e no exilio, triste necessidade esse banimento imposto ao soberano do país pela força

dos acontecimentos. Nobremente, como sempre, recusou tal favor o velho monarcha. O Thesouro Nacional chamou a si os encargos das pensões a velhos servidores e a familias pobres, soccorridos pelo bolsinho imperial, pelos recursos de sua lista civil: considerou o governo ser isto um dever nacional, e todo o país sancionou tal pensamento. Nunca esse grande cidadão proferiu uma palavra sequer contra o que tinha occorrido; em seu generoso espirito, elle comprehendera; em sua adversidade pessoal, justificou a sinceridade com que affirmara, durante seu longo reinado, ser elle o primeiro republicano do Brasil. Mais ainda: procuraram-no, na Europa, varios diplomatas brasileiros e depuseram nas mãos imperiaes seus cargos officiaes; recusou accetá-las, e declarou que lhes não assistia o direito de assim procederem, pois serviam ao Brasil e não ao Imperador, e accrescentou que seu dever era de continuarem suas funções, pois trabalhavam pela Patria e não pelo Imperio ou pelo soberano.

Desse modo, auxiliou indirectamente ao reconhecimento do novo estado de coisas, e prohibiu qualquer tentativa por alterar o curso dos acontecimentos. Mais de uma vez declarou que, chamado de novo a prestar serviços ao Brasil que havia governado, tornaria a fazê-lo. Acima de tudo, ostentou em terras estranhas as mais nobres qualidades da nação brasileira.

Os novos governantes encontravam, em seus dias de aprendizagem, as maiores difficuldades, e em sua honra se diga que, raras vezes, tanta coisa se fez em tão escasso prazo.

Sendo revolucionaria sua situação, estavam ansiosos por verem o país restituído a um periodo legal; por outro lado, questões existiam que deviam ser resolvidas sem detença, immediatamente, sem esperar o voto da nova Constituição. Sabiam, além disso, que mais facil seria estabelecer de chofre as reformas para as quaes o país já se achava preparado, do que adiá-las para tempos mais remotos, meses ou annos mais tarde, em circumstancias e condições que se não podiam prever. Ademais, taes reformas eram compromissos republicanos, dos programmas discutidos e acceitos pelo partido.

195. A situação de facto. As medidas tomadas. — Um dos pontos era sair da situação de facto. O Decreto n. 1 attendeu a essa necessidade: proclamava-se uma republica federativa, até que se votasse a Constituição. A 3 de dezembro, uma Comissão especial foi nomeada para organizar um projecto de Estatuto; a 30 de maio de 1890, esse projecto foi entregue ao Governo Provisorio, que o submetteu a uma revisão, e a 22 de junho o publicou para ser offerecido á Assembléa Constituinte. Para esse fim, desde 21 de dezembro de 1889 havia sido marcada a eleição para 15 de setembro de 1890, e o Congresso fôra convocado para 15 de novembro, um anno, portanto, após a proclamação da Republica.

Até essa data, o governo concentrava em si tanto o Poder Executivo como o Poder Legislativo. Innumeras medidas foram então tomadas, para attender aos problemas que surgiam das novas instituições. Elevou-se o corpo eleitoral, com a unica limitação de estar o eleitor no gozo de seus direitos civis e politicos, e de saber ler e escrever. Foram dissolvidas as Assembléas Provinciaes, afim de aguardarem os termos da Constituição por ser organizada. Adoptou-se a grande naturalização, e mesmo foi estipulada a naturalização tacita. Iniciou-se fundo movimento descentralizador pelo alargamento das franquias provinciaes. Separou-se a Igreja do Estado; esta medida delicada e importantissima foi adoptada pela forma a mais liberal e respeitosa: o poder governamental reconhecendo sua propria incompetencia para se intrometter na vida espiritual dos crentes, ou para pretender regulá-la; as duas sociedades perfeitas ficavam nos seus limites proprios; o padroado official, os appellos á Corôa, a intervenção na analyse e na placitação dos documentos sobre assumptos ecclesiasticos, vinham abolidos. A separação surgiu, foi planejada e posta em vigor, com um animo e uma intenção de respeito, de cooperação e de amor, e nesse mesmo rumo foi aceita e, pouco depois, louvada pelo Episcopado Brasileiro, devidamente reunido. Até hoje, tem funcionado sem attrito. e para o maior bem de ambas as partes, a ponto tal que, em França, durante os duros debates das leis sobre as congregações religiosas, foi citada a nossa como legislação modelar.

Este inestimável serviço, devemos ao Positivismo, doutrina que norteava o leader militar da revolução, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, e, devemos, também, ao espirito liberal de Ruy Barbosa, o principal autor da lei.

Tinham, pois, de ser adoptadas as consequencias dessa funda mudança: o registro civil dos nascimentos e das mortes já existia desde 1888, mas o casamento civil e a secularização dos cemiterios tiveram de ser postos em vigor. Alterações immensas e progressivas foram introduzidas na lei civil, tanto nos codigos criminaes e na organização judiciaria. Nunca em nossa historia se havia revelado tal somma de pensamento politico e tal actividade se tinha ostentado. O grande nome a citar, nesse periodo, é o de Ruy Barbosa.

Infelizmente, soffreram grandemente as finanças. A razão é obvia, e Ruy Barbosa, ministro da Fazenda, não pôde justamente ser accusado dos resultados obtidos, pois tudo era anormal em torno de si, e elle não possuia os meios de agir segundo as inspirações de suas proprias idéas, nessa preamar de assistencia não solicitada, que elle se via forçado a tolerar.

Desde logo, desapareceu de chôfre a confiança no novo governo, por parte dos mercados financeiros europeus; sómente aos poucos, muito lentamente e por gráus, se foi ella restabelecendo. Outra causa estava no facto de que todos se mettiam a dar opiniões e intervinham nas decisões. Também havia sido iniciado uma róta politica errada e peculiar, desde a abolição do captiveiro: para auxiliar aos antigos donos de escravos, arruinados pela libertação, e para derivar actividade e queixas dos prejudicados para rumos de trabalho economico e de compensações, o que evitaria ataques contra a instituição monarchica, haviam sido concedidas facilidades especiaes para operações bancarias; largo ensilhamento surgira daí, e uma enchente de sociedades mais ou menos, insubsistentes havia invadido o mercado brasileiro.

Era impossivel parar. Os fazendeiros arruinados julgavam-se com direito de reformarem suas antigas fortunas por essa forma. Seria prudente, inquiriam de si para si os membros do gover-

no, estancar esse movimento, em plena febre de especulação, quando monarchistas, ambições desapontadas, victimas todas do novo estado de coisas, desperdiçavam seu tempo e seus recursos na bolsa de títulos, em vez de conspirarem e planejarem contra as novas instituições, solapando a Republica recém-nada? Agia tal excitação especulativa como para-raio a resguardar a segurança do governo.

196. **O reconhecimento da Republica.** — Além dessas reformas capitaes, duas tarefas delicadíssimas tinham de ser desempenhadas: na vida internacional, a admissão pelos demais povos das circumstancias novas; nos negocios internos, assegurar a ordem e o respeito.

Verificou-se mais facil do que fôra para suppôr o primeiro desses encargos. A 20 de novembro de 1889, a Argentina e o Uruguay tomaram a iniciativa do reconhecimento da Republica; em 13 de dezembro, foi a vez do Chile; em janeiro de 1890, a Bolivia, a Venezuela, o Mexico e os Estados Unidos apresentaram sua conformidade com os factos occorridos, respectivamente a 3, 7, 13 e 29; em fevereiro, Guatemala, Salvador e Colombia concordaram em admittir a nova ordem de coisas, a 6 e 20; em março, Costa Rica, Nicaragua e Honduras seguiram o mesmo caminho, a 4, 17 e 18. Chegou então a decisão dos governos europeus. A França não esperou a installação do Congresso Constituinte, e adheriu ao reconhecimento geral dos factos, a 20 de junho de 1890; Portugal assim procedeu tambem a 18 de setembro; Hollanda, Italia e Santa Sé, a 23 do mesmo mês; Alemanha, Noruega e Suecia, a 29, a 6 de dezembro, Austria-Hungria e Espanha.

197. **Politica interna.** — A politica interna logo começou a causar sérios incommodos, como era de esperar. O golpe fôra tão subito, que, fôra de pequena minoria de iniciados, quasi geral tinha sido a surpresa. Mais cedo ou mais tarde, as opposições e os dissentimentos viriam á frente. Mas o perigo maior procederia de outro quadrante. Uma das consequencias mais

damninhas de uma politica baseada na força, e especialmente na força armada, é que não ha meio de dar um paradeiro ao processo: hoje, generaes chefiam os motins; depois, é aos coroneis que cabe a direcção; e, de degráu em degráu, porque pararia na descida? até chegar aos soviets.

No Brasil, mais uma vez se assistiu ao espectáculo da incapacidade dos revolucionarios admittirem que seus erros sejam as causas das reacções: é regra geral accusar-se o partido vencido de fomentar desordens.

Após a abdicção de D. Pedro I, em 1831, e até a morte deste, era vesio lançar sobre os absolutistas e os partidarios do monarcha decaído a responsabilidade dos disturbios, das revoltas e dos motins que tanto mal e difficuldades causaram ás Regencias. Novamente, agora, derrubada a monarchia, todas as rebeldias e levantes se apodavam de conspirações anti-republicanas, nas rodas governamentaes; estas davam a autoria de todos os movimentos ou a adversarios pessoaes dos politicos dirigentes, ou a planejadores de uma restauração imperial possivel, coisas absolutamente fóra das probabilidades, entretanto, dada a situação dos acontecimentos.

Não que monarchistas sinceros deixassem de apoiar e auxiliar algumas dessas tentativas politicas, sem influencia sensivel, comtudo, excepção feita da revolta parcial da Esquadra em 1893; mesmo então, porém, não se aventurou a tendencia restauradora a ir além de uma suggestão de consulta á Nação quanto ao regime governativo a ser adoptado. Mas tal feitio do espirito durou largo prazo, e ainda em principios do seculo, na literatura partidaria, se achavam expressões correntes sobre "os inimigos da Republica", causadores de todos os erros commettidos pela turma dos governantes.

Muitas e graves eram as difficuldades, de varias origens, principalmente financeiras e politicas. As taxas cambiaes, de 1889 a 1891, haviam caído de um nivel acima do par, 27 *pence*, a 12 *pence*, em média; tinham sossobrado as companhias do encilhamento ultimo de 1889, e sossobrado insolvaveis; o descontentamento entre os productores, attingia gráu muito elevado.

Era o marechal Deodoro da Fonseca uma alma nobilissima e um valente soldado; como politico, entretanto, era inexistente. Facilmente influenciado pela roda que o cercava, ia e vinha, obedecendo ao ultimo conselho dado. Poderia ter sido o chefe victorioso de uma revolução, nunca a cabeça de um governo real, inspirado em forças conservadoras e almejando progressos para a Nação. Ademais, era um impulsivo, movido por seus sentimentos occasionaes, sempre cheio de dignidade e de honra, mas pessoal, tomando os acontecimentos e as opiniões como manifestações favoraveis ou hostis a sua propria pessôa.

Não era, pois, de admirar que se sentisse cada vez mais emaranhado na teia das competições partidarias, de baixa inspição e egoistas; cada vez mais torturado por uma real angustia por voltar á vida privada, onde pudesse morrer em paz, tão acabrunhado e doente se sentia. Não lh'o podiam consentir seus falsos amigos, que o exploravam e viviam a repetir ser sua presença necessaria á frente do governo, emquanto, de facto, o que visavam era tirar proveito de suas intimidades com o nobre soldado, e nunca cessavam de o aconselhar no rumo das direcções que lhes eram vantajosas, pouco se incommodando com o país.

Estabeleceu-se, entre elle e os melhores elementos pñsantes e directores da politica e da Republica, uma desconfiança crescente, rapidamente crescente. Foram tão longe as coisas, que a actividade normal do Legislativo, resultante das proprias exigencias constitucionaes, lhe era posta ante os olhos como aggressões mal intencionadas contra sua pessôa ou suas intenções. Por essa forma, e pelas complicações a se desenvolverem, tornou-se o marechal cada vez mais preso de um circulo pequeno de assistentes pessoas e de camaradas dedicados, ignorantes dos problemas de governo.

Desde os primeiros dias do novo governo, tal falta de conhecimento de pessoal apto para administrar havia levado em muitos casos a nomear para a presidencia dos Estados jovens officiaes, mocinhos alguns delles, que mal saíam dos bancos das escolas militares. Sob o influxo da doutrina positivista, preconizada por Benjamin Constant, cada qual se julgava um propheta, deposita-

rio da pureza da fé; mesmo nesses institutos de ensino profissional, alumnos discutiam, approvavam ou censuravam seus ministros e seus chefes.

Logo nos dias iniciaes da reunião do Congresso, se tornou manifesto esse espirito critico contra os methodos dominantes do governo. Havia o marechal devolvido ao Poder Constituinte a somma de prerogativas que a Revolução lhe tinha conferido; mas a Assembléa determinara que elle deveria ficar á frente do país, até que o voto da Constituição elegeisse definitivamente seus chefes. No decurso dos debates, dois grupos se definiram, um delles francamente hostil ao rumo seguido pelo governo.

198. Attritos entre Executivo e Congresso. — A propria Constituição dava aso a hostilidades. Como um ante-projecto fôra offerecido pelo Provisorio, e o Congresso deliberara emendá-lo, esse dever elementar do legislador era tido por uma offensa. E a lei, assim votada, era, entretanto, um notavel trabalho, liberal e prudente. Podiam, e pôdem, ser feitas reservas sobre pontos varios, mas é justiça confessar que resultara obra prima de sciencia politica, muito acima do que fôra de esperar de um Parlamento eleito em tempos de revolução. Assim aconteceu, graças á escolha para essa assembléa deliberante de varios antigos monarchistas, sinceramente conformados com a nova ordem estabelecida; agiram como freio para todas as tendencias extremistas; além disso, entre os elementos novos de origem republicana, alguns se revelaram personalidades de primeira ordem. Pôde discutir-se se não foi um erro dar aos Estados o direito de legislar sobre codigos de processo; se foi conveniente dar-lhes as terras publicas, e conceder as minas aos donos da superficie dos terrenos onde se achavam, ou se constituíram taes dadivas graciosas verdadeiro e grave prejuizo economico para a communhão; do mesmo modo são de duvidosa vantagem as estipulações de meia duzia de detalhes. Mas, em seu conjunto, o Estatuto basico respirava liberdade e progresso. Pena foi que não cuidasse tambem da divisão territorial do Brasil, por entre seus Estados tão desiguaes.

Em 1822, as Províncias oriundas das antigas capitánias originárias, com seus primitivos limites, herdaram-lhes as fronteiras; pouco a pouco, seu desenvolvimento fôra muito diverso em sua amplitude; algumas dellas, muito vastas e com população apreciável, tomaram a direcção do país, enquanto outros, minguadas ou escassamente povoadas, quasi não possuíam a menor influencia. De anno para anno, taes differenças cresciam, e em 1889 a orientação politica do Brasil dependia de cinco ou seis circumscripções que guiavam as demais: Bahia, Rio de Janeiro, Minas Geraes, S. Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul. De pequena valia era o influxo das outras.

Se a Republica, baseando-se na evidencia de que ninguem discutiria, antes todos acatariam as deliberações do Governo Provisorio, houvesse classificado as Províncias em Estados e Territorios, e os houvesse organizado com equivalencia accetavel quanto a areas e numero de habitantes, grave causa de dissídios tivera sido eliminada, e o grande mal da co-existencia de Estado de primeira categoria e de outros de segunda categoria, não mais poderia ser allegada.

Uma das bases da mentalidade brasileira, entretanto, é a tradição. Quando se reuniu o Congresso Constituinte, já era tarde para assim proceder, pois cada antiga Província possuía sua representação e, com ella, poderia oppôr-se a qualquer diminuição de seus privilegios.

A propria Constituição era considerada pelo marechal Deodoro como havendo sido planejada pelo Poder Constituinte no sentido de uma retaliação e de uma censura contra o projeto liberal enviado ao Parlamento pelo Provisorio e suas autoridades supremas.

Apesar do Legislativo estar em sessões, organizando a Constituição a principio e as leis ordinarias depois, o Executivo viria a invadir attribuições privativas do Parlamento, nunca se detendo ante a competencia peculiar e as iniciativas privilegiadas das duas Casas. E o Chefe do Estado se sentia melindrado quando lhe eram endereçadas perguntas sobre o modo pelo qual o país era governado. O méro acto de indagar por taes assumptos, elle o resentia como prova de desconfiança.

199. **Isolamento do Governo Lucena.** — Taes divergencias e choques entre a mentalidade militar de Deodoro, ignorando tudo dos methodos e do governo civil da Nação, e a feição corrente do animo dos administradores civis e dos politicos, dava lugar muitas vezes a desentendimentos graves e discussões amargas. Nenhuma collaboração proveitosa poderia se originar de tal conflicto de opiniões. De mais em mais, o marechal se voltava para seus amigos pessoaes; consultava-os, para, entre elles, achar conselhos e sympathias.

Tal situação datava dos primeiros dias da revolução. Um de seus ministros deixou-o em fevereiro de 1890. Pelos esforços combinados dos demais, principalmente de Ruy Barbosa, Campos Salles e Cesario Alvim, toda a energia se dispendeu no sentido de ser mantida uma frente cohesa e unida, até que fosse votada a Constituição. Tanto trabalho provou inutil, entretanto, e a 21 de Janeiro de 1891 o ministerio todo se demittiu.

Nessa occasião, Deodoro chamou para seu lado um amigo pessoal e politico, o barão de Lucena, afim de lhe prestar seu auxilio na missão de governo. Tinham travado relações, quasi que immediatamente intimas, cimentadas por mutua amizade e solidariedade, em 1885, quando Lucena fôra enviado ao Rio Grande a presidir a Provincia, enquanto o então general desempenhava o cargo de commandante das armas.

Ambos conservadores, fortemente imbuidos da doutrina da ordem, autoridade e disciplina. Ambos, honestos, dignos de confiança e essencialmente patrioticos; recorrendo facilmente á força, onde a lei, provavelmente, poderia ser invocada e prestaria o necessario auxilio; formavam um par de verdadeiros e sinceros amigos, reciprocamente dedicados. O barão exercia poderoso influxo no animo do soldado. Sua bôa fé e sua honra impolluta pairam acima de qualquer excepção.

A nomeação fôra completamente natural, e era esperada por todos. Revelou-se um grande erro entretanto. Nos circulos republicanos, o barão não era admirado, nem merecia confiança: fôra conservador por demais energumeno, e por demais adstri-

cto a interesses partidarios, para que pudesse captar credito junto aos elementos democraticos que o haviam sempre estrenuamente combatido; hostile aos republicanos, não lhes tinha sympathia, e a seus olhos avultavam como pessoal absolutamente desconhecido. Assim, a seu turno, constituiu seu ministerio com amigos pessoases, respeitaveis e competentes, mas todos elles monarchistas, salvante um, e dando desta forma nova causa de desconfiança e de animosidade a seus adversarios parlamentares.

Em muitas coisas era o barão superior ao marechal, e especialmente nisto: enquanto este, combativo e incapaz de transigencias, afastava qualquer armisticio com seus opposentes, o ministro tinha excellentes senso politico, sabia ser preciso e desejava, para poder governar, reinasse paz entre partidarios tão pugnazes.

Tentou obtê-la, e a pediu com absoluto desprendimento, oferecendo-se a resignar seu cargo e voltar á vida privada desde que assim pudesse assegurar a conciliação e o desarmamento geral no conflicto das facções. Falhou nessa tentativa tão merecedora de encomios, pela intransigencia inflexivel do senador Prudente de Moraes, então presidente da Assembléa Constituinte. Espirito nobilissimo, e que estava fadado a servir ainda ao Brasil com sua heroica energia e sua abnegação sem limite, tinha elle, entretanto, algumas falhas, e era mais um doutrinario que um politico accommodatício. Nessa conjuntura, via na politica do marechal e sua incapacidade de governante, uma eterna ameaça para os ideaes republicanos.

Aproximava-se de seu fim a tarefa de constituir o Estatuto Fundamental, e cada vez mais o ambiente se revelava explosivo. Lucena, prevenido complicações crescentes a par de uma hostilidade ascendente, havia pensado e desejava dissolver o Congresso, apesar da illegalidade do acto, logo em seguida ao voto da Constituição; Deodoro não quis ouvir falar nisso. Tentou firmar a paz com o Parlamento; foi por este repellido. Caminhavam as circumstancias para um empate absoluto e sem solução.

Nova difficuldade surgiu da eleição para a primeira presidencia constitucional da Republica. Evidentemente, uma unica escolha era possivel e logica, Deodoro. Mas seus adversarios,

entre os quaes muitos officiaes que haviam sido eleitos para o Congresso, iniciaram uma forte campanha em prol de uma presidencia civil, embora, de facto, visassem apenas ferir e desacreditar o velho soldado, ao qual em ultima analyse se devia a realizabilidade da mudança das instituições.

Prudente foi escolhido por elles para seu candidato. Nunca havia o senador paulista almejado tal distincção, e tanto assim que, quando exhortado por amigos politicos para desistir de receber votos para o cargo, recusou fazê-lo por essa mesma razão de que nunca promovera tal movimento, ao qual era totalmente estranho. Era um grande erro: injustiça para com o fundador do novo regime; causava perigosa agitação em um momento de graves conjunturas politicas: acirrava a tensão das relações entre os dois grupos contendores.

Evidenciaram-se as consequencias desde logo.

A 25 de fevereiro de 1891, o Congresso votou: em 234 membros presentes, 129 escolheram Deodoro, emquanto 97 votos recaíram em Prudente, presidente da Assembléa. Deodoro tomou tal proceder como aggressão pessoal contra si, e considerou taes congressistas como inimigos seus.

Reunindo-se em seguida, em sessão ordinaria, portanto, apresentaram-se projectos de lei, e fizeram-se requerimentos de informações ao governo, tudo dentro nas funções normaes do Legislativo; referiam-se estes ultimos a nomeações feitas pelo Executivo, ou a actos dos departamentos ministeriaes, ou preenchimentos de cargos no Supremo Tribunal Federal, ou ainda á lei de responsabilidade presidencial. Em realidade, obedeciam, dentro das normas legais, ao desejo confessado de apeiar do poder ao marechal presidente; este tomou taes iniciativas como outros tantos ataques contra sua autoridade.

200. Dissolução do Congresso. — O conflicto estava patente, com todos os seus exaggeros por ambos os lados, principalmente por parte de Deodoro, embora a Prudente coubesse largo quinhão de responsabilidade no formar ambiente de tal perigosa

explosibilidade. Era hostil ao Presidente a maioria do Congresso, e sua conducta se resentia desse dissidio.

Incapaz de sopitar sua indignação, a 3 de novembro Deodoro dissolvia as Camaras.

No mesmo dia, a maioria redigia e assignava um Manifesto á Nação, politicamente inefficiente, pois que só se pôde publicar e divulgar após a Restauração do Estatuto e da Lei. Nesse documento se dava a resposta insophismavel ás accusações do Executivo, de modo convincente, claro e sincero; mostrava-se ainda quanto aberrava da sciencia de governo e do regime o acto ditatorial de Deodoro, e quanto se manifestavam improcedentes os motivos que invocava para se justificar.

Esse era precisamente o sentir geral do Brasil, tanto assim que, a 23 de novembro, escassos vinte dias após a dissolução, um levante unanime sacudiu o país todo, e mostrou ao marechal que sua attitude era condemnada pela immensa maioria de seus compatriotas. Rio Grande do Sul estava em revolta franca, e Pará em vesperras de sublevação igual; no Rio, o Exercito e a Armada o combatiam, tanto quanto o Congresso e o elemento civil. Na noite de 22 para 23, Deodoro convenceu-se de que todos o abandonavam, e era a quasi unanimidade da Nação que assim procedia.

O choque recebido por elle ao se convencer de tal, de estar sendo moralmente escorraçado pela parte melhor de nosso povo, foi indescriptivel. Sentimentalmente, foi golpe mortal de que se não levantou. Em sua longa carreira, fôra um soldado, em mais de uma occasião agindo com heroismo indiscutivel. Um coração nobilissimo; uma alma dominadora, cheia de meiguice, de bondade e de patriotismo; um chefe a conduzir seus homens, em coisas militares; fraco, velleitario por crises, na vida civil; apto para commandar subordinados, mas não para dirigir cidadãos; odiando o poder pelo poder; confrontado agora com a necessidade de derramar sangue de patricios para se manter no governo. Nunca, por um instante sequer, admittiu semelhante dilemma.

Assim que Lucena lhe mostrou o preço a pagar para continuar governando, se esse fosse seu intuito, vidas brasileiras a ex-

tinguir para assegurar sua situação pessoal, recusou fazê-lo e renunciou á presidência.

Seu Manifesto foi um puro grito de sincera dôr, ferido que estava em seus sentimentos mais íntimos pela ingratidão de seus cidadãos e de seus pretensos amigos: "Circumstancias extraordinarias, para as quaes não concorri, perante Deus o declaro, encaminham os factos a uma situação excepcional e não prevista.

Julguei conjurar tão temerosa crise pela dissolução do Congresso, medida que me custou a tomar, mas de cuja responsabilidade não me eximo. Pensei encarregar a governação do Estado por via segura e no sentido de salvar tão anomala situação.

As condições em que nestes ultimos dias, porém, se achá o país, a ingratidão daquelles por quem mais me sacrifiquei e o desejo de não deixar atear-se a guerra civil em minha cara patria, aconselham-me a renunciar o poder nas mãos do funcionario a quem incumbem substituir-me".

201. A Legalidade. Floriano Peixoto. — O marechal Floriano Peixoto, vice-presidente da Republica, tomou conta do poder no mesmo dia 23 de novembro, e inaugurou-se seu governo.

Embora tanto se tenha escripto sobre essa personalidade tão interessante, curiosa e ambigua, ainda permanece um enigma para a historia. Era um chefe nato, de molde inteiramente diverso do de Deodoro. Este inflammava, suggestionava e inspirava o enthusiasmo por sua coragem innata e sua sobrançeria aquilina. Aquelle, impavido e calmo, impunha sua vontade pela frieza, pela previsão e pelo calculo. Um relampago deslumbrante, em um caso; a inflexibilidade de um theorema, no outro.

Durante a guerra do Paraguay, havia valentemente cumprido seu dever, a seu modo peculiar, quieto e efficiente sem phrase nem theatralidade de gestos; não segundo o modelo cheio de audacia de seu camarada e amigo, mas tranquillamente, fruto de intelligencia mais do que explosão de sentimento. Talvez, a melhor caracterização fosse ainda que, emquanto era elle um cerebro calculador, seu emulo era uma alma. Possuía Floriano rara somma de qualidades moraes, a par de uma desconfiança prudente para

com pretensos amigos, mais afeiçoados a posições e ao triumpho do que a ideas e pensamentos. Poupava palavras, guardava para si suas opiniões intimas e seus pontos de vista, quanto possivel evitava intimidades, era solidario com seus camaradas e nunca desertava a seus subordinados.

Era muito forte sua posição no Exercito, inferior á de nenhum outro chefe, nem á de Deodoro. Havendo divergencias, este talvez pudesse, no primeiro momento, arrastar em pós de si a maioria; vindo a reflexão e o estudo, mudavam as posições, e Floriano venceria afinal, pelo conselho, pela persuasão, pela intelligencia, pela superioridade mental.

Na vida politica, havia sido um liberal convencido, muito adeantado a caminho da Republica; tanto, que nos dias ultimos da questão militar, alguns o suspeitavam de não mais ser monarchista. Pertencia, entretanto, ao numero daquelles que tinham por irrealizavel um terceiro reinado.

O chefe do ultimo gabinete imperial, o visconde de Ouro Preto, sabendo que seu ministro da Guerra, o visconde de Maracajú, não poderia continuar á frente da pasta por seu máu estado de saude, já havia convidado a Floriano para seu successor: o general havia accedido. E' facto, comtudo, que elle estava a par da revolução em marcha, e tinha conferenciado com Deodoro poucos dias antes da explosão. Seu respeito da lei era absoluto, até o ponto em que fortalecesse sua propria autoridade: não era homem para se envolver em motim ou para derrubar um ministerio ou um gabinete. Mas, eventualmente, examinaria e poderia accitar uma revolução. E iria até as ultimas com seus camaradas.

Nos acontecimentos que precederam o 15 de novembro, é difficil explicar satisfactoriamente sua posição. O Imperador e Ouro Preto o tinham por um simples traidor.

Talvez não fosse tão simples o verdadeiro aspecto dos factos. Parece provavel que só se compenetro da gravidade da situação pouco antes de seu desfecho, após sua entrevista com Deodoro, já mencionada. Viu então que o general ia dirigir no levante a quasi totalidade das forças da guarnição do Rio, com o assentimento

sympathico das tropas do Sul. Sabia que nenhuma resistencia lhe poderia ser opposta pelo elemento civil, e que, quando muito, seria uma antecipação por poucos annos de acontecimentos fataes. Vencer a força com outra força, significava derramar sangue brasileiro sem segurança de exito, dividindo o Exercito em dois grupos hostis, e a isto era elle positivamente infenso. E para que? Para adiar o advento do regime novo até a morte do monarcha reinante.

E' evidente que seu dever era abrir os olhos ao governo, e este não teve o aviso da situação real da tropa: mesmo que, após ter communicado os factos, tivesse de tomar parte no levante ao lado dos insurgentes, em favor da revolução imminente. Nesse ponto, nenhuma censura pôde ser severa bastante para profligar a deslealdade de sua conducta.

Praticamente, teve, entretanto, uma consequencia favoravel: evitou-se um conflicto cruento, cuja inutilidade era patente, já que não conseguiria nunca modificar a impossibilidade fundamental do advento ao throno da Princesa D. Isabel.

A ambos os partidos, tal procedimento appareceu como duplice: já citamos a opinião dos monarchistas; a dos republicanos é evidenciada pelo facto de que, no Governo Provisorio, foi nomeado ministro da Guerra, e mais tarde foi escolhido vice-presidente da Republica, afim de se evitar o perigo de nova traição, o que traduzia o sentimento de Deodoro, pois poderia tornar-se o centro de convergencia de todos os descontentes do Exercito, e seu chefe em qualquer ataque ás autoridades legaes.

Esse era o homem, e tal era o ambiente em que se movia, que ia receber o poder das mãos do nobilissimo e sincero marechal Deodoro.

202. Prodomos da revolta da esquadra. — A maioria dos governadores de Estados havia accedido o golpe de Estado. Deixando-os no poder, grande ameaça ficava pendente: a maioria do país official, propensa a oppôr-se á nova situação. E, ademais, tornou-se evidente que Floriano era por demais intelligente e um politico astuto e previdente demais, para deixar de ver

que nuvens prenunciadoras de tormentas se amontoavam em varios pontos do horizonte.

Difficuldades, criadas pela infeliz orientação financeira dos annos anteriores, davam base solida ás hostilidades, tanto no Congresso, como na imprensa e nos partidos locaes. Emquanto, a 15 de novembro de 1889, a surpresa fôra completa, agora a opposição, tanto a monarchista como a republicana, chegava aos poucos, mas seguramente, a uma attitude combativa, e inspirava uma campanha apaixonada contra os dirigentes no poder.

Como todo o mundo, Floriano percebia que um choque se avizinhava; para assegurar o prestigio da autoridade, sua idéa predominante, o unico meio de defesa era não permittir que as situações politicas locaes se tornassem base para os ataques. Por esse motivo, não se oppôs, e mesmo auxiliou aos grupos estaduais a deporem do poder os presidentes de Estado e os governadores, que haviam tido connivencia com a dissolução institucional do Congresso.

Como era natural, tal procedimento illegal desenvolveu contra elle uma justificada onda de malevolencia, imprecações furiosas partidas da gente posta violentamente de lado, de todos os descontentes que foram avolumar as fileiras dos seus adversarios, mas que, de facto, não modificavam com isso suas antigas normas de hostilidade contra o homem que havia restaurado o respeito á lei: como vinham substituir a esses adversarios, personalidades adheras á nova ordem de coisas, ficavam fortalecidas as novas situações, e, portanto, a delle proprio. Era nova illegalidade, é certo, mas tinha a justificá-la a desculpa da pura necessidade, condição de vida para o governo.

Immediatamente, em 1892, começaram conjuras contra esse movimento de deposições estaduais; no Rio, dois fortes tiveram de ser silenciados e reduzidos em janeiro; em abril, treze generaes intimaram Floriano a se submeter, mas foram feitos prisioneiros e exilados; em Minas, Mato Grosso, S. Paulo, Rio de Janeiro, Amazonas, Maranhão, sublevações occorreram de caracter vario e de importancia desigual, e que foram todas suffocadas. No Rio Grande do Sul, entretanto, os disturbios assumiram

aspecto muito mais grave, e levantaram o conflicto ao nivel de uma contestação sobre a legitimidade das instituições republicanas, sob o influxo do antigo senador monarchista Gaspar da Silveira Martins. O quartel general da revolução *federalista*, como foi chamada por um artigo de seu programma politico, achava-se ao longo da fronteira com o Uruguay, e muitas vezes o Brasil foi invadido por bandos irregulares organizados no territorio estrangeiro.

A propaganda feita pelas opposições unidas contra Floriano, ao mesmo passo que favorecia a causa dos revolucionarios rio-grandenses, solapava o governo legal, e, exaggerando ou mesmo deturpando as intenções e os actos officiaes, apontava para o vice-presidente como planejando a instituição de uma dictadura militar permanente, afim de fugir á eleição de um civil, no fim do termo constitucional da presidencia em vigor, isto é, em 1894, e de assegurar o beneficio do poder para as classes armadas, responsaveis primeiras da proclamação da Republica.

O centro coordenador de todos esses planos e boatos era uma associação singularmente mesclada de politicos de todo jaez e de todas as proveniencias, multidão heterogenea entre todas. Méros ambiciosos, por um lado; alguns delles em posições officiaes, taes como o ministro da Marinha, o almirante Custodio José de Mello, que enviou a Floriano sua demissão do ministerio, com escandalo e espalhafato, para chamar sobre si a attenção publica. Monarchistas puros, outros; buscando derrubar o regime. Theoristas intermedios, propensos á monarchia, mas advogados de uma consulta ao país, para que este mesmo determinasse a solução final da forma de governo a adoptar; mas, de facto, monarchistas que sentiam que suas tropas eram republicanas, e, para recurso de acôrdo, alvitravam o processo plebiscitario de decisão.

Esta foi a salvação de Floriano. Estava a par de tudo, e via que o bloco opposicionista estava fendilhado por todos os lados, intenções e modos. Não poderia agir segundo direcções communs, nem simultaneamente. Em 1892-1893, sentiu-se realmente enfraquecido por essa campanha hostile; mas quando a luta chegou a

culminar, estavam seus adversarios desunidos demais e desorganizados, para poderem dar toda a sua energia ao ataque. Isto salvou o governo.

203. **Revolta da esquadra.** — Existiam velhas rivalidades entre Exército e Marinha; intrigantes e conspiradores tentaram successivamente tirar partido desse malquerer reciproco, em seus esforços contra o governo vice-presidencial. Além disso, um detalhe differencial se dava nas opiniões dos officiaes de terra e nas dos de mar, sendo que os primeiros eram republicanos em sua maioria, enquanto os outros não escondiam seus pendores favoraveis á dynastia deposta. Entre estes, destacava-se a figura prestigiosa do almirante Luis Felipe de Saldanha da Gama, official de alto renome na marinha, possuidor de dotes notabilissimos, centros de largo grupo de entusiastas affeiçãoados e admiradores, principalmente entre os mais novos postos dos quadros. Dedicção pessoal, entretanto; em gráu muito menor, política.

Convergiam todos esses elementos, apesar de tudo, para a revolta de 6 de setembro de 1893, sob a chefia do antigo ministro da Marinha, o almirante Custodio, que era comtudo um republicano sincero. Durante certo periodo, no inicio da insurreição, Saldanha, que commandava a Escola Naval, se manteve neutro; adheriu em seguida aos revoltosos, com um programma tendente a consultar a nação sobre o regime a ser adoptado em ultima analyse.

Para explicar a gravidade do caso, cumpre accrescentar que possuiam os insubordinados todo o material fluctuante, de guerra e de commercio, surto no porto do Rio de Janeiro, e com esses recursos começaram logo a bombardear a cidade, sendo o vice-presidente tomado por surpresa por esse romper de hostilidades. Intimaram então a Floriano, para que houvesse de renunciar a seu cargo. Não foram attendidos, porém, e o marechal revidou armando e defendendo a cidade.

Recebeu nesse momento o inesperado e decisivo auxilio das esquadras estrangeiras fundeadas na Guanabara: o Rio era cida-

de aberta, insusceptível de ser bombardeada, de acôrdo com a lei internacional, declararam os officiaes commandantes; além do que, a população forasteira sendo muito importante, suas vidas não podiam ser postas em perigo. Custodio nunca tinha imaginado que qualquer resistencia fosse possível ou effectiva, e a condição de exito de seu plano residia em ser sua acção immediata e decisiva. Via-se agora confrontado com a impossibilidade propria de se mover, e seria absurdo atacar os navios de guerra estrangeiros, em numero bastante maior e de poder combatente superior ao de sua esquadra revoltada.

Annullado desta forma seu elemento de força, ao invés de uma iniciativa bellica subitanea e de exito immediato, contemplava sua frota condemnada a permanecer fundeada e inactiva, sem poder usar sua artilharia. Não tinha base em terra, não podia levantar recursos e dependeria de actos de pirataria para poder alimentar suas tripulações com as mercadorias que tirasse dos navios mercantes carregados de generos. Longe de dirigir um assalto triumphal contra o poder legal, ficaria reduzido á impotencia, apenas capaz de pequenos desembarques sem significação militar, repellidos sem detença pelas tropas territoriaes de defesa litoranea.

Sumia-se a victoria em lugubre derrota. Sua iniciativa não encontrava eco pelo país em fóra: todos os grandes Estados declararam-se pelas autoridades legaes. O governo revelava-se forte e energico. De uma feita, o corpo diplomatico consultou a Floriano sobre como receberia o desembarque de pequenos contingentes estrangeiros, destinados á protecção de seus respectivos nacionaes. A bala, respondeu-lhes o marechal. E cumpriria sua promessa. Nunca mais a pergunta foi renovada.

Pôde o vice-presidente organizar a artilharia de defesa da capital, e comprar, tripular e treinar uma frota nova, com a qual, a 13 de março de 1894, offereceu combate aos navios rebeldes, na propria bahia do Rio de Janeiro.

Nessa data, o exito da luta já não offerecia duvida aos proprios civis menos avisados, quanto mais a profissionaes. Enfraque-

cidos por escaramuças quasi diarias ao longo do litoral; tendo perdido muitos homens; exauridos de recursos, de viveres e de munições; os melhores navios haviam abandonado o porto, com o intuito de acharem abrigo nos portos do Sul e de unirem suas forças com as dos federalistas rio-grandenses.

Os elementos navaes remanescentes na bahia, sob o commando de Saldanha, eram improprios para o combate; com cerca de quinhentos homens a bordo, abandonou seus barcos e procurou asylo nas duas corvetas portuguezas então surtas na Guanabara. A' esquadra legal, coube apenas o trabalho de se apoderar dos lenhos abandonados e desertados por seus tripulantes.

Custodio, em sua navegação de cruzeiro, procurou apoderar-se de algum porto importante, mas foi repellido. No Rio Grande do Sul, a defesa costeira o fez recuar. Resolveu então entregar seus navios á protecção da Argentina. Sua unidade principal, o couraçado *Aquidaban*, sob o commando de Alexandrino de Alencar, não quis seguir tal exemplo: subiu costa acima até Santa Catharina, onde se achava a séde de um governo revolucionario; no porto de Desterro, foi torpedeado pelos destroyers da frota legal, a 16 de abril de 1894. Assim terminou a aventura naval.

204. **Revolução federalista.** — No Rio Grande do Sul, a revolta federalista havia começado em junho de 1892; o almirante Custodio, então ministro da Marinha, pendia em seu favor desde os primeiros dias de luta, e até allegou tal sympathia para justificar seu pedido de demissão do cargo, pois Floriano recusara auxiliar aos rebeldes. Quando a esquadra estava no Rio, tentou immediatamente pôr-se em relação com os insurrectos, e em setembro enviou um de seus navios a Santa Catharina por saber que o governador local, Manuel Machado, era adversario do vice-presidente. Ao chegar, a presença do barco mudou a situação, formou uma junta local revolucionaria, e assim foi conseguido um ponto de apoio em terra.

Forças federalistas, vindas do Rio Grande, rumo do Norte; outras tropas irregulares caminhando para o Norte e partidas de

Santa Catharina; os navios revoltados, a auxiliarem o movimento; todo esse conjunto de elementos de guerra atacaram e submeteram o Estado do Paraná, no qual a guarnição legalista, fracamente conduzida, dizem mesmo que traiçoeiramente commandada, pelo general Pêgo Junior, não offereceu a devida resistencia. Deste modo, as incursões federalistas se estenderam do Rio Grande até o Paraná, e seu chefe, bom guerrilheiro e chefe atilado, Gumerindo Saraiva, pretendia invadir S. Paulo e mesmo o Rio de Janeiro.

Emquanto as lutas navaes não haviam ainda sido vencidas, não seria facil preparar tropas para repellir a invasão. Aos poucos, entretanto, iam-se accumulando em S. Paulo os recursos necessarios, cerca de 6.000 homens. Abandonada que foi a bahia de Guanabara, melhorou a situação, e ao governo foi licito agir de modo a repellir progressivamente os federalistas para o Sul, donde vinham. A ponta de espada foram levados para as fronteiras. Em um dos combates, a 10 de agosto de 1894, em Carovy, Gumerindo caíu mortalmente ferido. Começou a dispersão.

Os refugiados a bordo das corvetas portuguezas, do Rio, foram transportados por ellas para o rio da Prata, em meados de abril; aqui, em circumstancias mal aclaradas até hoje, cerca de metade logrou fugir dos navios e desembarcar em territorio argentino. Cruzaram immediatamente o rio para a margem uruguaya, e apressaram-se em reunir-se aos federalistas, que, combatendo em retirada, faziam seu esforço maximo para alcançar o territorio neutro dos paises vizinhos; eram os restos desbaratados da hoste de Gumerindo. A 24 de junho de 1894, em Campo-Osorio, se deu encontro sangrento com as forças leaes; a maior parte dos marinheiros e dos officiaes navaes evadidos do Rio, aí achou a morte. Entre os cadaveres estava o de Saldanha da Gama. Com elle, desaparecia a feição restauradora e monarchica da revolução.

Estava esmagada esta ultima. Ainda, aqui e acolá, durante um anno, deram-se recontros com tiroteios sem alvo ou alcance, sem objecto e conduzindo a nenhum resultado, tão irremediavelmente perdidos estavam os revolucionarios. Eram as ultimas

brasas de um fogo extinto. Monarchia e parlamentarismo ficavam decisivamente aniquilados. A receita republicana permanecia a unica de pé.

205. Lição da Historia. — Hoje em dia, com a perspectiva da distancia, pôde ser tentado um esboço de evolução.

O sentimento de confiança em si proprio havia alvorecido em dias longinquos, nos tempos coloniaes, quando, desamparado, e mesmo contrariado pelo esforço metropolitano, o Brasil surgira do nada, crescera, se defendera e se erguera á igualdade pratica com Portugal, e assim desbravara o caminho para a Independencia.

Os exemplos da França e da Norte-America; a semelhança de sentimentos com o que se estava passando nas antigas colonias de Espanha no Novo Continente; esse estado gregario do espirito que leva animos simplistas, quer individuaes, quer collectivos, a fugir a soluções originaes, para preferir copias, que pouparam esforços, a novos originaes, que exigem dura meditação e trabalhos de grande cuidado; a cooperação de todos esses elementos influenciou aos brasileiros e levou a sympathizar com a idéa republicana. Prevaleceu, entretanto, a monarchia, porque ella já existia no país, e foi o principal agente da Independencia através D. Pedro I, herdeiro da corôa.

Quando este abdicou, mais uma vez a questão foi posta. Devemos á sabedoria do senador Vergueiro e de Evaristo da Veiga, os verdadeiros leaders da opinião naquelles dias, a resposta negativa. O sentimento popular de piedade e de affeição para com o Imperador-menino, confiado á Nação pelo pae quasi banido, fez o resto. O mesmo sentimento manteve inalterada a situação durante as regencias, apesar das lutas politicas desse periodo.

Após a Maioridade, durante vinte annos, dormitou a idéa republicana, tão profundamente, que parecia esquecida.

Começou a reviver pela éra dos sessenta. As principaes causas foram os ataques incessantes dos proprios partidos imperiaes contra o Imperador, e seu influxo pessoal. Como accusações e apodos vinham sem trégua, partindo successivamente de ambos os

lados, quando em opposição, occorria, praticamente, unanimidade de censuras contra D. Pedro II.

Após a crise trazida pela demissão de Zacharias, em 1868, a vanguarda liberal caminhou para a frente, formando o partido radical, e mesmo, os mais adeantados, constituindo um grupo republicano. Nunca mais cessou de se agitar, intrigar, e derruir as bases da instituição imperial. Nada mais tinham de fazer, do que apontar e bordar commentarios sobre os libellos formulados pelos monarchistas mais notorios.

Successivamente, fazendeiros, igreja, classes armadas viram-se feridos em seus interesses e seus melindres; desaffeição crescente ia tomando conta do terreno da fidelidade dynastica; o unico liame restante era a affeição, o respeito e a gratidão pessoal para com o monarcha.

Este não ligava importancia á vaidade ou á situação pessoal que pudesse ter. Mais de uma vez, manifestou quanto seu espirito era liberal, indo mesmo quasi aos limites do republicanismo. Nas vespersas da derrubada das instituições, o conde d'Eu repetia que a Familia Imperial nunca imporia suas opiniões á vontade livre da Nação.

O grupo positivista do Rio, no qual dois nobres pensadores, Miguel Lemos e Teixeira Mendes, estudavam cuidadosamente ambiente e acontecimentos, tinham por tal forma essa convicção, que, em 1888, appellaram para o proprio Imperador, concitando-o a se pôr elle mesmo á frente do movimento e o transformar em realidade. Foram o alvo de mófa, e para elles se endereçaram chufas ironicas. E, entretanto, elles tinham razão, tanto do ponto de vista sentimental, como do de pensamento politico. Nada os desmentia nas opiniões do Imperador e em seus methodos de governo; teria sido a solução verdadeira, real e scientifica do problema politico, evitando todos os inconvenientes da inexperiencia dos dirigentes improvisados em 1889.

Após seu apeamento do throno, D. Pedro teve occasião de revelar seu despreendimento absoluto do poder e de formas de governo: por sua ordem, os diplomatas imperiaes continuaram a re-

presentar o país, servindo e trabalhando pela Republica; mais de uma vez, consultado por amigos intimos e partidarios, respondeu que se o Brasil novamente o chamasse a serviço, voltaria a prestar ao país os frutos de sua experiencia, sem nunca mencionar como razão de recusa a differença de instituições.

De facto, a Republica, em sua Constituição, deu a melhor das respostas á critica unanime dos partidos monarchicos quanto ao Imperador, no tocante ao seu muito accusado e malsinado poder pessoal, o Poder Moderador. Em nossa pratica real, não serão os limites dos poderes presidenciaes um alargamento, systematizado e organico, embora benefico, do poder pessoal de monarcha?

Em summa, o Imperio não caíu em virtude do ataque levado ao throno pelos republicanos: caíu, porque não encontrou defensores em seu ultimo momento.

Vindo das profundezas de nossa historia, no periodo critico, o combate foi mantido pela desaffeição generalizada dos fazendeiros, dos catholicos e especialmente do cléro, e das forças armadas nacionaes; pelo menos, entre as minorias audazes da sociedade, aptas e decididas a imporem sua vontade.

Nos ultimos momentos, Benjamim Constant Botelho de Magalhães tornou-se o leader moral do movimento. Deodoro foi a força real e o instrumento promotor da realização. Floriano Peixoto, comtudo, teve o papel mais importante, pois elle consolidou e tornou definitivo o regime, que estava sendo dissolvido e desintegrado pelas gestões inhabeis de seus predecessores.

A fatalidade historica, *ἀνάγκη* eterna, havia pronunciado o destino da monarchia.

De 1889 a 1894, tal foi a vida do país; e ao nome de Floriano está inseparavelmente ligado o triumpho da formula nova. Ainda presidiu á eleição de seu successor, um civil, o senador Prudente de Moraes, cuja escolha só foi possivel porque seu predecessor havia trabalhado e soffrido e sacrificado sua saúde até ficar mortalmente ferido, para assegurar a victoria da Constituição Republicana.

Havia começado uma éra nova da historia do Brasil.

CAPITULO XV

Reconstrucção

O pavilhão republicano victorioso pannejava sobre o campo de batalha; este, entretanto, estava coberto de ruinas, de mortos e de feridos.

Enterrar os mortos, cuidar dos que soffriam e reconstruir a cidade, tal era a missão do governo civil. Tarefa esta das mais difficeis e complicadas. O senador Prudente José de Moraes Barros, que havia presidido a Constituinte com autoridade nunca discutida, e seguido rumo identico como vice-presidente do Senado Federal, fôra escolhido e eleito para essa incumbencia, que bem merecia ser chamada de herculca.

206. Eleição presidencial de Prudente de Moraes. — Em primeiro lugar, cumpria restaurar a paz. Não era sómente questão de estancar o sangue que corria; o lado moral do problema era o mais importante: a guerra civil havia barbarizado o país, dividindo aos brasileiros em dois campos inimigos, e tornando permanente o odio entre os adversarios. Desviava para lutas estereis e ferozes, recursos e vidas duramente reclamados pela obra restructora.

Mas a revolução havia criado uma mentalidade especial, que sobreviveu ás hostilidades. Os combatentes, quer as forças regulares, quer os voluntarios, consideravam-se como heróes, apóstolos de um credo politico, agentes unicos do triumpho da nova fé. Emquanto a batalha ia travada, tal psychologia poderia ser comprehendida. Cessando, todavia, ao invés de voltar aos niveis antigos,

tal feição espiritual ainda permanecia em armas, mobilizada, por toda parte enxergando "inimigos da Republica", julgando tudo segundo metros formados pelos dias de perturbação. Para muitos delles, o tempo havia parado na contenda revolucionaria, e não consentiam em que o passado fosse o passado, e em que o que lá fosse, lá tivesse ido.

Embora Floriano não pareça ter directamente intervindo nessas manobras eleitoraes, os grupos mais chegados a elle, entre seus intimos, tentaram perturbar a tomada de posse de presidente novamente eleito; para isso, dirigiram-se aos officiaes commandantes nos Estados, e ás influencias locaes, consultando-os se seria prudente e aconselhavel dar-se a posse, emquanto os disturbios duravam. Daí resultou uma repulsa geral da tentativa; mas, ainda no dia da posse marcado pela Constituição, a 15 de novembro de 1894, tanto boato era posto em circulação, que no país inteiro reinava intranquillidade geral.

A melhor prova de que o vice-presidente nunca pensou seriamente em tal golpe, está no proprio facto de sua retirada do poder: não o quisesse elle, e lhe sobriariam força e recursos para ficar no governo.

207. **Hostilidade do Exercito.** — É facto, entretanto, que Prudente era mal visto pelo Exercito, contra elle reinando desconfiança hostil. Esse paisano, tomando em suas mãos o poder, fruto dos esforços e dos sacrificios dos militares, visava talvez as forças armadas dos beneficios de seus trabalhos. Que iria elle fazer? Como se comportaria em face dellas? Continuaria o rumo de seu predecessor, ou tentaria desfazer sua obra? Um amigo, ou um adversario dos officiaes e dos soldados? Não fôra elle o antagonista de Deodoro na primeira eleição presidencial, em prol dos civis contra os militares?

Por seu lado, portanto, a expectativa era positivamente mal-intencionada, e nada promettia de bom.

O Manifesto Inaugural de Prudente acalmou um pouco essa má vontade, mas a idéa de uma pacificação, exigencia geral e indispensavel de todos os pontos de vista, era suspicazmente rece-

bida no Rio Grande do Sul, onde odios reciprocos haviam marcado indelevelmente os dois campos oppostos, e, fóra do Exercito legal, as forças mobilizadas de voluntarios; pois em taes unidades de patriotas muito influia o soldo dobrado, recebido por serviços de guerra.

Todos esses fermentos perturbadores iam reflectir-se no Rio, e o centro da agitação desordenada era a Escola Militar, e tanto mais quanto, nos dias de Floriano, sua disciplina se tinha relaxado, faltando-lhe qualquer orgão de commando acatado, combatendo como homens, e pouco desejosa, já agora, de se submeter á virga ferrea dos regulamentos.

Em março de 1895, taes excessos commetteram seus alumnos, que o governo se viu obrigado a punir severamente os jovens estudantes, desligando-os da Escola e distribuindo-os como praças de pret pelos corpos, nos diversos Estados, e procedendo do mesmo modo quanto aos officiaes.

Estava a paz sendo discutida e negociada com os revolucionarios vencidos, ainda em armas, entretanto, e a 21 de agosto foi assignada. O Congresso votou uma amnistia destinada a permittir que o tempo exercesse sua obra calmante, e a deixar que o esquecimento e o recuo para o passado curasse as feridas de toda sorte causadas pelas hostilidades, encerradas de vez.

Nesse rumo, grande progresso foi realizado, mas acirrou contra o presidente civil larga massa de gente infeccionada pelo virus partidario, que só enxergava um modo unico de solver o caso: esmagar e extirpar da superficie da terra todos aquelles que dissentiam da opinião da maioria dos defensores da legalidade. A acção pacificadora do tempo, comtudo, foi aos poucos fazendo baixar o nivel da exaltação desses extremistas.

A Marinha, abatida pela derrota transitoria do elemento legal, sentia-se fundamente ferida pela preeminencia conferida ao Exercito, victorioso nos campos de batalha e pretendia que, de modo geral, era por demais olvidado o facto de que o golpe final na esquadra insurgente fôra dado pela propria Marinha, por intermedio do torpedeamento do *Aquidaban* pelos destroyers da força legal.

208. Restabelecimento da ordem. — Ia restabelecendo-se a ordem na administração. Desde 1889, a desordem fôra a regra; como poderia ser de outra forma, em meio dos tumultos incessantes? A situação revelava-se ainda mais grave do que se supusera. Um dos mais nobres serviços do ministro da Fazenda de Prudente, Rodrigues Alves, foi desbravar o terreno de todos os erros financeiros que atravancavam a missão do novo governo: era o começo do saneamento e da convalescença do país.

Melhoraram os negocios internacionaes. Reatarem-se as relações com Portugal, graças aos bons officios da Inglaterra. A questão fronteiriça com a Argentina foi solvida pelo laudo arbitral do presidente Grover Cleveland, que reconheceu e proclamou a procedencia da causa do Brasil. Verdadeira ansia por terminar nossas duvidas sobre limites apossou-se de nossa terra, e nunca mais cessou até que todas se vissem resolvidas.

Com motivos dobrados agora, pois em 1896 dois pontos do territorio nacional haviam sido invadidos: pela França, a Norte, na região contestada da Guyana brasileira; pela Inglaterra, na ilha da Trindade. A Grã-Bretanha, ao receber as provas do direito do Brasil sobre esta ilha, nobremente o reconheceu e se retirou. Com o governo francês, se chegou a um entendimento, pelo qual se sujeitou toda a controversia ao arbitramento do Governo Suisso. Um espirito novo de habilidade, de solidariedade continental e de cooperação foi inaugurado, sob a direcção competentissima de um grande ministro das Relações Exteriores, Carlos Augusto de Carvalho.

Malgrado todos esses symptomas de convalescença, e mesmo da prova dos factos de que os dias mais sombrios estavam ultrapassados, novos e grandes obstaculos surgiram em principios de 1897.

Prudente adoecera em novembro de 1896, a ponto de se duvidar se resistiria ao mal que o atacara. O vice-presidente, Manuel Victorino Pereira, assumiu o governo, pensando, talvez, que terminaria o quadriennio, e, muito naturalmente, quis seguir suas proprias idéas e planos.

Em muitos pontos, no entanto, não concidiam taes normas com as do presidente; como este, curado e inteiramente restabelecido, após quatro meses de ausencia, voltasse apressadamente a reassumir suas funções, o modo inesperado pelo qual agiu deu origem ao desentendimento que, desde então, reinou nas relações ente os dois magistrados. Agira Prudente talvez com demasiada precipitação, ao regressar em março de 1897, para reencetar a tarefa interrompida; disso se ressentiu Manuel Victorino, que dentro em pouco se tornou chefe da opposição que ensaiava seus primeiros passos no ataque ao presidente.

209. **Fanatismo sertanejo.** — Ao mesmo tempo, em março, uma força federal enviada ao sertão bahiano para dispersar um reducto de fanaticos que perturbavam a tranquillidade da zona, foi derrotada deixando suas armas em poder delles. De Norte a Sul, o país estremeceu, pois tal desastre nunca fôra tido por possível, e, logo, de acôrdo com a mentalidade reinante, nisso se viu uma conspiração dos "inimigos da Republica", amparada por monarchistas, sonhadores de uma restauração.

No Rio, quasi se deu uma insurreição, que ameaçou as vidas dos mais notorios dos chefes imperialistas, e terminou pelo assassinio de um conhecido partidario da monarchia, o coronel Gentil de Castro.

Em realidade, nada havia nesse sentido. A população do interior é uma mescla de gente ignorante, misturada com mestiços oriundos de indios e de escravos africanos. Seguem um christianismo *sui generis*, no qual o dogma catholico vem entremeado de crendices e de praticas proprias das tribus do Continente Negro, estranhamente alterado por verdadeira idolatria pagã e cerimoniaes supersticiosas de toda sorte.

Em varias occasiões, desde a Independencia, esta psychologia peculiar a essa tendencia desordeira tem vindo a lume. Começa, geralmente, por um penitente, a se arrepende de suas faltas ou de seus crimes passados, que vae para o ermo a purgar suas culpas reconhecidas levando uma vida mais pura. Se esse como que exilado religioso, entretanto, fôr homem sem luzes, pôde acon-

tecer-lhe transformar-se em apóstolo de uma crendice nova, muita vez contraria á moral e ao bom senso. Nos dias das Regencias, no Ceará, um individuo desse jaez, um sacerdote chamado Antonio Manuel de Sousa, em 1831, causou grandes males. Na éra dos setenta, no Rio Grande do Sul, se formou uma seita criada por uma familia alemã, chamada Maurer, velhos colonos, que taes desmandos praticaram, que, em 1874, houve mistér de enviar força de linha contra elles, os chamados *muckers*. Quando, nesse mesmo anno, foi posta em vigor a lei, de dez annos anterior, sobre a obrigatoriedade do systema metrico, turbas ignorantes, os intitulados *quebra-kilos*, provocaram disturbios bastante sérios, quebrando amostras ou exemplares das novas medidas enviadas officialmente ás autoridades; acharam igualmente gente do mesmo nivel intellectual para os guiar. Ultimamente, de 1912 a 1915, no Paraná e em Santa Catharina, levantes muito graves foram provocados por intitulados *monges*, do mesmo ambiente de formação e qualidade. De tempos a tempos, explosões do mesmo fanatismo vêm nos surprehender.

Um velho fazendeiro do Ceará, tendo soffrido grandes perseguições por parte de chefetes e autoridades subalternas locaes, fugiu após ter assassinado um de seus atormentadores; refugiou-se no sertão da Bahia. Alli, vivendo de esmolas, vagueava de fazenda em fazenda, demorando-se por vezes mais um pouco em arraiaes ou villas sertanejas, fazendo actos de contricção publica pelos seus peccados, prégando a ouvintes benevolos e absolutamente ignorantes, appellando para todas as boas vontades afim de se construirem capellas e oratorios.

Delle se não pôde dizer que fosse inteiramente são de espirito; sua doutrina era uma extraordinaria mistura de christianismo primitivo, absurdos supersticiosos, odio e revolta contra todas as autoridades, como consequencia do que a suas mãos havia soffrido. Era mais um caso moral, passivel de intervenção ecclesiastica, paciente e fraterna, para conduzir ao aprisco ovelhas desgarradas, ou talvez um exemplo de tratamento psychologico ou mesmo psychiatrico, do que uma occasião de proclamar qualquer indole ou motivo politico.

As turbas que se ajuntavam em torno de Antonio Conselheiro, tal era seu nome, manifestavam méro fanatismo, instinto gregario, tendencia innata a obedecer e seguir um guia, mercê de sua fé illimitada em seu chefe. Vínham multidões dos sertões mais remotos do Estado, ou mesmo dos Estados vizinhos, afim de verem, ouvirem e trazerem o testemunho de sua fé cega no super-homem que adoravam.

Vindo a idade, Antonio Conselheiro passou a ter vida mais sedentaria, e formou em Canudos uma larga cidade de caféas, na qual milhares de seus sectarios viviam em promiscuidade e em ajuntamento illegal. Desordem, quer moral, quer legal, era regra tolerada, e mesmo desculpada, pelo chefe. Tantos eram os roubos, violações de propriedade ou de leis, diariamente commettidos, que o governo da Bahia se viu forçado a intervir para reprimir a anarchia.

Muitas expedições foram mandadas para restaurar a lei e a ordem, e apagar tal centro de inconducta. Missionarios haviam sido repellidos. Pequenas escoltas policiaes tinham sido forçadas a retroceder, embora a ultima constasse de um pequeno destacamento militar federal. Um grande erro, sempre o mesmo, consistia em que as autoridades menoscabavam o valor e as difficuldades da missão.

Em 1896, após a derrota da columna commandada pelo major Febronio de Brito, resolveu-se enviar uma tropa bastante forte para dar cabo do nucleo de disturbios e de illegalidades constituido pelos milhares de sequazes do Conselheiro. A expedição destruiu a resistencia dos fanaticos, occupou seu reducto como fôra ordenado. No fim da luta, entretanto, uma bala matou o chefe militar, o coronel Moreira Cesar. Seus assistentes não possuíam grande valor combatente, do ponto de vista technico; explodiu um panico, e uma derrota serissima occorreu. A consequencia desse facto, inteiramente fortuito, foi crescer o prestigio do Conselheiro de modo inaudito, e augmentar o numero de seus soldados por milhares. Ademais, armas, munições, e petrechos de toda sorte haviam sido apprehendidos em quantidades immen-

sas na fuga da columna derrotada, no panico a que ella tinha cedido.

Oão a medida precisa da tensão nervosa da opinião publica no Rio, e de sua exaltação, os tumultos da Capital em 1897, quando, em março, se espalharam as novas dos successos desastrosos.

Para o homem da rua, atrás dos sertanejos de Canudos suspeitavam-se poderes mais fortes e recursos mais temiveis, e todos esses acontecimentos surgiam aos olhos da população do país como uma vasta conspiração urdida com o fito de restaurar a monarchia. Maior erro não era possível commetter, mas era geralmente acreditado; inspirava e dirigia todas as resoluções, e explicava a emoção reinante na Capital.

Mais do que nunca, agora devia e tinha de ser derrubado o adversario. Tomaram-se as necessarias providencias, e, a 5 de outubro de 1897, Canudos foi expugnado, após um assedio longo e cruento. No intervallo, porém, graves acontecimentos haviam occorrido.

Mais uma vez, a Escola Militar se havia amotinado, e teve de ser dissolvida. A opposição, que tinha crescido, fez junção de todos os seus elementos, unindo aos descontentes de todos os matizes. No Congresso, os representantes dos Estados do Sul, onde a revolta mais se havia desenvolvido e onde as paixões estavam mais accesas, eram conniventes com os deputados militares, e outros elementos exaltados, com o fito de formarem um grupo faccioso, intolerante e aggressivo, quasi equivalente em numero á maioria, não excedendo a superioridade a meia duzia de votos.

No Rio, a vida era difficil, cheia de apprehensões, como se estivesse em vista o advento de acontecimentos perigosos. A imprensa partidaria acirrava os espiritos para a violencia, e uma explosão era coisa possível por qualquer lado. O ambiente mostrava-se pesado; ameaças e previsões de successos graves dominavam o país.

A 5 de novembro de 1897, Prudente fôra, ao antigo Arsenal de Guerra, receber tropas que voltavam de Canudos. Um soldado o atacou, tentando assassiná-lo. Na luta, o presidente foi de-

fendido e escapou do perigo, mas o ministro da Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt, caiu mortalmente ferido na defesa leal de seu chefe, e um official superior, mais tarde general e marechal Luis Mendes de Moraes, foi gravemente esfaqueado. Ambos haviam nobremente cumprido seu dever, protegendo a pessoa do presidente.

A impressão causada por esse attentado criminoso foi tremenda. A semente de violências provinha da campanha politica, que caíra em terreno fértil em desenvolver ou criar elementos de execução para qualquer plano de loucura. Moralmente, os exageros e excessos da opposição parlamentar, bem como das falhas de partido, eram responsáveis por essa explosão da atmosphera incendiaria: nesse meio, haviam os conspiradores nascido, movido e bebido sua exaltação.

Foi além, entretanto, o odio partidario, e accusou como cúmplices no crime os proprios chefes e membros proeminentes da opposição. Nada disso se pudera provar. Mas foi o bastante para sellar a sorte do partido contrario: todo o mundo fugia e evitava intimidades de gente capaz ou suspeito de mesmo admitir methods tão desprezíveis. O ultimo anno da presidencia foi calmo, e Prudente teve a ventura de solver um problema mais, e de importancia capital, a reorganização financeira do país.

210. Reorganização financeira. Campos Salles, presidente. — Já Rodrigues Alves havia aplainado a estrada para tal operação, evidenciando a situação e o verdadeiro estado do Thesouro, quasi desesperador. Em março-abril de 1898, firmou-se um acôrdo com portadores estrangeiros de titulos do Brasil, com o fito de capitalizar os que seriam suspensos durante tres annos, prazo no qual o orçamento se prepararia com os elementos precisos para fazer face aos encargos novos. Esse plano de capitalização, o *funding-scheme*, se deve ao *London & River Plate Bank*, através seu emissario Mr. Tootal, que o apresentou ao presidente Moraes, a seu ministro da Fazenda Bernardino de Campos, bem como ao presidente eleito, Manuel Ferraz de Campos Salles, então na Europa, o qual interveio pessoalmente nas negociações e

assegurou sua cooperação no executar essa politica durante sua propria administração.

A 15 de novembro de 1898, Prudente finalizou seu governo, e retirou-se abençoado pela nação; começou a presidencia de Campos Salles. Sua idéa capital era a reabilitação financeira do Brasil; a essa tarefa dedicou os seus melhores esforços, bem como os de seu grande ministro da Fazenda Joaquim Murinho.

Não era sómente o plano capitalizador, o *funding* como era habitualmente chamado, que tinha de ser cumprido: uma série de medidas complementares deviam ser postas em pratica para fortalecer os renditos e assegurar recursos para attender aos pagamentos differidos pelo plano salvador, mas tambem para satisfazer ás exigencias crescentes impostas pelo desenvolvimento brasileiro. Colhia elle, na paz, o que seu predecessor semeara no soffrimento e na luta. Ordem e tranquillidade reinavam por toda parte. Energias naturaes de trabalho e de progresso iam melhorando condições, e o restabelecimento já estava á vista do país.

Os negocios internacionaes proseguiam segundo as normas costumeiras nossas, de sinceridade, boa fé e ponto de vista commum do continente. Mais uma vez, recorreu-se ao arbitramento para se liquidar o dissidio anglo-brasileiro da Guyana. Deram-se os primeiros passos para a confecção de um Codigo Civil. Progredia geralmente a economia por todos os departamentos da administração publica. Cresceu nossa intimidade com a Republica Argentina, activada pelas visitas reciprocas dos dois presidentes. O trafego das nossas vias-ferreas officiaes sempre fôra grande onus financeiro para o Thesouro: organizou-se um plano, visando a transferencia desse custeio para o esforço particular. O laudo arbitral suiso deu ganho de causa ao Brasil, na contenda com a França quanto á Guyana brasileira.

Uma grave crise, em 1900, ainda consequencia de erros passados, havia ameaçado os bancos e poderia ter posto em perigo a execução do *funding*. Foi solvida com energia, por meio de leis de emergencia, e o plano capitalizador foi tendo desenvolvimento desimpedido.

A missão era difícil para o governo, e dura para o contribuinte. Tinha de ser supportada, entretanto, como dever de honra; e foi rigorosamente levada a cabo. Dentro nos prazos contractuaes, o Brasil retomou regularmente a normalidade dos pagamentos de seus compromissos. De taes aperturas financeiras haviam surgido attritos e disturbios, mas tudo o país tolerou para se saír virilmente de sua prometida reabilitação.

211. Eleição presidencial de Rodrigues Alves. — De todos esses sacrificios resultou uma revivescencia economica, e as consequencias se fizeram sentir, quando, a 15 de novembro de 1902, subiu á presidencia o novo magistrado eleito, Rodrigues Alves. A cura fôra completa, e o país podia supportar novos encargos, destinados a fomentar suas potencialidades. Declarou o Chefe do Estado que esse seria seu programma, e, para tal fim, escolheu auxiliares competentes.

Pela primeira vez, a Marinha teve um ministro, o almirante Julio de Noronha, sabedor do que tinha de fazer, um chefe a par de um administrador. As finanças foram entregues ás mãos capazes de Leopoldo de Bulhões, cuja gestão admiravel teremos de resumir ao revistar a tarefa realizada nesse quadriennio. O desenvolvimento material dos portos, das vias-ferreas e dos recursos naturaes do país, obedecia á direcção habil de Lauro Müller. A elle tambem, em parte, como ao Prefeito Municipal Pereira Passos, ficara devolvida a incumbencia de transformar o Rio de Janeiro e fazer da velha cidade colonial uma capital moderna. A saúde publica, um dos capitulos essenciaes do programma do presidente, foi entregue á chefia de Oswaldo Cruz, com liberdade plena de acção para realizar o saneamento local, sem estorvos oriundos das exigencias eleitoraes dos politicos, e com recursos bastantes para as obras indispensaveis, e eram vastissimas.

Tinha de combater a febre amarella, a variola e a peste bubonica. Iniciou sua missão com um programma definido. Formou-se uma opposição fortissima, que criou um ambiente de hostilidades movidas principalmente por um grupo de politiquei-

ros e de officiaes inspirados pelo velho ideal de ditadura militar. Rodrigues Alves, calmamente, mas sem restricções, cumpriu seu dever, e repelliu todas as ameaças e pretensas intimações; enviou forças contra os amotinados e suffocou a revolta armada. Seu programma era sustentar e assegurar o plano de acção sanificadora de Oswaldo Cruz. Havia perfeitamente comprehendido que os tumultos contra este plano de melhoramentos eram simples pretextos para a subversão do governo legal, e agiu em consequencia. As perturbações da ordem foram dominadas. Os melhoramentos e as directivas sanitarias foram mantidos, e, ao termo de sua presidencia, pôde o presidente apontar para a extincção da febre amarella e da peste, bem como para a diminuição da variola, como resultados de sua persistencia energica no prosequimento das directrices iniciaes.

Todos esses progressos constantemente realizados, comtudo, visavam sómente melhorias materiaes, necessidades intrinsecas a satisfazer, e só indirecthamente reflectiam sobre as conveniencias geraes do Brasil e da America do Sul, no estrangeiro. No theatro internacional, as coisas assumiram aspecto outro, e perspectivas graves se abriam aos olhos de quem as encarasse.

212. Questões fronteiricas. — No centro do continente, na fronteira da Bolivia com o Brasil, se estava formando tormenta ameaçadora. O tratado existente entre essas duas nações, assignado em 1867, havia definido o limite nessa região; existiam divergencias sobre este ou aquelle ponto de detalhe, sem alcance de valor, porém, sobre a significação geral do problema.

A linha geographica nelle mencionada corria através de matas densissimas, da floresta equatorial primitiva, na qual a borraça e o caucho se encontravam em abundancia. As exigencias mundiaes crescentes quanto á gomme elastica tinham levado á invasão desse districto, rico de plantas valiosas; e, como do lado boliviano o accesso era difficil, emquanto do lado brasileiro nenhuma difficuldade especial vedava o addito aos immigrantes, foi sendo povoado por brasileiros, do Nordeste principalmente.

Ninguém se occupava delles; agiam por si sós, mediante um arremedo de organização governativa.

A Bolívia, como era naturalissimo, tentou affirmar seus indiscutidos direitos sobre essa região; fê-lo a principio desageitadamente, o que levou a combates repetidos, por tres vezes até 1902. Praticamente, o territorio era independente, recusando-se a respeitar as autoridades legaes bolivianas, e sendo brasileira quasi toda a população local; esta exigia sua reunião ao Brasil, enquanto o Governo Federal se recusava energicamente a formular qualquer titulo para intervir em uma zona, positivamente reconhecida como pertencente a uma outra nação.

Não possuía a Bolívia meio nenhum de tornar respeitada sua autoridade, e, em desespero de causa, recorreu a uma concessão, arrendando com direitos quasi soberanos todo o territorio a uma Companhia de Carta norte-americana.

A impressão causada, na America do Sul inteira, por tal passo, foi immensa, e principalmente nos países vizinhos da provincia cedida. O Brasil dominava os caminhos de acesso á região do Acre; de sua vontade, dependia ser ou não viavel a concessão. Sentiam-se ameaçados os interesses, tanto do Brasil como de toda a America do Sul, do facto de se implantar em nosso hemispherio o lamentavel systema das companhias *chartered*, causa da desintegração da Africa e da Asia, e por ser facil prever as complicações e os conflictos sem fim que decorreriam de tal passo inicial.

A população desenfreada do Acre, indifferente á lei e aos tratados, declarou que não se submeteria á solução premeditada, e começou a se armar. O governo boliviano mandou uma expedição militar para esmagar a insurreição, mas o Brasil ponderou á nação amiga que tal providencia o não poderia deixar impassivel, á vista da hecatombe de seus patricios, e levantou a questão da interpretação dos tratados. Tropas foram sendo aprestadas, para defenderem a vida dos brasileiros que se haviam estabelecido naquelle districto da fronteira do Acre.

Tal era o grave problema, vital para a America do Sul inteira, que se havia posto ante a nossa Secretaria de Estado.

213. **O Barão do Rio Branco.** — Para o posto de ministro das Relações Exteriores, tinha Rodrigues Alves convidado o defensor victorioso dos direitos de nossa terra nos dois arbitramentos de Missões e da Guyana franco-brasileira, respectivamente solvidos pelos laudos do presidente Grover Cleveland e do Governo Suisso: o barão do Rio Branco.

Por sua habilidade, seu senso das realidades e seu tacto diplomatico, logrou o grande chanceller fazer um instrumento de paz e de solidariedade sul-americana, daquillo que era em realidade uma das mais perigosas conjunturas internacionaes do continente. Ao mesmo tempo, removia o precedente ameaçador de se installar no centro da America do Sul, uma Companhia de Carta, com poderes quasi soberanos, commercial em seus intuitos mas que, fatalmente, derivaria para uma organização politica internacional. A lição africana não fôra perdida.

Por isso, adquiriu os direitos da Companhia e sua desistencia da concessão boliviana. O tratado de 17 de novembro de 1903, negociado ulteriormente com a Bolivia, solveu o caso por uma permuta de territorios e outras compensações. Foi um triumpho e um serviço a toda a Sul-America, maior ainda, quiçá, do que as duas victorias de Missões e do Amapá.

Começou, então, a mais brilhante phase da diplomacia brasileira, de 1902 a 1912, sob os auspicios de Rio Branco, cujo consulado se prolongou por quasi um decennio, sob quatro presidentes de Republica.

Embora o Brasil tivesse envidado seus melhores esforços para chegar a acôrdo com seus vizinhos acerca de duvidas de fronteiras, não pudera o Imperio fazer mais do que solver as mais simples e desbravar a estrada que conduziria á liquidação das demais. Desde a proclamação da Republica, haviam continuado as mesmas iniciativas, mas, desta vez, com resultados beneficos quanto aos dois casos já mencionados, e, um pouco mais tarde, no caso da Italia que, como arbitro, proferiu sentença no dissidio anglo-brasileiro da Guyana.

Taes eram, de facto, as questões mais importantes para nós. As duas primeiras, de principio a fim, eram o fruto da immensa superioridade de Rio Branco no conhecimento dos problemas e dos recursos. O ultimo, dirigido por Joaquim Nabuco, não nos proporcionou tudo quanto estavamos convencidos nos pertencer; não foi falta do negociador, entretanto, sim da doutrina que, mais de uma vez, a Italia declarou seguir: de que, nos arbitramentos, além das considerações juridicas, ha tambem um lado politico.

Levou mais longe sua actividade, o grande secretario de Estado e, ao morrer, a 11 de fevereiro de 1912, nenhuma questão litigiosa deixou de pé sobre lindes nossos, salvo em minucias dependentes de exploração local dos terrenos e de discussões anistosas: todas haviam sido objecto de debates cordiaes e de soluções de acôrdo, e nada mais restava do que locar nos chãos o limite fixado.

A velha e tradicional politica do Brasil sobre solidariedade continental e amizade entre as nações americanas, foi levada a suas consequencias extremas. A Conferencia Pan-Americana do Rio de Janeiro de 1906, embora a terceira no tempo, foi realmente a primeira a seguir normas praticas e efficientes, desenvolvidas ulteriormente em Buenos Aires, em 1910, em Santiago, em 1924, e na Havana, em 1928.

O arbitramento, como processo solvedor de quaesquer divergencias entre as nações, é para o Brasil como que uma religião internacional, e seu maior interprete foi Rio Branco. Quando tomou conta da pasta do Exterior, só dois desses tratados existiam, com o Chile e a Argentina, ambos celebrados pelos governos republicanos. Elle promoveu a assignatura de mais vinte e nove, no intuito de prever todos os casos possiveis de divergencia.

Nossos tratados sobre limites com o Uruguay, assignados em 1851-52, foram pela iniciativa de Rio Branco revistos e modificados de modo a torná-los mais liberaes para com a Republica vizinha.

Essa tendencia geral, ainda manifestada annos após o termo do periodo presidencial de Rodrigues Alves, teve sua origem na

escolha de Rio Branco para ministro, e já o citámos antecipadamente para demonstrar a unidade da acção que desenvolveu.

As consequencias desse methodo de governo se provam pelos numeros-indices e por factos, que se devem comparar com os demais, tomando como limites 1889, 1894 e 1904.

O commercio geral cresceu de 532.900 contos em 1889, para 942.585 contos em 1894, e 1.288.955 contos em 1904. O cambio seguiu a mesma ascensão progressiva durante o governo de Rodrigues Alves: 23 13|16 - 27 3|4; 10 3|32, em 1894; e 12 7|32 em 1904 e 16 3|64 em 1906. Os titulos internos de 5 % contavam ao par, com differença minima.

A obra de reconstrucção estava completa.

Apesar de todas essas admiraveis victorias em todos os departamentos de sua acção, através de seus ministros, Rodrigues Alves não era popular entre os politicos, embora fosse fundamentalmente querido e admirado pela nação. Fôra um monarchista, e, como tal, suspeito, ou, pelo menos, tido por heterodoxo pelas vestaes da fé republicana.

Contra elle, S. Paulo tinha dois motivos de resentimento. Por causa de uma crise de super-produccão de café, havia sido posto em discussão um plano de intervenção no mercado, que os tres Estados de S. Paulo, de Minas Geraes e do Rio de Janeiro sustentavam, e que envolvia duas graves questões: a valorização do café, a estabilização da moeda. Em ambos os casos, Rodrigues Alves dissentira, declarando que o primeiro era um expediente infeliz de especulação, e que o segundo, como fôra planejado, não passava de uma heresia economica. A segunda causa de divergencia era a candidatura sustentada por S. Paulo para succeder a Rodrigues Alves: Bernardino de Campos, recusado pela maioria dos Estados mais influentes, teve de se retirar ante a hostilidade da maioria das forças politicas, acórdes em escolherem Affonso Penna; o presidente era injustamente accusado de haver desertado a causa do estadista paulista.

214. Eleição presidencial de Affonso Penna. — A 15 de novembro de 1906, Affonso Penna subiu ao poder.

Homem de bem e capaz, suas preocupações dominantes eram de ordem económica. Seu espirito estava fundamente e justamente impressionado com os graves perigos e difficuldades impostos á producção geral do país pelas fluctuações violentas e bruscas do cambio, não consentindo uma base estavel á organização do trabalho. Por esse motivo, fez da estabilização das taxas cambias sua grande méta de governo; fundou a Caixa de Conversão, que recebia ouro a uma taxa fixa e emittia certificados de ouro, utilizados como moeda corrente e reembolsaveis em metal e á vista. Graças a isto, o meio circulante tinha valor fixo, o que em muito auxiliava o desenvolvimento da producção.

O Exercito foi reorganizado e melhorado; assim tambem o departamento da Marinha, que recebeu novas unidades de combate, e encomendou couraçados de typo poderoso e novo. A réde ferro-viaria cresceu e attingiu um total de 21.467 kilometros em 1910. Uma grande e realmente notavel Exposição Nacional abriu-se em 1908, e revelou a todos, inclusive aos brasileiros, quanto a industria nacional havia progredido.

Esforço immenso estava sendo feito para melhorar as condições economicas do país e a essa tarefa Affonso Penna dedicava o melhor de sua intelligencia e de sua experiencia. Como consequencia, o balanço da producção mostrava constantes melhorias e progressos.

Do ponto de vista politico, esse periodo presidencial fechou uma phase de nossa historia. Até então, os presidentes haviam sido escolhidos pelos seus meritos pessoais e por seus serviços. Os quatro presidentes civis, de 1894 em deante, haviam sido grandes cidadãos, com uma longa lista de prestimos valiosos ao serviço publico. Seus nomes symbolizavam um passado de honra, de trabalho e de dedicação ás exigencias nacionaes.

Novo elemento surgia agora: a preocupação de partido, ou antes alvos eleitoraes girando em torno de pessoas, e a prevalecerem acima dos interesses da communhão. Infelizmente, grande parte

da responsabilidade dessa transformação era devida ao proprio Afonso Penna, por uma tal ou qual teimosia em seus propositos e por uma energia insufficiente em rebater exigencias inopportunas, aparentemente sustentadas pelo Exercito.

O marechal Hermes Rodrigues da Fonseca havia sido um bom ministro da Guerra, e quantos conheciam suas qualidades moraes e pessoas, a bôa obra reorganizadora posta em pratica em sua pasta, olhavam para elle com sympathia. Ainda se não sabia então quanto era o marechal incapaz de resistir a influencias externas, pela fraqueza de seu coração bem intencionado, mas ansioso por servir a todos. Um dos problemas essenciaes do Brasil era, e ainda é, construir sua defesa militar, no mar como em terra, e nelle centralizavam as esperanças geraes de ser o homem fadado e capaz de realizar tal missão.

A idéa do presidente Penna, entretanto, era differente: queria ter por successor o seu ministro da Fazenda, David Campista. Os meritos deste digno brasileiro eram de primeira plana, mas não era elle o homem que as forças politicas dominantes teriam escolhido como o mais apto para vencer as difficuldades do momento.

Penna insistiu, talvez com certa imprudencia, e começou, sem grande tacto nem habilidade, a organizar forças, no Congresso e nos Estados, visando vencer para seu candidato as opposições que accumulavam e intensificavam obstaculos a semelhante escolha.

Deram começo esses adversarios a trabalhos de reunião e de organização. Com alguma relutancia, a principio, vencida depois pelas necessidades da situação, o nome do marechal Hermes foi acceto para lutar contra o de David Campista. O ministro da Guerra pediu exoneração do cargo, declarando que seus amigos exigiam d'elle o cumprimento desse dever.

Não era Penna um homem forte, nem physicamente, nem para lutas moraes. Meigo, affectuoso, e bom, já havia ultrapassado os sessenta annos; nunca soffrera embates hostis e graves, e não estava acostumado a ser contradito ou vencido em seus intuitos. Extremamente sensivel, e de coração bonissimo, viu nesse factio um abandono de seus amigos de sempre. Com poucas semanas de ia-

terrallo, outro golpe terrível o feriu: perdeu um filho querido, no qual havia posto suas esperanças e seus affectos. Não pôde resistir a esse duplice golpe moral: fraqueou e succumbiu.

215. Nilo Peçanha, vice-presidente, no exercício da presidencia. — A 14 de junho de 1909, o vice-presidente Nilo Peçanha lhe succedeu, para finalizar o periodo presidencial.

Fôra eleito na mesma chapa com Penna, sendo elle então presidente do Estado do Rio de Janeiro. Possivelmente pouco familiarizado com os negocios federaes, sua intelligencia vivissima lhe permittia supprir o que faltasse em experiencia; aprendia instantaneamente, por méra outiva. Chamando a seu lado ministros de alta valia, e conservando os antigos titulares das pastas das Relações Exteriores e da Marinha, Rio Branco e Alexandrino de Alencar, aprestou-se a tirar a efficiencia maxima do prazo de dezeseete meses de governo que lhe restava. Conseguiu seu intuito, pois sua administração foi de facto brilhante.

Criou-se um ministerio novo, o da Agricultura; sob a direcção de seu primeiro occupante, foi organizado com maximo cuidado. Os couraçados novos, construidos na Inglaterra, chegaram no Brasil, e aqui causaram grande enthusiasmo na Marinha, na qual uma esquadra novamente equipada com unidades correspondendo aos ultimos progressos technicos correspondia aos desejos intimos da officialidade. As finanças, mais uma vez dirigidas pela competencia de Leopoldo de Bulhões, offereceram as mais promissoras perspectivas. As obras publicas, sob a chefia de Francisco Sá, sentiram o influxo da visão superior e da experiencia de negocios publicos desse estadista; as seccas do Nordéste, periodicas e devastadoras, foram systematicamente estudadas afim de se organizar um plano de acção e de combate a suas tremendas consequencias; a observancia das providencias novas foi assegurada pela desenvolução normal de um programma de construcções e de investigações. A viação ferrea experimentou um largo impulso progressivo, e as obras portuarias melhoraram e se intensificaram.

Infelizmente, os tempos não eram calmos, e quasi beiravam pela revolta, o que immediatamente reflectiu sobre a administração.

Nilo Peçanha havia sido hostilizado por Affonso Penna, e, embora nunca houvesse retaliado, seus amigos do Estado do Rio eram presa de grande exaltação contra seus adversarios locais, que estavam de posse do poder. Situações analogas existiam em outros Estados. Mas, onde as correntes partidarias iam acirradas, como em S. Paulo e parte de Minas Geraes, a repercussão se traduziu no Congresso, formando-se aí uma larga e forte agremiação opposicionista, muito violenta, contra o candidato militar, e contra o governo accusado de proteger e favorecer a eleição do marechal Hermes.

O vice-presidente, ao contrario, havia sinceramente desejado acalmar a effervescencia do espirito publico, tanto mais quanto estava convencido de que um candidato mais qualificado houvera podido ser escolhido. Foram baldados seus esforços conciliatorios, e duas chapas contrarias tiveram de ser apresentadas ao corpo eleitoral, uma com o nome de Hermes, outra com o de Ruy Barbosa, o maior constitucionalista do Brasil.

Abriu-se a campanha com uma mudança administrativa. O ministro da Agricultura, Antonio Candido Rodrigues, era paulista, com uma longa folha de serviços ao Estado e á União, trabalhador competente e esforçado, que, ao organizar sua pasta, se revelára adverso a quaesquer injunções politicas, e cumprira seu dever por forma technica e elevada. Representava S. Paulo, e esse Estado era a alma das hostilidades movidas contra o Governo Federal e a candidatura militar. Tinha suggerido e levantado a de Ruy Barbosa, como solução de combate, em nome do civilismo contra o militarismo, como se dizia correntemente, embora erroneamente. Ao contrario, tendo sido bem recebida por grande parte do Exercito a chapa hermista, outra parte da officialidade se mostrava hostil a ella; e, de facto, não concorrera para sua acceitação ou mesmo para sua proposta.

Já agora, espicaçados pelas accusações incessantes e provocadoras do grupo civilista, feridos pelas insinuações constantes e tendenciosas, os officiaes começaram a se reunir em torno de seus chefes

hierarchicos, e realmente deram aspecto militar a uma situação, inicialmente nascida por esforços exclusivos de politicos paisanos.

Candido Rodrigues não podia, nem se sujeitaria a permanecer no ministerio; teve de ser substituido. Outro paulista foi escolhido para lhe succeder; era mero instrumento partidario, sem noção de administração, e menos ainda sabedor do que exigia uma pasta technica em via de ser organizada. Sua preocupação exclusiva era fundar em S. Paulo um grupo de sustentadores da candidatura Hermes, a poder de nomeações e de subsidios. Excellente e digna personalidade, aliás, só considerava sua missão como dever eleitoral a desempenhar a bem de seus amigos politicos. Até hoje, o Brasil está pagando as consequencias desse erro de visão do governo.

Após discussões interminas e, frequentemente, injustas, no Congresso, acerca dos mais insignificantes actos do Executivo; após debates, protraídos além do normal e do comprehensivel, sobre o processo eleitoral nos comicios presidenciaes, foram proclamados os nomes vencedores para o periodo seguinte: o marechal Hermes, como presidente; o presidente de Minas Geraes, Wencesláu Braz Pereira Gomes, como vice-presidente.

Sómente após taes actos de apuração, pôde acalmar-se a funda agitação que trabalhava o espirito publico, e cessar a inquietação reinante.

Um elemento novo, entretanto, havia surgido: ambições obscuras e appetites injustificados por parte de quantos tinham tomado parte na campanha, e, pelo lado dos officiaes, desconfiança e malquerença para com tudo quanto era paisano e politico.

Tal feição do ambiente influiu muito em todo o decurso do governo do marechal. Seus conhecidos e amigos do peito eram naturalmente numerosos no Exercito, e a elles recorria o presidente, quando se achava em duvida. Não sabia resistir a pedidos, e seu natural bondoso e propenso a agradar a todos levava-o a continuas hesitações, a oscillar entre opiniões contradictorias, e sem firmeza em suas decisões.

Iam reviver os dias de Deodoro e de Floriano: officiaes em missões politicas, no Congresso, no governo dos Estados, deputados

ou senadores a representarem circumscripções que conheciam quando muito de nome apenas, e onde nenhum liame possuíam.

Dois grandes factores faltavam, e tornavam muito mais difficil o meneio das coisas: o prestigio de Deodoro e a energia de Floriano.

Muito mais do que a eleição de Hermes, a deformação de seu significado pelos opposicionistas pertencentes ao civilismo era o responsavel por essa estranha feição do momento.

O país ia progredindo rapidamente. A vida estuava por toda parte. O affluxo de ouro enchia a Caixa de Conversão, até attingir o limite fixado na sua lei criadora. A taxa cambial já estava acima do nivel fixado nas regras reguladoras da circulação. Uma politica de prudencia e de previsão poderia ter estabilizado as bases economicas da producção.

Por mal nosso, uma corrente inesperada de irresponsabilidade se formou, e quasi destruiu todos os esforços reconstructores dos grandes presidentes civis, de 1894 e 1910.

CAPITULO XVI

Revivescencia de motins politico-militares. Triumpho dos governos civis. Ultimas presidencias

Desde o seu inicio foi uma decepção a presidencia do marechal Hermes. Coisa curiosa, o mallogro decorreu das qualidades do digno militar, muito mais adaptadas a uma existencia de caracter privado, do que á vida publica.

Um de seus aspectos caracteristicos era o desejo intenso de agradar e servir a todos, combinado á sua incapacidade de recusar a quem quer que fosse ou de resistir a solicitações, principalmente acompanhadas de lagrimas ou de scenas emocionantes. Os amigos, ou os que se pretendiam taes, sabiam dessa fraqueza e abusavam della.

216. Deficiencias de preparo politico do marechal Hermes. — Ademais, sua vida se escoara em circulos militares; esses influíam decisivamente em suas deliberações. Ignorava o ambiente politico, e mesmo os rudimentos da administração publica. Nenhuma energia o inspirava; era um velleitario por crises, nem sempre no momento conveniente, nem quanto ao facto importante, ou a personagem mais competente.

Em geral, tal deficiencia era ignorada. Sómente entre suas relações pessoais e intimas, era isso corrente. Como poderiam amigos verdadeiros denunciar tal falha? E quanto aos outros, méros sequazes interesseiros, buscavam tirar partido da situação, della

querendo derivar os possíveis proventos em beneficio proprio, e por isso calavam.

Assim occorreu que aquelles que mais sinceramente haviam combatido por sua candidatura, com a esperanza de se formar um governo forte, capaz de criar e organizar a defesa nacional e de propugnar a marcha ascensional da administração publica, se sentiam confundidos pela inesperada descoberta de que o marechal, entre pareceres contradictorios e interesses em conflicto, era balouçado para um lado e outro, méro instrumento nas mãos de seus interlocutores, e principalmente se estes eram intimos seus. Destes, muitos eram homens da mais elevada especie moral e intellectual; outros havia, porém, de nivel muito mais apoucado. Em quasi todos, a ambição desempenhava papel proeminente.

Sentia-se elle, além disso, um prisioneiro de sua plataforma eleitoral, na qual tinha promettido muito mais do que seria possível cumprir.

Um de taes compromissos fôra o de que seu governo seria o mais civil dos governos; ora, os militares, detestando os *bachareis* (legisladores e fazedores de discursos) bem como seus methodos de administrar, receberam tal affirmação com mal disfarçado descontentamento; de vez por outra, tentava agir nesse rumo, e, por outro lado, nada fez para melhorar o Exercito, quer como instituição, quer no tocante aos quadros; achava-se o marechal em muito máus termos com seus camaradas.

Outro fôra que combateria as oligarchias locaes, que haviam dirigido por largos periodos as situações estadaues, quer por si ou por subordinados irresponsaveis, méros titeres em mãos dos chefes reaes. Era o combate ao caciquismo. Mas, como, em todos os Estados, as opposições locaes accusavam aos respectivos governos, era uma semente de guerra civil que se espraiava pelo país inteiro.

Incapaz de resistir, em alguns casos, mesmo, forçado a reconhecer a procedencia das queixas, promettia á direita e á esquerda, a ambos os grupos contendores. Como era normal, tal eterno hesitar, tergiversar de opiniões e animação a ambos os adversarios, era tido por elles como requinte de falsidade, politica duplice, e proce-

dimento hypocrita. De facto, entretanto, era apenas mais uma prova de absoluta fraqueza. Mas prejudicou sua fama, acumulou falta de respeito sobre sua reputação, insultando sua honra e sua sinceridade.

217. As repulsas. — Taes foram os factores principaes que causaram as desgraças de seu periodo governamental: ausencia de real energia; desconfiança na firmeza de suas decisões; tendencia de obedecer ao ultimo conselheiro ouvido, ou ao derradeiro pedido feito; ataque ás oligarchias estaduaes.

Começou com a organização de seu ministerio. Continuou com a campanha de descredito e as hostilidades reveladas contra seu predecessor e seus principaes auxiliares.

Poucos dias após sua subida ao poder, uma insurreição occorreu na esquadra, em consequencia de máus tratos infligidos ás tripulações. Durante dois dias, os amotinados, após assassinares alguns de seus officiaes, tiveram a capital da Republica debaixo da ameaça dos canhões de 12 pollegadas dos couraçados recém-chegados da Inglaterra. Não possuia o Governo os meios de os reduzir a silencio, e, tanto quanto, a razão invocada pelos revoltados era verdadeira e justa. Mas uns vinte dias depois, novo levante explodiu em navios outros e no Batalhão Naval. Foi dominado pela força.

O mesmo espirito de rebeldia e de maldade havia invadido o país inteiro, nem só como rancor profundo e arraigado resultante das amarguras da campanha politica, como tambem pelo grito de guerra imprudentemente lançado contra os governos estabelecidos. Entre os ministros, dois eram defensores accesos das recriminações opposicionistas, pois ambos aspiravam subir na politica geral do país, através taes processos: o ministro da Guerra, que queria conquistar Pernambuco, e o da Viação e Obras Publicas, que alimentava o mesmo proposito, quanto á Bahia.

Bahia e S. Paulo haviam sido as columnas mestras da reacção civilista e da campanha eleitoral contra Hermes. Contra ambas, agiam o odio e os resentimentos do pessoal do Governo, e esses sentimentos dominavam e inspiravam os intuitos officiaes.

Pretextos, e por vezes mesmo razões reaes, invocados perante o presidente, pois é certo que taes Estados, sentindo-se ameaçados, commetteram erros. S. Paulo era pedaço grosso de mais para poder ser engulido: armou-se para receber a violencia com violencia reactiva, e, embora o dissidio durasse por longo tempo, nunca chegou a um encontro armado.

A Bahia, comtudo, estava em posição muito mais fraca, com grupos partidarios quasi equilibrados em forças; outros Estados ainda eram mais desprovidos de elementos para combaterem a tropa federal. Hermes vivia constantemente provocado pelos pedidos de intervenção de seus dois ministros, intentamente propensos a pôr em acção os recursos federaes, porque assim serviam os seus proprios casos pessoaes. Finalmente, foi vencido e não mais se oppôs á derrubada violenta das situações estaduaes. Pernambuco, Ceará, Alagoas e Bahia soffreram as consequencias dessa intervenção revolucionaria dos soldados da União, por ordem das autoridades legaes, e em favor de um dos partidos locaes em conflicto. A Bahia chegou a ser bombardeada.

Tal róta politica encontrou forte repulsa no país inteiro. O ministro da Marinha, o almirante Marques de Leão, um homem de bem, inteiramente adverso a semelhante inversão das normas constitucionaes, resignou seu cargo. Rio Branco, igualmente revoltado, apresentou seu pedido de demissão, mas, já velho e doente, tal choque recebeu, que lhe não pôde resistir e falleceu.

No Estado do Rio de Janeiro dois candidatos haviam concorrido á presidencia, e ambos se reputavam eleitos. Foi empossado o da preferencia do marechal. Na Capital da Republica, um "habeas-corpus", legal ou illegal, pouco importa, concedido pelo Supremo Tribunal, protegia o Conselho Municipal: Hermes o desrespeitou.

Todos esses factos impressionavam fundamente o espirito publico, formidavelmente hostile á acção directora do Governo Federal, ou antes de seu chefe. Mesmo nas classes armadas, uma corrente adversa estava em formação contra elle, pois nada se fazia em prol do Exercito ou da Armada senão emmaranhá-los nos conflictos locaes e expô-los á animadversão geral do elemento civil.

Além disso, e isto era allegado como uma attenuante e uma escusa, tanto os paisanos como os militares repetiam unisonamente que Hermes não passava de um instrumento em mãos de Pinheiro Machado, o senador chefe do partido ao qual o marechal cégamente seguia.

218. **Pinheiro Machado.** — De facto, Pinheiro era incontestavelmente a influencia dominante da politica brasileira. Representava o Estado do Rio Grande do Sul, e gozava de alto prestigio desde a proclamação da Republica. Durante a presidencia de Prudente de Moraes, havia tomado posição na fracção opposicionista, nella figurando, entretanto, um elemento de calma e de ponderação. Campos Salles fôra forte e inabalavelmente sustentado por elle. Discordara da eleição de Rodrigues Alves, pois não confiava em um ex-monarchista, dizia elle. Quando se scindiram os politicos, quanto ao candidato a escolher para succeder áquelle, não accitou Bernardino de Campos, embora fosse um republicano, e deu sua collaboração a Affonso Penna, que fôra, entretanto, um adhesista leal ás novas instituições.

Chegou, mesmo, a accetar a David Campista como successor de Penna, como este desejava, esquecido do facto de que o velho conselheiro fôra escolhido pelo principio de que o presidente no poder não podia nem devia intervir na escolha de seu successor. Os acontecimentos não haviam permitido o exito dessa candidatura; Pinheiro, conhecendo Hermes talvez melhor do que os sustentadores deste, nenhum enthusiasmo nutria por semelhante escolha, até que se convenceu de que era inevitavel. Manobrou, então, de sorte a adquirir certa influencia no governo vindouro, afim de procurar attenuar os erros que previa.

Muitos, entretanto, tinham de ser supportados, em consequencia da falta de seguimento e de consistencia nas idéas e nas resoluções do presidente, e de sua constante capitulação ante os seus conselheiros intimos, quer entre seus companheiros de classe ou entre seus affeiçãoados mais do peito. E a responsabilidade desses graves dislates não podia ser evitada pelo chefe, mais apparente do que real, da politica nacional, embora tantas vezes se sentisse vencido.

la se formando uma atmospheria de convicção de que as unicas normas seguidas pelo governo eram a violencia, o desrespeito á lei e á justiça, o predomínio inconcusso dos interesses de partido; daí um alheamento crescente e completo da opinião nacional para com a gente no poder, alheamento que chegava a se mostrar hostil, mal intencionado e cheio de desprezo. Como resultado, esse periodo presidencial, que todos haviam desejado e esperado fosse modelo de energia, progresso e organização se revelava o mais fraco de quantos o Brasil havia tido.

Mais de uma vez, disturbios locais, na Capital como nos Estados, forçaram o presidente a recorrer á solução constitucional, mas extraordinaria, do estado de sitio; este, suspendendo o "habeas-corpus", não permittia dar remedio a qualquer acto de prepotencia por parte do governo.

Pioraram ainda as coisas, quando se evidenciou a má gestão de nossas finanças. Em vez de serem seguidas as normas prudentes, a par de progressistas, das presidencias anteriores, que sempre levavam em conta as possibilidades do país, e nunca se afastavam de promover melhoramentos capazes de, por si mesmos, remunerarem as despesas incorridas para sua realização, o marechal Hermes pouco cuidou de ouvir os conselhos de seu ministro da Fazenda. Tão difficil se tornou a situação, que, em agosto de 1914, se teve de lançar mão do expediente malsinado de emitir papel-moeda inconversivel, e a 19 de outubro teve de ser contraído em Londres um segundo *funding-loan*.

Como era de se prever, todos esses elementos se combinaram para tornar extremamente delicados os ultimos doze meses de periodo presidencial do marechal Hermes. Para quem tenha acompanhado cuidadosamente os successos dessa phase de nossa historia administrativa e politica, não é exaggero dizer que o prestigio governamental havia caído tão baixo, que o país era dominado pela opposição, e que a ordem só se manteve pelo acôrdo geral e tacito entre partidos. Congresso, imprensa e todas as classes sociaes para não permittirem que a situação se tornasse ainda mais grave do que já era.

Nos últimos seis meses, a explosão da grande guerra europeia provocou a exacerbação das aperturas do Thesouro Nacional, pelo facto de haverem quasi cessado as importações, fonte dos renditos alfandegarios, principal elemento das receitas publicas. Nova crise ia sendo preparada por tal motivo, para agravar os obstaculos com que se teria de haver o proximo presidente.

Hermes tinha por Pinheiro Machado o maior respeito e illimitada consideração, e desejava intensamente, tanto quanto lhe era possível, em suas hesitações velleitarias, tê-lo por successor. Inconscientemente, era isto agravar sua propria impopularidade: entre civis, porque ambos eram tidos como responsaveis das violencias constantes e das violações de leis, de que se queixavam as populações; nas classes armadas, e especialmente no Exercito, porque os officiaes, pensando sobre os factos geraes de modo concordante com a opinião paisana, tinham ao Pinheiro, embora injustamente, como o real causador da politica de erros do marechal.

Além do presidente, a machina partidaria nos Estados menos importantes estava ao lado do senador rio-grandense; nos mais importantes, sómente Rio Grande do Sul o sustentava. Os de maior significação politica, Minas Geraes, S. Paulo, Pernambuco, Bahia, oppunham-se fortemente a tal escolha; não tanto, por causa dos modos dominadores do possível candidato, mas em consequencia da tendencia anti-liberal da politica por elle sustentada durante a presidencia militar. Com estes, em geral, consonavam os sentimentos pelo Brasil inteiro.

O que teria resultado de tudo isso, nas eleições, é difficil prever. De qualquer forma, entretanto, póde ser affirmado que teria ainda mais retalhado o país do que já estava, e isso em momento dos mais inconvenientes para semelhante luta e de tremenda delicadeza: financeiramente, arruinado o país e sob os influxos de uma moratoria, com receitas diminuidas notavelmente pela guerra que havia suspendido praticamente o commercio marítimo e, por consequinte, os direitos cobrados nas alfandegas, e havia fechado a possibilidade de exportações regulares; politicamente, porque o governo do marechal havia fundamente ferido o sentimento nacional, e o amor innato do país pela liberdade.

Esse era o sentido geral da opinião publica, e, contra elle, só o interesse de partido podia ser arguido.

Ninguem, entretanto, expunha os factos em sua simplicidade núa perante o país, e a campanha contra Pinheiro era conduzida segundo linhas de violencia, de convicios e de odios.

Um homem houve que solveu essa tão tensa situação: Sabino Barroso, o presidente da Camara dos Deputados. Representava Minas Geraes, e era tido por observador psychologico de extrema argucia das correntes geraes: admiradores seus costumavam dizer que era um verdadeiro sismographo politico. Sua previsão era igual a seu tacto e sua acção moderadora nos conflictos tão frequentes de interesses e de pareceres; sua superioridade moral, e sua completa abnegação, tanto quanto sua dedicação absoluta e exclusiva ao interesse publico, faziam delle uma autoridade geralmente respeitada e obedecida.

Procurou a Pinheiro Machado, e abriu-lhe os olhos á realidade. Poderia ser eleito o senador, mas á custa de grandes perigos: o país dilacerado por lutas partidarias, em face da mais ameaçadora das situações, tanto interna como internacional.

Revelou então o velho gaúcho a elevação de seu ser moral: ouviu Sabino em silencio, meditou e respondeu que não se havia elle feito candidato, mas que amigos seus o impelliam a isso. Elle proprio havia reflectido sobre a inopportunidade de se apresentar como concorrente á presidencia. Sentia-se convencido agora pelo que lhe dissera Sabino, e ia declarar que não admittiria campanha em seu beneficio.

Ao Brasil foi poupada nova luta da mais alta inconveniencia, igual á que se déra com Hermes, graças ao nivel nobre e patriotico em que tanto Sabino como Pinheiro collocaram sua acção combinada.

219. Eleição presidencial de Wenceslau Braz. — Desenvolveram-se então esforços para se escolher um estadista experimentado, capaz de resolver os problemas do momento. Rodrigues Alves e Campos Salles, ambos com grandes responsabilidades no regime, e administradores provectoros já provados, foram os nomes

lembrados. O primeiro, no entanto, estava ainda convalescendo apenas de uma enfermidade que quasi o levara ao tumulo; não estava em condições physicas para resistir por emquanto a novos encargos de governo, e sua escusa tinha de ser respeitada. A Campos Salles se oppuseram poucos grupos partidarios, mas que vinham principalmente de seu Estado Natal. De tal forma, a unica personalidade conservadora, capaz de preencher a presidencia seria o vice-presidente em exercicio, Wenceslau Braz Pereira Gomes.

Pelo menos, era um *gentleman*, tolerante, bem intencionado, honesto e indiscutivelmente limpo. Seu governo no Estado de Minas Geraes havia demonstrado seu valor moral: candidato com Hermes, na mesma chapa, fôra insultado, villipendiado, em escala desconhecida até então; nunca retaliara, nem se vingara, e aos mais exaltados opposicionistas dera a mesma protecção e provas de respeito, que haviam sido concedidas a seus co-religiosarios.

Durante o governo quasi intoleravel do marechal, sua conducta fôra cheia de tacto e de dignidade: nunca pudera ser suspeitado de connivencia com procedimentos menos liberaes; auxiliava a seu chefe, onde e quando podia; em torno d'elle, reinavam respeito e confiança, emquanto, elle proprio, se revelava suspicaz a se deixar influenciar por méra outiva.

Ao tomar conta do poder, declarou que considerava sua missão como sendo de paz e de restauração do credito, tanto moral como financeiro, do país.

220. As difficuldades do momento. — Defrontavam-se-lhe grandes difficuldades, realmente. Cada vez mais se complicavam os problemas oriundos da guerra. Embora partidario sincero da neutralidade absoluta, Wenceslau Braz não podia permanecer indifferente quando as provas da intervenção occulta da Alemanha estavam se multiplicando, taes como violações da legislação brasileira, fazendo dos portos nacionaes bases de reabastecimento dos cruzadores armados, fomentando paredes operarias,

e tentando mobilizar as colonias povoadas com elementos germanicos. Quando as operações navaes levaram os navios de guerra do imperio a afundar barcos desarmados e neutros do Brasil, com risco de vida de suas tripulações e de perdas dos haveres embarcados, sentiu o presidente que o limite da paciencia estava attingido; o Congresso, então, proclamou, a 26 de outubro de 1917, que o país accitava o estado de guerra imposto pela Alemanha, em sua manhosa politica e nos constantes ataques contra nossa marinha mercante. Longa série de leis e decretos havia preparado o advento dessa solução final e tinha progressivamente preparado os Imperios Centraes a tal decisão; começara por definir nossos principios de neutralidade, continuara pela ruptura de nossas relações diplomaticas, até a cooperação na paz como na guerra.

Além de taes circumstancias materiaes, que haviam forçado o curso da politica do Brasil, velhas regras de nossa orientação internacional aconselhavam-nos a agir por essa forma: o governo rememorou essas tradições, ao tomar as medidas preparatorias entre a neutralidade e a luta.

Foramos obrigados a suspender relações politicas e commerciaes com o Imperio germanico, a 11 de abril de 1917, como consequencia do torpedeamento de um vapor brasileiro, poucos dias após a declaração de hostilidades dos Estados Unidos contra o Reich. Ao responder a uma nota da embaixada norte-americana, que communicava o rompimento, explicava o presidente Wenceslau Braz o ponto de vista em que se collocava, para interromper relações com o Governo Imperial embora fossemos ainda neutros: "O governo não podia ir além; mas a Nação Brasileira pelo seu órgão legislativo, poderá sem intuitos bellicosos, mas com firmeza, considerar que um dos belligerantes é parte integrante do Continente Americano e que a esse belligerante estamos ligados por uma tradicional amizade, e pelo mesmo pensamento politico na defesa dos interesses vittaes da America e dos principios accitos de Direito Internacional.

Tem sido esta sempre a conducta do Brasil; a Republica mantem-se fiel á tradição ininterrupta da sua politica externa;

hoje não poderia repudiar as idéas que inspiraram a nota protesto do Imperio do Brasil, em 15 de maio de 1866, quando uma esquadra europeá bombardeou uma cidade sul-americana.

Accentuado por fim que a politica de solidariedade continental não é a politica deste periodo de governo nem deste regime, mas a politica tradicional da Nação Brasileira, submete o assumpto ao julgamento do Congresso Nacional, convencido de que, se por ventura alguma resolução fôr adoptada, ella affirmaria a feliz intelligencia que deve existir entre o Brasil e os Estados Unidos”.

As medidas legislativas subsequentes insistiram sobre tal modo de orientar nosso pensamento internacional; afim de evitar qualquer duvida nesse ponto, o governo, em nota enviada a todos os países, tornou preciso o que constituia nossa norma de acção. Um dos topicos da nota dizia: “Se até agora a relativa falta de reciprocidade por parte das Republicas Americanas tirava á doutrina de Monroe o seu verdadeiro character, permittindo uma interpretação menos fundada das prerogativas de sua soberania, os acontecimentos actuaes, collocando o Brasil, ainda agora, ao lado dos Estados Unidos, em momento critico da historia do mundo, continuam a dar á nossa politica externa uma feição pratica de solidariedade continental, politica, aliás, que foi tambem a do antigo regime, toda vez que tem estado em causa qualquer das demais Nações irmãs e amigas do continente americano”.

Continuou a acção da marinha germanica contra nossos navios, e, a 26 de outubro de 1917, o Congresso, de pleno acôrdo com o Executivo, votou o reconhecimento do estado de guerra. Deu então inicio a plena collaboração do Brasil com os Alliados; votaram-se, então, as medidas que decorriam da nova situação.

221. O cumprimento do accôrdo financeiro. — Quanto aos aspectos financeiros do governo de Wenceslau Braz, podemos summariar seus effeitos esclarecendo primeiramente a situação herdada de seu antecessor, o marechal Hermes, e os resultados attingidos após tres annos de duração do *funding-scheme*.

De facto, larga differença existia entre o primeiro *funding*, de 1898, e o segundo.

A começar pelas sommas a que se applicava cada um delles; cerca de 33 milhões de dollars o primeiro, e cerca do dobro a operação de 1914-17. As responsabilidades da operação do periodo presidencial precedente ascendiam a vinte milhões de dollars no estrangeiro, e mais uns oitenta no mercado nacional. Os direitos de alfandegas, que occupam o lugar proeminente nos renditos federaes, estavam desaparecendo em virtude da cessão quasi completa das importações oriundas da guerra, e assim tambem as rendas da exportação pertencentes aos Estados, impedidos como se achavam os mares. Uma intoleravel crise economica assoberbava todos os departamentos do trabalho. Novas taxas, era quasi impossivel criá-las ou cobrá-las. Menos de tres annos haviam sido concedidos pelos nossos credores, em 1914, para restabelecer-se a normalidade dos pagamentos. Impossibilidade absoluta de levantar capitães na Europa, pois a guerra os absorvia todos.

Por occasião do primeiro projecto consolidador, ao contrario, o mercado internacional de capitães regorgitava de ouro, e as taxas de juros eram baixas. O commercio no Brasil estava em phase de convalescença e tendia a readquirir a solidez sadia de éras passadas. Impostos e taxas não eram muito elevados, e, consequentemente, o campo tributario estava quasi desimpedido.

A proporção entre as responsabilidades totaes dos dois periodos era de 33 para 166, ou de 1 para 5; com essa aggravante de que, na operação ultima, cem milhões de dollars tinham de ser immediatamente pagos em moeda ou em seu equivalente.

Sómente aquelles que tiveram de dirigir os negocios nessa época, e de enfrentar essas terriveis difficuldades, pódem avaliar a tarefa tremenda que lhes havia sido imposta e que constituia verdadeira agonia de cada dia de trabalho.

Quando Wenceslau Braz deixou o governo, podia affirmar, sem basofia, que a questão financeira já pertencia ao passado.

As despesas publicas haviam sido fortemente comprimidas. Contractos e responsabilidades haviam soffrido uma diminuição de cerca de 500.000 contos, pelas revisões feitas; o que representava cerca de cem milhões de dollars ao cambio da época. A norma-

lidade dos pagamentos fôra restabelecida no exterior, em moeda corrente. A dívida fluctuante fôra consolidada. Os títulos da Dívida Pública estavam em alta, tanto no mercado estrangeiro como no nacional.

A vida partidária readquirira sua primitiva tranquillidade. Por seu esforço pessoal e seu prestígio, o presidente lograra decidir um conflicto muito delicado entre os Estados de Paraná e Santa Catharina, sobre sua linha divisória, e pacificar Mato Grosso, cujos grupos políticos haviam recorrido á revolução interna. O Código Civil, finalmente, chegara á phase final de sua elaboração. Levantes e disturbios locais haviam sido abafados.

Em vez de experimentar, como tantos de seus predecessores, fazer de um amigo pessoal ou de um adherente seu successor, cooperou com as principaes correntes partidárias do país para pôr á frente da Republica um homem realmente capaz e digno de tão grave responsabilidade.

222. Rodrigues Alves, presidente pela segunda vez, morre antes de empossado. Delfim Moreira, na presidência. — Pela segunda vez, Rodrigues Alves foi escolhido, e devera subir ao poder a 15 de novembro de 1918. Já velho e gravemente ferido em sua saúde, por uma vida de incessante dedicação ao serviço publico, não pôde resistir a uma nova crise que o acommetteu. A 16 de janeiro de 1919, fallecia, sem haver tomado posse de seu cargo.

Durante meses, de novembro de 1918 a 28 de julho de 1919, o vice-presidente Delfim Moreira da Costa Ribeiro permaneceu á frente do poder. Era para elle verdadeiro sacrificio, e estava ansioso por sair da presidencia: seu estado de saúde era precarissimo e sentia-se esgotado pelos trabalhos dos quatro annos difficeis da presidencia que acabada de exercer em Minas. Além disso, não possuia para agir a mesma liberdade de movimento que correspondesse a sua responsabilidade, se tivesse sido o presidente eleito. Sua posição era algo esquerda, pois se considerava hospede em palacio, onde só poderia dar plena medida de seu valor se

fosse o definitivo inquilino delle. Inda assim, seu bom senso solido, suas qualidades moraes intrinsecas e sua experiencia de governo lhe permittiram fazer um governo muito regular.

223. **Eleição presidencial de Epitacio Pessôa.** —O novo presidente eleito, Epitacio Pessôa, representava uma escolha feliz e surpreendente, embora já tivesse elle dado prova ampla do seu valor excepcional, como ministro e como membro do Supremo Tribunal Federal. No momento, era senador pela Parahyba e se achava ausente do país, como chefe da Delegação brasileira á Conferencia de Paz de Versailles. A surpresa consistia nisso: representava um Estado pequeno da Federação, e, como regra, os presidentes vinham de S. Paulo e de Minas Geraes, dois dos Estados principaes do Brasil.

Era tal norma o resultado de velho erro politico, datando da Independencia. O Imperio recém-fundado não quís, ou não pôde, alterar a velha divisão administrativa do país, e como as velhas capitancias differiam vastamente em área, população e recursos, sua influencia na politica interna correspondia a taes elementos. Daí derivava uma classificação de importancias, moral e politicamente injusta, e praticamente muito grave, já que a força eleitoral de cada uma se tornava consequencia dessas differenças. Os Estados, destarte, viam-se considerados como de primeira ou de segunda classe. Nem o Imperio, nem a Republica, tinha tido a visão ou a coragem de alterar semelhante vicio de organização interna do Brasil.

Levava esse systema á escolha instinctiva de candidaturas dos presidentes de Estados, possuidores do manejo das machinas electoraes mais poderosas, e nisso S. Paulo contendia com Minas Geraes, nessa corrida de obstaculos ao posto de vencedor da presidencia. Quando o triumphador era um verdadeiro estadista como fôra Rodrigues Alves, nenhum inconveniente surgiu do emprego desse erroneo processo. Mas era frequente que taes personalidades pertencessem a um nivel menos alto, e sómente fossem, quando muito, competentes nos assumptos relativos a problemas regionaes, sem nunca terem tido contacto mais seguido e mais

intimo, talvez mesmo sem estarem plenamente a par dos problemas, dos alvos e dos recursos da União. Como criterio de escolha, substituiu-se á competencia o simples numero de partidarios e de votos. O país, em seu conjunto, soffria as consequencias de tal absurdo methodo de solução.

Era a prova evidente da falta de preparo e da incompetencia, politicamente falando, dos chefes de partido. Ficava claro, e infelizmente ainda perdura a situação, que não fôra attingida até agora a maioria politica, quer mental quer moral, pelos orientadores da opinião: o exito eleitoral, por quaesquer meios, muito mais do que a adequação da solução, agia nas mentalidades. E, principalmente, não subiam além de méras contendias individuaes.

Quando falleceu Rodrigues Alves, os primeiros nomes a serem lembrados para lhe succeder obedeceram á tradição costumeira. Foram postos á frente as candidaturas dos presidentes de S. Paulo e de Minas Geraes, mas este declinou da honra de ser competidor para tal cargo.

Ficou sózinho em campo o presidente de S. Paulo, Altino Arantes. Forte corrente de opinião, entretanto, suggeriu a eleição de Ruy Barbosa, e dessa lembrança nasceu grande agitação que fazia reear fossem tumultuosas as operações do pleito. Apesar das affinidades da campanha civilista, a maioria do governo e dos chefes do partido paulista tinham manifesta preferencia por Altino Arantes. Minas não desejava que Ruy fosse candidato, e aspirava por uma conciliação que evitasse tumultos e, talvez, motins militares. De facto, Ruy era sustentado por fracções muito respeitaveis de opinião; nas classes armadas, porém, reinava contra elle funda hostilidade, como remanescente dos disturbios occorridos no governo do marechal Hermes. Os officiaes, em geral, consideravam-se como tendo sido offendidos collectivamente por elle, na contestação eleitoral de 1910. Injusto embora tal sentimento, existia de facto, e disso eram sabedores os circulos politicos.

Solução conciliatoria, Sabino Barroso, então em Bello Horizonte, suggerira o nome de Epitacio Pessoa ao representante de São Paulo, Alvaro de Carvalho. No Rio celebravam-se re-

uniões quasi diarias entre os proceres da situação, e cada vez mais apparecia evidente a difficuldade do momento: previam-se eleições penosas, com duas chapas hostis a se degladiarem. De tal solução eram todos unanimes a sentir que seria um mal para o país. Tratou-se por isso de procurar uma formula transaccional, entre partidarios de Altino Arantes e de Ruy Barbosa, alliado a Nilo Peçanha.

Daí resultou que estes estadistas propuseram retirar a candidatura de Ruy, se fosse possivel escolher um candidato de acôrdo, tirado de uma lista de quatro por elles proprios proposta. Infelizmente, taes candidatos eventuaes eram taes, que não podiam ser acceitos pelo lado opposto.

Foi o momento em que Alvaro de Carvalho lembrou o nome de Epitacio Pessôa, declarando ser isto uma suggestão pessoal e nem sequer saber se S. Paulo a accitaria. Consultado por telephone, Altino Arantes nobremente respondeu que concordaria plenamente com a lembrança desde que ella conciliasse as divergencias. E deste modo foi acceita a inspiração, por lograr grupar as principaes forças eleitoraes do país.

Epitacio nada sabia do que se passava no Rio, acerca da successão presidencial. Os telegrammas que lhe communicavam sua escolha, o colheram de surpresa, em Paris, onde se achava na presidencia da Delegação Brasileira á Conferencia da Paz. Fôra acclamado candidato, sem o menor gesto proprio para tal fim.

Iniciou-se, então, ao tomar conta do poder, um dos mais notaveis periodos presidenciaes de nossa terra, inferior a nenhum dos mais salientes em nossa historia.

224. Tarefa cumprida. — Desenvolveram-se nossas relações exteriores, e intimidade maior surgiu com os povos dos dois hemispherios. Nossa presença na Liga das Nações, que contribuimos para fundar, deu-nos opportunidade de collaborar na tarefa geral do instituto. As difficuldades oriundas da Grande Guerra foram solvidas, tanto com a França como com a Alemanha. Pela vez primeira, dois Chefes de Governos europeus cruzaram o Atlantico para visitarem o Brasil: o rei dos Belgas, em 1920; o presidente

de Portugal, em 1922. Numerosos estadistas da America visitaram-nos. Nossas fronteiras com os paizes vizinhos iam sendo locadas, nenhuma questão litigiosa existia sobre esse assumpto.

As feições mais importantes desses tempos, postas de lado as terriveis lutas acerca da successão presidencial de 1922, foram a celebração do Primeiro Centenario da Independencia, a 7 de setembro de 1922, e a revogação da lei do banimento da Familia Imperial, a 3 de setembro de 1920.

A primeira occorrença deu occasião a fornecer a prova material, na Exposição Internacional do Rio de Janeiro, do quanto o Brasil havia progredido. O surto geral e surprehendente da industria, da agricultura, da criação, evidenciado nesse certame mundial, foi realmente de enthusiasmo, e revelou aos estrangeiros, tanto quanto aos proprios brasileiros, quasi insuspeitada capacidade de producção.

A segunda tornava patente a completa e inteira pacificação dos espiritos, e a indisputada acceitação do novo regime.

Os restos mortaes do Imperador D. Pedro II e da Imperatriz D. Thereza Christina foram trazidos de Lisboa, onde tinham estado depositados por quasi trinta annos na Igreja de S. Vicente de Fóra, o Pantheon dos reis de Portugal da dynastia de Bragança. A bordo do *S. Paulo*, poderoso *dreadnought* de nossa esquadra, o conde d'Eu, esposo da princesa Imperial D. Isabel a Redemptora, filha de D. Pedro II e herdeira da Corôa, se a monarchia não houvera sido abolida, junto com D. Pedro, o Principe do Grão-Pará, seu filho primogenito, acompanharam as cinzas augustas. O conde d'Eu, marechal do Exercito Brasileiro e seu chefe na ultima phase da campanha do Paraguay, foi recebido com as honras de seu cargo, pelos descendentes dos officiaes que havia commandado naquelle conflicto internacional.

Foi firmemente continuada a politica de dar solução ás discussões interestaduaes sobre os limites dessas circumscripções administrativas. Haviam sido vinte, a principio. Em 1922, estavam reduzidas a duas: Santa Catharina - Rio Grande do Sul; Bahia - Pernambuco.

A mesma actividade reinava no departamento do Interior.

A' Marinha se dispensavam cuidados especiaes. O presidente Epitacio havia resolvido nomear civis para as pastas militares; manteve essa norma, quando, em 1920, o primeiro ministro teve de se retirar, e em 1921 do mesmo modo, quando um terceiro civil tomou conta desse departamento administrativo. Uma vida nova foi infundida em todo o organismo: reconstruíram-se unidades, para as modernizar; installações complementares essenciaes foram iniciadas e levadas adeante com ardor; navegação e pratica de artilharia desenvolveram-se com intensidade notavel; reservas navaes em homens e em material polarizaram esforços, nunca esmorecidos.

Desde alguns annos, o Exercito havia experimentado grandes progressos, sob o influxo de um grupo de officiaes, principalmente nos postos iniciaes da hierarchia, cheios de entusiasmo patriotico e noção exacta do duplice dever de elevar seu nivel professional e de evitar toda mescla com manobras partidarias e politicas. O novo ministro, tambem um civil, havia cooperado nesse movimento libertador e estava em plena consonancia com a mentalidade nova do corpo de officiaes. Em 1919, uma missão especial de instrucção fôra contractada em França, sob o commando do general Gamelin, serviço notavel e que marcava uma época na historia militar do país, prestado ao Exercito pelo presidente então em exercicio, Delfim Moreira, e por seu ministro da Guerra, o general Cardoso de Aguiar.

O novo governo tomou a peito continuar as mesmas linhas de reorganização, planejadas por seu antecessor. Foram felizes as consequencias. Foi estabelecido um plano de reformas e de ampliações, e sua execução entrou a se realizar: em tempo opportuno, os regulamentos novos ficaram promptos; progrediu o preenchimento dos claros, pelo sorteio; reformou-se a justiça militar; armamento, munição, material de campanha de toda sorte; aviação militar; fabricas militares; instrucção e exercicios; quartéis, acampamentos, campos de instrucção; escolas de tiro e pratica das armas; tudo foi objecto de attenção. A grande parada de 1922,

ao se celebrar o centenário da Independência, pôde mostrar o desfile de cerca de 30.000 homens, armados, equipados e com todos os serviços em ordem. Tudo isso se referia tão somente á 1.^a Divisão do Exército, o qual conta cinco unidades da mesma categoria.

Trabalhava muito energeticamente o departamento da Agricultura para manter o passo com essa tendência ascensional na eficiência econômica e profissional do país; conseguiu fazê-lo. Obras públicas, vias-ferreas, telegraphos, seguiam a mesma rota progressiva. Em 1922, a extensão dos trilhos subia a 29.389.141 metros; os telegraphos mediam 47.055.667 metros, com um desenvolvimento total de 83.778.230 metros de conductores. Pela primeira vez, o serviço contra as sêccas era dotado com os recursos convenientes, e a terrível interrogação sobre esse flagello periódico encontrava quem inquirisse systematicamente de sua essência, e soluções eram achadas, como o haviam sido no plano de 1909, abandonado em má hora, e felizmente retomado pelo governo do presidente Epitácio.

Todo o país respirava actividade, progresso, entusiasmo e trabalho patriótico. Os problemas eram estudados, analysados e solvidos intrinsicamente, sem referências a considerações partidárias. Era isto um golpe duro para os políticos profissionais e seus clientes.

225. **Expansão artística.** — Surgia uma floração natural de escriptores e de pensadores, que amparavam e desenvolviam taes esforços por attingir niveis mais elevados da existencia. Nunca a imprensa diaria ostentou tantos elementos intellectuaes de valor, com tanta plenitude de expressão e de pensamento.

Na literatura de ficção, pesquisas historicas e critica, desenvolvia-se a produção. Muitos dos autores já citados em paginas passadas continuavam a trabalhar, e a este periodo pertencem muitos de seus melhores livros. Nomes novos começaram a apparecer. A vida interior achou cerebros para expôr as feições novas do velho espirito humano; Farias Brito, notadamente, em

seus ensaios. Uma legião de poetas surgiu intentamente esforçados em pesquisar o problema eterno da vida, do soffrimento e da morte; coisa notavel, nelles todos, ou pelo menos em sua maioria, existia e se revelava um fundo commum de sentido e fortemente assente espiritalismo.

Morto, e bem morto e enterrado estava o romantismo, mas ainda, aqui e acolá, apparecia algum representante retardatario do antigo crêdo literario, a se oppôr á preocupação geral de fundar na observação toda a literatura de ficção. Estudos notaveis e romances vieram á luz, e acharam expressão nos livros de Euclides da Cunha, Affonso Arinos, Coelho Netto, Graça Aranha, Afranio Peixoto, Gastão Cruls, Alberto Rangel. Via-se o claro esforço de basear toda descripção num terreno solido de factos reaes: a vida colonial, a immigração, o povo do sertão, a vida no Amazonas ou no interior do país, os problemas relativos á nova raça que se estava formando da mistura dos velhos troncos ethnicos no cadinho de fusão sul-americano.

De mais em mais, o Brasil affirmava sua preocupação capital, a de todos os pensadores: um nacionalismo sadio e verdadeiro, oriundo de todos esses trabalhos de erudição e de pesquisa.

Porfiaram os criticos em tornar mais precisa e cuidadosa sua obra. Artistas como Tristão de Athayde, Aggripino Grieco, Humberto Campos, Medeiros e Albuquerque, puseram-se ou continuaram na deanteira. A actividade de nossa Academia Brasileira de Letras augmentou em valia e em quantidade, em todas as provincias da producção intellectual e esthetica.

Começou a exercer sua poderosa influencia uma reacção religiosa contra uma paganização excessiva oriunda de um naturalismo enganador. Anseios moraes, interrogações sobre a alma, vida futura, destino, inspiraram numerosos escriptores. Em gráus diversos, comtudo, indo de méra religiosidade até o mais puro e profundo e sincero catholicismo, citemos: Jackson de Figueiredo, Tasso da Silveira, Perillo Gomes, Hamilton Nogueira, Leonel da França, José Manuel de Madureira, estes dois ultimos pertencentes á grande Sociedade de Jesus. O pensamento social era repre-

sentado por ensaistas como Vicente Licínio Cardoso, Oliveira Vianna, e poucos mais. História e erudição estavam representadas por um grupo muito notável de analistas e de pesquisadores formado pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e de associações congêneres, tanto do Rio como dos Estados.

Todos esses progressos revelavam as feições económicas do país e seus recursos espirituaes.

226. Crise da successão presidencial. — Na vida publica, todavia, o acontecimento mais importante occorreu em assumpto moral e politico, e culminou na manutenção severa da ordem e da disciplina nas classes armadas, nas quaes uma minoria de officiaes facciosos promoveu motins, a pretexto de se manter pura e intacta a doutrina proclamada, ao que elles diziam, pelo Exército e pela Armada em 1889, ao ser abolido o Imperio.

Já vimos quanto tal pretensão era absurda, quando os factos reaes mostravam que a guarnição do Rio só autecipara, quando muito, por alguns annos, o que o país estava farto de saber acontecer a fallecer D. Pedro II. Tal idéa esdruxula de monopolizar as novas instituições em beneficio de grupos privilegiados, era simples ensaio para favorecer os pretensos fundadores ou sustentadores da Republica.

Desde 1889, tal mentalidade tinha variado bastante, ora crescendo a invocação aos direitos imaginarios da tropa, ora diminuindo, conforme os acontecimentos. Até a primeira presidencia civil, dominava os negocios publicos. A primeira repressão foi o golpe dado na indisciplina por Prudente de Moraes, auxiliado pelos melhores elementos militares. Nos periodos de Campos Sales e Rodrigues Alves, a agitação diminuiu até a revolta da Escola Militar e de alguns officiaes isolados, no Campinho, em 1904. Novamente arrefeceu o prurido até a eleição de Hermes da Fonseca, em 1910. Nessa phase, resurgiram as scenas de 1889-94. Desappareceram enquanto Wenceslau Braz foi governo. Nos dias em que, morto Rodrigues Alves, se debatia quem seria seu successor, tornaram a se agitar, mais discretamente embora, dei-

xando, entretanto, perceber quanto lhes feriria os sentimentos a escolha de Ruy para candidato.

Do mesmo modo, quando se divulgaram os nomes dos possíveis ministros de Epitacio Pessoa, para as pastas militares, grande emoção agitou os officiaes. O novo presidente havia declarado sua intenção de chamar civis para as preencher; reuniram-se generaes e almirantes, e, entre si, admittiram a possibilidade de desvanecerem tal intenção na mente do Chefe do Estado. Este nunca permittiu que tal suggestão lhe fosse feita, affirmando que manteria com firmeza absoluta a sua prerogativa constitucional de escolher seus secretarios, deixando a insubordinados a responsabilidade de se amotinarem se quizessem, accrescentando que qualquer violação legal seria immediatamente esmagada e punida.

Verificou-se que eram infundados os rumores que corriam. Nada occorreu: civis foram escolhidos, e foram cordialmente recebidos pelo Exercito e pela Marinha.

Uma insignificante minoria, composta de personalidades especialmente favorecidas pelo governo do marechal Hermes, sentia-se ansiosa por ver resurgir os dias e os methodos desse periodo. Seu chefe, o antigo presidente, fundamente desgostoso pelo que sua propria dolorosa experiencia lhe tinha ensinado sobre presidencias militares, abominava politica e politicos, dos quaes tanto havia soffrido.

Após haver preenchido seu periodo de governo, Rio Grande do Sul o havia eleito senador; elle, porém, declinara o posto, declarando que sua vida politica estava definitivamente encerrada.

Durante seis annos, permanecera na Europa, cada vez mais firme nesses propositos, cuja expressão vivia a repetir e confirmar.

Sua bem intencionada fraqueza de intuições, entretanto, era geralmente conhecida; tambem se sabia que não lhe era possível resistir a solicitações de amigos. Do Rio, acenavam-lhe com a necessidade de voltar ao Brasil, pois os interesses militares e o Exercito estavam sendo espesinhados e descuidados. Deixou-se convencer, e voltou, inseguro todavia do modo pelo qual seria recebido.

No mesmo dia de sua chegada, em novembro de 1920, caiu novamente presa de politiquinhos e de camaradas agitadores, de officiaes sediciosos e de intrigantes civis.

O Exercito havia evoluído, e, principalmente sob o influxo dos officiaes mais jovens, estava decisivamente imbuído da idéa sã de attingir niveis mais altos da profissão, detestava a politica e comprehendia perfeitamente o que significava a exploração de mentalidade de classes exercida por militares e por civis, simultaneamente: a dissolução da defesa nacional. Intrigantes, pescadores de aguas turvas e em tempos perturbados, não mais encontravam o écho sympathico e a recepção acolhedora de dias passados; ao contrario, eram tidos por um perigo e uma ameaça á força organizada do país, representantes isolados de idéas, já eivadas de caducidade sobre preeminencias militares.

Inda assim, e sentindo que a massa dos quadros já não vibrava nem correspondia ás ambições politicas que nelle haviam sido reaccendidas por falsos amigos, Hermes tornou a recolher-se á penumbra, da qual o tinham querido tirar para seus alvos pessoas e egoisticos conselheiros interessados e pseudo-amigos, visando apenas servirem-se delle como um pião no tabuleiro partidario que manejavam. Havia chegado em momento critico.

Já haviam começado reuniões preliminares para se trocarem vistas sobre a successão presidencial de Epitacio Pessoa. Minas Geraes aspirava a dar candidato, que seria o presidente em exercicio, Arthur da Silva Bernardes, e sabia que lhe estava garantido o apoio de S. Paulo. Devidamente consultado, Epitacio declarou, em março de 1921, não lhe ser licito tomar parte em taes deliberações, que elle considerava justamente reservadas á acção politica dos chefes de partido, tão sómente; o papel do Chefe do Governo, dizia elle, era manter-se inteiramente neutro na contenda, se ella se desse.

Ninguem discordava da candidatura mineira. Passou-se a tratar da vice-presidencia. Mais uma vez, Epitacio, consultado a indicar um nome, se escusou, sempre pelo mesmo principio de moral politica. Aqui, começaram as difficuldades: tanto Pernam-

buco como Bahia desejavam ver escolhido o respectivo presidente local, José Bezerra e J. J. Seabra. Controversias e debates foram alteando o tom do dissidio, e o ambiente politico foi ficando envenenado. Dominavam, já agora, paixões incandescidas e odios partidarios.

Iniciou-se então um jogo bifronte. A turba muito mesclada de civis e de officiaes que girava em torno de Hermes sentiu que era por demais fraca e sem elementos para conquistar o eleitorado nas urnas, por meio de processos pacificos embora energicos, quaes os que caracterizam as lutas partidarias nos comicios. Sua unica possibilidade de triumpho era acirrar odios até o ponto do rompimento entre os grupos, e então entrar na justa com ameaças de intervir a força armada para fazer vingar seu candidato. Com esse intuito, escreveram e telegrapharam para os Estados, nos pontos onde podiam agir officiaes notoriamente insubordinados, com a senha de provocarem agitações e mesmo motins, por um lado; enquanto, por outro, mantinham contacto, no Rio, com os chefes do movimento partidario. Mais intimo ainda tal contacto, quando Nilo, de volta de uma viagem á Europa, chegou ao Brasil no momento em que a crise attingia seu ponto culminante. Deve ser dito que o presidente Epitacio havia feito tudo quanto estava a seu alcance para suggerir um acôrdo quanto a um terceiro candidato que satisfizesse aos dois campos: ambos se furtaram a isso.

Nilo fôra um dos suggestores, senão talvez o primeiro, da candidatura de Bernades: da Europa, enganando-se sobre os acontecimentos, telegraphara a seus amigos que sustentava o presidente de Minas "com ou sem Epitacio". Ao desembarcar no Rio, ainda havia manifestado o mesmo proposito.

Vendo quanto estava tensa a situação, entretanto, e que certos elementos militares o vinham cercar com promessas sem conta, embora para isso não tivessem elles autorização nem pudessem falar com sinceridade em nome do Exercito, não resistiu o antigo vice-presidente e presidente em exercicio após a morte Affonso Penna, e julgou chegada sua opportunidade. Pôz-se á frente do

movimento, desertou seu próprio candidato e antigo amigo, e passou a combatê-lo aceitando a candidatura para si mesmo.

Era innegavel sua intimidade com os chefes da agitação militar. Pensava que nessa campanha eram aliados; em realidade, se um motim militar tivesse lugar e triumphasse, era evidente que o cabeça da insurreição seria o escolhido para o governo de facto da nação.

Foi conduzida a campanha com absoluta falta de escrupulos e de senso moral. Alguns dos partidarios de Nilo, provavelmente sem que este fosse sabedor dos recursos utilizados, e sem que autorizasse as armas empregadas, lançaram mão de uma falsificação despudorada, uma falsa carta que se attribuia ao candidato mineiro, insultando baixamente ao Exercito e á Armada, de modo a ferir ao vivo os justos melindres dessas classes, em seus sentimentos mais delicados de brio e de abnegação. Nilo silenciou, em vez de condemnar e votar ao desprezo taes meios de combater seu contendor; Hermes, que conhecia a origem dessa falsidade, manteve-se em attitude dubia.

Como era facil de imaginar, a agitação cresceu e se tornou mais intensa e ameaçadora nos circulos militares, assim postos directamente em fogo. Tal era precisamente o fim dos conspiradores: perturbar o pleito, e, na confusão, ou mesmo na desordem reinante, levar avante seus intentos — eleger Nilo, para a maioria delles; eleger ou proclamar a Hermes, para os membros da conspiração.

Cumprê dizer que nas classes armadas a emoção era muito viva, embora se hesitasse quanto á autoria da carta falsa, pois Bernardes, indignado, havia nobremente repellido a aleivosa insinuação de ter tido qualquer iniciativa que pudesse justificar tal infamia. Conseguiram, comtudo, os conspiradores persuadir ao senador Raul Soares, *leader* da candidatura do presidente de Minas, de que um pronunciamento de tribunal de honra poria termo á questão. Em honra de Bernardes seja dito que elle se oppôs a tal procedimento; ponderou, com inteira procedencia e noção de responsabilidade, que não poderia admittir uma discussão e uma

exibição de documentos e provas sobre tal thema, isto é, sobre se elle tinha, ou não, dito a verdade.

Infelizmente, Raul Soares não conhecia a fundo o meio federal, e julgava ser uma impossibilidade que assumpto de honra pudesse ser objecto de fundas intrigas e de deslealdades. E, contra o parecer de conselheiros desinteressados e leaes, persuadiu por seu turno ao presidente mineiro da conveniencia de transigir e capitular nesse ponto. Erro terrivel, que abriu as comportas da torrente de calumnia e abusos.

Procurou, a principio, o arbitramento de personalidades respeitaveis, que se recusaram a entrar em tão emmaranhado cipoal. Raul Soares foi então levado a acceitar o Club Militar como autoridade arbitral. Ignorava o senador, ou então acceitara informações suspeitas que lhe esconderam a realidade dos factos, que o Club Militar, presidido por Hermes (que conhecia toda a historia da falsificação), era o quartel general de todos os opposicionistas a Bernardes. Acalmaria o ambiente militar, lhe disseram seus conselheiros fardados ou não. Não sabia, porém, ou não queria acreditar, apesar dos avisos de gente mais conhecedora do meio, que tal associação se achava em mãos de politiqueiros, quer do Exercito, quer civis, que se aparceiravam em beneficio proprio, principalmente com Hermes, e, não sendo possivel com este, com Nilo.

Na sua honesta convicção, o senador persuadia-se de igual honestidade alheia; acreditava em que o laudo seria unanime em favor da verdade, isto é, declarando que a carta era uma deslavada invenção de falsificador, e, entretanto, já estava lavrado o documento, unanime, contrario a Bernardes e attribuindo-lhe a autoria da missiva fraudulenta e forjada!... O proprio Hermes, no qual elle confiava, dava o prestigio da sua autoridade á vergonhosa tramaioa, de cuja flagrante injustiça elle era sabedor.

Como era natural, durante as operações preliminares dos peritos chirographos, os officiaes tinham ficado quietos e em silencio, esperando as conclusões. Mas quando estas se divulgaram, com o facto aggravante de ser unanime o laudo, a quasi unanimidade dos quadros acceitos *bona fide* a palavra da Commissão

como sendo Evangelho, e acreditou firmemente que Bernardes havia de facto e grosseiramente insultado as classes armadas.

Dentro em breve prazo, todas as circumstancias se publicaram, mostrando e provando a impossibilidade evidente da accusação. Mais do que isto, o falsificador confessou seu crime, como, onde, quando e por ordem de quem o havia praticado. Aí, tudo mudou: por toda parte, os calumniadores ficaram desmoralizados; de sua companhia, e da do seu partido se retiraram quantos possuíam sentimentos cavalheirescos, ennojados da méra idéa de enfileirarem com gente cujo senso moral caíra tão baixo, que lhes consentisse usar de processos tão deshonrosos.

Ainda assim, no Exercito e na Armada, 80 % dos officiaes estavam honestamente convencidos de que o presidente de Minas era culpado, e baseavam sua convicção no facto do laudo; emquanto 10 % defendiam com sinceridade a convicção opposta, e os 10 % restantes agiam por interesse egoista e de baixo estôfo, sabendo perfeitamente que havia sido uma manobra eleitoral immoral e indigna.

Quando a verdade real se divulgou geralmente, provou golpe terrível no partido que sustentava a candidatura de Nilo Peçanha. O elemento militar faccioso previu que as urnas lhe seriam certamente contrarias. Começou, pois, a desenvolver propaganda mais intensa em rumo de provocar pronunciamentos armados e levantamentos locais. Tornados publicos os resultados do pleito, tanto os chefes batidos com os officiaes derrotados envidaram todos os esforços para o fim de suscitar revoltas nos Estados e derribar os respectivos governos.

De março a julho de 1922, innumerados casos se poderiam nomear de tal actividade revolucionaria, chegando mesmo a realizar seus intuitos. O ambiente politico mostrava-se tão desordenado, que todo senso de medida, de obediencia legal, desapareceu. Os opposicionistas, até mesmo seus mais graduados chefes, falavam de pleito fraudulento, da incapacidade moral em que se achava o Congresso de apurar a verdade das eleições; não tinham seus membros assento nas duas Camaras, e não haviam tomado

parte na luta, por um ou por outro lado? Propunham, em consequencia, retirar do Legislativo sua funcção privativa de apurar o voto para a presidencia. Nem mais, nem menos, era a revolução. Como poderia o Brasil tolerar tal medida? O unico caminho a observar e seguir era obedecer á Constituição que dá tal competencia ao Congresso. Assim foi feito, e pôde então ser verificado que a maioria do país havia de facto dado ao presidente de Minas ganho de causa.

Outra tentativa foi ensaiada para convencer o Supremo Tribunal de que devia reconhecer como vice-presidente eleito o candidato opposicionista Seabra, sob o pretexto de que o candidato que figurava na mesma chapa com Bernardes havia fallecido após o pleito, deixando vago o lugar para ser preenchido com o nome que vinha nas listas immediatamente após. Era um absurdo, mas constituiu nova campanha partidaria, que terminou pela recusa do Supremo Tribunal de acceder a doutrina tão esdruxula.

227. **A conspiração.** — Mesmo então, os cabeças da opposição ao presidente eleito declararam definitivamente que não accetavam nem acatariam a situação legal das coisas. Equivalia tal declaração a proclamar a attitude revolucionaria de seu partido: de facto, renovada e muito mais intensa, se iniciou uma situação insurreccional.

A Norte e a Sul, nas guarnições fervia o ambiente, onde quer se achassem officiaes insubordinados. Todo pretexto era achado ou era inventado para motivar attritos. Em um Estado do Norte, no Maranhão, durante algumas horas o governador local foi deposto por um grupo de soldados chefiados por officiaes do batalhão da capital. Em Pernambuco havia surgido um conflicto muito agudo acerca da escolha do novo presidente do Estado, apesar de todos os esforços desenvolvidos pelo presidente Epitacio para evitar o dissidio e pacificar ambos os grupos contendores. Apesar dessa attitude conciliatoria e de neutralidade, a acção do Governo Federal estava sendo injustamente commentada e censurada, afim de a apresentar ao publico como intervenção indevida e inconstitucional em negocios privativos do Estado, quando realmente na-

da disto se tinha passado. Em Mato Grosso, havia sido nomeado um novo chefe para a circumscrição militar; seguiu para seu posto, com a intenção occulta e subrepticia de conduzir a tropa federal contra as autoridades da União e o Congresso, visando annullar a eleição de Bernardes e a proclamação do voto que o sagrava presidente eleito, e impedir sua posse. Tudo isto ficou provado no processo contra os implicados no movimento revolucionario.

Essas perturbações todas da ordem eram um symptoma da conspiração geral de recorrer á violencia para empossar os candidatos da chamada *Reacção republicana*, ou, o que parecia e seria mais provavel segundo a logica revolucionaria, para collocar no poder o chefe militar da insurreição triumphante. A associação hybrida formada pelo elemento civil, chefiado por Nilo Peçanha, e os elementos militares insubordinados ás ordens do marechal Hermes, tinha de se scindir no momento da partida dos despojos: esta provaria, sem duvida, uma *ournée de dupes*. Batida a revolta, e esmagados ambos os grupos aliados, continuaram apparentemente unidos. Na realidade, iniciativas independentes e divergentes começaram a apparecer desde os ultimos dias de junho de 1922, até que, a 28, o marechal, no seu character de presidente do Club Militar, enviou um telegramma ao commandante da região de Pernambuco, lançado em termos da mais alta inconveniencia e violando toda noção de disciplina.

Logo que foi publicado, o governo puniu o transgressor dos regulamentos militares, e como este insistisse em seu desrespeito ás regras vigentes, mandou prendê-lo. Isto fez explodir a revolta latente.

Rompeu o movimento a 5 de julho de 1922. Quarenta e oito horas depois, estava a ordem restabelecida completamente. Acto continuo, nos Estados onde forte agitação se tinha manifestado, esta cessou e os disturbios desapareceram, dando mais uma prova de que todo o malestar reinante decorria da conspiração que tinha por centro o grupo de conjurados do Rio de Janeiro.

Uma grande lição deduzia-se daí, desses tumultuarios acontecimentos. Não era mais o Exercito, como dantes, o material para

levantes politicos, de cuja honra e patriotismo tanto haviam abusado os politiqueros profissionaes. Fossem quaes fossem seus sentimentos pessoaes, os officiaes, em sua grande maioria, sabiam e agiam sob o influxo da observancia do principio basilar de toda força disciplinada: o progresso profissional, a obediencia á lei. Grande exemplo e justificação dos esforços postos em pratica pelo proprio instituto, para alcançar niveis superiores de ideal e de valia technica! . . .

228. Arthur Bernardes, presidente. — Nenhum empecilho, portanto, surgiu para a posse do novo presidente, Arthur Bernardes, a 15 de novembro de 1922.

Uma apreciação honestamente justa do governo deste presidente é coisa das mais difficeis, pois nenhum periodo administrativo regista o Brasil tão dilacerado por paixões como este, e no qual tanto hajam contendido sentimentos oppostos. Foram quatro annos de quasi continua guerra civil, e que decorreram, com excepções escassas e curtissimas, na vigencia do estado de sitio. A impressão publica, comtudo, não foi favoravel nem indulgente. Cumpre, entretanto, que o tempo se escôe, antes de enunciar juizes definitivos, e sobre tudo imparciaes, sobre os acontecimentos da época.

Manda a justiça se diga, á puridade, que Bernardes, a bem dizer, não pôde governar: sua magistratura foi uma luta continua; a essa tarefa teve de dedicar todos os seus esforços, quer as calamidades tivessem por origem actos presidenciaes, quer derivassem de iniciativas de factores extrinsecos que não tivesse podido dominar. A realidade foi, que tudo teve de sacrificar a esse conjunto de circumstancias.

Chegou ao poder em condições extremamente más e angustiosas. Pouco sabia dos problemas federaes e do pessoal apto a desempenhar funcções publicas na União; sua carreira fizera quasi toda no Estado de Minas Geraes, donde era filho, e isso explica e justifica a deficiencia. A mesma causa, em Raul Soares, havia trazido a tremenda consequencia de se complicar desesperadamente a questão das cartas falsas, que, como um pesade-

lo, acabrunhou o período eleitoral. Agora, os remanescentes da ignobil campanha agiam, envenenando-o, no animo do presidente.

Fôra cruelmente ferido em seus mais íntimos sentimentos de brio e de honra; e seu gênio não era daquelles que esquecem e perdoam as injúrias, apesar de haver declarado em seu Manifesto Inaugural — “O presidente nunca se lembraria das aggressões feitas ao candidato”. Ignorava, por completo, que o preço da superioridade moral e mental sempre tem sido: comprehensão, tolerancia, indulgencia e paciencia. Perdoar, antes de tudo!...

Ademais, considerava a qualquer dissentimento de suas opiniões proprias, como uma prova de inimizade pessoal; e, como nutria uma sorte de convicção mystica de ser o agente de uma missão sobrehumana, taes inimigos, presumidos, eram por elle tidos como inimigos do país e do bem publico. Costumava formar apressadamente suas persuasões, prestando ouvido facil e prompto a intrigas e delações, mesmo não provadas. Leal a seus amigos, indo mesmo em seu apoio até as raias do quasi escandalo, não sabia ser generoso, nem mesmo tolerante, para com seus adversarios. Em todos os seus actos, dominava estranha insensibilidade, incessante e sem dó. Talvez, entretanto, em todas as suas falhas, fosse elle mais victima de exploradores de suas conhecidas franquezas, do que propriamente autor voluntario de muitas de suas mais censuradas decisões.

A sinceridade com que obedecia á sua convicção de estar cumprindo missão superior, parece fóra de duvida. Sua vida privada era acima de suspeitas. Um malentendido tragico, comtudo, predominou em todo o seu governo, entre elle e o povo. O presidente ansiava, sinceramente, por se apresentar aos olhos da Nação como um anjo defensor da pureza da doutrina republicana, e do principio da autoridade. A intenção era louvavel, mas os meios de execução não se achavam no mesmo nivel; e a massa dos administrados só enxergava estes; nelles só percebia uma sorte de baixa ditadura policial, nas mãos de subalternos sem impunitabilidade, da mais infima classe e da menos respeitavel, cujos desmandos lançavam sobre o presidente a grita e as imprecações de toda a parte melhor e decente da sociedade.

Ainda fumegavam tições mal apagados da revolta de 1922, por entre as cinzas da repressão. Nos círculos militares, mesmo entre os elementos tementes á lei e á disciplina, o sentir geral não era sympathico, pois Bernardes — desconhecendo por inteiro a vida militar, seus melindres, seus ideaes e sua psychologia — olhava para todos os officiaes, quer insubordinados, quer perfeitamente respeitadores da lei, com tendencias de suspeita e de diffidencia hostil. A prova mais eloquente desse grande erro está no facto indiscutivel de que, fossem quaes fossem suas idéas pessoais, o grosso dos quadros cumpriu seus deveres de soldados: esmagaram a insurreição de 1924-26, e, entre cerca de 5.000, apenas algumas dezenas, menos talvez de duzentos, officiaes foram achados culpados de actos de insubordinação.

Tempos de guerra civil dão sempre exemplos abundantes de abuso e de illegalidade. Todos os esforços estando polarizados pelo combate decisivo contra a violencia armada, passam para plano secundario todas as demais considerações. Justiça e Lei, raramente, estão presentes de modo continuo, e com efficiencia suprema, nesses dias perturbados. Aí talvez, se encontre a atenuante de muito acto indefensavel. Em conjunto, porém, o país se sentia arruinado e infeliz, num ambiente quasi irrespiravel. As operações militares absorviam largas sommas, nem sempre passíveis de completa fiscalização. Cada erro ou falta era explorado, e ampliado pelos odios partidarios, tanto mais perigosos porque eram murmuradas criticas e insinuações e nunca tomavam corpo. A repressão exercida agia ás cegas, apaixonadamente, despida de senso e de serenidade.

Triumpharam, entretanto, a ordem e a lei, graças á disciplina da maioria esmagadora de officiaes e praças.

229. **A obra realizada.** — Embora a administração se visse reduzida a um minimo, pois as perturbações civis monopolizavam todas as attenções e todos os esforços, e, por esse motivo, não podia ella se exercer senão em meio á desordem, alguns actos de importancia capital devem ser apontados a credito do Presidente.

A revisão da Constituição foi o primeiro. Poderia ella ter sido mais ampla, mais completa e fundamental, é certo, e melhorar regras que trinta e cinco annos de pratica do regime haviam evidenciado serem defeituosas. Tudo, porém, não se pôde fazer de uma só vez, em uma assentada só. Como se fez, reforçou o sentido da ordem, tornou o voto do orçamento mais facil e mais regular, limitou a tendencia crescente do Poder Judiciario a invadir attribuições meramente politicas.

Acima de tudo, pôs um paradeiro ao receio supersticioso de tocar no Estatuto, mesmo após a prova provada por muitos annos da necessidade da revisão. Já agora, periodicamente, as emendas aproveitaveis poderão ser estudadas e postas em pratica, ou para attender a exigencias novas do país, ou para revogar dispositivos vigentes que se tenham revelado inconvenientes.

O segundo acto referiu-se á taxação. Em 1891, a União havia sido sacrificada aos Estados, e estes, com a excepção isolada do Rio Grande do Sul e de Minas Geraes, difficultavam quanto podiam o desenvolvimento normal, logico e necessario do imposto sobre a renda. A solução definitiva desse problema, do ponto de vista federal, deve-se ao presidente Bernardes. A extensão da rêde ferro-viaria cresceu a 31.332.759 metros; os telegraphos foram a 51.487.554 metros, com um desenvolvimento de conductores de 96.186.712 metros.

230. Eleição presidencial de Washington Luis. — Era esperado com ansiedade o fim desse periodo presidencial, na esperanza de cessar a afflictiva atmosphera do momento. Talvez por isso, o primeiro magistrado da Nação, substituto de Bernardes, Washington Luis Pereira de Sousa, actualmente em exercicio, foi eleito sem opposição. O país inteiro estava cansado da luta vigente no quadriennio a se encerrar. A 15 de novembro de 1926, se deu a passagem do governo ao presidente eleito.

Estava restabelecida a ordem. Em todas as casas reinavam a paz e a tranquillidade. Era muito difficil e pesada a tarefa de liquidar o tremendo passivo do periodo de guerra civil que elle havia herdado. Até hoje, largas quantias estão por serem pagas.

Lentamente e sem pausa, o cáos está sendo dominado e posto em ordem.

Duas das medidas características para restabelecer a confiança cordial do publico no governo, foram as escolhas escrupulosas do pessoal idoneo para preencher vagas no Supremo Tribunal Federal, e a perfeita legalidade da grande maioria dos actos emanados do Poder Executivo. O principal esforço do presidente tem sido estabilizar o cambio. Indiscutível o escopo, que é o inspirador da humanidade desde que circula a moeda, a politica posta em pratica para o realizar tem sido alvo de numerosas criticas e divergencias.

A extensão ferro-viaria ascendeu a 31.815.950 metros; os telegraphos extendem-se por 55.409.076 metros, representando um desenvolvimento de conductores de 105.961.005 metros.

Voltou o Brasil á sua velha tradição politica de solidariedade internacional, especialmente mantida com nosso hemispherio Occidental: a Conferencia Pan-Americana de Cuba, e a recepção do presidente Hoover no Rio, bem como a visita do presidente do Paraguay, Guggiari, á nossa Capital, foram eloquentes provas dessa restauração do rumo tradicional de nossas relações com as nossas co-irmãs as Republicas das Tres Americas.

231. Conclusões. — Dessa resumida exposição dos acontecimentos, compendiando quatro seculos da vida do Brasil, algumas lições pódem ser deduzidas sobre as tendencias permanentes de nossa formação historica.

A primeira é o senso crescente de unidade nacional, embora nascido de uma semente de desintegração. Foi a consequencia da politica do Imperio, em opposição ao conceito dominante na antiga metropole portuguesa, quanto ao modo de se constituir um imperio colonial, conceito pelo qual se deviam manter apertados os laços entre as capitancias e a cabeça da monarchia lusitana e tornar difficeis e cheios de tropeços os liames entre as capitancias.

Durante os primeiros vinte annos após a Independencia, a unidade foi perturbada pelos restos da antiga mentalidade metropolitana. Terminaram, daí por deante. Desde 1845, tal senti-

mento vai em linha ascendente, e torna cada vez mais fortes os argumentos sobre conveniência e unidade essencial de todas as regiões do país.

A necessidade de dar a cada zona do Brasil a administração local que precisa, para melhor garantir seu próprio ambiente de progresso, levou à federação. Como os laços federaes e a dependência ainda são muito energicos, acontece frequentes vezes que as medidas do Governo Central chegam a seu ponto de applicação com grande atraso. Isto levanta um grito contra a dependência, e certos espiritos exaltados appellam para a secessão como receita unica adequada para o livre desenvolvimento de cada região.

Em realidade, não existe entre União e Estados sentimento separatista. Toda a nossa História o prova, principalmente no Rio Grande do Sul, onde tal corrente se quer descrever como fortissima: a insurreição de 1835-45 exigia, muito mais do que a independência, a autonomia local; foi precisamente um grito de ameaça contra a União, vindo do Rio da Prata, que pôs termo á revolta, e fez todos esses optimos brasileiros cerrar fileiras em torno da bandeira da Patria.

Outra conclusão a que chegamos, é a mudança profunda occorrida na atmospheria moral do conjunto internacional da Sul-America. A principio, tinhamos herdado prevenções e odios reinantes entre Lisbôa e Madrid, transmittidos assim a seus descendentes de nosso continente. Ainda, embora em gráu attenuado, existe nas classes populares, como estado de espirito sentimental, não raciocinado, resto evanescente de mentalidade hereditaria em via de extincção.

Desde a era dos cincoenta, começou a ver diminuidá sua influencia nos circulos politicos. Embora, nas rodas mais altas da sociedade, certas individualidades retardatarias ainda vibram ao influxo da rivalidade dos dois troncos atavicos, pôde-se affirmar que já não move nossas diplomacias. Uma das grandes victorias moraes de nosso seculo XX foi promover aberta e sinceramente uma intimidade maior entre americanos de descendencia espanhola e portuguesa. Não ha exaggero em dizer que estamos ra-

pidamente caminhando para um ambiente de solidariedade irrestricta e cordial, no conjunto da America do Sul.

Quanto aos Estados Unidos, differenças existem. E' talvez o Brasil a nação mais proxima da Norte-America do ponto de vista politico, pois nossa intimidade e communhão de idéas datam dos primeiros dias de nossa Independencia. A doutrina de Monroe muito cooperou para criar tal ambiente e entendimento, pois que, desde o primeiro momento, nos consideramos co-responsaveis nella, como regra commum de ambos os povos, e não como méra norma norte-americana interna.

Pódem ter surgido alguns desentendimentos em outras Republicas, pelo erro positivo de que, em geral, os organismos latino-americanos não têm sido devidamente estudados nos Estados Unidos. Immenso progresso tem sido experimentado, comtudo, nestes ultimos annos, pois o governo de Washington já comprehendeu que, nos dias que correm, as idéas de 1823 estão decididamente caducas e são inefficientes em sua forma primeira.

Dessa evolução commum, resultará uma crescente communhão de ideaes, pelo Continente em fóra. Tal solidariedade internacional não se conquistará de chôfre, mas terá de ser uma construcção cada vez mais continua e mais poderosa.

Cada qual de nossas unidades sul-americanas, seguindo o exemplo de nossa irmã do Norte, procura tirar o maximo partido de suas riquezas naturaes, cada uma segundo as características que a definem. Aqui se acham os maiores contrastes a serem encontrados, pois os factores moraes differem vastamente de um para outro país.

O Brasil tem-se dedicado a essa tarefa com o maior esforço, com o sentimento profundo de nunca perder sua individualidade, tanto espirital como social, de um grande povo catholico. Estamos intima e inabalavelmente decididos a nunca deixarmos de ser o que somos.

Nosso é, porém, um dever muito grave attingir e manter nossa maioria politica na sciencia de governar, a sciencia do homem de Estado. Tem variado mais do que devera, e a medi-

da desse facto reside na capacidade, maior ou menor, dos nossos conductores do povo em comprehender e agir no nível nacional, de um ponto de vista colectivo nacional e internacional, a um tempo, e sem alvos pessoas. Aqui, como em todas as nações, vastas oscillações se revelam na curva representativa de nossa eficiencia peculiar.

Nossos ideaes foram explanados em uma sessão memoravel do Congresso Scientifico Latino-Americano do Rio de Janeiro, em 1905, enunciados pela nobre e grande voz do barão de Rio Branco.

“Mesmo quando o Brasil, vivendo sob outro regime que o actual, era, na phrase do illustre general Mitre, uma verdadeira “democracia coroada”, e a differença de forma de governo podia fazer crer em differenças de ideal politico, mesmo então não foram menos amistosos os nossos sentimentos para com as Republicas limitrophes, e nunca nos deixamos dominar de espirito aggressivo, de expansão e de conquista, que mui injustamente se nos tem querido attribuir. Hoje, como naquelle tempo, a Nação Brasileira só ambiciona engrandecer-se pelas obras fecundas da paz, com seus proprios elementos, e dentro das fronteiras em que se fala a lingua dos seus maiores; e quer vir a ser forte entre vizinhos grandes e fortes, por honra de todos nós e por segurança do nosso continente, que talvez outros possam vir a julgar menos bem occupado”.

Em 1906, ao encerrar as sessões da Conferencia Pan-Americana do Rio de Janeiro, mais uma vez delineou as normas dessa politica de longo alcance:

“A opinião popular transvia-se muitas vezes. Não raro, um vento de insanía, despertando instinctos barbaros, açoita e abala os povos, mesmo os mais cultos e cordatos. O dever do estadista e de todos os homens de verdadeiro senso politico é combater as propagandas de odios e rivalidades internacionaes.

Nem população densa, nem dureza de vida material podem tornar o Brasil suspeito aos povos que occupam este nosso Continente da America.

As Republicas limitrophes a todas as Nações Americanas, só desejamos paz, iniciativas intelligentes e trabalhos fecundos, para que, prosperando e engrandecendo-se, nos sirvam de exemplo e estímulo á nossa actividade pacifica, como a nossa grande e gloriosa irmã do Norte, promotora dessas uteis conferencias. Aos paises da Europa, a que sempre nos ligaram e hão de ligar tantos laços moraes e tantos interesses economicos, só desejamos continuar a offerecer as mesmas garantias, que lhes tem dado até hoje o nosso constante amor á ordem e ao progresso.

Levareis, Srs. Delegados, aos vossos governos e á vossa Patria estas declarações que são a expressão sincera do sentimento do Governo e do Povo brasileiro.

Possam ellas servir para apagar desconfianças mal nascidas e resentimentos infundados, se ainda os ha, e tragam-nos em troca o bafejo sempre crescente da amizade de todos os povos americanos, amizade que cultivamos com carinho e nunca cessaremos de cultivar”.

Ideal nobilissimo e alevantado, que requer *homens* para ser realizado!...

Exigencia identica em todos os paises, e deve ser extensiva ao mundo inteiro. Não apenas á Norte-America, para a qual, em sua intèressantissima obra *Four Years in Germany*, o embaixador James Gerard escreveu: “Ha, nos Estados Unidos, numero demasiado de pensadores, de escriptores e de oradores; dora avante, precisamos dos fazedores, dos organizadores e dos realistas, unicos que poderão vencer a contenda para nós, para a democracia e para a paz permanente”.

Taes são, precisamente, o ideal e a tarefa do Brasil. Enfren-támos resolutamente as difficuldades do caminho a percorrer, e procurámos solvê-las com toda a nossa fé e nosso illuminado entusiasmo.

Um sentimento profundo nos guia e nos alenta: a convicção absoluta de que, assim como o Seculo XIX pôde ser qualificado o Seculo do Japão e dos Estados Unidos, o seguinte, este em que estamos vivendo e exercendo o nosso melhor esforço, merecerá receber o nome de *Seculo da America do Sul*.

Bibliographia

Obra de synthese como esta mal admite bibliographia, tão vasta devêra ella se revelar. Além do que, não ha relação forçada entre as fontes que se estudaram e as conclusões tiradas, assim como, em uma construcção qualquer, o edificio não depende essencialmente de seus elementos formadores, senão no modo por que foram utilizados. A silhueta, sim, é que caracteriza o architecto, e a visão dos factos ao autor.

A *Formação Historica do Brasil* traduz *nossa* comprehensão pessoal dos phenomenos sociaes de nossa terra, desde seu descobrimento até 1929, não como caso isolado no continente sul-americano, mas em sua interdependencia do mundo inteiro. Os chronicistas ou annalistas perquiridos respondem apenas pela exactidão do substratum material das generalizações.

Principaes elementos desse trabalho, foram as bibliothecas publicas do Rio de Janeiro, a Nacional, a do Ministerio das Relações Exteriores, a do Archivo Nacional, a do Instituto Historico e Geographico, bem como as collecções de documentos archivados tanto nessas instituições, como em suas congeneres nos Estados. Citemos especialmente S. Paulo, Minas, Bahia, Ceará, Rio Grande do Sul. As Revistas dessas benemeritas associações forneceram-nos insubstituiveis e preciosos subsidios; lembrar a todos, seria reproduzir o catalogo de seus annaes. O mesmo devemos dizer das publicações analogas de Buenos Aires e Montevidéo.

Entre as obras avulsas, podemos nomear algumas cuja lista, incompletissima, damos a seguir:

Historia da Colonização Portuguesa na America.

Diccionario Historico e Geographico do Brasil.

OLIVEIRA VIANNA — *O Occaso do Imperio.*

“ “ — *Evolução do povo brasileiro.*

- TOBIAS MONTEIRO — *O Presidente Campos Salles.*
 " " — *Historia do Imperio.*
 BAPTISTA PEREIRA — *O Brasil e a raça.*
 " " — *Civilização contra barbarie.*
 PAULO PRADO — *Retrato do Brasil.*
 FERNANDO ANTONIO RAJA GABAGLIA — *As fronteiras do Brasil.*
 FERNANDO NOBRE — *As fronteiras do Sul.*
 SOUSA DOCCA — *Causas da guerra contra Rosas.*
 " " — *A convenção preliminar de paz de 1828.*
 LUIS DE CAMARA CASCUDO — *Iópez do Paraguay.*
 HELIO LOBO — *A democracia uruguaya.*
 " " — *Antes da guerra.*
 ALBERTO RANGEL — *D. Pedro I e a Marquesa de Santos.*
 MANOEL BOMFIM — *O Brasil na America.*
 CEL. MARIO BARRETO — *A campanha Lopezguaya.*
 F. A. DE VARNHAGEN — *Historia do Brasil.*
 J. CAPISTRANO DE ABREU — *Capitulos de Historia colonial.*
 " " " " — *O descobrimento do Brasil.*
 JOAQUIM NABUCO — *Um estadista do Imperio.*
 CAROLINA NABUCO — *A vida de Joaquim Nabuco.*
 MANUEL MÚRIAS — *Nação Portuguesa.*
 EUGENIO DE CASTRO — *Diario da Navegação de Pero Lopes de Sousa.*
 MAX FLEIUSS — *Historia administrativa do Brasil.*
 JOÃO BAPTISTA CALOGERAS — *Politica Americana.*
 JOÃO PANDIA' CALOGERAS — *Rio Branco e a Politica Exterior.*
 " " " — *O Brasil e a Sociedade das Nações.*
 " " " — *A Politica Exterior do Imperio.*
 5 " " — *La Politique Monétaire du Brésil.*
 " " " — *Problemas de Governo.*

- ONETO Y VIANA — *La diplomacia del Brasil.*
 SETEMBRINO E. PEREDA — *El Belén uruguayo histórico.*
 " " " — *Paysandú patriótico.*
 LUCAS AYARRAGARAY — *La anarquía argentina y el caudillismo.*
 V. G. QUESADA — *Historia Diplomática Latino-Americana.*
 GAL. JOSE' MARIA PAZ — *Campañas contra Rosas.*
 ADOLFO SALDIAS — *La evolución republicana.*
 " " — *Historia de la Confederación Argentina.*
 " " — *Historia de la Constitución Argentina.*
 HERRERA — *El Uruguay internacional.*
 MANUEL MORENO — *Vida y Memorias de Mariano Moreno.*
 JOSE' MARIA REMOS MÉJIA — *Rosas y el Doctor Francia.*
 LORENZO CARNELLI — *Oribe y su Época.*
 JOSE' DE ESPAÑA — *Psicología de Rosas.*
 ERNESTO QUESADA — *La Época de Rosas.*
 A. D. GONZALEZ — *Analysis de "La época de Rosas".*
 CARLOS IBARGUREN — *Manuelita Rosas.*
 A. ZUM FELDE — *Proceso Histórico del Uruguay.*
 AQUILLES B. ORIBE — *Fuentes para escribir la Historia de la República Oriental del Uruguay.*
 JUNTA PATRIÓTICA PARAGUAYA — *El mariscal Francisco Solano López.*
 PAULO GROUSSAC — *Belgrano.*
 " " — *Estudios Históricos Argentinos.*
 MARQUES LE LEMA — *Antecedentes Políticos y Diplomáticos de los sucesos de 1808.*
 A. LAMAS — *Escritos Políticos y Literarios.*
 MELIAN LAFINUR — *Semblanzas del Pasado.*
 EDUARDO ACEVEDO — *Historia del Uruguay.*
 J. M. RUBIO — *La Infanta Carlota Joaquina y la Política de España en América.*
 JOSE' P. OTERO — *La révolution argentine.*
 DOMINGO SARMIENTO — *Facundo Quiroga.*
 ALBERTO DE FARIA — *Mauá.*

BRASILIANA

5.ª SÉRIE DA

BIBLIOTHECA PEDAGOGICA BRASILEIRA SOB A DIRECÇÃO DE FERNANDO DE AZEVEDO

VOLUMES PUBLICADOS:

- 1 — Baptista Pereira: **Figuras do Imperio e outros ensaios** — 2.ª edição.
- 2 — Pandiá Calogeras: **O Marquez de Barbacena** — 2.ª edição.
- 3 — Alcides Gentil: **As ideas de Alberto Torres** (syntese com indice remissivo).
- 4 — Oliveira Vianna: **Raça e Assimilação** — 3.ª ed. (augmentada).
- 5 — Augusto de Saint-Hilaire: **Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Geraes e a São Paulo (1822)** — Trad. e pref. de Affonso de E. Taunay.
- 6 — Baptista Pereira: **Vultos e episodios do Brasil**
- 7 — Baptista Pereira: **Directrizes de Ruy Barbosa** — (Segundo textos escolhidos).
- 8 — Oliveira Vianna: **Populações Meridionnes do Brasil** — 3.ª ed.
- 9 — Nina Rodrigues: **Os Africanos no Brasil** — (Revisão e prefacio de Homero Pires). Profusamente illustrado — 2.ª edição.
- 10 — Oliveira Vianna: **Evolução do Povo Brasileiro** — 2.ª ed. (illustrada).
- 11 — Luiz da Camara Cascudo: **O Conde d'Eu** — Vol. illustrado.
- 12 — Wanderley Pinho: **Cartas do Imperador Pedro II no Barão de Cotegipe** — Vol. illustrado.
- 13 — Vicente Licinio Cardoso: **A margem da Historia do Brasil**.
- 14 — Pedro Calmon: **Historia da Civilização Brasileira** — 3.ª ed.
- 15 — Pandiá Calogeras: **Da Regencia á queda de Rozas** — 3.º volume da (série "Relações Exteriores do Brasil").
- 16 — Alberto Torres: **A Organização Nacional**.
- 17 — Alberto Torres: **O Problema Nacional Brasileiro**.
- 18 — Visconde de Taunay: **Pedro II**.
- 19 — Affonso de E. Taunay: **Visitantes do Brasil Colonial** (Sec. XVI-XVIII).
- 20 — Alberto de Faria: **Mauá** (com tres illustrações fóra do texto).
- 21 — Baptista Pereira: **Pelo Brasil Maior**.
- 22 — E. Roquette-Pinto: **Ensaio de Antropologia Brasileira**.
- 23 — Evaristo de Moraes: **A escravidão africana no Brasil**.
- 24 — Pandiá Calogeras: **Problemas de Administração**.
- 25 — Mario Marroquim: **A lingua do Nordeste**.
- 26 — Alberto Rangel: **Rumos e Perspectivas**.
- 27 — Alfredo Ellis Junior: **Populações Paulistas**.
- 28 — General Couto de Magalhães: **Viagem ao Araguaya** — 3.ª ed.
- 29 — Josué de Castro: **O problema da alimentação no Brasil** — Prefacio do prof. Pedro Escudero.
- 30 — Cap. Frederico A. Rondon: **Pelo Brasil Central** — Ed. illustrada.
- 31 — Azevedo Amaral: **O Brasil na crise actual**.
- 32 — C. de Mello-Leitão: **Visitantes do Primeiro Imperio** — Ed. illustrada (com 19 figuras).
- 33 — J. de Sampaio Ferraz: **Meeteorologia Brasileira**.

- 34 — Angyone Costa: **Introdução á Archeologia Brasileira** — Ed. illustrada.
- 35 — A. J. Sampaio: **Phitogeographia do Brasil** — Ed. illustrada.
- 36 — Alfredo Ellis Junior: **O Bandeirismo Paulista e o Recôdo do Meridiano** — 2.^a edição.
- 37 — J. F. de Almeida Prado: **Primeiros Povoadores do Brasil** — (Ed. illustrada).
- 38 — Ruy Barbosa: **Mocidade e Exilio** (Cartas Ineditas. Prefaciadas e annotadas por Americo Jacobina Lacombe) — Ed. illustrada.
- 39 — E. Roquette-Pinto: **Rondonia** — 3.^a edição (augmentada e illustrada).
- 40 — Pedro Calmon: **Historia Social do Brasil** — 1.^o Tomo — **Espirito da Sociedade Colonial** — 2.^a edição.
- 41 — José-Maria Bello: **A intelligencia do Brasil**.
- 42 — Pandiá Calogeras: **Formação Historica do Brasil** — 2.^a ed. (com 3 mapas fóra do texto).
- 43 — A. Saboya Lima: **Alberto Torres e sua obra**.
- 44 — Estevão Pinto: **Os indigenas do Nordeste** (com 15 gravuras e mapas) — 1.^o volume.
- 45 — Basilio de Magalhães: **Expansão Geographica do Brasil Colonial**.
- 46 — Renato Mendonça: **A influencia africana no portuguez do Brasil** — Ed. illustrada.
- 47 — Manoel Bomfim: **O Brasil** — Com uma nota explicativa de Carlos Maul.
- 48 — Urbino Vianna: **Bandeiras e sertanistas bahianos**.
- 49 — Gustavo Barroso: **Historia Militar do Brasil** — Ed. illustrada. (com 50 gravuras e mapas).
- 50 — Mario Travassos: **Projecção Continental do Brasil** — Prefacio de Pandiá Calogeras — 2.^a edição ampliada.
- 51 — Octavio de Freitas: **Doenças africanas no Brasil**.
- 52 — General Couto de Magalhães. **O selvagem** — 3.^a edição completa, com parte original Tupy-guarany.
- 53 — A. J. de Sampaio: **Biogeographia dynamica**.
- 54 — Antonio Gontijo de Carvalho — **Calogeras**.
- 55 — Hildebrando Accioly: **O Reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da America**.
- 56 — Charles Expilly: **Mulheres e Costumes do Brasil** — Traducção, prefacio e notas de Gastão Penalva.
- 57 — Flausino Rodrigues Valle: **Elementos do Folklore musical Brasileiro**.
- 58 — Augusto de Saint-Hilaire: **Viagem á Provincia de Santa Catharina** (1820). — Traducção de Carlos da Costa Pereira.
- 59 — Alfredo Ellis Junior: **Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro-Americano**.
- 60 — Emilio Rivasseau: **A vida dos Indios Guaycurus** — Edição illustrada.
- 61 — Conde d'Eu: **Viagem Militar no Rio Grande do Sul** (Prefacio e 19 cartas do Principe d'Orleans, commentadas por Max Fleiuss) — Edição illustrada.
- 62 — Agenor Augusto de Miranda: **O Rio São Francisco** — Edição illustrada.
- 63 — Raymundo Moraes: **Na Plancie Amazonica** — 4.^a edição.
- 64 — Gilberto Freyre: **Sobrados e Mucambos** — Decadencia patriarchal rural no Brasil — Ed. illustrada.
- 65 — João Dornas Filho: **Silva Jardim**.
- 66 — Primitivo Moacyr: **A Instrucção e o Imperio** (Subsidios para a historia de educação no Brasil) — 1823-1853 — 1.^o vol.
- 67 — Pandiá Calogeras: **Problemas de Governo** — 2.^a edição.

- 68 — Augusto de Saint-Hilaire: **Viagem ás Nascentes do Rio S. Francisco e pela Provincia de Goyaz** — 1.º tomo — Traducção e notas de Clado Ribeiro Lessa.
- 69 — Prado Mala: **Atravéz da Historia Naval Brasileira.**
- 70 — Affonso Arinos de Mello Franco: **Conceito da Civilização Brasileira.**
- 71 — F. C. Hoehne — **Botanica e Agricultura no Brasil no Seculo XVI** — (Pesquisas e contribuições).
- 72 — Augusto de Saint-Hilaire — **Segunda viagem no interior do Brasil** — “Espírito Santo” — Trad. de Carlos Madeira.
- 73 — Lucia Miguel Pereira: **Machado de Assis** — (Estudo Critico-Biographico) — Ed. illustrada.
- 74 — Pandiá Calogeras — **Estudos Historicos e Politicos** — (Res Nostra...) — 2.ª edição.
- 75 — Affonso A. de Freitas: **Vocabulario Nhêengatú** (vernaculizado pelo portuguez falado em S Paulo) — Lingua Tupy-guarany. (Com 3 illustrações fora do texto).
- 76 — Gustavo Barroso: **Historia secreta do Brasil** — 1.ª parte: “Do descobrimento á abdicção de Pedro I” — Edição illustrada.
- 77 — C. de Mello-Leitão: **Zoologia do Brasil** — Edição illustrada.
- 78 — Augusto de Saint-Hilaire: **Viagem ás nascentes do Rio S. Francisco e pela Provincia de Goyaz** — 2.º tomo — Traducção e notas de Clado Ribeiro Lessa.
- 79 — Craveiro Costa: **O Visconde de Sinimbú** — Sua vida e sua acção na politica nacional - 1840-1889.
- 80 — Oswaldo R. Cabral: **Santa Catharina** — Edição illustrada.
- 81 — Lemos Britto: **A Gloriosa Sotaina do Primeiro Imperio** — Frei Caneca — Ed. illustrada.
- 82 — C. de Mello-Leitão: **O Brasil visto pelos inglezes.**
- 83 — Pedro Calmon: **Historia Social do Brasil** — 2.º Tomo — Espirito da Sociedade Imperial.
- 84 — Orlando M. Carvalho: **Problemas Fundamentais do Municipio** — Edição illustrada.
- 85 — Wanderley Pinho: **Cotegipe e seu Tempo** — Ed. illustrada.
- 86 — Aurelio Pinheiro: **A' Margem do Amazonas** — Ed. illustrada.
- 87 — Primitivo Moacyr: **A Instrucção e o Imperio** — (Subsidios para a Historia da Educação no Brasil) — 2.º volume — Reformas do ensino — 1854-1888.
- 88 — Helio Lobo: **Um Varão da Republica: Fernando Lobo.**
- 89 — Coronel A. Lourival de Moura: **As Forças Armadas e o Destino Historico do Brasil.**
- 90 — Alfredo Ellis Junior: **A Evolução Economica Paulista e suas Causas** — Edição illustrada.
- 91 — Orlando M. Carvalho: **O Rio da União Nacional: O São Francisco.**
- 92 — Almirante Antonio Alves Camara: **Ensaio Sobre as Construções Navaes Indigenas do Brasil** — 2.ª edição illustrada.
- 93 — Seraphim Leite: **Paginas de Historia do Brasil.**
- 94 — Salomão de Vasconcellos: **O Fico — Minas e os Mineiros da Independencia** — Ed. illustrada.
- 95 — Luiz Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz: **Viagem no Brasil** — 1865-1866 — Trad. de Edgar Sússekind de Mendonça.
- 96 — Osorio da Rocha Diniz: **A Politca que Convem ao Brasil.**
- 97 — Lima Figueiredo: **Oeste Paranaense** — Edição illustrada.
- 98 — Fernando de Azevedo: **A Educação Publica em São Paulo** — Problemas e discussões (Inquerito para “O Estado de S. Paulo” em 1926).
- 99 — C. de Mello-Leitão: **A Biologia no Brasil.**
- 100 — Roberto Simonsen: **Historia Econo. lica do Brasil.**

- 101 — Herbert Baldus: **Ensaio de Ethnologia Brasileira.** — Prefacio de Affonso de E. Taunay. — Edição Illustrada.
- 102 — S. Fróes Abreu: **A riqueza mineral do Brasil.**
- 103 — Sousa Carneiro: **Mythos Africanos no Brasil.** - Ed. Illustrada.
- 104 — Araujo Lima — **Amazonia — A Terra e o Homem.**
- 105 — A. C. Tavares Bastos: **A Provincia** — 2.^a edição.
- 106 — A. C. Tavares Bastos: **O Valle do Amazonas** — 2.^a ed.
- 107 — Luiz da Camara Cascudo: **O Marquez de Olinda e seu tempo (1793-1870)** — Edição Illustrada.
- 108 — Padre Antonio Vieira: **Por Brasil e Portugal** — Sermões commentados por Pedro Calmon.
- 109 — Georges Raeders: **D. Pedro II e o Conde de Gobineau** (Correspondencia Inedita).
- 110 — Nina Rodrigues: **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil** — Com um estudo do Prof. Afranio Peixoto.
- 111 — Washington Luis — **Capitania de São Paulo** — 2.^a ed.
- 112 — Estevão Pinto: **Os indigenas do Nordeste** — 2.^o Tomo — organização e estrutura social dos indigenas do nordeste brasileiro.
- 113 — Gastão Cruls: **A Amazonia que eu vi** — Obidos - Tumue-Humac — Prefacio de Roquette-Pinto — Illustrado - 2.^a ed.
- 114 — Carlos Sússekind de Mendonça: **Sylvio Romero** — Sua formação intellectual — 1851-1860. — Com uma indicação bibliographica — Ed. illustrada.
- 115 — A. C. Tavares Bastos: **Cartas do Solitario** — 3.^a edição.
- 116 — Agenor Augusto de Miranda: **Estudos Piahyenses** — Ed. Illustrada.

Obras de Pandiá Calogeras

- 1891 — *O manganez de Curiguaba* — (Santa Catharina).
- 1892 — *Relatorio dos trabalhos feitos na fazenda de Gandarella* — (em colaboração com o Dr. Arthur Guimarães). Prefacio de Gorceix — Ouro Preto.
- 1892 — *Meteorito de S. Catharina* — *Jornal do Commercio*, — 20 de maio — Rio de Janeiro.
- 1892 — *Le fer nicklé de Sainte Catherine* — *Revue Scientifique*. Paris.. Um extracto dessa communicacão foi publicado em 1893 no “*Neues Jahrbuch fuer Mineralogie*”.
- 1893 — *Minerios de ferro* — *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 9 de outubro.
- 1893 — *As linhas telegraphicas mineiras* — *Revista Industrial* — Ouro Preto.
- 1895 — *Contribution à l'étude des exploitations de diamants au Brésil. Note sur les gisements diamantifères d'Agua Suja* — *Extrait de la Révue Universelle des Mines* — Tome XXIX page 1, 1895. O mesmo ensaio foi reproduzido na “*Revista Industrial de Minas Geraes*” — janeiro e fevereiro de 1895. Ouro Preto.
- 1895 — *A proposito dos trabalhos do Museu Paraense* — *Revista Brasileira*, (155-172) Tomo 16.^o
- 1895 — *A fabrica de ferro de São João do Ipanema* — *Revista Brasileira* — Rio de Janeiro — Um extracto foi reproduzido no “*Brazilian Bulletin*”, São Paulo, dezembro de 1895.
- 1896 — *Plano de Viação Ferrea em Minas Geraes* — em Minas Geraes no seculo XX do Professor Rodolpho Jacob — Bello Horizonte, 1911.
- 1896 — *As estradas de ferro federaes* — (*Revista Brasileira*), de 1.^o de novembro de 1896 e 1.^o de janeiro de 1897 — Rio de Janeiro
- 1897 — *As estradas de ferro federaes* — Novo estudo — *Jornal do Commercio* de 4 e 23 de fevereiro — Rio de Janeiro.
— *Resposta a uma serie de artigos publicados na Gazeta de Noticias*.
- 1897 — *Prolongamento do ramal de Ouro Preto* — o *Jornal do Commercio*, 7 de janeiro — Rio de Janeiro.
- 1897 — *Manifesto ao eleitorado do 1.^o Districto Federal de Minas Geraes* — *Jornal do Commercio* — Rio de Janeiro,, 16 de fevereiro.

- 1898 — *Responsabilidade das Vias Ferreas na Execução do Contracto de Transporte* — Rio de Janeiro — 39 paginas.
- 1899 — *O manganez e seu transporte na E. F. Central do Brasil* — Rio de Janeiro — *Jornal do Commercio* — 20 de abril.
- 1899 — *O orçamento do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas para 1900* — Rio de Janeiro.
- 1901 — *La situation économique du Brésil* — Conferencia realizada na Societé de Géographie Commerciale — Paris — 32 pags.
- 1902 — *Electro siderurgia* — *Bello Horizonte*, Minas Geraes, de 2 de abril.
- 1902 — *O Café* — *Diario de Minas* — *Bello Horizonte*, 28, 29, 30 de agosto e 1.º, 3, 4, 10 e 11 de setembro.
- 1902 — *Reforma Tributaria* — *Commercio de Minas*, 23, 24, 25, 30, 31 de dezembro de 1902 e 3 de janeiro de 1903.
- 1904 — *As minas de ouro nacionaes* — *Jornal do Commercio* de 3 de dezembro — Rio de Janeiro.
- 1904 - 1905 — *As Minas do Brasil e a sua legislação* — 3 volumes — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — Parte do capitulo sobre o Ferro foi publicada na *Revista do Instituto Historico de S. Paulo*. Parte de outro capitulo sobre pedras preciosas foi publicada nos Estados Unidos, em Chicago em janeiro de 1906, no *The Mining World*, sob o titulo *Gem Mining in Brazil*.
- 1905 — *O Transporte de manganez* — Polemica com o Dr. Osorio de Almeida, *Jornal do Commercio* — Rio de Janeiro 2, 9 e 18 de abril.
- 1905 — *Discurso de recepção no Instituto Historico e Geographico Brasileiro* — *Jornal do Commercio*, 7 de outubro.
- 1905 — *Nomes indigenas* — Resposta a Diogo de Vasconcellos — *Minas Geraes*, 24 de março.
- 1910 — *La politique monétaire du Brésil* — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 526 pags.
- 1911 — *Relações Exteriores do Brasil* — Imprensa Nacional — 43 pags. — Rio de Janeiro.
- 1911 — *Os Jesuítas e o Ensino* — *Revista Americana* — Rio de Janeiro — 2.ª edição — 65 pags.
- 1912 — *Novos rumos economicos* — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 39 paginas.
- 1912 — *Vida de Marianno Procopio Ferreira Lage* — Conferencia pronunciada ao ser inaugurada a sua herma em Juiz de Fóra — o Paiz — 19 de maio.
- 1912 — *O Brasil e o seu desenvolvimento economico* — Conferencia na Bibliotheca Nacional — Volume 35 dos *Annaes da Bibliotheca Nacional*.
- 1913 — *Rio Branco e a politica Exterior* — *Revista Americana* — Rio de Janeiro — Houve uma segunda edição na Imprensa nacional — 1913 — Terceira edição em *Res Nostra*, S. Paulo, em 1930.
- 1913 — *A Defeza Naval* — *Folha do Dia*. — Rio de Janeiro, 10 e 13 de julho.

- 1913 — *A crise monetaria* — Imparcial — Rio de Janeiro de 12 de agosto.
- 1913 — *A proposta de orçamento para 1914* — Jornal de Economia Política — Rio — outubro — volume 1 pags. 89 a 97.
- 1913 — *A receita federal e a Economia Política* — Jornal da Economia Política — Rio de Janeiro — Volume 1 n.º 2 — novembro — pags. 179 - 213.
- 1914 — *A lei de Minas* — Imprensa Nacional — 110 pags.
- 1914 — *O problema economico do Brasil* — Bibliotheca da Camara do Comercio Internacional do Brasil — Rio de Janeiro — 17 pags.
- 1915 — *Introdução ao Relatorio da Fazenda* — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro.
- 1916 — *Introdução ao Relatorio da Fazenda* — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro.
- 1917 — *Relatorio Confidencial ao Conselheiro Rodrigues Alves sobre a situação orçamentaria e administrativa do Brasil.* — Publicado em 1933 sob o titulo *Problemas de Administração* — Companhia Editora Nacional — S. Paulo.
- 1919 — *Diario da Conferencia da Paz*, publicado em 1933 na obra *Calogeras na opinião de seus contemporaneos* — S. Paulo.
- 1920 — *Introdução ao Relatorio da Guerra* — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro.
- 1921 — *Introdução ao Relatorio da Guerra* — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro.
- 1922 — *Introdução ao Relatorio da Guerra* — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro.
- 1924 — *Circular dirigida ao eleitorado do 2.º districto de Minas Geraes* — Rio de Janeiro, 15 pags.
- 1924 — *Industrias Basilares* — Revista de Arte e Sciencias — Rio de Janeiro — Ha uma separata de 31 paginas.
- 1925 — *O poder pessoal e o lapis fatidico* — Edição "O Jornal" sobre Pedro II — Rio de Janeiro.
- 1925 — *O Brasil em 1840* — Edição "O Jornal" sobre Pedro II — Rio de Janeiro.
- 1925 — *Um Homem* — no volume de Epitacio Pessoa e o juizo de seus contemporaneos — Rio de Janeiro.
- 1926 — *Aspectos da Economia nacional* — São Paulo — 47 pags.
- 1926 — *A industria nacional existe* — Revista Viação n.º 4 — Rio de Janeiro.
- 1926 — *Emprestimo de consolidação* — Revista "O Commentario" n.º 7 — S. Paulo.
- 1926 — *O Brasil e a Sociedade das Nações* — Separata do n.º 6 de "O Commentario" — 58 pags. — S. Paulo, reproduzido no volume "Res Nostra".

- 1926 — *A Theoria de Wegner sobre a formação dos continentes* — Revista da Escola Polytechnica de S. Paulo n.º 81. — Ha uma separata de 46 paginas.
- 1927 — *A ordem de S. Bento e a civilização* — S. Paulo — 20 pgs. e reproduzido no volume “Res Nostra”.
- 1927 — *Discurso proferido ao ser empossado da Presidencia da Sociedade Brasileira de Engenheiros* — “Jornal do Commercio” — Rio de Janeiro.
- 1927 — *A politica Exterior do Imperio* — As origens. 1.º volume — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 490 pags.
- 1928 — *A politica Exterior do Imperio* — O primeiro reinado — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 568 pags.
- 1928 — *A missão apostolica social* — Conferencia pronunciada no Collegio S. Ignacio — Rio de Janeiro — na revista “A Cruz”.
- 1928 — *O tratado provisional de 1828* — Edição “O Jornal” de 12 de outubro, commemorativa do Centenario da Paz Argentino-Brasileira.
- 1928 — *Problemas de governo* — S. Paulo — 188 pags. — Contém as seguintes conferencias: Aspectos da economia nacional — Fontes de energia — A metallurgia em S. Paulo — Meios de comunicação do Brasil — Valores produzidos — Ministerio incompreendido — Classes armadas — Directrizes Internacionais do Brasil.
- 1928 — *Valores a reajustar* — Revista Nacional n.º 1 — S. Paulo.
- 1928 — *A Casa da Divina Providencia* — “O Jornal” — Rio de Janeiro — 25 de novembro de 1928 e 14 de julho de 1929.
- 1929 — *As Cooperativas* — “A Ordem” de 2 de abril — Rio de Janeiro.
- 1929 — *A Gazolina* — “A Ordem” de 15 de maio — Rio de Janeiro.
- 1929 — *A União Brasileira* — Prefacio e Estatutos — 32 pags.
- 1930 — *Formação Historica do Brasil* — Pimenta de Mello — 2.ª edição (1935) — Companhia Editora Nacional.
- 1930 — *Res Nostra* - Contém os seguintes estudos: Capistrano de Abreu, Tobias Monteiro e a Historia do Imperio - Diário da navegação de Pêro Lopes de Souza - Frei Vital - A ordem de S. Bento e a Civilização — Padre Manoel da Nobrega — Padre José Manoel Madureira (o christão, o historiador e o livro) — A naturalidade de D. Antonio Filippe Camarão — Pernambuco e o caracter nacional — Osorio — Rio Branco e a politica exterior — Domicio da Gama — A Liga das Nações — O fascismo — A reorganização militar argentina — O problema do desarmamento da America do Sul — O Brasil e a Sociedade das Nações. O Brasil e a Liga das Nações — Os tratados de 1827 e 1828 — Oliveira Lima diplomata — A questão romana — O Governo da Igreja — Diplomatas mineiros — Revisão Constitucional — Emendas religiosas — Maximas Budhistas — Palavras de um velho — O problema universitario brasileiro — O senso da vida — A lição dos paizes divorcistas — A illusão monetaria — O pro-

- jecto monetario — Cooperação — Transportes archaicos — A marca do Sul.
- 1931 — *Reforma Tributaria de Minas* — Imprensa Official — Rio de Janeiro.
- 1931 — *A Escola de Minas e Ouro Preto* — Discurso do paranympho — No volume *Calogeras na opinião de seus contemporaneos*.
- 1931 — *O Conceito Christão do Trabalho* — Companhia Editora Nacional — S. Paulo.
- 1931 — *Feijó e a crise religiosa* — Na "Hierarchia" — Rio de Janeiro.
- 1931 — *Os engenheiros e os novos ideaes economicos* — Conferencia na Sociedade Mineira de Engenheiros — "Revista do Instituto de Engenharia" — S. Paulo.
- 1931 — *Oração ao Senhor* — "Jornal do Brasil" — Rio de Janeiro.
- 1931 — *Prefacio aos aspectos geographicos sul americanos* — de Mario Travassos.
- 1932 — *Educação Politica de D. Pedro II* — Em "Politica" — S. Paulo.
- 1932 — *Feijó regente* — "Politica" — S. Paulo.
- 1932 — *O Marquez de Barbacena* — Companhia Editora Nacional — São Paulo.
- 1933 — *Politica Exterior do Imperio* — III volume: Da Regencia á queda de Rozas — Companhia Editora Nacional — S. Paulo.
- 1933 — *Lund* — "Revista do Instituto Historico" — Rio de Janeiro.
- 1933 — *Prefacio de Engenharia na Industria* — do Dr. Francisco de Salles Oliveira.
- 1933 — Prefacio carta ao *Trabalho na Russia* — do Dr. Francisco de Salles Oliveira, no volume *Calogeras na opinião de seus contemporaneos*.
- 1934 — *Ascenções d'alma* — com um prefacio do Padre Leonel Franca — Edição limitada.
- 1897 a 1899 — 1903 a 1915 — 1933 — *Pareceres e discursos parlamentares* — Annaes da Camara — Rio de Janeiro. A sua obra parlamentar é vastissima. Discutiu exhaustivamente todos os orçamentos e os problemas referentes á mineração, instrucção publica, questões de limites e Tratados, Transportes e Vias Ferreas, Café, Caixa de Conversão e Reforma Tributaria. Foi a maior autoridade da Camara em assumptos de Marinha e Guerra.
- 1891 a 1933 — *Collaboração intensa em jornaes e publicações periodicas*.
- 1891 a 1933 — Vasta correspondencia, salientando-se a serie de cartas trocadas com o Padre Madureira a proposito de sua conversão religiosa. No volume *Calogeras na opinião de seus contemporaneos*, acham-se as cartas escriptas aos drs. Roberto Simonsen e Antonio Gontijo de Carvalho.

Indice das Materias

CAPITULOS

PAGS.

- I. Descobrimto e colonização 3
1. O problema do descobrimento 3 — 2. O segredo official 4 — 3. A attitudo portuguesa em Tordesilhas 6 — 4. Porque se conservou a conquista 7 — 5. Missão de Martim Affonso de Souza 9 — 6. Utilização da colonia. As capitánias doadas 11 — 7. Pontos fracos das donatarias 12 — 8. Organização religiosa 13 — 9. Colaboração cordial do Poder civil com a Igreja 13 — 10. Divisão do governo 15 — 11. Dominio espanhol 15 — 12. O elemento local 16 — 13. Lutas com a Hollanda 17 — 14. A Restauração 18 — 15. O vice-reino. As minas 19 — 16. Recúo do meridiano demarcador 20.
- II. Organização economica. Valores exportaveis 23
17. A terra 23 — 18. A população 24 — 19. O elemento invasor 25 — 20. O problema da mão de obra 26 — 21. A escravidão negra 27 — 22. A pacificação. A organização economica, ao Norte 29 — 23. A organização economica ao Sul. As minas 31 — 24. A mestiçagem. O trafico 32 — 25. As consequencias 35 — 26. Antonil 37 — 27. Ausencia do meio circulante 40 — 28. Consciente emancipação politica da colonia 41.
- III. Riquezas mineraes 45
29. A miragem das minas 45 — 30. A victoria de Fernão Dias Paes Leme 50 — 31. A invasão das Minas Geraes. Os diamantes 51 — 32. Desbravamento da vida colonial 57 — 33. Avaliação demographica 57 — 34. A siderurgia 58 — 35. O ambiente das Minas geraes 58 — 36. A Inconfidencia 60 — 37. O sentir geral da colonia 63 — 38. Attritos incipientes com a metropole 67.

- IV. Rio de Janeiro, capital da monarchia portuguesa 71
39. Transferencia da Familia Real para o Brasil 71 — 40. A recepção no Brasil 75 — 41. Organização do governo no Rio 78 — 42. As necessidades internas 81. — 43. As difficuldades internacionaes 83 — 44. Os progressos realizados 86 — 45. Atritos iniciaes no Prata 87 — 46. O movimento independentista da America espanhola 90 — 47. A posição do Brasil 92 — 48. A volta de D. João a Lisboa 94.
- V. Independencia do Brasil. Seu reconhecimento pela "Comitatus Gentium". 99
49. D. Pedro 99 — 50. D.^a Leopoldina 100 — 51. Vesperas da Independencia 100 — 52. Difficuldades do regente, D. Pedro. Organização do movimento 101 — 53. A revolta da guarlição portuguesa do Rio 102 — 54. José Bonifacio 105 — 55. Independencia ou morte 108 — 56. Deveres do momento 110 — 57. Dissolução da Constituinte. A Carta outorgada 112 — 58. A campanha do reconhecimento do Imperio 113. — 59. As missões em Londres, Vienna, Paris e Washington 116 — 60. Londres, centro das negociações na Europa. Canning, Felisberto Caldeira Brant Pontes 119.
- VI. Lutas no Rio da Prata. Descontentamento crescente. Abdicação de D. Pedro I. 123
61. Abdicação da corôa portuguesa 123 — 62. Hostilidades entre o Imperador e a Camara 124 — 63. A Cisplatina 126 — 64. A campanha da Cisplatina. Seu ambiente 129 — 65. O aspecto brasileiro do problema 132 — 66. As negociações de paz 134 — 67. O tratado de paz de 1828 136 — 68. O bloqueio do Prata 137 — 69. A organização juridica e administrativa do Imperio 138 — 70. Progressos alcançados 141 — 71. Lutas entre o Imperador e o Legislativo 143 — 72. A "Aurora Fluminense" 144 — 73. Nova missão do marquês de Barbacena 145 — 74. Ensaio falho de governo constitucional 146 — 75. Prodomos da abdicação 147 — 76. Abdicação de D. Pedro I 149.
- VII. Regencias. Secessão. Levantes. Maioridade de D. Pedro II 151
77. Organização da Regencia 151 — 78. O Acto Adicional 153 — 79. Bernardo de Vasconcellos 154 — 80. Diogo Antonio Feijó, regente 156 — 81. Tumultos e motins do Pará 157 — 82. Inicio da revolução dos Farrapos 158 — 83. Federalismo mais do que separatismo 161 — 84. Demissão de Feijó 163 — 85. Pedro de Araujo

Lima, regente 163 — 86. Hesitações de rumos de governo 165 — 87. Necessidade vital de governo forte 166 — 88. Reconstrucção da autoridade 167 — 89. Influxo dos partidos platinos na luta dos Farrapos 169 — 90. As alianças partidarias no Sul 170 — 91. Bloqueio francês do Rio da Prata 172 — 92. Lutas partidarias no Imperio 173 — 93. Lei interpretativa do Acto Adicional Corrente maiorista 173 — 94. Revolução da maioridade 175.

VIII. Problemas de organização e de trabalho. O trafico 179

95. Improvisações na obra governativa. Estabelecimento do parlamentarismo 179 — 96. Situação economica e financeira 181 — 97. Os tratados do commercio 182 — 98. O trafico 185 — 99. Ambiente brasileiro favoravel á escravidão 187 — 100. Choques das interpretações dos tratados 188 — 101. Nascimento de um movimento nacional contrario ao trafico. Projectos legislativos 190 — 102. Nova missão do marquês de Barbacena 193 — 103. Iniciativa do senador Vergueiro. A parceria 196 — 104. O mecanismo do trafico 197 — 105. O trafico, principalmente interesse portuguez 199 — 106. Actividade intellectual 201.

IX. Pacificação progressiva das lutas internas. Problemas platinos. Equilibrio dos poderes. Caseros. 203

107. "Journée de dupes" 203 — 108. Antonio Carlos 204. — 109. Restauração da autoridade 205 — 110. A Amnistia de 1840 206 — 111. Demissão do gabinete maiorista 207 — 112. Missão do barão de Caxias 208 — 113. Victoria de Rozas na politica platina 208 — 114. Derrota de D. Fructuoso Rivera 209 — 115. Campanha exaggerada contra Rozas 210 — 116. Nova tentativa mediadora anglo-francesa 212 — 117. Desconsideração de Rozas ao Imperio 212 — 118. Rejeição do tratado celebrado com o Brasil 213 — 119. Repercussão na luta contra os Farrapos 214 — 120. Plano de Caxias 216 — 121. Pacificação do Rio Grande do Sul 218 — 122. Prenuncios de lutas no Prata 218 — 123. Missão Sinimbu 219 — 124. Missão Abrantes na Europa. Seu mallogro 221 — 125. Insucesso da tentativa anglo-francesa de mediação 224 — 125. Posição dominadora de Rozas, no Prata 227 — 127. Pacificação definitiva do Imperio. União nacional contra a ameaça platina 228 — 128. O choque 230 — 129. Urquiza 231 — 130. Vesperas de guerra 232 131. Invasão da Argentina pelos Alliados. Victoria de Monte-Caseros, 234.

- X. O Bill Aberdeen. Abolição do trafico. Progresso geral do Brasil 235
 132. Recrudescencia da hostilidade britannica 235 — 133. Recriminações reciprocas 236 — 134. O bill Aberdeen 237 — 135. Reacção escravagista 238 — 136. A luta decisiva contra o trafico 238 — 137. Lei de Eusebio de Queiroz 240 — 138. Liberdade de navegação dos rios 241 — 139. Surto ascensional do Imperio 245 — 140. Novos ideaes economicos 246 — 141. Unidade das directrizes internacionaes 250 — 142. Politica interna. A Liga Paraná 252 — 143. Rumos intellectuaes 253.
- XI. Guerras do Uruguay e do Paraguay 257
 144. Atritos precursores. Erros de comprehensão 257 — 145. A anarchia uruguaya 259 — 146. Mentalidade real do Brasil 261 — 147. O dissidio argentino-uruguayo 261 — 148. Revolução de D. Venancio Flôres 264 — 149. O desespero da fronteira uruguayo-brasileira 265 — 150. Missão Saraiva. O *ultimatum* 267 — 151. A guerra do Uruguay 271 — 152. A intervenção paraguaya 274 — 153. D. Francisco Solano López 278 — 154. O almirante Tamandaré 281 — 155. O conselheiro Silva Paranhos 283 — 156. Guerra do Paraguay 283 — 157. Elementos contrarios ao Uruguay 284 — 158. Posição falsa de Urquiza 285 — 159. Erros militares de López 286 — 160. A opinião publica e López, na America do Sul 288 — 161. Fim da guerra 290.
- XII. Evolução partidaria. Liberdade dos nascituros. Questão religiosa. Desaffeição pelo Imperio 293
 162. Novos pontos de vista politicos 293 — 163. O Imperador 294
 164. Evolução partidaria 297 — 165. A liberdade dos nascituros. O visconde do Rio Branco 299 — 166. Influxo dos militares na politica. A questão Caxias 301 — 167. Crepusculo do sentimento monarchista 308 — 168. Politica religiosa do Imperio 310 — 169. Conflicto religioso 313 — 170. D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira e D. Antonio de Macedo Costa 315 — 171. Processo dos bispos 316 — 172. Missão Penedo 320 — 173. Condemnação dos bispos. Triunpho da Igreja 322. — 174. Consequencias 323.
- XIII. Emancipação e abolição da escravidão. Questão militar. Desaffeição crescente. Quêda do Imperio 325
 175. Economia nacional 325 — 176. O ambiente politico 326 — 177. A reforma eleitoral 328 — 178. Seus pontos fracos 331 —

179. A libertação dos escravos. Joaquim Nabuco 331 — 180. Conquistas iniciais 334 — 181. A abolição. Isabel a Redemptora 337 — 182. Abandono do ideal monarchico 339 — 183. Os partidos e as forças armadas 343 — 184 As questões militares 345 — 185. A desaffeição pelo regime imperial 347 — 186. O desinteresse da Familia Imperial. Affonso Celso 349 — 187. Os republicanos. Benjamin Constant 351 — 188. Proclamação da Republica. Deodoro da Fonseca 351.

XIV. Proclamação e consolidação da Republica 355

189. Relações internacionaes 355. — 190. Instrução publica 356 — 191. Surto economico 357 — 192. Actividade literaria 358 — 193. Individualidade nacional 358 — 194. A Republica e D Pedro II 360 — 195 A situação de facto. As medidas tomadas 361 — 196. O reconhecimento da Republica 364 — 197. Politica interna 364 — 198. Atritos entre Executivo e Congresso 367 — 199. Isolamento do Governo Lucena 368 — 200. Dissolução do Congresso 371 — 201. A Legalidade. Floriano Peixoto 373 — 202. Prodromos da revolta da esquadra 375 — 203. Revolta da esquadra 377 — 204. Revolução federalista 380 — 205. Lição da Historia 381.

XV. Reconstrucção 385

206. Eleição presidencial de Prudente de Moraes 385 — 207. Hostilidade do Exercito 386 — 208 Restabelecimento da ordem 388 — 209. Fanatismo sertanejo 389 — 210 Reorganização financeira. Campos Salles, presidente 393 — 211. Eleição presidencial de Rodrigues Alves 395 — 212. Questões fronteiriças 396 — 213. O barão de Rio Branco 397 — 214. Eleição presidencial de Affonso Pena 400 — 215. Nilo Peçanha, vice-presidente, no exercicio da presidencia 403.

XVI. Revivescencia de motins politico-militares. Triumpho dos governos civis. As ultimas presidencias 407

216. Deficiencias do preparo politico do marechal Hermes 407 — 217. As repulsas 409 — 218. Pinheiro Machado 411 — 219. Eleição presidencial de Wenceslau Braz 414 — 220. As difficuldades do momento 415 — 221. O cumprimento do acôrdo financeiro 417 — 222. Rodrigues Alves, presidente pela segunda vez, morre antes de empossado. Delphim Moreira, na presidencia 419 — 223. Eleição presidencial de Epitacio Pessoa 420 — 224. Tarefa cumprida 422 — 225. Expansão artistica 425 — 226. Crise da suc-

CAPITULOS

PAGS.

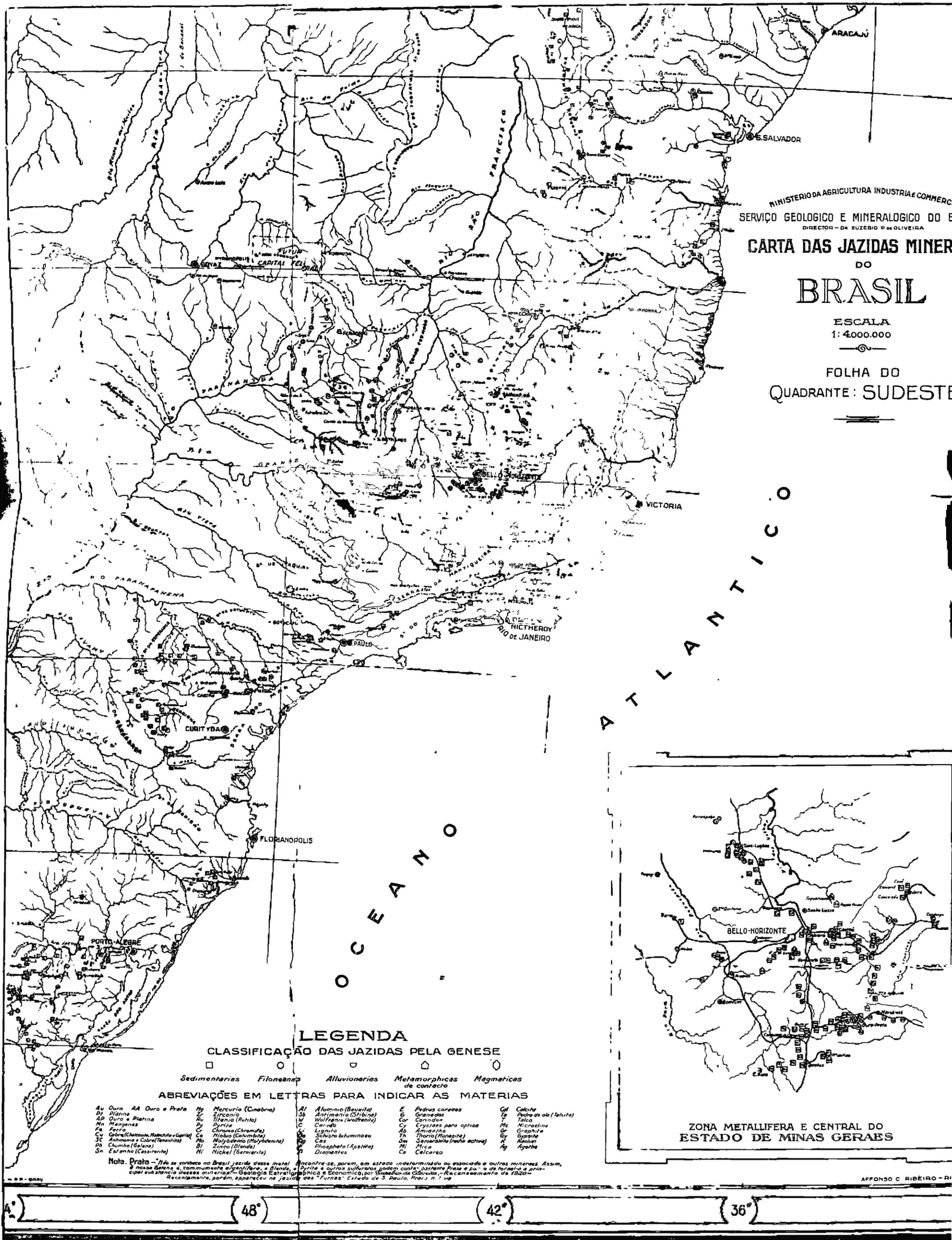
cessão presidencial 427 — 227. A conspiração 434 — 228. Arthur Bernardes, presidente 436 — 229. A obra realizada 438 — 230. Eleição presidencial de Washington Luis 439 — 231. Conclusões 440.

Bibliographia.

Indice alphabetico.

M A P P A S

- 1 Riquezas mineraes.
- 2 Schema das guerras do Uruguay e do Paraguay (1864-1870).
- 3 O Brasil de hoje.

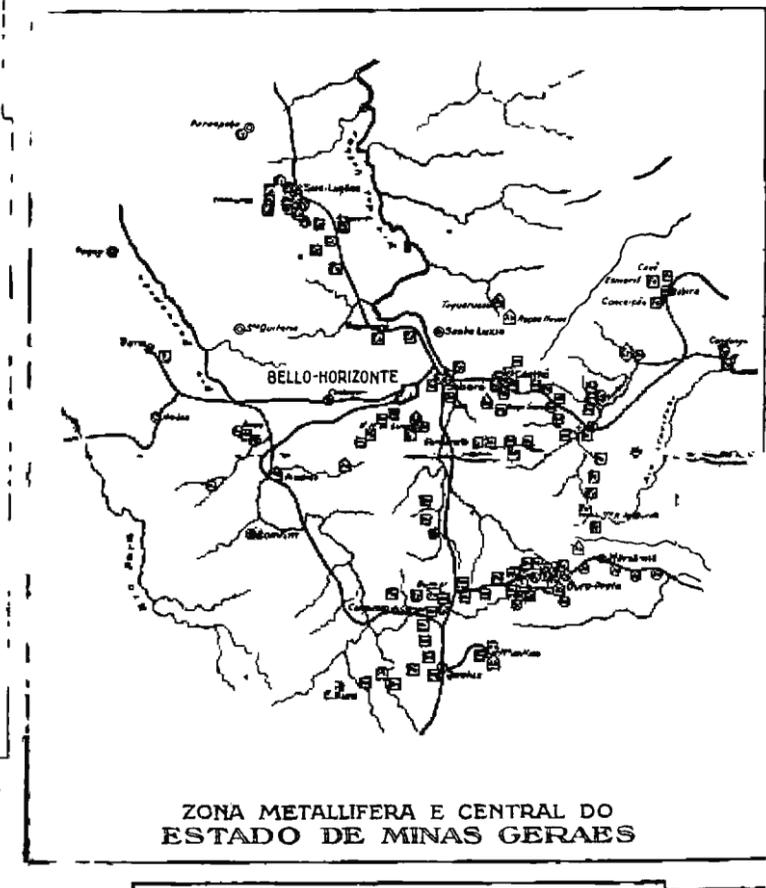


MINISTERIO DA AGRICULTURA INDUSTRIA E COMERCIO
 SERVIÇO GEOLOGICO E MINERALOGICO DO BRASIL
 DIRECTOR - DR. EUZEBIO DE OLIVEIRA
CARTA DAS JAZIDAS MINERAIS DO BRASIL

ESCALA
 1:4.000.000

FOLHA DO
 QUADRANTE: SUDESTE

O
C
E
A
N
O
A
T
L
A
N
T
I
C
O



ZONA METALLIFERA E CENTRAL DO ESTADO DE MINAS GERAES

LEGENDA
 CLASSIFICAÇÃO DAS JAZIDAS PELA GENESE

- Sedimentarias
- Filonéas
- ◊ Alluvionarias
- △ Metamórficas de contacto
- ◻ Magmáticas

ABREVIACOES EM LETRAS PARA INDICAR AS MATERIAS

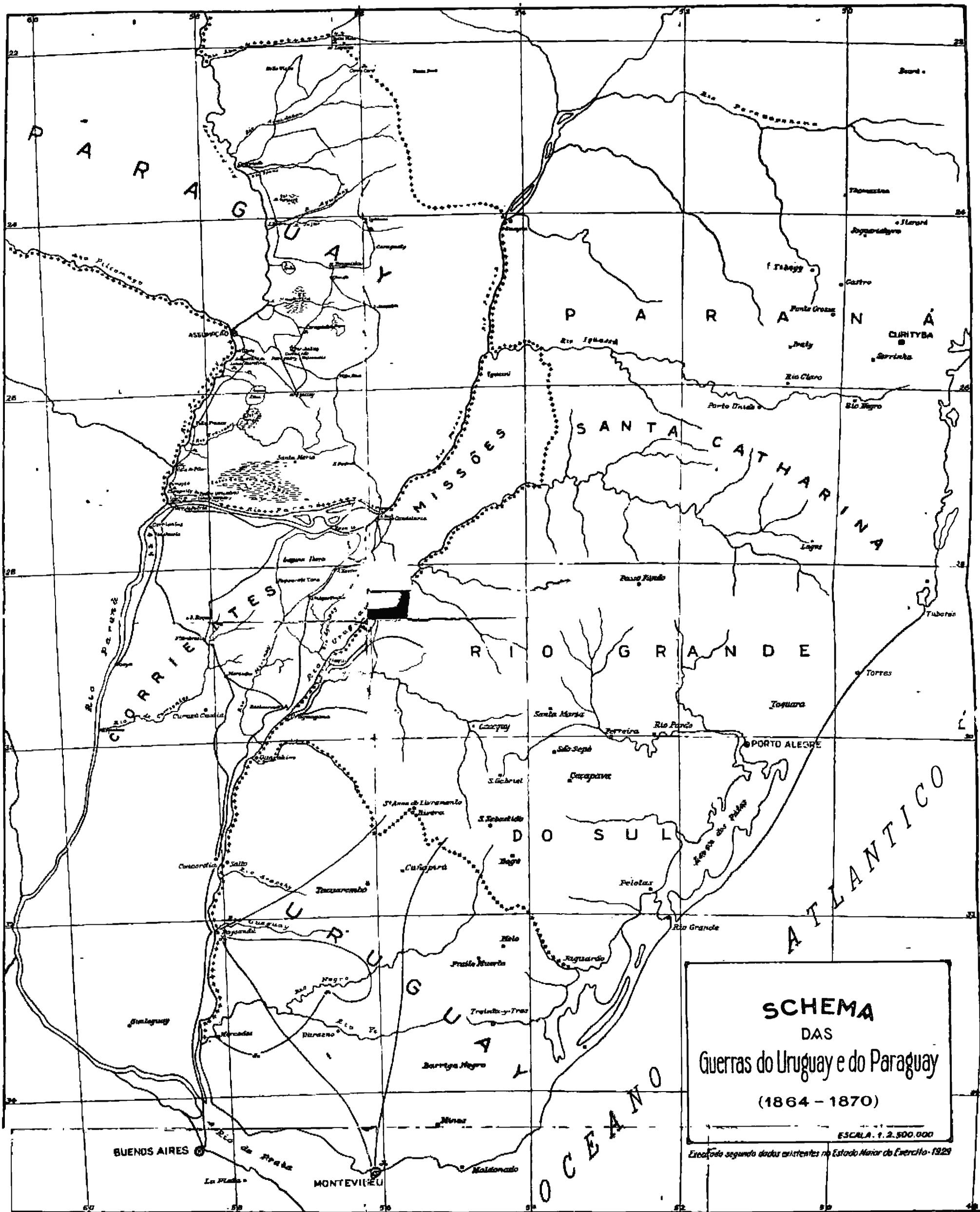
Au Ouro	AA Ouro e Prata	Hg Mercúrio (Cinabro)	Al Alumina (Bauxita)	E Pedras coradas	Cl Calcite
Pl Platina		Zr Zircónio	As Antimónio (Stibite)	G Granadas	Pd Pedra de ole (Talco)
AP Ouro e Platina		Ru Rutilo (Ruhtio)	W Wolframo (Wolframita)	S Sulfuros	T Talco
Mn Manganés		Py Pirite	C Carvão	Co Corundão	Mc Nicrolina
Fe Ferro		Cr Chromo (Chromita)	L Lignito	Ab Amiantho	Gr Graphite
Ca Calcite (Chalcosina, Melchite e Garrit)		Ni Niobio (Columbita)	Sb Sulfuro de antimónio	Th Thorio (Monazite)	Gp Gipsite
SC Antimónio e Cobre (Tenantita)		Mo Molibdenio (Molibdenita)	Cz Cax	Sm Smeralda (nada activa)	K Kaolim
Ch Chumbo (Galena)		Bl Zinco (Blenda)	Ph Phosphato (Apatite)	Mi Mica	Ag Agathe
St Estanho (Cassiterite)		Ni Nickel (Garnierita)	D Diamantes	Ca Calcario	

Nota: Prata - Não se conhece no Brasil jazida dessa metal. Encontra-se, porém, em estado indeterminado ou associado a outros minerais. Assim, a nossa tabela é, communmente, argentifera, e Blenda, e Pyrite e outros sulfureos podem conter Prata e por isso de forma a principal substancia dessas minerais. - Geologia Estratigraphica e Economica, por Wladimir de Oliveira, - Recenseamento de 1920 - Recenseamento, porém, reparou-se na jazida das "Turmas" Estado de S. Paulo, Provs. n. 1-10

(48°)

(42°)

(36°)



SCHEMA
 DAS
Guerras do Uruguay e do Paraguay
 (1864 - 1870)
 ESCALA 1.2.500.000

Elaborado segundo dados existentes no Estado Maior do Exercito - 1929



SERVIÇO GEOLOGICO E MINERALOGICO DO BRASIL

MAPPA DO BRASIL

ESCALA - 1:15 000 000

Oceano Pacifico
Oceano Atlantico

H. L. ...
1927